HAL
open science

Femmes noires dans les mouvements de gauche durant la dictature au Brésil (1964-1985)

Tauana Olivia Gomes Silva

To cite this version:

Tauana Olivia Gomes Silva. Femmes noires dans les mouvements de gauche durant la dictature au Brésil (1964-1985). Histoire. Université Rennes 2; Universidade federal de Santa Catarina (Brésil), 2019. Français. NNT : 2019REN20041 . tel-02922352

HAL Id: tel-02922352

https://theses.hal.science/tel-02922352

Submitted on 26 Aug 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

UNIVERSITE SOCIETES BRETAGNE TEMPS LOIRE TERRITOIRES

UNIVERSITÉ RENNES 2

THESE DE DOCTORAT DE HISTOIRE

L'UNIVERSITE RENNES 2
COMUE UNIVERSITE BRETAGNE LOIRE

ECOLE DOCTORALE N° 604
Sociétés, Temps, Territoires
Spécialité : Histoire

ET UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Par
Tauana Olívia GOMES SILVA

MULHERES NEGRAS NOS MOVIMENTOS DE ESQUERDA DURANTE A DITADURA NO BRASIL (1964-1985)

Thèse présentée et soutenue à Rennes 2, le 25 septembre 2019
Unité de recherche : ARÈNES

Rapporteurs avant soutenance :

Mme Jules FALQUET Maîtresse de Conférences, Université Paris Diderot
Mme Joana Maria PEDRO Professeur des Universités, Universidade Federal de Santa Catarina

Composition du Jury :

M Vincent DUBREUIL Professeur des Universités, Université Rennes 2
Mme Janine Gomes da SILVA Professeur des Universités, Universidade Federal de Santa Catarina
Mme Jules FALQUET Maîtresse de Conférences, Université Paris Diderot
Mme Joana Maria PEDRO Professeur des Universités, Universidade Federal de Santa Catarina

Directeur de thèse
M Luc CAPDEVILA Professeur des Universités, Université Rennes 2
Mme Cristina Scheibe WOLFF Professeur des Universités, Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVERSITÉ RENNES 2
SCIENCES HUMAINES ET SOCIALES
DÉPARTEMENT D'HISTOIRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TAUANA OLÍVIA GOMES SILVA

MULHERES NEGRAS NOS MOVIMENTOS DE ESQUERDA DURANTE A DITADURA NO BRASIL (1964-1985)

RENNES, FRANÇA
2019

TAUANA OLÍVIA GOMES SILVA

MULHERES NEGRAS NOS MOVIMENTOS DE ESQUERDA DURANTE A DITADURA NO BRASIL (1964-1985)

Tese de doutorado apresentada ao Sciences Humaines et Sociales da Université Rennes 2 em co-tutela com o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Doutora em História.
Orientador: Prof. Dr. Luc Capdevila
Orientadora: Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

RENNES, FRANÇA
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gomes Silva , Tauana Olívia
Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985) / Tauana Olívia Gomes Silva ; orientador, Luc Capdevila , orientadora, Cristina Scheibe Wolff, 2019.
528 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

Trabalho elaborado em regime de co-tutela.

1. História. 2. Mulheres Negras. 3. Movimentos de Esquerda. 4. Ditadura Militar. 5. Brasil. I. Capdevila , Luc. II. Wolff, Cristina Scheibe III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

Tauana Olívia Gomes Silva

Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Luc Capdevila (orientador)
Université Rennes 2

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (orientadora)
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Jules Falquet
Université Paris Diderot

Prof. Dr. Vincent Dubreuil
Université Rennes 2

Profa. Dra. Janine Gomes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em História.

_____
Prof. Dr. Fábio Augusto Morales Soares
Coordenador do Programa de Pós -graduação UFSC

_____
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Orientadora

Rennes, 2019

Dedico ao meu pai Antônio, *in memorian*,
à minha mãe Nice,
e à minha prima Emília.

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer em primeiro lugar aos meus orientadores, Luc Capdevila e Cristina Scheibe Wolff, pela compreensão e motivação nas horas difíceis. Esta tese é fruto de um longo trabalho de pesquisa, e nesse período sempre tive em mente que meus orientadores estavam ao meu lado. A eles agradeço a atenção, a tolerância, os esforços e, principalmente, o fato de sempre terem acreditado no meu potencial.

Agradeço ainda aos meus pais, Nice e Antônio (in memorian). Ainda me lembro bem do sorriso do meu pai, um homem com apenas o segundo ano primário, quando, aos vinte e um anos de idade, eu anunciei que estava indo para a França trabalhar como doméstica e, quem sabe, fazer um doutorado. Ele perguntou: "Doutorado? O que é isso? Não sei o que é, mas se é para estudar terá todo o meu apoio." Muito obrigada, pai, por sempre me lembrar que o mundo poderia arrancar tudo de mim, mesmo meu conhecimento.

Agradeço também às(os) integrantes do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). Obrigada pelo acolhimento carinhoso durante a realização da cotutela, pelas grandes amizades que fiz com incríveis mulheres pesquisadoras e militantes, por terem me feito finalmente me tornar um sujeito político da luta feminista e antirracista e, sobretudo, por terem me apresentado uma nova maneira de escrever a História, na qual efetivamente eu poderia possibilitar que as narrativas das mulheres negras ocupassem espaço, indicassem caminhos e nos contassem outros percursos de militância. A estadia de um ano no LEGH transformou completamente minha maneira de pensar e agir na sociedade.

Estendo meus agradecimentos à equipe do *Bureau de la Recherche et de la Valorisation* da Université Rennes 2. Obrigada por toda compreensão e apoio que me foram concedidos durante os processos administrativos.

Agradeço às(os) entrevistadas(os), que me dedicaram tempo e atenção. Foi uma honra conhecer vocês e, durante a escrita, foi com muito carinho e dedicação que busquei registrar suas histórias de vida.

Finalmente, agradeço aos demais membros da comissão examinadora, Joana Maria Pedro, Janine Gomes da Silva, Jules Falquet e Vincent Dubreil, por aceitarem compor a banca examinadora.

Gostaria de expressar minha gratidão a algumas pessoas que muito contribuíram para a realização desta pesquisa: minhas amigas e amigos, Marie Grosset, Joana D'arque François, Andrea C. Panizza, Lana Mara Podeur, Leide Manuela Santos, Aurélia Décordé Gonzalez, Christelle Gomis, Ana Laura Nascimento, Nawel Ait Ali, Élisabeth Dikizeko, Amel Amar,

Jean-Baptiste Huet, Solenn Mabo, Adriana Ferreira Lima, Thiago Lott Cruz, Gleidiane de Sousa Ferreira, Nathália Boni Cadore, Jennifer Dympna Lima Gallagher, Marcos Luã Freitas, Kelly Cristina Teixeira, Gildas Bregain, Eliane Sérafim, Uilio Oliveira Santana, Daniel da Silva Lemes, Nicinha da Rua 10, Fernanda Hemerly, Washington Luiz da Rocha Silva, tia Luiza Mara Souza, tio Luiz Ferreira de Souza, Isabela de Souza Ferreira, Luiz Guilherme de Souza Ferreira, Eunice Maria Cruz de Souza, Laura Cruz de Souza Aguilar, Marcela Cruz de Souza Aguilar, Maria Anunciada Marinho da Silva, Cely Cordeira, Suziane Cordeiro, Valdiva Fonseca Reis, Sarai Santos Oliveira, Jessica Marques da Silva, Daniel Rodrigo Souza Santos, Raymonde Griaud, Sophie Caron Ancelin, Philippe Ancelin, meus familiares, Rhaira Moura Martins, Rhainer Moura Martins, Hadley Cristina Moura Martins, André Luiz Martins, José Antônio Moura Silva, Isabella Diniz Faria, Barbára Diniz Faria, Silvia Diniz Faria, tia Maria Goretti Silva Diniz, tio Mauri Costa Faria, e meus corretores, Ályda Zomer, Sarah de Oliveira, Maísa Cardoso e Adriano Clayton da Silva.

Meu agradecimento mais profundo é dedicado a uma pessoa: meu marido. Todo esse tempo ao meu lado, nos momentos mais difíceis, desde minha chegada na França, me oferecendo apoio moral e emocional, compreendendo com carinho os longos períodos de distância reservados à pesquisa e à escrita da tese, e me aguardando de braços abertos e com um grande sorriso ao retornar para casa, me fazendo sempre acreditar que esta etapa difícil, porém gratificante, seria concluída. Sou grata por cada gesto de amor. *Merci*, Kevin Griaud.

RESUMO

As mulheres negras brasileiras participaram ativamente dos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985). Suas trajetórias são frutos do engajamento desse grupo social nas organizações anarquistas e comunistas desde o início do século XX. Assim, a presente tese analisou, por um lado, as concepções, avaliações e estratégias concebidas por diversas entidades políticas quanto à viabilidade da ação de negros e negras enquanto militantes e, por outro lado, analisou a introdução das ideologias de esquerda nos espaços tradicionais de mobilização coletiva das comunidades não brancas, com o emprego de tais ideias e métodos para atender a demandas imediatas relativas à alimentação e à moradia, bem como exigir direitos trabalhistas e fazer frente aos governos autoritários. Em seguida, a pesquisa buscou investigar a história de vida de nove militantes negras comprometidas com a luta contra o regime instaurado após 1964: Diva Moreira, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Thereza Santos, Helenira Resende de Souza Nazareth, Lúcia Maria de Souza, Dora Lúcia de Lima Bertúlio, Maria Diva de Faria, Arabela Pereira Madalena e Edna Maria Santos Roland. O objetivo foi investigar o próprio fenômeno do engajamento delas, isto é, suas principais motivações, as condições nas quais as ações militantes foram empreendidas e, por fim, suas experiências enquanto mulheres negras ativas nos movimentos de resistência à ditadura.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Movimentos de Esquerda; Ditadura Militar; Brasil.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Neusa Maria Pereira ..... p. 41
Imagem 02: Maria José Camargo de Aragão em 1945 ..... p. 65
Imagem 03: Passadeiras, seção de engomados, 1918, Bahia ..... p. 94
Imagem 04: Trabalhadoras imigrantes barbadianas em Porto Velho ..... p. 99
Imagem 05: Fábrica de costura, setembro de 1918, Bahia ..... p. 100
Imagem 06: Octavio Brandão e Minervino de Oliveira ..... p. 106
Imagem 07: Atividades de diferentes Uniões Femininas dos bairros cariocas.... p. 128
Imagem 08: Leonidia ..... p. 129
Imagem 09: Favelas cariocas ..... p. 130
Imagem 10: Homens e mulheres queremistas em frente ao Palácio ..... p. 144
Imagem 11: A greve nacional que interrompeu os transportes no país ..... p. 198
Imagem 12: Comissão de mães e esposas de presos políticos ..... p. 206
Imagem 13: Homem negro é preso pelas Forças Armadas ..... p. 210
Imagem 14: Diva Moreira ..... p. 245
Imagem 15: Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Santinha ..... p. 258
Imagem 16: Thereza Santos ..... p. 278
Imagem 17: Helenira Resende de Souza Nazareth ..... p. 325
Imagem 18: Helenira discursa durante um evento da UNE em SP ..... p. 330
Imagem 19: Ficha de identificação de Helenira no DEOPS ..... p. 332
Imagem 20: Lúcia Maria de Souza ..... p. 349
Imagem 21: Dora Lúcia de Lima Bertúlio ..... p. 372
Imagem 22: Casamento de Maria Bernadete e Gil ..... p. 376
Imagem 23: Maria Diva de Faria ..... p. 397
Imagem 24: Arabela Pereira Madalena ..... p. 414
Imagem 25: Edna Maria Santos Roland ..... p. 432

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AC	Ação Católica
ACAs	Associações Cristãs Acadêmicas
ADP	Ação Democrática Parlamentar
AI	Ato Institucional
ALEF	Aliança Eleitoral Pela Família
ALN	Ação Libertadora Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
ASIs	Assessoria de Segurança e Informações
BOC	Bloco Operário e Camponês
CA	Centro Acadêmico
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CDP	Comitê de Defesa Proletária
CEAA	Centro de Estudos Afro-Asiáticos
CEBA	Centro de Estudos Brasil-África
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
CECFSP	Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo
Cenimar	Centro de Informações da Marinha
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIE	Centro de Informações do Exército
Ciex	Centro de Informações do Exterior
Cisa	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CMB	Centro da Mulher Brasileira
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRS	Centre National de la Recherche Scientifique
Codis	Centro de Operações de Defesa Interna
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPC	Centro Popular de Cultura
CRUSP	Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DOIs	Destacamentos de Operações e Informações
DOPS	Departamentos de Ordem Política e Social
DSIs	Divisões de Segurança e Informações
ESG	Escola Superior de Guerra
Esni	Escola Nacional de Informações
FAFERJ	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
FAFEG	Federação das Associações de Favelas do Estado do Guanabara
FDLN	Frente Democrática de Libertação Nacional
FDU	Frente Democrática Universitária
FIJS	Federação Internacional da Juventude Socialista
FJCB	Federação da Juventude Comunista do Brasil

FMP	Frente de Mobilização Popular
FMU	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas
FNB	Frente Negra Brasileira
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FVE	Federação Vermelha dos Estudantes
GBMR	Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IC	Internacional Comunista
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IJC	Internacional da Juventude Comunista
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPCN	Instituto de Pesquisas da Cultura Negra
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IS	Internacional Socialista
JAC	Juventude Agrária Católica
JC	Juventude Comunista
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MLF	Mouvement de libération des femmes
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MNPT	Movimento Nacional Popular Trabalhista
MNU	Movimento Negro Unificado
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MR8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
Oban	Operação Bandeirante
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCC	Partido Comunista Chinês
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCdoB-AV	Partido Comunista do Brasil- Ala Vermelha
PCR	Partido Comunista Revolucionário
Pcus	Partido Comunista da União Soviética
POC	Partido Operário Comunista
POR-T	Partido Operário Revolucionário

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC São Paulo	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SAMDU	Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência
SINBA	Sociedade de Intercâmbio Brasil-África
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOF	Serviço de Orientação à Família
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUPRA	Superintendência para a Reforma Agrária
TEM	Teatro Experimental do Negro
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UCEB	União Cristã dos Estudantes do Brasil
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual dos Estudantes
UEG	Universidade do Estado da Guanabara
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UJC	União da Juventude Comunista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNES	União Nacional dos Estudantes Secundaristas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 Introdução 16
2 Os partidos de esquerda no Brasil e os negros, antes do golpe 60
2.1 História do movimento social..... 77
2.2 PCB (1922-1930)..... 101
2.3 PCB (1930-1945)..... 120
2.4 PTB e PCB (1945-1964): a disputa pelo movimento operário e sindical 140
3 O Golpe Militar, os negros e os partidos de esquerda..... 158
3.1 O golpe civil-militar de 1964. 190
3.2 O anticomunismo..... 204
4 Mulheres negras no Partido Comunista Brasileiro (PCB) 220
4.1 Diva Moreira 239
4.2 Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Santinha..... 253
4.3 Thereza Santos..... 269
5 Mulheres negras na Guerrilha do Araguaia 299
5.1 Helenira Resende de Souza Nazareth..... 312
5.2 Lúcia Maria de Souza..... 345
6 Outras trajetórias negras na "nova esquerda"..... 354
6.1 Dora Lúcia de Lima Bertúlio..... 369
6.2 Maria Diva de Faria..... 384
6.3 Arabela Pereira Madalena 406
6.4 Edna Maria Santos Roland 423
7 Considerações finais 440
8 Síntese da tese em francês : Les femmes noires dans les mouvements de gauche durant la dictature au Brésil (1964-1985)..... 461
REFERÊNCIAS..... 506

1 Introdução

Eu sempre fui da clandestinidade, basta você ser preto para ser clandestino. (PEREIRA, 2015a)

Quando optei por pesquisar as temáticas mulheres negras e ditadura (1964-1985), focalizando, principalmente, a militância política e as produções intelectuais e/ou artísticas das resistentes durante o período autoritário, confrontei-me com várias hesitações no meio acadêmico. Ao procurar um professor francês especializado em civilizações Latino-Americanas - com ênfase nos estudos brasileiros – e questioná-lo sobre as possibilidades de realizar esse projeto, obtive a seguinte resposta: "Vai ser difícil pois, durante esse período, as mulheres negras não faziam nada. Elas não participavam da política. Elas estavam isoladas nas favelas, cheias de filhos e mal sabiam ler." Em seguida, ao indagar um professor negro brasileiro, recebi uma resposta não muito diferente da primeira. Segundo seu raciocínio, trabalhar com as temáticas mulheres negras e ditadura consistia em uma ideia bastante interessante, porém, seria melhor para o desenvolvimento da pesquisa retirar o tópico "movimentos de esquerda". Para esse professor, só é possível compreender as ações políticas desse grupo social contra o regime militar no âmbito da cultura e da religião, uma vez que essas mulheres eram consideradas, pelo pesquisador, como cidadãs que não se interessaram pela política partidária e, dessa forma, não participaram das manifestações de contestação dos grupos de esquerda. Por fim, outro argumento plenamente difundido no contexto universitário e invocado por uma professora branca feminista durante a elaboração da pesquisa se referia à atenção que, obrigatoriamente, deveria ser atribuída à esfera familiar. Conforme sua reflexão, as mulheres negras agiam, especialmente, nos limites do lar e este seria o único conteúdo no qual eu encontraria publicações bibliográficas e argumentos teóricos. Em outras palavras, para muitos docentes universitários e mesmo para a sociedade em geral, o ativismo das mulheres negras, quando eles reconhecem sua existência, acontece somente nos níveis cultural, religioso e familiar, mas nunca no quadro político partidário e/ou intelectual.

Todavia, questionando as informações citadas acima, visto que minha experiência pessoal parecia comprovar o contrário[1] esses comentários, por um lado, só aumentaram minha

[1] Durante os anos 2001-2005, eu realizei minha primeira graduação em História pela Universidade do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, Minas Gerais. Ao participar de um projeto de pesquisa no jornal da cidade, *Diário do Rio Doce* e, ao mesmo tempo, realizar uma pesquisa de conclusão de curso sobre os movimentos políticos valadarenses no ano do golpe, eu pude observar a importante participação das mulheres negras. Em 1964, o município foi palco de diferentes conflitos armados (MOTTA, 2000). Apoiados pelo PCB,

vontade de descobrir em qual medida esse grupo social atuou nos movimentos de esquerda durante a ditadura e, por outro lado, as imediatas conclusões que foram retiradas desses encontros trataram, sobretudo, da hesitação, ainda atual, na busca dos nomes de intelectuais, militantes e resistentes políticas negras. Isto porque aquelas que hoje têm certa visibilidade na História política ocupam espaços subalternizados e não são totalmente destacadas como sujeitos. Esse é o caso, por exemplo, de Dandara, uma das mais conhecidas lideranças femininas na República dos Palmares, mas que, frequentemente, é citada apenas como companheira de Zumbi. Se o herói do Quilombo de Palmares, Zumbi, é celebrado com o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, a trajetória de Dandara permanece com escassos registros e publicações historiográficas.

Na sua autobiografia, a militante política Thereza Santos (2008, p. 26) relata o considerável número de publicações recentes sobre a ditadura militar e, em contrapartida, ela denuncia a ausência "quase completa" de menções sobre as mulheres negras que participaram dos eventos pós 1964. As cientistas sociais contemporâneas, tais como a historiadora Beatriz Nascimento e a socióloga Lélia Gonzalez, ainda são pouco analisadas nos cursos universitários e insuficientemente citadas nas referências bibliográficas dos pesquisadores. No âmbito da literatura[2] Carolina Maria de Jesus, no seu livro *Quarto do Despejo* (1960), indica-nos os diferentes obstáculos que enfrentou ao assumir o desafio da escrita.[3]

É preciso sublinhar por último, tendo em vista os argumentos dos docentes universitários franceses e brasileiros, que, nesta pesquisa, acordei temáticas relacionadas à cultura e à religião e, sobretudo, à esfera do lar e dos bairros populares, contudo, o objetivo

---

camponeses locais haviam criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), que atuava como instrumento de luta em oposição às invasões de terras seguidas de despejos e pela reforma agrária. A organização foi composta por quase dois mil membros, principalmente trabalhadores do campo e moradores de favelas valadarenses egressos das áreas rurais. Em 1962, Francisco Raimundo da Paixão, também conhecido por Chicão, dirigente do sindicato, optou por renunciar a orientação dos comunistas e aderiu às Ligas Camponesas. O principal órgão de difusão de suas atividades era o semanário *O Combate*, fundado pelo jornalista Carlos Olavo da Cunha Pereira. No entanto, os fazendeiros e seus jagunços julgavam inaceitáveis as iniciativas dos pequenos agricultores e, em resposta, constituíram milícias armadas. Sua função era agir com violência e, em 30 de março de 1964, eles tentaram invadir o STR. O conflito finalizou com feridos e um morto (o genro do delegado de polícia da cidade, Cel. Pedro Ferreira). No mesmo dia, Carlos Olavo e Chicão foram conduzidos para Belo Horizonte e, depois, seguiram para o exílio. Em 01 de abril, Otávio Soares Ferreira da Cunha e os filhos Augusto e Wilson foram vítimas de um atentado. Wilson foi o único sobrevivente. O golpe de 31 de março teve como consequência o fim das mobilizações dos posseiros, além da consolidação de uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade. Na pesquisa eu não abordei as temáticas de gênero e raça, mas ficou claro que as mulheres negras estavam presentes nas ações políticas de esquerda.

[2] Na Literatura, as mulheres negras, na maioria das vezes, são ressaltadas principalmente como personagens que possuem uma identidade de objeto. Podemos citar os exemplos de Rita Baiana em *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo; as "neguinhas" que se relacionavam no areal com os *Capitães de Areia*, de Jorge Amado; a *Irene no céu*, poema de Manuel Bandeira.

[3] A crítica hegemônica legou Carolina Maria de Jesus ao espaço exótico da "favelada que até sabia escrever".

desse empreendimento foi investigar até que ponto tais espaços, respectivamente negros, eram compostos por indivíduos orientados pelas ideologias de esquerda. Admite-se, em outras palavras, que as populações não brancas nacionais, enquanto trabalhadoras e integrantes de diferentes lutas coletivas, foram diretamente influenciadas por essas correntes filosóficas e seus modelos de organização e, em seus ambientes tradicionais de mobilização política, de acordo com suas alternativas e exigências imediatas, introduziram-nas, bem como fizeram uma releitura particular. Nesse sentido,

> o termo esquerda utilizado aqui será sempre empregado para denominar uma posição política que defenda, de maneira organizada ou não, uma perspectiva de mudança social posta pelas massas populares. O emprego deste termo não estará condicionado, portanto, à profundidade desta mudança e sim, à sua origem popular enquanto um posicionamento que contraste com os interesses da classe dominante. (COSTA, 2014, p. 08)

Contextualizando a época em questão, a década de 1970 foi marcada por uma significativa mobilização político-cultural. Emerge, em 1973, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) e, em 1974, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA). Dois anos depois, em 1975, surge o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), o Grupo de Trabalho André Rebouças e o Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) (Rio de Janeiro, 2015). Anteriormente, em 1971, já havia sido criado o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) e o Grupo Palmares. Tais concentrações eram respaldadas na crítica à discriminação racial, bem como ao regime autoritário. Além disso, elas reivindicavam uma verdadeira valorização das identidades negras e a reavaliação do papel desse grupo social na História do Brasil. Mais tarde, em 1978, essas entidades, com a participação de militantes oriundos das organizações de esquerda, contribuíram para a criação do Movimento Negro Unificado (MNU)[4] (DOMINGUES, 2007b).

Ainda neste cenário, o chamado movimento *black* foi um instrumento de articulação negra. Os bailes *black* tinham uma interessante capacidade em congregar multidões e formar consciência racial. Inspirados pela música *soul*, mas também pelas lideranças políticas da luta por diretos civis estadunidenses, além das dinâmicas de libertação dos países africanos, principalmente de língua portuguesa, eram constituídos por diversas equipes de som. Os grupos coordenavam diferentes eventos de jovens nos clubes dos subúrbios das grandes capitais brasileiras. As festas eram acompanhadas no plano estético com a uniformidade no vestir e no calçar, concebidos com indumentárias de origem africana, corte de cabelos *Black*

[4] Neste parágrafo foi citado apenas alguns nomes. Inúmeros grupos de caráter antirracista foram, naquele período, criados no Brasil. O MNU também foi consolidado por diversas outras organizações.

Power com porte de pentes "afros", uso de turbantes etc. Por fim, observam-se ações políticas relevantes nas tradicionais escolas de samba (RIO DE JANEIRO, 2015). A jornalista e militante antirracista Neusa Maria Pereira (2015a) propôs a seguinte questão durante sua entrevista: "Qual era o entretenimento da comunidade negra nesse período? Eram os bailes, eram os bailes funk, eram as escolas de samba, eram os terreiros, eram as festas que fazíamos no bairro."

Neste trabalho, infelizmente, foram pouco estudados os terreiros das religiões de matriz africana, embora acredito que suas lideranças também tenham sido influenciadas pelas ideologias de esquerda. Em contrapartida, na pesquisa foram consideradas as atuações da Igreja Católica. Seus membros, inclusive mulheres religiosas e fiéis, constituíram-se como importante grupo de resistência contra o regime militar (CUBAS, 2014). E, como foi narrado por diferentes militantes políticas entrevistadas, os templos católicos, em certas paróquias mais modestas, eram frequentados em maior parte por indivíduos de origem não branca.

No que diz respeito à esfera do lar e da família, as negras se organizavam na luta contra a carestia de vida e pela infraestrutura dos bairros populares (rua e edifícios, transportes, água, esgoto, luz elétrica, creches, postos médicos, escolas, espaços recreativos, mercados, propriedades de terras etc.) e, ao mesmo tempo, essas mobilizações as faziam articular diretamente com as ideologias de esquerda. Enquanto moradoras das zonas periféricas e trabalhadoras, elas se interessavam, por um lado, pelas teorias vigentes que defendiam a igualdade e a justiça social, bem como por práticas políticas que, paralelamente, eram instrumentos susceptíveis de lhes garantir a obtenção das demandas relacionadas à alimentação e à moradia e, por outro lado, elas agiam como integrantes de facções opostas ao regime autoritário. A Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (2015) observou nas favelas da capital carioca a presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Ação Popular (AP), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e, nesta pesquisa, considerei os próprios residentes das zonas desfavorecidas como responsáveis pela consolidação local de tais grupos políticos, gerando um ambiente no qual as negras se tornariam, eventualmente, participantes, seja como simpatizantes, militantes ou líderes da resistência.

À luz dessas constatações, esta pesquisa visa a analisar um momento da estruturação da militância política das negras; a discutir as representações sociais e políticas acerca desse grupo social; intenta, ainda, explorar as trocas de experiências e diálogos entre os diferentes movimentos sociais; objetiva também favorecer a articulação dos estudos de classe com

abordagens que envolvam outras categorias de análise como gênero, raça, gerações e memória; por fim, esta pesquisa pretende contribuir para uma maior visibilidade das trajetórias histórico-políticas das negras.

Hoje, no Brasil, as mulheres e as relações de gênero durante a ditadura estão no centro das atenções dos pesquisadores em ciências humanas. Vários trabalhos tiveram como objeto de estudo as militantes que se posicionaram de maneira direta ou indireta contra o regime vigente na época. Outros abordaram temáticas acerca da estruturação do feminismo no interior dos movimentos de esquerda e suas publicações científicas durante os anos 1960-1970 (HESSMANN, 2010). Contudo, como ainda é suposto que as militantes partidárias e as feministas eram, em sua maioria, mulheres brancas da classe média e dos meios intelectuais, as participações das mulheres negras foram pouco consideradas. No que concerne à questão racial, há também uma forte demanda da parte da sociedade e, além disso, as universidades demonstram interesse no assunto. Sendo assim, é possível encontrar várias publicações sobre os movimentos negros e algumas são focalizadas nas produções científicas e nas resistências partidárias dos militantes contra a ditadura militar. A atenção dada às especificidades das mulheres, porém, é ainda restrita.

Há, certamente, diferentes trabalhos que se interessam pela participação política partidária e pelas obras literárias e científicas das negras. Não obstante, são pesquisas que analisam, especialmente, o engajamento dessas mulheres nos últimos 40 anos, a partir da criação de vários movimentos de mulheres negras. Em contrapartida, as publicações que abordam as particularidades de suas trajetórias e contribuições à luta contra o regime ditatorial são ainda escassas. Contudo, as entidades que amadureceram na década de 1980 são frutos de um longo processo de interseção entre os movimentos negros, feministas e de esquerda. Inúmeras negras que atuaram no processo de reabertura democrática, de fato, conheceram-se e se constituíram como militantes principalmente nas organizações de oposição ao governo autoritário instalado em 1964.

Nesse sentido, a justificativa central da pesquisa foi observar vestígios da militância política das negras. Na história nacional, elas atuaram como protagonistas de diferentes movimentos sociais. Os grupos de esquerda tinham uma ideologia e uma proposta de organização que, em suma, as representavam e, nos anos 1960, essas coletividades se tornaram os principais agentes da resistência ao regime ditatorial. Assim, os cientistas sociais, desde aquele período, interessaram-se pela temática e, simultaneamente, pesquisaram conteúdos referentes às mulheres brancas e aos homens negros e, algum tempo depois,

investigaram sobre as trajetórias das mulheres negras nos anos 1980. Na maioria das análises, no entanto, são totalmente ignoradas as participações desse último grupo social nos processos anteriores, nas dinâmicas que as fizeram se tornarem atrizes de ações que resultaram no fim da ditadura. Mas, afinal, como explicar a sua expressiva ausência nas obras historiográficas, em especial naquelas que abordam questões políticas relacionadas ao século XX? Antes de tentarmos responder a esta questão, vale, todavia, apontar previamente alguns elementos que mostram até que ponto, já no final da escravidão, várias comunidades negras eram livres, educadas e politicamente organizadas.

Cerca de 95% dos negros brasileiros, segundo Müller (2016), eram emancipados no momento da abolição. Foram beneficiados pela lei 723.000 escravos, em um país abrangendo uma população de 12 milhões de pessoas. Contudo, tais grupos sempre foram submetidos a uma ideia geral que os designavam como trabalhadores servis. No século XIX, as prescrições do governo expressavam uma conexão direta entre os termos negros e escravos, herança de uma política de Estado marcada pelo desejo de associar os negros à figura de uma pessoa sujeitada, independentemente das regras que governavam a existência do indivíduo, o que reforçava a segregação desse grupo social com base na raça e não no seu status jurídico de ser escravo. De acordo com Dora Bertúlio (2007), os textos legislativos mostram claramente a determinação do Estado em designar o indivíduo negro pela inferioridade e desumanidade e, como resultado desses preconceitos, a condição social dos libertos e dos escravos sempre foi análoga. Nesse sentido, as numerosas correlações semânticas – negro/escravo/liberto – resultaram na segregação do conjunto da população não branca. "Esse modelo autoriza toda a sociedade, sutil e sub-repticiamente, a ver (...) negros e escravos como representantes de uma única imagem." (Ibidem, p.63) E isso, consequentemente, também retirou do imaginário social o princípio legal de liberdade para os negros. Nesse contexto, os negros emancipados permaneceram durante todo o regime escravocrata submetidos às normas de dependência, sujeitos à tirania das leis e à intolerância dos costumes. As restrições e os controles atingiam assim a vida cotidiana de todo o grupo social, já que esse tratamento discriminatório baseou-se sobretudo na raça.

Na opinião da sociedade em geral, não era admitida a existência concreta de comunidades negras instruídas. Em 1872, o analfabetismo atingia 84% da população, incluindo homens brancos das classes mais abastadas (VEIGA, 2008). Mas independente dos limites, indivíduos negros eram educados: por exemplo, havia o caso das meninas oriundas tanto do meio rural quanto urbano, com observações, silenciosas ou ativas, e aulas aplicadas

pelas esposas e/ou filhas do senhor de escravo, ou com a instrução religiosa dos padres ou, finalmente, com a contratação de professores particulares (alguns proprietários podiam se beneficiar com escravos alfabetizados). Ademais, grupos de negros se organizavam coletivamente para obter educação ou, pelo menos, estimular sua descendência a obtê-la.[5] Era objetivado assim garantir o aprendizado da leitura, da escritura, dos códigos numéricos (medidas, cálculos, fórmulas algébricas) ou mesmo das notas musicais (MORAIS, 2016). Através das redes de solidariedade mútua, escravos forros e libertos foram alfabetizados e, às vezes, em vários idiomas. Além da língua portuguesa, eles dominavam, com grande frequência, outro idioma europeu e diferentes idiomas africanos, incluindo as línguas vernáculas. O árabe também era uma língua muito comum no interior das comunidades negras brasileiras. Durante o século XIX, as iniciações à cultura letrada[6] geralmente ocorriam em espaços não escolares. Na verdade, os negros recorriam a diferentes formas de educação não institucionalizada, principalmente em razão do caráter segregacionista e rudimentar dos estabelecimentos tradicionais.

A primeira constituição brasileira, ratificada em 1824, outorgou a educação primária a todos os brasileiros livres sem restrição de raça. Ela estabeleceu um ensino elementar público e gratuito e, a partir de 1854, a reforma de Couto Ferraz estabeleceu o critério da obrigatoriedade (SILVA & ARAUJO, 2005). Assim, pode-se dizer que os negros libertos foram licitamente autorizados a participar das atividades escolares, sendo que a proibição legal de frequentar o ensino primário público dizia respeito apenas aos escravos, dado o seu estatuto jurídico de não cidadãos (embora não existissem restrições para as aulas particulares) (VEIGA, 2016). De qualquer forma, nesse período, as instituições educacionais dedicavam-se principalmente a crianças negras e mestiças desfavorecidas, na medida em que o discurso civilizador era destinado a essa categoria de indivíduos.

No final do século XIX, a elite brasileira estimulou o debate sobre a importância da educação popular e, nesse contexto, houve um verdadeiro entusiasmo ideológico favorável à multiplicação de projetos no campo escolar. No entanto, tratava-se essencialmente de um processo civilizador destinado a preparar os ex-escravos – recentemente libertados – ao trabalho livre. Naquela época, diante da iminência do fim do regime escravista, uma

[5] Sobre referências de intelectuais negros podemos citar Cruz Lima, André Rebouças, Luís Gama, José do Patrocínio, Machado de Assis, Lima Barreto, mas também pessoas pouco conhecidas na história nacional como Dom Obá II D'África (MÜLLER, 2016).

[6] Lucindo, ao citar Magda Soares, (2009, apud LUCINDO, 2016, p. 313) definiu o ser letrado como "o estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais."

importante questão se impunha à camada dos políticos: "como manter o controle sobre esta massa que já não teria mais o chicote como forma de coerção?" (BARROS, 2005, p. 81) Segundo Surya de Barros (2005, p. 81), "a exigência de organizar o trabalho livre trouxe, simultaneamente, a necessidade de educar o homem para o trabalho." Em outras palavras, a elite política objetivava desenvolver um projeto pedagógico que respondesse rapidamente às necessidades doutrinárias do Estado, e essas últimas eram definidas por sua premissa sistemática de civilizar, de regular e de supervisionar a vida cotidiana dos governados. Assim, a educação foi pensada como uma ferramenta indispensável para a transformação dos negros em bons trabalhadores e em bons cidadãos. A forma mais eficaz de regenerá-los, uma vez que a escola era um lugar privilegiado para disciplinar o corpo e a mente dos indivíduos. Supostamente, esse programa educativo poderia contribuir para a inclusão do negro como membro ativo da nação e, uma vez integrado, eles deveriam, enfim, revelarem-se úteis na consolidação do ideal nacional de modernização inspirado da Europa, um projeto estatal estabelecido no princípio da ordem e do progresso, divisa presente na bandeira nacional desde o final do século XIX.

Com efeito, "o entendimento do 'outro' como objeto de civilização foi enfaticamente difundido na época." (VEIGA, 2008, p. 505) Contudo, nota-se uma dissonância entre a perspectiva de civilizar e as representações dos negros como grupo inferior, "inapto à educação". Paralelamente à expectativa de "retirar o povo da ignorância" e de se lançar sobre a via do desenvolvimento e do progresso, foram igualmente intensificadas ideias depreciativas segundo as quais os negros não teriam as propriedades necessárias para a elaboração de um raciocínio lógico. Como resultado, podemos observar, na política estatal, uma enorme divergência entre três pontos essenciais: em primeiro lugar, elogios exaltando os méritos da educação institucional na formação dos negros enquanto cidadãos, especialmente após a abolição da escravidão; em segundo lugar, propostas "cientificas" racistas destinadas a renegar suas habilidades intelectuais e sua capacidade de se tornar membro de uma comunidade política organizada; e, finalmente, ausência de ações efetivas para consolidar a educação (trabalho infantil, falta de recursos materiais – roupas, alimentação, material escolar –, desprezo dos professores etc.). Nesse caso, não houve uma real igualdade no acesso às escolas oficiais. Legalmente, a escola não foi proibida aos negros, mesmo durante o período da escravidão. Na verdade, ela foi particularmente reservada a esse grupo social (as famílias abastardas pagavam por um professor particular), mas, por causa da persistência dos mecanismos de discriminação, sua instrução era limitada. Aliás, certos estabelecimentos

simplesmente não autorizavam a presença das crianças negras e, quando isso acontecia, acolhiam-nas com indiferença e vexação. Um jornal da imprensa negra do Rio Grande do Sul, *O Exemplo*, descreveu, em 1893, esse contexto de discriminação no campo escolar institucional:

> Acaba de vir ao nosso conhecimento que algumas escolas públicas da capital recusam abertamente admitir ao ensino crianças de cor, outras que, limitando o número destas, mesmo assim maltratam-nas, a ponto de seus pais, em justa indignação retirarem-nas das aulas. (O EXEMPLO, 1893, apud DOMINGUES, 2009, p. 969)

Observa-se, ulteriormente, sob o insinuante título *Queremos estudar*, na Tribuna Estudantil da edição de nº 1 do jornal da imprensa negra *Quilombo*, a reflexão de um militante do movimento estudantil sobre determinados mecanismos de segregação. Nele, Haroldo Costa[7], em 1948, retratou o imensurável tormento vivido por jovens negros que aspiravam realizar suas inscrições e/ou assegurar sua permanência em certos organismos de ensino secundário. E isso, tanto nas escolas particulares, inclusive aquelas ligadas à Igreja Católica, que tinham a liberdade de selecionar seu corpo discente conforme critérios minuciosos, quanto nas escolas públicas, que também empregavam com êxito diversas estratégicas de exclusão. Assim, Costa descreveu os obstáculos que eram impostos pelos estabelecimentos de ensino oficiais como o Instituto do Rio Branco e a Escola Militar, nos quais os estudantes que prestavam os exames de vestibular podiam até ser classificados nas avaliações escritas e orais, mas, em seguida, eram injustamente des classificados nas avaliações médicas, cujas deliberações se baseavam apenas na cor da pele do candidato:

> No Brasil não obstante a "ausência oficial" do preconceito de cor, nós o sentimos em diversos setores. É comum quando se diz que em determinados educandários não é permitido ao jovem de cor se matricular, surgirem os acomodados dizendo enfaticamente: "– A questão é simplesmente econômica. Se o negro tiver dinheiro poderá estudar onde lhe aprouver". No entanto a questão verdadeira não se reduz a isto. Aí está o Colégio Notre Dame de Sion, que não aceita alunas negras, mesmo que elas se sugeitem a pagar as pesadas mensalidades. No mesmo caso se encontram os colégios Andrews, Benett, Santo Inácio, N. S. de Lourdes e tantos outros, para citar apenas estabelecimentos secundários. (...) Com relação a algumas das instituições oficiais também se pode dizer algo. Ninguém desconhece os tremendos obstáculos que encontram o jovem negro quando se inscreve para prestar exame vestibular ao Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores); ou no exame de admissão às escolas militares superiores. (...) Conheço o caso de um rapaz

[7] Haroldo Costa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1930. É um ator, escritor, jornalista, produtor e sambista. Filho de um alfaiate e uma dona de casa, Haroldo viveu até os 10 anos na cidade de Maceió, em Alagoas. Permaneceu na casa dos avós paternos após a morte de sua mãe quando tinha apenas dois anos de idade. No Nordeste, foi alfabetizado por sua tia Isabel Costa que detinha uma escola reservada às meninas dentro de sua própria casa. De retorno ao Rio de Janeiro, estudou no Colégio Pedro II e atuou no movimento estudantil. Em 1948, momento da redação do artigo, ele era ex-vice-presidente da Associação Metropolitana de Estudantes Secundários. Haroldo iniciou sua carreira profissional como ator no Teatro Experimental do Negro (TEN). Em 1965, ele fez parte da equipe que inaugurou a rede de televisão Globo. Haroldo dirigiu e produziu alguns dos primeiros programas da emissora.

> que, durante três anos consecutivos prestou exames para a Escola Militar, tendo em todos os anos passado na prova intelectual, mas no exame médico era sempre reprovado. Na última vez, o médico examinador disse-lhe confidencialmente que êle não tinha absolutamente nada, mas a côr... (COSTA, 09/12/1948, p. 04)

O autor do artigo no jornal *Quilombo*, Haroldo Costa, citou alguns exemplos de discriminação racial. Não obstante, essas práticas rigorosas de proibição das "pessoas de cor", por vezes, registradas nos próprios estatutos das unidades de ensino, historicamente se fixaram de forma legal, independente da classe social dos estudantes. Nesse último caso, a oposição à presença dessa população não era somente implícita ou informal, verdade seja dita, ela era estatutária. Eis o que aconteceu, em fevereiro de 1929, com a filha adotiva de um dos grandes nomes do teatro brasileiro, o ator Procópio Ferreira. O Colégio Sion – dirigido por freiras francesas – recusou a matrícula de Abigail Izquierdo Ferreira (Bibi Ferreira) no nível primário, se bem que a mãe da criança, Aída Izquierdo (bailarina espanhola), e uma freira do Colégio, já haviam previamente discutido e concluído um acordo sobre o uniforme e o pagamento inicial pela matrícula. Logo após esse primeiro encontro, a escola comunicou por telefone que uma carta teria sido postada no correio e, em pouco tempo, a família conheceria a decisão final relativa ao ingresso de Bibi. Ante o exposto, antecedendo-se à carta, o ator foi à escola e recebeu a informação de que a inscrição de sua filha fora negada pela madre superiora. Ao argumentar sobre seu status de classe e suas reais condições financeiras para pagar assiduamente a mensalidade, a freira que o atendeu teria respondido que o estabelecimento não admitia "filha de artistas teatrais" e "pessoas de cor." No jornal *Correio da Manhã,* Procópio Ferreira narrou:

> Minha filhinha Bibi encontra-se na edade de receber instrucção. Pensei em confiá-la aos cuidados das irmãs do Sion (...). Nesta conformidade se incumbiu minha mulher de tratar com a direção do Collegio, depois que providenciou sobre o preparo do uniforme. Recebida pela assistente da superiora, minha mulher entrou em detalhes a respeito da admissão da menina, tendo satisfeito a exigencia que lhe foi imposta, em nome do regulamento, de pagar por adiantamento a quantia de 290$000. Dias depois recebemos um recado telephonico transmitido pela assistente. Annunciava-nos a remessa de um memorandum a respeito da Bibi. Não aguardei a chegada do communicado e dirige-me á séde do Collegio. Então, surpreso, recebi a notícia de que a minha filhinha não seria mais aceita. - O sr. comprehende, disse-me a irmã, o estabelecimento tem as suas tradições... (...) E depois falou: - Quando sua esposa me disse que a menina era filha de artista, eu suppuz que a arte do senhor era outra... De theatro não admitimos ninguem. E continuou: - Não é nesse ponto, apenas, que se tornam rigorosos os nossos estatutos. Também não recebemos pessoas de côr, embora oriundas de famílias da sociedade. (CORREIO DA MANHÃ, 27/02/1929, p. 03)

Alguns anos mais tarde, como apresentado na citação anterior, o Colégio Notre Dame de Sion é novamente criticado por Haroldo Costa, na ocasião em que o militante do movimento estudantil expôs outros casos de repúdio em absoluto às tentativas de matrícula

das alunas negras (COSTA, 1948). Assim, conscientes da falta de compromisso dos gestores públicos para propiciar-lhes, no mínimo, o ensino básico, as entidades negras optaram, como forma de resistência, por adotar suas próprias medidas no que concerne à formação intelectual desse grupo social (DOMINGUES, 2009). Em resposta a uma rede de ensino que dificultava ou simplesmente vetava a integração de alunos não brancos e, quando aceitos lhes era sistematicamente reservado tratamentos de desprezo e humilhação, Haroldo Costa propôs a formação de escolas negras bem como o surgimento de um discurso pedagógico antirracista.

> Os negros que já estudam em colégios ou faculdades precisam adquirir a consciência da necessidade de um trabalho de esclarecimento do negro mais ignorante. E que lutem também pela união da gente de côr em torno das organizações que trabalham pela sua valorização social, através da educação, da cultura ou da arte. Porque sômente assim não estará longe o dia em que todos os negros do Brasil sejam admirados pela sua natural lucidez e instrução adquirida, e nesse dia os nossos filhos não aprenderão como hoje em seu livro de geografia: "De todas as raças, a negra é a mais ignorante." (COSTA, 09/12/1948, p. 04)

A população negra, na maioria das vezes, permaneceu proscrita da educação pública e privada. Esses obstáculos mencionados foram bastante frequentes durante a primeira metade do século XX, mesmo quando os líderes políticos expressaram seus interesses na difusão de uma instrução primária popular (VEIGA, 2008). Para resistir a esse quadro de omissão e hostilidade e, ao mesmo tempo, ampliar o sentido de união, solidariedade e autodeterminação, vários grupos de negros investiram, dessa forma, na criação de uma quantidade importante de associações educativo-cultural (com apresentações musicais, encenações teatrais, saraus, sessões de recitais de poesias, cursos, palestras), escolas mistas para adultos e crianças, bibliotecas etc. E, com efeito, essas ações desempenharam um importante papel na conscientização e na mobilização da população negra, embora tais projetos educacionais, conforme as afirmações de Domingues (2016), tenham sido pontuais e não encontraram meios de se arraigar em virtude da precária qualificação pedagógica dos gestores das unidades de ensino e, acima de tudo, em virtude da ausência de recursos materiais e de apoio das instâncias governamentais.

Não obstante, as comunidades negras sempre agiram no sentido de constituir sua própria rede de ensino. Os primeiros registros localizados sobre as escolas negras no Estado de São Paulo datam do século XIX. As mulheres também já atuavam nesse período como professoras no ensino público (VEIGA, 2008) e, por vezes aliadas ao trabalho dos homens, elas consolidaram suas respectivas estruturas de ensino.[8] A erradicação do analfabetismo,

[8] O Colégio Perseverança ou Cesarino, localizado na cidade de Campinas, foi fundado por um casal de negros em 1860 com o objetivo de se dedicar à educação feminina. Apesar de não ser reservado exclusivamente à

inclusive das meninas, era uma prioridade dos movimentos sociais antirracistas. As associações e a imprensa incentivavam constantemente os membros da comunidade a aprender a ler e a escrever. Em 1918, o jornal da imprensa negra *O Alfinete* já incentivava seus leitores a se interessarem pela cultura letrada e, consequentemente, agirem contra sua incapacidade respectiva de se tornarem cidadãos de direito, uma vez que as injustiças experimentadas por esse segmento social eram, conforme o periódico, o resultado de um analfabetismo generalizado. Ao denunciar o iletrismo e a precariedade da escolarização *O Alfinete* (1918, apud BARROS, 2005, p. 86) afirmava:

> O estado lamentavel em que jazem os homens de côr no Brazil, opprimidos de um lado pelas ideias escravocratas que de todo não desapareceram do nosso meio social e de outro pela nefasta ignorancia em que vegetam este elemento da raça brazileira, impõe uma reacção salutar para que possam em dias futuros ter a consciencia lucida, de que para elles, os seus direitos são compuscados, a lei asphixiada e a justiça vilipendiada. (...) Esta antithese completa de tudo o que é organico tem como cousa principal o analphabetismo que predomina em mais de dois terços de tão infeliz raça.

Um ano mais tarde, *O Alfinete* (1919, apud BARROS, 2005, p. 87) declarava a necessidade de lutar coletivamente e, dentre todas as suas bandeiras, a educação foi uma das prioritárias. Ela era vista como recurso obrigatório para a obtenção de respeito, reconhecimento e dignidade:

> Nós precisamos unirmo-nos, porque é da união que nasce a força. Empunhando o nosso estandarte em pról d'um idéal elevado, como seja: o combate ao Analphabetismo, essa praga que nos fazem mais escravos do que quando o Brazil era uma feitoria; é que não recuamos perante os ataques e zombarias dos pessimistas e dos que vivem sómente para lançar a desharmonia no seio da nossa classe.

Cabe apontar que os negros também objetivavam o ingresso nas escolas públicas, o que era visto como condição indispensável para participar diretamente da construção da nação. Para essa população, a educação era sinônimo de progresso e de novas possibilidades ainda não exploradas, e a República era um grande projeto de justiça social e equidade, um novo sistema político (oposto ao da monarquia escravista) que tinha a intenção de melhorar as condições de vida dos grupos sociais desfavorecidos e, paralelamente, oferecer a igualdade de oportunidades. Mas, acima de tudo, esse governo deveria outorgar ao povo os recursos necessários para conservar e controlar o poder, sem que houvesse qualquer distinção ligada à raça. Nesse sentido, o negro deveria agir para extinguir sua "condição bárbara" e, sem demora, colaborar com a administração desse regime democrático e moderno, bem como

---

meninas negras, a escola também admitia alunas desfavorecidas e impossibilitadas de pagar as taxas escolares, sendo que essas estudantes prosseguiam sua formação conjuntamente com aquelas munidas de recursos financeiros (BARROS, 2005).

obter os benefícios sociopolíticos individuais e coletivos. Empenhar-se-ia, para esse fim, para adentrar no campo pedagógico criado pelo sistema político instalado em 1889.

O jornal da imprensa negra *Getulino* (1923, apud LUCINDO, 2016, p. 314), enfatizava "os poderosos auxílios da democracia republicana, que ampliou e franqueou sabiamente o ensino público." Assim, como complemento aos conhecimentos obtidos através das associações e das escolas negras, era preciso, de modo igual, enviar as crianças aos estabelecimentos de ensino do Estado, sendo estes os únicos meios para atuarem como protagonistas na proposta inovadora da República, uma vez que a trajetória nos institutos oficiais permitiria aos negros adquirir o conhecimento e os valores das classes dominantes, bem como suprimir atitudes entendidas como vícios provenientes da raça ou dos tempos da escravidão. Em outras palavras, através do ensino institucionalizado era-lhes dada a capacidade de saber como se comportar de acordo com os códigos elitistas e se enquadrar na esfera da cultura dominante.

Além disso, as comunidades negras se organizaram em movimentos de cunho antirracista. No início do século XX, elas instituíram grêmios, clubes e associações com objetivos assistencialistas, recreativos e/ou culturais. Os integrantes criaram cursos de alfabetização de crianças e adultos, como também cursos profissionalizantes e, no âmbito do ensino público, se empenharam para garantir aos alunos o aprovisionamento gratuito de material escolar, uniforme e assistência odontológica. As práticas educacionais dos docentes, por um lado, pretendiam restituir a autoestima e a autoconfiança, mediante a crítica dos discursos raciais fundamentados no sentimento de inferioridade desse grupo social e, por outro lado, tencionavam refletir e projetar ações políticas de resistência e de intervenção. Ademais, os integrantes organizaram diferentes eventos artísticos: encenações teatrais, recitais de poesias, concertos musicais, bailes dançantes etc. As festividades, regidas por um ambiente respeitável e familiar, uma regra vigorosamente preconizada pelas entidades, além de promover um espaço de lazer para a população negra, também tinham como finalidade, por meio das atividades lúdicas, a transmissão de mensagens educativas e doutrinárias. Os militantes, inclusive as mulheres, articularam múltiplos programas destinados à melhoria da vida de seus membros, assim como uma mensagem geral de prosperidade moral e material da população negra. Conforme o ponto de vista desses coletivos, a união e a coesão eram resultadas tanto das atividades políticas quanto das atividades recreativas.

Por exemplo, Domingues (2007b) apontou a viabilidade da criação em São Paulo e no Rio de Janeiro de uma entidade negra interestadual desde 1914, o Centro da Federação dos

Homens de Cor e, para mais, o historiador indicou que algumas associações agiram no sentido de formar certas classes de trabalhadores negros: portuários, ferroviários e ensacadores, dinâmicas estas que, com efeito, podem ter inaugurado uma sorte de organização sindical. O autor, por fim, fez referência a cientistas sociais que, durante suas pesquisas, realizaram listagens sobre o considerável número de agremiações negras instaladas em algumas cidades brasileiras:

> Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. (...) Pinto computou a existência de 123 associações negras em São Paulo, entre 1907 e 1937. Já Muller encontrou registros da criação de 72 em Porto Alegre, de 1889 a 1920, e Loner, 53 em Pelotas/RS, entre 1888 e 1929. Havia associações formadas estritamente por mulheres negras, como a Sociedade Brinco das Princesas (1925), em São Paulo, e a Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul (1908), em Pelotas. (DOMINGUES, 2007b, p. 103-104)

Paralelamente aos grêmios, clubes ou associações surgiram o que se chama de imprensa negra, isto é, jornais editados por negros e, além disso, produzidos com o objetivo de tratar as questões específicas da comunidade. Nas suas páginas, eram abordadas temáticas correspondentes às diferentes dificuldades enfrentadas pela população negra. Uma atenção particular era atribuída ao espaço do trabalho, da habitação, da alimentação, da educação e da saúde. Ademais, os jornais eram canais de denúncia do regime de discriminação racial, tornando-se, assim, um instrumento para se pensar coletivamente soluções concretas:

> Em São Paulo, o primeiro desses jornais foi *A Pátria*, de 1899, tendo como subtítulo *Orgão dos Homens de Cor*. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinela*, em 1920. No município de Campinas, *O Baluarte*, em 1903, e *O Getulino*, em 1923. Um dos principais jornais desse período foi o *Clarim da Alvorada*, lançado em 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. Até 1930, contabiliza-se a existência de, pelo menos, 31 desses jornais circulando em São Paulo. A *imprensa negra* conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o "preconceito de cor", como se dizia na época. Surgiram jornais dessa mesma natureza em outros estados, como a *Raça* (1935), em Uberlândia/MG, o *União* (1918), em Curitiba/PR, *O Exemplo* (1892), em Porto Alegre/RS, e o *Alvorada*, em Pelotas/ RS. Este último – publicado com pequenas interrupções de 1907 a 1965 – foi o periódico da *imprensa negra* de maior longevidade no país. (Ibidem, p. 104-105)

Embora essas organizações tenham, por vezes, optado por uma postura "apartidária", certamente elas foram obrigadas a dialogar constantemente com as diferentes correntes políticas da época, inclusive com as filosofias anarquistas e comunistas, da mesma forma em

que foram impelidas a se posicionar em relação às teorias raciais existentes. O militante antirracista José Correia Leite dizia:[9] "houve um tempo [a década de 1920] em que eu ouvia muita gente dizer que a nossa luta não tinha razão de ser porque o negro ia desaparecer. Foi uma ideia gerada por estudiosos." (S/D, apud PEREIRA, 2010, p. 52) De fato, no início do século XX, houve uma reinterpretação particular das teorias racialistas oriundas da Europa.[10] Os cientistas brasileiros introduziram a concepção do branqueamento da população através das misturas inter-raciais, iniciando assim uma política agressiva em favor da imigração europeia. Eles acreditavam que o processo de mestiçagem poderia garantir a hegemonia biológica e cultural branca e, simultaneamente, extinguir todas as características não brancas da população. Tratava-se de uma fase "transitória e intermediaria" na criação de um tipo nacional com fenótipo europeu (MUNANGA, 2004, p. 56). O médico e cientista brasileiro João Batista de Lacerda afirmava (1911, apud SCHWARCZ, 1997, p. 176): "é lógico supor que, na entrada do novo século, os mestiços terão desaparecido no Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós."[11]

Em 1931, no contexto de luta contra o racismo no Brasil, foi criada a Frente Negra Brasileira (FNB), organização política na qual foi elaborado um programa bem definido e um projeto ideológico com reivindicações específicas. Durante a primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país com cerca de 60 delegações e vários grupos filiados em diferentes regiões (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul e Bahia), sendo estes os responsáveis pela mobilização da população negra[12] (KÖSSLING, 2004).

---

[9] José Benedito Correia Leite nasceu no dia 23 de agosto de 1900 na cidade de São Paulo. Oriundo de uma família muito modesta, trabalhou desde a infância como entregador de marmitas, lenheiro e cocheiro. Nos anos 1920, José tornou-se uma importante figura do movimento negro brasileiro. Aos 24 anos de idade fundou o jornal *O Clarim*, rebatizado algum tempo depois de *O Clarim d'Alvorada*, que era um periódico realizado por negros e visando atingir como público a comunidade negra. Em 1931, José foi um dos fundadores da Frente Negra Brasileira.

[10] O racialismo pessimista de Arthur de Gobineau (1816-1882) considerava que as misturas inter-raciais levavam à degenerescência das raças. Já o racialismo evolucionista ligado ao "darwinismo social" de Gustave Le Bon (1841-1931) defendia os conceitos referentes à "luta das raças". Tratava-se da seleção natural, isto é, da vitória do mais apto. Enfim, o racialismo eugenista de Georges Vacher de Lapouge (1854-1936) proscrevia a ideia do determinismo biológico-racial: uma raça corresponde a certos tipos de aptidões. Além disso, esse projeto estipulava a seleção e o aperfeiçoamento das qualidades hereditárias de uma raça. A partir de uma perspectiva de evolução e de progresso das civilizações, essas três teorias defendiam vigorosamente a noção de pureza das raças e de hierarquia racial (BOUCHER, 2000).

[11] Nesse projeto político predominava a ideia do "darwinismo social", a vitória dos mais aptos, e do eugenismo, a proposição de políticas públicas de limpeza étnica. À exceção de Nina Rodrigues, adepto das teorias de Gobineau, os cientistas brasileiros tais como João Batista de Lacerda, Silvio Romero e Oliveira Vianna tinham uma visão mais otimista em relação ao processo do branqueamento (PEREIRA, 2010).

[12] Frequentemente, os militantes negros da FNB foram acusados de insuflar o separatismo, o ódio racial e, em alguns casos, a africanização do Brasil.

Nesse quadro, as mulheres não tiveram apenas importância decorativa ou simbólica. Na verdade, o papel delas foi profundamente dinâmico, seja na associação às iniciativas organizadas pelos homens, seja na criação de diferentes iniciativas independentes. A Cruzada Feminina, por exemplo, congregava as mulheres para realizar trabalhos assistencialistas, e outro comitê, as Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos. Esses grupos compostos por mulheres comprometidas com a luta antirracista coordenavam eventos direcionados principalmente ao campo da educação e da cultura[13] (DOMINGUES, 2007a). Aliás, esses departamentos também dialogavam com outras coletividades de mulheres como a Associação Cívica Feminina, fundada em São Paulo em 1932. Por um lado, através dos organismos citados, as mulheres constituíram o maior suporte econômico da FNB e, por outro lado, elas foram as grandes responsáveis pela concentração de negros (crianças e adultos) no interior da entidade.

Na FNB, o denominado Departamento de Cultura ou Intelectual foi, sem dúvida, o mais significativo.[14] (DOMINGUES, 2009) Segundo essa organização negra, a educação, abrangendo de modo amplo tanto a prática pedagógica convencional quanto a formação cultural e moral do negro, e a instrução, abrangendo de modo mais específico a alfabetização e a escolarização (jovens e adultos), eram pré-requisitos imprescindíveis, ou até mesmo a solução, para resolver os problemas da "gente de cor." Presumia-se que esse grupo populacional, na medida em que prosperava no campo do conhecimento e do saber, seria estimado e prestigiado pela sociedade em geral. Simultaneamente, essa orientação intelectual permitiria sua integração à ordem social vigente e sua ascensão social. Ademais, ela seria capaz de anular o preconceito racial ou, com um pouco de perseverança, erradicá-lo. Por fim, dentro do limite, a cultura letrada garantiria o exercício da cidadania plena, pois por efeito da educação e da instrução o negro adquirira informações concretas sobre seus direitos e deveres, assim como se tornaria competente para pleiteá-los (DOMINGUES, 2016).

Para tanto, a FNB dispunha de uma infraestrutura suficientemente grande para manter o funcionamento de uma escola (diurna e noturna) com aulas de alfabetização,

---

[13] A linguagem intrínseca aos documentos da entidade era marcada pelo emprego de substantivos biformes. Com a finalidade de incluir ambos os gêneros nos projetos da coletividade, o periódico serviu-se frequentemente dos termos "'frentenegrinos e frentenegrias', 'meus irmãos e minhas irmãs negras', 'negros e negras', 'irmãos e irmãs da raça', 'senhores e senhoritas', 'leitores e leitoras', 'moços e moças', 'meninos e meninas'." (DOMINGUES, 2007a, p. 353-354)

[14] Com o propósito de fomentar projetos específicos a FNB inaugurou vários departamentos: Instrução, Cultura, Jurídico-Social, Médico, Artes e Ofícios, Colocações de Domésticas (sua finalidade era conseguir trabalhos domésticos - cozinheira, passadeira, copeira e lavadeira para as frentenegrinas), Doutrinário, Dramático, Musical, Esportivo, Imprensa (este último era responsável pela publicação do seu principal canal de comunicação, o jornal *A Voz da Raça*) (Ibidem).

formação primária e "Formação Social" (correspondia ao ginasial), cursos de inglês e de outras línguas estrangeiras, cursos profissionalizantes, biblioteca e biblioteca infantil, salas de leituras, além de um grupo teatral e de um grupo musical.[15] Tais espaços admitiam a participação de crianças e adultos e, em certas ocasiões, não eram exclusivamente limitados aos associados. As lições focadas na aprendizagem da leitura e da escrita que no início eram destinadas ao conjunto da população negra foram estendidas, pelas lideranças da organização, a pessoas de outros grupos étnico-raciais.[16] A essas ações concretas, acrescentou-se o objetivo da entidade em criar um Clube dos Intelectuais para agregar estudiosos, poetas, jornalistas e escritores, fora sua intenção de estruturar um setor de intercâmbio cultural e social, bem como publicar um jornal literário e os livros dos autores negros, embora esses últimos projetos não tenham saído do papel.

Cenário incomum para a época, no campo da educação infantil e elementar, as aulas eram mistas, ou seja, meninos e meninas estudavam conjuntamente. Nessa escola, também foram introduzidos os exames finais, com o desempenho dos estudantes sendo consignados nos boletins escolares e, no término do ano letivo, realizavam-se comemorações com os alunos, familiares e convidados. No que diz respeito à organização das turmas, alguns pesquisadores afirmam que os cursos eram ordenados em séries distintas, com cada sala de aula equivalendo a uma série, já outros pesquisadores afirmam que os cursos eram ordenados conforme um sistema multisseriado, com várias séries funcionando dentro de uma mesma sala de aula. De todo modo, durante os cursos a FNB inaugurou, com características até então bastante moderadas, um posicionamento crítico direcionado à pouca receptividade do alunado negro nas escolas públicas e privadas, pois, uma vez admitido no sistema formal, o jovem deveria entestar um quadro de assimetrias raciais, em que era comum observar as posturas diferenciadas do corpo docente e um material didático com conteúdos que vinculavam imagens negativas dos negros (DOMINGUES, 2009). À vista disso, na escola da FNB, alguns fatos da História do Brasil eram rememorados com uma nova abordagem, por vezes, marcada por uma perspectiva mítica e esquemática, mas sempre focalizada na significativa participação dos negros na construção da nação. Quanto ao corpo docente, a partir de 1934, o

[15] No interior da sua sede social havia salas atribuídas à presidência, à secretaria, à tesouraria, às reuniões e aos diferentes departamentos. A organização negra também usufruía de um local de encontro e de lazeres com um bar, um salão de jogos e um salão para as realizações de festas e cerimônias oficiais. Os departamentos, por sua vez, asseguravam diversos serviços de base: salão de beleza com barbeiro e cabeleireiro, oficina de costura, posto de alistamento eleitoral, gabinete dentário, agência de emprego e assistência moradia, uma caixa beneficente que prestava auxílio médico, hospitalar, farmacêutico e funerário aos aderentes etc.

[16] Em 1917, no estado paulista, os italianos mantinham 49 escolas com 6.882 estudantes ao passo que os alemães mantinham 37 escolas com 3.387 estudantes (LUCINDO, 2016).

centro educativo frentenegrino contou com duas professoras negras nomeadas pelo Estado de São Paulo. O curso primário, porém, foi o único que se beneficiou de educadores formados e regulamente remunerados. Os demais cursos eram ministrados por aqueles que se dedicavam ao trabalho benévolo. Acima de tudo, esse recinto, somado às diferentes esferas de ação pedagógica-política das organizações negras dos anos 1930, viabilizadas até mesmo no interior do território nacional, significou uma reação concreta às diferentes práticas de exclusão da rede de ensino em geral (Idem, 2016).

Nesse ponto, a leitura e a escrita representaram, no plano externo, importantes recursos para os embates por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, uma vez que o Estado não oferecia os serviços e bens considerados indispensáveis para uma vida digna. Já no plano interno, as aprendizagens simbolizaram a busca pela ascensão social, bem como um instrumento para fortalecer a autoestima e o sentimento de coesão e de solidariedade e, além disso, garantir a mobilização e a formação de espaços autônomos. O letramento deve ser, portanto, compreendido nos seus contornos e significados políticos.

Finalmente, as comunidades negras se organizaram nos movimentos de esquerda. A socióloga Flávia Rios (2014a) citou um artigo do jornalista e militante negro Hamilton Cardoso,[17] que pesquisou sobre tais tendências na própria frente negra. O autor investigou uma vertente influenciada pela ideologia comunista, cujo principal representante era o próprio fundador da entidade antirracista, José Correia Leite.[18] De acordo com a investigação de Hamilton:

> A luta do embranquecimento gerava a luta pelo enegrecimento, o que não impediu o surgimento de grupos, aliando a luta racial a social, de uma tendência socialista na oposição da Frente Negra Brasileira apontando para uma luta social do negro contra a exploração econômica do homem, contra a hegemonia branca do país. (CARDOSO, 1979, apud RIOS, 2014a, p. 71)

Laudelina de Campos Melo também foi uma figura bastante conhecida da frente negra e do partido comunista. Nascida em Poços de Caldas, Minas Gerais, em 12 de outubro

---

[17] Hamilton Bernardes Cardoso nasceu em Catanduva, no Estado de São Paulo, em 10 de julho de 1954. Ainda na infância, ele foi viver com a família na cidade de São Paulo. Foi aluno de escolas públicas e, mais tarde, seus pais o encaminhou para um seminário religioso católico. Os estudos secundários foram realizados no período noturno no influente Instituto Caetano de Campos. De origem modesta, Hamilton vinha de uma família com quatro filhos. Seu pai era músico de orquestras. Sua mãe, originária de Minas Gerais, era empregada doméstica. Em 1974, tornou-se membro do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). Hamilton Cardoso tinha vinte e dois anos quando iniciou seu trabalho no jornal *Versus,* na coluna *Afro-Latino-America*. Ele era aluno bolsista do curso de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero. Em 1978, Hamilton participou da criação do Movimento Negro Unificado (MNU).

[18] Havia também outra vertente bastante citada pelos historiadores de inspiração fascista. Ela era encabeçada por Arlindo Veiga dos Santos.

de 1904, era filha de pais alforriados pela Lei do Ventre Livre.[19] Desde a adolescência, a jovem trabalhou como empregada doméstica. Aos dezesseis anos, Laudelina foi eleita presidenta do Clube 13 de Maio. A entidade era responsável pela realização de atividades recreativas e políticas na sua cidade natal. Aos dezoito anos, a mineira foi residir na cidade de São Paulo e, aos 20 anos, casou-se. Com seu marido, Geremias Henrique Campos Mello, teve dois filhos. Em 1924, Laudelina foi viver na cidade de Santos, no interior do Estado de São Paulo. Lá, participou da agremiação Saudade de Campinas, grupo que tinha como propósito valorizar a cultura negra no município. Nos anos 1930, Laudelina fez-se importante defensora dos direitos das mulheres e das empregadas domésticas.

Desde os anos 1920, Laudelina atuou em diferentes grupos políticos. Neles, a militante elaborou análises sobre os mecanismos de discriminação de gênero e de raça, experiência que, em seguida, foi-lhe útil para promover uma opinião crítica quanto à situação das mulheres negras e das trabalhadoras domésticas. Sobre a categoria, Laudelina descreveu: "a situação da empregada doméstica era muito ruim, a maioria daquelas antigas trabalharam 23 (vinte e três) anos e morria na rua pedindo esmolas. Lá em Santos a gente andou cuidando, tratou delas até a morte. Era um resíduo da escravidão, porque era tudo descendente de escravos." (MELO, S/D, apud PINTO, 1993, p. 217) Em 1936, Laudelina fundou a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos. O principal objetivo da organização era adquirir o *status* jurídico de sindicato, já que tal procedimento lhe permitiria

[19] A Lei do Ventre Livre, publicada em 1871, legitimava a condição servil decretada dos negros. Na realidade, este primeiro preceito abolicionista estabeleceu uma nova maneira de pensar a liberdade, visto que esta Lei libertava todos os filhos nascidos de mães escravas e, ao mesmo tempo, limitava seus direitos constitucionais. Em outras palavras, o recém-nascido era um indivíduo livre, exceto que ele ainda estava sujeito a certas restrições impostas pelos seus respectivos proprietários. O artigo primeiro da lei declarou livre todos os lactentes nascidos após sua promulgação, no entanto, os parágrafos seguintes atestavam a obrigação dos mesmos de permanecer sob a autoridade do dono da sua mãe escrava. De acordo com este requisito, os proprietários tinham o dever de prover as primeiras necessidades da criança até os oito anos de idade, e, após esse prazo, eles tinham a opção de explorá-lo como escravo até os 21 anos ou entregá-lo a uma instituição do governo (espécie de orfanato ou reformatório onde a criança era submetida a um regime de prisão ou de trabalho forçado), sendo no último caso recompensado por parte do Estado com uma indenização. E, obviamente, a progenitora não tinha nenhum margem de manobra quanto à decisão final. Nesse contexto, as vantagens constitucionais foram concedidas a todos os descendentes de escravos, mas de acordo com certos critérios de legitimidade e implementação. Juridicamente, as crianças originárias do Ventre Livre eram "brasileiros livres", a quem o Império deveria garantir a igualdade de tratamento e de chances. Todavia, esta lei também criou uma série de regras relativas à aquisição dessa liberdade. Já que ela impôs algumas normas às quais os descendentes de mães escravas deveriam se submeter para se tornarem sujeitos de direitos. É por isso que Dora de Lima Bertulio afirma que esta lei desenvolveu uma nova maneira de conceber a liberdade, doravante suceptível de ser extinta por prescrição. Assim, a legislação do Ventre Livre, muitas vezes citada como emancipatória, e reflexo de uma verdadeira vontade política a fim de responder aos princípios humanitários de igualdade e liberdade, foi, de fato, uma ferramenta de orientação ideológica, uma doutrina baseada no discurso abolicionista, mas que, na realidade, tencionava despojar a população negra dos direitos fundamentais previstos pelas instituições. Os direitos políticos inalienáveis, os quais todos os cidadãos deviam dispor, eram, nesse caso, legalmente negados aos negros livres (BERTULIO, 2007).

negociar com o Estado o reconhecimento lícito da categoria e, a partir de então, os direitos trabalhistas. A exclusão das profissionais não se limitava à interdição de sindicalização, mas também compreendia a inexistência de regulamentação da atividade pela legislação trabalhista.

Nos anos 1940, Laudelina tornou-se então a primeira grande líder sindical de sua categoria. Em 1946, durante o Congresso Sindical dos Trabalhadores, a Associação profissional dos Empregados Domésticos lançou uma campanha pela sua sindicalização. A intenção da ação era a alteração das Leis do Trabalho no capítulo que os diz respeito, pois, as proibições os deixavam à margem dos benefícios da Previdência Social e das garantias do trabalho. Segundo a entrevista de Laudelina concedida ao *Jornal de Notícias*,

> quando foi promulgada a lei de Sindicalização, - disseram as nossas entrevistadas - sob diversas e até certo ponto absurdas alegações, inclusive a de que não produziam para a Nação, foram os empregados domésticos excluídos de qualquer enquadramento sindical e proibidos de se organizarem em associações para defesa de seus interesses econômicos e profissionais.[20] (JORNAL DE NOTÍCIAS, 13/09/1946, p. 05)

É importante, nesse sentido, invalidar, por um lado, a concepção de inexistência de escolarização dos negros antes da popularização do ensino formal na década de 1960, e, por outro lado, invalidar a ideia de não organização política desse grupo social. Suas produções (estatutos, artigos, revistas, jornais...) atestavam a preocupação com a instrução, o espírito de coesão, a ajuda mútua, a busca de ascensão social e, por fim, a coordenação de espaços independentes reservados ao debate de seus problemas específicos. Além disso, eles defendiam uma educação muito próxima do princípio de conscientização, de emancipação e do poder de agir, tendo em vista a transformação social (LUCINDO, 2016). Assim, Nascimento (2016a, p. 611-612) citou algumas referências bibliográficas que pesquisam sobre diferentes círculos de trabalhadores negros organizados:

> Encontraram-nos/as nas fábricas enquanto operários/as em meio a imigrantes e nacionais livres brancos/as (Andrews, 1998), viram-nos carregando sacas de café nos portos, fundando sindicatos e realizando greves históricas (Cruz, 2005), abrindo estradas de ferro (Souza, 2010), caçando baleias (Castellucci Junior, 2008), servindo patrões e sinhás nos sobrados das capitais (Graham, 1992; Damasceno, 2011), desenvolvendo ofícios liberais nas áreas de medicina, advocacia, engenharia, jornalismo (Gomes & Domingues, 2013) etc., montando e atuando nas companhias de teatro ligeiro (Bongiovanni, 2014), gravando seus lundus e sambas em versão fonográfica (Abreu, 2010), dançando nas noites dedicadas aos Orixás (Reis, 2008). Negros e negras também esbordoaram ou enfiaram a faca naqueles que os preteriram na disputa pelo cargo melhor remunerado ou por vagas de emprego (Ribeiro, 1990; Chalhoub, 1986); fizeram seus grupos musicais e tocaram no Brasil e no exterior (Hertzman, 2013); utilizaram os tipos que imprimiram as folhas dos Homens de Cor (Santos, 2003; Pereira, 2010; Pinto, 2014), jogaram futebol e infernizaram as elites

[20] Durante a ditadura militar (1964-1985), Laudelina foi vítima da repressão.

> dos clubes (Pereira, 2000); enfrentaram as formas de disciplinamento de oficiais brancos na Marinha de Guerra (Nascimento, 2016). Percebe-se a riqueza e a diversidade de histórias reveladas através da investigação das trajetórias individuais e coletivas dessas pessoas no processo que extinguiu juridicamente a escravidão.

Após essa breve discussão, retornando então à pergunta inicial, mas agora diante de prévias explicações sobre o protagonismo histórico das negras como sujeito político, objetivamos compreender a ausência de pesquisas sobre sua militância política nas obras científicas referentes ao século XX.

No que concerne às pesquisas direcionadas à consolidação do movimento operário, quando, eventualmente, é citada a presença dos negros, são representados como mão de obra recém liberta e, imediatamente, substituída pelos imigrantes de origem europeia. No final do século XIX, o Estado Brasileiro, com efeito, estabeleceu um claro programa racista de construção da nacionalidade. Seus princípios eram a superioridade da raça branca e o "aperfeiçoamento" da população a partir da admissão de estrangeiros considerados eugênicos (VAINER, 1990). Por outro lado, a Constituição de 1891 interditou a imigração de origem africana e asiática, embora vários japoneses tenham sido aceitos durante a Segunda Guerra Mundial. Iniciou-se, assim, paralelo ao processo que resultaria na abolição da escravidão, uma política violenta de incentivo à integração de grupos oriundos do velho mundo (PEREIRA, 2010). Esse conjunto de pessoas foi, nas obras historiográficas, designado como o principal contingente de operários e militantes responsáveis pela introdução de ideias anarquistas, comunistas e socialistas no país. Nos anos posteriores, com a criação do Partido Comunista Brasileiro, uma atenção maior foi atribuída ao trabalhador nacional, porém tratava-se sobretudo de outorgar visibilidade aos militantes brancos, uma linha de pensamento que até meados dos anos 1980 também prevaleceu nas pesquisas sobre a ditadura militar.

Nesse sentido, segundo Nascimento (2016a), os cientistas sociais, desde o final do século XIX, fabricaram a ideia da inexistência dos negros nos movimentos políticos. Mesmo atualmente é complexo, para os historiadores, admitir o protagonismo desse grupo social enquanto militantes de círculos anarquistas e comunistas. Tal prática dificultou a concepção de análises críticas sobre os problemas gerados pelo racismo, inclusive a proposta que legitima a impraticabilidade de uma cultura política entre os trabalhadores escravos, além disso, negou aos negros militantes na primeira metade do século XX o papel de agentes das mobilizações dos "verdadeiros proletários" e, por último, viabilizou a produção de uma história única marcada pela hegemonia cultural e racial dos brancos. Outro ponto discorrido nesta pesquisa é o excessivo interesse acordado à dimensão de classe. Frequentemente, as

"questões da mulher" e as "questões raciais" foram avaliadas como secundárias, não havendo efetivas investigações dessas duas últimas perceptivas teóricas.

No que diz respeito aos trabalhos sobre o feminismo e sua lógica das ondas,[21] existe um discurso hegemônico que fixa a crítica radical dentro de uma década específica (HEMMINGS, 2009): nessa narrativa, caracterizada por deslocamentos lineares, o protagonismo das mulheres negras teria ocorrido somente durante os anos 1980. A partir dessa linha de pensamento, mulheres negras, índias, mestiças, pobres e trabalhadoras, principalmente no contexto norte-americano, consideraram que a pauta política das militantes não as incluía, ocasionando, então, profusas críticas em relação à categoria "mulher" como figura universal.[22] A proposição desse novo debate, que supostamente, teria surgido em meados de 1980, remeteu à noção de que não havia a "mulher", mas sim diversas "mulheres" e, consequentemente, múltiplas identidades. Não era mais possível, dessa maneira, analisar simplesmente uma única condição feminina, uma vez que existem inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de geração, de etnia, de raça, de sexualidade, de religião etc. Nessa direção, as mulheres não brancas começaram a questionar a viabilidade da categoria "mulheres" e reivindicaram a "diferença" – dentro da diferença – como uma questão a ser analisada.[23]

Entendo que sempre foi corrente a intervenção das mulheres negras nos movimentos sociais, inclusive no movimento feminista. No entanto, em razão da ausência de críticas acerca do racismo, sua representatividade só foi aceita e ganhou visibilidade durante a década de 1980. Nesse sentido, é possível pensar que a predominância desse discurso hegemônico reprimiu as peculiaridades das diferentes trajetórias, bem como ofuscou as múltiplas diferenças dentro do pensamento feminista e das lutas antirracistas. Sendo assim, ainda atualmente, cientistas sociais se interessam pelo protagonismo das mulheres negras, essencialmente, a partir do final do século XX.

No que se refere aos estudos direcionados à temática racial, em diversas circunstâncias ainda é difícil criticar a visão da "democracia racial" e apontar as formas de

---

[21] "Nas narrativas do feminismo existe a noção de (...) várias ondas. Na Primeira Onda (final do século XIX e início do XX), as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos; na Segunda Onda (a partir da metade dos anos 1960), elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado." (PEDRO, 2011, p. 271)

[22] A noção, por exemplo, de trabalho fora do lar e de carreira defendida por Betty Friedan, no livro *"Mística Feminina"*, não significava para essas mulheres oriundas das camadas mais modestas uma forma de "libertação", pois elas sempre trabalharam dentro e fora do lar (SOIHET & PEDRO, 2007).

[23] "O feminismo dos 1990 seria o da categoria 'relações de gênero', resultado da virada linguística e, portanto, ligada ao pós-estruturalismo e, por fim, à própria crítica a essa categoria, encabeçada por Judith Butler." (PEDRO, 2011, p. 271)

racismo existentes no país. A elite dominante, desde o fim da escravidão em 1888 e da instauração da República em 1889, estava interessada na criação de um "tipo étnico nacional" (MUNANGA, 2004). Dessa forma, a mestiçagem se transformou no aspecto central do nacionalismo brasileiro e, em seguida, colaborou na construção da ideia falaciosa de um território sem preconceito e sem discriminação racial, a ponto de a escravidão no Brasil ter sido considerada como mais humana e mais suportável (PEREIRA, 2010). Foi então consolidado, no final do século XIX, uma crença generalizada segundo a qual a mistura e a harmonia entre as raças[24] originárias – indígena, negra, europeia – era uma das "maiores" conquistas políticas e sociais da nação. Tratou-se da produção de uma ideologia de simetria entre diferentes grupos sociais, sendo a miscigenação da população percebida como um meio para garantir uma sociedade mais justa.

A adoção de uma cultura nacional híbrida fez com que o presidente Getúlio Vargas (1930-1945) pudesse integrar os negros, pelo menos no plano simbólico, à nação brasileira. A ideologia da "democracia racial" – doutrina que exaltou os efeitos positivos da mestiçagem, desenvolvida e popularizada pelo sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre, com a publicação de seu livro *Casa Grande e Senzala*, em 1933 – ofereceu ao chefe de governo uma visão de caráter científico para uma sociedade multiétnica (D'ADESKY, 2001). Ao longo dos anos, essa teoria adquiriu a conotação do ideal de igualdade de oportunidades de vida e de respeito dos direitos civis e políticos de todos os cidadãos, um princípio que dominou os discursos raciais até o início dos anos 1990. Além disso, o sexismo presente nos movimentos negros impediu a visibilidades das mulheres. Em 1978, Maria Dulce Pinheiro Pinto, militante antirracista, escreveu:

> Depois do Ato Público de 07.07 do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, nós mulheres compreendemos a importância de um Movimento Feminino de mulheres NEGRAS. Além de ser um fato inédito, temos a consciência de que precisamos nos organizar e estruturar este movimento; nosso objetivo é nos colocarmos em igualdade de direitos com os homens desta sociedade, sem permitir que nos manipulem e preservem o antigo conceito de que mulher é um ser impensante e que precisa de apoio masculino em todas as circunstâncias. **A Garra da Mulher Negra** tem como ponto primordial a conscientização das mulheres, para que não se acomodem na condição de submissas. Não somos contra

[24] Raça, nesta pesquisa, é entendida como um conceito socialmente construído. Evidentemente, rejeito pensamentos que a definem em termos biológicos. No Brasil, ainda atualmente, indivíduos e grupos agem em relação a outros indivíduos e grupos tendo como fundamento o princípio de que uma etnia, nesse caso, a branca, é superior às outras – negros e índios. Assim, indivíduos com determinados traços físicos, identificados como pertencentes a um grupo social com traços culturais, linguísticos e religiosos comuns, são passíveis de experimentar maiores formas de opressão. Rege, nessa estrutura social onde existe dominante e dominado, um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas introduzidas nos costumes cotidianos que permite, direta ou indiretamente, a exclusão e a exploração dos não brancos. O racismo, dessa forma, não é um fenômeno individual, atitudes de um sujeito ignorante ou que têm opiniões retrógadas. Refere-se, na verdade, a uma organização da sociedade que gera desigualdades entre indivíduos de diferentes raças (GUIMARÃES, 2016).

> "os homens", ao contrário, queremos que nos respeitem como seres iguais, que não sejamos vistas somente como mães, domésticas e objetos sexuais. A mulher negra entre todas é a mais discriminada, quando na verdade é quem sempre enfrenta as piores situações. É ela entre todas que juntamente com o homem enfrenta o dia a dia trabalhando fora, cuidando dos afazeres domésticos, das crianças e do próprio companheiro. O que não acontece com as mulheres brancas (burguesas) que têm empregadas domésticas, babás, carro, não trabalha fora. (AFRO-LATINO-AMÉRICA, 2014, p. 63)

O artigo citado foi publicado na seção *Afro-Latino-América* do jornal *Versus*, o qual surgiu em outubro de 1975 e, segundo Rios (2014a), produziu publicações essenciais para compreender as relações entre militantes antiracistas e de esquerda. Em linhas gerais, *Versus* foi inicialmente um projeto "preocupado em caracterizar uma certa cultura de resistência nascida de lutas contra a exploração e a violência no continente." (TOULHOAT, 2016, p. 02) O idealizador do tabloide, o gaúcho Marcos Faerman,[25] realizou diferentes reportagens (com documentos variados: relatos, conversas, cartas e fragmentos de diários pessoais) sobre as experiências das ditaduras nos países latinoamericanos. Tratava-se, por um lado, de um recurso para conquistar leitores provenientes dos meios intelectuais e universitários e, por outro lado, de um artifício para expor narrativas e imagens que operavam como metáforas para refletir sobre a própria realidade política brasileira.[26] Objetivava-se, assim, se esquivar da censura contra a imprensa.

A censura aos meios de comunicação foi regularizada em 1967 e, imediatamente, propagou-se no país um cenário de extrema intolerância política, marcado pela proibição ou alteração do conteúdo de vários jornais e obras artísticas (peças teatrais, filmes, livros e músicas), sob a inculpação de produzir material subversivo, mas também pela prisão, tortura e, em alguns casos, até mesmo o assassinato de jornalistas, escritores e artistas. O controle cerrado do sistema de comunicação entravou, de modo perene, qualquer tipo de manifestação cultural ou intelectual dissidente.

No entanto, desde 1964, a limitação da liberdade também contribui para a emergência de uma imprensa alternativa, na qual foi proposto um projeto político de oposição ao regime militar e uma reflexão peculiar sobre a deconstrução dos métodos de tratamento da informação em vigor – resistência contra o autoritarismo e a grande mídia era a palavra de

---

[25] Marcos Faerman nasceu em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, em 1943. Ele foi um jornalista, professor e administrador cultural. Atuou em diferentes periódicos da denominada imprensa alternativa e, durante sua trajetória, ganhou destaque pela prática do jornalismo literário. Marcos iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista. Na adolescência, ele ingressou no Partido Comunista. Em 1968, o jornalista foi eleito para a direção nacional do Partido Operário Comunista (POC) e, em São Paulo, trabalhou no *Jornal da Tarde*. Marcos faleceu em 1999.

[26] Inicialmente distribuido de mão em mão, a partir de sua sétima edição, *Versus* consegue, através da editora Abril, uma circulação nacional, atingindo em 1977 a marca de 35 mil exemplares.

ordem. Nessa perspectiva, diferentes jornais e revistas independentes comportariam, em sentido amplo, publicações audaciosas e inovadoras, sendo elas caracterizadas pelo questionamento dos valores e das práticas da cultura dominante e, além disso, tais iniciativas editoriais representariam um espaço de articulação e de protagonismo destinado aos intelectuais, jornalistas e setores da esquerda comprometidos com a crítica à ordem política e às desigualdades de classe. Essa imprensa alternativa se anunciava assim como um dos raros meios para se exercer a liberdade de expressão.

A conjuntura de repressão, conforme Rios (2014a, p. 55), coagiu o *Versus* a adquirir um aspecto original: "a cultura como expressão simbólica do político." Nesse sentido, o termo cultura era pensado como meio para se criar uma reportagem não factual. Assim, o jornal recorreu às reflexões filosóficas, históricas e sociológicas, bem como recorreu a uma produção textual com importante teor literário. *Versus* se interessou pela América Latina, em particular pelos países com regimes ditatoriais instaurados, e tal orientação, sustentou os argumentos posteriores de pesquisadores especialistas do periódico, que afirmam haver nele um projeto de construção identitária tendo a região como suporte para a concepção de um "nós". Em contrapartida, o jornal rejeitou as normas hegemonicas originárias dos Estados Unidos, em virtude da posição anti-imperialista dos intelectuais de esquerda.

O tabloide, com características transnacionais, de fato publicou notícias sobre as lutas de libertação política atuais e, ademais, identificou processos históricos comuns de opressão dos povos mais desfavorecidos do continente. O índio, representante das culturas nativas, foi designado como o verdadeiro elemento ancestral do território, o principal agente do "nós" mestiço e, assim, motor de unificação das Américas. As trajetórias de várias personalidades resistentes à colonização européia foram investigadas nas produções textuais. Por outro lado, o negro não adquiriu imediatamente aspectos próprios. Suas memórias, sejam as rebeliões escravas ou os nomes de líderes, foram ignoradas. As referências contidas no jornal *Versus* foram direcionadas apenas às marchas de descolonização na África. As relações raciais eram problematizadas no que diz respeito às nações lusófonas como Angola, Moçambique ou Guiné Bissau, porém os jornalistas não analisavam suas correlações com os negros da sociedade brasileira. Mas o fato é que Marcos Faerman, segundo Rios (Ibidem), já vinha procurando escritores engajados na luta antirracista e dispostos a elaborar um pensamento crítico sobre o contexto nacional.

A proposta original de veiculação da informação atraiu vários profissionais originários dos jornais políticos-partidários, proibidos desde 1964, e da imprensa tradicional

(TOULHOAT, 2016). Contudo, as publicações de *Versus* são peculiares na medida em que seu idealizador preteriu a produção burocrática e estandardizada da grande mídia e, ao mesmo tempo, rejeitou a proposta de uma produção puramente ideológica aderida a uma organização política. Assim, jornais feministas como o *Nós mulheres* dialogavam com realizadores do *Versus* (RIOS, 2014a). Uma das pioneiras do *Afro-Latino-América* foi Neusa Maria Pereira.

Imagem 01: Neusa Maria Pereira

Fonte: Foto cedida por Neusa Maria Pereira

A seção *Afro-Latino-América* foi criada pela jornalista Neusa Maria Pereira que, em 1977, foi até a sede do jornal *Versus* e entregou um artigo – sob a forma de manifesto – intitulado *Pela Mulher Negra,* inciando, assim, um projeto político de resistência ao regime militar e de denúncia do racismo, principalmente no âmbito da desmistificação da ideologiada democracia racial. Neusa Maria Pereira nasceu em 24 de agosto de 1948, na cidade de São Paulo. Sua mãe, Maria de Lourdes Pereira, faleceu quando a filha tinha três anos de idade. Seu pai, funcionário público, ficou sozinho com os dois filhos do casal. José Pereira era bastante consciente dos mecanismos de discriminação e a avó de Neusa, nos anos 1930, havia participado da Frente Negra Brasileira. Também o pai a estimulava prosseguir com a formação escolar e, na idade adulta, adquirir uma profissão valorizada. De acordo com a entrevista, realizada em 14 de agosto de 2015, na cidade de São Paulo, José dizia: "Neusa,

você não fica fazendo bolo, você não fica em casa lavando louça. Isso não vai te levar a nada, trata de estudar. Sempre me incentivou ao estudo. Ele nunca deu uma educação diferenciada." (PEREIRA, 2015a) Com diversas dificuldades econômicas, em virtude de uma renda modesta, mas supondo propor à filha a melhor qualidade de ensino, Neusa estudou em instituições privadas. Inicialmente, a jovem foi aluna da escola pública, em seguida frequentou um estabelecimento gerido por freiras católicas e, após finalizar o ginásio, foi para o Mackenzie. Aos dezesseis anos, no final dos anos 1960, Neusa foi testemunha dos diferentes conflitos que eclodiam entre os estudantes instalados na rua Maria Antônia.[27] Por último, ela concluiu sua formação em uma instalação do Estado. Em 1970, ingressou no curso de Jornalismo da PUC-São Paulo. Neusa foi a primeira mulher de sua família a obter um diploma universitário.

Em 1974, Neusa formou-se em jornalismo. Trabalhou em alguns jornais da grande imprensa, instituições onde relatou ter sido vítima de várias formas de discriminação racial e de gênero e, mais tarde, em 1977, foi até a sede de *Versus* com seu artigo. Sobre este último episódio, Neusa (Ibidem) descreveu:

> Um jornal de tendência socialista, um jornal de literatura, um jornal revolucionário (...) em tudo. Em termos de conteúdo, em termos de designer gráfico, em termo de pessoas que iam dar entrevistas (...). Então eu fui lá uma tarde. Eu escrevi um texto sobre a discriminação da mulher negra. Eu cheguei lá no *Versus* totalmente envergonhada (...) e entreguei esse texto para (...) o editor. Eu voltei depois de dois dias e ele falou: "Nós vamos publicar o seu texto." (...) Eu fui a pessoa que abriu essa página. Quando eu fui lá, levei esse texto e ele foi aprovado. Aí eu comecei a frequentar o *Versus*.

Anteriormente, Marcos Faerman já havia estabelecido relações com outros escritores negros: o editor-chefe era colega de trabalho do jornalista Oswaldo de Camargo.[28] Foi então proposto ao profissional paulista um espaço no *Versus* para escrever matérias sobre a experiência brasileira, surgindo, a datar desse período, produções direcionadas aos problemas nacionais.[29] Oswaldo, segundo Rios (2014a), inaugurou sua atividade no *Versus* com artigos

---

[27] Sobre esses episódios, ver o capítulo sobre a trajetória de Helenira Rezende de Souza Nazareth.

[28] Oswaldo de Camargo é um historiador da literatura, jornalista, poeta e escritor. Nasceu em Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, em 24 de outubro de 1936. Seus pais eram trabalhadores da lavoura de café. Dos doze aos dezessete anos, Oswaldo estudou no Seminário Menor Nossa Senhora da Paz, em São José do Rio Preto. Ele saiu do estabelecimento em 1954. Na juventude, estudou piano e harmonia no Conservatório Santa Cecília, em São Paulo. Aos dezenove anos tornou-se jornalista e, aos vinte e três, era revisor de diferentes periódicos paulistas renomados, bem como autor de livros de poesia. Em 1978, Oswaldo integrou o primeiro número de *Cadernos Negros*. Nos anos 1970, o intelectual era uma referência para os jovens universitários negros organizados.

[29] Em síntese, a linha editoral de *Versus* se concentrou no passado, visto que os acontecimentos históricos serviam de metáfora para o presente e, para mais, o protegia da acirrada repressão que atingia as publicações declaradas "subversivas" (da 1ª à 12ª edição). Em seguida, o contexto político contemporâneo se revelou proeminente (12ª à 24ª edição), momento em que ocorreu o lançamento do caderno *Afro-Latino-América* (1977-1979) e, por fim,

referente às produções textuais negras de associações e entidades políticas atuantes na primeira metade do século XX. Paralelamente, o jornalista introduziu outros colaboradores engajados. Tornou-se integrante do jornal alternativo a atriz comunista Thereza Santos – recém chegada do exílio em Angola; por sua vez, eles associaram ao grupo outros intelectuais e/ou militantes. *Versus* também reservava algumas seções à circulação de ideias concebidas pelos leitores e, deste modo, era permitido ao grande público não branco uma participação ativa na construção da sua linha editorial (TOULHOAT, 2014). O periódio paulista foi, nesse sentido, formado por duas gerações de negros autores, os jovens universitários e um grupo com mais de quarenta anos, ambos com históricos de intervenção política nas organizações negras. Neusa frequentava o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), os *bailes blacks*, centros de candomblé e, aos vinte e nove anos, ingressou no *Versus*.

O artigo apresentado em 1977 foi aceito para a publicação. Ao mesmo tempo, Neusa fora convidada para participar das atividades cotidianas do grupo. Assim, progressivamente, ela instaurou uma convivência regular com os membros do *Versus.* No período vespertino, após encerrar seu turno em um emprego como revisora de texto, Neusa se dirigia para o jornal alternativo. No local, a escritora permanecia silenciosa. Como afirmou na narrativa autobiográfica publicada no siteweb dedicado a Marcos Faerman,[30] "ficava quieta observando discussões de pautas e o entra e sai de jornalistas, escritores, artistas plásticos e atores que circulam pela redação. Gente importante na vida cultural do país." (PEREIRA, S/D) Atenta às dinâmicas do tabloide, apesar de não se posicionar diretamente, Neusa criou, durante essa primeira fase, sólidas relações com os editores. Algum tempo depois, Marcos a interrogou quanto à viabilidade de outros autores negros atuarem na produção de *Versus*. O gaúcho estava disposto a reservar as quatro últimas páginas do documento para a equipe constituída por Neusa. Imediatamente, a jornalista foi ao encontro de Ndacaray e Jamú. Criou-se então a coluna *Afro-Latino-América*. As duas primeiras edições foram coordenadas por Oswaldo de Camargo, Neusa Maria Pereira, Jamú Minka, pseudônimo de José Carlos de Andrade, e Ndacaray Zalu Nguxi, pseudônimo de Hamilton Cardoso. A adoção de nomes de origem africana era considerado como instrumento de resistência à herança ocidental. A opção por usar qualificativos diversos era feita pelos próprios autores e, como reelembra Rios (2014a), tal prática, por razões diferenciadas, também fora aplicada pelos anarquistas no século XIX.

---

a linha editoral se atribui um discursso visivilmente politizado e introduziu uma análise relativa à política local (24ª à 34ª edição).

[30] Depoimento autobiográfico não datado disponibilizado no site de Marcos Faerman: http://www.marcosfaerman.jor.br/8_NeusaPereira.html

Enquanto jornalista, militante antirracista e socialista, Neusa mantinha uma real afinidade profissional e ideológica com os integrantes de *Versus*.

> Eu não falava nada, eu era super tímida. (...) E falei: "Não! Eu tenho que ficar aqui." E para minha surpresa eles falaram assim um dia: "Olha, você não conhece mais nenhum jornalista negro? Nós gostaríamos de fazer uma página. Nós vamos dar para vocês as quatro últimas páginas do jornal." O editor, ele tinha pensado que estava na hora de abrir espaço para os negros dentro do jornal. Aí quando ele me falou isso, que ele gostaria de nos dar quatro páginas, (...) que eles iam publicar meu texto, minha filha, aí eu saí atrás do pessoal. O primeiro que eu encontrei foi o Hamilton. Depois chegou o Jamú e nós fomos para lá fazer essas benditas páginas. (PEREIRA, 2015a)

Ao argumentar sobre a escolha de *Versus* para publicar esse artigo, Neusa insistiu sobre suas inovações na esfera da linguaguem, da fotografia, do desenho e da capa. No que concerne à linguagem, citada por Neusa como a alma do conteúdo, sem a qual a mensagem não se faz, o periódico inspirou-se do *New Journalism* estadunidense e, assim, estabeleceu uma conexão estreita entre jornalismo e literatura. Evidentemente o jornalismo não se tornou uma ficção, entretanto essa corrente assumiu claramente sua simpatia pelo emprego da arte da literatura na narração dos fatos. Seguindo ainda essa proposta original, *Versus* aboliu a estrutura da notícia da grande imprensa, fundamentada no princípio da "novidade", e propôs um relato mítico, atuando no plano político e idéológico por intermédio de metáforas culturais e históricas. Nesse sentido, os jornalistas de *Versus* encontraram uma liberdade total quanto à temática abordada na notícia e à composição da linguagem e do texto, e isso significou também uma ruptura com os códigos fomais em vigor. Sem demora, esse ponto de vista o eximiu das regras eurocêntricas da objetividade e da neutralidade. Neusa descreveu:

> Sempre me perguntei por que havia escolhido *Versus* para expor minha indignação, num período em que circulavam pelo país vários outros jornais alternativos. A razão da escolha estava no fato de grande parte dos jornalistas do Versus ser do *Jornal da Tarde,*[31] publicação de vanguarda, responsável pela mais significativa transformação estética e de conteúdo ocorrida no jornalismo brasileiro e do qual eu era admiradora e leitora assídua. (PEREIRA, S/D)

Outro ponto importante que persuadiu Neusa a escolher o jornal *Versus* foi sua tendência ideológica de esquerda. Naquele período, Marcos já estava bem próximo da Liga Operária,[32] que, alguns meses depois, tornou-se a Convergência Socialista. Com efeito, conforme Rios (2014a), paralelo ao processo de publicação da coluna dirigida e escrita por

---

[31] O *Jornal da Tarde* foi criado em 1966 na cidade de São Paulo. Ele também se inspirou na escola do *new journalism* estadunidense.

[32] A Liga Operária foi fundada em 1973, na Argentina, por exilados brasileiros. A organização clandestina era alinhada à IV Internacional Trotskista. Esta última havia sido proposta em 1938 por Leon Trótski, intelectual marxista e revolucionário bolchevique, e "nasceu sob o signo de duas derrotas históricas do proletariado: o surgimento do stalinismo e dos regimes fascistas." (FARIA, 2005, p. 222) A Liga considerava que o regime militar brasileiro experimentava um processo de esgotamento. A luta armada já era uma opção que vinha sendo questionada e, simultaneamente, projetava-se integrar os canais de luta política legal.

negros, o periódico realizou algumas remodelações, e o editor-chefe, na ocasião, compartilhou suas responsabilidades com outros grupos políticos. Os integrantes da Convergência Socialista expressaram suas opiniões e ideias, bem como desempenharam significativas atividades no interior do *Versus*. A organização propunha estruturar um movimento amplo de unidade política dos socialistas, tendo como principal objetivo a composição de um partido democrático e plural. Este último deveria servir como alternativa ao bipartidarismo vigente.

A Convergência Socialista foi uma organização de orientação socialista criada em janeiro de 1978, sua ideia era agregar indivíduos e grupos que se reivindicavam como de esquerda e, em seguida, propor uma solução antiautoritária para os impasses do país. No primeiro semestre de 1978, *Versus* publicou a proposta da entidade. Conforme o jornal, a Convergência legitimava o projeto de socialismo democrático como opção ao socialismo burocratizado, bem como ao reformismo da social-democracia. O primeiro era representado pelo Partido Comunista Brasileiro e o segundo pelo Partido Socialista Brasileiro e o Partido Trabalhista Brasileiro (FARIA, 2005). Ambos avaliados como "manobristas" e veículos do "racismo camuflado". Tratava-se então de constituir um partido de esquerda estreitamente associado à classe trabalhadora e, para mais, associado aos movimentos coordenados pelos homossexuais, negros, mulheres, ecologistas etc. Na sua Convenção Nacional, ocorrida em agosto de 1978, foram defendidos os seguintes temas: a construção de uma sociedade sem classes, com o poder político atribuído aos trabalhadores, a coletivização dos meios de produção, o planejamento da economia, o restabelecimento das liberdades democráticas, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, o emprego de uma política externa independente e anti-imperialista etc.[33]

Nesse sentido, Neusa interessava-se pela proposta socialista divulgada no jornal. Posteriomente, ela atuou na Convergência. A coluna *Afro-Latino-América* foi igualmente um importante espaço de recrutamento para a organização socialista:

> Quando eu fui para o *Versus,* eu trabalhava quase o dia inteiro como revisora que é a porta dos fundos para entrar no grande jornalismo. E pela tarde, quando eu saia, eu ia para o *Versus*. O *Versus* era uma questão ideológica, era uma questão profissional para eu aprender melhor a fazer jornalismo enquanto escritora. Aprender. Ver o que era esses socialistas, o que eu deveria ler, como eu deveria me comportar, quem eram aqueles homens que falavam em revolução. (...) Eu não estava contente com a sociedade em que vivia. Eu era discriminada. Eu tive que começar no jornalismo com muito custo, como revisora. Eu fui várias vezes discriminada na grande imprensa. (...) Então esse jornal [*Versus*]. O socialismo que propunha a mudança na

[33] A Convergência contou com o apoio de alguns líderes sindicais, entre eles Luís Inácio Lula da Silva, o ex-presidente da República.

> sociedade. Quem é que tinha que mais querer mudar a sociedade? Eu, enquanto negra e enquanto mulher. (PEREIRA, 2015a)

Versus, por fim, significou uma oportunidade inédita para instaurar uma relação direta entre profissão e prática ativista. Neusa (PEREIRA, S/D) narrou essa experiência: "a seção Afro-Latino-América (...) reviveu a imprensa negra em São Paulo e mudou minha maneira de pensar e fazer jornalismo para sempre. A partir daí, tomei o jornalismo como função social, cultural, política e de militância." De fato, Neusa foi sujeito da formação de uma identidade negra no jornal alternativo e, nesse trabalho, concordou as temáticas da raça e da classe. Foram legitimados publicamente os princípios revolucionários e, dessa diretriz, ressurge um pensamento negro socialista. As dinâmicas violentas, relativas à luta armada, por sua vez, foram rejeitadas pelos jornalistas do *Versus*. Segundo Rios (2014a), apesar das inspirações originárias dos movimentos estadunidenses e independentistas africanos com referências marxista-leninistas, as organizações que propunham ações puramente de cunho terroristas como instrumento de intervenção política haviam sido, nos anos anteriores, fortemente reprimidas pelos generais. Era então época de unir as forças oriundas dos grupos clandestinos e semiclandestinos e, em seguida, pensar um meio de atuação coletiva de esquerda pelo canal da legalidade.

A estratégia admitida foi doravante a ampliação da cidadania do negro pelas vias institucionais e democráticas e, conjuntamente, pelos movimentos sociais pacifistas. Em alternativa, os jornalistas defendiam a linguagem escrita como forma de protesto, os quais eram difundidos através de discursos e manifestos mediante panfletos, revistas e periódicos. "A poesia tornou-se a forma de expressão da indignação do movimento negro." (RIOS, 2014a, p. 75) Neusa declarou:

> Pela escrita, pela minha escrita revolucionária também se luta. (...) A pena e a escrita é uma arma com muito grande poder revolucionário. Todos os grandes revolucionários escreveram. (...) Eu estava procurando ideologia, me formar enquanto pessoa, porque naquele momento eu era socialista. Eu tinha simpatia por aquele sistema. Parecia que não ia me discriminar quando acabasse a sociedade de classes. Eu faço revolução com a caneta. (PEREIRA, 2015a)

Enquanto jornalista e mulher negra, Neusa Pereira relatou sua posição sobre a isegoria, ou seja, o direito de defender abertamente, e em pé de igualdade com qualquer pessoa, opiniões, idéias e pensamentos.

> No Afro-Latino-América aprendi o significado da liberdade de expressão. Aprendi o quanto ela é importante para um povo que por muito tempo silenciou toda sorte de injustiça, mas reencontrou o caminho da liberdade através do resgate de sua história escrita nas páginas negras do jornal Versus. (PEREIRA, S/D)

A seção *Afro-Latino-América* tinha como objetivo agir na luta pela democratização do Brasil e, paralelamente, atuar na militância política e cultural antirracista. À vista disso, a coluna apresentou diferentes reflexões sobre oreconhecimento da herança africana na sociedade brasileira, bem como trouxe reflexões sobre a universalidade da opressão racial, havendo, neste princípio, consoante as análises do *Afro-Latino-América,* uma continuidade entre o período colonial e as dinâmicas atuais de exploração. As expectativas nacionais eram, dessa forma, associadas a um contexto político mais amplo, abrangendo um horizonte internacional para as organizações negras.

No que concerne aos saberes e aos conhecimentos locais, a coluna legitimou as artes e a literatura, assim como as diferentes entidades negras contemporâneas. Essas organizações formavam núcleos de mobilização políticas e, em conjunto, articulavam atividades com os bailes, as rodas de capoeira, os torneios e jogos de futebol, os terreiros de candomblé, além de compor círculos de debates e palestras. Incluía, em suas práticas, cursos de línguas africanas e européias. A imprensa negra foi, de modo igual, bastante veiculada nas páginas do jornal. Havia, por fim, denúncias das violências vivenciadas por esse grupo social, sobretudo policial, e denúncias dos cenários de discriminação racial, principalmente no mercado de trabalho e nas casas comerciais. Em determinada ocasião, quando estava previsto para acontecer o I Congresso de Cultura Negra das Américas, na Colômbia, o periódico narrou a situação da delegação brasileira, interditada pelo governo nacional de sair do país.

Afro-Latino-América, em suma, editou artigos sobre os comportamentos, as sensibilidades e o cotidiano vivenciado pelas minorias sociais e raciais. Com relativa autonomia, visto que tinha editoria própria, elaborou em cada número cerca de três a quatro páginas. Tornou-se coluna permanente do *Versus* desde 1977 até o seu encerramento em 1979 (TOULHOAT, 2016).

> Por um lado, a nova coluna coadunava seus interesses à proposta geral do impresso, que defendia um jornalismo engajado nos temas transnacionais, sendo a América Latina o foco principal do periódico chefiado por Faerman. Por outro, (...) tratava-se mesmo de uma proposta política comprometida com a causa negra nas Américas, mas também com franco compromisso com o continente africano. O perfil internacional da coluna se desenhava não só pela proposta global do *Versus*, mas também pelo tipo de campanha política desses jornalistas que recepcionavam, ao mesmo tempo, as teses de intelectuais negros proeminentes, as formas e os símbolos das lutas políticas norte-americanas e africanas. E acima de tudo: passaram a refletir sobre a situação dos negros no Brasil. (RIOS, 2014a, p. 67)

O artigo inaugural da seção *Afro-Latino-América* (1977-1979), intitulado *Pela Mulher Negra* e de autoria da jornalista Neusa Maria Pereira, indicou a estratégia política que posteriormente seria adotada pelos colaborados do jornal. As ideias decoloniais são evidentes

desde as primeiras linhas do artigo, texto no qual a autora anunciou seu objetivo de estudar atentamente o contexto de exclusão social das mulheres negras, bem como suas histórias e suas diferentes experiências de resistência. Além disso, as coordenadoras da seção elaboraram ulteriormente uma crítica direcionada à ordem colonial e, simultaneamente, argumentaram que outra lógica de sociedade seria realizável. Quanto às atuações históricas das negras, seus propósitos e os significados da ação coletiva, Neusa escreveu:

> A mulher negra pertence a uma das minorias raciais mais cruelmente vitimada pelos castigos da divisão da sociedade em classe. Há muito que nós, afro-brasileiras, lutamos para apagar a mancha original e sair do lugar em que nos colocaram. (...) Recebemos como herança a marca de eternas prostitutas. Herança que nos ensinou a temer nossa beleza, nosso corpo e a própria condição de mulher. Mas a nossa força é grande, mesmo sabendo que o caminho que temos para seguir é tortuoso. Precisamos encontrar o remédio certo para cicatrizar as feridas que este tipo de gente enraizou em nossas almas. Lutamos para mudar esta situação que, para o grupo social dominante, é importante preservar. (...) A luta é a companheira da mulher negra, sempre, desde o nascimento. (PEREIRA, 11/06/1977, p. 22-23)

O artigo exprime uma preocupação em conceituar os aspectos da influência negra na formação sociocultural do país, a fim de recuperar as narrativas de resistência e de luta dos povos colonizados. Uma vez que as violências engrendadas pela colonialidade do poder alocou os negros em uma posição natural de inferioridade, em seguida, os desempossou de suas perspectivas cognitivas e de seus recursos e produtos culturais e, por fim, obrigou-os a assimilar parcialmente a concepção eurocêntrica de conhecimento. Ao espoliar esses indivíduos de suas identidades históricas respectivas, o poder colonial os limitou a uma só identidade, *negros*, e esta última é "racial, colonial e negativa" (QUIJANO, 2005, p.121). Logo, foi-lhes recusado qualquer forma de participação nas resoluções sobre a organização social e política do país. Desde o período da escravidão, os negros, inclusive os que obtiveram a liberdade, foram submetidos à uma violência simbólica e concreta impetuosa, visto que os tratamentos discriminatórios se baseavam no princípio da raça. Nesse sentido, o principal objetivo do *Afro-Latino-América* era o de denunciar e desconstruir os preconceitos sobre a suposta passividade dos negros no processo de construção da nação e, concomitantemente, focalizar os diferentes procedimentos aplicados para garantir a preservação de suas racionalidades e saberes concretos, e, assim, entestar a produção de conhecimento do paradigma dominante. Além disso, as análises sobre as diversas e heterogêneas experiências, subjetividades e histórias eram realizadas pelos próprios negros, iniciativa que representava uma ruptura com a colonialidade do saber (LANDER, 2005).

É claro que os intelectuais e militantes da seção *Afro-Latino-América* não definiam seus escritos como decoloniais. No entanto, suas produções textuais se inserem nessa

perspectiva, sendo, às vezes, travestidas de outros adjetivos alternativos. Na primeira página da seção inaugural do *Afro-Latino-América* (2014, p. 13) os coordenadores explicaram o significado da sua denominação:

> Afro-Latino-América, e não apenas América-Latina, porque define melhor a importância da presença africana nesta parte do mundo. Nossas raízes africanas - prova da vitalidade e resistência do negro às situações criadas pelo colonialismo - vêm sendo avaliadas com maior exatidão e resultam da ação de novas correntes que emergem nas comunidades de origem africana. Uma das fontes de inspiração de Afro-Latino-América é a imprensa negra, que por seis décadas viveu na sociedade brasileira (...). Desde 1961, ano em que circularam os últimos periódicos negros, até recentemente, houve um intervalo em que a criação cultural de expressão negra entrou em recesso. Agora que a questão racial ressurge como uma das grandes preocupações da humanidade, e que parcelas significativas da comunidade afro-brasileira querem participar do grande debate internacional, que define novos padrões de convivência racial em todo o mundo.

Ainda, na primeira página da seção inaugural, sob o título *Nem almas brancas nem máscaras negras* (Ibidem), os jornalistas fazem referência ao livro de Frantz Fanon.[34] O artigo menciona uma breve história do Teatro Experimental do Negro e, simultaneamente, inspirado pelo grupo, cita a criação no presente de organizações semelhantes. Nesse sentido, a matéria propõe uma entrevista com membros da companhia de teatro campineiro *Evolução*, constituída em 1971. Os integrantes tinham por orientação renegar os papéis sistematicamente servis atribuídos aos atores negros e, ao mesmo tempo, promover uma arte negra valorizada. Observa-se que o intelectual martinicano e seus escritos, definidos por Jules Falquet (2017) como decoloniais, influenciaram bastante os jornalistas e militantes antirracistas brasileiros. Em 1977, os editores do *Afro-Latino-América,* consoante Rios (2014a), possivelmente já tinham tido contato com as obras do autor, uma proximidade que ocorria pela própria leitura dos livros ou pela presença em rodas de conversa, debates, coferências, espaços onde suas produções eram analisadas.

Neusa (S/D) relatou sobre as práticas de estudo no *Versus*:

> À medida que o conceito cultural e político do jornal ficava mais evidente, íamos percebendo a necessidade de aprofundar nossa concepção ideológica socialista. Para isto, contamos com a ajuda da equipe dos editores, emprestando ou indicando livros para o embasamento de nossas ideias nas matérias. Com isto, conheci os escritores Samora Machel, Agostinho Neto, Steve Biko, e Nelson Mandela, figuras importantes da luta pela emancipação africana. Tive contato com o pensamento do movimento Black Panthers e seus mentores, como Eldridge Cleaver, Stockely Camichael, Bolby Seale, Hue Newton, Angela Daves, Malcon X. E mais: Dostoiévski, Michael Foulcault, Eduardo Galeano, Plinio Marcos, Glauber Rocha. Conheci ícones da música brasileira, como Milton Nascimento, Clementina de Jesus, Chico Buarque de Holanda, Marieta Severo e Gilberto Gil nos festivais promovidos pelo Versus. Tive contato com importantes nomes da dança, como Pina

[34] Frantz Omar Fanon nasceu em Fort-de-France, Martinica, em 20 de julho de 1925. Ele foi um psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista francês. Fanon atuou na luta pela independência da Argélia e escreveu sobre temáticas ligadas à psiquiatria, descolonizações e negros. Faleceu em 1961.

> Bausch e Marika Gidale. Foi uma época de efervescência cultural e política inesquecível.

Em fins dos anos 1970, o cenário político ofereceu aos membros do *Afro-Latino-América* atuantes na Convergência Socialista duas opções de luta coletiva: de uma parte, o Partido dos Trabalhadores (PT) e sua proposta institucionalizada e, de outra parte, o movimento social negro e sua proposta não institucionalizada, caracterizada pela formação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que depois foi renomado Movimento Negro Unificado (MNU). Ambos se opunham ao regime imposto pelos militares.

Criado em fevereiro de 1980, o Partido dos Trabalhadores, com seu líder Lula, foi uma organização heterogênea coordenada por um grupo de sindicalistas articulado com outros militantes da esquerda brasileira, sobretudo intelectuais, artistas e católicos influenciados pela Teologia da Libertação, ex-presos políticos e exilados. Seu objetivo era agregar os sindicatos em uma única entidade e, assim, participar das vias legais reabertas com o iminente fim da ditadura. Como orientação política o PT assumiu o socialismo democrático. Criado em julho de 1978, o MNU também surgiu com o propósito de participar do processo de redemocratização, contudo o movimento social propôs a ideia de raça como instrumento para a construção de uma identidade negra positiva. Ela era, ao mesmo tempo, um meio de lutar contra a discriminação dos negros e de denunciar o mito da democracia racial.

O MNU teve como líderes várias personalidades negras oriundas da Convergência. Assim, ele se mobilizou contra a ordem social autoritária em vigor e, simultaneamente, incitou a denúncia pública do problema relacionado ao racismo. Politicamente, o movimento negro contemporâneo se estruturou em uma relação de proximidade com os movimentos de esquerda (KOSSLING, 2008). Os militantes negros acreditavam que a luta antirracista deveria permanecer estreitamente associada à luta revolucionária socialista. Nessa concepção, eles supunham que o capitalismo se abastecia e se ampliava no racismo e, dessa forma, para superar o problema era preciso promover a queda do sistema e, em seguida, engendrar a construção de uma nova sociedade sem desigualdades (AGIER, 2002). Essa nova articulação visava à transformação social e à construção de "uma (...) sociedade onde todos realmente participem" (PEREIRA, 2010, p. 102). Observa-se, pela primeira vez, a consigne "Os negros no poder!" (DOMINGUES, 2007b, p.115)

Guimarães (1995, apud PEREIRA, 2010, p. 62) afirma que "para os afro- brasileiros, para aqueles que chamam a si mesmo de 'negros', o antirracismo tem que significar, antes de

tudo, a admissão da sua 'raça', isto é, a percepção racializada de si mesmo e dos outros." Já Domingues (2007b, p.101-102) aponta que

> para o movimento negro, a "raça", e, por conseguinte, a identidade racial é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a "raça" é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

Nota-se, na coluna *Afro-Latino-América,* nomes de várias outras mulheres negras: Maria Dulce Pinheiro Pinto, Tânia Regina Pinto e etc., além de figuras históricas como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Thereza Santos. Essas mulheres foram identificadas como coordenadoras dos cadernos, autoras de artigos, repórteres, entrevistadas etc., sendo elas intelectuais e/ou militantes.

Há um maior consenso sobre a presença das mulheres negras na cena política a partir dos anos 1980. No entanto, muitas militantes se apresentaram como pessoas anônimas, simples e sem nenhum *status* político ou econômico. Assim, foi bastante difícil encontrar fontes históricas relatando as suas trajetórias individuais. Em compensação, como as protagonistas e/ou suas famílias e amigos estão vivos, foi escolhida a história oral como principal metodologia para o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa.

Fundamentando-se nas análises das narrativas, observei a trajetória política de nove militantes negras nos movimentos de esquerda: Diva Moreira, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Thereza Santos, Helenira Resende de Souza Nazareth, Lúcia Maria de Souza, Dora Lúcia de Lima Bertúlio, Maria Diva de Faria, Arabela Pereira Madalena e Edna Maria Santos Roland. As entrevistas foram realizadas em novembro e dezembro de 2014 e julho e agosto de 2015.

Para obter dados gerais sobre a militância das negras nos anos 1960-1970, foi necessário recolher diferentes relatos. Assim, no decorrer da pesquisa de campo realizei vinte e duas entrevistas. As narrativas, no entanto, não foram citadas de maneira igualitária durante a escrita da tese, ou seja, algumas delas deram origem a capítulos específicos, sendo que outras, notadamente aquelas disponibilizadas por mulheres negras que afirmaram não ter participado dos movimentos de esquerda durante a ditadura, foram brevemente mencionados. Vale ressaltar, porém, que as informações obtidas em cada encontro foram de extrema importância para que eu pudesse chegar às conclusões aqui apresentadas.

Na História do Tempo Presente, a narrativa pessoal como fonte histórica é válida, pois essa linha historiográfica se preocupa com as singularidades e com uma noção mais reflexiva do indivíduo (LEVI, 2006). Em oposição ao marxismo ortodoxo e ao estruturalismo,

essa corrente, desenvolvida na França nos anos 1970, favoreceu o retorno da história política, e o indivíduo comum, através da sua experiência, foi reconhecido como protagonista da História. Além disso, foi admitido o caráter aberto e dinâmico das escolhas e das ações. A "guinada subjetiva" corresponde à aceitação da autonomia do indivíduo na sociedade (SARLO, 2007).

Desse modo, a História Oral como metodologia supõe uma tentativa de se aproximar dos pensamentos e das reflexões das mulheres negras para reconstituir suas trajetórias de vida. A memória é, nesse caso, a fonte primordial e Henry Rousso (1998) a definiu como "a presença ou o presente do passado." Nas palavras do autor (Ibidem, p. 16):

> a memória é (...) um fenômeno que se conjuga no presente. (...) Diferente do passado "tal qual foi". (…) Uma representação mental do passado que só tem uma referência parcial com ele. Essa presença atual do passado se organiza em torno (...) de imagens, de palavras, de sensações, e articula lembranças, esquecimentos, negações e rejeições.

O entrevistado fala do passado no presente. A memória é então uma reconstrução ou uma reconstituição do passado. Dessa forma, é possível supor que as narrativas não são aptas a comunicar a verdade, pois se inserem em uma temporalidade que separa o momento rememorado do momento relatado. Contudo, segundo Gabriele Rosenthal (2006) e Giovanni Levi (2006), a palavra individual como fonte histórica é válida, uma vez que ela afirma as verdades da subjetividade e de seu relato. Cada indivíduo singulariza a sociedade na qual está inserido e a percebe de uma forma específica.

É fundamental também levar em consideração "quem são as testemunhas, (...) qual é o lugar deles na e para a história, quais usos [do relato] eles querem ou recusam, (...), quais funções lhes foram atribuídas ou recusadas." Na realidade, "cada um sabe quem ele é, porque e para quem ele fala." (VOLDMAN, 2000, p.50-51) Pode-se dizer assim que, de certa maneira, os entrevistados filtram suas lembranças, ativando somente aquilo que lhes é significativo. Evidentemente, eles não podem impedir que certas lembranças se manifestem, mas eles podem controlar a forma como essas lembranças sairão na esfera do íntimo, do privado, e ganharão vida própria no público. Rememorar e transmitir as lembranças não são atividades ingênuas ou inocentes.

Ainda em relação à fonte oral, a época pesquisada – da ditadura militar no Brasil durante os anos 1960-1970 e de seus afrontamentos políticos e ideológicos –, é um período de contestações coletivas e individuais. Neste caso, o entrevistado não pode se exprimir de uma maneira totalmente ordinária, o relato varia bastante tanto na sua forma como no seu conteúdo, conforme as condições do contexto no qual ele é assinalado. No caso de

traumatismos coletivos e de traumatismos individuais engendrados pelas ditaduras, o não-dito e as rejeições se instalam. Há um compromisso entre aquilo que o indivíduo se confessa a si mesmo e aquilo que ele pretende transmitir ao exterior (ROUSSO, 1998).

Finalmente, o conteúdo das fontes orais depende bastante do que os entrevistadores colocam em termos de questões, diálogos e relações pessoais e, em seguida, de como eles se apropriam do relato na escrita histórica. O historiador deve assim ser capaz de se cercar das precauções fundamentais na elaboração do seu raciocínio. Em todo caso, o problema principal não é a diferença entre a fonte escrita e a fonte oral, visto que, para cada uma delas, é preciso ter um tratamento apropriado. "A escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente." (FRANK, 1992, p.114)

Nesse sentido, os jornais foram outra fonte bastante usada na elaboração da tese. Em se tratando de pesquisa que aborda a História política, o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista que, nestes documentos, os conflitos sociais encontram seu espaço de propagação, fazendo o jornalismo servir como junção ou agente de combate entre diferentes tendências políticas e ideológicas. Os periódicos proporcionaram, dessa forma, a chance de se verificar e conhecer, dentre outras, "as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes e a visibilidades dos gêneros." (DE LUCA, 2005, p.129) Por tudo isso, o trabalho com os periódicos é, para o historiador, uma das maneiras de resgatar a participação de indivíduos e de grupos sociais em contextos específicos.

Iniciei a pesquisa, nessa perspectiva, com a análise de alguns artigos publicados na imprensa operária. Foram brevemente citados no Capítulo 2, *Os partidos de esquerda no Brasil e os negros, antes do golpe*, três artigos do jornal *A Guerra Social – Periódico Anarquista* (27/03/1912, 01/05/1912, 21/09/1912); um artigo do jornal *A Rebelião – Semanário de propaganda socialista-anarquista – Escrito por trabalhadores e para trabalhadore*s (MORTIÇO, 17/05/1914); um artigo do jornal *A Obra – Semanário de Cultura Popular* (SILVA, 13/05/1920); três artigos do jornal *Voz do Povo – Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral* (07/02/1920, 29/03/1920, 13/05/1921). Outras fontes historiográficas referentes às trajetórias políticas negras no início do século XX foram recuperadas nas obras bibliográficas de diferentes autores. A imprensa operária produziu um conjunto variado de edições (sindicais, partidárias, de associações culturais e profissionais etc). Ela foi bastante heterogênea no que concerne à sua composição,

conceitos e ideias ou objetivos. As publicações, todavia, tinham algumas características comuns, as quais os distinguiam de outros modelos de jornalismo. Os proprietários dos periódicos eram os próprios trabalhadores, constituídos em associações ou em grupos isolados, e comprometidos com a propagação do debate coletivo correspondente aos seus problemas e demandas específicas; a prática jornalística tinha uma orientação autônoma, crítica e uma posição política definida; os trabalhadores eram designados como protagonistas, ou seja, eles eram, simultaneamente, os "jornalistas, fontes, conteúdos e destinatários dos textos." (KUCINSKI, 1998, apud MACIEL, 2016, p. 421)

As avaliações críticas, propostas na primeira parte do capítulo 2 foram, sobretudo, resultado de um estudo aprofundado de duas referências bibliográficas. É necessário, neste sentido, indicar a significativa contribuição dos historiadores Álvaro Pereira do Nascimento e Tiago Bernardon de Oliveira para a elaboração de uma investigação referente à viabilidade da atuação negra, enquanto anarquistas, nas mobilizações proletárias constituídas desde a abolição da escravidão. O artigo de Álvaro Pereira do Nascimento, intitulado *Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil*, publicado em 2016, questiona práticas hegemônicas nas produções dos historiadores que ignoram completamente o critério racial ao pesquisar sobre os trabalhadores pobres e o movimento operário, enquanto que o quarto capítulo da tese de Tiago Bernardon de Oliveira, intitulada *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*, publicada em 2009, interroga sobre as temáticas do internacionalismo, da raça e da nacionalidade nas organizações anarquistas brasileiras. Em razão da escassez de pesquisas abordando conteúdos relacionados às populações negras e aos movimentos políticos na primeira metade do século XX, as duas bibliografias foram essenciais para justificarmos os argumentos avançados nesta primeira parte.

No decorrer da escrita do capítulo 2, também foram analisados os jornais *Quilombo* (1948-1950)[35] e *O Momento Feminino* (1947-1956). O primeiro foi o principal órgão de difusão das atividades do Teatro Experimental do Negro (TEN) – organização antirracista que atuou entre 1944-1961. Fundado em 09 de dezembro 1948 na cidade do Rio de Janeiro, ele tinha como propósito agir pela valorização da população negra. Por isso, o jornal abordava temas relativos à conscientização desse grupo social, bem como à luta contra a discriminação racial. A atuação de *Quilombo* concentrou-se sobretudo no plano cultural, com a promoção

[35] O leitor logo perceberá que o jornal *Quilombo* não foi citado no primeiro capítulo. Ele só aparece em algumas citações relativas à participação de Thereza Santos no TEN. No entanto, a leitura de suas páginas foram fundamentais para compreender as posições políticas dos negros nos anos 1940.

das manifestações artísticas negras, e no plano educacional, com a promoção de cursos de alfabetização, teatro, dança, música e mesmo cursos profissionalizantes. Pouco se expressou sobre questões políticas atuais e, quando o fez, não se posicionou explicitamente. Seu programa apoiava candidatos negros, independentemente de sua filiação partidária, no entanto o jornal contou com a colaboração de indivíduos com orientação de esquerda. *Quilombo* também foi espaço de intervenção das mulheres: a coluna "Fala a Mulher", coordenada por Maria de Lourdes Valle do Nascimento, publicou diferentes artigos sobre a situação das empregadas domésticas, para as quais eram negados os direitos trabalhistas básicos, sendo estes conquistados somente recentemente com a promulgação da Emenda Constitucional 72, também conhecida como a PEC das Domésticas (PEC 66 /2012).

O jornal *Momento Feminino: o jornal para seu lar* foi o principal órgão de difusão das atividades da Federação de Mulheres do Brasil (FMB) – organização feminista e comunista que atuou entre 1949-1957. Fundado em 25 de julho de 1947, na cidade do Rio de Janeiro, na qualidade de organismo auxiliar do partido, ele tinha como propósito educar o público feminino geral. Por isso, o jornal abordava temas relativos à costura, culinária, arranjo do lar e crianças, além de temas relativos à política, à educação, à economia (custo de vista, salários etc.) e, por fim, temas relativos às especificidades dos engajamentos da entidade marxista. A mulher comum e real, que exercia inúmeras atividades no espaço do lar, mas também no espaço público, era bastante visível. Suas páginas expressavam várias cenas de trabalho, bem como atividades práticas com fins de amparar aquelas com problemas ou em situação de vulnerabilidade, inclusive no âmbito do lar. O jornal se interessou, de fato, pelas dificuldades cotidianas vivenciadas pelo segmento feminino da sociedade e, paralelamente, interessou-se pelas possibilidades de organização política, principalmente nas ações empreendidas pelo grupo de esquerda.

Certamente, havia uma comunicação entre os diferentes jornais cariocas, visto que o *Momento Feminino* (11/06/1948, p. 07) publicou uma atividade realizada pelo Teatro Experimental do Negro:

> No dia 13 de maio o Teatro Experimental do Negro realizou nos salões do Botafogo F. R., gentilmente cedidos pelo seu presidente, Sr. Carlos Rocha, uma grande festa intitulada "Baile da Abolição" comemorativa do 60º aniversário da assinatura da chamada "Lei Áurea" que liberou os cativos. Pessoas de todas as categorias sociais, desde a simples empregada doméstica até escritores, artistas, políticos e diplomatas, gente de todas as cores, se confraternizaram irmãmente nessa noite de autêntica democracia étnica e social. A nota sensacional do "Baile da Abolição" foi a escolha da "Boneca de Pixe de 1948", um consenso de beleza, graça e elegância entre as mulheres de cor (...). E após algumas horas de contagem de votos, foi proclamada vencedora a graciosa Maria Tereza, estudante, de rara beleza, que ficará dagora em diante como um símbolo de beleza física e moral da raça negra no Brasil.

O objetivo do Capítulo 2 *Os partidos de esquerda no Brasil e os negros, antes do golpe*, foi analisar as organizações anarquistas e comunistas no Brasil, no início do século XX, a opinião desses grupos no que diz respeito à ideia de negros e negras como trabalhadores e, assim, possíveis militantes políticos. Quanto às aptidões do conjunto da população em cumprir a proposta libertária de transformação social, os anarquistas geralmente avaliavam o proletariado brasileiro, inclusive os brancos, com ceticismo. Em consequência de sua anterior condição de escravo, os negros eram considerados sem nenhuma tradição de luta coletiva e, simultaneamente, as reivindicações de caráter antirracistas eram vistas como secundárias. Em compensação, anarquistas e comunistas foram agentes responsáveis pela emergência de inéditos temas e personagens. Novos métodos populares de mobilização política foram introduzidos nas organizações e, além disso, os militantes adquiriram o hábito de frequentar, cotidianamente, os locais de trabalho e de residência das populações desfavorecidas. A própria ideologia dessas agremiações tinha como propósito promover a consciência das massas e, no Brasil, tal princípio significava agir em prol das comunidades negras e indígenas. Em 1945, o partido trabalhista, inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas, também foi uma entidade que marcou o cenário político com suas ideias e dinâmicas.

Assim, iniciei a problemática: em qual medida as organizações anarquistas e comunistas pretendiam representar as comunidades negras? Tinham os organismos reais interesses em articular práticas gerais de inclusão desse grupo social não branco? Os teóricos mais renomados se interrogavam sobre seu potencial subversivo e, assim, objetivavam definir o sexo e a cor das classes laboriosas nativas? Os militantes políticos constituíam atividades cotidianas voltadas para sua organização? Se "sim", de que maneira foram produzidas análises críticas sobre a "questão da mulher" e a "questão racial"?

O capítulo intentou ainda observar a participação da mulher negra nos movimentos sociais. Sobretudo, no que concerne à sua atuação nas organizações anarquistas e comunistas (uma atenção bem menor será atribuída aos trabalhistas). Acredito que esse grupo social, independentemente do grau de intervenção das classes médias brancas e intelectualizadas, admitia em seus espaços tradicionais de mobilização dinâmicas oriundas das ideologias de esquerda. Tais práticas eram usadas como recursos coletivos para atender suas demandas momentâneas, isto é, eram empregadas em reinvindicações referentes à alimentação e à moradia e, ao mesmo tempo, tais práticas eram usadas como recursos coletivos para exigir direitos trabalhistas. Considero, dessa forma, que as negras foram importantes militantes e

líderes das lutas anarquistas de 1917-1919. Tal fenômeno, provavelmente, também ocorreu em 1945, com a significativa participação desse grupo social nos Comitês Democráticos Populares de orientação comunista.

Assim, perguntei-me: as trabalhadoras negras, enquanto sujeitos políticos, atuaram nas organizações anarquistas e comunistas? Era possível, ao fazê-lo, sentirem-se envolvidas por seus ideais revolucionários de justiça social? Teriam as negras se tornado líderes e agentes de mobilização nos bairros populares? Foram elas, afinal, responsáveis pela interação entre sindicatos e associações de moradores? Estes espaços situados nas zonas periféricas representaram de fato interessantes ambientes de circulação de tais filosofias?

Por um lado, empenhei-me em analisar a própria dinâmica das ideologias no que diz respeito ao seu objetivo central de mobilização política do conjunto das massas populares, ou seja, as comunidades não brancas e, por outro lado, busquei analisar até que ponto as negras estiveram atentas às práticas dos movimentos de esquerda. Considero essa investida fundamental. Primeiro, ela foi elaborada na tentativa de responder aos argumentos que negam o protagonismo partidário das negras. Em segundo lugar, admito que as mulheres mobilizadas contra a ditadura são legatárias de uma tradição de luta coletiva historicamente constituída em seus próprios espaços de vida.

O objetivo do Capítulo 3, *O golpe militar, os negros e os partidos de esquerda*, foi refletir sobre a conjuntura política dos anos 1960. Assim, examinei o governo do presidente João Goulart e sua relação com os principais partidos políticos da época. Em seguida, investiguei os órgãos repressivos instaurados pelos militares, bem como o papel de setores da sociedade civil na consolidação do golpe. Sobre o sistema coercitivo instituído pelas forças armadas, tencionei observar em qual medida ele atingiu a população negra engajada nos movimentos de esquerda. Já o Capítulo 4, *Mulheres negras no Partido Comunista Brasileiro*, teve como propósito a análise da história de vida de Diva Moreira, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos e Thereza Santos; semelhantemente, o objetivo do Capítulo 5, *Mulheres negras na Guerrilha do Araguaia*, foi analisar a história de vida de Helenira Resende de Souza Nazareth e Lúcia Maria de Souza e, na esteira de discussão, a finalidade do Capítulo 6, *Outras trajetórias negras na "nova esquerda"*, foi analisar a história de vida de Dora Lúcia de Lima Bertúlio, Maria Diva de Faria, Arabela Pereira Madalena e Edna Maria Santos Roland. Nestes últimos capítulos, a intenção foi compreender a participação política das mulheres negras em diferentes organizações de esquerda durante a ditadura 1964-1985, suas

principais motivações, as condições nas quais essas ações foram empreendidas e, por fim, as linhas teóricas dos movimentos de resistência citados.

Assim, propus as seguintes problemáticas: as mulheres negras participaram dos movimentos de esquerda que se mobilizaram contra a ditadura militar? O engajamento é característico de uma oposição categórica ao regime autoritário instalado após o golpe de 1964 e, se este é o caso, quais foram as principais justificativas das entrevistadas para explicar tal escolha? Como ocorreram as adesões às organizações políticas e, em seguida, como as negras vivenciaram as experiências da guerrilha, da prisão e do exílio? Quais foram as principais formas de opressão interna (movimentos de esquerda) e externa (polícia política) das quais as militantes negras foram vítimas? Os posicionamentos políticos são característicos de uma luta pela emancipação das mulheres e pelos direitos dos negros brasileiros?

A História oral como metodologia é importante na medida em que seu uso se refere à própria questão política da natureza da democracia. Em outros termos, a democracia brasileira, fundamentada na Constituição de 1988, e situada no movimento de resistência contra a ditadura, vem atualmente sofrendo diferentes ataques com a ascensão do governo de extrema direita, encabeçado pelo presidente Jair Bolsonaro, abertamente sexista e racista e, ademais, com um expressivo discurso de revisionismo histórico. Além de enaltecimentos às figuras e aos atos cometidos pelos membros da repressão, nota-se nos meios de comunicação um amplo discurso que afirma não ter havido, no final de contas, uma relação assimétrica entre os militares e civis autores da instalação do regime autoritário e os militantes políticos das organizações contestadoras, visto que estes últimos também são designados como criminosos. Ambos estariam, nesse sentido, no mesmo nível, na verdade, os militares, sistematicamente considerados como patriotas, possivelmente estariam em uma posição melhor, enquanto os militantes, organizados em movimentos de resistência, são percebidos como simples agentes da URSS, de Cuba, da China e do comunismo.

Dado o exposto, a presente pesquisa objetivou investigar o período da ditadura, bem como analisar a participação das mulheres negras na esquerda, não somente como um meio de examinar a deliberada ausência desse grupo social nas análises historiográficas, mas, sobretudo, como um meio de promover reflexões sobre os valores e princípios que orientam nossa vida social coletiva. Trata-se de se posicionar contra as ideologias no poder que tencionam silenciar suas memórias, ou mesmo apagá-las e, além disso, trata-se de analisar criticamente relações entre pessoas vivas no presente momento. Finalmente, trata-se do direito

fundamental de falar e ser ouvido. Dessa forma, a pesquisa sobre as experiências das mulheres negras no período da ditadura é um trabalho político.

2 Os partidos de esquerda no Brasil e os negros, antes do golpe

"A senhora conheceu outras mulheres negras na militância política de esquerda nos anos 1960-1970?" Essa pergunta inicial, feita às informantes no momento das entrevistas, obteve, no instante e quase que de modo absoluto, uma resposta negativa. Na maioria das vezes, após alguns minutos de reflexão, foi-lhes viável identificar um ou dois nomes. Enfim, no decorrer do encontro, após o cruzamento de diálogos e fontes históricas, foi-lhes possível citar a identidade de várias outras personalidades negras. A interrogação, que a princípio era apenas um meio espontâneo de se conseguir novas referências, tornou-se, dessa forma, a principal justificativa para se elaborar esse primeiro capítulo. Pois, de fato, atualmente, e mesmo para as militantes, ainda é difícil apontar nomes de mulheres negras sujeitos políticos das organizações partidárias brasileiras.

Cientistas sociais especialistas do período caracterizado pela ditadura civil-militar (1964-1985) insistem em apontar a (quase) nula atuação das mulheres negras nos movimentos sociais. Embora tenha constituído excelentes análises estatísticas sobre a participação das mulheres nas organizações de esquerda, o renomado sociólogo Marcelo Ridenti (2005) qualificou estes últimos, em contrapartida, como composto majoritariamente por militantes oriundas das classe médias intelectualizadas, ou seja, em maior número brancas. Na sua obra *O Fantasma da Revolução Brasileira* (Ibidem), admite-se que a insurgência das mulheres na oposição ao regime autoritário ocorreu sobretudo no movimento estudantil, sendo este grupo o principal responsável pela formação dos quadros políticos. A partir dos processos judiciais, o autor afirma que a grande maioria das militantes acusadas pelas forças armadas eram estudantes, professoras e outras profissionais com formação superior. Vale lembrar no entanto, como observa Wolff (2008), que o sociólogo não considera, em sua pesquisa, a experiência das mulheres que escondiam os guerrilheiros, que cumpriam tarefas subalternas ou simplesmente que não foram encarceradas e/ou processadas. Podemos imaginar que esse número foi muito maior e relevante.

Evidentemente, Ridenti (2005) discorre acerca da importante atuação política de indivíduos – homens e mulheres – oriundos das camadas mais desfavorecidas da sociedade. E, neste trabalho de pesquisa, partindo da definição do "lugar do negro" desenvolvida por Lélia Gonzalez (1983), considero que as classes sociais modestas mencionadas nas obras de diferentes cientistas sociais são compostas sobretudo por negros. De acordo com Bento (2002, p. 27), "mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura."

Por isso, “entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor.”

Assim, Ridenti (2005) cita, dentre outros, a trajetória da operária e militante negra maranhense Damaris de Oliveira Lucena. Em 20 de fevereiro de 1970, agentes da repressão invadiram sua casa em Atibaia (SP) e assassinaram seu marido, Antônio Raymundo Lucena, o “Doutor”, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e autor de diversas ações armadas. No mesmo dia, ela e as crianças (uma de três anos e duas de nove anos) foram presas, sendo Damaris, também participante ativa da mesma organização política, submetida a violentas torturas. Ainda em 1970, seu filho de dezoito anos havia sido detido após escapar do cerco militar constituído na zona de treinamento de guerrilha da VPR. No mês seguinte, em março, por ocasião do sequestro do cônsul japonês na capital paulista, Nobuo Okuchi, Damaris e seus três filhos menores foram inseridos na lista dos detentos que deveriam ser liberados. Essa troca foi a condição estabelecida pelos organizadores da operação para que o diplomata fosse solto. Banida do Brasil, Damaris e sua família tornaram-se apátridas até a Lei de Anistia de 1979 (BRASIL, 2007a). Em Cuba, aos 43 anos, ela foi alfabetizada e prosseguiu seus estudos, iniciando o primário até chegar ao ensino superior (LUCENA, 1980).

No entanto, ao examinar as narrativas contidas no livro *Memórias das mulheres do exílio,* Ridenti (2005) declara que boa parte das mulheres presas e exiladas de origem simples, sem especificar o caráter racial, foram culpabilizadas por serem mães, irmãs ou esposas de guerrilheiros – não por serem vistas propriamente como militantes subversivas –, em oposição às jovens instruídas nos centros acadêmicos e ativas nas organizações armadas. Nesse sentido, a participação política das negras foi naquela conjuntura insignificante? Quando ocorrida de fato, suas experiências foram estabelecidas somente de maneira secundária, em função da repressão vivenciada pelos homens de suas famílias? De qualquer forma, antes de tentarmos responder a esta questão, ao longo da escrita deste trabalho de pesquisa, cabe destacar previamente que a suposta ausência das negras nos movimentos partidários é um discurso ubíquo na memória nacional.

Os relatos apresentados neste trabalho de pesquisa hesitam, de modo igual, na busca mental por nomes de negras engajadas nas organizações de esquerda durante a ditadura civil-militar. Diva Moreira (2014), ao narrar sobre a resistência contra o regime autoritário, julgou ser possível encontrar um número maior desse grupo social nos movimentos camponeses, nos movimentos sindicais do operariado urbano e mesmo nos movimentos religiosos católicos. Contudo, o espaço universitário do qual são oriundas as entrevistadas para este trabalho de

pesquisa, e classificado por Ridenti (2005) como o cerne da ação política das mulheres, foi avaliado por Diva como maiormente branco.

> Eu era raridade numa faculdade [UFMG] predominantemente branca, raridade. (...) Quando eu olho pra trás, e analiso a minha própria trajetória, eu me dou conta de que a vida inteira, aliás, de que eu tenho amigos brancos em sua grande maioria, eu convivo em meios brancos em sua grande maioria (...). Eu vivi no mundo dos brancos, todas essas militâncias que eu tive anteriormente eram predominantemente de mulheres brancas de classe média (...). Então a luta [contra a] ditadura tinha uma mulher negra sim, a Ângela. Eu não me recordo, (...), quer dizer, eu não me recordo de pessoas negras em peso na luta contra a ditadura. Eu não tenho esta memória sabe. Na minha impressão é de que tirando os sindicatos e os movimentos campesinos, a luta pela contra a ditadura foi uma luta... (...) Foi um movimento branco, o movimento contra a ditadura. Se você tira os segmentos, assim, campesinos, trabalhadores, trabalhadores rurais, igreja. (MOREIRA, 2014)

Dora Lúcia de Lima Bertúlio (2014) também afirmou não ter encontrado mulheres negras nos movimentos estudantis da Universidade Federal do Paraná. Embora reconhecesse a participação dos homens, Dora se questionou com relação às possibilidades de as mulheres negras terem se constituído enquanto sujeitos políticos. Sobre a militância nas organizações de jovens, citou a trajetória de seu irmão, Gil Braz de Lima, estudante de engenharia mecânica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e sobre a militância nos sindicatos, mencionoua trajetória seu pai, José Adil de Lima.

> Eu não conheço mulheres negras. Conheço alguns homens negros, por certo, meu pai e meu irmão. Mas não tenho nenhuma informação muito precisa de que elas eram, na época, (...) militantes estudantis ou dos sindicatos (...). Eram militantes políticas? Nessa época, claro né, tinha já o pessoal do movimento e tudo mais, isso aí eu não tenho nenhuma dúvida. O que eu não tenho muito conhecimento é (...) se existia um número significativo de pessoas que (...) eram negros. E, claro, sofreram da mesma forma né, porque aí eu não tenho dúvida, ser negro já basta pra tu sofrer o preconceito e todo tipo de racismo e discriminação. (Ibidem)

Arabela Pereira Madalena (2015), por sua vez, disse ter sido a única negra de sua organização na Universidade Federal de Minas Gerais, sendo que seu ingresso na militância política ocorreu no interior dessa instituição de ensino superior.

> Na minha organização eu era a única negra. Na faculdade havia outras mulheres negras, mas aí assim, foi a nossa base operária que não foi presa. Não tinha [outras negras] nem no grupo em que eu fui presa. As mulheres no DOPS ficaram todas numa sala só. Eu era a única negra, não tinha ninguém negro. Quer dizer, pelo menos não se achava, tinha uma moça que era... Ela se dizia morena, ela não se achava negra, ela se achava morena. Se fosse nos Estados Unidos era preta, mas aqui [não era vista assim], então não tinha ninguém negro comigo. (Ibidem)

Por fim, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (2015a) afirmou ter visto poucas mulheres negras se comprometerem com a política por intermédio do comunismo. Segundo seu ponto de vista, por razões históricas esse grupo social não possuía sólidas lideranças. Quando as negras agiam eram de forma isolada. Além disso, o engajamento

político delas estava voltado sobretudo às demandas por melhores condições de vida. Havia uma interessante articulação, por exemplo, pelas instalações dos serviços e das infraestruturas de base nas zonas residenciais suburbanas. Assim, a militante considerou a presença do viés de classe nas reivindicações dessas mulheres, porém declarou que a inserção de temáticas como racismo e sexismo, apesar de evidentes, eram ainda exíguas.

> Tinha poucas mulheres negras que se envolveram através do comunismo. Poucas. Hoje eu avalio como uma coisa ruim, mas eu acho que elas não tinham o poder. São as lideranças que iam surgindo entende. Porque ali, por exemplo, quando aparecia uma mulher negra era uma liderança, mas não tinha seguidoras. Era uma mulher que ia lá berrava, gritava, ela sozinha praticamente. Então isso era uma coisa... Não era uma coisa ruim, era uma coisa da história mesmo entende. Ela tinha uma liderança, que era uma mulher batalhadora, mas a liderança dela era para o povo, ela não tinha uma especificidade, negro, mulheres em si. Ela tocava na questão do negro, tocava na questão da mulher, mas o foco maior era a pobreza, o povo morrendo, o povo sem casa certo, o povo querendo estudar certo. Era uma questão da luta de classe. (Ibidem)

Essas alegações que negam às negras uma ação política são, contudo, frequentemente contraditórias. Com o progresso dos diálogos durante as entrevistas, observei que várias informantes se conheceram ainda durante o período ditatorial, conquanto a militância no cenário de repressão implicasse certo grau de sigilo e isolamento. Com a organização os contatos, geralmente, eram realizados através de "pontos", isto é, encontros marcados em locais públicos, onde os militantes faziam o uso de "senhas" – alguém perguntava e o outro respondia algo predefinido – para se identificarem. Às vezes, era necessário utilizar diferentes nomes e codinomes, disfarces e alterações na aparência física, bem como fabricar toda uma identidade e uma história pessoal falsa. Os sujeitos engajados se mantinham sob forte tensão psicológica, o militante experimentava um cotidiano complexo marcado por sentimentos como esperança e entusiasmo, mas também medo, angústia e insegurança. Dessa forma, não era evidente distinguir até mesmo alguns companheiros de ação mais próximos. (LACERDA FILHO, 2011)

Porém, a mineira Diva Moreira (2014), militante do Partido Comunista Brasileiro, revelou sua emoção ao rever a maranhense Edna Roland, militante da POLOP – Organização Política Marxista-Política Operária, após notícias de seu desaparecimento durante o regime autoritário.

> Eu fiquei muito emocionada né, (...) porque surgiu até a notícia na época (...) de que ela estava na lista dos mortos, dos desaparecidos. Aí um dia, eu acho que foi em Brasília sabe? (...) Uma porta se abriu e a Edna entrou. Eu fiquei super emocionada né, porque havia anos que eu não a via, muitos anos... (...) Então eu fiquei muito emocionada quando eu a vi anos depois, ainda durante a ditadura né. (Ibidem)

Por seu turno, a mineira Arabela Pereira Madalena (2015), militante da ALA – Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil, afirmou ter se tornado amiga de Diva Moreira em 1970, quando, informada por uma colega da universidade de sua iminente prisão, foi obrigada a se refugiar no Convento das Beneditinas em Belo Horizonte.

> Um dia eu fui para Faculdade assistir aula. Aí chegou uma amiga minha e falou: "O que é que você tá fazendo aqui?" "Eu vou assistir aula." Ela falou assim: "Você está louca, foi decretada sua prisão preventiva, está no jornal de hoje." Aí essa menina correu, me escondeu, pegou um carro, aí que eu conheci a Diva no Convento das Beneditinas. Eu fiquei amiga de Diva assim. Diva fazia Jornalismo e eu fazia Geografia. Eu conheci a Diva, eu estava me escondendo da polícia, 1970. (Ibidem)

A maranhense Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (2015a), de modo igual, embora não a tenha visto pessoalmente, relatou ter tomado conhecimento da trajetória de Arabela Pereira Madalena por intermédio das mulheres exiladas em Paris. Enquanto que a paulista Helenalda Resende de Souza Nazareth (2015), militante da Ação Popular (AP), e que presenciou as inúmeras ações de sua irmã Helenira Resende de Souza Nazareth para se esconder dos órgãos de repressão, disse ter sido informada das ações da goiana Maria Diva de Faria, simpatizante da AP, a qual abrigava em sua residência paulista militantes perseguidos. A paulista Helenira Nazareth e a carioca Lúcia Maria de Souza atuaram na guerrilha constituída na região do Araguaia. E, apesar de não poder confirmar se elas tiveram alguma forma de contato, vale lembrar que ambas participaram do Destacamento A nos anos 1971-1972. Enfim, Thereza Santos já era uma figura política nacional no momento da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e, por isso, em 1983, foi designada por outas ativistas negras para representá-las no órgão público. Nessas passagens, apresento apenas uma pequena parte de uma rede complexa de diálogos e articulações entre mulheres negras militantes políticas.

Seja como for, os relatos são indícios de várias experiências de participação ativa dos negros, apesar da insistência inicial em declarar que não os percebiam como grupo social historicamente presente nas organizações políticas. Assim, a entrevistada Neusa Maria Pereira (2015a) afirmou que sua "avó foi da Frente Negra Brasileira", entidade de caráter partidário e antirracista que se consolidou nos anos 1930. Ao passo que outra informante, Maria do Espírito Santo (2015a), comunicou a participação de seu pai, Jalaut Carlo Erba dos Santos, um operário e militante comunista negro, nas ações políticas maranhenses dos anos 1940-1950. Aliás, Maria do Espírito Santo descreveu com entusiasmo a importante atuação de Maria José Camargo de Aragão, uma amiga próxima da família. A médica negra foi uma importante figura do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em São Luís, no Maranhão, e da

Federação de Mulheres Brasileiras (FMB). Sobre essa relação afetiva Maria do Espírito Santo contou:

> Maria Aragão era querida. Conheci muito. Ela dizia assim, batia na mão: "Tu vai longe, faz essa faculdade porque só a gente tendo uma formação os caras respeitam. Então a gente tem que estar acima de tudo." Maria Aragão era próxima. Uma vez eu assisti essa cena. Ela foi lá em casa conversar com o papai. Eles eram muito amigos. Eu (...) estava na faculdade, mas não era militante brava. Aí a polícia veio prender, prendia ela todos os dias. Aí ela estava conversando com o papai, a polícia chegou, uns quatro caras: "Dona Maria Aragão, nós temos que levá-la." [Ela respondeu]: "Espera aí, (...) eu estou conversando com o meu amigo Jalô. (...) Vou já (...)." No meio da rua, uns quatro policiais, as pessoas parando: "Quem vai ser preso?" (...) Ela saiu até o portão. "Me aguardem, estou conversando com meu amigo Jalô, não vou fugir." Aí terminou de articular tudo com o papai, que era um velho comunista, e depois saiu. "Pronto, podem me levar que agora eu vou ser presa. Jalô, eu vou ser presa, quando eu sair, eu volto para acertar as últimas coisas." (Ibidem)

Maria Aragão nasceu na cidade de Engenho Central (hoje Pindaré-Mirim), no Maranhão, em 1910. Sua mãe, Rosa Camargo Aragão, era dona de casa e analfabeta, e seu pai, Emídio Aragão, era guarda-fios dos Telégrafos, isto é, profissional encarregado de vigiar e reparar uma linha telegráfica ou telefônica. Seu pai era filho de uma negra africana alforriada originária de Angola. A militante foi a terceira dos sete filhos do casal e, desde jovem, afirmou se reconhecer como mulher negra. Já adulta, Maria Aragão foi uma médica, jornalista e professora. Iniciou sua carreira como pediatra, mas prosseguiu sua trajetória na área da saúde como ginecologista, formando-se em medicina pela Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro. Seu percurso político é sublinhado pela escolha da ideologia comunista e a defesa dos direitos das mulheres. A figura 02 apresenta uma ilustração de Maria Aragão, quando entrou para o Partido Comunista.

Imagem 02: Maria José Camargo de Aragão em 1945

Fonte: Schumaher & Brazil (2007, p. 317)

Em 1951, a partir do mês de fevereiro, Maria Aragão liderou diferentes ações de repúdio e protesto contra o sistema oligárquico maranhense. Se opôs aos desdobramentos da disputa pelo governo estadual entre as forças políticas oligárquicas vinculadas ao senador Vitorino Freire (PST) e as "Oposições Coligadas" (PR, UDN, PSD, PL, PSP, PTB), representativas de outros setores oligárquicos. Durante o processo eleitoral, o coronel Vitorino Freire havia imposto seu candidato, Eugênio de Barros. Este último tomou posse do Governo do Estado em fevereiro de 1951 e instaurou uma violenta repressão contra as populações da capital e do interior. Na ocasião, sucedia-se uma greve conhecida como "Balaiada de São Luís", a qual constituiu um movimento amplo, radical e heterogêneo. Os habitantes da região se insurgiam contra as práticas fraudulentas do coronel. Até outubro do mesmo ano a cidade de São Luís ficou totalmente paralisada e generalizaram-se os conflitos.

Maria Aragão, enquanto militante comunista, tornou-se, naquele cenário de mobilizações políticas, uma figura de extrema importância. Ela conduziu diferentes ações de contestação contra ambos os grupos partidários e, segundo um artigo publicado no jornal *Imprensa Popular*,

> no desenrolar da luta, cada vez mais se tornava sensível a atuação patriótica dos comunistas, que culminou com o lançamento do manifesto do Partido, concitando o povo a se organizar e lutar (...). Maria Aragão é, sem nenhum favor, a mulher mais conhecida e mais querida em todo o Maranhão. Seu nome é respeitado e inspira confiança, não só como médica, mas como uma sincera lutadora contra a opressão, a miséria e a fome. Maria simboliza a revolta daquêle Estado. (VIEIRA, 13/12/1951, p. 02)

Em 1951, no mês de outubro, Maria Aragão declarou ter sido presa. Na verdade, ela não foi incriminada por ser comunista, conforme a Lei de Segurança Nacional, ela foi inculpada por supostamente ter fomentado incêndios. Durante as agitações, a médica havia sido acusada de ter posto fogo na cidade, ou seja, ela seria a principal responsável pelas chamas que se deflagraram em várias residências dos bairros populares. No entanto, tratava-se, em sua opinião, de uma estratégia dos poderes públicos para ignominiar a importante atuação política dos comunistas (ARAGÃO, 2015).

O relato de eventual ousadia com os militares durante o período ditatorial do pós-64, descrito posteriormente por sua amiga Maria do Espírito Santo, foi, dessa forma, provavelmente o resultado de um longo histórico de encarcerações. Desde 1945, Maria Aragão vinha sofrendo com a repressão maranhense e, nesse sentido, ela retratou inúmeras

divergências, inclusive confrontos corporais, com agentes das forças de ordem.[36] Por outro lado, como é o caso de sua prisão em 1951, confessou ter consolidado relações com membros da corporação e, assim, ter obtivo informações sigilosas sobre uma armadilha e sua iminente prisão.[37] Na cidade de São Luís, ela era uma personalidade pública e, nos anos 1960-1970, já tinha formado sólidos vínculos de interdependência com diferentes setores profissionais da sociedade. Por esses motivos, é possível supor que a militante política tenha se beneficiado de certa paciência e flexibilidade no instante de sua posterior detenção. Em compensação, é preciso ressaltar que a médica foi vítima de inúmeras violências. Já nos anos 1950, ela foi várias vezes – sob a acusação de atividades subversivas – detida e processada. No livro intitulado *Maria por Maria ou A Saga da Besta-Fera nos porões do cárcere e da ditadura*, de Euclides Moreira Neto, editado em 2015, no qual foi publicado uma narrativa autobiográfica da líder comunista negra, Maria Aragão apontou vários atos de arbitrariedade durante as

---

[36] Em 1945, Maria Aragão retornou ao Maranhão e, sem demora, iniciou uma intensa militância comunista em diferentes zonas do Estado. Durante suas ações políticas, o padre da cidade de Codó qualificou sua formação de médica como falsa e, em seguida, com o objetivo de ofender, a acusou publicamente de ser, na verdade, uma prostituta ou besta-fera, uma crítica que era reforçada pelo padre devido ao fato de Maria Aragão ter sido mãe solteira em 1940. Ainda no município de Codó, Maria Aragão foi apedrejada durante os comícios que realizou para apresentar os candidatos de Prestes e, além disso, houve conflitos diretos, isto é, corporais, com as forças de ordem (ARAGÃO, 2015).

[37] Sua prisão em outubro de 1951, segundo seu relato, foi consequência de um estratagema arquitetado pelas forças de ordem. No dia 05 desse mês, durante os últimos dias da greve, um indivíduo foi até a sua casa lhe avisar que um paciente precisava urgentemente vê-la. Os militares sabiam de modo seguro, sobretudo em razão de suas práticas durante os conflitos políticos desse ano, que Maria Aragão não negaria atendimento médico à população. Assim, o plano inicial da polícia era enviar alguém até seu domicílio para lhe informar da imprescindibilidade de sua presença física. Uma estratégia que provavelmente a conduziria a se retirar do espaço privado, e isso era o que esperavam os agentes de segurança, visto que consoante as afirmações da médica, não havia provas suficientes para justificar a invasão de sua moradia. Inclusive, ela já havia sido informada por pessoas próximas sobre essa possível armadilha. Segundo algumas relações consolidadas com membros da polícia, Maria Aragão foi aconselhada a permanecer no interior de sua residência. Em nenhuma circunstância ela deveria sair, contudo, diante de sua obrigação profissional, a médica decidiu responder às chamadas de um enfermo. Logo ao abrir a porta, um grupo de homens armados a interpelou e, sob agressões físicas e verbais extremamente violentas, a médica foi encaminhada até a delegacia, embora Maria Aragão tenha afirmado com insistência sobre sua resistência inicial, chegando até mesmo a haver confronto corporal entre ela e os policiais. Na delegacia, mais uma vez, Maria Aragão apontou sua obstinação em ser imediatamente inocentada e liberada e, na ausência de provas concertas, somando-se aos insultos proferidos pelo chefe de polícia, ela declarou ter lhe dado uma bofetada no rosto, uma atitude que a partir de então serviu como pretexto para sua permanência na penitenciária e sua incomunicabilidade. Assim, sem crime formalizado, a médica manteve-se encarcerada entre 05 de outubro e o Natal de 1951, sendo que nessa ocasião, não obstante os inúmeros requerimentos, ela foi a única excluída da anistia acordada pelo governador aos opositores. Em suas memórias, Maria Aragão relatou ter usado a prisão de outubro 1951 para denunciar, na presença da grande mídia nacional, a parcialidade da polícia. Ao chegar à delegacia, a médica se deparou com vários representantes de jornais cariocas que a aguardavam, pois, sua prisão já havia sido publicamente anunciada. Na realidade, a imprensa se encontrava em São Luís para fazer a cobertura da greve de 1951, e a notícia prévia do encarceramento de uma de suas principais líderes era uma oportunidade imperdível para os periódicos que queriam ser produtores de notícia sobre os eventos. De todo modo, sua atitude de denúncia teve efeito imediato. Seu caso foi publicado em vários jornais e, em seguida, Maria Aragão contou com o apoio de vários grupos políticos (Ibidem).

interpelações e, consequentemente, ela mencionou os maus tratos no cárcere pondo-lhe em risco à saúde ou mesmo à vida.

A entrevistada Dora Lúcia de Lima Bertúlio (2014), por seu turno, descreveu a trajetória de seu pai, José Adil de Lima. Na cidade de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, o operário negro e militante comunista tornou-se, nos anos 1950, uma figura bastante célebre. No campo do engajamento partidário, ele foi candidato a vereador, presidente do Sindicato dos Estivadores, criado em 1922, representante dos trabalhadores na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina entre outras atividades. No interior da organização, assumiu de modo igual diferentes funções de responsabilidade. Em 1961, José recebeu um convite para visitar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, sendo a viagem realizada junto a dois outros sindicalistas representantes do partido. Mas, segundo o relato de Dora (Ibidem), ao retornar ao Brasil, seu pai foi encarcerado por algum tempo. No campo do engajamento antirracista, em maio de 1952, José participou da fundação do primeiro clube reservado à população negra do município catarinense.

Sua importante militância política era, contudo, vista pela população, em geral, com desconfiança. Por ser um homem negro, os habitantes da cidade de Itajaí, na opinião de Dora (Ibidem), julgavam-no como um personagem insólito. Por um lado, ele era admirado, o que determinou, na ocasião de sua prisão, em 01 de abril de 1964, um apoio material da população mais abastada da sociedade; por outro lado, porém, ele era duplamente perseguido enquanto marxista e negro. Em todo o caso, seu engajamento no Partido Comunista ocasionou vários constrangimentos para o conjunto da família Lima. Assim, Dora narrou sobre as ofensas que lhe eram direcionadas em público. Uma situação de perseguição cotidiana produzida, inclusive, por pessoas próximas, o que resultou na mudança da família para a cidade de Curitiba em 1965, ao mesmo tempo em que seu pai teve que fugir e se exilar clandestinamente no interior do país, após ser liberado da prisão.

> Papai era na verdade do partido comunista. Ele era um ativista, sindicalista e foi preso no dia 01 de abril de 64. Foi um dos primeiros. Em Itajaí, Santa Catarina. Então nós tivemos uma história. Minha família teve uma história muito pesada com relação a todo o processo da ditadura até recentemente. Ou seja, todo o período da ditadura nós fomos massacrados digamos, pelo sistema, por diversas razões e, fundamentalmente, pela família negra que éramos, claro né. (...) A sociedade rejeitou absolutamente. Xingavam a mamãe, xingavam a gente na rua. Aqueles negros comunistas. Imagina ser negro comunista quando se mandava matar comunistas. Mas a gente recebeu apoio exatamente dos simpatizantes, que era um pessoal classe média alta da cidade. (...) Papai era uma pessoa muito bem relacionada. Já tinha sido candidato a vereador, era presidente do sindicato [estivadores], era o representante dos trabalhadores na Junta, em Florianópolis (...) e era, assim, uma pessoa bastante reconhecida na cidade. Todo mundo achava estranhíssimo, porque era um negro diferente segundo as pessoas. Ser negro e ter

> essa força toda. Era um negro diferente, todo mundo dizia. Daí, na sequência, em 65, nós mudamos para Curitiba, (...) não tinha chances de ficar. Mamãe não tinha mais condições de ficar na cidade. Mamãe ficou muito ofendida. (...) As pessoas que não têm feito mal algum, e serem maltratadas do jeito que a gente foi. A família inteira maltratada mesmo. Ela não quis mais ficar e o papai depois de ir preso, ele teve que fugir. (Ibidem)

Por fim, Helenalda Resende de Souza Nazareth (2015) narrou sobre a história de vida de seu pai, Adalberto de Assis Nazareth. Inicialmente mencionou sua trajetória educacional, concluída com a obtenção de um título de doutorado em medicina e marcada por diferentes dificuldades. De origem bastante modesta, trabalhou como marceneiro durante sua instrução acadêmica, ofício que também era exercido pelo seu pai, avó de Helenalda. Como homem negro, Adalberto foi, frequentemente, vítima de racismo dentro do espaço universitário e no exercício da profissão. Porém, ainda na juventude, tomou consciência dos mecanismos de discriminação no Brasil. No decorrer de seu percurso, no ensino superior, entrou em contato com o Partido Comunista Brasileiro, tornando-se militante político no Estado da Bahia. Em seguida, após a aquisição do diploma, objetivou atender às comunidades e indivíduos mais necessitados. Para isso, percorreu várias pequenas cidades brasileiras desprovidas de especialistas na área de saúde.

Em 1935, conforme a narrativa de sua filha (Ibidem), Adalberto optou, finalmente, por residir e trabalhar em Cerqueira César, no Estado de São Paulo. Migrante nordestino, seu pai era o único médico do município. Certamente, existiam especialistas da área de saúde nas pequenas localidades da região sudeste. A própria entrevistada apontou a presença dos filhos e netos dos grandes latifundiários e suas práticas elitistas. Contudo, Adalberto é descrito como um profissional excepcional que aceitava atender gratuitamente. Ou então, como era comum na época, em troca de produtos de primeira necessidade ou outros tipos de serviço. Em função dessas peculiaridades que Helenalda afirmou ter sido seu pai o único clínico da cidade:

> Ele era engajado desde a época de estudante lá na Bahia né. Ele era do Partido Comunista. Era comunista. Quando ele estudou. Veio da Bahia. Foi trabalhar em Irará, ele é de Nazaré das Farinhas. E a minha mãe era de Irará. Meu pai fez medicina pensando em ajudar os mais pobres sempre. Então ele procurava regiões... Também por ser do Partido Comunista, ele foi parar em Irará. Irará era uma região que falavam que era o centro do comunismo, na Bahia. Ele foi para Irará, conheceu minha mãe. Mas depois (...) veio para o sul. Veio para São Paulo. Passou no Rio de Janeiro, do Rio de Janeiro veio para São Paulo procurar uma cidade do interior para poder morar e fazer sua clínica. Cerqueira César não tinha médico. Ele foi o único médico da cidade por muito tempo lá. Por algum tempo. Meu pai era doutor, doutor mesmo. Ele fez doutorado. O doutorado dele era sobre doença cardíacas. Era clínico geral porque era o único médico da cidade. Mas aí fazia parto, fazia tudo né. Era o único. (Ibidem)

Posteriormente, em 1948, Adalberto foi impelido a se mudar para a cidade paulista de Assis. O partido havia se tornado ilegal desde o ano anterior e o padre da cidade de Cerqueira César, como era prática comum em vários segmentos da Igreja Católica, iniciou discursos inflamados contra o médico e outros militantes engajados. Na verdade, Euthália Resende de Souza Nazareth, a mãe de Helenalda e Helenira, era católica e praticante. Inclusive, apesar de se posicionar como ateu, o pai sempre motivou suas seis filhas a participarem da missa aos domingos. Adalberto e o sacerdote, em diferentes circunstâncias caracterizadas pela necessidade de prestar assistência básica à população, foram aliados. Todavia, o padre, consoante a entrevista de Helenalda (Ibidem), desconhecia completamente as ações políticas do médico, até que ele se candidatasse ao cargo legislativo municipal pela organização marxista. A partir de então, o elo foi definitivamente rompido e Adalberto foi estigmatizado e interditado de entrar na instituição religiosa. Outro elemento que formalizou a mudança da família foi o fato de Cerqueira Cesar não possuir, nos anos 1940, escolas do ensino secundário:

> A gente saiu de lá em 48, ele ficou uns dez, doze anos. Em 1935, ele veio para Cerqueira César. Aí se casou com a minha mãe, trouxe minha mãe e tal, e nascemos todas em Cerqueira César, pelas mãos do meu pai que era o único médico da cidade. Depois fomos para Assis, por quê? Cerqueira César só tinha o primário. Além disso, houve aquela fase em que o partido comunista passou a ser clandestino novamente e o padre começou a falar dos comunistas. O padre descobriu que meu pai era comunista, porque meu pai foi candidato pelo partido comunista, candidato a vereador. Até então o padre trabalhava com meu pai nas questões beneficentes, natal dos pobres né. Quando ele descobriu que meu pai era comunista separou. Separou as festas de natal. Meu pai era comunista e ateu, minha mãe era católica. Meu pai falava: "Tem que respeitar a crença de cada um." Então nós já fomos criados assim. "Tem que respeitar porque cada um pode pensar de uma maneira diferente da sua, mas você tem que respeitar para poder ser respeitado." Ele falava: "Não custa ir à missa." Porque a gente não queria. Aí meu pai: "Não custa. Tua mãe quer que vocês sejam católicas, vocês vão acompanhar sua mãe, vocês vão para igreja. Não custa nada ir até a igreja." Ele não ia, porque o padre não deixava entrar na igreja. Ele era excomungado. Então meu pai ia até a porta da igreja, deixava minha mãe, a gente também, a criançada, e ficava lá pelo jardim. Esperava lá. Só que na hora de procurar um médico, eles corriam procurar meu pai né. Era o médico que atendia e não cobrava. (Ibidem)

As trajetórias dos militantes comunistas citados, Maria José Camargo de Aragão, Jalaut Carlo Erba dos Santos, José Adil de Lima e Adalberto de Assis Nazareth, foram brevemente relatadas no primeiro capítulo deste trabalho de pesquisa. Vale lembrar que todos esses indivíduos se reconheciam como negros e estavam comprometidos com a resistência contra o regime autoritário instaurado após 1964, no entanto, por fazerem parte de uma geração anterior às entrevistadas, eu analisei apenas suas atuações no âmbito da educação

política de seus próximos na primeira metade do século XX. Uma atenção um pouco maior foi atribuída à trajetória de Maria Aragão.

O conceito de geração foi identificado por Jean-François Sirinelli (2006) como um recurso de compreensão do fato histórico e da atuação dos atores. O interesse atribuído ao "evento" é resultante de práticas de observação do momento como algo singular. A aplicação do termo "geração" justifica-se então pelos acontecimentos fundadores que foram capazes de modelar um grupo com características próprias. No presente caso, o episódio foi a formação, a partir de 1964, de uma oposição a um Estado ditatorial no Brasil, uma associação de indivíduos que constituiu um polo de resistência e, além disso, experimentou um passado similar de perseguição e repressão política. Ele é representativo de um conjunto social, político e ideológico de indivíduos determinados por dados factuais precisos. Embora seja impossível falar de regularidade de uma geração periodizada, pois, no âmbito de uma conjuntura, existem vários grupos com traços plurais, toma-se, nesta pesquisa, como universo empírico um complexo de agentes, mulheres negras universitárias, que se engajaram na luta contra o governo militar nos anos 1960-1970.

Tive também o interesse em analisar em que medida as mulheres negras teriam atuado enquanto sujeitos políticos dos movimentos de esquerda durante os grandes eventos nacionais que marcaram a primeira metade do século XX. Acredita-se, a este respeito, que, após a abolição da escravidão, tal grupo social se constituiu enquanto principal mão de obra nacional[38] (BENTO, 1995) e, dessa forma, segundo o princípio fundamental de mobilização política do conjunto das massas trabalhadoras, as negras eram o principal segmento da população que as ideologias e os partidos revolucionários brasileiros pretendiam representar. Já no final do século XIX, anarquistas, comunistas e socialistas objetivaram compreender até certo ponto quem eram os operários que compunham as classes laboriosas nativas e, paralelamente, com a intenção de se posicionar contra toda forma de discriminação, foram elaboradas determinadas críticas sobre a condição social da mulher e do negro. Admite-se, por outro lado, que o engajamento das jovens militantes negras nas organizações de resistência no decorrer dos anos 1960-1970, é legatário de uma tradição de luta anteriormente constituída em seus respectivos espaços de vida cotidiana. Em outras palavras, as diferentes comunidades negras, na qualidade de trabalhadoras e com um histórico de luta coletiva desde o período

[38] Consoante as análises de alguns pesquisadores, as quais foram apontadas por Bento (1995, p. 480), "a mulher negra é vista como sustentáculo da raça, uma vez que os homens negros, excluídos da nova ordem social por estarem 'despreparados para assumirem o papel de trabalhadores livres', estavam sem condições de manter suas famílias, de modo que à mulher negra restou a responsabilidade pela manutenção material da família."

escravocrata, introduziram e reelaboraram os ideais e as estruturas partidárias em seus próprios universos tradicionais de mobilização política, a partir do final do século XIX, conforme suas expectativas e imposições imediatas.

À vista disso, pareceu-me primordial citar rapidamente os percursos de indivíduos próximos (parentes e amigos) das entrevistadas, pois eles vivenciaram como militantes comunistas os episódios que marcaram a construção do movimento operário brasileiro, bem como pensar sobre os possíveis ambientes de consolidação da militância política das negras.

Como aponta Nascimento (2016b), a história das lutas dos trabalhadores modernos, desde seus relatos iniciais no final do século XIX, contém, deliberadamente, uma versão respaldada na atuação exclusiva de indivíduos de origem europeia. Cientistas sociais creditaram (e ainda creditam) unilateralmente aos militantes estrangeiros, quando nacionais sem cor definida, a ação nas primeiras organizações libertárias. Assim, parecem não perceber, por um lado, que "a transformação de uma sociedade que agia, pensava e se entendia enquanto escravista, numa outra cuja produção viria, teoricamente, pelo pagamento do trabalho realizado, foi extremamente tensa" (Ibidem, p. 02), e, por outro lado, parecem não perceber que naquela conjuntura, caracterizada de modo igual pela emergência dos anarquistas, os trabalhadores negros, principais atingidos pela alteração do regime de mão de obra forçada, interviam com diferentes recursos e se interessavam pelos novos ideais revolucionários de justiça social. No que concerne às décadas posteriores, sobretudo a partir da criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, os cientistas sociais atribuíram uma maior atenção às práticas partidárias dos militantes brasileiros, porém tratavam-se principalmente de indivíduos brancos. Ainda atualmente pesquisadores propõem estudos históricos sobre a militância política brasileira sem realizar uma crítica sobre o papel dos negros.

Dessa forma, os historiadores, frequentemente, negam-lhe qualquer forma de protagonismo político. Sobre as primeiras décadas do século XX, abstêm-se da exigência em apresentar nomes e imagens de líderes trabalhadores negros. Contudo, desde o período da escravidão, ainda conforme o mesmo autor (NASCIMENTO, 2016a), é possível os encontrar nas senzalas, nas irmandades religiosas, nos terreiros de candomblé, nos bairros e nas cidades negras. Esse grupo social, enquanto trabalhadores, agiu em diferentes movimentos sociais. Tal problemática se tornou então indispensável para desconstruir a ideia deturpada de não participação histórica das negras nos grupos revolucionários. Nesta perspectiva, optei por analisar algumas de suas experiências nas organizações de bairros de algumas capitais

federais brasileiras. Sobre a segregação racial do espaço e o "lugar natural" ocupado por esse grupo social nas zonas residenciais urbanas, a intelectual negra Lélia Gonzalez (1983, p. 232) observa:

> As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do "lugar natural" de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc., até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (...) No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão.

Nesta citação, a antropóloga constata a significativa alocação dos negros nos espaços desprovidos de serviços básicos e infraestrutura urbana e marcados pela violência policial cotidiana. Inicialmente, as greves operárias de 1917-1919, coordenadas pelos socialistas e anarquistas, e que sofreram forte repressão das forças de ordem, firmaram-se, sobretudo, nos subúrbios dos grandes centros urbanos. Tratava-se, evidentemente, de lutar por leis trabalhistas, porém houve também apelos contra a carestia. Foi fundamental para o êxito do movimento a formação de grupos de resistência de caráter geral: alimentação e habitação. Além disso, respaldados pelos fortes laços de vizinhanças, os grupos eram situados nas zonas onde residiam os próprios indivíduos mobilizados. Segundo Lopreato (2000), esses episódios grevistas instituídos nas áreas periféricas das capitais federais foram responsáveis pela formação de uma significativa estrutura sindical, tanto reformista quanto revolucionária. Dessa forma, desde o início do século XX, em particular, nas regiões suburbanas das grandes cidades, formou-se uma relação simbiótica entre as organizações de bairros, importante espaço de atuação das mulheres, e os sindicatos, organizações políticas lideradas pelos anarquistas (TOLEDO, 2017).

Neste trabalho de pesquisa, supõe-se que os negros foram maioria em ambos os movimentos populares. No entanto, foi extremamente complexo durante a escrita do primeiro capítulo romper com o discurso hegemônico de predominância branca e europeia. Esse

discurso se consolidou a partir das manifestações dos historiadores, mas também das manifestações das elites dominantes e dos próprios grupos anarquistas.

A elite dominante, com o objetivo de justificar a repressão sobre os grupos populares, bem como limitar a consolidação de laços de solidariedade de classe, constituiu, naquele período, um infundado discurso que associou ação reivindicatória e atividade subversiva profissional dos estrangeiros. Neste sentido, na visão das classes superiores os grupos revolucionários anarquistas brasileiros seriam compostos, predominantemente, por indivíduos brancos, na maior parte dos casos imigrantes europeus. Eventualmente, era atribuída uma atuação agitadora aos seus descendentes nascidos no Brasil (OLIVEIRA, 2009). Quanto aos negros, apesar deles terem sido, tanto na condição de trabalhadores livres quanto na condição de trabalhadores escravizados, um importante grupo social empregado nas primeiras fábricas brasileiras, não lhes foi conferido sequer a qualificação de "operários". No âmbito social, foi-lhes atribuído meramente a suposta conduta de desordeiros: às mulheres, uma imagem de prostitutas e aos homens uma imagem de "vagabundos, bêbados, presidiários, favelados." (NASCIMENTO, 2016a, p. 622) No âmbito da política, a elite dominante via-os, na melhor das hipóteses, como "pacatos", comparativamente aos agitadores insurrectos anarquistas-estrangeiros.

Por sua vez, as organizações de cunho revolucionário, constituídas no Brasil no final do século XIX, interrogavam-se sobre o potencial subversivo dos negros. Afinal, a insurreição mundial, sobretudo europeia, era vista como iminente. No entanto, suas conclusões não eram muito entusiastas. É certo que os anarquistas consideravam os trabalhadores nativos, via de regra, como apáticos em relação ao cumprimento da proposta libertária de transformação social. Os negros, porém, segundo Nascimento (2016a), maioria mão de obra empregada nas fábricas, em particular por causa de sua experiência histórica com a escravidão, eram julgados sem nenhuma tradição de luta coletiva. O pouco da crença no êxito da ação nacional era, assim, depositada nos imigrantes originários dos países ocidentais. Ao mesmo tempo, toda forma de reivindicação identitária oriunda das comunidades não-brancas era criticada. Os anarquistas supunham que as demandas específicas eram o principal fator de desunião dos trabalhadores. Com o propósito de criar uma identidade de classe no Brasil, era imprescindível identificá-las como secundárias.

Por um lado, influenciados por uma ideologia que admitia, acima de tudo, a herança degenerativa do homem sob a escravidão, os militantes de esquerda suspeitavam da energia e da dinâmica dos negros para se constituírem enquanto grupo político organizado e, então,

agirem enquanto protagonista nas lutas proletárias gerais e, por outro lado, mas simultaneamente, eles pressupunham que as mobilizações de caráter identitárias, pois também era evidente que os negros as faziam se tornar reais, não eram condizentes com os interesses imediatos de formação da classe trabalhadora.

De toda forma, Petrônio Domingues, ao citar Tiago Bernardon Oliveira (2009, p. 243, apud DOMINGUES, 2017, p. 43), afirma que:

> Entre as correntes político-ideológicas com inserção nos movimentos sociais, os comunistas não foram os únicos a subalternizarem a luta antirracista. Segundo Tiago Bernardon de Oliveira, os anarquistas também não concebiam a "questão negra" como específica e seus militantes viam-se como brancos. Isto significa que, apesar do discurso em defesa de "todas as raças", tinham os trabalhadores brancos como "público prioritário a atingir". Era "nos trabalhadores brancos, sobretudo os estrangeiros, que aqueles militantes depositavam a fé de poder arregimentar com mais facilidade forças para a cotidiana batalha revolucionária, para libertar todas as raças do jugo da escravidão capitalista."

Em contrapartida, conquanto o viés racista e sua intenção de oportunizar em especial a conscientização política de indivíduos brancos – argumento defendido pelos historiadores citados, que julguei ser até certo ponto verdade –, as organizações revolucionárias foram, de fato, responsáveis pela entrada de novas temáticas e novos protagonistas na cena pública. Inauguraram-se inéditos métodos populares de mobilização política e, além disso, promoveu-se a presença cotidiana de militantes nas portas das fábricas e oficinas, nos bairros e nos espaços socioeducativos da população desfavorecida. A fase chamada "obreirista", a qual se definiu pela "proletarização" das direções do partido, apesar de o ter isolado politicamente, conforme as declarações de Zaidán (1991), culminou, no entanto, na emergência de lideranças partidárias estreitamente vinculadas aos movimentos de base. E, por fim, propiciou a candidatura do operário negro Minervino de Oliveira nas eleições de 1929. As palavras de ordem do PCB naquele momento eram: luta anti-imperialista, reforma agrária (sem a indenização dos proprietários) e governo operário e camponês.

Com o fim do governo de Getúlio Vargas, em 1945, o partido,[39] seguindo a mesma perspectiva, propôs postulantes desprovidos de cultura letrada e originários das camadas mais modestas nas eleições executivas e legislativas nacionais. Coordenou também a formação dos Comitês Democráticos Populares, espaços de interação direta entre os comunistas e os moradores dos bairros, sendo que os últimos eram, na maior parte dos casos, os próprios militantes partidários. Dessa forma, supõe-se que houve um interessante processo de

[39] Vale deixar registrado aqui que a clandestinidade marcou boa parte da trajetória do PCB, sobretudo após a Insurreição Comunista em 1935. Como represália pelo episódio, o partido foi posto na ilegalidade pelo presidente Getúlio Vargas até 1946. Naquele ano volta à legalidade, porém depois de curto período tornou-se novamente ilegal, em 1947, permanecendo nesta situação até o final da ditadura militar em 1985.

organização da integralidade dos trabalhadores brasileiros, inclusive negra e indígena (embora o último tema não seja abordado nesta pesquisa[40]).

No período anterior a 1945, o PCB era a organização de esquerda de maior tradição. O partido marxista,[41] porém, a datar daquele ano, passou a atuar em conjunto com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No plano sindical, houve exaustivas disputas políticas, mas as alianças entre ambos foram bastante produtivas, principalmente no que diz respeito às lutas pelos direitos dos trabalhadores, bem como à neutralização das forças golpistas de direita. Até março de 1964, comunistas e trabalhistas, em conjunto, foram responsáveis pelas lideranças do movimento operário e sindical e marcaram a cultura política popular brasileira, com suas ideias, convicções e costumes. Assim, interessei-me também pelo estudo de uma possível participação dos negros na construção do PTB.

Contudo, refuto neste trabalho a ideia de que as várias organizações políticas brasileiras, consideradas pelo discurso hegemônico como, majoritariamente brancas e com acesso quase que exclusivo ao conhecimento teórico das diferentes ideologias, inseriram-se de modo espontâneo e equilibrado, desde o início do século XIX, nos bairros periféricos, ou seja, nos espaços privilegiados de resistência da população negra. Sem a pretensão de esgotar o tema, na verdade, devo admitir que, no primeiro capítulo, foi-me possível somente apresentar alguns exemplos, em razão da escassez de material e referências bibliográficas sobre a temática, bem como o fato da pesquisa focar especialmente o período dos anos 1960-1970. Tratou-se de demonstrar principalmente a viabilidade do protagonismo das negras nos partidos políticos de esquerda que marcaram a história do país.

Entendo que esse grupo social, sem a obrigatoriedade de uma intervenção direta das classes médias intelectualizadas brancas nos seus espaços de luta respectivos, admitiam as

---

[40] Esta pesquisa concerne, em particular, a trajetória das militantes políticas das grandes cidades da região sudeste, com algumas exceções para a região sul e nordeste. Nessas regiões, e mais especificamente no caso das grandes cidades da região norte e centro-oeste, é possível observar também uma importante participação da população indígena, principalmente no que concerne à luta por terras.

[41] O marxismo teria surgido com o processo de industrialização e a constituição de duas novas classes que progressivamente captaram todas as outras restantes. A classe dos grandes capitalistas, ou burgueses, que possuem quase que exclusivamente o conjunto das matérias-primas e dos instrumentos (máquina, fábricas) indispensáveis para a produção dos meios de existência e, em oposição, a classe dos proletários, ou trabalhadora, que nada detém exceto sua força de trabalho, e, devido a isso, é obrigada a vendê-la ao primeiro grupo para garantir seu sustento e sobrevivência. O proletariado era a classe antagônica à classe capitalista. Além disso, o marxismo seria resultado do surgimento da consciência das classes trabalhadoras e organizações proletárias, bem como uma ideologia que anunciava o despontar desses grupos enquanto força independente. Na Europa, no século XIX, era evidente a propagação das ações de coletividades operárias combativas. Eles se organizavam politicamente em sindicatos, mas também em cooperativas e sociedades mutualistas. As condições de trabalho e de vida eram completamente desumanas, sendo as mulheres e crianças as principais vítimas da exploração econômica. Dessa forma, para os teóricos marxistas a insurreição, pelo menos nos países da Europa ocidental, não era apenas justa, mas iminente.

teorias e as práticas partidárias de acordo com suas exigências, assim como as recompunham de acordo com suas interpretações e reivindicações reais. Nesse sentido, minha principal hipótese, neste primeiro capítulo, é que os partidos políticos, organizados na esfera dos bairros periféricos e engajados na luta por direitos trabalhistas, mas também por melhores condições de vida, os quais, para muitos autores, são os responsáveis pela constituição do movimento social brasileiro, desde o início do século XIX, contaram com a participação de homens e mulheres negras, e estas participaram efetivamente de tais movimentos e da política, eventualmente assumindo papéis de liderança. Assim, ao contrário do que afirma grande parte da historiografia brasileira, as mulheres negras, enquanto sujeitos políticos, não emergem na esfera pública apenas nos anos 1980. Na realidade, elas são o próprio movimento social brasileiro. Logo, quando usamos a palavra "trabalhador", e nesta ocasião deixemo-la no masculino, já que esse é normalmente o modelo usado pelos cientistas sociais, o qual também será empregado nas próximas páginas, refiro-me diretamente às mulheres negras, que eram grande parte dos trabalhadores do país.

2.1 História do movimento social

Iniciava-se, desde a proclamação da República, em 1889, com a emergência dos primeiros partidos operários e socialistas, sendo estes por vezes de caráter reformista ou revolucionário, o movimento social contemporâneo brasileiro, até aquele momento com um proletariado principiante, porém, já objetivando uma organização geral e centralizada nos grandes centros urbanos. Assim, de acordo com Evaristo de Moraes Filho (1991), confrontavam-se, no plano ideológico, em particular, as seguintes correntes: socialistas reformistas, socialdemocratas, anarquistas e anarcosindicalistas. Os socialistas, denominados democráticos ou reformistas, compunham o maior número de dirigentes do movimento organizado. Contudo, foi a proposição dos anarquistas que posteriormente triunfou, sobretudo, na ocasião do I Congresso Operário, realizado em 1906, no Rio de Janeiro.[42]

No mesmo ano, a imigrante italiana Ernestina Lesina, ativista anarquista, promoveu a formação da Associação de Costureiras de Sacos e, em conjunto com as trabalhadoras, uniram-se para clamar pela redução da jornada de trabalho e pela organização sindical. Em

[42] Cabe destacar que o objetivo do I Congresso Operário era criar "um forte partido político" para proteger os trabalhadores, no entanto esse projeto fracassou, e pode-se dizer que, no final das contas, nenhuma das duas correntes ideológicas obteve êxito completo, ainda que os anarquistas tenham tido ganhos consideráveis (Ibidem).

1906, no periódico *A Terra Livre*, ela assinou um *Manifesto às Trabalhadoras de São Paulo*, ao lado de outras militantes anarquistas como Teresa Carini, Teresa Fabri e Maria Lopes, no qual convocava as costureiras a participarem dos movimentos grevistas paulistas, bem como as incitava a se mobilizarem contra as degradantes condições de vida, jornadas longas e baixos salários. Outrossim, Ernestina Lesina iniciou em São Paulo o jornal operário *Anima e Vita*, tornando-se uma importante conferencista e oradora nas manifestações políticas por direitos trabalhistas e atuando pela emancipação das mulheres e da classe operária (K-LANGO, 2003).

Os anarquistas propunham uma militância mais dinâmica e, além de serem partidários da atuação direta, pela greve, ou mesmo pela violência, com o objetivo de suprimir integralmente o Estado e seus agentes, sendo assim apontados como agitados e agitadores pelas autoridades, também propunham aos trabalhadores a perspectiva de uma sociedade mais igualitária, "sem classes, sem governo, sem patrões e sem miséria". (MORAES FILHO, 1991, p. 38) Finalmente, não podemos preterir que a própria ideologia anarquista tencionou desenvolver entre os trabalhadores um sentimento de solidariedade internacional, referindo-se aos anarquistas brasileiros somente como uma parte do movimento universal. Dessa forma, "eles conclamavam a coesão da classe operária em todos os níveis, que extrapolassem os limites do local do trabalho, dos interesses de um único setor ou das fronteiras administrativas." (OLIVEIRA, 2009, p. 216)

Segundo Moraes Filho (1991, p. 37, 38), naquele período

> o movimento operário brasileiro viveu como que num verdadeiro delírio, num autêntico "porre ideológico", no qual se misturavam e se confundiam todas as doutrinas de reforma social, desde os mais exaltados, os anarquistas e os anarcosindicalistas, até os socialistas reformistas e os socialdemocratas.

E ainda conforme as palavras do mesmo autor, "o que mais espantava era a sua capacidade de luta, de protesto, de reivindicações e obstinação ou certeza da tomada do poder numa vitória próxima ou imediata. Daí a agitação e as numerosas greves." (Ibidem, p. 34) Nas décadas seguintes, esse sentimento de entusiasmo certamente prevaleceu. Na verdade, é possível afirmar que ele até mesmo se reforçou, principalmente após a Revolução Russa, momento marcado por violentas manifestações grevistas e pela emergência no Brasil de diferentes Ligas Comunistas de cunho anarquista.

De fato, o ano de 1917, além da Revolução Russa, foi palco de diferentes mobilizações nacionais. Lima Barreto veio a afirmar que "a face do mundo mudou". (BANDEIRA, 1980) A greve dos operários paulistas, que reivindicava um aumento salarial e

protestava contra o aumento do horário de trabalho noturno, foi rapidamente seguida por outras categorias de profissionais situadas em diversas regiões do país. Com paralisações e manifestações quase diárias, multidões saíram às ruas com o objetivo de lutar por leis trabalhistas (LOPREATO, 2000). Via de regra, as reivindicações eram: interdição do trabalho de crianças, regulamentação do trabalho de mulheres e adolescentes, jornada de oito horas, semana de cinco dias e meio, seguro em caso de acidentes, doença ou velhice, folga semanal, pagamento pontual dos salários, aumento salarial, redução do preço dos aluguéis e dos gêneros de primeira necessidade, respeito ao direito de sindicalização, libertação dos trabalhadores grevistas presos e recontratação de todos os grevistas demitidos. Aliás, observam-se no Rio de Janeiro e em Recife demandas pela paridade salarial entre homens e mulheres e salário mínimo e, no Rio Grande do Sul, demandas pela criação de mercados livres nos bairros populares. Dessa forma, tinha-se, nas mobilizações do início do século XX, uma luta do cidadão por direitos civis e políticos. O Comitê de Defesa Proletária (CDP) exigia também a atuação tanto dos empregadores como do Estado, sendo os poderes públicos, de acordo com as experiências específicas de cada categoria profissional nas negociações, utilizados como instrumento para a obtenção ou preservação (pelo meio legislativo) das conquistas (TOLEDO, 2017).

Essas experiências foram organizadas pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, mas também foram usadas com agudeza política pelos militantes, sobretudo socialistas e anarquistas paulistas reunidos em torno do Comitê de Defesa Proletária (CDP), e interessados em avivar as energias dos operários. Assim, entre paralisações, comícios, passeatas – momentos em que trabalhadores e moradores das zonas operárias ocupavam os centros das cidades – e conflitos diretos com policiais – corporação que, por ordem do Estado, considerava tal situação como uma grande onda subversiva –, consolidou-se a dinâmica da entidade. Com demasiado entusiasmo político, as greves e as manifestações tornaram-se uma fonte de inspiração para a constituição de uma profunda estrutura sindical.[43] E, apesar dessas ações não terem resultado na ampliação imediata dos direitos dos trabalhadores, o fato é que, em 1917, elas foram extremamente importantes no processo de organização de suas associações políticas, sejam elas caracterizadas por um sindicalismo reformista ou

[43] Conforme Domingues (2017), o sindicato era entendido como uma entidade da classe trabalhadora, constituído com a finalidade de proteger seus interesses específicos diante dos abusos patronais, ao passo que o partido, além de semelhantes funções, sobretudo, no que diz respeito às suas ligações com a classe trabalhadora, era, entretanto, engendrado com o propósito de conquistar o poder e, assim, defender um projeto político revolucionário para o conjunto da população. "Enquanto os sindicatos eram visto como organizações de *massa*, os partidos eram tidos como organizações de *vanguard*a, compostos, em geral, por aqueles trabalhadores que compartilhavam uma identidade ideológica expressa no programa do partido." (Ibidem, p. 19)

revolucionário (TOLEDO, 2017). Além disso, alguns anos depois, na década de 1930, durante as reformas trabalhistas realizadas por Getúlio Vargas, essas experiências foram consideradas como fundamentais.

É importante, nesse sentido, ressaltar os principais aspectos do sucesso na coordenação da ação política de 1917, pois, o êxito da mobilização foi sobretudo o resultado de apelos contra a carestia e de fortes laços comunitários nos bairros. A princípio, a alimentação e a habitação eram pontos da identidade comum dos trabalhadores. As "revoltas da fome" eram decorrentes das vivências compartilhadas relativas à moradia e ao custo dos bens de consumo básicos. Em seguida, outro fator de união era a solidariedade de vizinhança e as relações de confiança que delas advinham. Além das redes criadas por organizações formais, havia também as redes sociais informais familiares e de residência (ou mesmo associações de socorro mútuo) respaldadas por reciprocidades horizontais e vínculos afetivos.

Do ponto de vista dos anarquistas, a exploração e a situação de precariedade não estavam limitadas à ocupação profissional. Por isso, a lógica dos militantes foi agregar os trabalhadores em grupos de resistência de caráter geral e, para acrescentar, situá-los nas próprias zonas urbanas onde trabalhavam e/ou residiam (LOPREATO, 2000). As reivindicações e as estratégias, bem como as pessoas responsáveis pela organização do Comitê de Defesa Proletária, eram, dessa forma, próximas à população operária paulista. E nesse contexto, as mulheres, socialmente alocadas no espaço privado, foram importantes protagonistas na gestão das redes de interdependência. Elas participaram como mães, esposas e moradoras dos bairros populares, mas principalmente como militantes e trabalhadoras. Posteriormente, essas práticas políticas foram essenciais nas suas formações como sujeitos políticos.

Lopreato (2000) aponta as diferentes ligas operárias organizadas nos subúrbios, referindo-se a elas como subcomitês do CDP e, ademais, indica em que medida, no decorrer do ano de 1917, elas desempenharam um importante papel na orientação e mobilização política dos trabalhadores. Cabe destacar, porém, que as manifestações se iniciaram a partir das redes sociais de parentesco, de vizinhança e de locais de trabalho e, somente em seguida, grupos partidários que lhe eram próximos foram mobilizados e suas ideias e propostas foram integradas. Nesse sentido, Toledo (2017, p. 500) afirma a existência de "uma relação simbiótica entre a luta da classe trabalhadora moderna e os laços de solidariedade construídos nas comunidades locais, argumentando que os sindicatos, compartilhando o mesmo espaço com outras organizações de bairro, tenderam a tornar-se instituições comunitárias."

De todo modo, os grupos anarquistas, a partir de seus sindicatos, visavam sobretudo agregar o conjunto dos trabalhadores brasileiros na defesa de seus ideais libertários e na prática de suas ações políticas de cunho revolucionário. Estrategicamente, inspiraram-se então nas agitações proletárias em torno de sindicatos independentes de grupos partidários, formadas a datar de 1884 na França. Por certo, havia divergências entre as diferentes correntes anarquistas nacionais sobre o papel desses organismos enquanto modo de organização, contudo era frequente a instrumentalização das ideias do sindicalismo revolucionário desde o Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906. Seus elementos são claramente perceptíveis no processo de ordenação sindical no Brasil. Seu método de luta, em especial, foi usado por anarquistas nativos para firmar suas atividades políticas junto aos meios operários. O grande modelo era a Confédération Générale du Travail (C.G.T.) da França:

> Sua ideia fundamental, consubstanciada na Carta de Amiens, de 1906, era congregar todos os trabalhadores em sindicatos organizados por ofícios, independentemente de correntes políticas, quaisquer que fossem, para fomentar a resistência ao capitalismo. A concepção de "greve geral revolucionária" de Georges Sorel oferecia um componente estimulante para que anarquistas vissem nos sindicatos o meio de aproximação com o proletariado para difundir seus ideais e instigar seu potencial insurrecional. Isso porque, em linhas gerais, segundo os defensores do sindicalismo da CGT francesa, o sindicato deveria ser a mola propulsora de reunião e de ação entre os trabalhadores, perniciosamente divididos por causa da concorrência pela sobrevivência e por diversas formas de preconceitos e opiniões políticos, religiosos, raciais, nacionais, etc. A preocupação com a identificação dos interesses puramente econômicos das categorias profissionais (jornada de trabalho, salário, descanso semanal, etc.) permitiria, num primeiro momento, a reunião dessa amálgama para a conquista de melhorias parciais. Nas práticas sindicais, se desenvolveriam as experiências de solidariedade não apenas entre os trabalhadores de uma mesma categoria, mas também com os das demais, promovendo e fortalecendo a identificação de interesses comuns entre eles e em antagonismo com os patrões, proprietários das fábricas e das terras. A proposta do sindicalismo revolucionário consistia, então, em congregar todos os trabalhadores independentemente da visão política e religiosa, pois tais elementos seriam dispersantes, contrários à união necessária e comprometiam o próprio caráter revolucionário que os trabalhadores sindicalizados poderiam desenvolver. Por esse motivo, o sindicalismo revolucionário não admitia nenhuma corrente política ou religiosa como a corrente oficial do sindicato, incluindo o anarquismo. (OLIVEIRA, 2009, p. 61)

No Brasil, tal linha ideológica não constituiu exatamente uma corrente autônoma com substância teórica e técnicas de atuação próprias. Entretanto, mediante seus princípios, era reivindicada a coesão entre os trabalhadores (tanto na esfera nacional quanto internacional), a compreensão da função revolucionária relativa a cada indivíduo e, finalmente, a ação coletiva. Dessa forma, o movimento anarquista não pretendia representar unicamente os operários, ou seja, se tornar uma organização de operários para operários. Na verdade, tratava-se principalmente da formação de práticas políticas dos trabalhadores

(unidades ativas e independentes) que se insurgem e se mobilizam contra o capitalismo, aspirando, nessa perspectiva, "a derrocada do Estado e a reconstrução de uma Nova Ordem Social, descentralizada horizontalmente, autogestionária." (RODRIGUES, 2010, p. 03) Em outras palavras, o movimento anarquista "é a revolução das consciências! (...) Seus fins são de acabar com as classes, tornar o homem irmão do homem, independente de cor, idade ou sexo." (Ibidem, p. 03) À vista disso, a datar de sua consolidação no Brasil, em meados do século XIX, as coletividades libertárias se opuseram a todas as formas de opressão, inclusive sexista e racista. Os militantes, de modo geral, deveriam lutar pela liberdade e igualdade de todos os indivíduos.

Nesse sentido, no decorrer das manifestações e greves dos anos 1917-1919, observa-se uma importante participação política dos grupos anarquistas constituídos por mulheres, como é o caso da Liga Comunista Feminina e do Centro Feminino de Estudos Sociais, e, embora a rotina fosse marcada por experiências militantes de extrema violência, as integrantes dessas agremiações já denunciavam publicamente sua situação de exploração econômica e social.

> Conforme noticiamos, realizou-se hontem, á tarde, no jardim da Praça da Republica, o comicio promovido pelo Centro Feminino de Estudos Sociais. Às 5 horas da tarde, presente um numero avultado de companheiras, foi o comicio aberto pela companheira Elisa Gonçalves, que em nome do Centro protestou contra as violências commetidas pelo poder, nesses ultimos tempos de gréve, contra a família operária. Seguiu-se com a palavra a professora Maria de Lourdes Nogueria, que secundou a primeira oradora no protesto contra a prepotencia dos que se dizem garantidores das liberdades publicas, passando então a analisar a situação da mulher, particularmente da mulher operaria, victima de todas as miserias e violencias. Ainda usaram da palavra algumas outras oradoras, sendo finalmente encerrado o comicio no meio da maior animação. (VOZ DO POVO, 29/03/1920, p. 01)

No dia 23 de março de 1919, um grupo de anarquistas projetou fundar um partido comunista operário, mas as insurreições que vinham se produzindo desde 1917, seguidas de intensa e contínua repressão policial, com o encarceramento de seus líderes, prejudicaram a efetivação do plano (VIANNA, 2011). Contudo, algumas semanas depois, no dia 27 de maio de 1919, consolidou-se a Liga Comunista Feminina, liderada pela professora Maria de Lourdes Nogueira, a qual também foi responsável pela fundação, no dia 22 de janeiro de 1920, no Rio de Janeiro, do Grupo Feminino de Estudos Sociais, entidade que tinha como principal finalidade o aprimoramento educacional da mulher. Na década de 1920, influenciada pelo anarco-comunismo, Maria de Lourdes liderou manifestações e atos grevistas, coordenou grupos de estudo e ligas femininas, publicou artigos em jornais, escreveu poemas, lecionou em escolas libertárias.

A Liga Comunista Feminina objetivava compreender a condição subordinada da mulher na sociedade burguesa, herdeira de uma tradição misógina, bem como agrupar as trabalhadoras em torno de uma luta comum. As militantes já tinham consciência de sua respectiva situação social e política, que gerava cotidianamente um contexto de experiências degradantes e opressivas, porém elas pretendiam criar espaços de estudo e discussões e, em seguida, unir as mulheres em uma ação coletiva emancipatória (MARTINS, 2009). Por fim, no que diz respeito às suas integrantes, a Liga visava à associação de todas as mulheres, sem distinção de raça, religião, nacionalidade ou classe social, e, por isso, convocava as diferentes categorias profissionais, não somente as operárias, a aderirem à entidade. Embora os termos "mulheres emancipadas" e "mulheres dignas" citados no artigo abaixo nos permitam pensar que os critérios para ser admitida na Liga ainda estavam submetidos aos padrões sexistas de comportamentos da época. Ao declarar publicamente seu projeto, com teor libertário, o Grupo publicou no jornal *Voz do Povo- Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral*, um artigo intitulado *Um manifesto à mulher brasileira*:

> O Grupo Feminino de Estudos Sociais, fundado nesta capital em 22 de janeiro de 1920, propõem-se a agremiar todas as mulheres emancipadas do Brazil, afim de combater systematica e efficazmente a escravidão clerical, a escravidão econômica, a escravidão moral e a escravidão jurídica, que asphyxiam, degradam e aviltam o sexo feminino. O Grupo estudará com carinho e debaterá com ardor os palpitantes problemas da questão social e procurará elevar, por meio de conferencias, congressos, escolas e cursos de sciencias e artes o nível intellectual e moral de suas associadas (...). O Grupo aceitará como socias todas as mulheres dignas, sem diferença de raça, nacionalidade, crença ou profissão (...). Professoras, funccionarias, costureiras, floristas, operarias em fabricas e "ateliers", trabalhadoras em artes domésticas: Vinde, vinde até nós, que sereis jubiliosa e fraternalmente acolhidas! (VOZ DO POVO, 07/02/1920, p.02)

Naquele período, os libertários buscavam criar seus próprios espaços socioeducativos (para compensar a dificuldade de acesso das crianças e dos adultos à educação formal) e de lazer (principalmente teatro e música) e, na consolidação das escolas, institutos, jornais, revistas, orquestras, companhias de artes cênicas, centros culturais etc., as mulheres desempenharam um papel fundamental. Assim, Olivetti (2016) narra brevemente a trajetória de uma mãe e de suas quatro filhas anarquistas: Paula, Maria Angelina, Maria Antonia, Matilde e Pilar. Elas consideravam que o recurso mais eficaz para obter a igualdade dos sexos era a organização feminina e, em seus textos publicados, criticaram severamente as antigas estruturas do Estado e do patriarcado. A família Soares atuou em Santos, no Estado de São Paulo, onde aderiu ao movimento anarquista em 1914, e posteriormente no Rio de Janeiro. Consoante às afirmações de Olivetti (Ibidem, p. 01):

> Em 1917, as quatro irmãs são presas por ventilar suas idéias ácratas em praça pública. Maria Antonia, que leciona na Escola Moderna nº 1 em São Paulo, a mesma escola que seu irmão chegou a dirigir, é presa outras vezes, sempre por censura às suas concepções libertárias. A pauta da educação era forte para elas. Lecionaram em diversas escolas fundadas pela classe trabalhadora, organizadas para suprir a sua própria necessidade de estudo, bem como a de suas crianças. As quatro ajudaram a fundar e gerir centros femininos para a educação de meninas e mulheres operárias, como o *Centro Feminino de Educação* e o *Centro Feminino Jovens Idealistas*. O segundo teve seu estatuto publicado no jornal *O Grito Operário*, e tinha listado dentre seus objetivos: "reunir em seu seio o maior número possível de pessoas do sexo feminino", "trabalhar no sentido de instruir e educar as mulheres, para assim elevar-lhes o caráter e torná-las aptas a conquistar sua emancipação", "combater todos dos males sociais, assim como as causas que os originam" e "aderir todas as iniciativas que tiverem esse fim". Como método para alcançar esses objetivos, o Centro se propunha a "criar escolas gratuitas para jovens meninas", "fundar bibliotecas, editar publicações de propaganda de educação e regeneração social", "organizar conferências, festivais instrutivos e recreativos e etc."

O engajamento das mulheres nos movimentos anarquistas, historicamente, é axiomático, já que elas se fiavam na tendência de tal ideologia em abrir espaços para sua participação política e, assim, democratizar todos os aspectos das relações humanas. E, certamente, essa filosofia sempre defendeu a extinção de todas as hierarquias de poder. Segundo Dupuis-Déri (2010), o anarquismo, desde o século XIX, criticou o patriarcado: denunciou a "escravidão sexual", reivindicou a "igualdade política das mulheres", preconizou o "amor livre", defendeu o direito das mulheres em controlar sua reprodução, opôs-se à criminalização da homossexualidade etc. No entanto, ainda de acordo com as palavras do mesmo autor, nota-se que algumas tendências libertárias foram (e ainda são) explicitamente misóginas e antifeministas.

A princípio, as reivindicações das mulheres foram marginalizadas em consequência da primazia da classe. O anarquismo é legatário da ideologia da luta de classes, na sua concepção de ação para destruir o capitalismo e sua estratégia de criar uma nova sociedade sem classes. E já que a opressão das mulheres não é julgada como algo estreitamente ligada ao capitalismo e à luta de classes (ela precede a esse sistema econômico) e, para mais, as mulheres empregadas experimentam dificuldades semelhantes às dos homens empregados, sua emancipação, a partir de demandas específicas contra as violências que vivenciam enquanto gênero, até nos dias atuais, também tem sido frequentemente julgada como uma meta secundária para a construção de uma sociedade sem classes.[44]

No entanto, a equidade social dos gêneros foi, por vezes, simplesmente percebida como uma demanda que ocasionava certa contradição com os interesses materiais e o conforto

[44] Quanto aos discursos e às ações diretas, predomina um interesse voltado especialmente ao Estado, ao capitalismo, à religião, à guerra, à repressão policial.

dos homens revolucionários: no espaço privado, em referência às atividades empenhadas no domínio do lar e à sua posição enquanto autoridade máxima e, no espaço público, em referência ao seu domínio político nos sindicatos e nas diferentes esferas de poder (HOGAN, 2007).

A questão de gênero era fundamental no que diz respeito ao sucesso da revolução tanto quanto o bem-estar econômico e social dos trabalhadores do sexo masculino. Assim, eram generalizadas as mensagens que submetiam as mulheres apenas ao papel de auxiliares dedicadas e obedientes dos homens – pais, irmãos, maridos, amantes –, que lutavam contra o inimigo comum. E, apesar de ser constrangedora a situação desigual de homens e mulheres nas atividades assalariadas (remunerações menores, assédios e violência sexual (TOLEDO, 2017), havia segmentos, no início do século XX, que regularmente exigiam a exclusão das mulheres nas decisões sindicais ou que mesmo as tornavam responsáveis pela redução dos salários dos trabalhadores organizados, sendo que havia algumas correntes que postulavam pela interdição total das mulheres ao serviço remunerado. Um alfaiate inglês, citado por Hogan (2007, p. 18), definiu seu pensamento sobre o trabalho feminino:

> Na primeira vez que comecei a trabalhar neste ramo [de tomada de colete], havia muito poucas mulheres empregadas na mesma. Uns poucos coletes brancos eram dados sob a idéia de que as mulheres os limpariam melhor que os homens... Mas desde o aumento dos sistemas a vapor, amos e capatazes têm buscado por todas as partes por mãos que possam fazer o trabalho por menos que do normal desejado. Daí a mulher foi feita para competir com o marido, a filha com a esposa... Se o homem não vai reduzir o preço do seu trabalho como a mulher, deve permanecer desempregado.

Tal posicionamento também é encontrado nos discursos dos anarquistas brasileiros (TOLEDO, 2017). Nesse sentido, as mulheres militantes nas primeiras décadas do século XX, já pleiteavam por profundas mudanças na divisão do trabalho, tanto nos espaços residenciais privados quanto nos espaços sindicais e de exercício profissional (inclusive paridade salarial e interdição do trabalho de crianças), do mesmo modo que exigiam modificações profundas em todo o modelo social de superioridade (vistos como mais fortes ou mais capazes) e de autoridade masculina.

Na opinião de certos historiadores, como é o caso de Ana Alice Costa (2014) ao se referir sobre a Liga Comunista Feminina, esses grupos políticos femininos não elaboraram reivindicações particulares para a mulher. Ou seja, tratou-se meramente da crença em uma ideologia que pretendia lutar pela libertação da humanidade ou de táticas dos anarquistas para atingir espontaneamente a imensa massa de mulheres e, portanto, convencê-las a aderirem ao movimento. A meu ver, esses argumentos podem até certo ponto serem verdades, mas o fato é

que, mais uma vez, essas experiências foram consideradas essenciais para as conquistas posteriores.

Seja como for, no Brasil dos anos 1900-1920, diferentes grupos de mulheres anarquistas alegavam publicamente sua função política de mobilizar a totalidade das trabalhadoras e, com a mesma intensidade, anunciavam seu projeto de abolir a hierarquia de poder que perdura entre os sexos. Se, por um lado, a intenção dessas organizações era articular somente o viés de classe com as operárias, sem reivindicações específicas e, além disso, seus discursos por vezes nos permitam pensar que as mulheres não seriam dominadas ou exploradas pelos homens em geral, sendo eles os próprios proletários e anarquistas, mas unicamente pelo capitalismo e os patrões, por outro lado, na maior parte das suas publicações, nota-se que, desde suas fundações, já havia nessas organizações femininas um interesse em preenchê-las com mulheres de diversas categorias profissionais, inclusive aquelas empregadas (com remuneração ou não) no domínio do lar e residentes nos bairros periféricos, ou seja, as negras, assim como havia, por meio das críticas sobre temas próprios às mulheres, uma preocupação explícita em questionar a posição de ambos os sexos na sociedade e a supremacia masculina.

Finalmente, a mobilização das mulheres com reivindicações particulares, sobretudo em grupos não mistos, significava não somente um rompimento com o sistema de superioridade (individual e coletivo) masculino anarquista, mas, acima de tudo, com seus princípios universalistas de igualdade e de reciprocidade, valores elementares na contínua luta contra o modelo econômico opressor. Por isso, Dupuis-Déri (2010) mostra como a justificativa da prioridade estratégica, fundamentada na lógica da solidariedade de classe, foi repetidamente reformulada até mesmo nos dias atuais.

Cabe ressaltar, no entanto, que a adesão das mulheres a essas convicções de justiça e cooperação, ou melhor, suas participações diretas, desde o início, na elaboração teórica da sua ideologia, já anunciavam, segundo Shannon e Rogue (2019), a composição de algumas noções atuais sobre interseccionalidades. Dessa forma, supunha-se, já nos primeiros anos de definição dos ideais anarquistas, que era necessário para a construção de uma sociedade igual reagir de forma articulada em oposição às investidas sexistas das instituições do sistema capitalista. Os autores citam o nome de Kropotkin,[45] que escreve sobre a esterilização forçada,

[45] Piotr Alexeyevich Kropotkin (1842-1921) foi um ativista, geógrafo e escritor anarquista russo, considerado também o fundador da corrente anarco-comunista.

mas também citam o nome de Emma Goldman[46] e Voltairine de Cleyre,[47] que escrevem sobre a prostituição e o tráfico sexual, assim como sobre o casamento, referindo-se igualmente nas suas publicações libertárias contra outras categorias de dominação política: raça, nacionalidade, sexualidades, religião, idade etc.

> Anarquistas desse período (...) anteciparam alguns dos argumentos que emergiriam do movimento feminista acerca da interseccionalidade. Nós argumentamos contra o reducionismo de classe que frequentemente ocorria dentro do amplo campo socialista. Os primeiros anarquistas estavam escrevendo sobre temas como a prostituição e o tráfico sexual (Goldman), esterilização forçada (Kropotkin), e casamento (de Cleyre) para ampliar a crítica anarquista da hierarquia para oferecer uma preocupação crítica às questões das mulheres por si próprias, enquanto também articulavam uma visão socialista de uma futura sociedade cooperativa e sem classes. Muito desse trabalho inicial demonstrou conexões entre a opressão das mulheres e a exploração da classe trabalhadora. Os proponentes da intersecionalidade argumentam, então, que todas as lutas contra a dominação são componentes necessários da criação de uma sociedade liberada. É desnecessário criar um totem de importância das lutas sociais e sugerir que algumas são "principais" enquanto outras são "secundárias" ou "periféricas" por causa das maneiras com que elas se interseccionam e se comunicam por completo. Além disso, a história vem nos mostrando que esse método de classificar opressões é divisionista e desnecessário – pior, ele debilita a solidariedade. (Ibidem, p. 01, 04)

As mulheres anarquistas tinham plena consciência da conexão dos diferentes mecanismos de opressões estruturais e, segundo os princípios de igualdade e de solidariedade e por intermédio dos métodos libertários, elas objetivam consolidar uma frente de luta comum contra as agressões do sistema político. Do mesmo modo, para que o projeto anarquista se tornasse real, conforme as palavras do anarquista norte-americano, ex-membro do Panteras Negras, Lorenzo Kom'boa Ervin (2015, p. 17), "uma resistência eficaz precisa ser montada contra a (...) ofensiva racista da classe Capitalista, a máxima solidariedade entre os trabalhadores de todas as raças é essencial." Ainda de acordo com os dizeres do autor:

> A subjugação contínua das massas depende da competição e desunião interna. Enquanto existir discriminação, e as minorias raciais ou étnicas forem oprimidas, toda a classe trabalhadora será oprimida e enfraquecida. Isto se dá porque a classe Capitalista é capaz de usar o racismo para fazer baixar os salários de segmentos específicos da classe trabalhadora, incitando o antagonismo racial e forçando uma disputa por empregos e serviços. (...) Além disso, instigando brancos contra Negros e outras nacionalidades (...), a classe Capitalista é capaz de impedir que os trabalhadores se unam contra o inimigo da classe comum. Enquanto os trabalhadores estão lutando entre si, a dominação da classe Capitalista está segura. (Ibidem, p. 17)

Isto posto, o elemento racial, estando os grupos políticos revolucionários inseridos em uma perspectiva de solidariedade, constituiu um fator determinante na avaliação do potencial insurgente das massas. Assim, cabe-me agora indagar sobre os argumentos anarquistas de ordem racialistas e, consequentemente, a concepção de uma próxima

[46] Emma Goldman (1869-1940) foi uma ativista, escritora e conferencista anarquista lituana.
[47] Voltairine de Cleyre (1866-1912) foi uma ativista, escritora e conferencista anarquista estadunidense.

insurreição no Brasil. Afinal, segundo os jornais libertários, era efervescente a agitação social internacional (França, Alemanha, Espanha, Portugal, Argentina, Estados Unidos e México) e, por isso, era plausível supor que a revolução anarquista era iminente. Mas como ela se daria em um país não industrializado, marcado por uma diversidade racial complexa e, sobretudo, por mais de trezentos anos da mão de obra escrava? Nesse sentido, tenho como objetivo compreender como o negro foi visto pela militância anarquista brasileira e, de qual forma, as cisões de raça, isto é, a adesão dos trabalhadores a essa identidade, dificultavam, em seu entendimento, a efetuação da proposta libertária de transformação social.

Observa-se, na enquete do jornal *A Guerra Social - Periódico Anarquista* (01/05/1912, p. 02), realizada no Rio de Janeiro, na qual se pretendia compreender os motivos de uma suposta falta de energia e interesse da classe trabalhadora, discursos negativos sobre a população negra. Indubitavelmente, a alegação mais frequente durante a pesquisa de opinião foi a apatia geral dos trabalhadores. Entretanto, as expectativas em relação à mão de obra nativa, sobretudo não branca, eram inexistentes, enquanto os imigrantes, apesar de também serem vistos com pouco entusiasmo para a ação política, beneficiavam-se de um conjunto de qualidades subversivas. Nesse contexto, os trabalhadores nacionais, por causa de sua experiência histórica com a escravidão, foram considerados mais conformistas e sem tradição de luta, em particular luta coletiva. Era ponderado que tais indivíduos não teriam a consciência necessária para constituir uma classe *em si* ou *para si*, o que significava, na ótica dos libertários, um grande desafio para a consolidação de seu projeto revolucionário.

Quanto ao contexto internacional, os anarquistas, em diferentes circunstâncias, por intermédio de textos de natureza variada (doutrinário, noticiosos, literários...), condenaram, fervorosamente, a expansão imperialista nos territórios africanos e asiáticos. Suas publicações, embora muitas vezes fundamentadas em recursos retóricos com imagens negativas do senso comum, visavam de fato adquirir características de denúncias contra o capitalismo e a hipocrisia do discurso civilizatório dos europeus. Em outras palavras, o discurso contra hegemônico anarquista, o qual reprovava as políticas coloniais, emergiu a partir dos próprios princípios racistas hegemônicos.

Na realidade, tratava-se de uma estratégia para atingir diretamente os mais estimados valores da classe dominante nacional, que se julgava pertencente à raça "superior" branca. À vista disso, nas ocasiões em que se pretendia criticar a conduta das forças de ordem brasileira, fazia-se referência aos fatos repressivos dos países da África. Isto é, era feito um paralelo entre a ação da polícia nacional e a ação violenta e rudimentar da polícia das regiões de

origem dos povos negros, sendo essas localidades e seus habitantes, inúmeras vezes, designados como "primitivos ou selvagens", ou seja, símbolos do "atraso e da barbárie". Com o objetivo de desconstruir o discurso oficial segundo o qual o Brasil era um país civilizado, os redatores anarquistas recorriam aos elementos racistas que eram apresentados em seus jornais sob forma de deboches e ironias agressivas. Para Oliveira (2009, p. 231),

> A argumentação anarquista (...), apesar da retórica agressiva e aparentemente racista, tinha por função denunciar a falta de liberdades fundamentais que garantiam o mínimo de civilidade. Ao contrário, a civilização burguesa era mais selvagem, mais hipócrita e mais contraditória quando contrastada com as culturas oprimidas ditas inferiores. Neste embate, a moral dos "civilizados" era inferior à dos "selvagens", pois estes, apesar dos limites das supertições, não eram arrogantes nem hipócritas, mas sim muito mais sinceros e puros.

Em contrapartida, a Revolução Mexicana (1911-1913) reavivou o entusiasmo dos libertários brasileiros. Ela representava uma insurreição de grande envergadura que não acontecia em um país industrializado e, além disso, não era liderada por uma facção de uma "guarda avançada" (A Guerra Social, 27/03/1912, p. 03). A Revolução Mexicana foi, na verdade, um levante popular caracterizado por uma composição racial heterogênea, sendo assim julgada por certos teóricos contemporâneos como o "prólogo da revolução social internacional que se anuncia." Ainda segundo Oliveira (2009, p. 233), "os libertários do Brasil tinham a convicção, compartilhada por militantes de outras partes do mundo, de que se tratava de uma 'Revolução Comunista Anarquista' orquestrada pelos indígenas." Tal teoria era respaldada nos textos de antropologia física dos anarquistas franceses, para os quais as explicações da revolução no México estariam no instinto de liberdade da população nativa, constituída, em sua grande parte, por índios puro-sangue, legatários de uma tradição comunitarista de reciprocidade e complementaridade e, por isso, mais aptos a construir uma sociedade comunista-anarquista (A Guerra Social, 21/09/1912, p. 02).

Entretanto, na ideologia anarquista era permitida apenas uma identidade de classe, a qual estaria em posição hierárquica superior a todas as outras formas de identidade. Logo, os libertários reagiam contra o conjunto das demandas fracionárias que, se não produzidas propriamente pelo capitalismo, de acordo com sua teoria, passavam por ressignificações. E, seguindo essa linha de pensamento, sempre se sublinhou a urgência de se superar as fronteiras originárias das concepções de nacionalidade e de raça (OLIVEIRA, 2009). Em outros termos, os anarquistas criticavam a integralidade dos trabalhadores apegados a reivindicações específicas, visto que tais posicionamentos, em seu ponto de vista, lhes impediam de se constituir enquanto coletividade coesa e de "defender exclusivamente a bandeira da Internacional" (Ibidem, p. 218). Tendo em conta os fundamentos de seu ideal, em especial o

propósito de promover uma ação revolucionariamente redentora, seguiam-se duas formas de impasses: Por quais meios os trabalhadores seriam capazes de superar seus interesses específicos, ou seja, suas individualidades, e solidarizarem-se entre si? De que maneira fazer o proletariado urbano nativo, caracterizado por sua pluralidade étnica e cultural, e, inevitavelmente, coordenado em grupos de cunho identitário, agir conforme o movimento universal?

Oliveira (2009) constata como a presença de diferentes nacionalidades, mas também raças, marcadas por veementes divisões identitárias, foi considerada pelos anarquistas brasileiros um problema central no processo de construção da classe. Por isso, em seu material de propaganda, desde o início, esforçaram-se em identificar as demandas específicas como responsáveis exclusivas por manter a classe trabalhadora desunida e explorada. Principalmente no que diz respeito ao seu papel como novo agente político na construção da sociedade porvir. Além disso, empenharam-se em promover a ideia de que a classe trabalhadora era internacional, quer dizer, a integralidade dos indivíduos explorados, independente do seu gênero e/ou de sua raça/origem nacional, eram companheiros de luta e, como método de ação política, desenvolveu-se a ideia de que era imprescindível consolidar vínculos de cooperação supranacionais propícios à supressão do mal comum, o capitalismo. Conforme Oliveira (2009, p. 227), "isto seria de suma importância não apenas para criar laços entre os movimentos operários e anarquistas brasileiros, mas para estabelecer a coesão entre os trabalhadores de diversas origens nacionais/raciais que existiam no Brasil, ou seja, criar a própria identidade de classe no Brasil."

De todo modo, os anarquistas, com o propósito de subverter os símbolos históricos e propagar um novo pensamento crítico que viesse a ser usado nas atividades e nos objetivos da luta de classe por meio das ferramentas libertárias, reavaliaram, já no início do século XX, a autoria da abolição da escravidão bem como seus limites. Oliveira (2009) cita uma anedota do anarquista Helto Mortiço que, ao narrar a intervenção de um ouvinte contra um discurso público visando a enaltecer figura da princesa Izabel, conferiu a supressão do trabalho escravo às práticas cotidianas de resistência dos negros. Nota-se então um deslocamento da ação protagonista do Estado para os trabalhadores.

> As sinhás chegavam à estação acompanhadas das suas mucamas e moleques; enquanto um cocheiro a distraía no trato do aluguel do carro, outro raptava-lhe os escravos e dava-lhes fuga. Isto chegou a fazer-se em larga escala em todas as estações ferroviárias mais importantes. Entretanto, iam-se pondo em prática outros meios, não menos eficazes do que esse, sendo tais atos denominados pela Imprensa de então – "roubos de escravos", e os seus autores "ladrões de escravos" e

> "Caifazes". O tal decreto da abolição não fez mais do que reconhecer os fatos consumados e em via de consumação. (MORTIÇO, 17/05/1914, p. 01)

Com a estratégia de fomentar completamente a ideia da atribuição da abolição da escravidão aos indivíduos simples e anônimos, como os cocheiros, a tal ponto que o Estado, desprovido de alternativas, se viu na obrigatoriedade de admitir seu fracasso, além de questionar a insuficiência da Lei Áurea, os anarquistas promoviam, sobretudo, a mentalidade de engajamento político no conjunto da população de baixa renda econômica. Assim, no dia 13 de maio[48] de 1921, o jornal *Voz do Povo*, em edição especial, engrandecia a resistência dos líderes negros, como Zumbi de Palmares, e outros ignorados da história, pela libertação dos escravizados, bem como incitava os trabalhadores a se inspirarem nessas figuras a fim de se extinguir toda forma de exploração. Era necessário agir, mesmo que de forma moderada, para proporcionar, por intermédio da atuação direta, "as expropriações em massa" e, logo, aniquilar irreversivelmente "o cativeiro dos pretos e dos brancos" (OLIVEIRA, 2009, p. 237).

No hebdomadário *A Obra* (1920, apud OLIVEIRA, 2009), a militante anarquista de origem italiana, Isabel Silva, também afirmou que a abolição foi simplesmente o irrevogável reconhecimento governamental de que o protagonismo dos indivíduos submetidos ao trabalho compulsório havia tornado a preservação do sistema de servidão inviável. Estabelecia-se então um relato histórico das ações de resistência dos negros e dos artifícios dos grupos dominantes em realizar uma transição que garantisse seus interesses.

> Em face do horror que essas crueldades inspiravam aos corações bem formados, aventou-se a idéia do abolicionismo. A princípio chamou-se-lhe simplesmente emancipação porque receava-se reação do senhores donos de escravos, que tinha a seu dispor tribunais e parlamentos. Contudo, a sublime idéia foi tomando vulto. Em 1831, votava-se uma lei, proibindo o tráfico de africanos. Em 1871, votava-se outra lei declarando livres os filhos de mulher escrava. Então, a malvadez escravagista chegou ao auge: as inocentes criancinhas que nasciam protegidas pela lei do ventre livre, morriam à míngua por falta de cuidados maternos, as mães, por imposição dos algozes, existiam só para ao eito e não para cuidar dos filhos. Foi então que os precursores do abolicionismo resolveram intensificar a campanha para pôr termo à escravidão. O maior vulto da nobre causa foi Luiz Gama[49], o Espártaco baiano. Morreu ele sem poder ver a conclusão de sua obra. (...) Durante algum tempo a ação abolicionista desenvolveu-se dentro do foro, indenizando-se a carta de alforria. Mas a ativa propaganda dos abolicionistas, entre os quais Rui Barbosa[50] e José do Patrocínio[51], deslocou a peleja libertadora da esfera restrita dos tribunais para a das

[48] Esta data homenageia a Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888, tendo por objetivo suprimir a escravidão no Brasil.

[49] Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) foi um advogado, jornalista, orador e escritor brasileiro ativista pela Abolição da Escravidão do Brasil.

[50] Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923) foi um jurista, advogado, jornalista, político, diplomata, escritor brasileiro. Apesar de sua participação nos movimentos abolicionistas do passado, o jornal deixou claro que Rui Barbosa não era visto naquele momento pelos editores da revista como um candidato à presidência da República que representasse os interesses dos trabalhadores.

[51] José Carlos do Patrocínio (1853-1905) foi um farmacêutico, jornalista, orador e escritor brasileiro ativista pela Abolição da Escravidão do Brasil.

> agitações revolucionárias. A onda avassaladora avolumava-se e avançava, atraindo novos e numerosos contingentes para as fileiras revolucionárias. São dignos de menção os relevantes serviços prestados pela imprensa defensora da liberdade dos escravos. (SILVA, 1920, apud OLIVEIRA, 2009, p. 238, 239)

Citava a participação de grandes personagens públicos da cena política nacional, Luiz Gama e José do Patrocínio, homens negros e abolicionistas, mas também a participação de pessoas anônimas que ingressaram nos movimentos sociais antiescravagistas, os considerando em sua totalidade como elementos insurgentes. "A grande verdade é que o feito grandioso da extinção da escravidão no Brasil foi meramente obra dos revolucionários, para o que concorreu unicamente a ação direta dos interessados." (SILVA, 1920, apud OLIVEIRA, 2009, p. 238) No que concerne ao método libertário, Isabel Silvase posicionava em prol da atuação direta dos oprimidos, porém esta última tinha que ser assistida por ideias e reflexões teóricas. De modo igual, ela admitia como verdadeiro o fato de que tais manifestações foram organizadas por homens cujas concepções não condescendiam com os ideais socialistas ou anarquistas. Por fim, embora reivindicasse pela abolição de todas as formas de exploração, inclusive aquelas constituídas no sistema assalariado, que submetiam também os empregados brancos, Isabel Silva, assim como a propaganda anarquista brasileira em geral, conforme as palavras de Oliveira (2009), diferenciava a condição de trabalhadores escravizados e livres e de negros e brancos, o que era raro para a época:

> Como naqueles tempos, os arautos da liberdade sofrem toda a sorte de afrontas, de torturas e de vexames. Mas, como naqueles tempos, a onda revolucionária se avoluma e avança, e a justiça há de vencer. Neste Maio, para nós de fulgurantes esperanças das colunas da nossa "Obra", para a redenção dos escravos modernos, reinvocamos num preito de gratidão os mártires de Chicago, e daudamos num preito de homenagem os mártires negros do Brasil. Salve, Maio de grandiosas recordações! Glória, glória, aos mártires da Liberdade! (SILVA, 1920, apud OLIVEIRA, 2009, p. 240)

Por seu turno, a população negra nativa que viveu, até 1888, livre ou cativa, a experiência da escravidão, em absolutamente nenhuma conjuntura política nacional, na qual estiveram em causa seus direitos como cidadão, permaneceu passiva. Álvaro Pereira do Nascimento (2016a), ao citar o historiador Sidney Chalhoub e sua participação na Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh), na mesa redonda *E. P. Thompson no Brasil*, em julho de 2001, menciona seu resumo sobre as ações abolicionistas, sobretudo aquelas empreendidas pelos indivíduos anônimos, como parte central da história do movimento operário no Brasil.

> A luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX foi o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. Os escravos organizaram-se coletivamente para obter a liberdade, negociaram condiçõesde trabalho, fizeram greves, recorreram à justiça para conseguir alforrias e para confrontar os senhores de

> diversas formas. Enfim, articularam uma cultura política complexa que ajudou a enterrar a sociedade senhorial-escravista. (CHALHOUB, 2001, apud NASCIMENTO, 2016a, p. 611)

É certo que, para a maioria dos historiadores brasileiros, esses grupos politizados no início do século XX, eram compostos, acima de tudo, por italianos, espanhóis, portugueses e outras nacionalidades e grupos étnicos europeus de menor expressão numérica, recém-chegados ao país com o grande movimento imigratório do período. De acordo com Moraes Filho (1991), os grupos anarquistas que, como relatado eram mais ativistas, foram formados, sobretudo, por estrangeiros. Já nas indústrias, segundo as pesquisas de Chotil (2016), eles também constituíram a esmagadora maioria dos empregados. Em 1901, os imigrantes compunham 90% dos operários entre os 50.000 existentes na cidade de São Paulo. E, apesar das situações de desconfiança e discriminação das quais eram vítimas, o emprego de sua força de trabalho e as suas normas culturais eram mais bem aceitas do que as dos trabalhadores nativos, principalmente os descendentes de africanos escravizados.

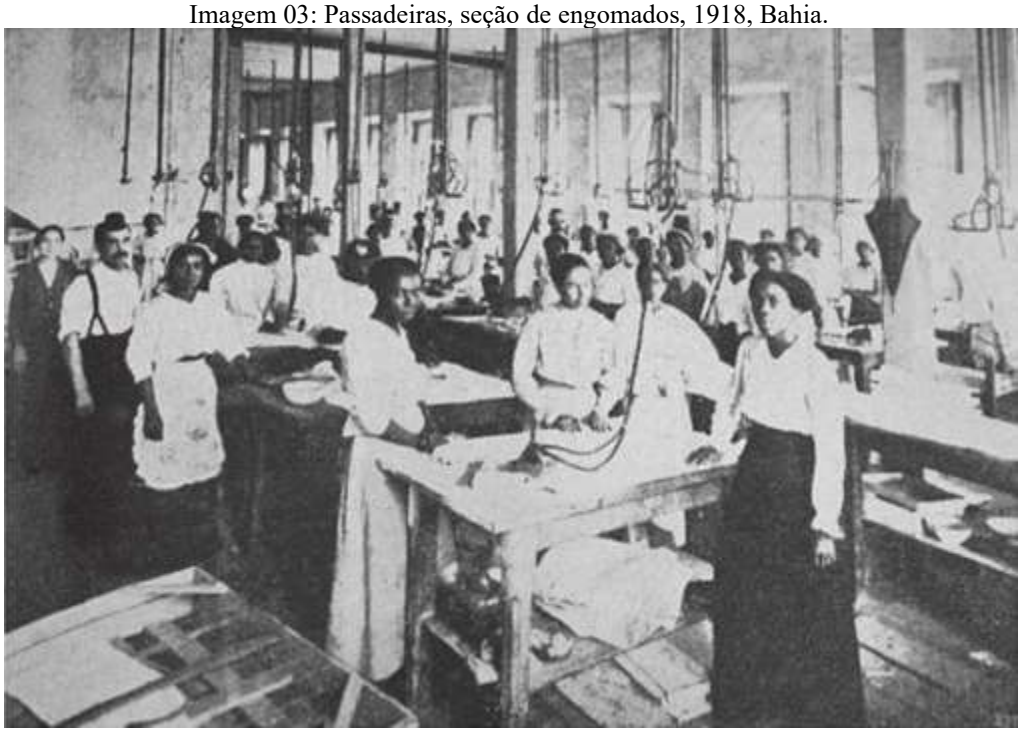
Nesse sentido, via de regra, os que têm pesquisado a história do movimento operário na Primeira República e, eventualmente, mencionado a presença de pretos e mulatos, afirmam que, no momento posterior ao processo que se extinguiu juridicamente o cativeiro, os imigrantes substituíram os ex-escravos na força de trabalho. Porém, Nascimento (2016a) aponta como os cientistas sociais, obstinados na "tese da 'substituição' do escravo pelo trabalho livre", forjaram o déficit negro, o qual os impediu de compreenderos problemas engendrados pelo racismo, inclusive a ideia que admite a inviabilidade de uma cultura política entre os trabalhadores escravos. Além disso, retirou dos negros qualquer forma de protagonismo no que concerne às mobilizações dos "verdadeiros proletários" e, por fim, proporcionou a escrita de uma história única, caracterizada pela supremacia cultural e racial dos imigrantes.

Afinal, como justificar a noção de uma "inexperiência política do trabalhador brasileiro" e, simultaneamente, "explicar o sucesso do anarquismo entre eles?" "De onde lhe vinha sua experiência política?" (Ibidem, p. 614) Ao longo do século XX, com o objetivo de trabalhar o movimento operário nacional, os historiadores brasileiros, influenciados por uma perspectiva eurocêntrica, estruturavam suas análises segundo os paradigmas de fundação da industrialização e do capitalismo no velho mundo. Assim, relataram os fatos sem considerar, em contrapartida, as diferentes formas locais de trabalho livre/remunerado e não livre/não remunerado e as diferentes redes formais e informais de organização. Mas, se tal proceder investigatório tivesse sido realizado, teriam os historiadores encontrado lideranças

trabalhadoras nas irmandades religiosas, terreiros de candomblé, senzalas, bairros e cidades negras? Teriam eles simplesmente percebido que os trabalhadores, considerados aqui, como nos indica Batalha (2009, apud NASCIMENTO, 2016a, p. 618), "todo e qualquer indivíduo que tenha que vender sua força de trabalho para sobreviver", tinham cor e, dessa forma, também poderiam se tratar de mulheres e homens negros e índios?

No *Dicionário Mulheres Negras do Brasil*, publicado em 2001, Schumaher e Brazil, sem mencionar a orientação política das trabalhadoras, identificam algumas operárias negras brasileiras.

Imagem 03: Passadeiras, seção de engomados, 1918, Bahia.



Fonte: Schumaher & Brazil (2007, p. 261)

No que diz respeito às imagens e aos processos, seu emprego foi frequentemente admitido como comprovação da hegemonia dos imigrantes. Porém, os historiadores negros Flávio Gomes e Petrônio Domingues (2013) mostram como os cientistas sociais, sobretudo aqueles especializados nos primeiros anos de constituição do movimento operário, optaram deliberadamente por um recorte eurocêntrico das fontes, visto que em suas práticas de pesquisa, desde as escritas do período contemporâneo aos eventos, expuseram apenas as imagens e os processos de indivíduos de origem europeia. E, seguindo continuamente tal perspectiva, persistiram na recusa de reconhecer as diferentes origens raciais e nacionais nas fábricas e indústrias e, assim, "*enegrecer* a classe". Gomes e Domingues afirmam:

> Para o alvorecer do século XX, esta gente – exatamente a primeira geração de ex-escravos e filhos destes – foi expulsa das fábricas, não só em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e em lugares como São Luís, Recife, Pelotas, Porto

> Alegre e Salvador. Pode ser um equívoco apostar que os mandantes foram os industriais que optaram pelos imigrantes europeus e utilizaram a polícia para transformar todo o resto em desordeiros, malandros, preguiçosos sambistas. Em parte foi a própria historiografia do movimento operário que escolheu determinadas fotografias e processos, só vendo italianos, espanhóis, anarquistas e sindicatos. Não entrou propriamente nas fábricas e, portanto, não conseguiu encontrar milhares de trabalhadores brasileiros de diversas origens, trajetórias e experiências. (Ibidem, p. 20)

Aliás, as mulheres negras entrevistadas também criticaram a ausência do critério raça nas pesquisas sobre o trabalhador nacional. E isso, tanto no âmbito dos poderes públicos quanto no âmbito dos centros universitários. Consoante as reflexões da informante Neusa Maria Pereira, jornalista e militante da Convergência Socialista durante a ditadura militar, impreterivelmente a população negra atuou diretamente nas ações políticas que representaram as memoráveis lutas do operariado nas primeiras décadas do século XX, e, dentro de uma concepção decolonial, Neusa acreditava, já durante seu trabalho nos anos 1970 como fundadora e redatora da Seção *Afro-Latino-América*, no jornal *Versus*, que as teorias dos militantes e escritores africanos e europeus poderiam ser aplicadas no Brasil a partir de uma perspectiva que considerasse as especificidades locais. No entanto, ela afirmou igualmente que esse projeto foi historicamente dificultado em razão da teoria da democracia racial, que justificou a inexistência de estatísticas e análises científicas que pudessem certificar o número de negros que trabalhava nas fábricas e nos serviços, mas, sobretudo, que fossem capazes de confirmar qual era o lugar de mulheres e homens negros no mercado de trabalho:

> Tinha alguma coisa do Trotsky, ou do próprio Lênin, um discurso que era universal. Era tanto para branco, para negro, para índio, para qualquer um que quisesse ter aquela forma de luta. Só que nós, os negros que (...) fizemos uma opção pelo socialismo, nós tínhamos que fazer essa adaptação para a nossa sociedade que era uma sociedade de negros da diáspora. Nós não poderíamos nem adaptar os métodos do Samora Machel[52] e do Agostinho Neto[53] porque a nossa guerra é diferente, a nossa guerra é urbana, e nem poderíamos adaptar o discurso total de Trotsky[54] ou de Lênin[55] porque a gente não tinha uma noção de quantos negros trabalhavam na classe operária. A gente não sabe. A gente não tinha uma noção. Você fez um levantamento de quantos negros estavam na fábrica, quantos negros trabalhavam nos serviços? A gente sabia que os negros estavam nas piores funções sociais da classe operária, se o operário branco estava em uma condição ruim, (...) então os negros estavam no que há de pior da classe operária. Mas não tinha estatística porque

[52] Samora Moisés Machel (1933-1986) foi um militar moçambicano, líder revolucionário influenciado pelos ideais socialistas. Ele liderou a Guerra de Independência de Moçambique e, em seguida, tornou-se o primeiro presidente do país entre 1975-1986.

[53] António Agostinho Neto (1922-1979) foi um médico, escritor e político angolano que também atuou na Guerra de Independência da Angola. Foi presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola e, em seguida, tornou-se o primeiro presidente do país entre 1975-1979.

[54] Leon Trótski (1879-1940) foi um intelectual e revolucionário comunista ucraniano. Após a morte de Lênin, tornou-se o principal rival de Stalin na disputa pela hegemonia do Partido Comunista da União Soviética.

[55] Vladimir Ilyich Ulyanov (1870-1924), também conhecido como Lênin, foi um advogado, teórico, político e revolucionário comunista russo. Foi chefe de governo da República Russa de 1917 a 1918, da República Socialista Federativa Soviética da Rússia de 1918 a 1922 e da União Soviética de 1922 a 1924.

> existia democracia racial. A gente desestruturou, desconstruiu o mito da democracia racial. (PEREIRA, 2015a)

De modo igual, Edna Roland (2000), psicóloga e militante da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), ao narrar sobre a coordenação do 1º Encontro Estadual de Mulheres Negras, em 1984, em São Paulo, apontou essa invisibilidade, dado que nenhum instituto público havia realizado estatísticas sobre a posição das mulheres negras no campo profissional, e os centros acadêmicos, apesar de abordar em suas pesquisas as categorias de sexo e de raça, enfatizavam, particularmente, as mulheres brancas e os homens negros. Contudo, segundo Roland (Ibidem), esses dados recenseadores eram essenciais para a elaboração de demandas singulares relativas aos problemas das mulheres negras.

> Com base no IBGE, foram apresentados dados do Estado de São Paulo acerca dos diferenciais de renda e educação entre homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, tratando-se, creio que pela primeira vez no Brasil, cada uma destas categorias separadamente, de tal forma que se podia perceber o efeito da intersecção das desigualdades de gênero e raça sobre as mulheres negras. Até então, os estudiosos da questão racial comparavam negros e brancos enquanto as acadêmicas feministas comparavam homens e mulheres. Tais dados permitiam visualizar a segmentação do mercado de trabalho por sexo e raça e o fato de que a situação das mulheres negras era determinada tanto pelo impacto da sua condição de negra, quanto da sua condição de mulher, coisa que hoje parece óbvia, mas que naquele momento era essencial para demonstrar para os homens negros e para as mulheres brancas que enfrentávamos problemas adicionais e que, portanto, necessitávamos de mecanismos específicos de organização política. (Ibidem, p. 239)

Quero visibilizar neste trabalho a participação político-partidária das mulheres negras, portanto, é preciso olhar para este período histórico, marcado pela constituição do movimento social brasileiro, sob outra perspectiva. Vale ressaltar que grande parte dos trabalhadores e residentes dos subúrbios dos grandes centros urbanos brasileiros – grupo que os anarquistas e socialistas pretendiam representar – eram mulheres de origem não-branca (NASCIMENTO, 2016a). Além disso, as manifestações e as greves foram organizadas não somente pelos operários das indústrias, mas também por diferentes categorias profissionais: padeiros, funcionários da indústria têxtil, alfaiates, sapateiros, marceneiros, pedreiros e ajudantes, carpinteiros etc. (TOLEDO, 2017). Por fim, é possível supor que, para adquirir, junto às classes trabalhadoras, um mínimo de legitimidade política, os líderes deveriam ter um conhecimento (não digo erudito) da língua nacional, mas, sobretudo, dos códigos sociais, o que na prática é algo bem difícil para um imigrante, especialmente se ele desembarcou recentemente no país ou se nele vive em condições econômicas precárias (OLIVEIRA, 2009). E, somando-se a isso, grande parte dos imigrantes eram procedentes de áreas rurais e, ainda

em seus países de origem, não haviam tomado conhecimento das doutrinas socialistas ou desenvolvidos atividades sindicais (HALL & PINHEIRO, 1985).

Mas, afinal, quem eram as mulheres negras anarquistas no início do século XX? Até aqui partimos, em primeiro lugar, como o fez boa parte da historiografia brasileira, da visão segundo a qual os revolucionários seriam majoritariamente homens brancos que, com maior ou menor grau de força vertical, dependendo das conjunturas políticas, articularam com as mulheres brancas e os homens negros organizados. Seria injusto, porém, pensar sobre o período da Primeira República sem observar as diferentes trajetórias das mulheres negras, principalmente, quando ponderamos seu importante papel durante o período da escravidão no processo de *réontologisme*, "isto é, a reafirmação de sua identidade, sua capacidade de criar uma cultura recompondo na nova terra os vestígios que lhe restaram da cultura africana e, ao mesmo tempo, resistindo ao sistema escravista." (CURTIUS, 2000, p. 103)

Segundo Anny Curtius (2000, p. 103), a mulher negra sofreu ainda no espaço do navio negreiro o processo do *désontologisme*,

> em outras palavras, a objetificação de seus corpos e a aniquilação de sua humanidade. O *désontologisme* é a destruição de todos os parâmetros socioculturais africanos segundo os quais os escravos se reconhecem antes da captura. Como processo de desapropriação do escravo de toda a sua historicidade, o désontologisme deve ser visto como a reconstituição de um "ser", não como ser humano, mas como "ser" reificado como escravo.

Ao chegar ao continente americano, o africano trazia consigo costumes e normas próprias. Procurava preservá-los por todos os meios. Entretanto, as bases jurídicas e as práticas de submissão do regime escravista impunham uma desestruturação completa de suas especificidades culturais e sociais. Além disso, esse modelo político visava moldar um novo ser auto-definido como objeto, propriedade (NOGUEIRA, 1999).

A prescrição da dor e da humilhação resultava inevitavelmente na completa destruição do indivíduo. O escravagista recorria então aos castigos corporais e psicológicos com o objetivo de se edificar enquanto instância legitimadora de poder e despojar o escravo de sua identidade. Ele tinha o direito absoluto de dispor do corpo de sua vítima. Despida, precificada, torturada, estuprada e cativa, a mulher negra tornou-se "a coisa" de um senhor(a) sádico(a). E, esses mecanismos de eliminação da personalidade, em diferentes níveis, iniciavam-se já no navio negreiro e, em seguida, espandiam-se para o conjunto das atividades diárias dos negros. O *désontologisme* é, assim, um dispositivo de espoliação integral da individualidade e de todos os elementos identitários dos africanos e de seus descendentes. Ele

foi aplicado no Brasil e em todos os territórios do continente américano. Contudo, esses atos de reificação não foram suficientes para banir toda forma de resistência ao regime.

Agentes construtoras de suas próprias histórias, as mulheres negras reagiam cotidianamente contra as diferentes formas de exploração e opressão,[56] bem como transmitiram seu patrimônio cultural para todos os segmentos da sociedade. Vários são seus legados, mas consideremos principalmente a religião: lugar de refúgio, paz e dignidade. A crença, domínio capaz de criar afinidades entre diferentes grupos étnicos oriundos da África, foi regularmente utilizada pelo contingente feminino para resgatar e preservar tradições ancestrais e consolidar laços de afetividade e de solidariedade. Estes movimentos de cooperação, assistência e reconstrução de práticas e normas da região de origem foram vitais no ambiente em que o trabalho forçado e os abusos eram a regra. Eles serviram de base para as mobilizações políticas dos negros, do mesmo modo que foram utilizados nas ações contra os senhores e/ou o sistema escravagista. Como resultado, muitas práticas punitivas foram particularmente direcionadas às mulheres, dada sua influência e sua função de autoridade no interior da vida comunitária dos escravos. É nessa perspectiva que Nascimentos (2016a) nos questiona sobre a presença de líderes operários negros, e admitamos aqui que tais indivíduos também podem ser mulheres atuando nas irmandades religiosas, terreiros de candomblé, senzalas, quilombos,[57] subúrbios das grandes cidades...

Assim, as mulheres negras não foram mera mão de obra barata ou objetos de repressão. No que corresponde aos eventos políticos do período escravocrata, elas não assumiram uma postura apática e, no que concerne os atos subversivos, inclusive o quilombo, elas não assumiram instintivamente uma posição em segundo plano, o chamado "natural" em relação aos homens negros. Aptas a discernir os desafios políticos e a penetrar os movimentos sociais, essas mulheres participaram como sujeitos políticos em ações que lhes garantiam liberdade e melhores condições de vida e de trabalho. Aliás, as várias manifestações de resistência – implícitas ou explícitas – no período da escravidão e pós-escravidão são traços de um confronto com a "ordem" estabelecida. As expressões de contestação persistem quando

---

[56] No entanto, os métodos de resistência, aquisição de liberdade e ascenção social (para mulheres negras livres) também podiam fazer parte de um cenário de submissão e obediência. Tratando-se de uma conjuntura de tirania e atrocidades extremas, certas atitudes de sujeição ocultavam na verdade táticas de luta e insubordinação. Em outras palavras, as manifestações de resistência que seguiam sua própria lógica foram, algumas vezes, obrigatoriamente registradas na interconexão entre a escravidão e o patriarcado. Nesse sentido, as experiências das mulheres negras escravizadas e livres são pontuadas de ambiguidades e contradições, dado que seus empreendimentos dissidentes dependiam do momento e das circunstâncias em que estavam inseridos.

[57] Observa-se as diferentes experiências do quilombo – locais de refúgio para os escravos que escapavam ao trabalho compulsório durante o período colonial e imperial. Nestes locais, os trabalhadores se tornavam livres e organizavam novas relações sociais.

a mulher negra rompe o silêncio imposto pelos regimes em vigor. Neste instante, as vozes periféricas afirmam suas identidades específicas e sua emancipação em uma sociedade governada por leis e costumes sexistase racistas.

Nesse sentido, seriam as mulheres negras, no campo do ativismo político, herdeiras das lutas abolicionistas presentes nos grupos que constituíram os movimentos anarquistas, bem como nos movimentos feministas e antirracistas[58] da Primeira República? Sob a influência dos discursos internacionalistas teriam elas se solidarizado com outras trabalhadoras negras imigrantes?

Imagem 04: Trabalhadoras imigrantes barbadianas em Porto Velho (RO) no começo do século XX

Fonte: Schumaher & Brazil (2007, p. 253)

É possível imaginar, nesse contexto, que as mulheres negras tenham até mesmo articulado as temáticas de sexo e de raça na cena política, embora eu não possa afirmar isso com exatidão. De todo modo, como nos sugere as escritoras Gloria Hull, Patricia Bell Scott e Barbara Smith, citadas na antologia da filósofa Elsa Dorlin (1982, apud DORLIN, 2008, p. 18), sobre o feminismo negro estadunidenses nos anos 1975-2000, "todas as mulheres são brancas, todos os negros são homens, mas algumas de nós são corajosas."[59]

[58] Infelizmente, até o presente momento não consegui identificar grupos anarquistas que se autodefiniam enquanto negros.

[59] Título do livro *All the Women are White, All the Blacks are Men but Some of Us are Brave*, publicado em 1982.Tradução minha.

Imagem 05: Fábrica de costura, setembro de 1918, Bahia.

Fonte: Schumaher & Brazil (2007, p. 257)

Verdade seja dita, não é o objetivo deste trabalho responder a tais questões, pois, o período histórico analisado nesta pesquisa de doutorado concerne à ditadura civil-militar de 1964 a 1985. Entretanto, julguei fundamental ressaltar algumas possibilidades de uma importante participação das mulheres negras nos grupos políticos que inauguraram o movimento social brasileiro, dinâmica que considerei necessária para expor a probabilidade de se encontrar novos nomes, experiências e imagens. Além disso, objetivei mostrar que as militantes das décadas posteriores, sobretudo da segunda metade do século XX, integrantes dos grupos de esquerda que se mobilizaram contra o regime autoritário nos anos 1960-1970, são legatárias de uma tradição de luta política coletiva, constituída anteriormente em seus locais de residência, trabalho, socioeducativo e de lazer. Agora, permanecemos na expectativa de que futuros historiadores especialistas da Primeira República, e interessados pelas trajetórias das mulheres negras, destinem-se a nos propor pesquisas científicas que realmente se preocupem com a riqueza das variadas histórias de vida que compuseram as organizações políticas do início do século XX.

À luz dessas constatações, considero que as diferentes comunidades urbanas, inclusive as negras, em compatibilidade com diferentes organizações políticas e partidárias, foram importantes atores coletivos. Por isto, inscrevo este trabalho em uma perspectiva

segundo a qual foi com a atuação ativa das mulheres negras que os primeiros partidos operários, sendo estes por vezes de caráter reformista ou revolucionário, se constituíram. Nos anos 1920, finalmente, foi instituído o Partido Comunista Brasileiro – PCB, de orientação marxista e apoio à Revolução Russa, ocorrendo, a partir desse momento, a ruptura categórica com os anarquistas.

2.2 PCB (1922-1930)

Criado em março de 1922, em Niterói, após a realização do seu I Congresso, o PCB tinha como objetivo agregar os grupos comunistas oriundos dos movimentos socialistas, anarquistas e anarco-sindicalistas e, a partir de então, com a constituição de uma forte organização política, promover no território nacional uma revolução proletária que substituísse a sociedade capitalista pela sociedade socialista. Na sua fundação, contou com 75 participantes, a maioria militantes extremamente influenciados pelas mudanças sociais viabilizadas pelos bolcheviques e que, nos anos 1917-1919, atuaram nas Greves Operárias, como ficou conhecido o movimento das massas populares por melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, a emergência do PCB é fruto das experiências políticas da classe operária e das simpatias causadas pela efervescência socialista na Europa. Quanto a esse último ponto, os trabalhadores brasileiros mobilizados – independentemente do nível – refletiam sobre sua situação consoante as ideologias internacionais e, sobretudo, sua reelaboração interna.

Mas se distanciando do anarquismo, o PCB admitiu a necessidade de uma organização política e de autoridades responsáveis pela coordenação da vida partidária – participação na estrutura parlamentar e na ação eleitoral – e, sobretudo, da futura sociedade porvir. Segundo Petrônio Domingues (2017), os comunistas mantinham uma posição dubitável no que diz respeito à chegada ao poder pela via eleitoral e ao emprego das casas legislativas como espaço correspondente às expectativas dos trabalhadores. No entanto, eles conferiam valor estratégico à militância na esfera político-institucional, momento privilegiado para agitação e propaganda da proposta revolucionária, ou seja, para "mobilizar e conscientizar as massas da necessidade da 'revolução proletária'." (Ibidem, p. 23) E, nessa perspectiva, com a intenção de agregar a população a uma causa comum, os comunistas foram importantes atores na criação de métodos inéditos de atuação política.

É importante assinalar que desde sua fundação, o PCB procurou firmar estruturas sólidas junto às classes exploradas. Em geral, eram positivas as expectativas dos comunistas em relação às potencialidades dos trabalhadores brasileiros e, seguindo os sentimentos de entusiasmo, os militantes agiram politicamente a fim de reforçar sua organização e ser reconhecido pelo movimento operário nacional (COSTA, 2015). Assim, a datar de sua criação, eles admitiram o emprego de diferentes recursos: comícios, cursos de formação política, publicação de material informativo, panfletagens, debates e festivais, intervenções de artistas, visitas às portas de fábricas e oficinas, aos bairros operários e subúrbios desfavorecidos. E, além do deslocamento cotidiano aos locais de trabalho e de residência da população que pretendia representar, tradição herdada dos métodos de mobilização anarquistas, eles também coordenavam novos comitês do Bloco Operário e Camponês – BOC e respondiam às solicitações operárias e sindicais. Com seus líderes mais conhecidos, Minervino de Oliveira e Octávio Brandão, o PCB, conforme as palavras de Domingues (2017, p. 25), "inaugurou uma nova maneira de fazer política". Minervino de Oliveira, colocando seu mandato a serviço das demandas operárias, afirmou que sua ação inovadora não se limitava aos "proletários comunistas", mas aos "proletários em geral".

Observa-se então que o PCB emerge no cenário político manifestando uma identidade com os movimentos populares contemporâneos. Até 1927, conforme as exigências da Internacional Comunista,[60] pretendia-se consolidar amplas coalizões nas esferas político-partidária e sindical com o operariado, campesinato, pequena burguesia e intelectuais de esquerda, estando tais grupos inseridos em diferentes correntes filosóficas: anarquistas, socialistas e socialdemocratas. Segundo suas avaliações estratégicas, o processo de transformação mundial era iminente e, nesse contexto, a revolução nas colônias e semicolônias[61] deveria ser de caráter democrático-burguês, fundamentando-se nos

[60] Organização que agrupava marxistas do mundo inteiro, os quais concordavam com os apelos internacionais de solidariedade dos bolcheviques responsáveis pela Revolução Russa, acreditando ser esta o início da revolução proletária mundial. Assim, eram notórias as iniciativas do Partido Comunista Brasileiro para se filiar à Internacional Comunista, o que efetivamente se tornou real em 1924, e, por conseguinte, autorizou o grupo a participar das discussões e deliberações estipuladas nas diversas instâncias da entidade de cunho internacional, mesmo se, em contrapartida, o partido devesse obedecer a suas ordens e se conformar com a sua rígida disciplina interna. De todo modo, a partir de 1924, o Partido Comunista Brasileiro orientava sua atuação política consoante as instruções recebidas pela Internacional Comunista. Esta última também pode ser denominada Terceira Internacional para distingui-la das duas organizações proletárias mundiais precedentes (HENN, 2012).

[61] De acordo com Henn (2012, p. 290), "logo no início de sua história a IC, em 1919 (I Congresso), via a revolução mundial como estando em um período ofensivo. Já a revolução nas colônias seria uma consequência da revolução nas metrópoles. Coloniais e semicoloniais eram denominações que a IC dispensava para o que ela denominava de *países atrasados*. Tais classificações, segundo sua avaliação, englobavam as nações, regiões ou localidades que ainda não podiam ser consideradas como dispondo do modo de produção capitalista

movimentos nacional-revolucionários. Assim, era indispensável construir uma grande aliança eleitoral. A finalidade do partido era organizar politicamente os trabalhadores, além de articular uma margem para atuação, visto que, nesta época, ele fora posto na ilegalidade. Por isso, fundou em 1927, o Bloco Operário, que mais tarde, em 1928, passaria a se chamar Bloco Operário e Camponês – BOC (HENN, 2012).

> Bloco Operário, coligação cujo escopo era unificar os indivíduos e organismos políticos que comungavam de afinidade mínima de interesses, tendo em vista à disputa eleitoral. Inspiradona política de "frente única", aprovada no III Congresso da Internacional Comunista, o Bloco Operário aglutinava diferentes pessoas e agrupamentos que se proclamavam representantes e defensores dos trabalhadores. Seu programa de treze pontos falava, entre outras coisas, em "soluções imediatas dos mais graves e prementes problemas do proletariado", legislação social, reconhecimento da União Soviética, combate ao imperialismo, liberdades políticas (direito à associação, à reunião, ao pensamento e à palavra), novo sistema eleitoral (voto secreto e obrigatório), acesso à habitação e educação, direitos dos militares de baixa patente, dos imigrantes, das mulheres; entretanto, omitia-se em relação aos direitos de outros grupos específicos, como os negros e os indígenas. (DOMINGUES, 2017, p. 20-21)

Entretanto, no final dos anos 1920, a Internacional Comunista – IC, mantendo a lógica das *frentes únicas*, modificou radicalmente suas diretrizes táticas para as organizações comunistas mundiais:

> É importante esclarecer que por diretrizes táticas, de acordo com o jargão comunista da época, entendem-se aquelas orientações pensadas para situações conjunturais, ou seja, baseando-se no linguajar militar, seriam expedientes pontuais tendo em vista as específicas correlações de forças da revolução e da contra-revolução em esfera mundial e nas várias regiões do globo em cada contexto histórico. O objetivo final permanecia o mesmo: a instauração da sociedade comunista mundialmente, extinguindo o Estado e acabando com as diferenças entre classes sociais. Como conseguir tal objetivo? Através de uma etapa estratégica intermediária denominada de ditadura do proletariado (socialismo). Sendo assim, os movimentos táticos seriam expedientes momentâneos no suporte à busca do objetivo estratégico. (HENN, 2012, p. 290)

Iniciou-se, assim, no Brasil, um período que constituiu até então a fase política mais inflexível do partido. Naquele momento, no VI Congresso da IC, em 1928, os partidos, por um lado, foram aconselhados a evitarem alianças gerais, notadamente com a burguesia e, por outro lado, foram conduzidos a expulsarem dos postos de direção indivíduos (sobretudo quadros intelectuais) que não tivessem origem operária.[62] Tratou-se de uma guinada política mais à esquerda. Propunha-se, na ocasião, pôr em execução a tática da *classe contra classe*. Isto é, coalizões exclusivas com setores operários. A proposta das *frentes únicas* era, à vista

---

consolidado, ou que eram colônias *de direito* (colônias) ou *de fato* (semicolônias) de alguma metrópole capitalista." Os países latino-americanos eram pensados segundo esses conceitos.

[62] A restrição das alianças manteve-se até 1934.

disso, atuar apenas com as bases trabalhadoras. Além disso, autorizava-se um único modelo de partido: os *sovietes*.[63] Sobre a situação brasileira,

> afirmava-se, entre outros temas, que o Brasil era um país de tipo semicolonial, economicamente dominado pelo imperialismo, se bem que politicamente independente; que o desenvolvimento das forças produtivas do país era entravado pelas forças de compressão imperialistas; que a burguesia nacional havia capitulado ante o imperialismo; que certas camadas da pequena-burguesia constituíam um fator revolucionário da maior importância, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado; mas que a pequena burguesia não podia levar a revolução às suas últimas conseqüências, nem sequer dentro do quadro democrático-burguês. Via-se também o BOC como uma das principais realizações do partido, mesmo advertindo para o risco de *desvio oportunista* que ele poderia ocasionar por parte de alguns comunistas. (Ibidem, p. 292)

Em síntese, com o objetivo de implementar a tática das *frentes únicas* – as alianças com outras correntes de esquerdas –, e orientar sua linha política conforme as novas diretivas do VI Congresso da IC, que, nesse momento, entre julho e setembro de 1928, rejeitava coalizões com setores da pequena burguesia ou da burguesia nacional, o PCB inaugurou a fase chamada "obreirista", que consistiu na "proletarização" das suas direções e de sua militância. As alianças deveriam assim ser efetuadas apenas com as bases trabalhadoras.

Nesse contexto ideológico, é possível mais uma vez supor que esses trabalhadores – homens e mulheres – legítimos a representar o partido fossem negros? Sim! De todo modo, Domingues (2017) acredita que as reivindicações classistas e os postulantes eleitorais operários, além da campanha do PCB pela sindicalização e a composição de uma "frente única proletária", favoreceram a formação de lideranças partidárias intimamente vinculadas aos movimentos populares. A confirmação do ponto de vista citado pelo autor está na escolha do marmorista negro, Minervino de Oliveira, para a disputa do cargo da presidência da República.

Nos anos 1920, as iniciativas políticas do PCB eram inúmeras e, alguns meses depois de seu nascedouro, no decorrer do governo Arthur Bernardes (1922-1926), o PCB foi colocado na clandestinidade, sendo sua sede invadida e fechada pelos membros da polícia política. Desencadeou-se uma escalada persecutória, todavia o partido não desapareceu, tampouco interrompeu suas atividades. Em seguida, no governo Washington Luís (1926-1930), foram inicialmente restabelecidas as garantias constitucionais e, nesse contexto de abertura democrática, o PCB obteve a legalidade. Em 1927, criou-se o Bloco Operário, nas eleições de outubro de 1928, os comunistas – sob a sigla de BOC – disputaram pela primeira vez postos eletivos e conseguiram se fazer representar diretamente no Poder Legislativo,

[63] Ainda consoante as palavras de Henn (2012, p. 291), "sovietes eram conselhos de operários, soldados e camponeses que tiveram participação fundamental na Revolução Russa, iniciada em 1917."

elegendo dois intendentes (cargo equivalente nos dias atuais ao de vereador) no Conselho Municipal (atual Câmara de Vereadores) do Distrito Federal. Os nomes deles eram Minervino de Oliveira e Octávio Brandão. Entretanto, Washington Luís apoiou progressivamente medidas repressivas e, em agosto de 1927, sob o pretexto de assegurar a ordem e a segurança pública, ele já havia promulgado a "Lei Celerada", conduzindo novamente o PCB, e o conjunto dos movimentos sociais dissidentes, à categoria de organizações subversivas. As atividades legais do PCB foram restringidas a um curto período. Contudo, exprimindo-se pelo BOC, o partido novamente permaneceu na cena política.

Inaugurando a participação dos comunistas na esfera legislativa brasileira, Octávio Brandão (1º distrito) e Minervino de Oliveira (2º distrito) atuaram nas fábricas, nas oficinas e nas organizações operárias. Mas, neste cenário de inculpação sistemática dos movimentos de esquerda, os organismos da repressão política estavam presentes e operantes e, desde o início do mandato, ao organizarem um comício para se opor à proposição dos diretores da Fábrica de Tecidos e Manufatora Fluminense, em Niterói, os eleitos ao cargo do Conselho Municipal foram presos e maltratados durante 48 horas. A Suprema Corte do país havia deliberado que os intendentes se beneficiassem de imunidade parlamentar, todavia as forças de ordem não hesitavam em descumprir a lei. Na realidade, Octávio Brandão e Minervino de Oliveira foram, progressivamente, "cerceados e acusados de promover 'propaganda subversiva e criminosa' e desvirtuar o mandato eletivo 'outorgado pelo povo ordeiro e laborioso do Distrito Federal'." (DOMINGUES, 2017, p. 26)

Em contrapartida, a tribuna também foi usada por Octávio Brandão e Minervino de Oliveira para denunciar a violência policial nas greves, manifestar contra os ataques à sede do BOC, o encarceramento de presos políticos junto de presos comuns, a confiscação do periódico *A Classe Operária*, além de servir como espaço de luta pelas liberdades democráticas, pelas demandas de solidariedade internacional proletária e pelo reconhecimento da União Soviética.

Imagem 06: Octavio Brandão e Minervino de Oliveira (ao lado direito com gravata borboleta) em comício do BOC.

Fonte: https://www.geledes.org.br/minervino-de-oliveira-um-operario-negro-para-presidencia-do-brasil/

No ano de 1929, o presidente da República, Washington Luís, representante da oligarquia paulista, rompeu com a "política dos estados"[64] – na qual as regiões de Minas Gerais e São Paulo se substituíam de forma alternada no poder executivo – e designou como sucessor o governador Júlio Prestes. Para isso, contou com o apoio do aparato político do domínio oligárquico de dezessete dos vintes Estados Federais. Em resposta, o candidato "natural", Antônio Carlos de Andrade, governador de Minas Gerais, articulando com os outros grupos oligárquicos dissidentes (Rio Grande do Sul e Paraíba), compôs uma chapa de oposição, a Aliança Liberal, cujo líder foi o governador Getúlio Vargas.[65] O Partido Comunista, por sua vez, considerou o movimento como liderado pela burguesia e sem coerência com seus objetivos. Nenhum dos dois pretendentes, Júlio Prestes ou Getúlio Vargas, em sua opinião, seria capaz de operar pela realização de programas que consideravam essenciais: a reforma agrária, sem indenização das terras confiscadas, e a supressão do imperialismo internacional. Nesse sentido, o Partido Comunista, representado pelo BOC, e com a intenção de propor uma alternativa associada aos interesses da classe trabalhadora,

[64] Também conhecida como política do "café com leite", em referência aos principais produtos de São Paulo e Minas Gerais.

[65] Consoante as afirmações de Domingues (2017), a proposta política da Aliança Liberal era semelhante às demais propostas apresentadas pelas oposições oligárquicas. A única diferença era uma preocupação maior com a garantia de reformas políticas e medidas de regulamentação do trabalho, o que há muitos anos, como citado nas páginas acima, já era reivindicado pela classe trabalhadora.

lançou a candidatura do operário negro Minervino de Oliveira.[66] Assim se iniciaria a campanha eleitoral para Presidente da República no segundo semestre de 1929.

Minervino de Oliveira nasceu em 1891, na cidade do Rio de Janeiro e, desde os catorze anos, instruiu-se no ofício de marmorista. No início dos anos 1910, engajou-se na militância sindical e, com o objetivo de pleitear pelos direitos dos trabalhadores, integrou o Centro dos Operários Marmoristas, entidade associativa onde assumiu, em diversas circunstâncias, a função de secretário. Durante a mesma década, apesar de ter sido vítima de forte repressão policial, Minervino articulou e atuou em diferentes formas de mobilizações políticas (campanhas salariais, greves, ações sindicais...), além de contribuir como escritor com a imprensa operária (*A Voz do Trabalhador, Spartacus*, *Voz do Povo* etc.), tornando-se, assim, uma importante liderança política.

Durante o 3º Congresso Operário Brasileiro, realizado em agosto de 1920, no Rio de Janeiro, foi um dos delegados. Na década de 1920, aderiu ao Partido Comunista Brasileiro e colaborou com o jornal oficial do partido *A Classe Operária.* Nas eleições de outubro de 1928, enquanto candidato ao Conselho Municipal do Distrito Federal pelo BOC, foi redator de dois periódicos, *A Nação* e *Voz do Marmorista*, e dirigente da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro. Em 1929, orientou e/ou prestou solidariedade ativa a diversas greves e mobilizações operárias, articulou a Liga Anti-Imperialista do Brasil e, além disso, presidiu o Congresso Operário Nacional, realizado no Rio de Janeiro, o qual determinou a fundação da Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGBT), tornando-se Minervino de Oliveira seu secretário-geral.

Tais iniciativas, especialmente aquelas ligadas à sua campanha eleitoral para o cargo do executivo nacional, foram evidentemente seguidas de intensas perseguições (ameaças, dissoluções de comício, confisco de jornais, documentação política e material de propaganda), torturas e prisões arbitrárias. A própria detenção do intendente e de seus partidários tornou-se um ato corriqueiro. Ademais, boa parte da grande imprensa nacional, segundo Domingues (2017), era hostil à sua candidatura comunista e, frequentemente, o apontava como agitador, insuflador do "espírito de rebelião", instigador de vários movimentos e propagandista das ideias políticas russas. Por fim, o deslocamento de Minervino pelas diferentes regiões nacionais durante a campanha presidencial foi dificultado pelas autoridades vinculadas aos

[66] Consoante as afirmações de Domingues (Ibidem, p. 29), "como vice de sua chapa, foi indicado o ferroviário Gastão Valentim Antunes; já no que diz respeito aos candidatos a senador e deputado federal pelo Distrito Federal, aprovou-se o nome do estivador Phenelon José Ribeiro para senador e os nomes do gráfico Mário Grazzini e do advogado Paulo Lacerda para deputados federais."

governos estaduais. No entanto, Minervino permaneceu na disputa eleitoral e seu *slogan* era "Votar no Bloco Operário e Camponez é votar pela Revolução!" (Ibidem) Seu programa de governo sugeria:

> Nacionalização de algumas empresas estrangeiras, o fim das leis de exceção, a anistia aos presos políticos, o voto secreto e a criação de uma legislação trabalhista (com jornada de trabalho de no máximo oito horas diárias e 44 horas semanais, salário mínimo, contratos coletivos de trabalho, seguro social etc.). No que tange às questões dos grupos específicos, o programa do BOC defendia alguns direitos das mulheres, dos analfabetos, dos militares, dos menores, dos índios; porém, mais uma vez, silenciava-se a respeito da "questão negra". Foi definida uma estratégia de campanha que previa a organização de comitês em algumas capitais e cidades do interior; a realização de visitas (às portas de fábricas, aos bairros operários e aos sindicatos), comícios e festivais; a participação em atividades, assembleias e debates políticos; a distribuição de material de propaganda (folhas volantes, cartazes, jornais e manifestos) e a confecção de cédulas eleitorais. Previa-se ainda a convocação dos ativistas para prestarem serviços no dia das eleições, garantido o transporte dos eleitores e o deslocamento de fiscais pelas seções. (Ibidem, p. 31-32)

Vanguardista foi a atuação de Minervino de Oliveira – primeiro parlamentar comunista no Brasil, bem como primeiro negro e operário candidato ao cargo da presidência da República – que inovou as práticas cotidianas de mobilização das massas. Enquanto homem político, representou uma opção classista vinculada aos interesses dos trabalhadores. No entanto, qual era sua posição em relação à questão racial? Nos anos 1920, o PCB omitia os problemas específicos dos negros e, ao mesmo tempo, minimizava a existência do racismo no país. Minervino de Oliveira, calcado pelo programa revolucionário do partido, julgava, dessa forma, sua condição de negro como subsidiária à sua condição de classe. Embora já houvesse nas organizações político-partidárias, desde o período de predominância dos grupos anarquistas, uma preocupação em pensar sobre as potencialidades dos trabalhadores negros e compreender o racismo no território latino-americano. De todo modo, as instâncias comunistas internacionais produziriam severas críticas em direção aos dirigentes do PCB que negligenciavam esses pontos essenciais.

Octávio Brandão foi o primeiro porta-voz do partido sobre a temática racial. Em 1923, ao ser indagado acerca da constituição étnica brasileira, o então prestigiado teórico do Partido Comunista Brasileiro respondeu à IC (ou *Komintern*) que "havia negros no Brasil, mas não uma 'questão negra'" (Ibidem, p 41). De acordo com a sua avaliação, documentada em relatório dirigido à IC no momento do VI Congresso, em 1928, e corroborada pelos delegados brasileiros que participavam do evento, havia uma denúncia a ser feita sobre as difíceis condições de vida dos índios, mas, em contrapartida, nada era dito em relação à situação dos negros. Em outros termos, os representantes dos comunistas brasileiros sediados em Moscou teriam rejeitado "categoricamente o problema das raças" no território nacional.

Eles justificavam, conforme os bem-conceituados enunciados de proeminência da mestiçagem, predisposição nativa ao branqueamento e, por fim, o número de não brancos pertencentes aos postos significativos da burguesia, a ideia de que a condição do negro conterrâneo não exigia "campanhas reivindicativas específicas" oriundas dos comunistas. E, nessa lógica, reforçou-se o discurso segundo o qual "o problema do negro era de classe e não de *raça*" (CHADAREVIAN, 2012, p. 260).

Em 1928, porém, os grupos negros e indígenas foram definidos por Moscou como "nacionalidades" raciais oprimidas, detentoras do direito soberano de se autogovernar. Assim, recorrendo-se a essa diretriz, no início de 1930, os líderes do comitê executivo da IC criticaram severamente o PCB e exigiram um estudo imediato, consciencioso e sistemático sobre a temática racial no Brasil. Tratava-se de um interesse da entidade internacional em formular uma nova agenda direcionada aos grupos não-brancos, a qual definia a resolução de autodeterminação dos povos e pretendia lhes assegurar a autonomia econômica, política e cultural, autorizando-os edificar seus próprios Estados. A partir de então, a organização partidária brasileira dedicou-se a tal orientação e reexaminou tanto as atividades políticas quanto a abordagem teórica atribuída à problemática. Nos anos 1930, já havia então, no interior do partido comunista, um posicionamento político sobre a situação dos negros no território nacional (LIMA, 2015).

No que concerne à questão da compreensão da teoria marxista, Moraes Filho (1991) descreve um cenário literário inicial marcado por diferentes inaptidões e equívocos, sendo que, nas primárias décadas do século XX, sua leitura e seu estudo era um privilégio de poucos, ou seja, dos militantes mais letrados. É certo que, nos círculos dos intelectuais e das personalidades políticas, o nome de Karl Marx[67] era conhecido[68] e sua figura, acompanhada igualmente por Lênin e Trotski, foi literalmente projetada na imprensa brasileira após a

---

[67] Karl Marx (1818-1883) foi um filósofo, sociólogo, jornalista, teórico e revolucionário socialista originário da Prússia.

[68] Segundo Evaristo Moraes Filho (1991), Karl Marx, apesar de quarenta anos de atuação prática a serviço do movimento operário e uma atividade científica intensa, quando vivo permaneceu majoritariamente desconhecido até mesmo na própria Europa. Foi somente com a Comuna de Paris, em 1871, que seu nome e seus escritos se popularizam em diferentes países, e isso em razão da dimensão do movimento, bem como de sua extrema violência, com alto índice de execuções por parte do governo, apesar de Marx, naquele momento, ter se expressado contrário à revolta parisiense, sendo esta insuflada principalmente pelo seu adversário, o anarquista Mikhail Bakunin. Assim, com a impressionante repercussão que o movimento da Comuna adquiriu no Brasil, a doutrina de Marx começa aos poucos a circular em território nacional, sobretudo nos espaços governamentais. Na verdade, foi um participante do movimento abolicionista no Parlamento, Joaquim Serra, em 1879, que primeiro se referiu nominalmente ao teórico marxista. Logo, vale ressaltar também que as ideias de Marx inicialmente foram discutidas no Brasil ainda no período da escravidão, momento em que os negros eram considerados propriedades dos seus senhores, que deles dispunham como bem entendessem. A escravidão dos negros no Brasil só foi abolida em 1888, cinco anos após a morte de Marx.

Revolução Russa. Contudo, eram raros aqueles que, de fato, dedicavam-se profundamente aos seus escritos.

Por um lado, até aquele presente momento nenhum livro de Karl Marx e Friedrich Engels[69] havia sido traduzido para o português, permanecendo, nesse sentido, quase que inacessível aos líderes das classes trabalhadoras. Por outro lado, devido à predominância dos anarquistas na cena política, esses autores, particularmente o primeiro, não eram *persona grata*,[70] já que, desde a Primeira Internacional, eclodiram-se vários conflitos entre Marx e Bakunin[71]. Na realidade, foi somente depois de 1922, com a constituição do Partido Comunista, que os textos de Marx foram realmente divulgados em território nacional. Mas, segundo Moraes Filho (Ibidem), a circulação mais sistemática de sua obra só aconteceu mesmo nos anos 1930.

Assim, conforme Marly Vianna (2011), nos primeiros anos era precário o entendimento do marxismo e, ainda nessa continuidade, era deficiente a formação teórica relativa à conjuntura nacional e ao grupo que pretendia representar. O PCB carecia de bases conceituais, e quanto à constituição social do Brasil, tinha uma visão superficial e a descrevia reiterando acriticamente os discursos da história oficial. E isso se deveu sobretudo ao fato de o país ser majoritariamente analfabeto, com escassa produção intelectual e fraco nível de editoração. Contudo, há de se concordar com o empenho intelectual de militantes do partido, como é o caso, por exemplo, de Octávio Brandão que, já em 1923, traduziu *O Manifesto Comunista* e, em seguida, visou empregar algumas categorias do marxismo na análise da realidade nacional. Nos anos 1920, o autor também publicou as seguintes obras: *Agrarismo e Industrialismo: ensaios marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo* (1925) e *A guerra de classes no Brasil* (1926).

De todo modo, os militantes comunistas empenharam-se intensamente em atividades de consolidação do partido e em diferentes atividades de compreensão da doutrina marxista: cursos de alfabetização, publicação de jornais e de material informativo ilustrado, discursos e conferências em espaços públicos, criação de centros educacionais, organização de eventos esportivos, artísticos e culturais, formações políticas nas sedes dos partidos e, sobretudo, nas empresas e fábricas e nos bairros dos subúrbios com aulas, leituras coletivas, debates etc. A

---

[69] Friedrich Engels (1820-1895) foi um empresário industrial, teórico e revolucionário socialista originário da Alemanha que, em conjunto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou marxismo.

[70] Segundo Moraes Filho (1991), são nos textos dos socialistas que foram produzidas as mais profundas e diretas referências às obras de Marx.

[71] Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876) foi um teórico político de origem Russa. Foi designado como principal fundado das teorias anarquistas e uma de suas figuras mais influentes.

educação era vista como um recurso para a produção de estruturas de pensamento, e isso a definia como fundamental para a criação e a manutenção de um determinado tipo de sociedade. Ela tinha como propósito participar do processo de transformação das condições sociais, e assim era indispensável pensá-la sob a perspectiva de gerar nos indivíduos o espírito comunitário e de atuação real nos movimentos sociais, podendo favorecer o surgimento de um cidadão mais comprometido com a coletividade. Por isso, os militantes comunistas, independentemente do nível de formação teórica, eram conduzidos a atuar de forma verdadeira e energética na tentativa de auxiliar o proletariado no curso de sua própria prática histórica. Ser comunista e ser visto como tal pressupunha, dessa forma, um modo de ser e agir. O membro do partido o era em tempo integral, na família, no trabalho, no lazer, nas práticas intelectuais.

Maria Aragão, militante negra do partido comunista e do movimento de mulheres, narrou sobre suas atividades políticas no jornal *Tribuna do Povo* e nas fábricas têxteis de São Luís, no Maranhão nos anos 1950: com o objetivo de auxiliar as operárias, a médica usava o jornal partidário, do qual era diretora e redatora, para denunciar as violências cotidianas dos locais de trabalho e, além disso, movia-se com sua equipe até esses espaços para realizar debates e mobilizações políticas, embora algumas dessas ações, sobretudo por falta de estudo e análise crítica, fossem posteriormente julgadas pela própria militante como irresponsáveis:

> Era jornal do Partido, eu apenas era diretora e redatora. Foi. Interessante, foi uma experiência interessante na minha vida esse trabalho com a Tribuna do Povo. Na Tribuna... eu não sei como foi que eu fui bater como diretora dele, mas me apaixonei pelo trabalho. Como a gente fazia? Como era que eu fazia a reportagem? Ia pra rua, ia pra porta da fábrica, ia pra porta da Santa Amélia[72], saía da porta da Santa Amélia, vendia o jornal. Dizia a reportagem, nossa redação é no lugar tal, assim, assim, então eles iam lá nos contar. Operárias iam lá na nossa redação e nos davam a reportagem das injustiças, de tudo que tava havendo na fábrica. Eu saía de lá e ia pra Fabril[73]. Saía da Fabril ia pra Camboa[74], vendendo jornal, fazendo discussão e tal. Eu te falei de uns erros pela falta de William não estudar; não sei o ano, a Camboa demitiu dez operárias, nós conhecíamos as operárias. Eu conhecia as operárias de vender jornal na porta. Nós chegamos e resolvemos o seguinte: Vamos fazer uma campanha, publicar que nós vamos fazer greve geral, se não readmitirem as mulheres. Então fomos pra rua e pichamos a cidade, em redor das fábricas: Readmissão das dez operárias da Camboa ou greve geral? Foi a coisa mais estúpida desse mundo, porque eu não tinha, não havia nenhuma possibilidade de fazer nenhuma greve dentro da Camboa, quanto mais greve geral, mas abalou, abalou. Então os patrões fizeram o Ministério e a Delegacia do Trabalho se meter na história. Elas foram pra Delegacia do Trabalho e tal e elas foram readmitidas. Então, a crítica que me foi feita é a que eu hoje me faço: Se eles não tivessem readmitido essas mulheres operárias, era desmoralização total, total, total, pois nós não podíamos mexer uma palha, nem a própria Camboa. Não deram chance, nós não podíamos mexer, não tínhamos condições de fazer nada disso. Éramos dessa natureza. Foram erros que cometi, mas

[72] Fábrica têxtil situada em São Luís, no Maranhão.
[73] Fábrica têxtil situada em São Luís, no Maranhão, também denominada, Companhia Fabril Maranhense.
[74] Fábrica têxtil situada em São Luís, no Maranhão

> foi gostoso, a gente se mobilizou, fomos pra rua, pichamos ruas e eles ficaram com medo, eles tiveram medo. (ARAGÃO, 2015, p. 140-141)

Como médica, Maria Aragão atendia, sobretudo, as populações mais desfavorecidas da cidade de São Luís. Compreendeu, desde o início, que sua condição de mulher negra, embora tivesse adquirido os diplomas universitários exigidos, não lhe permitiria conquistar instantaneamente uma clientela mais abastada e, assim, uma ascensão social. De toda maneira, esse não era seu objetivo. Na verdade, o principal interesse de Maria Aragão era responder às expectativas das comunidades precárias e, assim, ser compatível com os princípios de solidariedade comunista. Através da medicina, Maria Aragão entregava-se às causas sociais. O jornal *Imprensa Popular* publicou um artigo sobre suas práticas como profissional:

> Mantém um posto médico no bairro operário do Anil, onde receita e distribui remédios para os pobres. Ao chegar em S. Luiz improvisou seu consultório no modesto quarto da pensão, onde se hospedara. Sua clientela continuava a mesma dos subúrbios. Mais tarde vimos senhoras ricas a procurá-la. Maria nos explicou:- As patroas mandavam as empregadas se receitarem comigo. Acontecia que ficavam curadas e isto era uma boa propaganda. As patroas passaram a me procurar, daí a razão de muitas clientes ricas. (VIEIRA, 13/12/1951, p. 02)

No que concerne às suas atividades de cunho educativo nos anos 1960, Maria Aragão relatou:

> A Vitória era nossa editora e eu vendia muitos livros, era uma vendedora desesperada de livros (...)? (...) Setembro de 1962, eu voltei da Rússia, da União Soviética (...). Comecei a trabalhar desesperadamente, mas do ponto de vista político refiz a minha atuação aqui no Partido e de vez em quando, continuava fazendo agitação. Aos poucos eu deixei o problema da agitação e fui trabalhar com educação. Trabalhei muitíssimo com jovens nessa época (...). Fui trabalhar com jovens, tinha uma porrada de jovens lá da UMES[75]. Foi um trabalho muito sério que eu me joguei a fazer: Trabalho de educação. Nós tínhamos companheiros comunistas daqui de São Luís até Caxias[76], nós tínhamos organizações de bases, tínhamos que circular daqui até Caxias. O diretor da estrada de ferro era meu amigo e a gente conseguiu férias pra todos os companheiros, em toda estrada, então eu dei um curso aqui, interno, num sítio. Não me lembro mais que sítio foi, num interior daqui da ilha. Dei curso bom com os companheiros internos lá. Não saíamos de lá pra nada. Era esse o trabalho que eu estava fazendo, trabalho de educação. Então, começaram a dizer que eu tinha voltado decepcionada da União Soviética porque eu não estava mais na rua fazendo agitação. Puro engano, eu estava fazendo um trabalho muito mais sério, um trabalho que não estava aparecendo, mas que era um trabalho muitíssimo mais sério. Trabalhei nisso, em educação, embora tivesse continuado com o jornal, mas já não era aquele trabalho de eu ir pra rua vender o jornal, havia garotos que vendiam o jornal e eu não estava vendendo jornal mais. Foi esse o trabalho que fiz na volta da União Soviética e fiz esse trabalho por onde passei e esse percurso da estrada de minha vida foi muito interessante. Isso foi em 62. (ARAGÃO, 2015, p. 180-200)

[75] União Municipal de Estudantes Secundaristas.
[76] Até 1980, ela foi considerada a segunda maior cidade do Maranhão.

Após seu retorno da União Soviética em 1962, onde realizou um estágio em medicina, Maria Aragão iniciou uma atividade educativa com jovens secundaristas. A propósito, a militante mencionou a relevância dessas atividades. A organização comunista objetivava fazer com que o proletariado adquirisse consciência teórica de sua situação de explorado. Afim de que os trabalhadores se posicionassem contra a burguesia, era então indispensável proporcionar o desenvolvimento intelectual da classe operária, o qual devia originar-se da comunidade, da ação e das discussões (PIRATELI, 2007). Contudo, Maria Aragão reconheceu também que, para alguns integrantes da organização partidária, essas práticas de caráter mais pedagógico eram às vezes julgadas supérfluas. Somente o que foi denominado por ela "agitações", ou seja, greves, manifestações, panfletagens, pichações etc., eram consideradas importantes para a revolução. Os militantes eram, à vista disso, sutilmente conduzidos a optar pela renúncia da luta dentro do movimento estudantil em prol de "realizar algo mais concreto", visto como realmente apto a transformar a sociedade (RIDENTI, 2005).

Na ocasião da instituição do regime militar, em abril de 1964, Maria Aragão permanecia com suas atividades educativas com líderes estudantis. Ela relatou inclusive uma emboscada que lhe foi posta pela repressão na sequência do golpe. Nos primeiros dias daquele mês, os militares prenderam seus alunos sob a inculpação de promover ações subversivas e a deixaram livre, pois, na verdade, eles esperavam que ela fugisse às escondidas durante a noite. Segundo sua opinião, tratava-se de uma estratégia para prendê-la no momento do ato e, em seguida, expô-la aos jovens líderes estudantis como traidora, fazendo-os acreditar que sua formadora os teria abandonado. Para Maria Aragão, os militares pressupunham que, enquanto os alunos estivessem sendo interrogados e torturados pela polícia, ela aproveitaria a oportunidade de desatenção para sair da cidade. No entanto, a militante comunista permaneceu em sua residência e, como esse local, por vezes, também servia como espaço profissional, ela continuou a exercer sua função de médica. Diante de sua hesitação em mover-se, os militares teriam então invadido sua casa na noite do dia 05 de abril de 1964, dirigindo-lhe voz de prisão:

> O ano de 63 foi isso, jogado nesse trabalho, especialmente com jovens. Aí chegou 64. Em 64, eu estava realmente com um trabalho sério com a juventude. Quando rebentou o golpe, eu tive tempo de mandar avisar aos jovens, pra dizer que não eram comunistas. Eles eram líderes estudantis e ninguém era comunista. Quem ia dizer que era comunista era eu, mas não eles. Foi uma lembrança maravilhosa, porque eles foram presos antes de mim e a polícia queria me prender. Queria que eu fugisse e fizeram esquema pra eu fugir. Cercaram minha casa e os jovens estavam presos. Eu ainda estava solta e de fato eu tive muita oportunidade de fugir... Mas eles queriam me desmoralizar. Eu sairia de noite ou alguma coisa parecida pra fugir e eles me prenderiam e levariam pros jovens. Aí poderiam dizer: Jogou vocês no fogo, viu? Vocês tão presos por causa dela e ela ia fugindo. Ela ia fugir. Mas eu não dei esse

> gosto, eu continuei em casa, trabalhando, até que foram me prender no dia 5. Na minha casa, numa noite. Calma! Entraram na minha casa um tenente, um oficial, um sargento e um soldado, todo mundo de metralhadora e disseram que eu estava presa. Eu morava num sobrado e fui pra janela e os desmoralizei: um grupo de covardes, armados até os dentes estão aqui pra me prender. Pra prender uma mulher desarmada, eles são tantos e estão aqui armados de metralhadora, para prender essa mulher desarmada, fiz aquele escândalo lá fora, na janela da casa. Pedi a quem pudesse, amigos meus naquela vizinhança, que procurassem um advogado. Eu não tinha me dado conta da extensão do golpe de 64. Não tinha me dado conta disso. Aí, não tinha como resistir; aí eu fui pra prisão. Bem... aí eu passei quanto tempo presa? Isso foi abril, maio e junho, creio que saímos em junho e voltamos a ser preso novamente, no fim do ano, em novembro, eu não sei nem quantos dias foram. (ARAGÃO, 2015, p. 201-204)

Maria Aragão assinalou como seu trabalho de educadora era visto como suspeito pelos militares, tornando-se rapidamente alvo da repressão e valendo-lhe vários meses de prisão já no início do regime autoritário de 1964. Além disso, ela indicou nesses relatos seu completo envolvimento com a formação marxista. Não somente pela escrita e publicação do jornal *Tribuna do Povo* e por seu deslocamento nos bairros desfavorecidos e nas fábricas são-luisenses para organizar debates e ações, mas também por suas práticas docentes com estudantes e trabalhadores, uma atividade pedagógica que se estendeu até as cidades do interior do Estado do Maranhão. Dessa forma, Maria Aragão optou, durante sua trajetória militante, por instruir jovens secundaristas, pois, como afirmou Karl Marx, a escola convencional é de caráter burguês e, por isso, era necessário, no mínimo, instaurar paralelamente uma formação marxista (PIRATELI, 2007). Uma ideia que era amplamente admitida pelos teóricos brasileiros, e que teve como resultado um importante incentivo à extensão de inéditos métodos de educação para crianças, adolescentes e adultos.

Aliás, o comprometimento dos militantes com a instrução marxista também se estendia ao círculo familiar. Assim, Helenalda Resende de Souza Nazareth (2015) falou sobre as inspirações e incentivos que lhe foram dados por seu pai desde a infância. Junto às suas outras cinco irmãs, inclusive Helenira, ela foi motivada a realizar um curso universitário e, como mulher, obter independência econômica. No entanto, durante a infância e a adolescência foi instruída sobre o marxismo, sua ideologia, seus valores e sua história, o que ocorria sobretudo durante os atos cotidianos de convívio familiar, os quais são relatados por Helenalda como momentos reservados aos estudos, debates e trocas de informações:

> Nós fomos politizados desde cedo. A gente conversava bastante, assim, em geral. Naquela época, na hora do almoço tinha que estar todo mundo. Almoçava junto. Aí meu pai descansava um pouquinho e ia para o consultório. A gente ia para a escola de novo ou ficava em casa. Depende do dia. E jantar seis, seis e meia, tinha que estar casa. Todo mundo jantava junto. Depois do jantar a gente ficava conversando até que chegava a hora de ir fazer a lição de casa. A gente fazia sempre a noite a lição de casa. E meu pai ficava lá na sala com os livros dele. Então a gente teve uma formação boa. Meu pai valorizava muito o estudo né. Ele falava: "Vocês têm que

> estudar porque vocês tem que ser as melhores." "Negro tem que ser os melhores, porque se não for, não vão conseguir nada." (Ibidem)

Eram comuns, como afirmou Helenalda, discussões na hora do jantar sobre as possibilidades de uma luta armada no país e, caso isso ocorresse, havia um questionamento sobre qual seria a possível posição das moças. Por isso, a entrada de sua irmã na universidade em 1965, e sua eminente ascensão ao cargo de vice-presidente da UNE e de coordenadora da guerrilheira na região do Araguaia, foi descrita por Helenalda como evidente. Pois, segundo sua argumentação, no domicílio familiar sempre lhe foi estimulado assumir um papel de militante política e, desde o período dos estudos secundários, Helenira já ocupava uma posição visível de líder política:

> A gente sempre discutiu que não era pela cidade que deveria começar uma luta armada. A gente sempre achou que seria no campo. A gente discutia na minha casa muito essa questão. Como poderíamos sair da ditadura? Por exemplo, eu, a Nira e a Neide, achávamos que tinha que ser luta armada. As outras falavam: "Não, imagina, morre muita gente que não tem nada com isso. A luta armada não vai levar em nada." Eu falava: "Mas o diálogo também não leva a nada. Na hora da ditadura, você tinha que ficar de bico calado." (...) A Nira, em 65, ela começou a faculdade. Ela leu todos os livros que meu pai tinha lá. Ela leu né. E foi aí que ela se politizou mais ainda. Já era uma pessoa politizada. Foi mais ligada ao movimento político da igreja. A Nira criou Grêmio lá em Assis já. Na nossa escola lá em Assis. E era difícil ter Grêmio no segundo grau né. Em geral, o Grêmio era coisa de universidade. E a Nira formou Grêmio, saia apoiando candidatos à prefeitura, apoiando os ferroviários, movimentos ferroviários. (Ibidem)

Certamente, sua mãe temia a participação política das filhas, sobretudo por causa da repressão. Por outro lado, ela também aderia em certa medida ao discurso anticomunista da Igreja Católica, e considerando os estudos universitários como algo secundário, afirmava, conforme as declarações de Helenalda, que era melhor para os destinos das jovens moças providenciar um casamento. Assim, de acordo com a entrevistada, foi então por intermédio do pai que as irmãs adquiriram consciência política. E, no caso de Helenira, acredita-se que tal educação teria sido fundamental para sua decisão de se engajar na luta armada. Havia, nessas ocasiões, espaços para as dissidências das filhas. Por isso, Helenira foi percebida como uma jovem que defendia suas opiniões individuais e se posicionava, independente das diretrizes dos pais, conforme seus princípios e objetivos. Ao ser questionada sobre os motivos que levaram Helenira a participar dos movimentos revolucionários, Helenalda contou:

> Pela educação que a gente teve e pelo estudo. Helenira era muito estudiosa. Tanto que era uma das primeiras da classe desde pequena. Tinha opiniões próprias, mas estudava. Ela estudou muita política quando ficou um ano em casa tratando da pneumonia. Ela entrou nos livros do meu pai que a minha mãe não queria nem que a gente lesse. A gente lia escondido. Tanto que a minha mãe fez, que ela achava: "Imagina, para que essas meninas querem estudar? Estudar tanto. São filhas de médico. Vão casar com alguém aí, cuidar da casa." Que nada, a gente não tinha isso na cabeça entendeu. E a Nira engajou na política direto, assim, acho que pela

> educação. A gente sempre discutiu política em casa com meu pai. Então a gente sempre discutiu e sempre protegendo os que tinham menos condições de vida. Meu pai já protegia e a gente também. Então, acho que foi por aí. Ela acreditava numa sociedade justa, mais igualitária, e lutava por isso. (Ibidem)

De modo igual, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (2015a) relatou o importante papel desempenhado por seu progenitor na sua trajetória política. Na juventude, apesar de material bibliográfico restrito, mas inspirada por um ambiente de interesse e participação política, foi com ele que iniciou sua formação ideológica. Operário telegrafista negro, ele se esforçava para garantir a instrução política de seus filhos com leituras, questionamentos e debates. E isso tanto na esfera partidária quanto esfera residencial, proporcionando assim um espaço doméstico nutrido por ideias comunistas. Desde a juventude, as pessoas próximas de Maria do Espírito Santo (parentes e amigos) eram participantes dos grupos de esquerda:

> Meu pai era aquela pessoa... A gente é de família muito pobre, e ele tinha uma história do Prestes.[77] Ele tinha uns três ou quatro livros só. [Ele dizia]: "Lê isso aqui minha filha, aprende com esses homens." Eu lia esses livros e ele me perguntava. Aí tem uma coisa chamado *O Capital*.[78] Vamos ler esse livro. Então as pessoas que nos rodeavam eram muito militantes do partido. (Ibidem)

Ainda sob a influência de seu pai, Maria do Espírito Santo ingressou nas organizações partidárias:

> Desde o Maranhão, eu entrei no Partido Comunista Brasileiro. Meu pai era comuna, de família muito pobre nós somos. E meu pai era muito interessado na política. Minha mãe era assim branquinha e meu pai era um negão desse tamanho! Simpático, muito alegre, telegrafista ainda no tempo. Aí papai entrou no Partidão e eu entrei com ele. E quando eu cheguei no Rio já estava no Partido. Sondei quem é quem e conheci meu companheiro Armando no dia de São João, (...) no curso que ele estava dando para algumas pessoas novas no Rio de Janeiro sobre o Partidão. Um curso sobre o marxismo. (SANTOS, 2005a, p. 14)

Aqui, o sentido da ação política não é identificado apenas no campo da racionalidade dos interesses de classe, já que, segundo Monteiro (2017), era comum iniciar a militância por intermédio de pessoas próximas. O entusiasmo e o papel de indivíduos conhecidos ou de alguma organização visível, como na maioria dos casos os diretórios acadêmicos das universidades ou um grupo de jovens da igreja, teve um efeito crucial no fenômeno do

---

[77] Luís Carlos Prestes (1898-1990) foi um militar e político comunista brasileiro. Em agosto de 1934, aderiu ao Partido Comunista Brasileiro e, mais tarde, foi seu secretário-geral. Preste participou do levante militar de 1922, no Rio de Janeiro, conhecido como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em oposição ao governo de Arthur Bernardes. Em 1924, participou da Revolta Tenentista, momento em que criou a Coluna Prestes. Com cerca de 1.500 homens, durante dois anos e cinco meses atravessaram treze estados brasileiros. Suas principais reivindicações eram: voto secreto, reformas no ensino público, poder político ao exército, fim da corrupção e destituição do presidente. Em 1935, tornou-se líder da Aliança Nacional Libertadora (ANL), de orientação comunista, e principal adversário político de Getúlio Vargas. Foi uma das personalidades políticas mais influentes no Brasil durante o século XX.

[78] Conjunto de livros de Karl Marx que constituem uma análise do capitalismo, publicados a partir de 1867.

engajamento. Em algumas trajetórias, como nos relatou Maria do Espírito Santo sobre sua experiência, casais se formaram e se mantiveram no convívio diário da militância, embora algumas famílias se posicionassem de maneira contrária à ação política, o que é compreensível se refletirmos sobre as consequências das prisões, fugas e assassinatos. Mas era normalmente nos momentos vividos com parentes, amigos, vizinhos, colegas de universidade e de trabalho que emergia o interesse pela política. Observa-se, assim, que os vínculos sentimentais e afetivos inspiravam confiança aos apelos e, na continuação, avivavam a participação partidária. Nesse sentido, eram sutis as separações entre a vida privada e a vida pública.

Frequentemente, as reuniões (comitês e células), os jantares, as festas e os churrascos eram realizados nos domicílios dos militantes. Suas residências, ambiente privilegiado da vida privada, foramem algumas circunstâncias designadas pelas mulheres negras como ponto de encontro. E quando crianças, conforme a narrativa daquelas que tinham pais atuantes na política, encontravam no cotidiano os membros das organizações de esquerda. Em suas companhias, essas mulheres ouviam as conversas sobre o anarquismo, o socialismo, comunismo e a revolução. Ao se tornarem adultas, durante a ditadura militar, integraram alguma entidade política, referindo-se à militância como uma herança dos pais.

Dora Lúcia Bertúlio (2014) descreveu com entusiasmo como seu pai, negro, militante comunista, mas também operário na área da construção civil e fundador do primeiro clube negro de Itajaí[79], e que, embora tenha tido uma educação escolar incompleta, obtendo apenas o terceiro ano primário, aplicou-se em instruir politicamente seus seis filhos, sendo Dora a única mulher. De modo igual, a ausência de diploma formal não impediu seu pai de se tornar uma importante figura pública da organização político-partidária de Santa Catarina:

> Eu fui criada neste ambiente do papai ser um político ativo desde sempre. E desde sempre ele também nos deu muita leitura. Então a gente lia, ele dava os livros para a gente ler e depois ele comentava os livros. E o papai tinha o terceiro ano primário. Quer dizer, não era uma questão de ser uma pessoa [instruída]. Mas a formação dele era muito interessante e acho que tinha muito a ver com o partido. Então, as conversas sempre que a gente ouvia, era exatamente aquilo o que é fundamental num país, num governante, que seja útil para as pessoas. E não útil para um grupo só. Então isso era uma coisa que a gente conversava muito. (Ibidem)

Foi também sob a influência de seu pai que a advogada ingressou nos movimentos de esquerda:

[79] A Sociedade Cultural e Beneficente Sebastião Lucas foi fundada em 22 de maio de 1952, na Rua Laguna, no Bairro Vila Operária, na cidade de Itajaí, Santa Catarina. O nome do clube faz referência a Sebastião Lucas Pereira, trabalhador portuário e um dos fundadores da Sociedade Beneficente XV de Novembro, originário da cidade de Itajaí.

> O discurso era muito no sentido de como a gente tem que se proteger, como a gente tem que adquirir autoestima e como a gente tem que lutar para conseguir uma vida melhor. Então essa história da vida melhor para negro, vida melhor para negros é vida melhor para pobre. Então quando eu entro no movimento, desde garota, quando eu começo a pensar nessas coisas, eu já tinha um lugar. O meu lugar já estava razoavelmente pronto. Era um lugar de contestar aquilo que estava acontecendo. E daí eu me lembro da história do Jango. Imagina! Eu era bem garota. Escutava as coisas por rádio, não tinha TV, não tinha nada. E o papai era muito conhecedor, ativo, estava sempre vendo as coisas, como elas andavam e tudo mais. Então a gente tinha aquela história dos processos a favor dos trabalhadores contra os grandes capitalistas. Era uma coisa que fazia parte da nossa cultura, da minha cultura de formação. Então, quando eu entro na universidade para entrar no movimento foi uma coisa assim tipo... É claro que é isso que eu vou fazer. Eu não tinha dúvida do lugar que eu estava e do lugar que eu devia estar. (Ibidem)

A doutrina comunista representa, especialmente, uma reação à opressão e à exploração da classe trabalhadora sob o sistema capitalista. Na sua essência, despontara ao longo do curso de diversas lutas de classes. Por isso, ela foi antes de qualquer coisa uma teoria de "ação", engendrada para ser posta em prática. Engels, em 1847, redigiu um texto denominado *Princípios básicos do comunismo*, no qual definiu tal corrente ideológica com a seguinte frase: "O comunismo é a doutrina das condições de libertação do proletariado." Assim, nessa breve significação, o teórico informa que o fundamento da filosofia comunista é identificar os aspectos indispensáveis do processo de emancipação completa da classe trabalhadora. Trata-se, dessa forma, de uma ciência abrangente, a qual analisa as leis gerais que regem os movimentos da natureza e da sociedade. Além disso, refere-se à ciência da revolução das massas desfavorecidas, lhes oferecendo ferramentas para interpretar as circunstâncias socioeconômicas, bem como os meios para alterá-la. Por último, concerne à ciência da constituição de uma sociedade mais igualitária que, na definição de seu fundador, é a socialista e comunista. Em síntese, essa teoria política emerge, no século XIX, como sendo uma genuína ideologia proletária.

Vale ressaltar, finalmente, que a educação/formação, fundamentada no aprendizado da doutrina comunista, consoante as palavras de Karl Marx, permanecia principalmente sob a responsabilidade do partido. Assim, a organização partidária tem como objetivo atuar enquanto ferramenta de intermediação teórica e operacional. Contudo, "seu papel não é o de agir ou lutar *acima* ou *no lugar* do proletariado, mas sim o de orientá-las – aqui entendido como atividade mediadora – no sentido de sua autoliberação." (DEO, 2014, p. 180) Considerado como uma organização de caráter internacionalista, o partido tem como encargo principal destituir de poder a burguesia e proporcionar o domínio do proletariado. Ou seja, ele deve servir de instrumento para a tomada de consciência e a ação revolucionária das massas, seguido da aniquilação da sociedade vigente embasada nos antagonismos de classe e, em

substituição, da ordenação de uma sociedade sem classe e sem propriedade privada. Seu comitê central deve ser desprovido de um conjunto de poderes arbitrários. Instância máxima de deliberação, deve ser proporcionalmente eleito e sua finalidade deve ser dirigir o debate democraticamente.

No que se refere ao partido, "Marx compreende o andamento da construção de (...) um movimento que vai de baixo para cima, da base até o cume, da periferia ao centro." (Ibidem, p.178) Para Deo, Marx sugere:

> Uma concepção (...) de partido, que propõe que a organização do movimento revolucionário deve expressar as reais demandas do proletariado. Ou seja, o partido é o elemento da mediação entre as demandas efetivas cotidianas do proletariado e sua superação revolucionária, sendo que tais proposições – necessariamente científicas – devem resultar da análise concreta dessas condições. O partido tem a função de vanguarda do movimento revolucionário, pois reflete e propõe a partir das demandas concretas do proletariado. Não é um elemento estranho ao movimento operário que propõe – e, de certa forma, impõe – uma teoria social "de fora para dentro", como se sua direção fosse composta por um núcleo de "iluminados", que teriam a "missão de ilustrar" as massas e "guia-las no caminho da revolução". (Ibidem, p. 178)

Contudo, o partido e a ideologia comunistas não são somente resultados de um programa intelectual e racional. De início, considero que eles são promotores excessivos de mensagens e símbolos comoventes, fazendo constantemente apelo aos sentimentos. Eles viabilizam, de modo igual, a construção de ambientes fundamentados em laços de afeição, redes de solidariedade e práticas comunitárias. A partir da ideologia, os militantes compartilham interesses comuns e a participação partidária ativa promove a ideia de conforto e confiança, ou seja, de pertencimento a um grupo. À luz destas constatações, permaneço na procura de indícios que justifiquem a importante participação das mulheres negras na formação das organizações político-partidárias brasileiras. Por isso, analisarei as experiências dos Comitês Populares Democráticos, o qual suponho que foram compostos e liderados sobretudo pelas negras. Mas, com a finalidade de compreender, acima de tudo, os principais motivos de seus engajamentos nos movimentos de esquerda, vejamos ainda alguns elementos subjetivos de mobilização das massas.

2.3 PCB (1930-1945)

Getúlio Vargas,[80] pela força das armas, tornou-se presidente da República em 1930. Em novembro do mesmo ano, criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o qual tinha por objetivo principal concretizar o projeto do regime de intervenção sistemática no conflito entre capital e trabalho. Por isso, desde sua primeira gestão, a entidade empenhou-se em intensa atividade legislativa referente à organização sindical e aos direitos trabalhistas. Entre 1931 e 1934, Vargas promulgou o conjunto da legislação trabalhista, com ressalvas para o salário mínimo: controle da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, hora extras, descanso semanal remunerado, período de férias, pensões e aposentadorias, formação da Justiça do Trabalho etc. (FERREIRA, 2002b, p. 73). No que lhe diz respeito, o regime de Vargas pretendia assumir, por meio da legislação trabalhista, certo compromisso com as reivindicações históricas do proletariado e, com efeito, tais medidas alteraram completamente o cotidiano dos trabalhadores em termos materiais e simbólicos. Todavia, a jurisprudência lhe consentiu, acima de tudo, a prerrogativa de regular metodicamente os antagonismos de interesses nas diferentes áreas profissionais. Além disso, o governo produziu, por um lado, um discurso ideológico respaldado pela ideia de uma outorga vertical dos direitos, ou seja, do Estado para os trabalhadores, sendo em consequência vigorosamente criticado pelos setores de esquerda e, por outro lado, o governo fez com que a atribuição desses direitos significasse a limitação da autonomia organizacional e ideológica dos trabalhadores.

Assim, o chefe do executivo iniciou simultaneamente seu projeto de unidade sindical. Agregou esses organismos sob a tutela do Ministério do Trabalho, reconhecendo somente um sindicato por categoria profissional, e somente a partir de então, julgando-os como grupos políticos legalizados, Vargas lhes concedeu a autorização de defender os direitos das classes que representavam diante do Estado. Em outras palavras, em março de 1931, a Lei de Sindicalização determinou que fosse unicamente acordada a permissão de funcionamento aos organismos aprovados oficialmente. Para que os sindicatos pudessem operar e, em particular, se beneficiar da legislação social, estabeleceu-se então a obrigatoriedade de uma préviapermissão dos órgãos estatais. Era competência do Ministério do Trabalho supervisionar e orientar a vida política e material das agremiações trabalhadoras. Para tanto,

[80] Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) foi um advogado e político brasileiro. Governou o país entre 1930 e 1945 e, posteriormente, entre 1951 e 1954.

foi indispensável romper com a pluralidade sindical, vetando-lhes qualquer forma de autonomia. Por fim, a greve foi proibida.

Vargas inaugurou, dessa forma, o emprego do corporativismo, doutrina que admite a organização da sociedade com base em associações representativas das atividades profissionais, tendo como finalidade, a partir de regas de solidariedade e colaboração, impedir o conflito de interesses entre os empregados e os empregadores, e com o próprio Estado assumindo o papel de árbitro. Nesse contexto, os sindicatos eram usados sobretudo como interlocutores entre os trabalhadores, o capital e o governo. Nos anos 1930, esses organismos se tornaram meros instrumentos para mediar as divergências, o que de fato modificou as características desses espaços, sendo-lhes atribuído nesse novo cenário político uma configuração de disciplina e de cooperação. Assim, não era mais possível pensar os sindicatos como lugares de lutas e de debates de ideias, visto que o trabalhador no governo Vargas deveria assumir uma nova conduta. De uma parte, ele deveria valorizar sua ocupação profissional enquanto elemento modelador de uma moral elevada, e de outra parte, ele deveria se reconhecer enquanto membro ativo de um programa que agia em favor do desenvolvimento e da modernização do país.

Para realizar esse projeto oficial, o chefe do executivo ordenou então a perseguição e a prisão dos líderes vinculados às atividades de esquerda e, em substituição, propôs à direção dos sindicatos suas próprias lideranças. O domínio ministerial sobre esses organismos foi ainda mais estimulado após o fracasso da insurreição armada articulada pelos setores da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. Contudo, vale ressaltar que os sindicatos oficiais experimentaram a importante resistência das organizações autônomas constituídas até aquele momento, sendo essas últimas herdeiras das lutas anarquistas e comunistas do início do século.

Segundo Mattos (2003, p. 11-12), nos primeiros anos do governo Vargas,

> a novidade mais significativa foi a proposta difundida nos discursos dos dirigentes da época de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, arbitrada por um Estado que seria, ainda segundo aqueles discursos, ao mesmo tempo regulador e protetor, apresentando-se como inventor da legislação social. Esta era composta na realidade por quatro núcleos básicos de leis: a) a legislação previdenciária, generalizando as primeiras experiências dos anos 1920 com as Caixas de Aposentadorias e Pensões, mais tarde chamadas de Institutos, que, com contribuições do Estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social - aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais etc.; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio da representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos no nível local, federações no âmbito regional e confederações de abrangência

> nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista.

Em março de 1935, foi criada a Aliança Nacional Libertadora – ANL, cujo principal líder era o comunista Luís Carlos Prestes. A organização foi rapidamente posta na ilegalidade em julho de 1935, no entanto continuou a propor a realização de comícios e outras manifestações contra o governo. Com sedes espalhadas em várias cidades do país, ela foi composta por indivíduos oriundos de diferentes setores da sociedade. Inspirada do modelo das frentes populares fundadas na Europa, agregou socialistas, comunistas, intelectuais e militares. A ANL defendia propostas nacionalistas e tinha como principais símbolos de engajamento político a luta pela democracia, pela reforma agrária e contra o imperialismo. Além disso, ela foi projetada com o propósito de impedir o avanço do nazifascismo.

> No VII Congresso, em 1935, devido ao avanço do nazismo na Alemanha e sua influência entre a burguesia mais conservadora de algumas das principais nações europeias, especialmente da França e da Inglaterra, preconizava-se a formação de amplas *frentes populares*, em todas as regiões do globo, com todos os segmentos e classes sociais que combatessem o fascismo. O período era visto como sendo de retração revolucionária. As revoluções deveriam ser somente de caráter antifascista. No período da Segunda Guerra Mundial, especialmente entre 1942 e 1945, o momento era de aliança com os países capitalistas combatentes do Eixo. A época era avaliada como sendo de retração revolucionária. As revoluções seriam somente de caráter antifascista. (HENN, 2012, p. 291)

No mês de agosto iniciou-se a organização de um movimento armado com o objetivo de depor Vargas do poder executivo e, em seguida, instituir um governo popular dirigido por Prestes. Com insurreições militares em diferentes localidades do território nacional, o movimento considerava igualmente as investidas das greves que seriam desencadeadas pelo operariado. Assim, o primeiro ato irrompeu-se no dia 23 de novembro de 1935 em Natal e, no dia seguinte, outra sublevação eclodiu em Recife, acompanhada de outras revoltas na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, seu impacto foi limitado e, sem demora, as manifestações da ANL foram interrompidas.

A partir desse momento, desencadeou-se, por parte de Vargas, uma intensa perseguição política. O partido comunista foi fragmentado, com seus dirigentes presos, assassinados ou tornados clandestinos. A esse propósito, os militantes partidários vinham sendo acossados desde o início do século XX (MOTTA, 2000). Mas os atos repressivos se reforçaram, em particular, após a revolta militar de 1935, um processo que resultou no golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, momento em que o presidente fechou o Congresso, anulou eleições e se manteve no poder, instituindo então uma ditadura no país, o denominado

Estado Novo, que perdurou até 1945. Na verdade, as ações armadas de 1935, designadas pelo regime em vigor como uma revolta comunista, serviriam, sobretudo, como pretexto para a extensão das ações coercitivas e o fechamento do regime.

A fim de mobilizar a população, o governo de Vargas optou por investir em um conjunto de esforços estratégicos de luta anticomunista. Segundo suas alegações, era preciso deter o comunismo rapidamente, caso contrário novos procedimentos de caráter "ignóbil" e "bestial" seriam desencadeados. A intenção de identificar a tentativa revolucionária de 1935 como um ato hediondo era evidente. Tratava-se de um fato verídico, ocorrido no território nacional, e não de informações relativas oriundas de países estrangeiros. Nesse sentido, o comunismo tornou-se uma ideologia com perfil definido e ações concretas, deixando progressivamente o seu aspecto abstrato. Doravante, o "perigo vermelho", agora próximo da realidade da nação, sensibilizaria setores significativos da sociedade, círculos que até aquele momento permaneciam alheios a tal "ameaça". Dessa forma, somando aos projetos estatais, grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se precipitaram no campo da luta política anticomunista. E tais empreendimentos, tanto na esfera pública quanto privada, adquiriram importantes atributos das culturas estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos, que após a Segunda Guerra, no bojo da Guerra Fria, ergueu-se à condição de potência hegemônica (SILVA, 2000).

Mas a performance brasileira não foi somente uma reprodução pura e simples das ideias internacionais, ou então uma obediência meramente passiva das ordens vindas do exterior, como se aniquilar o comunismo fosse algo indiferente às autoridades nacionais. Na verdade, a dinâmica nacional era seletiva tanto no que tange à receptividade das construções discursivas e imagéticas quanto às decisões políticas admitidas no combate da "ameaça vermelha". No que concerne ao primeiro ponto, as justificativas de estro liberal, tais como era o exemplo dos Estados Unidos, eram menos enfatizadas no território brasileiro, pois, aqui, as inspirações religiosas católicas consistiam a base central da mobilização anticomunista, estando os outros argumentos relegados ao plano secundário. No que concerne ao segundo ponto, emergiram-se atuações inéditas de luta ideológica relacionadas às especificidades da conjuntura política nacional. Este é o caso das práticas consolidadas em torno do levante de 1935, a "Intentona Comunista",[81] momento em que Vargas determinou uma perseguição

[81] O emprego do termo "intentona" foi, sobretudo, uma estratégia oficial para desqualificar os fatos ocorridos, dado que tal expressão significa intento louco, motim insensato. De imediato, a palavra "intentona" não entrou nos hábitos linguísticos da população, embora tenha sido aplicada desde os dias seguintes a insurreição. Já nos anos 1960, o termo "Intentona Comunista" está fixado como designação formal,

política implacável contra os revolucionários, além de uma posterior celebração anticomunista ritualizada e sistemática.

Sobre esse evento, uma campanha de mitificação, dando origem a variadas legendas negativas, foi rapidamente iniciada contra a ação dirigida pelo PCB. Nessa exploração propagandística, buscaram-se diferentes argumentos com o objetivo de concretizar no imaginário brasileiro as ideias anticomunistas. Primeiro, o levante foi representado como o modelo real das características perversas daquele grupo social. Conforme as explicações propostas por seus adversários, a "Intentona Comunista", durante os quatro dias de revolta, teria praticado uma série de atos repreensíveis: saques, vandalismos, assassinatos, estupros e etc. Em seguida, o levante foi exposto como um movimento de traidores, considerado como uma agressão específica e direta à instituição militar e à pátria. Por um lado, os insurretos teriam cometido um ato insidioso contra as Forças Armadas, na medida em que não respeitaram o código de honra enquanto membros da corporação e, por outro lado, eles teriam cometido um ato insidioso contra a nação, na medida em que intentaram uma insurreição armada sob as ordens do komintern.[82] A imagem de deslealdade e de violência foi assim categoricamente atribuída aos comunistas.

Em contrapartida, o governo empenhou-se nos métodos de representação dos militares fiéis ao regime, mortos no combate, como heróis e mártires. Os revolucionários foram, dessa forma, designados como indivíduos abjetos, malfeitores, uma autêntica escória, ao passo que seus opositores eram pessoas de bem, legítimos patriotas e cidadãos íntegros. Nesse maniqueísmo, dualismo entre dois princípios opostos, o bem e o mal, a integralidade das virtudes foram reservadas aos zeladores da ordem, como se as ações dos comunistas não fossem munidas de coerência (crença na urgência de libertar o país do imperialismo capitalista), coragem e patriotismo.

Ainda nesse seguimento, iniciou-se, já no ano posterior ao levante, o culto aos militares das forças legalistas mortos nos confrontos com os comunistas. As "romarias cívicas" aos túmulos dos falecidos, embora não fossem fator de grande interesse para o Estado em 1936, mesmo tendo o Ministro da Guerra publicado uma nota e mandado rezar uma missa, adquiriram, contudo, em 1937, um caráter formal. Dessa vez, investida de potencial

---

praticamente unânime, para os eventos de 1935. Nesse sentido, Motta (2000) considera que a cristalização do termo aconteceu entre os anos 1930 e os anos 1950.

[82] De fato, é inquestionável a presença de Moscou (MOTTA, 2007). Inclusive, neste momento, sob acusação de ser uma entidade estrangeira atuando no Brasil, o partido foi coagido a alterar sua nomenclatura. Inicialmente, ele se denominou Partido Comunista do Brasil e, em seguida, tornou-se Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB (HENN, 2012).

proselitista, as comemorações procuravam evidentemente provocar na sociedade emoções e sentimentos. As celebrações, e mais precisamente a data "27 de novembro", visavam, de uma parte, preservar, na memória da sociedade, o compromisso com os princípios anticomunistas e, de outra, visavam solidificar na sociedade a memória oficial sobre a insurreição. Tanto é que, em 1962, forjou-se a expressão "lembrai-vos de 35".[83] Em 1938, o governo julgou então ser melhor oferecer um monumento aos mortos e, em novembro de 1940, um mausoléu foi inaugurado, intensificando consideravelmente o prestígio da solenidade. Tais rituais tornaram-se assim uma ocasião privilegiada para o comparecimento de personalidades notórias da República, tanto civis quanto militares. Inclusive, o próprio Presidente participava pessoalmente (MOTA, 2000).

Nesse sentido, durante o governo Vargas, grande número de militantes vinculados ao PCB e às organizações operárias foram postos na ilegalidade e, consequentemente, foram perseguidos, presos, impedidos de se manifestarem publicamente ou até mesmo assassinados. No entanto, em 1945 inicia-se um novo período de entusiasmo político. Com a anistia em abril e o novo código eleitoral de 28 de maio, prescrito nos últimos meses do Estado Novo e que autorizava a legalidade e o registro formal do PCB, a diretriz predominante entre os comunistas foi a defesa dademocracia, que deveria ser realizada a partir da expansão da participação política popular e da eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte. Daí a importância da legalidade do Partido. Segundo Monteiro (2015, p. 1693),

> o imperativo era dedicar uma atenção especial às bases e principalmente ao movimento operário e sindical. A tarefa de "recrutamento" no chão das fábricas, nos bairros e nos diversos locais de trabalho, talvez tenha sido a mais relevante experiência dos militantes comunistas na conjuntura da legalidade. Aumentar o número de membros foi um tema que sempre esteve bastante presente nas análises do PCB, nos discurso proferidos em palanques, em resoluções políticas, em congressos e em reuniões do partido ao longo de toda a sua história. Mas só com a legalidade, com o incansável trabalho dos militantes e a possibilidade de agir livremente é que o PCB conseguiu aproximar-se de ser um partido de massas, atingindo o número de 200.000 inscritos no Brasil, tornando-se com este número de filiados o maior partido comunista da América Latina.

Tal efervescência, de fato, produziu-se em consequência da extrema coibição de suas inspirações e sensibilidades durante a ditadura, ademais, em 1945, os comunistas, e em particular a União Soviética, se beneficiavam de um extraordinário prestígio, visibilidade e autenticidade na luta contra os regimes fascistas e, finalmente, a própria propaganda e

[83] Segundo Mota (2000, p. 114), a frase foi publicada na capa da revista *Ação Democrática* em novembro de 1962: "Lembrai-vos de 35! Comunistas assassinaram brasileiros em pleno sono. Participante da traição de 35 é secretário do presidente João Goulart."

ideologia do Estado Novo dignificava a ideia de protagonismo dos trabalhadores na construção da nação (Idem, 2014).

Contudo, o PCB também foi um dos principais agentes na introdução de inéditos temas e personagens na cena política brasileira. Na legalidade entre 1945-1947, ele designou para as eleições executivas e legislativas (na esfera nacional e regional) candidatos oriundos das camadas populares, dentre os quais muitos trabalhadores desprovidos de cultura letrada; no mesmo contexto, definiu um claro programa político partidário,[84] sendo que os demais partidos, segundo Hippolito (2004), ainda não haviam definido de modo preciso sua orientação política-ideológica; sua doutrina marxista defendia o estabelecimento da igualdade e da justiça social e seus membros atuavam de forma diária e próxima – com uma prática cotidiana de tarefas que não se limitavam ao período eleitoral –, viabilizando assim a criação de um ambiente de sociabilidade respaldado pelo afeto; por fim, os militantes, mediante rigorosa dedicação ao trabalho de base, atuando entre os moradores dos bairros e trabalhadores urbanos e rurais, expunham a estes diferentes alternativas de autorrepresentação (MONTEIRO, 2014).

Nessa perspectiva, houve ainda, no período de reabertura democrática, a criação dos Comitês Democráticos Populares. Bittencourt, cita o discurso do líder do partido, Luiz Carlos Prestes (1945, apud BITTENCOURT, 2012, p. 81), sobre o papel dessas entidades:

> Os Comitês Democráticos Populares, que já se vão organizando por todo o país, serão como que as células iniciais do grande organismo democrático capaz de unir o nosso povo e de guiá-lo no caminho da democracia e do progresso. Os Comitês Populares falarão a voz do povo, dirão de sua vontade, suas reivindicações imediatas e permitirão que se revelem os verdadeiros líderes populares, homens e mulheres, jovens e velhos, que falem a linguagem do povo e sejam de fato os melhores na defesa dos seus interesses e na luta pelos direitos do próprio povo. E por isso, nesses organismos será relativamente fácil o desmascaramento dos agentes do fascismo, dos demagogos e desordeiros inimigos da união e da democracia.

Com o objetivo de se constituir enquanto partido de massas, esses espaços promoviam um ambiente de interação entre os comunistas e os moradores dos bairros (sobretudo donas de casa e empreendedores autônomos) e os empregados dos locais de trabalho. Eles eram compostos por pessoas de diferentes correntes religiosas e ideológicas. Coordenados por militantes ou simpatizantes, também reuniam homens e mulheres de origens sociais diversas. Sobre seu método de atuação, os comunistas recolhiam as reivindicações mais urgentes e sugeriam alguns recursos para geri-las: panfletagens, abaixo-assinados,

[84] Vale ressaltar que o PCB, desde o ato de sua fundação, em 1922, criou um programa com características nacionais e internacionais, enquanto que a maioria dos partidos políticos brasileiros assumia um formato regional e provincial.

manifestações, campanhas... Tratava-se então da formação (em cada empresa e fábrica e em cada bairro das cidades brasileiras, incluindo os subúrbios[85]) de um núcleo apto a assistir os cidadãos em suas necessidades primárias. Vale ressaltar também seu grande incentivo às práticas de educação e de lazer: promoção de bibliotecas e cursos de alfabetização para adultos de ambos os sexos, o que era legitimado com a argumentação da exigência em pô-los na condição de eleitores para o pleito eleitoral de dezembro de 1945[86] e, além disso, organização de atividades criativas e intelectuais sob a forma de encontros, concursos, debates e leituras, eventos artísticos e culturais. Na esfera exterior ao partido, organizar uma grande diversidade de grupos de frentes populares era uma tática do PCB para arregimentar adeptos do marxismo, organizar os trabalhadores e firmar compromissos sólidos junto às bases.

Consoante a análise de Monteiro (2015, p. 1683),

> estes comitês faziam parte de uma estratégia nacional do partido no intuito de ampliar e dinamizar suas bases e conquistar adeptos e eleitores entre moradores dos bairros, donas-de-casa, estudantes, profissionais liberais, trabalhadores rurais e urbanos. (...) Os Comitês permitiram o surgimento de um ambiente de debate em que seriam discutidos os anseios e as esperanças de indivíduos que ainda não conheciam na prática o que era a luta por direitos. Nesse espaço, além de serem levantadas as diversas reivindicações locais, relacionadas especificamente à "carestia de vida", às condições do trabalho e à infraestrutura dos bairros, também eram discutidas questões mais vastas acerca da importância de se colocar publicamente, reivindicar direitos e escolher candidatos em eleições justas e honestas, tal como se esperava ser em uma democracia. A ação cotidiana dos militantes comunistas manifestou-se nos bairros, nas empresas, nas instituições de ensino, nas campanhas eleitorais, nas mobilizações populares em defesa de diversas causas, nos comícios em praça pública ou comícios relâmpago realizados na porta das fábricas e oficinas, na produção e divulgação de material de propaganda e de seu jornal (Jornal do Povo), na realização de abaixo-assinados, na ativação de greves, na organização de Sindicatos, Associações, Comissões Sindicais, Sindicatos Rurais, etc.

Assim, os militantes respondiam à função primordial do partido de atender as demandas das populações desfavorecidas, principalmente no que se refere ao engajamento contra a carestia de vida e pela infraestrutura dos bairros periféricos (rua e edifícios ou mesmo a melhoria de transportes, água, esgoto, luz elétrica, creches, postos médicos, escolas, espaços recreativos, mercados, propriedades de terras etc.), bem como no que se refere ao engajamento para que integrantes e simpatizantes do PCB pudessem consolidar um elo com os moradores e os trabalhadores em geral, e estes últimos com as instâncias governamentais.

---

[85] Eles podiam ser igualmente constituídos nos distritos, municípios, fazendas, navios, etc.

[86] De acordo com Monteiro (2015, p. 1688), "a legislação eleitoral proibia o voto dos analfabetos. O governo de José Linhares, que assumiu o posto de presidente interino após a deposição de Getúlio Vargas em novembro de 1945, acabou com o direito de voto dos analfabetos que representavam 23% dos votos em 1945. Com isso, restringia a participação dos trabalhadores no sistema político brasileiro."

Aliás, as mulheres comunistas desempenharam um importante papel na formação e manutenção dos núcleos de bairros e, mais tarde, ao se criarem os Comitês Democráticos Populares sob suas lideranças, elas também consolidaram várias estruturas como, por exemplo, o Comitê das Mulheres Pró-Democracia (1945) e a União Feminina (1946). Essas agremiações tinham por base os locais de residência, agregando, assim, em maior número, as donas de casa. O jornal de orientação comunista *O Momento Feminino*, em 1947, publicou algumas de suas práticas cotidianas:

Imagem 07: Atividades de diferentes Uniões Femininas dos bairros cariocas e do Comitê Democrático Pró-Democracia publicadas no jornal *O Momento Feminino*

• Atividades Femininas •

ASSOCIAÇÃO FEMININA DE AREINHA

UNIÃO FEMININA DA GÁVEA

UNIÃO FEMININA DO FLAMENGO, GLÓRIA E CATETE

UNIÃO FEMININA DE MADUREIRA

UNIÃO FEMININA DE CAXIAS

UNIÃO FEMININA DE LARANJEIRAS

SÃO PAULO

ASSOCIAÇÃO CIVICA POPULAR DE SANTO CRISTO

COMITE DE MULHERES PRÓ DEMOCRACIA

UNIÃO FEMININA DE MARECHAL HERMES

UNIÃO FEMININA DO MORRO DO PINTO

UNIÃO FEMININA DE BOTAFOGO

UNIÃO FEMININA DE MARIA DA GRAÇA E HIGIENOPOLIS

GRAFOLOGIA

Fonte: O Momento Feminino, 31/10/1947

Nota-se uma referência à Associação Feminina da Areinha, União Feminina da Gávea, União Feminina do Flamengo, Glória e Catete, União Feminina de Madureira, União Feminina de Caxias, União Feminina de Laranjeiras, União Feminina de Marechal Hermes, União Feminina do Morro do Pinto, União Feminina de Botafogo, União Feminina de Maria da Graça e Higienópolis e Associação Cívica Popular de Santo Cristo. As principais ações expressas nessa publicação são: organização de postos médicos, implementação de ações contra a destruição de barracos e o despejo de seus moradores, inauguração de uma escola, organização de bibliotecas, manutenção de cursos de alfabetização, corte e costura, pintura,

flores artificiais e etc., distribuição de banha e tecido popular, formação de uma Cooperativa de Consumo, organização de natais para as crianças, mobilização para o registro dos estatutos. O Comitê de Mulheres Pró Democracia anunciava a organização de uma festa, um teatro de fantoches e o "Teatro da Mulher". Os anúncios informavam também os locais das reuniões que, no caso das Uniões Femininas mais desfavorecidas, aconteciam nos barracões[87] dos moradores.

Imagem 08: Leonidia

Fonte: O Momento Feminino, 12/12/1947

Ainda na rubrica *Atividades Femininas*, em 1947, ao relatar sobre as atuações de diferentes Uniões Femininas, o jornal publicou, sem nenhuma informação pessoal suplementar, além do qualitativo "nossa amiga" e do primeiro nome, Leonidia, a foto de uma militante negra pró-democracia residente da cidade de Raposo (RJ). Mas quantas Leonidias, autoras, correspondentes ou leitoras do periódico existiram no vasto território nacional? De toda maneira, no jornal *O Momento Feminino* (1947-1956), órgão oficial de divulgação das atividades da Federação de Mulheres do Brasil (FMB),[88] observam-se várias fotos de negras comunistas, assim como inúmeros artigos referentes às suas mobilizações políticas cotidianas, o que na prática ocorria tanto nos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras quanto

[87] Residências dos bairros suburbanos, sobretudo das favelas, construídos com restos de materiais diversos.

[88] Durante a escrita dessa tese citei, sobretudo, o nome da maranhense Maria Aragão. Mas, a partir da pesquisa digital na Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pude observar que diferentes imagens de mulheres negras aparecem no jornal *O Momento Feminino*.

nos eventos culturais e intelectuais (congressos e conferências) de ordem nacional e internacional.

Imagem 09: Favelas cariocas

A Favela tem sido cantada nos sambas, apregoada pelos noriciários dos jornais mas a miséria de seus habitantes só agora começa a interessar os poderes públicos. Não há água, não há higiene, não há alegria. As mulheres da Favela se organizaram e lutam pelos interesses dos moradores do morro

Fonte: O Momento Feminino, 31/10/1947[89]

É possível pensar, nesse sentido, que os núcleos situados nos subúrbios e que, mais tarde, se tornariam os Comitês Democráticos Populares, dirigidos por trabalhadoras do lar, e maioria das coletividades que requeriam junto ao Estado a resolução de problemas socioeconômicos imediatos, eram fundamentalmente formados ou até mesmo liderados por negras? Novamente, a resposta é sim.

[89] Legenda: A favela tem sido contada nos sambas, apregoada pelos noticiários dos jornais mas a miséria de seus habitantes só agora começa a interessar os poderes públicos. Não há água, não há higiene, não há alegria. As mulheres da Favela se organizaram e lutam pelos interesses dos moradores do morro.

Ao narrar sobre a consolidação das associações e comissões de moradores dos bairros e das favelas do Rio de Janeiro, Bittencourt (2012, p. 84) expõe a atuação paralela dos membros dessas coletividades nas manifestações partidárias:

> Muitas formas de expressar as reivindicações, de elaborar as pautas de luta, nomear e formar as associações tiveram a influência da participação de moradores de favelas na atividade sindical e nos contato com políticos e partidos. A "necessidade de sobrevivência" não poderia ser encarada como o único "motor da mobilização": a politização de alguns moradores, o exercício consciente de aproximação com determinadas propostas e projetos para os trabalhadores também fizeram parte da experiência de organização coletiva dos favelados.

A autora indica como o PCB dos anos 1940, e em particular os Comitês Democráticos Populares cariocas, estimulou os militantes atuantes nas fundações das associações e nas formações de comissões de moradores dos bairros e das favelas do Rio de Janeiro, pois muitos operários – homens e mulheres – residentes naquelas localidades eram frequentadores dos sindicados e dos partidos. Dessa forma, na citação anterior Bittencourt (Idem) sugere que esses indivíduos agiam politicamente de forma autônoma, todavia a constituição de suas entidades específicas foi influenciada por suas respectivas participações (independentemente do nível hierárquico) em organizações partidárias. Observa-se, outra vez, uma relação mútua entre as mobilizações da classe trabalhadora moderna e os laços de solidariedade formados nas comunidades suburbanas das grandes cidades nacionais, supondo que os partidos políticos, ao atuar de modo simbiótico com as organizações de bairros, compartilhando o mesmo espaço e reivindicações, tornaram-se entidades comunitárias.

O ano de 1945 foi então um momento excepcional de organização e expressividade das emoções políticas, uma vez que persiste amplo sentimento de entusiasmo, além de novas expectativas e esperanças, acerca da ampliação da esfera pública. Em outras palavras, aqueles anos foram prósperos em iniciativas e experiências de participação das massas nos movimentos sociais, principalmente no PCB que, a partir de então, segundo Rodeghero (2006), entrou em cena comum interessante projeto de atuação das classes trabalhadoras. Imagino aqui: quantas destas propostas teriam sido concebidas pelas próprias mulheres negras? Seja como for, no breve período em que lhes foi lograda a legalidade, os comunistas foram um dos agentes políticos com maior crescimento e inserção popular. Iumatti (1999, p. 51) julga que naquele instante vivia-se "um contexto de avanço de uma sensibilidade de esquerda e de ênfase na legalidade."

E foi naquela conjuntura de efervescência ligada à abertura democrática que a militante comunista Maria Aragão iniciou sua trajetória política. Sobre sua opção em estudar medicina em 1935, especializando-se na área da pediatria e, posteriormente, na área da

ginecologia, ela afirmou sua intenção de auxiliar as pessoas mais desfavorecidas. Assim, descreveu o hospital no qual trabalhou inicialmente como um espaço frequentado sobretudo pelas classes sociais mais baixas, ressaltando aqui também sua preocupação em se aprofundar nas áreas voltadas à saúde da mulher e da criança. Mas foi por intermédio de uma paciente humilde do hospital, definida por Maria Aragão como uma "mulher do povo", e abertamente declarada como vinculada às organizações partidárias e suas atividades políticas, que a médica ingressou no PCB em 1944. Ao narrar sobre os principais motivos de seu engajamento, ela exprimiu em que medida a proposta da coletividade foi percebida como um recurso para atingir de forma mais imediata aqueles que pretendia ajudar. Mais tarde, Maria Aragão tornou-se integrante da FMB, e foi frequentemente citada por suas práticas profissionais e militantes nos bairros periféricos são-luisenses. Sobre esses episódios a médica contou:

> Fiz o curso de professora, mas eu queria ser médica. (...) Eu pensava comigo mesma: - Mais que coisa bonita ser médico, ajudar os outros, eu achava isso belíssimo, então eu queria ser médica. (...) Fui para o hospital Miguel Couto, fazer Clínica e Ginecologia, que eu pratico hoje. (...) Até aí eu era uma pessoa (...) preocupada em querer ajudar, (...) mas eu era completamente apartidária. Eu não tinha a menor noção de como a sociedade se desenvolvia, o que era preciso pra mudar a sociedade. Só via uma coisa: - Tinha lutado desesperadamente pra ser médica (...). As pessoas tinham dificuldade pra se tratar. Eu achava que podia ajudá-las lá no hospital, isso se fez sentir porque (...) as pessoas que vinham pro hospital eram aquelas pessoas pobres, infelizes, desamparadas. Eu me interessava pela vida delas (...). Bem, um dia, uma mulher me disse: - Olhe! Lá onde eu moro tem umas pessoas que se parecem com a senhora. (...) Era uma mulher do povo, uma das pessoas que eu tinha ajudado e ela disse que pessoas se pareciam comigo. - Elas vão se reunir, a senhora não quer ir lá conversar com elas? Fui lá, ver a mulher. Soube depois, que eram comunistas (...). Eu não sabia o que era comunismo. Eu queria entender mais sobre comunismo (...). Aí aquela mulher (...) voltou lá e fez um convite: - A senhora gostaria de ir num comício? Olha Prestes é um homem maravilhoso, ele é sério, ele é contra a opressão, ai ela começou falar do Luís Carlos Prestes. (...) Essa foi outra grande das emoções que tive. E eu fiquei pensando no homem, aí avisam, pelo microfone: - Vai chegando ao estádio, Luís Carlos Prestes. Ele tocou no povo, no sofrimento do povo, e a sábia união nacional do povo, na situação do povo... Então, eu disse: - Esse homem é um homem especial (...). Eu vou entrar pro Partido Comunista. (ARAGÃO, 2015, p. 35-65-66-72-75-76-77)

Sob influência stalinista,[90] nota-se no PCB o culto à personalidade que, nesse caso, foi encarnado pela figura de Prestes.[91] Qualquer elemento que se referia ao chefe era enaltecido: seu aniversário, seu percurso patriótico, sua coragem, sua inteligência e discernimento, suas intervenções escritas e orais, sua "aptidão inata" para liderar etc. Tal distinção ocorreu, a partir de 1945, por intermédio de uma campanha metódica de glorificação

[90] Josef Stalin (1878-1953) foi um comunista e político soviético de origem georgiana. Governou a União Soviética desde os anos 1920 até sua morte em 1953.

[91] Nos comícios de Prestes havia a presença de dezenas de milhares de pessoas.

e idolatria do líder, sendo efetuada pelos militantes, dirigentes e meios de comunicação da entidade (FERREIRA, 2002a). Aliás, a participação no Partido Comunista, e eventualmente nas diferentes entidades de esquerda, inclusive nos momentos caracterizados pela repressão política, implicou inflexível obediência e respeito à cúpula e à hierarquia interna. A rigidez das regras e da disciplina excedia, de acordo com o centralismo do modelo partidário do PCB, a liberdade e as iniciativas espontâneas.

A definição das normas a partir dos textos ou dos discursos não significava, porém, um acatamento totalmente concreto e absoluto: "É preciso, ao contrário, postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações." (CHARTIER, 1995, p. 182) Desse modo, nenhuma diretriz prescrita é capaz de eliminar as identidades e as práticas peculiares ao indivíduo ou ao grupo. O que se altera, evidentemente, são as formas pelas quais as singularidades podem se exprimir e se afirmar.

Assim, o partido comunista não representou somente sua direção. Os frequentes desregramentos das lideranças, estando as mesmas submetidas às suas particularidades respectivas, obrigavam os militantes a agirem de forma autônoma. Com a finalidade de ser uma das coordenadoras da organização, Maria Aragão afirmou ter se mudado para o Maranhão sem nenhuma base teórica, fato que, em sua opinião, fez com que cometesse erros graves (ARAGÃO, 2015). Outrossim, os militantes portadores de princípios éticos, convicções políticas e influências culturais próprias, não atuavam mecanicamente conforme as diretivas da sede. As especificidades, na realidade, afetavam diretamente o modo pelo qual o indivíduo "aplicava" a "linha" partidária (GARCIA, 1997). De toda maneira, os militantes, ante as ordens emitidas pela cúpula, se interessam, sobretudo, pela construção regular de uma estrutura local baseada nos hábitos, comportamentos, imagens, ritos etc. Nesse sentido, ao pensarmos sobre os sentidos da ação política, suas motivações e suas recompensas, devemos considerar os partidos comunistas como uma coletividade altamente promotora de mensagens e símbolos comoventes, alianças afetivas e práticas comunitárias.

No período de legalidade, as obrigações partidárias eram exaustivas e contínuas: organizar e divulgar eventos musicais, artísticos ou esportivos; coordenar sindicatos nos locais de trabalho; preparar, participar e/ou intervir em comícios públicos; ocupar as ruas; escrever e/ou publicar, bem como vender e propagandear os jornais e as revistas comunistas; distribuir panfletos; pinchar muros; ser piquete de greve; fazer e exibir cartazes; coletar assinaturas em abaixo-assinados; comprar e vender rifas; arrecadar fundos; quitar a

mensalidade; recrutar novos membros; defender a insígnia do partido e ser receptor/emissor de sua ideologia; viajar representando o PCB em eventos sindicais ou partidários etc. Para mais, o autêntico comunista deveria sistematicamente participar das reuniões hebdomadáriasdas células (sendo que, em alguns casos, uma multa era prevista para os ausentes) (MONTEIRO, 2017). Mas os encontros semanais não eram apenas uma formalidade institucional e burocrática, eles se constituíam também como um espaço de convivência e sociabilidade. Neles, debatiam-se sobre os temas da política nacional além dos temas da vida corrente, do bairro, da cidade e do próprio grupo. Daí surgia tanto os sentimentos de entusiasmo e de cumplicidade quanto os sentimentos de mágoa e de rancor. Os relatos das mulheres negras atestam, de uma parte, as tensões, as desavenças ou mesmoas práticas de inferiorização (sexismo e racismo), mas de outra parte, eles atestam igualmente a estima, a dedicação, o compromisso e a cooperação.

Segundo Monteiro (2014), os militantes comunistas eram pessoas oriundas de diversas classes sociais: profissionais liberais, intelectuais, professores, jornalistas, estudantes, artesãos, operários, lavradores, donas de casa, empregadas domésticas etc. Tratava-se, assim, de uma organização composta por indivíduos com diferentes trajetórias; em comum, tinham a ideologia e a militância. Nesse sentido, os projetos e as atividades eram por vezes conflitantes e contraditórios. No entanto, o engajamento, bem como a permanência no grupo, eram garantidos pelas ligações afetivas (tendências, emoções, paixões...) que os membros construíam por meioda ideologia e do aparelho partidário e, principalmente, com os companheiros.

Um dos principais fatores de adesão a uma organização política é a ideologia, e esta consiste em um sistema de ideias e de sensibilidades. Ela não é apenas o fruto de um programa intelectual e racional, mas se fundamenta, em particular, a partir da junção entre linguagem e sensações. Inclusive, o próprio aparelho partidário, no que lhe diz respeito, também não é um objeto completamente neutro ou apático, visto que no campo das subjetividades oferece conforto e confiança, e significa, na perspectiva dos militantes, uma associação digna de admiração e respeito (BERSTEIN, 2003). Mas, com um peso superior aos pontos previamente citados, as ações políticas eram, segundo Monteiro (2017), definidas, especialmente, com base nas experiências vividas em grupos, nas quais se compartilhava a convicção, a camaradagem e a determinação.

Nesse sentido, observam-se vínculos afetivos entre os participantes e a organização, assim como vínculos afetivos dos participantes entre si. De início, veem-se ligações dos

militantes com a ideologia e o aparato simbólico comunista, sendo estes permeados por discursos e propagandas de apelo emocional – com enorme potencial de propensão ao envolvimento, dedução e sugestão. Isto é, na dinâmica de divulgação dos ideais, além dos argumentos lógicos, os comunistas procuravam de preferência convencer pelo sentimento. Em seguida, veem-se ligações dos militantes com o aparelho partidário, pois na execução das tarefas cotidianas integravam em si o entusiasmo intrínseco a doutrina e a comoção inerente aos signos do partido. Por fim, veem-se ligações entre os próprios militantes, que acima da afinidade com uma causa, propiciavam a consolidação de laços de amizade. Por sua vez, estes aspectos garantiam uma forte identidade social. Assim, os elos de afeição e a rede de solidariedade, o compartilhamento de interesses comuns e o sentimento de pertencimento a um grupo, lhes ofereciam um importante horizonte de expectativas e lhes permitiam se reconhecerem como membros ativos do porvir contemplado (MONTEIRO, 2014).

Sobre os aspectos afetivos durante sua prisão, Maria Aragão relatou:

> Era 1951, época de turbulências na nossa terra, mas eu via a solidariedade. Iam pessoas do povo me visitar. Só pessoas do povo, só pessoas do povo me visitar. Não podiam falar comigo, mas enchiam o corredor, ficavam no corredor e me levavam presentes, frutas e biscoitos, foi emocionante esse período. (...) Ao sair da prisão, o nosso povo é interessante, deu-se aquela prova de solidariedade (...) e minha clínica cresceu. Interessante, passei a ter muito mais clientes depois que saí da prisão. Creio que passaram a me admirar mais. Talvez, passaram a me admirar pela minha reação na prisão. A cidade toda soube como é que eu tinha reagido e cresceu minha popularidade, cresceu o meu conceito no meio do povo. Hoje eu sei que sou estimada nesta cidade, talvez até amada. Mas, eu costumo explicar assim: Amor com amor se paga. Mas no Estado todo, toda gente, mesmo os que não concordam comigo, até os anticomunistas me respeitam. (ARAGÃO, 2015, p. 97-100)

Vale lembrar que Maria Aragão desempenhou diferentes papéis no interior do Partido: inicialmente, atuou como militante de base, mas, rapidamente, atingiu os "quadros intermediários", sobretudo quando retornou ao Maranhão com o objetivo de ser uma das coordenadoras do comitê municipal de São Luís e, finalmente, alguns anos depois, firmou-se como liderança, realizou comícios, dirigiu o Jornal *Tribuna do Povo* e a casa de edição *Vitória* e, no nível estadual, o Partido Comunista. Indubitavelmente, o fato de Maria Aragão ter sido professora, médica e jornalista contribuiu para sua ascensão. Inclusive, sua notoriedade excedeu os limites regionais e, no momento de sua prisão, em 1951, recebeu importante apoio do contingente feminino carioca atuante na Federação de Mulheres do Brasil (FMB), entidade dirigida pela comunista maranhense Arcelina Mochel, então residente da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o relato, Maria Aragão, ainda estudante de medicina na capital federal, entrou no Partido Comunista por intermédio de Celina e Eline Mochel, sendo que Eline havia sido sua colega na universidade e, com ela, em meados dos anos 1940,

trabalhado na Liga da Defesa Nacional.[92] Contudo, até o presente momento, não foi possível identificar uma relação de parentesco entre essas três militantes.

De todo modo, enquanto referência política, Maria Aragão simbolizou o ideal dos membros do partido. Nesse sentido, em 1951, ao ser questionada sobre as práticas profissionais e as consequências da prisão de Maria Aragão para a comunidade maranhense, a população da cidade de São Luís, entrevistada pelo jornal *Imprensa Popular,* relatou o auxílio ininterrupto que a líder feminina ofereceu e, além disso, indicou o partido comunista como a opção mais viável de participação política para as classes populares.

> Procuramos ouvir a massa popular sobre a prisão da líder comunista Maria Aragão. Estivemos nos bairros atingidos pelos incêndios, onde famílias inteiras se encontram desabrigadas, dormindo ao relento numa situação de miséria e fome. No bairro de Goiabal, Jovina Alencar, mãe de cinco filhos, afirmou que deve a Maria Aragão a vida de dois filhos seus, que se encontravam gravemente enfermos. "(...) Toda sua vida tem sido entregue à ajuda ao povo humilde medicando grátis e ainda fornecendo remédio." Tinham razão os comunistas. Judith Moreira, do bairro Caratatius, afirmou que os comunistas são os únicos que diziam honestamente qual o caminho a seguir. O governo traiu o povo, mandando incendiar suas casas. As Oposições traíram o povo abandonado-o a fim de entrar em conchavos em busca de cargos. (...) Só os comunistas permanecem fieis ao povo, mostrando o caminho justo da luta revolucionária pela conquista de um governo capaz de arrancar o povo da miséria. (...) Os comunistas não traem. (QUINTILIANO, 13/10/1951, p. 03)

Posto que para muitos membros do partido a doutrina não era algo patente – mesmo se esses integrantes, em diferentes níveis culturais, tivessem opiniões e princípios próprios –, foi principalmente sob o aspecto de uma cultura política difusa que a filosofia comunista se firmou. Em outras palavras, nota-se, em um grau mais elementar da militância, a propagação de ideias e convicções que, sem se fundamentarem exclusivamente nos projetos da entidade ou em produções escritas de intelectuais, foram construídas a partir dos debates e/ou das atuações informais dos militantes em algum ambiente do cotidiano. Neles, os objetivos e as normas veiculadas são coletadas, compreendidas e empregadas de diferentes maneiras (CHARTIER, 1995). Assim, os pontos de vistas dos maranhenses, sobretudo no Jornal *Tribuna do Povo*, confirmam, pelo simples fato de não serem resultantes de embasamentos teóricos, que indivíduos comuns, como era o caso da maior parte dos comunistas, tinham competência para pensar por si mesmos e formular análises segundo seus raciocínios e suas experiências diárias (BERSTEIN, 2003).

---

[92] Esta, em conjunto com a União Nacional dos Estudantes (UNE), articulou o movimento de conscientização da população contra os países do Eixo nazifascista e a favor dos Aliados. Durante a segunda guerra mundial, a LDN promoveu três campanhas: a expedição de militares para a Europa - efetivada entre julho e novembro de 1944; o amparo material (alimentos, roupas, objetos de uso pessoal) para os soldados brasileiros no *front*; a formação de uma infraestrutura para sustentar o esforço de guerra. Outrossim, a LDN se tornou um importante órgão de atuação dos opositores do Estado Novo (RODEGHERO, 2006).

Naquele período, o ano de 1945, a reorganização do PCB foi intensa e muito bem-sucedida. Além de importante resultado nas eleições, a agremiação formou comitês, organizou comícios e publicou diversos jornais. Mas tal empenho nas atividades políticas o fez tornar-se, sobretudo a partir do segundo semestre, alvo privilegiado do aparato policial. Ainda sob a presença dos instrumentos legais da ditadura, como a Constituição de 1937 e o Tribunal de Segurança Nacional, surgiram os primeiros indícios da repressão. O objetivo doravante era atuar contra "os excessos da propaganda comunista" (RODEGHERO, 2006, p. 196).

Nos primeiros momentos, marcados por esperanças e possibilidades quanto à abertura democrática, eram profusos os apelos de entusiasmo com os futuros projetos democráticos de conciliação e colaboração. Frequentemente era invocada com efervescência a responsabilidade social dos trabalhadores. Assim, observa-se no tratamento dado pelos jornais a tais temas uma presença limitada de coerção política. Naqueles dias de "sensibilidade de esquerda", segundo as palavras de Iumatti (1999, p. 51), houve várias greves nos grandes centros urbanos do país e estas, em alguns casos, expandiram-se para as cidades do interior dos Estados nacionais. Mas era tempo de incertezas e, nessa perspectiva, havia um quase-consenso formulado em torno da conveniência da ordem e da unidade nacional. As greves eram matérias tratadas pela imprensa, mas o interesse principal no primeiro semestre de 1945 era a necessidade da manutenção das regras institucionais. No entanto, a mobilização política da "laboriosa e ordeira" (RODEGHERO, 2006, p. 200) classe trabalhadora foi rapidamente citada como induzida por agentes do comunismo. Inicia-se assim a progressiva deterioração na forma de analisar as manifestações grevistas, as quais foram, a partir de então, reiteradamente indicadas como resultado da obra daqueles que supostamente eram capazes de pôr em perigo as condições da normalidade democrática. Em 1946, a tolerância com a esquerda, assim como as resoluções de cooperação, se reduziram radicalmente.

O ano de 1946 foi então marcado por uma alteração do clima político: interdição de comícios comunistas e associação sistemática entre as greves e o PCB. Na verdade, antes mesmo da promulgação da nova Constituição, cujo trabalho de concepção foi instaurado no dia 02 de fevereiro, o governo Dutra legitimou uma série de medidas de caráter coercitivo. No dia 15 de março, o presidente ratificou o Decreto-Lei 9.070 que objetivava eliminar o direito de greve ou, como instrumento de pressão dos trabalhadores, torná-la inóxia. Na continuidade, o Ministério do Trabalho suspendeu as eleições e as intervenções nos sindicatos e, além disso, esse decreto garantiu a permanência da legislação sindical de orientação

corporativista. Ainda no mesmo mês, Dutra inaugurou uma dinâmica política de criminalização do partido. Considerando ser o PCB uma "organização internacional a serviço de Moscou", investigações foram iniciadas. Paralelamente, foi solicitado ao Tribunal Superior Eleitoral o cancelamento de seu registro, demanda que, por seu turno, firmou-se, no ano seguinte, com a declaração de sua antijuricidade. Aliás, foi interditada, com a proximidade das comemorações do primeiro de maio de 1946, a realização de comícios. Tais mobilizações, vedadas em espaços públicos abertos, nesse dia só poderiam ser executadas no interior dos sindicatos e segundo as diretivas do programa do Ministério do Trabalho. Por fim, o Departamento Federal de Segurança Pública expediu a todas as repartições governamentais uma lista com os nomes dos servidores comunistas. Estes últimos, principalmente os que exerciam cargos de confiança na administração, deveriam ser afastados, não foram demitidos da função pública, mas perderam seus postos e/ou foram transferidos de setor.

Ainda nesse quadro, a Polícia do Distrito Federal, dirigida por José Pereira Lira, tratou com rigidez as inúmeras atividades comunistas e sindicais. No dia 23 de maio, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, um comício convocado pelo PCB, tendo como objetivo comemorar o aniversário da sua legalidade, foi violentamente desfeito. Os agentes estatais, com 48 horas de antecedência, modificaram o local destinado à sua realização, porém os comunistas optaram por fazê-lo na zona preliminarmente prevista e, desde o início da tarde do dia 23, os manifestantes começaram a se agrupar. Como resposta, a Polícia Especial se dirigiu até o ponto de encontro para dispersar a multidão e, em seguida, foi sucedida pela cavalaria da Polícia Militar. Diante da repressão os participantes declaravam: "Abaixo a reação", "O povo quer liberdade" e, simultaneamente, vaiavam as forças de ordem. A polícia, por sua vez, disparou tiros e no conflito houve trinta e quatro feridos e um morto. Após esse episódio, foram proibidos os comícios públicos em geral e, a partir de então, tais eventos seriam empreendidos somente em espaços fechados e com o consentimento da polícia (RODEGHERO, 2006).

Na sequência da campanha anticomunista, o jornal *Tribuna Popular*, situado na cidade do Rio de Janeiro, nos meses de julho e agosto de 1946, foi vítima de diferentes confiscações, mas não sem protestos em prol do livre-exercício da profissão e do inalienável direito de crítica, os quais seriam requisitos imprescindíveis para a verdadeira efetivação da recente democracia. Tais atitudes, do ponto de vista de Pereira Lira, eram justificadas pelo fato da entidade estar induzindo a população a perpetrar atos criminais contra a ordem social. Além disso, a Polícia do Distrito Federal também escusou a apreensão do material do

Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Essa organização comunista, criada em abril de 1945, rapidamente se destacou no âmbito das mobilizações populares. Seu principal objetivo era promover uma ação de sindicalização em massa e, dentro do sistema corporativo vigente, introduzir militantes comunistas nos postos de liderança, sendo que Prestes já intencionava transformar o PCB em um partido de massas, não somente um partido de operários, mas um partido representante de diferentes grupos sociais (MACEDO, 2013).

O anticomunismo foi então um dos itens centrais na transição entre um ambiente de abertura política, consolidado no ano de 1945, e outro ambiente de repressão, consolidado nos anos de 1946 e 1947, com o restabelecimento da perseguição aos militantes e as manifestações populares em geral. Contudo, o retorno de Maria Aragão a São Luís durante o início do período de legalidade, uma mudança residencial realizada com o objetivo de fortalecer a estrutura do PCB na sua região natal, revelou algumas práticas de opressão empreendidas já no primeiro semestre de 1945, sendo iniciadas principalmente pela Igreja Católica, visto que a doutrina comunista representava uma ameaça séria para a instituição. Assim, Maria Aragão, importante figura do partido e que atuou inclusive no interior do Estado do Maranhão, na cidade de Codó, além de ter sofrido inúmeros insultos, foi vítima de apedrejamento, uma ação de violência que, conforme seu relato, foi comandada por um padre (ARAGÃO, 2015).

Um jornalista do periódico *Imprensa Popular*, alguns anos depois, descreveu esse episódio:

> Foi ainda sob o calor da campanha pela anistia em 1945, que Maria Aragão chegou em S. Luiz, depois de alguns anos de ausência da terra natal. Havia ingressado no Partido e voltava cheia de esperança no futuro para, não só exercer sua profissão de médica, como para dedicar a maior parte de sua vida às grandes lutas do proletariado. Nos comícios pela constituinte, nas praças e subúrbios de S. Luis, ela se fez logo grande oradora e intérprete das massas. Há dois meses, poderíamos encontrá-la na labuta cotidiana, entre seus clientes pobres e o Partido, ora salvando vidas, ora interpelando os transeuntes para comprar um jornal, assinar o apelo de paz ou ainda até tarde da noite na redação de Tribuna do Povo, que está sob a sua direção. (...) Foi ainda nos dias de 1945, na campanha eleitoral, que Maria enfrentou, pela primeira vez, a polícia. Chegara em Codó para apresentar ao povo os candidatos de Prestes. O padre levou uma multidão de fanáticos para linchá-la e expulsá-la da cidade. A polícia deu-lhe ordem de prisão, usando de violência e Maria reagiu, quebrando o guarda-chuva na cabeça do delegado. A multidão se dispersou, voltando pouco depois para receber sua assistência médica. (VIEIRA, 13/12/1951, p. 02)

As ações anticomunistas do governo Dutra, apoiada por outros setores da sociedade civil – empresários, intelectuais e especialmente religiosos, considerados por Motta (2000) como o grupo mais empenhado a atividades adversas – foram, na verdade, uma sequência direta da política iniciada por seu predecessor. Vale destacar que no momento das eleições de

dezembro de 1945, foi constituída a primeira coalizão PTB-PSD, sendo os dois partidos fundados a partir do primeiro semestre do mesmo ano, sob a orientação do chefe do governo Getúlio Vargas.

Nas vésperas da manifestação eleitoral, em 1945, o PTB não havia apresentado nenhum postulante ao pleito presidencial, porém, divulgou uma mensagem aos trabalhadores sugerindo o voto legislativo no PTB e o apoio a Dutra, o qual se comprometeu em colaborar com ambos os programas, e em particular no que corresponde às "atuais leis trabalhistas e de amparo social." (D'ARAÚJO, 1996, p. 35) O emblema "Ele disse, vote em Dutra", foi decisório para os rumos do escrutínio. Assim, o pronunciamento de Vargas, segundo Gomes (2002), era algo que teria como resultado a neutralização dos adversários políticos devido a seu extraordinário prestígio junto aos setores populares.

Este contexto me direcionou ao subcapítulo seguinte, no qual examinei o Movimento Queremista, consolidado em abril de 1945. Tal movimento, tornando-se em apenas alguns meses uma organização ampla e centralizada, foi fruto de mobilizações populares em prol da continuidade do regime de Vargas. Acima de tudo, porém, ele representou uma importante expressão de aprendizagem cívica, já que o objetivo do movimento queremista foi reivindicar a soberania popular – o voto direto e o direito de escolher os representantes políticos –, além de operar para garantir a manutenção dos benefícios da legislação social. Evidentemente, sua emergência enfática o fez ser cooptado pelo chefe do executivo, convertendo-se de modo ordenado no PTB. Com o objetivo de este ser a primeira e única opção institucional para a atuação política da classe trabalhadora, o partido varguista se constituiu, desde o início, como um contrapeso ao partido comunista. Assim, analiso brevemente a relação entre o PTB e o PCB na cena política até 1964, supondo que grande parte dos integrantes do movimento queremista e, mais tarde, possíveis eleitores do PTB, eram de origem negra.

2.4 PTB e PCB (1945-1964): a disputa pelo movimento operário e sindical

O PTB, organizado com o apoio governamental de Getúlio Vargas em maio de 1945, somente um mês depois da criação da UDN e do PSD, articulou-se principalmente no âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, além disso, representou um projeto de organização partidária coordenado exclusivamente pelos dirigentes sindicais (GOMES, 1994). Um de seus objetivos era elaborar uma alternativa inédita para o recrutamento político da classe operária, sendo que durante o governo ditatorial, esse grupo social, por um lado,

beneficiado pela legislação trabalhista, também foi, por outro lado, privado de autonomia organizacional e ideológica. Ou seja, suas atividades eram submetidas à aprovação governamental e seus espaços associativos eram utilizados para divulgação da propaganda oficial, acarretando assim na formação de "pelegos", lideranças sindicais que enalteciam forçosamente os preceitos do Estado, enquanto que paralelamente diferentes setores populares, desmobilizados da defesa e da coordenação de seus interesses, observavam na figura de seu representante o "herói" ou o "provedor" das suas demandas. Nesse sentido, o PTB simbolizava claramente o ápice da máquina corporativista cuidadosamente montada durante os anos 1930-1940 (BATISTELLA, 2015).

Diante do iminente fim do Estado Novo, Vargas começou a pensar uma estratégia política a fim de lhe garantir perenidade no poder. Em dezembro de 1944, ele anunciava oficialmente a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, ainda durante seu governo, para, em seguida, ser realizado o pleito presidencial, havendo em tal encaminhamento a explícita defesa de sua candidatura, embora sua posição dúbia quanto a essa expectativa. Seja como for, Vargas pretendia preparar uma transição democrática controlada, na qual dirigiria a constitucionalização do país, bem como a legislação e o ato eleitoral, já que a formulação desses projetos e, sobretudo, a realização dos mesmos sob sua égide, eram fatores totalmente decisivos para sua posterior carreira na vida pública.

À vista disso, a oposição temia vigorosamente os planos e as manobras continuístas do ditador. Eram enfáticas as suspeitas de que Getúlio Vargas preparava um novo golpe. Vale ressaltar que, entre fevereiro e outubro de 1945, o chamado Queremismo defendia ativamente sua permanência no cargo executivo (GOMES & D'ARAÚJO, 1987). Tal corrente, o Movimento Queremista, baseado no lema "Queremos Getúlio" e "Constituinte com Getúlio", cuja justificativa era atuar em prol de sua próxima candidatura, promoveu diferentes manifestações e comícios e, sem demora, formou comitês em todo o país. Seus participantes eram pessoalmente recebidos pelo presidente. Normalmente, uma reunião era marcada em certo ponto da cidade do Rio de Janeiro e, logo após o fim das intervenções dos oradores, os integrantes dirigiam-se até o Palácio do Catete. Neste local, o estadista dialogava com as massas e/ou com uma comissão.

Tratava-se, no início, de aglomerações de trabalhadores dispersas e pouco articuladas. Segundo Ferreira (2002b), vários grupos sociais de origem modesta, indignados

com determinados protestos pela democracia,[93] contestaram a elite política que naquela ocasião inaugurara ataques públicos contra Vargas.[94] As virulentas críticas das oposições veiculadas nos jornais, estando estes, por sua vez, predominantemente hostis ao presidente, passaram a citá-lo como fascista, demagogo, opressor e, consequentemente, desqualificaram a legislação trabalhista, principalmente no que corresponde ao caráter autoritário da formação de sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho. Assim, diferentes coletividades reagiam, porém nos meses seguintes o queremismo, com entusiasmo e aspiração, tornou-se um movimento amplo e com organização centralizada (D'ARAÚJO,1996).

Se, em fevereiro e março, algumas camadas da sociedade se exprimiam espontaneamente sempre que Vargas era ofendido, já, em abril, o conflito revelava características mais nítidas, sobretudo no âmbito ideológico, e um novo protagonista, os trabalhadores, reemergiam-se na cena política. Na imprensa surgem as legendas "queremos", "nós queremos" e, por fim, "nós queremos Getúlio" e, em maio, embora ainda sem liderança e difusão oficial, o queremismo conquistou as classes populares, uma incrível mobilização somente comparável, até então, à da Aliança Nacional Libertadora. Em julho, foi fundado o "Comitê Pró-Candidatura do Sr. Getúlio Vargas". Em agosto, uma ação nacional, desta vez regulada e dirigida, foi iniciada em diferentes regiões. No dia 20 do mesmo mês, ocorreu um grande comício e, ato contínuo, até a deposição de Vargas em 29 de outubro 1945, várias outras formas de atuações públicas foram executadas (QUELER, 2015).

É certo que, no plano institucional – Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e Ministério do Trabalho –, foram empregadas as modernas técnicas de coordenação e divulgação. Os trabalhadores eram explicitamente identificados como suporte fundamental do Estado Novo. No entanto, esse apoio axiomático a Vargas representava, acima de tudo, relevante experiência de aprendizado cívico, visto que, em curto prazo, mas afinados com os preceitos inerentes ao regime democrático, os queremistas agiram em proveito de suas vontades como cidadãos. Eles reivindicaram um dos principais princípios desse sistema: a

---

[93] Como, por exemplo, em fevereiro de 1945, quando os ríspidos pronunciamentos dos estudantes universitários na Praça da Sé foram interrompidos por uma multidão que batia panelas e declarava: "Nós queremos Getúlio!"

[94] Em defesa das eleições livres, a entrevista de José Américo de Almeida, publicada no dia 22 de fevereiro de 1945, rompeu com o silêncio imposto pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A censura prévia vigente foi, nesse dia, transgredida por um membro do próprio governo. Pressionado, Vargas finalmente decretou em 28 de fevereiro de 1945, a Lei Complementar nº 9, estipulando as regras e a data das eleições diretas para os Poderes Executivo e Legislativo que seriam realizadas em 02 de dezembro de 1945. De acordo com as diretrizes, o atual chefe de governo poderia concorrer ao pleito. Concomitantemente, Vargas decretou em abril anistia geral para todos os presos políticos assim como autorizou em maio a liberdade de organização e a fundação de partidos políticos.

soberania popular, a qual correspondia ao voto direto, bem como à liberdade do povo na escolha dos próprios candidatos.

Do ponto de vista dos queremistas e, consoante a propaganda oficial, "Queremos Getúlio" seria a única garantia da manutenção dos benefícios da legislação social.[95] Tanto é que, nesse período, essa última foi delineada nas expressões "trabalhismo" ou "getulismo" – sem que houvesse variação concomitante do significado. Mais adiante, os trabalhadores procuraram refinar sua proposta e, sem tardar, foi reivindicada uma "Constituinte com Getúlio". Nessa inédita concepção, era indispensável sua permanência no governo para controlar a introdução dos direitos sociais em uma Carta, pois a democratização poderia seriamente prejudicar as bases das demandas obtidas desde 1930. De acordo com Ferreira (2002b, p. 76), "da simples personalização da política com a palavra de ordem 'Getúlio, com ou sem Constituinte', o movimento passou a reconhecer a necessidade da própria institucionalização da política por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte."

De todo modo, o fato é que o queremismo significou essencialmente a expressão dos interesses dos trabalhadores. A defesa de medidas que, com efeito, alteravam por completo a vida cotidiana destes e lhes concediam favoráveis perspectivas futuras, tanto materiais como simbólicas. Doravante, referindo-se às elites como protagonistas, ou ao menos como agentes ativos e decisivos, os trabalhadores entraram em cena como aptos a interferir na história através de sua ação. E, sem nenhuma pesquisa prévia, podemos igualmente supor que grande parte dos queremistas, caracterizados por Ferreira (2002b) como de origem modesta, era negro. No livro *Memórias das Mulheres do Exílio* (1980), ao ser entrevistada, Arabela Pereira Madalena, apresentada sob o codinome de Célia, sem se posicionar diretamente sobre a participação política de seus pais, relatou a importância da figura de Vargas para os membros da família e da comunidade. Ela afirmou: "O Getúlio era o pai deles, pra meu pai, minha tia e minha mãe. Poxa, o que eles choraram no dia da morte... eu nem entendi. No grupo escolar a professora mandou voltar, tava todo mundo chorando." (CÉLIA,1980, p. 257) Ainda conforme Ferreira (2002b, p. 84), "resgatando crenças, ideias, tradições, sensibilidades e valores políticos presentes entre os trabalhadores, antes e depois de 1930, e 'dialogando' com esses trabalhadores, o queremismo mobilizou-os como classe social, com consciência de sua identidade coletiva." Seu desfecho foi, entretanto, sua cooptação e burocratização no PTB.

---

[95] Observa-se também nesse movimento político-popular a intenção de atribuir os direitos da legislação aos trabalhadores do campo, visto que esses direitos até então eram aplicados apenas aos trabalhadores urbanos (QUELER, 2015).

Imagem 10: Homens e mulheres queremistas em frente ao Palácio Guanabara 1945.

Fonte: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/Queremismo

O PTB foi, nesse sentido, um meio oficial para orientar o movimento queremista. Ciente de sua conjuntura – formação de um grupo com um fim específico, importante número de aderentes e pouco monitoramento –, um partido foi de imediato imaginado pelo governo, principalmente pelos funcionários Agamenon Magalhães, ministro da Justiça, Marcondes Filho, ministro do Trabalho e Joséde Segadas Viana, diretor do Departamento Nacional do Trabalho (DNT). Em outras palavras, o PTB foi um projeto atentivamente refletido e avaliado pela cúpula ministerial e corporativa vinculada ao poder executivo. Vargas pretendia promover a congregação dos trabalhadores em uma organização de cunho eminentemente continuísta, a qual se consagraria à preservação de sua obra social. Assim, o destino dos comitês queremistas, independentemente do resultado das eleições, deveria ser sua conversão em diretórios do PTB, sendo estes, e não o Partido Comunista, a melhor opção formal para a participação política dos trabalhadores (GOMES & D'ARAÚJO, 1987).

Aliás, naquela ocasião, o Partido Comunista, recentemente legalizado após anos de clandestinidade e cuja influência vinha progredindo, tanto no movimento sindical quanto no conjunto das camadas populares da sociedade, também aprovou a campanha "Constituinte com Getúlio". O impasse da candidatura de Vargas, na lógica do Partido, não tinha um caráter urgente. Se bem que o PCB teria mais vantagens com a nomeação de Vargas por voto popular, devido à aproximação de ambos através da linha política de "União Nacional",

proposição segundo a qual a organização partidária optou, em agosto 1943, pela colaboração incondicional com o Estado Novo que se opunha ao nazifascismo e, ademais, em abril de 1945, conforme as alianças definidas durante a guerra, Vargas havia reatado as relações diplomáticas com a União Soviética (PUERTAS, 2008). Porém, segundo seu dirigente Luiz Carlos Prestes, ato inadiável era a convocação de uma Assembleia Constituinte, considerando que o triunfo do novo regime no país estava sujeito à sua imperativa efetuação.

> O governo que aí temos é um governo de fato e qualquer eleição presidencial, enquanto estiver em vigor a Carta de 1937, inaceitável para qualquer patriota consciente, nada mais significa do que a simples mudança de homens no poder, a substituição de um governo de fato por outro governo de fato, igualmente armado dos poderes vastos e arbitrários que confere ao Executivo a referida Carta. (PRESTES, S/D, apud PRESTES, 2006, p. 179)

Eis sua explicação sobre a exigência de promover eleições gerais para a Constituinte e, em consequência, avançar o pleito presidencial para uma data ulterior, posição amplamente corroborada por Vargas desde fins 1944, mas que, no que diz respeito a Prestes, evitaria que o novo chefe de Estado exercesse o governo conforme as regas da magna-carta de 1937. Melhor dizendo, o governo a ser eleito, uma vez previamente revogado o regulamento vigente, seria obrigado a dirigir o país no cumprimento dos recém-adquiridos preceitos. Além disso, essa estratégia agiria em favor da imediata construção de instituições democráticas, bem como em favor da confirmação da existência e da ação do Partido Comunista, visto que a lei deveria certificar a total liberdade de expressão, de consciência, de opinião, de reunião e de associação política. Dessa forma, sua proposta fundamental era a rápida promulgação de uma nova Constituição. Segundo Rodeghero (2006, p. 180),

> para os comunistas a ditadura significava o golpismo, a sobrevivência do fascismo, o fechamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) e, a partir de 1947, as maquinações do imperialismo norte-americano. Democracia, por sua vez, seria a efetivação do quadro desenhado desde 1943 e defendido por Prestes ao sair da prisão depois da anistia, a União Nacional: o esforço conjunto de todos os interessados na manutenção da ordem, no apoio a Getúlio Vargas, na derrota completa do fascismo e na solução de problemas como a carestia de vida. Neste quadro, cabia a livre-organização do PCB, sua participação nas eleições, sua voz nos parlamentos, a possibilidade de fazer comícios, organizar células, publicar jornais, enfim, fazer parte do jogo político e influenciar a opinião pública. (...) Pode-se ver que os apelos à ordem, à vigilância, à unidade, à fraternidade estavam associados a alguma concepção de "União Nacional".

Em meados 1945, ano no qual foi consolidado um quadro de calendário eleitoral, anistia e legalização dos partidos políticos, Prestes formou uma aliança com Getúlio Vargas. Todavia, sua atitude, embora coerente com seus interesses políticos e com a conjuntura nacional, não foi totalmente bem recebida pelo conjunto dos militantes. Assim, alguns setores da esquerda criticaram duramente seu prognóstico. Sua resolução foi incompreendida,

acarretando de imediato diversas polêmicas e dissidências no interior do PCB. Tais segmentos viam a conduta do líder como um processo restritivo às alternativasde ascensão política das classes trabalhadoras.[96] Seu apoio à campanha "Constituinte com Getúlio" gerava assim aflição e ansiedade (MACEDO, 2013). Inclusive, desde 1943, alguns dos militantes comunistas, sobretudo aqueles que haviam sido presos e torturados, já vinham se divergindo quanto às possíveis repercussões da questão da "União Nacional"[97] (RODEGHERO, 2006).

Mas é preciso enfatizar que o partido não interviu pela continuidade de Vargas no poder. Não se tratava de rejeitar o passado e prestigiar aquele que o reprimiu e lhe privou de liberdade. Na realidade, o Secretário-Geral do PCB exigia eleições presidenciais democráticas, deduzindo que para tal era crucial que fossem executadas em um outro contexto institucional. Além disso, sua conduta poderia se revelar um recurso viável para a mobilização das classes populares. Depois de anos na clandestinidade, o PCB achava-se defasado quanto à sua relação política e ideológica com os trabalhadores, estando estes motivados pelo movimento queremista. Por fim, pleitear pela publicação de uma nova Lei Magna, representativa da correlação de forças entre as classes sociais no Brasil, significava, pelo menos na visão de Prestes, um meio eficaz de impedir o golpe dos grupos conservadores[98] (PRESTES, 2006). Assim, o PCB foi aliado do Queremismo, sem que isso significasse evidentemente a renúncia de suas identidades respectivas. Em todo o caso, essa proximidade foi extinta com a queda de Vargas. A partir daí, a tática dos dois grupos foi derrotada e, concomitantemente, foram distribuídas as regras finais da competição eleitoral.

Nessa disputa dois partidos se destacaram: o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). O PSD apoiou a candidatura do general Eurico Dutra,

---

[96] Nos primeiros meses de 1945, os comunistas se posicionaram em diversas facções, estando entre as mais significativas o Comitê de Ação e a Comissão Nacional de Organização Provisória (Cnop). "Os cnopistas, alinhando-se à URSS, propugnavam o apaziguamento de todos os conflitos sociais a fim de que Vargas fosse apoiado em seu esforço de guerra contra o fascismo, enquanto os comunistas do Comitê de Ação mostravam-se mais propensos a aliar-se às demais correntes opositoras pela derrubada do ditador e a colocar-se ao lado dos trabalhadores em suas reivindicações imediatas." (IUMATTI, 1999, p. 48). A primeira linha política, os cnopistas, foi vitoriosa.

[97] Essa tese admitida em agosto de 1943, durante a realização da II Conferência Nacional do Partido, também conhecida como Conferência de Mantiqueira, regularmente provocou descontentamento e perplexidade.

[98] Uma conversa entre Preste e Eduardo Gomes, candidato pela UDN, revela seu receio em torno de um possível golpe. "Eu disse a Eduardo Gomes: minha posição é pela Constituinte. É claro que o Partido apoiou Getúlio, mas nunca fizemos acordo com ele. Éramos aliados tácitos. Não o hostilizávamos porque eles estavam garantindo as eleições, liberdade de imprensa e liberdade para organização do partido (...). O brigadeiro continuou conversando e, a certa altura, afirmou: 'não pode haver eleições livres com Getúlio'. Eu discordei: 'como não pode? Há liberdade de organização dos partidos, não há censura e existe liberdade de expressão. Mas vamos admitir que seja verdade: não pode haver eleições livres com Getúlio. O que nós vamos fazer para tirá-lo do poder?' Só havia uma alternativa: o golpe. Era o que eu queria que ele falasse e foi o que, em linhas gerais, ele sugeriu." (RODEGHERO, 2005, p.03)

enquanto a UDN apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Para ambos, "o estadista era o referencial, não importando se esses partidos haviam sido criados por ele, ou se nasceram contra Vargas." (HIPPOLITO, 2004. p. 22) Como acrescenta Gomes (1994, p. 133), "o sistema partidário (...) foi montado tendo como eixo divisor o 'getulismo'. Partidos pró ou contra Vargas, mas que tinham no 'getulismo' tanto um componente estratégico para sua orientação no campo das disputas políticas, quanto uma força paralela – independente e concorrente – que extrapolava os próprios partidos."

O PSD, tendo de modo igual uma origem estatal, foi formado julho em 1945. Em fins de 1944, o presidente Getúlio Vargas iniciou várias articulações com os interventores a fim de pensar sobre a conveniência de uma agregação dos diferentes agentes públicos. Nas reuniões preliminares, havia a preocupação em resolver o problema da composição de partidos: seriam eles nacionais ou regionais? Interrogado, o presidente argumentou em prol dos partidos nacionais. Em seguida, foram discutidas as ideias sobre sua organização e seus fundamentos e, para mais, foram imaginados alguns traçados sobre a lei eleitoral e a realização da próxima eleição. Decerto, era preciso decidir sobre o "tipo" de partido "situacionista", isto é, em que base se construiria sua dinâmica. Assim, ele iniciou sua ordenação nos estados, sob o controle dos interventores, agregando prefeitos (todos nomeados pelo regime), membros da gestão estadual, além de proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e etc.[99] Doravante, foi lançada a candidatura do general Eurico Dutra à presidência da República.[100]

O conjunto de seus fundadores eram personagens que tinham colaborado na administração do Estado Novo. Grandemente vitorioso nas eleições de 1945, elegendo o chefe do executivo e a maioria parlamentar, o PSD atestou sua condição de principal suporte do governo. Quanto à sua ideologia, Lúcia Hippolito (1985, p. 37) fixou o PSD como partido "solidamente instalado no *centro* político". E segundo Ferreira (2013, p. 157), "em um regime pluralista, o PSD foi o fiador da democracia-liberal brasileira. Os pessedistas deram o tom da moderação política, pelo menos até a virada dos anos 1950 para a década seguinte, tanto atuando pela negociação quanto pela 'omissão preventiva'."

---

[99] A primeira comissão diretora foi composta por Getúlio Vargas (presidente), Benedito Valadares (primeiro-vice-presidente) e Fernando Costa (segundo-vice-presidente). O primeiro diretório nacional foi constituído: Benedito Valadares (MG), Fernando Costa (SP), Agamenon Magalhães (PE), Ernâni Amaral Peixoto (RJ), Renato Onofre Pinto Aleixo (BA), Ismar de Góis Monteiro (AL), Álvaro Maia (AM) e Henrique Dodsworth (DF).

[100] Tratava-se, por fim, de oferecer um contrapeso à oposição, sendo que desde o mês de março a UDN já havia proposto o nome do brigadeiro.

Já a UDN inaugurou suas atividades como frente de oposição à ditadura Varguista. Constituiu-se, assim, enquanto associação de partidos estaduais e correntes de opinião, e foi designado como um reduto dos bacharéis ou aristocratas (BENEVIDES, 1981). Fundado em abril de 1945, foi composto por grupos oriundos de orientações políticas diversas: setores oligárquicos, militares, liberais e mesmo socialistas, aglutinados na então chamada Esquerda Democrática.[101] A UDN emergiu a partir do alinhamento político conservador e se dirigiu especialmente às classes médias urbanas. Caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico e da moralidade e pela forte oposição às políticas e à figura de Vargas. Carregado de contradições, manteve um teor elitista, autoritário e inicialmente nostálgico (em relação ao período compreendido como "antigo regime" – da Independência até a Revolução de 1930).

No que concerne ao PTB, manteve-se, por indicação do próprio Getúlio Vargas, sob a direção formal de lideranças coorporativas. E semelhante orientação ainda esteve presente na designação dos candidatos em 1945. O que se pretendia, nesse cenário, era "dar uma chance aos representantes sindicais," (GOMES, 2002, p. 05) tendo por efeito, reter no partido o símbolo do trabalhador. E de fato este seria a base efetiva da organização política.

Luís Augusto França, presidente do Sindicato e da Federação dos Empregados no Comércio Hoteleiro do Rio de Janeiro, na qualidade de presidente do PTB, no dia 17 de agosto de 1945, inscrevia em cartório o registro dos seus estatutos. Entre os fundadores, o conjunto dos membros se apresentava como preposto de algum setor da atividade sindical dos trabalhadores, ao passo que burocratas e técnicos, conquanto importantes figuras do regime, não atuavam na primeira linha. Em agosto, momento de registrá-lo no Tribunal Superior Eleitoral, o partido já dispunha de um Diretório Nacional Provisório, no qual se encontrava o nome de Hilda Leite, profissional do ramo de fiação e tecelagem, fundadora do partido e, na instância citada, representante da mulher trabalhadora.[102] Mas o programa da organização, cuja maioria dos pontos era destinada aos objetivos socioeconômicos, apesar de ter feito uma curta alusão ao direito de greve e incentivar a participação política dos trabalhadores, em tempo algum, mencionou a liberdade sindical.

Por sua vez, o partido comunista não se posicionou de forma demasiadamente combativa ou revolucionária. No cenário de legalidade, de fato, foi uma organização partidária que certificou regularmente sua responsabilidade com os princípios democráticos.

---

[101] No ano seguinte, a Esquerda Democrática abandonaria a UDN para organizar o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

[102] Encontrava-se também o próprio Luís Augusto França, presidente, além de Antônio Francisco Carvalhal, secretário, e Paulo Baeta Neves, tesoureiro.

Manteve seu espaço na competição parlamentar, sendo que a própria manutenção da ordem constitucional havia sido uma de suas principais demandas desde o início de 1945; a linha política seguida até então era moderada e conciliadora (MONTEIRO, 2014). Por outro lado, o Partido Comunista se beneficiava de um grande prestígio junto à população e se encontrava em período bem favorável para a ação, em razão, principalmente, do direito à liberdade concedida a seu líder, Luís Carlos Prestes. Suas atividades, apesar das restrições, eram toleradas, e tal como Vargas, Prestes se tornou – por meio da campanha pela anistia, consolidada em abril de 1945, e da atuação nos comícios em favor da redemocratização – um dos principais líderes populares (MOTTA, 2007). Ainda nessa esteira de pensamento, ele também operou como um extraordinário "puxador de votos". Nas eleições de 1945, concorreu à presidência da República, com a candidatura de Iedo Fiúza, e à Assembleia Nacional, sendo nomeados para essa instância quatorze deputados federais e Luís Carlos Prestes como senador.[103] Ele foi o segundo mais votado no país, precedido somente por Vargas, também eleito senador. Junto de treze entidades partidárias,[104] o PCB retomou então à cena política como a quarta força eleitoral.[105] Seu sucesso na realização dos objetivos era significativo tanto no plano eleitoral como no plano do movimento operário. Assim, a contar de 1945, depois de anos na clandestinidade, era explícita a progressiva influência do PCB, em especial nos grandes centros urbanos.

Isto posto, também eram notórias as tensões entre os trabalhadores getulistas, agregados no PTB, e os comunistas, uma vez que ambas as correntes rivalizam por posições de prestígio no setor sindical (D'ARAÚJO,1996). Aliás, Vargas tinha consciência do desempenho do partido comunista na estruturação das práticas disciplinares e organizacionais, ao passo que o partido trabalhista delas carecia, fato que poderia evidentemente se tornar uma barreira para sua consolidação como alternativa viável de participação político-partidária dos trabalhadores, e um dos principais objetivos do PTB era afastar as massas do comunismo. Em razão disso, Vargas temia novamente o espectro da esquerda. Desde o início de 1946, pessoas

---

[103] O PCB obteve o maior número de votos partidários nos grandes centros industriais, como São Paulo, Santos, Campinas, Sorocaba, Recife, Olinda, Natal e Aracaju (MONTEIRO, 2014).

[104] Aos três maiores partidos (PTB, PSD, UDN), integraram-se na cena política, em 1945, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Republicano (PR), o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Republicano Progressista (PRP), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Republicano Trabalhista (PRT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Esse foi o modelo partidário que operou, uma vez ou outra com variações, até 1965, quando a integralidade das agremiações políticas presentes no país foi despoticamente aniquilada pelo Ato Institucional n° 2, de 27 de outubro de 1965 (HIPPOLITO, 2004).

[105] Entre os primeiros estava o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

vinculadas a ele informavam-no regularmente sobre a progressão dos comunistas, mas, de toda maneira, em pouco tempo, este foi outra vez incriminado judicialmente.

Os líderes do PCB orientavam os trabalhadores a aceitar os procedimentos governamentais visando a superação das dificuldades econômicas e sociais. Todavia, como citado nas páginas anteriores, as ordens da cúpula nem sempre eram respeitadas e as greves estouravam nos grandes centros urbanos. E independentemente das atitudes contemporizadoras da entidade, os grupos conservadores os designavam como agentes do clima de instabilidade social (MOTTA, 2007). Ademais, quando indagado no Congresso sobre sua posição no caso de guerra entre Brasil e URSS, Prestes acabou por lhes oferecer repostas que mais tarde seriam usadas como provas de seu "impatriotismo". Embasado em uma dessas alegações, o advogado e ex-procurador do Tribunal de Segurança Nacional, Himalaia Virgulino, em março de 1946, encaminhou um requerimento ao TSE solicitando o cancelamento do registro do partido, o que efetivamente aconteceu em maio de 1947 e, em outubro do mesmo ano, o Senado aprovou a cassação dos mandatos (FERREIRA, 2013).

Vale lembrar também a atuação do PSD e, em menor grau, da UDN e do PTB. Rapidamente, o jornal *Brasil-Portugal*, principal órgão de divulgação das atividades do PTB, inaugurou uma "ampla campanha contra Prestes e o comunismo 'apátrida', 'fora-da-lei', e 'sanguinário'." (D'ARAÚJO,1996, p. 49) Era o prelúdio da denominada Guerra Fria. No cenário internacional, as cooperações entre os Estados Unidos e a União Soviética, anteriormente consolidadas em razão do combate ao nazifacismo, fragmentavam-se. Assim, além de reprimir os comunistas, o regime de Dutra, totalmente alinhado ao bloco capitalista, em outubro de 1947, anulou as relações diplomáticas com o bloco socialista. "O rompimento diplomático (...) deu fim a situação provisória e anômala, posto que o governo Dutra não desejava realmente solidificar tais relações. A ruptura foi ponto culminante de processo tenso iniciado em 1946, que ecoava a campanha do governo brasileiro contra o Partido Comunista." (MOTTA, 2007, p. 237)

Daí em diante, foram reformuladas as linhas político-ideológicas dos partidos, e o PTB passou a ocupar o espectro da esquerda (HIPPOLITO, 2004). Segundo D'Araújo (1996), porém, nos anos seguintes a inserção do PTB na cena política nacional foi bastante complexa, apesar de seu categórico valor político nas grandes articulações partidárias (nível estadual e federal). Quanto à orientação a lhe ser dada ulteriormente, as posições doutrinárias não eram unânimes. Seus primeiros momentos de existência foram marcados por múltiplas discórdias e sua força tem origem no carisma de Vargas e no seu discurso trabalhista, mas tais referências

não foram suficientes para evitar incertezas, conflitos e instabilidades. Aliás, o PTB também modificou radicalmente seus ofícios de mando: no início, a maioria dos postos diretivos ficou, com efeito, sob a responsabilidade formal de trabalhadores. Entretanto, a preocupação classista no recrutamento das lideranças paulatinamente desfez-se. Por conseguinte, personalidades importantes do Ministério do Trabalho, além de empresários, profissionais liberais e estadistas, assumiram abertamente os cargos de chefia. Mas o vínculo com os sindicatos nunca foi rompido e, graças a isso, em diferentes circunstâncias, dirigentes de esquerda, especialmente do PCB, ao partido se aderiram.

Em 1951, Getúlio Vargas tornou-se novamente presidente da República pelo PTB. Durante a campanha, afirmou seu compromisso com a classe trabalhadora e referiu-se ao movimento sindical – estruturado por ele mesmo após 1930 – como uma das principais bases de sustentação de seu poder e prestígio. Seu segundo mandato presidencial foi caracterizado por importantes iniciativas nas áreas social e econômica. Outro elemento que vale destacar foi o apoio do PSD durante as eleições, em vários estados nacionais seu próprio candidato, Cristiano Machado, foi preterido em favor de Getúlio. Em compensação, para os antigetulistas, inclusive a UDN, o grande vitorioso desta eleição havia sido "o discurso demagógico e as promessas messiânicas." (D'ARAÚJO, 1996, p. 58)

Como nos mostra Ferreira (2002b), era complexo para os líderes conservadores admitir que os trabalhadores teriam consciência de seus interesses e vontade política, e isso de forma categórica e irreversível. Votar no PTB e no PCB significava que doravante eles decidiriam por si mesmos. Eis aqui a visão de um periódico de direita sobre os eleitores de Vargas, que provavelmente eram homens e mulheres não brancos:

> No dia 3 de outubro [de 1950], no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalcados e justamente ressentidos, indivíduos, tornados pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da democracia berrada das janelas e automóveis, para votar na última esperança que lhes restava: naquele que se proclamava "pai dos pobres", o messias charlatão. (1950 apud D'ARAÚJO, 1996, p. 58)

Essas características lhes eram frequentemente atribuídas pelos conservadores. Entretanto, aqueles que reivindicavam a continuidade de Vargas no poder eram simplesmente trabalhadores que conheceram a sociedade brasileira sem o conjunto de leis sociais propostas após 1930 (FERREIRA, 2002b). Não se tratava dessa forma de "bagunceiros, analfabetos e bêbados" ou de ignorantes que agiam por obediência e subordinação a seu mito e sua propaganda. Ou seja, de uma lógica utilitarista, com troca de benefícios, que supunha mera submissão e renúncia de identidade. Para Gomes (1988), houve, na verdade, uma fusão entre

a lógica material (trato firmado entre o Estado e a classe trabalhadora pela concessão de direitos sociais) e a lógica simbólica imbuída no discurso governamental, cujas orientações, embasadas na filosofia trabalhista, recuperaram ideias e imagens concebidas já na Primeira República pelos próprios trabalhadores. Nesse sentido, havia pacto, ou melhor, uma permuta dirigida por princípios que articulavam as aquisições materiais com as aquisições simbólicas de reciprocidade. De acordo com Ferreira (2002b, p. 81),

> O Estado varguista não surgia apenas como produtor de bens materiais, mas também como formulador de um discurso que tomava componentes simbólicos da identidade construída pelos próprios operários no período anterior a 1930, articulava demandas, valores e tradições da classe e os apresentava como seus — além de ressaltar os benefícios sociais como uma atitude generosa que exigia reconhecimento e, fundamentalmente, reciprocidade.

O retorno de Getúlio Vargas ao poder (1951-1954) não garantiu, entretanto, o revigoramento interno do PTB. Na realidade, seu êxito incitou ainda mais os conflitos entre seus membros, por um lado, no que diz respeito às disputas em torno da proximidade com o líder e pelas distribuições de cargos e, por outro lado, no que diz respeito ao desafio da construção institucional do PTB (e mesmo do próprio sistema partidário brasileiro). Conforme D'Araújo (1996, p. 59), "Getúlio não governaria como um presidente de partido, nem o PTB se comportaria como um partido de governo."

Para uma entidade política que ascendeu ao poder de modo direto (por meio do voto popular), este não deveria ser um elemento a ignorar. No entanto, a organização e a disciplina partidária foram frequentemente menosprezadas. O objetivo principal dos petebistas foi reivindicar uma estratégia de mobilização das massas em prol do governo de Getúlio Vargas, relegando, por conseguinte, os acordos locais e os candidatos estaduais a um plano inferior. Assim, "o PTB foi a força majoritária na aliança que elegeu o presidente da República, mas não o foi na coalizão governamental." (Ibidem, p. 59)

Nas eleições seguintes, em 1955, o sistema partidário encontrava-se em processo de solidificação, e o cenário político expunha pontos de vista ideológicos mais polarizados. Ademais, consolidaram-se divergências sobre qual plano de desenvolvimento se pretendia adotar. De uma parte, havia a orientação nacionalista (com maior peso) que defendia um governo intervencionista e planejador e, de outra parte, havia uma orientação liberal que defendia a concorrência do mercado e a colaboração internacional. Outro aspecto importante desse contexto era a presença militar, que foi agenciada por grupos udenistas a fim de estruturar uma oposição ao aparelho petebista em aliança com a esquerda. O PTB, com seus

traços getulistas, nacionalistas, reformistas e sindicais, e realizando frequentes acordos com o PCB, tornou-se o principal alvo dos conservadores.

Finalmente, o PSD anunciou o nome de Juscelino Kubitschek,[106] e foi em torno dessa candidatura para as eleições presidenciais que se projetaram as negociações centrais do PTB. Este permanecia dividido, e a agremiação João Goulart[107] usou estrategicamente tal elemento para negociar o apoio de outras facções internas à organização e de outros partidos.

> A direção pessedista, liderada por Amaral Peixoto e pelo próprio Juscelino, conseguiu neutralizar as reações anti-Jango dentro do PSD. O candidato presidencial se comprometia com Jango a oferecer ao PTB as pastas do Trabalho e da Agricultura, assim como todos os cargos atinentes à Previdência Social. Os nomes seriam da livre escolha de Juscelino, à exceção das nomeações para o Rio Grande, que seriam feitas por indicação de Goulart. O PSD se comprometia ainda a aceitar o programa mínimo do PTB para o futuro governo. O programa foi aceito pelo presidente do PSD, Amaral Peixoto, que afirmava estar ele expressando "quase que a ação parlamentar dos pessedistas nestes últimos anos." Na verdade, este não era um programa com proposições alheias às demandas da época, mas em sua maior parte não foi cumprido. De qualquer forma, o PTB exercia seu papel de partido programático e podia, portanto, partir para uma aliança eleitoral mantendo sua identidade. (Ibidem, p. 107-108)

Em nome da unidade, formou-se então a aliança PSD-PTB com o nome de Goulart no cargo de vice, embora a maior parte da bancada petebista no Congresso julgasse ser essa chapa uma irresponsabilidade, pois garantia a permanência de uma atmosfera favorável a um golpe militar. E, de fato, foram intensificadas as denúncias de vínculos de Goulart e do PTB com o comunismo, principalmente após a criação no meio sindical do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT) e da posição assumida por seus dirigentes. Pertencendo a maioria ao PCB e ao PTB, durante as articulações eles optaram oficialmente pela chapa Kubitschek-Goulart. A entidade informou orientar o apoio sindical em direção dos candidatos que considerassem seu manifesto com sua pauta de reivindicações, sendo esta claramente situada numa perspectiva nacionalista e estatizante e, além disso, postulante pela reforma agrária e maiores liberdades para o movimento sindical. Mas vale ressaltar que grande parte das acusações sobre o suposto "perigo vermelho" dessa aliança política era originária dos próprios petebistas dissidentes.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o PTB propôs iniciativas para melhor definir seu programa ideológico e despojar o personalismo que tanto o determinava. A partir de então, preocupado com a questão doutrinária, ele adquiria notoriedade como partido de ideias. Assim, na X Convenção Nacional de 1957 o reformismo

---

[106] Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) foi um médico, oficial da Polícia Militar mineira e político brasileiro.

[107] João Belchior Marques Goulart (1918-1976) foi um advogado e político brasileiro.

fez-se visível. Aliás, foi aprovado o projeto que defendia o voto do analfabeto e a sindicalização rural, além de ter sido estipulada maior atenção com a disciplina interna einstaurados instrumentos de controle das oposições. Pronunciou-se também pela organização, em 1958, do I Congresso Mundial Trabalhista com a participação de partidos trabalhistas e socialistas internacionais. Finalmente, criou-se um Conselho Sindical, atestando novamente seu objetivo em disputar o monopólio da representação da classe trabalhadora.

Com tal característica, o PTB destacou-se no Congresso pela intervenção em favor de várias medidas que compunham a agenda reformista. Ao passo que Juscelino abstinha-se desses compromissos consolidados na campanha, a bancada do PTB agia de maneira energética pela Petrobrás e Eletrobrás, e inaugurava um inédito percurso político na defesa dos direitos sociais: projeto de legislação social para o trabalhador rural, regulamentação do direito de greve, reivindicações salariais e presença do empregado nos lucros das empresas e dos órgãos de governo etc.

> De todas essas medidas, a que mais gerava polêmica era a vinculada ao trabalhador rural. Por causa dela começaram a se deteriorar as relações entre o PSD e o PTB. Oficialmente, o PSD, ainda em agosto de 1958, tomou posição contrária ao projeto nº 4.264, do PIB, conhecido como Estatuto do Trabalhador Rural. Na visão do PSD, conforme declarações de seu líder José Joffily, era impossível aplicar uma lei desse teor tendo em vista as grandes disparidades regionais existentes no Brasil. Era, aliás, devido a esse argumento que, desde 1953, vinham sendo protelados os estudos e as decisões nesse sentido. Ainda durante o governo Vargas, por iniciativa do presidente, fora criada uma comissão encarregada de estudar o assunto, mas o projeto acabou engavetado sob a justificativa de não considerar a diversidade do mundo rural. Desde então a questão rural foi sabidamente a mais polêmica, e seria por causa dela, principalmente, que as relações do PTB com os setores conservadores iriam se deteriorar. (Ibidem, p. 115)

Enquanto partido aliado ao governo, o PTB respeitou as linhas políticas do presidente e do PSD e empenhou-se em expandir suas bases dentro dessa administração. Na óptica ideológica e eleitoral, no entanto, priorizou uma tática de concentração das massas e de crítica ao governo. Uma ordenação que lhe permitiu ser simultaneamente partido de governo e de oposição. Dessa forma, desfrutava dos privilégios do sistema e, em contrapartida, substanciava suas exigências reformistas por meio da ação parlamentar e de modificações em seu programa. Ademais, propiciou a formação de um vasto conjunto de coalizões, proferidas como populares, no qual agregou sobretudo os sindicatos, o Partido Comunista, o movimento estudantil e as Forças Armadas.

Com projetos nacionalizantes e estatizantes que, segundo D'Araújo (Ibidem), conferiam os impasses dos países latino-americanos aos interesses imperialistas dos Estados Unidos, o PTB aumentava significativamente seu campo de ação. Tratava-se de ampliar e

garantir os direitos sociais dos trabalhadores, mas considerando que estes só seriam totalmente alcançados com autonomia e liberdade econômica. Sob tal ponto de vista, os direitos sociais transfiguravam-se em subproduto de uma missão histórica – a emancipação nacional.

Essa orientação também correspondeu às perspectivas do partido comunista. No entanto, durante as eleições de 1950 a organização aconselhou os comunistas a votarem em branco e, em seguida, opôs-se diretamente à gestão de Vargas, designando-o como o principal "agente do imperialismo." No IV Congresso, em novembro de 1954, o partido defendeu a tese do risco iminente de colonização do país e concluiu que, para realizar o programa de soberania nacional e democratização, era necessário a queda do governo e sua alteração pelo novo regime da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), estando esta entidade influenciada pelo dinamismo do bloco operário-camponês, em coalizão com outros grupos da pequena burguesia, mas também pérvio a alguns grupos da burguesia nacional e grupos patrióticos.

> Em 1954, no documento aprovado no IV Congresso de novembro desse ano, o PCB consagra a seguinte imagem do Brasil: uma nação sob o risco iminente de ser colonizada, numa relação de completa dependência com o imperialismo norte-americano que engendraria um processo de militarização acelerada, arrastando o país à nova onda guerreira incentivada pelos EUA. Em tal lógica, os governos da época — Vargas para o Projeto de Programa do IV Congresso, divulgado antes do seu suicídio, e Café Filho, na mesma versão sancionada depois dele — só poderiam ser governos de "traição nacional", governos de "latifundiários e grandes capitalistas", na sumária nomenclatura de classe que irá ser repetida ao longo dos debates de 56-57. (SANTOS, 1991, p. 136)

Mas o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 fez oscilar a orientação política nacional, sem apresentar uma ruptura com a tradição mais influente.[108] Nesse sentido, indagou-se mais especificamente sobre a caracterização da sociedade brasileira, iniciando-se, assim, algumas modificações teóricas no partido. Ou seja, os dirigentes admitiram distinções nas forças políticas presentes na conjuntura contemporânea,[109] além de perceberem a viabilidade de construir uma Coalizão Democrática e, por fim, posicionaram-se enquanto

[108] Vale lembrar também que a repercussão das revelações do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, prejudicou a consistência da ideologia marxista-leninista. Entre 14 e 26 de fevereiro de 1956, o secretário do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Khrushchov, denunciou as práticas de violência, deportação, expurgo e limitação à liberdade exercidas pelo regime de Stalin. Denunciou igualmente o culto de personalidade e uma série de crimes políticos. Stalin se opôs ao método leninista de convencer e educar, na verdade, ele exigiu uma submissão absoluta a suas ideias e priorizou a repressão dos dissidentes. O PCB punha a sociedade brasileira no seu plano de revolução nacional-libertadora, de orientação staliniana, justaposta às referências leninistas.

[109] A política elaborada por Vargas durante seu segundo mandato refutou as análises do PCB, visto que este optou por um desenvolvimento industrial respaldado no capital privado nacional e no Estado, ademais, ele visou expandir o poder aquisitivo da classe operária e extinguiu o atestado de ideologia imposto aos dirigentes sindicais.

defensores das liberdades democráticas como meio exclusivo para obter as reivindicações sociais. Segundo Santos (1991), diante de um ambiente golpista, o PCB na realidade teve até mesmo que questionar precedentemente (ainda durante os preparativos para o Congresso, antes do suicídio) o significado da palavra de ordem oficial da "derrubada de Vargas", aderindo, mais frequentemente, à proposta de frente única com o acordo político entre grupos ativos na mobilização popular.

Dessa forma, as eleições de 1955 foram percebidas pela organização partidária como um cenário propício à ação política, um momento apto às alianças e à ampliação da participação das massas, a partir da consolidação, no cotidiano da campanha eleitoral, de manifestações antigolpistas e pela vigência da democracia e das liberdades. Aliás, o apoio concedido à chapa Kubitschek-Goulart foi resultado de um conjunto de esforços em favor de suas demandas. Posteriormente, durante tal governo, o PCB exprimiu-se, em diversas circunstâncias, favorável à sua política de tendência nacionalista e reformista. Por fim, foi garantido um regime de franquias democráticas e o partido atuou de modo semi-legal.

Nesse período, o conceito de democracia, de acordo com Lucca-Silveira (2017), emergiu como "categoria-síntese", atribuída de uma heterogeneidade de significações, e com abundantes inspirações expostas em variadas manifestações contrárias às práticas dos grupos autoritários. Assim, diferentes coletividades, já nos anos 1950, julgavam fundamental para o país a luta pelas liberdades democráticas (outras questões também abrangentes eram a agrária e a autonomia nacional). Porém, foram os intelectuais oriundos do partido comunista, exprimindo seus pontos de vista em semanários, revistas e jornais, que inicialmente propuseram inovações teórico-políticas. Em outras palavras, a organização elaborou uma importante discussão em torno da temática, tanto no espaço interno ao partido quanto no campo mais vasto da esquerda brasileira.

> Se iniciava a efervescência de manifestações pro-democracia, e especificamente nas arenas políticas de esquerda (comunista) brasileira, a produção dos intelectuais (...) apresenta um claro posicionamento político empírico (enquanto ação política a ser seguida) e teórico: a adesão à democracia política e a suas instituições é defendida de modo explícito e irredutível. A *democracia* é, assim, apresentada por esses intelectuais não só como questão teórica, mas também como a melhor solução para os problemas que o país enfrentava. Consequentemente, a produção associada a esse grupo de intelectuais assumiu particular posição teórico-política dentro de parte do marxismo brasileiro, especialmente de matriz comunista. (Ibidem, p. 54-55)

A década de 1960 foi marcada pelo golpe civil-militar. Grande parte dos direitos civis e políticos foi consideravelmente restringida, o que gerou uma situação de reavaliação de seus significados, bem como sua enfática defesa. Naquela ocasião, cabe sublinhar, foi eminente o interesse assumido pela organização comunista quanto à luta pelas liberdades

individuais e pela democracia.[110] Além disso, foram importantes seus compromissos com a constituição de uma frente única, resultando na sua participação no Movimento Democrático Brasileiro (MDB).[111] Nas práticas do partido, nos anos 1960, essas característica da ação adquirem certa centralidade. Dessa forma, houve de fato uma notória mobilização teórica e operante contra o regime autoritário.

Organizado e protagonizado pela direita, o golpe de 1964 foi deflagrado com o objetivo de destituir do poder o governo legalmente constituído de Goulart. À vista disso, Napolitano (2014, p. 43) considera que esse episódio foi "uma complexa trama de engenharia política." Tal ato foi imaginado desde a posse do presidente, em 1961, e se perfectibilizou cotidianamente desde as suas primeiras medidas governamentais. Com tendências políticas claramente de esquerda, Goulart reivindicou as Reformas de Base: agrária, urbana, bancária, eleitoral, universitária e do estatuto do capital estrangeiro. A reforma eleitoral era responsável por fazer reemergir legalmente o partido comunista na cena política e acordar o voto aos analfabetos (o que correspondia a 60% da população). Nesse sentido, o influente *Jornal do Brasil*, em setembro de 1963, publicou um editorial intitulado *Basta* (1963 apud NAPOLITANO, 2014, p. 45), anunciado que posteriormente se tornaria apalavra de ordem para a derrubada de Goulart.

Naquele final de ano, o discurso antigovernista e antirreformista conservador foi metodicamente difundido pela grande imprensa, e certamente obteve o apoio de diferentes segmentos da sociedade brasileira. Assim, de acordo com Napolitano (Ibidem, p. 43), "o golpe (...) envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores." Doravante, inicia-se uma forte repressão aos opositores, sobretudo aos movimentos politicamente mais mobilizados à esquerda.

---

[110] Contudo, "ao longo de sua longa história, o PCB manteve uma relação ambígua com a democracia política, apresentando em variados momentos um descompasso entre teoria(s) e prática(s) políticas sobre a democracia. Em diversos períodos, o partido assumiu uma postura teórica revolucionária não democrática, ao mesmo tempo em que parte de seus quadros defendia e praticava uma ação política democrática. Essa pode ser considerada uma das expressões de descompasso entre ação e discurso, entre prática e teoria, que marcaria grande parte da história do PCB." (LUCCA-SILVEIRA, 2017, p. 56)

[111] Um partido político de âmbito nacional que reuniu os opositores ao Regime Militar de 1964. Fundado em março de 1966, dentro do sistema do bipartidarismo implantado com o Ato Institucional nº2 (27/10/1965), caracterizou-se por sua pluralidade ideológica.

3 O Golpe Militar, os negros e os partidos de esquerda

Em 1961, o presidente João Goulart se posicionou por uma política governamental moderada e se empenhou na instauração de um governo de coalizão. Sua legenda, o PTB, objetivava manter suas antigas relações instauradas em meados dos anos 1940. Assim, o PSD, diante de uma conjuntura política radicalizada, marcada pelas várias investidas golpistas da UDN, foi considerado como um aliado indispensável para neutralizar as articulações que desafiavam a legalidade democrática.

Tal aliança também era indispensável para obter maioria no Congresso e, com isso, controlar a economia nacional, bem como negociar o projeto político petebista. No início dos anos 1960, o presidente propôs o Plano Trienal com o propósito de controlar a inflação e o déficit público e, além disso, defendeu as reformas de base pelas vias institucionais. Goulart assumiu a proposta dos comunistas e, nessa continuidade, consentiu sua atuação, apesar da permanência do partido na ilegalidade. No entanto, setores da esquerda rejeitaram categoricamente qualquer forma de associação com o PSD. Eles julgavam, na verdade, existir uma conjuntura favorável para a instituição de uma política de confronto. Legatários de ideologias que legitimam a ruptura institucional, diferentes grupos defenderam a insurreição popular: era exigida a imediata instauração de um governo nacionalista e popular.

Em janeiro de 1963, surge a Frente de Mobilização Popular (FMP), que reuniu as principais organizações de esquerda mobilizadas pelas reformas de base, sobretudo a reforma agrária. O grupo liderado pelo petebista Leonel Brizola criticou o PCB, taxando-o de moderado, e tornou-se seu concorrente. A associação era composta por círculos políticos plurais, mas naquele momento eles convergiam no sentido de expressar seu compromisso com as demandas históricas dos trabalhadores. A "coalizão radical pró-reformas" (FIGUEIREDO, 1993, p. 66) teve a significativa participação das denominadas Novas Esquerdas.

O termo é utilizado para qualificar as organizações políticas de esquerda surgidas a partir da década de 1960, grupos diretamente influenciados pela conjuntura internacional que observavam o êxito ou a ocorrência instantânea de inúmeras revoluções de libertação nacional. Entre elas, destacam-se a Revolução Cubana (1959), a independência da Argélia (1962) e a guerra do Vietnã. As ações militares naqueles países, em particular na ilha latino-americana, representavam a vitória da contestação de povos subdesenvolvidos contra as grandes potências imperialistas. Os líderes agiam na direção da instauração de uma sociedade

nova e igualitária e, simultaneamente, o modelo soviético de socialismo, avaliado como burocrático e ajustado à ordem fixada pela polarização ideológica da Guerra Fria, portanto inapto a alcançar o comunismo, era criticado. A "revolução cultural proletária" na China, a partir de 1966, emergiu como uma alternativa à orientação soviética. Em 1968, surgem também diferentes movimentos de protesto e mobilização: *hippies*, atos nos Estados Unidos contra a guerra do Vietnã e pelos direitos civis, primavera de Praga, maio de 68 na França etc. Espalhados em vários países, eles inspiravam práticas de ação contra o sistema vigente. Conforme Ridenti (1997, p. 17), "na década de 1960, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução (não a democracia ou a cidadania, como hoje)."

As Novas Esquerdas divergem no que diz respeito ao caráter da revolução brasileira, às modalidades de ação insurgente para conquistar o poder e, por fim, ao tipo de organização política a ser construída. Em contrapartida, elas se associam no que diz respeito à prioridade da ação armada, à ruptura com o suposto imobilismo de entidades como o PCB, sendo este doravante adepto da passagem pacífica ao socialismo e, por fim, à interpretação de uma conjuntura econômica marcada pela crise. Em todo caso, fossem eles reformistas ou revolucionários, os grupos mobilizados na resistência contra a ditadura contaram com a participação de várias mulheres negras.

O próprio Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNCDR), formado em julho de 1978, esteve diretamente articulado com setores da esquerda comprometidos com a instauração de uma sociedade socialista e comunista. O núcleo da organização foi constituído por militantes originários do grupo marxista de orientação trotskista, a Convergência Socialista. Seus integrantes consideravam que o sistema capitalista era o principal responsável pela situação de dominação e exploração na qual se encontravam e, à vista disso, a luta antirracista tinha que ser associada à luta revolucionária. Assim, a política do MNCDR objetivou convergir as temáticas de raça e classe. Em um documento público, convidava a população a criar "Centros de Luta" nos bairros, nos locais de trabalho, nas escolas, nos terreiros de candomblé e umbanda, nos espaços culturais, nas prisões etc.

Mas, já no período anterior, a Federação das Associações de Favelas do Estado do Guanabara (FAFEG), criada em junho 1963, havia organizado estratégias de resistência contra a remoção forçada de moradores e as práticas de *blitz*, ou seja, operações policiais repentinas a fim de inspecionar, interditar ou apreender indivíduos considerados suspeitos. Em 1964, a Federação foi responsável pela realização do 1º Congresso de Favelados e suas lideranças empenhavam-se em produzir discussões políticas e a conscientização do conjunto

das comunidades. Segundo Santos (2009, p. 113), durante o evento "a influência recebida do Partido Comunista Brasileiro fazia-se notar, principalmente com a qualidade das propostas apresentadas." No relato de Lúcio de Paulo Bispo, citado na pesquisa de Santos (S/D, apud 2009), o vice-presidente da entidade em 1968, disse ter sido assessorado pelo grupo marxista, além de ter atuado enquanto seu representante, recebendo, no contexto dos projetos desenvolvidos, o apoio de estudantes, funcionários públicos e operários.

Em 1968, ocorreu o 2º Congresso e, nesse período, a Federação obteve a filiação de 100 favelas. Nos documentos produzidos pela entidade, Santos (2009) observou manifestações com o objetivo de promover uma nítida solidariedade de classe e, nesse sentido, as lideranças interessadas nos problemas relativos à moradia, integraram também discussões em torno da política nacional. Do ponto de vista do organismo, a solução de seus dilemas habitacionais nas zonas urbanas estava sujeita à articulação da integralidade dos trabalhadores. Os líderes expressavam-se em termos de classe, concentrados nos problemas associados à estrutura salarial, inflação, exploração etc. Durante o evento surgiram fortes dissidências internas em virtude dos métodos de agir no seio do movimento popular, os quais eram influenciados pelas análises de conjuntura e os processos de tática e mobilização defendidos pelos partidos políticos. A iniciativa de criar atividades próximas aos sindicatos e à organização marxista fez a associação, na perspectiva do governo militar, se tornar radicalizada. Assim, a FAFEG foi vítima de uma forte repressão, a diretoria foi presa e o órgão proibido de funcionar.

Em 1972, aconteceu o 3º Congresso e os agentes do regime autoritário intensificaram a violência. No entanto, Bispo (S/D, apud SANTOS, 2009, p. 120), considera que "os aparelhos da repressão, por preconceito contra os favelados da cidade, não acreditavam que estes fossem capazes de se organizarem politicamente e lutar contra a ditadura militar." Tal fator atribuiu uma certa "vantagem" para os residentes das zonas desfavorecidas quanto à gestão das mobilizações e, na opinião de Bispo, permitiu que estas áreas se transformassem em refúgio seguro para militantes perseguidos. Em maio de 1975, a entidade passou a ser chamada Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ).

Vários historiadores, certamente, afirmam que homens e mulheres brancos da classe média, em situação de clandestinidade, se escondiam nos morros e favelas, inclusive nas residências dos moradores locais. Mas como tal fato poderia se suceder sem o mínimo de solidariedade, conscientização e politização dos habitantes dos bairros periféricos? É neste sentido que este trabalho de pesquisa supõe que os ocupantes desses espaços também

estiveram presentes nos movimentos de esquerda enquanto militantes engajados. Segundo Santos (2009, p. 121),

> a localização do Morro de São Carlos, por sua proximidade com o centro da cidade, constituía-se em local privilegiado para moradia de um número considerável de trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, do comércio e da indústria. Muitos desses trabalhadores receberam influências de sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro e, em seus locais de trabalho, participavam de lutas sindicais e de atividades políticas nas quais construíam uma consciência de classe e, sobretudo, uma clara concepção de que se vivia um período ditatorial. Foi do Morro de São Carlos que saiu a principal liderança do movimento dos favelados, Vicente Ferreira Mariano [comunista], presidente da FAFEG e da Associação de Moradores do Morro de São Carlos de 1963 a 1972. Vicente e outros diretores das entidades que presidia transformaram o Morro de São Carlos em um "verdadeiro quartel general" da resistência à ditadura militar.

Vanda Maria de Souza Ferreira (2015) citou sua casa como um reduto para militantes clandestinos. Vanda nasceu na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1947. Seu pai, Waldyr Ferreira, ex-menino de rua, trabalhou como motorista de táxi e foi membro do sindicato de sua categoria e sua mãe, Florinda de Souza Ferreira, trabalhou como dona-de-casa e passadeira e, ademais, foi uma importante liderança espiritual em sua comunidade. Informado sobre as práticas de repressão, Vanda contou que seu pai sempre advertia seus filhos sobre os nomes de vizinhos e amigos que estariam presos ou desaparecidos. De acordo com sua narrativa, em certa ocasião, ela ouviu um morador do seu bairro dizer: "Não procure mais Gilson Ribeiro, ele está morto." (Ibidem)

Em 1967, Vanda formou-se na Escola Normal. Alguns anos depois, em 1970, participou de atividades do Teatro Opinião, espaço artístico definido pela informante como "o reduto de alguns sobreviventes que estavam na clandestinidade e uma negrada muito grande. (...) Ali eu começo a ter o primeiro contato, trabalhando no subúrbio, dando aula no subúrbio, e já ouvindo algumas questões de movimento negro." (Ibidem) Em entrevista que me foi concedida em 2015, ainda que por um lado tenha declarado a sua não participação nas Novas Esquerda, por outro, Vanda se posicionou como colaboradora de uma dinâmica de resistência. Ações com as quais contribuiu em razão da confiança depositada no seu namorado, uma pessoa próxima que lhe proporcionava inéditos conhecimentos sobre a conjuntura nacional e, no plano internacional, sobre a conjuntura das manifestações antirracistas nos Estados Unidos e na África. Integrante do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) e descrito como homem branco, seu companheiro foi apontado, com entusiasmo, em diversas circunstâncias do relato, como alguém que exerceu uma importante influência em suas práticas de estudo e militância cotidianas. Assim, na juventude, junto a seu amigo íntimo, Vanda foi aliada dos movimentos opostos ao regime autoritário e, no âmbito de sua

residência, situada na Ladeira dos Tabajaras e no Morro dos Cabritos, na capital carioca, organizou pagodes e rodas de samba, além de estratégias para contribuir com fugas e a clandestinidade de indivíduos perseguidos. A pedagoga retratou essas reuniões como "um espaço de brancos", formado por "um grupo muito mais branco do que negro. Eram poucos negros." (Ibidem) Sobre esses episódios, ela narrou:

> Faço da minha casa, na Ladeira dos Tabajaras, um aparelho para entrega de documentos falsos. Aí não eram só negros não. A maioria, assim, brancos que iam viver na clandestinidade, fazendo rodas de discussão, e sempre comidas negras, mocotó, rabada. Onde eu era protegida por esse namorado (...). Mas eu sabia o que estava acontecendo ali na hora que sentava no chão, era mudança de identidade, essas coisas todas, isso acontecia. Então o DOPS ia na minha casa e não encontrava nada, DOPS entrar na sala de aula, DOPS entrar no Teatro Opinião na hora que eu estava. (...) Um casal, (...) ela tinha sessenta anos e ele vinte e um anos, ela negra, mestiça, e ele loiro de olhos azuis argentino. Depois eu vim saber que eles eram agentes do DOPS e que estavam tentando ver que moça inocente é essa que não era inocente. Mas, bem na verdade, as estratégias eu não sabia. Na verdade, ele [o namorado] só dizia assim. "Vamos fazer um mocotó na sua casa." Um mocotó com dezesseis pés de boi. "E cantar músicas de candeio porque vai ter uma operação." Mas, eu não sabia como se processava. (...) Talvez eu passasse uma imagem de útil e agradável. Mas, isso também me fortalecia dentro da militância das questões do movimento negro. Meu namoro era um namoro político. (...) Depois, eu me torno autodidata porque o movimento negro trazia material e obrigava você a estudar, em 78. Nesse período, de 70 a 75, todo subsídio era ele [namorado]. (Ibidem)

No início de sua atividade profissional, em 1968, Vanda se interessou por propostas educacionais orientadas na autoestima de seus alunos e na valorização da história e da cultura negras no currículo escolar. Na década de 1980, atuou em movimentos pelo reconhecimento das religiões de matrizes africanas; foi responsável pelo cargo de Diretora Cultural do Instituto de Pesquisas e Estudos da Língua e Cultura Yorubá; foi membro do Programa Terreiro e Cidadania, que tinha como objetivo combater o racismo e a intolerância religiosa e promover ações sociais em comunidades de terreiros; foi integrante e, algum tempo depois, coordenadora geral (1986-1987) da equipe do Projeto Zumbi dos Palmares, da Secretaria Municipal de Educação; em 1988, dirigiu os Projetos do Centenário da Abolição na rede Estadual de Ensino e nos bairros desfavorecidos; entre 1987-1988, assumiu o posto de conselheira no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro; entre 1987-1991, liderou a Divisão de Educação e Cultura do Sistema Penal da Secretaria Estadual de Justiça e outros movimentos de ex-presidiários. Vanda é pedagoga e professora aposentada.

Outras mulheres negras, durante as entrevistas coletadas em 2015, reiteraram a ideia de articulação entre os movimentos negros e os movimentos de esquerda durante a ditadura. Elas qualificaram suas trajetórias de militância como extrínsecas às organizações revolucionárias, entretanto apontararm alguma atuação nos diferentes grupos antirracistas, estando ambos os organismos comprometidos com o fim do regime autoritário. Entre as

informantes, encontram-se os nomes de Maria Lúcia da Silva, Iolanda de Oliveira, Vera Lúcia Benedito, Gevanilda Gomes dos Santos e Lenny Blue de Oliveira.

Maria Lúcia da Silva (2015) nasceu na cidade de Mirassol, no Estado de São Paulo, em 15 de abril de 1949. Sua mãe era trabalhadora doméstica e, ainda na infância, entre seis e doze anos de idade, durante as férias escolares, e com a necessidade de ajudar nas despesas da casa, Maria Lúcia também exerceu essa atividade em companhia de mulheres da sua família. Seu pai era benzedor, ou seja, sua ocupação era destinada a curar um indivíduo com gestos e ervas, mas, conforme a entrevista, o casal se separou quando Maria Lúcia tinha três anos de idade e, a partir de então, o genitor foi uma figura ausente. Maria Lúcia efetuou várias funções profissionais subalternas durante a juventude. No final dos anos 1970, formou-se na Escola Normal e, em seguida, em 1985, obteve o diploma de Psicologia.

Em 1976, ingressou nos movimentos negros. Maria Lúcia trabalhava em um escritório da rede de transporte do metrô de São Paulo, quando um colega militante a abordou indagando-lhe sobre suas opiniões relativas ao racismo. Segundo a entrevista que me foi concedida em 2015, inicia-se então um inédito processo de análise da questão racial. Sobre esse acontecimento, ela mencionou: "foi aí que eu começo a pensar sobre, e que eu passo a integrar esse grupo [CECAN] na década de 1970. (...) Eu começo a despertar para o tema." (Ibidem) Criado em 1971 pelos intelectuais Thereza Santos e Eduardo de Oliveira e Oliveira, em São Paulo, o CECAN tinha um projeto de ação respaldado nos tópicos negritude e identidade. Isto é, objetivava conceber uma consciência negra a partir da restauração e uma nova interpretação da cultura e da história.

Para isso, seus fundadores elaboraram atividades sociais, recreativas, desportivas e culturais, nas quais o passado dos negros era apresentado no contexto de uma perspectiva decolonial, abordando, assim, o sofrimento, o preconceito, a ausência de oportunidades, o sentimento de inferioridade, mas também as diferentes práticas de luta e resistência. O Departamento Teatral do CECAN fez seu primeiro espetáculo público no dia 26 de novembro de 1971, com a peça *E agora... falamos nós*. Em 1974, Thereza Santos, em razão de sua atuação no partido comunista, exilou-se no continente africano. Logos depois de sua saída, o círculo artístico, marcado por algumas divergências internas, desestruturou-se.

Mas, em 1976, o CECAN foi reorganizado. E, nessa nova fase, contou com a participação de Maria Lúcia. Seu vice-presidente, Odacir de Mattos, criticou a colonização cultural como um dos principais elementos que favorecia a formação negativa da imagem e consciência negra. Nesse sentido, visando a alterar essa situação nociva, foi constituído um

departamento composto por pesquisadores e, além disso, foram instauradas equipes de trabalho, subdivididas nas seções de estruturação, cultura, educação, criança e biblioteca, sendo responsáveis pela promoção de cursos, seminários, conferências e mesmo intercâmbios entre Brasil e países africanos. Vale lembrar que a cultura e a educação eram pensadas enquanto instrumento de libertação e conscientização, assim como instrumento indispensável no processo da construção da identidade. A entidade publicou também o jornal *Jornegro*. Segundo Silva (2012, p. 33), desde 1971, o CECAN se posicionou contra a participação do órgão "em qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário." Todavia, Maria Lúcia, que exerceu a função de tesoureira, destacou a relação do centro com os movimentos de esquerda:

> Em 76 um novo grupo retoma o CECAN. (...) Só tinha homens fundamentalmente. Eu chego nessa época, em 76. (...) O CECAN, ele foi uma organização que fazia muitas atividades. Juntava muita gente. (...) A gente tinha uma sede (...), passava, às vezes, setenta, oitenta, cem pessoas pelo CECAN nos finais de semana (...). (...) Havia algumas pessoas que a polícia tinha foco, digamos, que percebia a existência de uma vigilância, fundamentalmente os homens. O CECAN é retomado nessa época da ditadura, fundamentalmente por esses homens que eu citei, e essas pessoas estavam na USP, portanto, elas faziam parte do movimento político da época. Nós não sabíamos. A gente ficou sabendo só depois. (...) A retomada do CECAN, ela vem numa perspectiva da esquerda de utilizar grupos que provavelmente estejam fora do foco do Estado para poder fomentar as discussões e as articulações. Então, o CECAN se reinicia nessa conjuntura. Todo mundo da USP, portanto, todo mundo politizado. (...) Tem uma diretriz da esquerda. (...) Eu penso que o CECAN foi um espaço de articulação política, embora, no interior do CECAN não se discutia isso. (...) Esse grupo fundamentalmente de homens que estavam na UPS, eles faziam parte de alguma articulação e ali era o espaço de encontro e de fazer o tema das relações raciais um tema de ação. A retomada do CECAN ela vai acontecendo dentro de uma perspectiva de esquerda, (...) eu acho que isso já estava no nascimento. Mas isso não fazia parte da ação do CECAN na sua totalidade. (Ibidem)

Em 1978, Maria Lúcia participou do lançamento do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. A organização foi constituída por vários membros do CECAN. Nos anos 1980, foi integrante do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. No momento da entrevista, Maria Lúcia era psicóloga no Instituto AMMA Psique e Negritude, órgão do qual foi membro fundadora.

Iolanda de Oliveira (2015a) nasceu na cidade de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro, em 03 de julho de 1937. Seu pai era operário da Central do Brasil e a sua mãe era lavadeira. Ainda na juventude formou-se na Escola Normal e, em março de 1964, aos 27 anos, mudou-se para Niterói para realizar o curso de Pedagogia na Universidade Federal Fluminense. Nesse período, Iolanda afirmou não ter uma formação política bem definida para compreender corretamente a conjuntura nacional, porém seu irmão, vereador em Três Rios pelo partido de Leonel Brizola, no contexto do regime autoritário, foi perseguido. Esse

episódio de repressão vivido por um parente próximo, além de seu ingresso na universidade com a participação nos movimentos estudantis, foi então descrito como um marco na sua conscientização. Nos anos 1970, Iolanda também inaugurou sua atuação em organizações negras. No entanto, consoante sua narrativa, era complexo promover atividades dissidentes sob a censura. No que diz respeito à violência do sistema na época, ela relatou:

> Houve um momento em que todos os movimentos sociais... Eu estava no movimento negro e estava no diretório [acadêmico]. Então tanto o movimento negro quanto o diretório, esses movimentos foram considerados ilegais. Todo o funcionamento tinha que ser, assim, de maneira muito secreta (...). Mas, mesmo assim, a gente continuava as lutas por um outro Brasil, por um Brasil melhor, por um Brasil diferente. Mas, para mim era muito difícil entender bem a relação entre a questão negra e a questão política que o Brasil estava vivendo na época. (...) E as discussões tanto de um movimento quanto de outro, não me davam subsídios para entender a relação. Se havia relação. A gente termina o curso em 68 (...). Eu continuei como professora primária. (Ibidem)

O discurso falacioso em defesa da democracia racial ainda vigorava e, como tal, ele impedia uma associação entre diferentes categorias de opressão, contudo os militantes antirracistas mobilizaram-se para reverter esse quadro. Em meados dos anos 1970, Iolanda tornou-se membro do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Criado em junho de 1975 por um grupo de negros que reuniam-se no Teatro Opinião, em Copacabana no Rio de Janeiro, a entidade tinha como meta denunciar e combater o racismo, nas suas mais variadas formas de manifestação e, além disso, lutar pela igualdade de direitos (abrangendo as discriminações existentes de sexo, etnia, religião, classe e posição ideológica ou partidária). Havia o interesse em investigar conteúdos relativos à história da África e seus movimentos de emancipação e, simultaneamente, havia o interesse em usar esse conhecimento como instrumento de luta na conscientização e na elaboração de práticas comuns de ação. Nesse contexto, foi consolidado o princípio de uma atuação política vinculada à pesquisa e ao estudo. Seu principal meio de divulgação era o jornal *SINBA*, periódico da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Foi por seu intermédio que Iolanda tomou conhecimento do Instituto.

Em entrevista que foi concedida em 2015, a pedagoga informou que o objetivo do IPCN era agregar pessoas interessadas em "conversar sobre a questão negra e conversar sobre a ditadura." (Ibidem) E isso fez com que se iniciasse no interior do grupo um debate voltado para a articulação da temática racial e de classe. Oposto ao regime autoritário, o organismo antirracista foi, em várias ocasiões, alvo da repressão. De acordo com Iolanda,

> [o movimento era] mais de esquerda. Era muito mais raça mesmo. Havia alguns marxistas que tentavam fazer essa articulação raça e classe, mas predominava a questão racial, (...) a questão negra (...). O IPCN, na época, era realmente a

> Instituição negra no Rio de Janeiro de maior peso político e de uma interferência grande na sociedade como um todo, com reuniões frequentes, eram semanais, finais de semana. Sábado e domingo a gente estava lá, havia atividade para criança, atividade para jovem e nós nos reuníamos, os adultos, para conversar. (...) Muitas vezes, ele se reuni também (...) como espaço de solidariedade. (Ibidem)

Em 1979, Iolanda participou dos sindicatos de professores. Conforme sua narrativa, as reformas educacionais implementadas durante a ditadura militar provocaram novas condições de vida e de trabalho diferenciadas entre os docentes. No ensino básico foi estabelecido um claro contraste entre o educador com curso universitário, herdeiro da figura do catedrático, e o educador com a formação de normalista, sendo que ambos não se beneficiavam de uma remuneração igual. O docente com diploma de nível médio foi submetido a uma desvalorização drástica com o arrocho. Além disso, por um lado, havia aqueles que experimentaram um processo de mobilidade social descendente, isto é, eram profissionais originários das classes médias altas e, com as políticas de proletarização da classe, permaneceram sujeitos a um intolerável aviltamento dos salários e, por outro lado, havia aqueles que experimentaram um processo de mobilidade social ascendente, isto é, eram originários das classes médias baixas e classes de trabalhadores, como é o caso de Iolanda, e que, com a ampliação da educação superior, nos anos 1970, experimentaram uma ascensão no seus *status* sociais. Assim, várias greves estaduais eclodiram entre 1978-1979, das quais a informante atuou ativamente e, nessas manifestações, os profissionais se mobilizaram principalmente em defesa dos salários dos professores. Iolanda concluiu um doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo e, no momento da entrevista, era professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

Vera Lúcia Benedito (2015) nasceu na cidade de São Paulo (a entrevistada pediu para que o ano de sua data de nascimento não fosse revelada). Sua mãe, originária de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, foi uma trabalhadora operária, líder sindical, e foi descrita como uma mulher que possuía importante identidade racial. Na entrevista que me foi concedida em 2015, Vera declarou: “eu não aprendi consciência racial com movimentos, eu aprendi dentro de casa, desde os quatro anos de idade.” (Ibidem) A figura materna foi, nesse sentido, representada como militante política e uma pessoa que exerceu bastante influência nas futuras ações de sua filha. No seu relato, Vera comunicou: “eu tive uma vantagem (...) nessa coisa de ter um olhar para a militância por causa da minha mãe. Porque ela era uma sindicalista (...). Ela discutia leis trabalhistas (...). Ela foi muito a minha referência de ativismo, a referência da solidariedade.” (Ibidem) Sobre a juventude, Vera mencionou uma

trajetória escolar em estabelecimentos particulares e de freiras considerados prestigiosos. Mais tarde, formou-se em Letras com ênfase em português-inglês, pela Faculdades Associadas do Ipiranga, em 1973, e em Comunicação Social-Jornalismo pela Fundação Casper Líbero, em 1981.

Vera afirmou que, desde 1978, com os diferentes processos que caracterizaram a iminente redemocratização do país, "as várias correntes que eram consideradas de esquerda e de vanguarda traçaram linhas de solidariedade. Então você via alguns intelectuais brancos também que defendiam terminantemente, que esclareciam as questões de desigualdades." (Ibidem) Mas, acima de tudo, ela propôs análises segundo as quais existiria uma relação entre as organizações antirracistas e as organizações revolucionárias desde os anos 1930, no contexto da FNB:

> No começo dos anos 1980, a gente começa a ficar desconfiados de certas coisas. (...) A gente leu o livro da Lélia chamado *Lugar de Negro*. E aí, num pedaço do texto dizia assim: que a Frente Negra Brasileira teve uma ala socialista, comunista (...). Foi ele que deu origem as nossas buscas. Aí, a gente foi atrás de velhos militantes, que inclusive participaram da Frente Negra Brasileira, fizemos uma série de entrevistas (...). Foi a parte do Seu José Correia Leite. Foi a parte dissidente da Frente que tinha uma outra visão. (Ibidem)

Em 1978, Vera Lúcia participou do ato de fundação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial e, sobre essa manifestação, continuou a alegar a articulação entre o viés de raça e de classe. Referiu-se, além disso, a uma lei promulgada em 1969, na qual foram interditadas discussões e manifestações antirracistas. Os militares, defensores da ideologia falaciosa da democracia racial, consideravam que essa temática era responsável por gerar antagonismos e, assim, prejudicar a "ordem social" do país. Conforme Vera,

> foi um período, assim, de 78 pra cá foi uma espécie de renascer das cinzas. Um processo social identitário com ativismo muito forte na área cultural e na área política. A partir de 78, (...) com o surgir do MNU, a gente passou a entender uma série de coisas da sociedade brasileira, inclusive, que existia uma lei de Segurança Nacional. (...) Era proibido. O que podia ter, por exemplo, eram (...) festas, agremiações de casas de sambas, agremiações carnavalescas (...). Isso podia, dentro do permissível (....), agora a política em si, discutir desigualdade, discutir racismo, isso não. Não no âmbito político e muito menos do ativismo social em relação a isso. Quer dizer, quem entrava nessa história, entrava com a percha de subversivo. (Ibidem)

Vera também atuou como assessora de imprensa, a partir de 1985, no Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo e, dois anos depois, exerceu a mesma função no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. O primeiro Conselho, constituído como resposta das instituições estatais às ações produzidas pelos diferentes movimentos antirracistas organizados, surgiu em maio de 1984. Tratou-se do primeiro órgão nacional que tinha por objetivo articular, formular e supervisionar políticas

públicas em defesa dos direitos das populações negras, além de viabilizar práticas de mobilização e produção de conhecimentos, de participação em todos os níveis de atividades, de combate ao racismo nos seus variados aspectos e, por fim, de assistência às vítimas de discriminação. Foram consolidados grupos de especialistas que, no âmbito das dinâmicas do governo, se dispunham a aplicar seus saberes intelectuais em prol das comunidades afetadas pela histórica marginalização. O organismo representou, assim, a emergência de novas estratégias de atuação contra as diferentes formas de violência. Já o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, marcado, desde sua criação, pela presença de Thereza Santos e, mais tarde, pela presença de Edna Roland, Maria Lúcia da Silva e Vera Lúcia Benedito, foi analisado nas considerações finais. Nos anos posteriores, Vera residiu durante um longo período nos Estados Unidos e, na Michigan State University, realizou uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. No momento da entrevista, ela era professora municipal do ensino fundamental e professora do ensino superior.

Gevanilda Gomes dos Santos (2015b) nasceu em Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, em 29 de setembro de 1956. Sua família paterna fundou um quilombo em Rio das Contas, no sul da Chapada Diamantina, na Bahia, denominado Quilombo da Barra. Seus pais, Epaminondas e Odete, eram originários do mesmo município, e foram descritos como um casal que vivenciou o processo de migração para a região sudeste. Em busca de melhores condições de vida, eles se instalaram no interior paulista e, em 1968, com a intenção de proporcionar uma formação acadêmica aos filhos, mudaram-se para a capital. Na juventude estudou em escolas públicas e, em 1977, Gevanilda ingressou no curso de História, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. De acordo com a entrevista que me foi concedida em 2015, a experiência no ensino superior foi caracterizada por uma atuação ativa nos movimentos negros. Sobre essa trajetória, ela narrou: “eu começo a buscar uma forma de intervenção, e dentro da universidade começa a ter uma movimentação muito grande de negros. Negros que estavam procurando uma forma de organização específica.” (Ibidem) Assim, a partir do mesmo ano, Gevanilda participou do Grupo Negro da PUC.

Criado em agosto de 1979, por estudantes negros da PUC-SP cientes das articulações entre as temáticas de raça e classe, o grupo definido como um núcleo de resistência cultural objetivou promover uma análise crítica sobre a ideologia do embranquecimento e da democracia racial, imposta, sobretudo, pela elite acadêmica e, por outro lado, objetivou promover a valorização dos atos de intervenção da população negra na defesa de seus direitos. A luta dos movimentos antirracistas, respaldada na concepção do direito à diferença, na

opinião do Grupo, estava estreitamente associada aos movimentos de mulheres, movimentos dos homossexuais e movimentos dos trabalhadores. Assim, seus integrantes pensavam sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira e, nesse sentido, propunham a ideia de pensar a classe operária enquanto indivíduos que tinham raça, sexo e orientação sexual. Como ação política de militância cotidiana a organização consolidou atividades no espaço universitário, em particular, práticas de conscientização dos estudantes e discursos analíticos quanto à ideia contemporânea de ensino e pesquisa, mas também, consolidou atividades nas escolas, bairros e fábricas. No que diz respeito a essas dinâmicas, Gevanilda contou:

> Nós criamos um grupo (...). Grupo Negro da PUC. A gente se organiza entre 1978 (...) 82, e nós começamos a apresentar dentro da universidade uma linguagem crítica ao mito da democracia racial, ao fato dos programas e currículos universitários em todos os cursos não ter nenhuma referência. Eu fazia História, eu estudava na História, um curso de Brasil Colônia, apenas o negro enquanto instrumento de trabalho. (...) Eu falei: "professora, o negro era um objeto de trabalho ok, eu entendo isso, a coisificação, mas por trás disso havia uma pessoa humana, havia relações sociais, cadê, onde estão esses fatos?" (...) Eu questionava e não tinha. (...) O Grupo Negro da PUC nos alimentou, foi um conforto, um alento para essas ideias, onde nós procurávamos suprir a ausência (...) de conhecimento curricular nos cursos e de falta de oportunidade, de mobilidade na universidade (...). Então nós fomos compreendendo o lugar e criamos esse grupo de intervenção no movimento estudantil, lutando para as questões raciais, para a identidade racial, mas compreendendo que a luta de classes também era importante. Essa é uma diferenciação de um grupo de intervenção estudantil que une a luta contra o racismo a luta de classes. (Ibidem)

No que concerne à organização de ações nos bairros periféricos, Gevanilda (Ibidem) descreveu iniciativas no âmbito do direito a moradia.

> Naquela época nós começávamos a dizer o seguinte: nós estávamos na universidade, mas nós tínhamos que devolver à periferia todo o conhecimento adquirido aqui na universidade, para que eles [os estudantes] nunca perdessem de vista as nossas raízes. Então a gente vai para as periferias ajudar no trabalho de base. Aqui é um trabalho de moradia porque tinha uma mulher negra que teve uma intriga pessoal com a sua vizinha, essa vizinha a chamava de macaco (...). Ela que era a vítima se tornou a algoz (...). Elas queriam era expulsá-la do espaço físico para se apropriar do terreno (...). Essas famílias negras que (...) resistem em regiões, em territórios que depois vão se modernizando, e as pessoas não compreende como aquela mulher negra está naquele território tão valorizado e fazem querelas pessoais, comportamentos racistas, para expulsar a pessoa dali. Havia muito essas querelas antigamente. E a polícia nunca dava razão, nem apoio aos negros, muito pelo contrário, porque os negros não tinham papelada. Não pagou IPTU, não tinha o registro da terra (...). Então o que nós fizemos nesse momento? Os estudantes advogados que eram do Grupo Negro da PUC iam lá dar assessoria e ver a representação de direito para mantê-las. Nesse caso era uma mulher com seu filho. Estava precisando da prestação do serviço (...), o estudante de advocacia ia lá dar o apoio. Nós fomos lá, levamos o advogado (...) Essa aqui é uma das intervenções. (...). Do ponto de vista da ação política, as pessoas não compreendiam muito que nós pudéssemos ter um alcance de ação política para além dos nossos interesses dentro da universidade. Nós falamos não, nós vamos fazer essa ponte, nós temos que quebrar esse estigma. (...) Então toda ação acadêmica, curricular, tinha que ter o seu correspondente na realidade. Então nós fomos buscar nosso correspondente na

> realidade e procuramos participar do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial.

Em 1991, Gevanilda concluiu um mestrado em Sociologia. Ela é professora universitária aposentada e, no momento da entrevista, era membro da diretoria da Soweto Organização Negra, órgão associado à Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen). Em 2006, Gevanilda foi coordenadora regional da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.

Lenny de Oliveira (2015b), conhecida como Lenny Blue, nasceu na cidade de São Paulo, em 1953. Sua família, segundo entrevista que me foi concedida em 2015, era Testemunha de Jeová. Seu pai era motorista e sua mãe empregada doméstica e, ainda na juventude, com a intenção de colaborar com as despesas da casa, foi impelida a abandonar a escola para trabalhar. Embora ainda não tivesse uma consciência racial, o que ocorreu apenas em 1978, no contexto de militância nas organizações antirracistas, Lenny mencionou um círculo de jovens seguidores da religião que, de maneira bastante moderada, discutia a ausência de indivíduos negros em setores considerados de liderança. Ela narrou: "tinha um grupo de negros que questionavam isso. A gente sempre estar em segundo lugar, não tem pastor negro. (...) Eu continuei com esse grupo [durante] anos. Mas não tinha nenhuma atitude efetiva. Discurso racial mínimo." (Ibidem) No final dos anos 1970, Lenny foi até uma reunião planejada com o objetivo de propor uma intervenção e uma análise crítica sobre o 13 de Maio e, durante o evento, interessada pelas discussões políticas, optou por assumir algumas tarefas. Nessa ocasião, nas palavras da informante, houve uma clara identificação com os projetos apresentados e, por esse motivo, passou a frequentar o MUCDR. Nos anos 1980, concluiu o ensino fundamental e no início dos anos 2000 graduou-se em Direito. Lenny é aposentada como funcionária pública.

No que concerne ao lugar das mulheres na organização antirracista citada, na qual Lenny disse ter feito parte do Grupo de Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado, declarou:

> Eu comecei no MNU em 78 (...) O movimento negro era um movimento de esquerda? É! Venho para o movimento negro pela perspectiva só racial, de que a gente tinha que ter uma autodeterminação, que tínhamos que olhar para o negro com outro olhar, tinha essa questão racial que somos empregadinhas. Aí me deparei com a questão da mulher. Os homens negros, mesmo militantes, tinhas posturas machistas com as mulheres. Sempre era aquela luta... Mas, nós tínhamos espaços sim, ganhávamos gritando, mas tínhamos espaço. Não tinha como não falar, não tinha como não intervir (...). Agora, discussão de mulher era discussão de mulher, não vamos dizer que tínhamos companheiros que entendiam perfeitamente o feminismo ou que faziam questão... A gente vê pelo histórico, quantas de nós que você entrevistou temos companheiros negros? Tivemos o grupo de mulheres negras.

> Nós tivemos. Ele era efetivo, tinha votação, ele tinha visibilidade, representatividade. Nós íamos nas reuniões (...). Foi um degrau (...) para caminhar junto, então foi interessante, foi um momento bom. Tinha que ter um plano de atuação das mulheres negras. (Ibidem)

Quanto ao viés da afetividade e solidão, a ideologia da miscigenação e da democracia racial, ubíqua a todos os níveis da sociedade, rejeitou as experiências históricas das mulheres negras sistematicamente marcadas pela violência sexual. Vários autores expõem as relações assimétricas de assédios e exploração quase que como um "romance". Além disso, os padrões estéticos de beleza feminina foram categoricamente atribuídos às brancas, sendo as negras percebidas, inclusive por si mesmas e seus semelhantes, como "antimusas". Por fim, no tocante à distinção entre casamento e sexo e/ou sexualidade, as negras, inseridas num contexto de hipersexualização, apresentadas, sobretudo, como mulheres "quentes" ou fáceis", adquiriram uma identidade de objeto. Nesse sentido, consoante as pesquisas de Pacheco (2013), esse grupo social permanece excluído do "mercado sentimental", ou seja, da "cultura do afetivo", compreendida aqui como união estável (formal ou não) engendrando uma família. Uma situação de discriminação que as faz vivenciar na intimidade o isolamento, ato praticado tanto pelos homens brancos quanto negros. Iolanda de Oliveira (2015a), ao relatar sobre essas dinâmicas no IPCN, acrescentou:

> A questão de gênero era muito silenciada, não havia grandes discussões no IPCN. E, nesse espaço de solidariedade, a grande maioria dos homens negros militantes tinham suas mulheres brancas. E então era uma briga muito grande. (...) Homens negros que tentavam, inclusive, tendo a sua mulher branca, casada, explorar a mulher negra como a outra. (...) Eu via aquela situação, muito séria, que o homem negro realmente, grande maioria, não escolhe a mulher negra para se casar, mas quer a mulher negra como a outra. Isso ele não recusa. (...) O homem negro (...) ele se assume como negro, mas ele não vê o ser negro como coisa positiva. (...) Então eles procuram a brancura que eles não têm. (...) E a mulher negra fica renegada. (Ibidem)

Sobre os movimentos feministas, um aspecto bastante descrito pelas entrevistadas foi as diferenças de pautas. Segundo Bairros (2008, p. 141), "se examinássemos aquela fase inicial do Movimento Feminista, ao final dos anos 70, (...) encontraríamos questões que seriam estranhas, fora do lugar, na cabeça da mulher negra". Ao se pronunciar sobre as militantes negras, Carneiro (2001, p. 01) apontou: "mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!" O mito da fragilidade feminina e da rainha do lar (mãe e esposa) – que legitimou historicamente adependência paternalista das mulheres –, assim como a ideia do trabalho fora do lar, não alcançava a realidade da grande maioria das mulheres negras que desde a constituição da sociedade brasileira trabalharam como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas etc. Durante a escravidão, as negras – mãe preta – tinham como

obrigação cuidar dos filhos das sinhás em detrimentos de seus próprios filhos, os quais eram considerados propriedades dos senhores de escravos, não as pertenciam, e a qualquer momento podiam ser torturados, arrancados de seus braços e vendidos.

Após a abolição da escravidão, as mulheres negras continuaram a trabalhar dentro e fora de suas residências para subsidiar suas necessidades econômicas, e sempre à procura de lugares apropriados (direito às creches) para deixarem seus filhos enquanto exerciam uma profissão remunerada. Em muitos casos, sendo mães solteiras, elas se tornaram as verdadeiras chefas de famílias. Assim, enquanto as mulheres brancas da classe média pretendiam deixar o confinamento de seus lares, boa parte das mulheres negras estavam mobilizadas em ações comunitárias pelo direito a uma casa. Em relação à maternidade, Rosália de Oliveira Lemos (1997, apud Almeida, 2010, p. 02) afirmou que, em diferentes circunstâncias, "se a mulher branca reivindica o direito de evitar filhos, a mulher negra reivindica o direito de tê-los, criá-los e vê-los vivos até a velhice." Na luta pelo acesso ao aborto as negras de baixa renda são as mais desfavorecidas, pois, na situação econômica em que se encontram esses procedimentos são realizados em condições precárias e são a principal causa dos grandes índices de mortalidade materna (CARNEIRO, 2003).

> Fala-se da necessidade da mulher trabalhar fora de casa como forma de facilitar o seu processo de libertação; por outro lado, historicamente, a mulher negra sempre esteve associada ao trabalho para sua sobrevivência e a sobrevivência do grupo familiar. Fala-se da escravidão das tarefas domésticas que fecham a mulher em geral num mundo estreito, mas a mulher negra, sem maior motivo de espanto por parte de quem elabora esses discursos, é a empregada doméstica, desrespeitada e mal remunerada por excelência. Fala-se na necessidade da mulher pensar o seu próprio prazer, o conhecimento do corpo, mas reserva-se à mulher pobre, negra em geral, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d'água.[112] Tenho a impressão, que a bica d'água foi muito mais uma imposição externa das mulheres brancas, com toda aquela vontade de participarem próximo às mulheres do movimento popular. (BAIRROS, 2008, p. 141)

No que tange à sua experiência nos movimentos feministas, Lenny narrou:

> Entre os militantes [negros] não tinha isso, porque é obvio né, não tem, mas as mulheres brancas também aí já é demais. Qual é o nosso papel? Nós é que cuidamos das crianças dessas mulheres que está aí militando, e nós temos questões específicas nossas. A questão principal era: Vamos trabalhar juntos. [Mas] não tinha como discutir, como dialogar com essa diferença. Mesmo trabalhando junto (...), a luta é muito diferente. (...) Eu acho que a gente tem sempre que lutar pelo bem comum, mas as minhas especificidades elas são diferentes. (OLIVEIRA, 2015b)

Outro elemento retratado nos relatos citados foi a ausência de negras nos grupos feministas. Mas vale lembrar que, nessa pesquisa, eu parto do princípio de que mulheres não brancas sempre estiveram presentes nos diferentes movimentos sociais, porém esses grupos

[112] Queda d'água natural ou artificial, onde a água doce em temperatura ambiente é despejada geralmente por um cano.

sociais foram, na escrita historiográfica hegemônica, inclusive aquelas relativas aos círculos femininos organizados, vítimas de estratégicas racistas de silenciamento e invisibilidade.

Por sua vez, o movimento feminista, a partir da década de 1970, também ressurgiu articulado ao movimento de esquerda. Várias jovens negras começaram a se envolver com as temáticas específicas às mulheres no interior dos partidos políticos. Nesse contexto, elas convergiam as lutas pela democracia com as lutas abrangendo novas ideias sobre sexualidade e autonomia do corpo. Para muitas dessas militantes o marxismo significava uma ferramenta teórica susceptível de colaborar na compreensão da origem da opressão das mulheres. Sandra Maria da Mata Azeredo (2003), ao atentar sobre o seu grupo de reflexão (*consciousness raising groups*) – reuniões independentes nas quais círculos femininos realizavam atividades de conscientização –, criado na cidade do Rio de Janeiro e que, em seguida, foi responsável pela publicação do livro *Espelho de Vênus: Identidade social e sexual da mulher*, em 1981, declarou:

> Primeiro, antes de ficar esse grupinho maravilhoso que depois nós escrevemos o livro, era um grupão enorme com mulheres do movimento de esquerda, porque era a hora que a gente estava conseguindo...73...74... (...) Já era Geisel não era mais o Médici... Já havia alguma possibilidade. Isso está em qualquer história do movimento e é verdade mesmo (Ibidem, p. 15).

Sandra relatou como as pautas sobre sexualidade foram sendo introduzidas nos movimentos feministas nacionais. No início dos anos 1970, ela retornou ao Brasil após uma estadia nos Estados Unidos e, ainda que tenha afirmado seu não envolvimento com as manifestações feministas do hemisfério norte, foi procurada por mulheres residentes na capital carioca que tinham experiências com as mobilizações internacionais e, assim, objetivavam organizar grupos de reflexões na região.

> Em 73 que eu começo a militância nesse... no Brasil. (...) As mulheres todas que eram de esquerda, eu me lembro, entendeu, a gente falava...não teve aquela famosa briga...é... "(...) sexualidade é coisa de burguesa?" A briga era por aí. Eu sempre achando que sexualidade era coisa mais importante do mundo pra todo mundo... não era só pra burguesa, eu era da turma, né, eu e meu grupo. Tanto que o nosso grupo foi se juntando, porque a gente tinha essa posição sexu... (...) Jacqueline Pitanguy, Leila Barsted, Branca Moreira Alves, Mariska Ribeiro e eu. Acho que cinco. A Mariska é psicóloga também. Duas psicólogas. Branca e Leila são do Direito e a Jacqueline é socióloga. (...) Lembra que eu falei sobre masturbação na minha fala? Pro nosso grupo isso foi importantíssimo falar... Nós falávamos muito sobre a sexualidade de cada uma, o que é que significava e... (Ibidem, p. 8-15-16)

O conjunto das reivindicações no feminismo eram feitas em nome da "Mulher". Uma das palavras de ordem desse período era: "o privado é político", enfatizando "as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres." (PEDRO, 2005, p. 79) As experiências cotidianas das

mulheresas levaram a reelaborar críticas direcionadas ao modelo tradicional da família, principalmente por seu caráter autoritário e patriarcal. O país passava por um processo de modernização e de transformação cultural com uma revolução dos comportamentos afetivos e sexuais. Observa-se um maior acesso a métodos anticoncepcionais, recursos às terapias psicológicas, à psicanálise e discussões em torno das sexualidades, do divórcio e da violência doméstica. Todos esses tópicos influenciaram consideravelmente o mundo privado (SARTI, 2004). No entanto, os militantes de esquerda viam os questionamentos das feministas com desconfiança e procuravam excluí-los do debate. Normalmente, os pontos discutidos por essas mulheres eram percebidos como "pequeno burgueses" e fragmentadores da luta principal contra o regime militar e pela superação das classes. Dessa maneira, eram bastante tensas as relações dos militantes do sexo masculino com as mulheres que buscavam abordar os conteúdos do feminismo.

Sandra Maria da Mata Azeredo nasceu na cidade de Belo Horizonte, em 1946. Seus pais eram originários de uma família modesta, ambos com apenas o curso primário completo, e a história do casal, segundo as palavras da entrevistada, foi marcada por duas formas de discriminação: idade e raça. Seu pai, homem branco, era sete anos mais jovem que sua mãe, mulher negra. Na data da cerimônia de casamento ele tinha 21 anos e ela 28 anos. Pouco foi dito sobre a família materna, no entanto, nas duas entrevistas consultadas, a primeira concedida ao LEGH em novembro de 2003, e a segunda que me foi concedida em novembro de 2014, Sandra expôs alguns dados sobre a família paterna.

Embora seu pai fosse oriundo de uma família indicada como tradicional, e a irmã de sua mãe, uma mulher casada, gozasse de um bom nível de vida, sendo definida como "milionária", ele conheceu ainda na infância uma situação de abandono e de precariedade econômica. Ao relatar sobre a trajetória da família, a psicóloga mineira afirmou: "meu pai vendeu doce na rua, andava descalço porque a minha vó, mãe dele, foi abandonada pelo marido. Então, tudo isso eu já percebia desde menininha: os homens abandonam a mulher... (...). Ele deixou ela na pobreza." (AZEREDO, 2003, p. 03) Esse contexto social assimétrico entre as mulheres de sua família paterna (avó e tia-avó), além da diferença de origem racial entre seus pais, conforme o relato de Sandra, foram fundamentais para sua identificação com as teorias feministas e antirracistas. "Eu sempre fui uma pessoa muito crítica, não tanto por livros, mas pela situação de família. (...) Isso me ajudou muito a ter uma visão mais realista do mundo (...), das relações de poder." (Ibidem, p. 03) Contudo, Sandra disse ter sido educada em uma família de classe média, pois seu pai, após o casamento, comprou uma casa em um

bairro prestigioso de Belo Horizonte e sua formação teve início em uma escola particular católica. Alguns anos depois, Sandra e sua irmã continuaram a instrução básica em uma instituição pública.

O estabelecimento educacional, nos anos 1960, foi descrito como um ambiente bastante favorável aos debates correspondentes à conjuntura nacional. Assim, foi nesse local reservado aos jovens que Sandra declarou ter adquirido uma primeira consciência política.

> Foi o desenvolvimento da minha consciência política porque o colégio estadual, nessa época, era (...) muito consciente da questão da comunidade, do público. (...) Quer dizer, isso aqui é uma escola pública, portanto nós temos que fazer coisas para o público, para a sociedade, e nos criavam assim. Tudo o que a gente estudava era pensando em fazer alguma coisa pro social. (Ibidem, p. 04)

Dessa forma, em 1965, aos 19 anos, quando Sandra integrou a universidade, espaço definido por Ridenti (2005) como privilegiado para o recrutamento de militantes políticos, a estudante teve contato com alguns membros das organizações comprometidas com a luta contra a ditadura. Contudo, Sandra respondeu negativamente, desde o início da entrevista, à pergunta referindo-se à sua participação nos movimentos de esquerda, inclusive na Ação Popular. De acordo com a narrativa, seu ingresso na militância política ocorreu somente em 1973, em particular, nos grupos de reflexão feministas.

> Eu não sou de partido de esquerda. Não sou afiliada a nenhum partido, nunca fui. (...) Entrei [na Ação Popular], eu tinha 18 anos. Tão pequena [a participação]. (...) Eu não me lembro. Mas logo teve o golpe e eu me afastei, quer dizer, eu tinha 18 anos. Eu fiz 18 anos justamente em 64, e eu estava terminando o colegial e ia entrar na universidade. (...) Eu posso me considerar de esquerda (...). Mas eu nunca me filiei a nenhum partido e mesmo essa Ação Popular (...). Eu não tinha assim: "Eu sou de AP, da Ação Popular". Eu tenho a maior simpatia, eu acho que nós temos que brigar porque está começando uma ditadura, e nós precisamos fazer uma revolução. Mas eu nunca atuei, (...) eu nunca participei de nada disso. Eu não sei se eu fui a alguma reunião. Eu me lembro que eles nos deram um questionário pararesponder sobre as possíveis habilidades que a gente teria (...). "Você sabe pegar em armas, você sabe dirigir, você sabe..." (...) Foi muito pequena [a participação], (...) não foi insignificante porque eu me senti muito mal com o golpe, eu me senti muito mal com a possibilidade da gente ter uma ditadura que durou muito, mas eu nunca participei ativamente. (Idem, 2014)

Nessa conjuntura, Sandra se posicionou como uma pesquisadora engajada nas lutas pela transformação política e social a partir da escrita.

> eu sou uma pessoa mais intelectual, quer dizer, a minha (...) trajetória, e a minha militância é muito pelo conhecimento. Claro que eu tenho uma prática, né. (...) Mas eu tô muito interessada na construção de um conhecimento que seja libertador. Porque eu acho que as próprias teorias (...) tendem a manter (...) o *status quo*. Então a minha trajetória foi muito pelos livros. (Idem, 2003, p. 06-07)

Em 1970, Sandra casou-se e foi morar com o marido na cidade do Rio de Janeiro. No ano seguinte iniciou um mestrado em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, residiu na cidade de Ann Arbor, na região de Michigan, nos

Estados Unidos, uma estadia que durou até 1973. Essa viagem foi, consoante seu relato, resultado da pesquisa de doutorado de seu companheiro. Nesse sentido, Sandra afirmou que chegou ao país como esposa, isto é, acompanhante do marido, porém já no aeroporto foi recebida pela antropóloga brasileira Mariza Corrêa.

Mariza Corrêa (não se defini como negra) nasceu em 1945, na cidade de Porto Alegre. Em 1969, formou-se em Jornalismo, mas durante a ditadura, devido às perseguições políticas, refugiou-se nos Estados Unidos. Segundo Anette Goldberg (2000), três foram as formas de exílio das mulheres brasileiras: aquelas perseguidas por suas ideias e atividades políticas, que deixaram o país em busca de um refúgio, ou aquelas que foram obrigadas a partir acompanhando um parente e/ou um amigo íntimo; aquelas trocadas por diplomatas nos sequestros e banidas do território nacional; e aquelas que optaram pelo auto-exílio, frequentemente "camuflado" em estadias de estudo, trabalho, viagens ou unicamente como uma recusa a viver sob uma ditadura. Nesses itens Goldberg-Salinas procura considerar todos os aspectos da expatriação forçada ou voluntária. Ela expõe diferentes motivos que levaram as mulheres brasileiras a abandonar a pátria.

Nesse sentido, o termo exílio é empregado com um significado mais lato, representando várias situações de egresso do território nacional. O conceito abrange a saída de pessoas ligadas direta ou indiretamente ao regime militar, em consequência das perseguições, encarceramentos, banimentos ou simplesmente por medo, prudência, insatisfação política. Segundo as organizadoras do livro *Memória das mulheres no exílio*:

> São exiladas as perseguidas, as punidas, as presas e torturadas. São exiladas as que sofreram perseguições indiretas. Esposas, mães, filhas e amantes. São exiladas as que perderam suas condições de trabalho, também aquelas que não puderam suportar o sufoco numa sociedade onde a ditadura desenvolveu e potenciou tantas formas de opressão. E ainda aquelas que teimaram em ser livres onde as liberdades estavam cerceadas. (COSTA. et. al., 1980, p.18)

Mariza Corrêa (2001) foi, dessa forma, uma exilada política. No início dos anos 1970, obteve uma bolsa de estudos para estudar em Michigan. Em 1975, concluiu um mestrado em Ciências Sociais, defendendo a dissertação intitulada *Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais*. Em 1976, trabalhou com Marcos Faerman, editor do *Versus,* e com um grupo de mulheres que atuava no projeto do gaúcho objetivou produzir um jornal feminista. Foi assim que se consolidou o *Nós Mulheres* (1976-1978), um tabloide alternativo publicado pela Associação de Mulheres, marcando o uso da imprensa alternativa como instrumento de divulgação do pensamento de coletivos de mulheres organizadas e, por

consequência, propondo analisar temáticas referindo-se às reflexões políticas da militância feminista contemporânea. Tais grupos, na opinião da antropóloga, estavam

> intimamente articulado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares – que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida (água encanada, luz, transporte), até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (...), movimentos políticos – aí incluídos os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimentos dos homossexuais. (Ibidem, p. 13-14)

Em 1982, Mariza finalizou a tese de doutorado intitulada *As ilusões da liberdade – a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Foi professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Campinas, e professora pesquisadora do Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero da mesma universidade.

O encontro com Mariza na cidade de Ann Arbor foi então determinante para Sandra. A antropóloga já se posicionava como feminista no início dos anos 1970 e, foi por seu intermédio, que a psicóloga conheceu obras literárias de algumas mulheres intelectuais e militantes do movimento (AZEREDO, 2003). No final de 1973, Sandra retornou ao Brasil e, naquele momento, integrou um grupo de reflexão. Em entrevista, narrou como ocorreu esse primeiro encontro com mulheres engajadas, residentes na capital carioca, e apontou a importância das reuniões voltadas para as atividades de conscientização:

> Nos Estados Unidos eu não pertencia a nenhum movimento, nada. Eu não fui lá jogar... rasgar sutiã, nada disso. (...) Quando eu voltei dos Estados Unidos em 73 eu fui procurada pela Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, que já estavam constituindo um grupo feminista. Todas elas já tinham tido contato no exterior com o feminismo, e elas estavam fazendo mestrado no IUPERJ onde o Renato, esse meu ex-marido trabalhava. Então elas...ah sua mulher, quem é sua mulher? Ele falou e elas foram à minha casa me convidarem pra eu participar do grupo delas. Aí sim, eu entro para o grupo de reflexão feminista... Um grupo de reflexão feminista é um grupo que te marca mesmo, e muda mesmo a sua vida, né. Então, é basicamente isso. (...) Nós reuníamos toda semana, e isso também mudou muito a minha visão, porque a gente sentava lá né, no grupo... Era um grupo de consciência...era um grupo de consciência. Chamava-se grupo de...era...como é que é??? Era "consciousness raising group" em inglês, e nós traduzimos para Grupo de Reflexão Feminista... (Ibidem, p. 07-08-15-16)

Romy Mendeiros[113] já havia realizado, em 1972, o I Congresso Nacional de Mulheres.[114] O evento abordou temas relacionados a diferentes aspectos do feminismo, até mesmo assuntos polêmicos e considerados tabus como o planejamento familiar. Foi composto

[113] Em 1949, ao lado da advogada e mulher negra Maria Rita Soares de Andrade (militante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino desde sua criação nos anos 1920), Romy Medeiros foi uma das fundadoras do Conselho Nacional de Mulheres. Em 1962, ela também contribuiu para a aprovação do Estatuto da Mulher Casada. Até então a cidadania das mulheres casadas, desprovidas da liberdade de viajar e de trabalhar, era controlada pelos maridos. Esse estatuto também definiu que esposas e maridos precisariam de um acordo mútuo para gerar os bens do casal.

[114] Apesar da obtenção de uma autorização, o evento não aconteceu sem dificuldades, pois Romy foi várias vezes convocada pelo Dops.

por representantes da Igreja Católica, das grandes empresas e por feministas, entre elas, Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti e Carmem da Silva. Mas, em diversas ocasiões, essa aproximação dos grupos feministas com a Igreja Católica impediu que determinadas temáticas fossem inseridas nas pautas dos movimentos feministas, incluindo aqueles que colaboravam com os setores religiosos mais progressistas.

Por outro lado, intelectuais e militantes engajadas consideravam que suas questões específicas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2004). Dessa maneira, o movimento criticava o caráter universal da palavra "Homem", referindo-se a todos os seres humanos, e reafirmava uma identidade da "Mulher" abrangendo, inclusive, seus respectivos dilemas. Pensava-se que havia um "problema da mulher" e que esse deveria ser analisado unicamente por elas. Nessa perspectiva de asserção da identidade, desagregada da do "Homem", constituiu-se então a prática de se reunir sem estes, pois, a não-mixidade era uma forma de se garantir a palavra (PEDRO, 2005). Desde o início dos anos 1970, estabeleceu-se entre aquelas que tinham certas afinidades políticas o hábito de se encontrarem em torno de grupos de reflexão. Convém ressaltar, contudo, que para a maioria dos historiadores essas reuniões eram compostas por mulheres das classes médias, intelectualizas e de esquerda, e algumas delas já haviam residido nos Estados Unidos e/ou na Europa (PEDRO, 2006). Em todo caso, temáticas associadas à intimidade das mulheres, tais quais aborto, sexualidade, planejamento familiar etc., ainda se mantinham nos círculos das discussões privadas e, sem repercussão pública, eram empreendidas principalmente em pequenos grupos de conscientização.

Segundo Pinto (2004), foram então esses grupos de reflexão de caráter privado que buscaram o apoio da ONU e organizaram o evento para comemorar o Ano Internacional da Mulher em 1975. Esse acontecimento – "quase um encontro de amigas" – denominado *Pesquisas sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira*, tornou-se um marco na história do feminismo brasileiro e, apesar de possuir relações com os partidos políticos de esquerda, no conjunto, foi formado por mulheres de tendências políticas diferentes. De toda maneira, considerando o contexto de repressão política, esse encontro representou um risco muito grande para suas/seus participantes, mas em compensação, também constituiu um importante espaço de atuação. Maria do Espírito Santo,que esteve presente na manifestação, contou:

> Quando a gente tava nesse processo de discussão, final do ano de 1975, que foi um ano de registro do feminino no Brasil, nós fizemos o primeiro encontro nacional – olha a ousadia – sobre feminismo. E nós convidamos companheiras que a gente já conhecia de São Paulo, uma aqui uma acolá, mas foi basicamente Rio e São Paulo. E nós fizemos na ABI aqui. E foi uma coisa linda, linda, porque a gente, tu sabes

> aqueles encontros onde ninguém é importante? Entendes? Todas nós éramos importantes. (SANTOSb, 2005, p. 09)

Sandra também afirmou ter participado do evento e, nessa continuidade, relatou:

> Participei, e nós preparamos e organizamos juntas... (...) Eu estava na organização, mas assim, meio por fora. Eu tava com criança pequena, enfim, eu não sou um grande nome como Jacqueline, Mariska, esse pessoal todo. Mas, e aí... a partir daí eu nunca mais deixei. O nosso grupo existe hoje, apesar de eu estar em Belo horizonte, elas tão...a Branca está em Brasília, né. A gente saiu, mas é um grupo pra sempre, né. (AZEREDO, 2003, p. 08)

Como resultado dessa atividade surgiu, em setembro de 1975, o Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro. O organismo tinha como meta mediar e articular as propostas feministas no âmbito da ação coletiva. Nesse sentido, ele instaurou um centro de estudos e pesquisas responsável pelo fomento de seminários, discussões e produção textual, em jornais, revistas e livros, sobre a condição da mulher. No entanto, as tensões entre lutas específicas e lutas gerais gerou divergências na entidade carioca. Um grupo de 21 mulheres, do qual fizeram parte algumas sócias fundadoras da CMB, assinaram um documento chamado "Documento das 21" que exigia transformações na organização visando à inclusão de temáticas próprias ao feminismo. Contudo, face às resistências e aos conflitos, as 21 ativistas decidiram se reunir fora do CMB e criaram, em abril de 1979, o Coletivo de Mulheres.

Em 1975, após quatro anos de pesquisa, Sandra defendeu sua dissertação de mestrado, a qual teve como objetivo analisar "o diagnóstico psicológico em processos criminais." (Ibidem, p. 07) Alguns anos depois, em 1981, iniciou o doutorado em Psicologia, sob a orientação da professora Donna Haraway, nos Estados Unidos. Nesse período, Sandra teve a oportunidade de entrar em contato com outras mulheres que associaram o trabalho intelectual à militância política. Nos Estados Unidos, durante sua pesquisa, ela conheceu a escritora bell hooks, com quem participou de uma disciplina intitulada *Feminismo e diferença,* na Universidade da Califórnia em Santa Cruz. A partir de então, Sandra alegou ter criado relações mais sólidas com militantes negras organizadas. Ela relatou esse encontro:

> Eu fui convidada para falar sobre o movimento feminista no Brasil, (...) o *Espelho de Vênus* (...). Uma das mulheres maravilhosa que foi me assistir foi a bell hooks (...). E nós ficamos muito amigas. (...) Então amizade mesmo com mulheres negras conscientes do racismo se deve ao fato de eu ter ido para os Estados Unidos. (AZEREDO, 2014)

Vale ressaltar também que é nessa região que residiam as escritoras e ativistas chicanas Gloria Anzaldúa e Cherríe Moraga, coautoras do livro intitulado *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color,* publicado em 1981. Apesar de não as ter encontrado pessoalmente, Sandra mencionou as leituras e debates de suas produções textuais

durante o curso de doutorado, além das leituras e debates das produções textuais da própria bell hooks. Ela declarou: "Nós lemos Albert Memmi, Dorothy Dinnerstein, Cherríe Moraga, Gloria Anzaldúa, bell hooks. O engraçado é que ela era nossa colega e nós estávamos lendo o texto dela. A gente foi lendo essas pessoas né." (Ibidem) Ao relatar sobre a escrita de bell hooks, Sandra sublinhou práticas de ruptura com o paradigma dominante. De acordo com seu ponto de vista, "ela quebra muito a coisa acadêmica, essa linguagem né. Ela tem toda essa coisa, essa linguagem acadêmica não é uma linguagem legal." (Ibidem) Sandra citou, de modo igual, sua presença nas aulas administradas pela professora universitária e ativista indiana Gayatri Chakravorty Spivak. (Ibidem)

Sandra fez parte do grupo CERES que efetuou uma pesquisa sobre a identidade social e sexual da mulher nos anos 1978-1979, para a Fundação Carlos Chagas, a qual realizou cinquenta e três entrevistas com mulheres entre 10 e 84 anos de idade, de diferentes categorias socioeconômicas e residentes na cidade do Rio de Janeiro. Tratou-se, de acordo com o prefácio, de uma coleção de narrativas sobre sexualidade, aborto, casamento, maternidade, emprego etc. Sem romper totalmente como o CMB, o círculo manteve o grupo de reflexão independente que existia antes de 1975. Como resultado da investigação, o CERES publicou, em 1981, o livro intitulado *Espelho de Vênus*. Ainda conforme o prefácio da obra, e seu entusiasmo em expor a presença de informantes empregadas domésticas originárias dos bairros desfavorecidos, é possível supor que as autoras coletaram relatos de mulheres negras:

> Subiram morro, desceram morro, entraram em barracos e em apartamentos de luxo, em lares convencionais e em estúdios "boêmios", em casas de família completas ou de famílias desfeitas, em residências elegantes onde, após umas horas na sala ouvindo a "patroa", embarafustavam pelos quartos de serviço para recolher o testemunho da empregada. De mulheres das mais diversas condições etárias, socioeconômicas e familiares – a garotinha e a vovó, a doméstica e a burguesa, a analfabeta e a universitária. (ALVES *et al,* 1981, p. 12)

No entanto, ao se referir ao projeto, Sandra afirmou a ausência de análises correspondentes às particularidades das mulheres negras, lésbicas e transgêneros.

> Nós achávamos que todas as mulheres eram brancas e heterossexuais. A questão da homossexualidade ela não aparece no *Espelho de Vênus*. É claro que nós entrevistamos um monte de mulheres negras, quase todas empregadas domésticas, mas nós não achamos estranho isso não. As brancas são as patroas, as brancas são de classe média alta e as negras são empregadas domésticas, nós não estranhávamos isso. Se bem que eu tive certo estranhamento entendeu e aí já começa alguma coisa... Eu pensando nessa questão das empregadas domésticas que foi o que eu fiz na minha tese de doutorado. (AZEREDO, 2014)

Sandra trabalhou como psicóloga nas Delegacias de Defesa da Mulher, um órgão público criado para combater à violência contra as mulheres. A primeira unidade foi instalada

no Estado de São Paulo, em agosto de 1985, tendo por base a função de garantir segurança à população feminina, com práticas de investigação, prevenção e repressão dos crimes cometidos. Nas dinâmicas de auxílio àquelas que foram vítimas de agressões, as Delegacias possuem setores jurídicos e psicossociais. No momento da entrevista, Sandra era professora da Universidade Federal de Minas Gerais.

As temáticas relativas à questão racial, nas palavras da psicóloga, não foram discutidas no livro *Espelho de Vênus*. Na verdade, o princípio de solidariedade e de unidade entre as militantes, assim como a ausência de discussões em torno da raça, fez com que as pautas e as conquistas do movimento feminista beneficiassem principalmente as mulheres brancas. Sem a pretensão de desqualificar a importantíssima contribuição do Movimento Feminista citado, o fato de esse movimento ser formado essencialmente por mulheres brancas da classe média e intelectualizada, que tinham a necessidade de se consolidar a partir de uma imagem única da mulher, sem distinguir as diferenças do ser mulher, e que não tinham uma posição crítica direcionada à ideologia da democracia racial, dificultou a inserção de tópicos equivalentes às especificidades das mulheres negras. Apesar disso, acredito que as mulheres organizadas promoveram diferentes atividades voltadas para as populações desfavorecidas, ou seja, negras, mas com valor superior as essas práticas verticalizadas, como foi mostrado no capítulo anterior, grupos sociais não brancos foram protagonistas ativos nos movimentos feministas. Outro ponto a ser tratado a seguir é a questão da visibilidade das lésbicas.

Em entrevista concedida a Jules Falquet (2002), Neusa das Dores Pereira e Elizabeth Calvet (também integrantes do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, constituído em 1995, e do Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulheres, constituído em 1994), organizadoras do 5º Encontro de Lésbicas Feministas da América-Latina e do Caribe em 1999, relataram as dificuldades encontradas nas iniciativas de articulação com os movimentos feministas. Para Neusa, mulher negra e lésbica, os tais movimentos, ainda nos anos 1990, se desinteressavam pelos problemas específicos à questão racial e à questão lésbica. Ela declarou:

> A relação com o movimento feminista é, por assim dizer, curta, desconectada, bastante difícil. Não sei por que, sempre foi assim. O movimento feminista, em geral, sempre foi muito fechado com relação à questão racial e à questão lésbica. (...) Nos encontros feministas nacionais, as lésbicas devem cada vez esculpir seu próprio espaço. (PEREIRA, 2002, p. 113-115)

Alguns anos mais tarde, durante a narrativa que me foi concedia em 2015, quando descreveu sua relação política como os movimentos feministas e negros no final dos anos 1970, Neusa acrescentou o seguinte:

> No movimento negro eu nunca me senti muito à vontade, nessa época. Era um movimento extremamente machista e grosso. Uma coisa horrorosa que eu não segurava a onda nem de ver. Era um movimento grosso, mal-educado. Foi mais fácil para mim chegar primeiro pelo movimento feminista. Dentro desse movimento de mulheres que já começa a surgir algumas são identificadas como sapatões. Aí já tem as mulheres identificadas mesmo. Aí começa [também] a nossa saga dentro do movimento negro de lésbicas. Nunca foi brincadeira não. Não foi brincadeira dentro de nenhum movimento. Nem do feminista branco também não foi. Porque as feministas brancas sempre questionaram as lésbicas brancas também, imaginem as negras? (risos). Era uma coisa que elas queriam distância. O movimento feminista sempre quis distância dos movimentos de lésbicas, porque elas achavam que a gente de uma certa forma vinha contaminada de machismo. (PEREIRA, 2015b)

Neusa das Dores Pereira nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1945, mas, para se esquivar do pagamento de uma multa, sua mãe a registrou no cartório, aos sete anos de idade, como tendo nascido em 1943. Sua mãe prestava serviços e, ao mesmo tempo, residia no espaço domiciliar da família empregadora. Assim, Neusa, no decorrer da entrevista, afirmou que durante a maior parte de sua juventude viveu na casa dos patrões. No relato coletado em 2015, declarou não ter participado dos movimentos de esquerda, pois seu principal objetivo, nessa época, era "resgatar" sua mãe do trabalho doméstico, inscrito em uma situação de exploração e opressão e, para isso, considerava necessário evitar a repressão política.

Após ter tido a oportunidade de seguir uma formação em escolas prestigiosas da capital carioca, Neusa optou por ingressar, no início dos anos 1960, no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, antigo Instituo de Educação. Nesse estabelecimento, obteve o diploma da Escola de Professores, a denominada Escola Normal. Em 1964 e 1965, participou de alguns eventos de artes cênicas para um público infantil organizados pela entidade educacional, a qual foi caracterizada no decorrer do encontro como conservadora, porém nessas manifestações, marcadas por representações teatrais de protesto, ela adquiriu consciência dos problemas políticos nacionais. Em contrapartida, um coronel do Exército, descrito como um vizinho, alguém que vivia próximo à casa de sua madrinha, local onde Neusa e sua mãe passavam os dias de folga, e que também lhe ajudava com a aprendizagem da matemática, química e física, frequentemente advertia sua família e aconselhava a estudante a se manter distante das atividades de contestação. Ele dizia: "Não se mete nisso não. Não se mete nisso não. Venha ver no que ela está se metendo. Olha, cuidado (...)! Vê essas reuniões que você anda indo. Cuidado!" (Ibidem)

Em 1966, Neusa integrou um curso preparatório da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), tendo como meta a realização de uma formação superior na instituição. Nesse período, iniciou um relacionamento íntimo com um de seus professores, jovem estudante acadêmico e filho de um militante do PCB e, ao mesmo tempo, passou a frequentar

diferentes espaços de socialização, sobretudo um estabelecimento chamado Divino, situado na Tijuca, bairro da zona norte do município do Rio de Janeiro. Esse local foi retratado na entrevista como "o *point* da juventude, assim, tida como a primeira juventude transviada. A juventude que fumava, que bebia, a juventude que discutia muita política." (Ibidem) Diante da efervescência ideológica e cultural dos anos 1960, e próxima de pessoas que participavam ativamente dos movimentos de esquerda, Neusa se questionou, inúmeras vezes, junto a seu companheiro, sobre as possibilidades de se engajar na resistência. Ademais, nessa ocasião, com um recente diploma de professora, conseguiu um emprego remunerado e, mediante o pagamento de um salário, retirou-se com sua mãe e um primo de uma moradia precária e, em seguida, alugou o seu primeiro apartamento. No seu relato, Neusa descreveu esses episódios:

> Por acaso, eu comecei a namorar um dos rapazes professores daquele grupo. Ele era o cabeção da época sabe. O pai dele era comunista, do pcbão mesmo. (...) Enfim, eu comecei a namorar com ele. Aí minha cabeça foi a mil. Por um lado, ele queria que eu entendesse tudo, muito jovem também, 20 anos, (...) por outro lado, ele queria me proteger muito. Porque ele sabia desse meu plano (...) de resgate da minha mãe. Eu estava me formando para cuidar da minha mãe. Estava me formando para tirar minha mãe da casa de família. E, nessa época, eu já tinha aos meus cuidados um primo. A mãe dele enlouqueceu, o pai dele largou ele para lá, ele já estava morando comigo e a minha mãe. E a gente tinha alugado um barraquinho para morar. (...) E esse menino já estava morando com a gente (...). Ele [o namorado] ficava entre a cruz e a fogueirinha. Eu preparo a Neusa, não preparo a Neusa? Com é que fica esta história? E eu também vendo que o negócio estava ficando feio naquela época, foi o pré-68. Eu me formo em 66 e consigo, já com meu salário, alugar meu primeiro apartamento. Mas antes disso, antes de me formar, a gente estava morando ainda nesse barracãozinho. (Ibidem)

Neusa, porém, tinha como principal prioridade assegurar sua segurança e o bem-estar de sua família. Nomeadamente, no período posterior a um tiroteio que ocorreu na sua rua, quando os militares invadiram uma casa vizinha para prender indivíduos considerados subversivos e Neusa, diante dessa circunstância de violência, sem ter previamente informado sua mãe sobre suas amizades e atividades, entrou em pânico pensando que a ação tinha sido organizada com o objetivo de encontrá-la. Após esse evento traumático, durante o qual supôs que seria encarcerada, ela optou por se manter discreta e evitar problemas com os órgãos de repressão, condição que, segundo seu ponto de vista, era indispensável para garantir a tranquilidade e, com seu trabalho, uma vida digna para seus parentes. Sobre a decisão de não participar das atividades políticas nos anos 1960-1970, ela explicou: "eu tinha outra coisa para fazer na minha vida. Não menos nobre. Eu tinha minha mãe para cuidar e tinha esse molequinho para cuidar. (...) Eu não tinha chance alguma de ser exilada. Eu não tinha chance nenhuma. Eu ia era para vala mesmo." (Ibidem)

Neusa também afirmou que, durante o relacionamento afetivo, se assumiu como lésbica e, paralelamente, o professor, apesar de nunca ter reconhecido publicamente sua orientação sexual, se assumiu como gay, situação que ocasionou o fim da união, mas que, em compensação, marcou o início de um novo estilo de vida. Sua rede de amizade, a partir de então, foi composta por indivíduos que se identificavam como homossexuais e, além disso, sua residência foi descrita como um espaço frequentado por diferentes comunidades LGBT. Juntos, eles criavam estratégias de sobrevivência e novos ambientes de socialização.

> Eu tinha um amigo gay, (...) meu vizinho de porta. E o que a gente fazia? Nós éramos namorados. Era nossa forma de escapar da história. Eu era namorada dele e ele era meu namorado. E a gente ia para tudo que era lugar. Mesmo depois que eu tinha namorada, mesmo depois que ele tinha namorado, a gente ia trocando os casais no meio da rua. Foi a nossa estratégia né. Foi a estratégia para poder namorar em paz nos anos 1970. A gente tinha essa estratégia. Em casa minha mãe não perturbava. A gente ficava tranquilo na minha casa. A minha casa, na verdade, sempre foi um grande coletivo de LGBT. Todo mundo ia lá para minha casa. Minha vida a partir daí foi assim. Na minha casa se reunia, todo mundo ia para lá final de semana. Dali a gente se juntava, saía para a boate, saía para o samba. Mas saía todo mundo camuflado porque a gente não era idiota para botar a cara na rua e levar porrada. A gente namorava os quatro. A gente tinha bastante estratégias. Uma vez a gente estava na rua, um era mais esperto: "Olha, lá vem os homens." Trocava de casal rapidamente. Carros também. Depois a gente começou a ter carro. Foi tudo dentro dessas determinadas estratégias. A gente tinha que sobreviver. (Ibidem)

Em 1974, enquanto professora primária, Neusa participou da reorganização dos sindicatos de sua categoria. Nesse período, ela também havia se tornado mãe ao adotar uma menina. Mais tarde, formou-se em Letras com ênfase no estudo do português-francês e, em seguida, concluiu uma especialização em inglês. No final dos anos 1970, tornou-se membro do movimento negro, colaborou com a estruturação do Instituto de Pesquisa e Cultura Negra (IPCN) e, além disso, fez parte do grupo de mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1996, foi uma das organizadoras do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas no Brasil (Senale), e tal evento, ocorrido no dia 29 de agosto, foi um marco para a criação do dia nacional da visibilidade lésbica. Neusa é professora aposentada (Ibidem). Por questões familiares, optou por não atuar nas organizações de esquerda durante a ditadura, mas, vale lembrar que esses grupos foram compostos por vários militantes que, explicitamente ou implicitamente, se posicionavam enquanto homossexuais.

Nesse sentido, ao analisar as pesquisas do historiador estadunidense James N. Green (2012b), considero que indivíduos mobilizados pelos direitos de gays e lésbicas também foram importantes atores na ordenação das Novas Esquerdas. Desde 1969, a rebelião de Stonewall em Nova York que representou uma série de manifestações de grupos homossexuais contra a violência policial e, paralelamente, favoreceu o surgimento do

movimento de libertação gay estadunidense, estimulou a formação de coletivos na Argentina, México e Porto Rico. De acordo com Green (Ibidem), agrupamentos específicos que agiam pela liberdade sexual individual e contestavam valores tradicionais heteronormativos naquele período não se consolidaram no Brasil, porém os princípios contraculturais influenciaram diretamente intelectuais e estudantes.

Jovens e adultos que rompiam com os códigos de sexualidade e gênero se encontravam em residências privadas, parques, praças, cinemas, bares, boates e praias. Certos espaços de sociabilidade eram frequentados exclusivamente por um público LGBT e neles, desde o final dos anos 1960, se constituíram redes de amizade e solidariedade, além de articulações com uma posição crítica à homofobia e à viabilidade de mobilização político-social. Muitos desses indivíduos que, de modo igual, atuaram em grupos clandestinos de esquerda, no instante em que foram consolidadas as primeiras coletividades com o propósito de reivindicar suas pautas específicas, intervieram com suas anteriores experiências enquanto militantes e organizadores. Em 1978, surgiu o jornal alternativo *O Lampião da Esquina* e, em seguida, nos anos 1978-1979, com a participação, em sua maioria, de homens gays, mas também algumas lésbicas, foi fundada a primeira entidade pelos direitos dos homossexuais no Brasil. Seu nome era Somos: Grupo de Afirmação Homossexual. Suas reuniões eram direcionadas, sobretudo, para a conscientização e discussões de seus respectivos problemas.

Militantes homossexuais foram nessa perspectiva importantes protagonistas na luta contra a ditadura. As novas esquerdasse articularam, em diferentes circunstâncias, com movimentos antiguerra, em defesa das mulheres e negros e, além disso, com ativistas gays, lésbicas e transgêneros. No entanto, segundo Green (2012a, p. 64), os círculos revolucionários, no âmbito das discussões sobre a sexualidade, são marcados por contradições: "[se] defendia a liberdade, a libertação e uma transformação radical da sociedade, mas (...) marginalizava homens e mulheres que não seguiam gêneros e comportamentos sexuais normativos." Se, por um lado, os grupos de resistência suscitavam a insubordinação dos códigos morais e culturais, por outro lado, rejeitavam ideias inovadoras susceptíveis de romper com as práticas patriarcais tradicionais presentes nas organizações de dominação masculina. Na verdade, grande parte dos intelectuais e militantes políticos, nos anos 1960-1970, consideram indiferentes ou desprezíveis o feminismo e os direitos dos homossexuais. As sexualidades dissidentes nas organizações de esquerda eram, em outras palavras, julgadas como opostas à conduta revolucionária, sendo, portanto, vistas enquanto atitudes "inadequadas" e inadmissíveis (Ibidem).

> Seguiam a perspectiva tradicional sobre a homossexualidade, compartilhada pelo movimento comunista internacional. De acordo com esta visão, o homossexualismo era um produto da decadência burguesa e desapareceria quando o capitalismo fosse derrubado e com o estabelecimento da sociedade comunista. Na década de 30, as leis de sodomia que foram retiradas dos livros nos primeiros anos da Revolução Soviética foram reintroduzidas no código penal, e a homossexualidade foi considerada incompatível com o comportamento revolucionário. A Revolução Cubana perpetuou essa tradição. No início dos anos 60, muitos homens e mulheres homossexuais foram submetidos a acampamentos militarizados para "reformarem" seus "comportamentos anti-sociais". O Primeiro Congresso de Cuba de Educação e Cultura, em 1971, declarou que a homossexualidade era uma "patologia social". Homossexuais homens e mulheres tiveram o seu acesso barrado em atividades culturais ou educacionais. Militantes brasileiros revolucionários e líderes de uma série de organizações que receberam treinamento em Cuba, certamente, absorveram ou, talvez, até mesmo aprovaram, essa perspectiva, que era paralela aos conceitos sobre a homossexualidade prevalentes no Brasil naquela época. Da mesma forma, a ideologia Maoísta do Partido Comunista do Brasil, da Ação Popular, e de outras organizações revolucionárias menores, considerou que a homossexualidade era um produto da decadência burguesa e que desapareceria com a revolução socialista. (Ibidem, p. 72)

Militantes gays e lésbicas, especialmente a partir de 1979, produziram então uma crítica profunda à esquerda e suas práticas e discursos homofóbicos, enquanto as organizações políticas frequentemente consideravam que a luta por direitos específicos, contra o sexismo, racismo e homofobia, resultaria na divisão da resistência contra a ditadura, gerando, assim, intensas divergências com relação à presença dos ativistas gays e lésbicas nas manifestações operárias, assim como o lugar da esquerda no novo movimento (GREEN, 2012b).

Por seu turno, os agentes da ditadura avaliavam os comportamentos sexuais não normativos como uma ameaça à segurança, à família e à "moral e os bons costumes". O discurso católico e anticomunista que, a princípio, legitimou o regime autoritário, fundamentou suas manifestações na ideia segundo a qual existiam afinidades concretas entre marxismo, imoralidade e homossexualidade. Dessa forma, instaurou-se, desde 1964, a partir dos órgãos de repressão vigentes, um forte patrulhamento dos ambientes ocupados por gays e lésbicas. Homens e mulheres que usavam vestimentas ou mantinham outros sinais visíveis, como cortes de cabelo não conformes ao sexo biológico, eram vítimas de agressões e prisões arbitrárias (RIO DE JANEIRO, 2015). Entretanto, conforme as análises de Green (Ibidem), indivíduos homossexuais engajados na oposição foram coibidos mais por suas afiliações e atuações políticas do que por suas sexualidades.

Neusa das Dores Pereira (2015b), ainda que não engajada na resistência, narrou um episódio em que foi detida por causa de sua participação nas atividades de um teatro popular, um grupo que foi considerado pelos agentes da repressão como responsável pela encenação de peças de caráter insurgente. Neusa na verdade tinha conhecimento da orientação política dos

espetáculos, mas, interessada pelas inovações e expressões culturais contemporâneas, optou por frequentar os ensaios e reuniões dos intérpretes. Jovem, ela pretendia manter uma vida social ativa. No entanto, o local foi atacado de forma repentina e violenta pelos militares e, nesse cenário, os integrantes do círculo artístico, inclusive a professora normalista, foram encarcerados.

Neusa teve, contudo, durante a invasão, um atoreflexo que, na sua opinião, foi susceptível de salvá-la. Ciente dos mecanismos de discriminação, considerou mais conveniente fingir que era uma trabalhadora, isto é, que nada tinha a ver com o que se tramava no teatro, e que sua permanência no local era somente para prestar serviços manuais. Afinal, tinha consciência de que os militares julgavam as mulheres negras como "passivas", "medíocres", "incapazes" de agir de maneira subversiva. Ao perceber a irrupção dos agentes da repressão sua estratégia foi, nesse sentido, se instalar rapidamente na máquina de costura (instrumento com o qual já havia desenvolvido habilidades devido à sua situação precária e à necessidade de fazer suas próprias roupas e acessórios), e se comportar como se tratasse de uma ocupação profissional. Nessa ocasião, acreditou na possibilidade de ser vista apenas como uma empregada exercendo uma tarefa subvalorizada e não uma suposta militante política. E esse foi o caso, pois apesar de ter sido presa e nos órgãos militares ter sido vítima de racismo, foi encarada como totalmente desinformada das ações dos artistas e das práticas políticas utilizadas por intermédio das peças teatrais.

> Eu estava numa reunião. Aqui no centro do Rio tinha um teatro de Arena, um teatro de lona. (...) Eu estava na reunião e eu estava sentada próxima a máquina de costura (...). De repente aquela gritaria: "Olha os homens, olha os homens." Aí *boom*, pulei na máquina de costura. (...) Pulei na máquina fingindo que estava ali trabalhando. Eu tinha intimidade com aquela história. Eu fazia minhas roupas, fazia tudo o que era meu. (...) A gente não tinha dinheiro, tinha que fazer mesmo. Eu sentei na máquina e fingi que estava ali. Quando eu sento e finjo que estou ali o cara vem e me pega. "Você vai também." (...) "Você vai também, vai também." (...) Aí eu falei: "Me ferrei." (...) Eles me levaram e (...) eu fiquei cerca de dezesseis horas sem saber o que iam fazer comigo. Aí, quando me levaram perto do principal para ser interrogada, ele olhou para minha cara, (...) perguntou um monte de coisa que eu não sabia, mas não sabia mesmo. (...) Aí ele pegou: "Você trouxe essa menina para cá para quê? Está vendo que essa menina não sabe nada. É a costureira de lá. Não sabe nada. Essa neguinha não sabe de porra nenhuma." Aí começou a bater na mesa, brigar com o cara e eu engolindo seco. (...) Naquela época tinha uma peruquinha que a gente usava. Eu estava com a peruquinha. "Foi a tua patroa que te emprestou essa peruca. Não foi?" Eu: "Foi." Quer dizer, me destratou lá do jeito dele. "Ah, está com a peruca da patroa. Essa neguinha não sabe de nada. Como você me traz essa neguinha para cá? Manda essa mulher embora." Depois de dezesseis horas. Eu saí dali tremendo, tremendo. Eu cheguei em casa eu chorava tanto, eu chorava tanto. Sem poder dizer para a mamãe o que era. (...) E eu prometi para mim, ali mesmo, que eu não ia mais participar de absolutamente nada. (Ibidem)

Neste capítulo, examino, em particular, a repressão exercida contra as populações negras, inclusive sobre os indivíduos residentes nos bairros desfavorecidos. Na primeira parte, com a intenção de contextualizar o período do golpe de 1964, analiso o governo Goulart e sua relação com os partidos políticos contemporâneos. Inicialmente, observo a crise política que resultou na instauração do regime parlamentarista, opção julgada apropriada naquele momento para evitar a guerra civil. Em seguida, investigo o regime presidencialista e a proposta de aliança PTB-PSD, que recebeu críticas diretas dos setores mais à esquerda do PTB e especialmente do PCB, organizações que definiam tal política como "conciliadora". Finalmente, exploro a criação da FMP, com a atuação da Nova Esquerda e seu papel na conjuntura de polarização político-ideológica. Admite-se na historiografia, sem considerar o viés racial, que a "coalizão radical pró-reformas" foi constituída por camponeses, operários, militares subalternos, artistas e estudantes. Com exceção dos universitários, supõe-se nessa pesquisa que os outros círculos também eram compostos por negros e negras. Assim, considerei indispensável apresentar algumas imagens capazes de legitimar suas atuações nas diferentes manifestações políticas.

Na segunda parte, analiso a ideologia anticomunista e a repressão política instaurada no Brasil, incluindo nessa ocasião a presença das organizações de esquerda e, ao mesmo tempo, os mecanismos de coibição instalados nos bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro. As Forças Armadas, com objetivo de se tornarem um ator político, foram importantes agentes nas iniciativas violentas organizadas pelo Estado. Eles constituíram diferentes órgãos a níveis estaduais e nacional para tais fins. Em 1964, a estrutura repressiva foi amplamente reforçada. Segmentos da sociedade civil, por sua vez, também se mobilizaram contra a "ameaça vermelha". Assim, reflito sobre as instituições militares responsáveis pelas perseguições, bem com reflito sobre as atitudes de alguns setores da sociedade civil no sentido de legitimar o golpe de 1964.

Nos capítulos seguintes (quatro, cinco e seis) analiso a biografia de nove mulheres negras engajadas nos movimentos de oposição à ditadura. Também as particularidades de determinadas facções da Nova Esquerda, como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB – AV) serão mais bem estudadas. Para compreender as especificidades das histórias de vida das mulheres negras nesses grupos políticos caracterizados pela resistência ao regime autoritário, a história oral foi usada com principal metodologia, já que na História do Tempo Presente, as narrativas

propiciam ao pesquisador uma oportunidade de apreender diferentes realidades. Segundo Robert Frank (1992), nesse ponto os desafios dos relatos orais são únicos. Através dessas fontes, esse estudo pode captar todo um sistema de informações. Elas nos permitiram reconstituir as redes de relação afetivas, militantes e profissionais das entrevistadas, além de distinguir as singularidades das trajetórias e, finalmente, indicar os sutis mecanismos da tomada de decisão, mostrando, no decorrer das falas, as motivações, influências e pressões (simbólicas ou concretas) que conduziram as mulheres negras a aderirem às organizações partidárias e, em certos casos, à luta armada.

Nesse sentido, as histórias individuais das informantes se referem às suas experiências de vida, mas também às experiências de vida de várias outras pessoas, assim como os vínculos que elas mantêm com o passado recente. A biografia se inscreve na interação primordial entre o "eu" e o "mundo" (ROSENTHAL, 2006), sendo-lhe atribuída, mediante a confrontação permanente entre a sociedade e o sujeito, um lugar situado entre o particular e o coletivo. As mulheres negras pertencem a uma geração que viveu os conflitos ideológicos dos anos 1960-1970 e, por isso, seus relatos pessoais são criados em articulação direta com a memória coletiva. As narrativas mostram suas identificações com grupos específicos orientados pelas ideologias de esquerda.

No entanto, a atualidade tornou-se muito mais sensível às individualidades. Tratava-se, assim, de compreender o caráter complexo e contraditório da identidade, cujas opiniões e atitudes estão em constante formação. François Dosse (2005) e Giovanni Levi (2006) consideraram que a biografia entrou em uma era hermenêutica, de reflexividade. Essas novas perspectivas garantiram a pluralidade das identidades e, em consequência, foi reconhecida a natureza aberta e dinâmica das escolhas e ações. Foi então fundamental durante a pesquisa se indagar sobre quem são essas mulheres, suas personalidades e seus processos de subjetivação. O essencial da biografia não era mais o apelo à identificação, mas a abordagem da diferença, o que também permitiu múltiplas interpretações sobre as trajetórias individuais.

Além disso, a importância dada à individualidade legitimou a apreensão da unidade pelo singular. Conforme Louis Dumont, (1983, apud LEVILLAIN, 1996, p. 150), "os fenômenos sociais são o resultado de um agregado de comportamento." A biografia é, nesse sentido, capaz de expor a realidade dos problemas comuns a um grupo através das especificidades de uma vida. Os acontecimentos coletivos, tais quais a consolidação dos movimentos de resistência contra o sistema ditatorial dos anos 1960-1970, podem ser analisados a partir de condutas e estratégias individuais. A biografia, ao encontrar, através do

sujeito comum, o traço expressivo dos círculos sociais, adquiriu, dessa forma, uma nova dimensão. Essas ideias têm contribuído amplamente para a renovação da escrita biográfica.

3.1 O golpe civil-militar de 1964.

Após sete meses de governo, Jânio Quadros, eleito sob a sigla da UDN, renunciou abruptamente ao mandato de presidente da República. Segundo Ferreira e Gomes (2014), este foi um ato resultante da falta de base parlamentar, mas sobretudo da sua crença em uma importante mobilização popular que lhe garantisse ulteriormente um retorno glorioso com maior poder político. Contudo, os diferentes setores civis e militares não saíram às ruas para defender seu mandato e sua renúncia foi prontamente aceita pelo Congresso Nacional, o que provocou, em seguida, uma grave e profunda crise nas instituições democráticas, pois, o vice-presidente, João Goulart,[115] também conhecido popularmente como Jango, nesse momento encontrava-se no exterior, onde, a pedido de Jânio Quadros, chefiava uma comitiva comercial na União Soviética e na China. Diante dessa ausência física e da sua relação estreita com os países aliados ao bloco socialista, uma Junta Militar (composta por membros do Exército, Marinha e Aeronáutica) recusou abertamente sua posse na presidência da República, chegando a sugerir que se o dirigente legitimamente eleito retornasse ao país seria imediatamente preso (HAAG, 2011). Segundo Argelina Figueiredo (1993), os ministros militares, nessa ocasião, tinham a intenção de dar um "golpe de baixo custo", isto é, conquistar o poder por intermédio do *impeachment* de Goulart, sem a necessidade de recorrer ao uso da força e das armas.

O Congresso Nacional porém, não declarou sua destituição e, paralelamente, a sociedade civil – partidos políticos, entidades religiosas, movimentos estudantis, grupos de intelectuais, representantes da grande imprensa (com exceção dos jornais O Estado de S. Paulo, Tribuna da Imprensa e O Globo) e várias outras categorias profissionais –, em conjunto com oficiais militares, organizaram diversas formas de resistência em prol da legalidade. Nessas condições, o Congresso, com o objetivo de negociar com a Junta Militar e encontrar uma opção política pacífica, sem se submeter ao poder de suas artilharias, propôs a "solução" parlamentarista. Essa última foi finalmente aceita por todas as partes envolvidas, e Goulart, mesmo contrariado, viu a proposta do regime de gabinete como uma alternativa para evitar a

[115] Após ter sido o vice-presidente de Juscelino Kubitschek, João Goulart foi novamente o vice-presidente de Jânio Quadros.

guerra civil. Em 1961, ele tomou posse como presidente legítimo, mas quem realmente governava era o primeiro ministro.

> O parlamentarismo implica os seguintes procedimentos políticos: por meio de eleições, os partidos políticos elegem suas bancadas para o Parlamento. Um partido pode ter maioria, mas também pode formar aliança com outro partido ou formar uma coligação com vários partidos políticos. Seja como for, o partido majoritário indica o primeiro-ministro. Ele é o chefe de governo. É ele quem indica os ministros de Estado e governa o país. O presidente da República também é eleito, mas não governa. Ele é chefe da Nação, o mesmo ocorrendo quando se trata de monarquias parlamentaristas. Mas o presidente tem uma prerrogativa importante para a estabilidade do sistema político: quando há conflitos entre partidos políticos ou quando o primeiro ministro perde maioria no Parlamento, o presidente da República dissolve o Congresso Nacional e convoca novas eleições. Assim, os cidadãos votam em partidos políticos de sua preferência que, por sua vez, elegerão um novo primeiro-ministro. (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 34)

Dessa forma, o governo João Goulart que se inicia em setembro de 1961, sob a vigência da Emenda Constitucional nº 4, também chamada de Ato Adicional, que instituía o novo regime parlamentarista (demasiadamente complexo e até então desconhecido para todos), além de ter experimentado uma crise militar que quase chegara a uma guerra civil, foi marcado por uma forte instabilidade econômico-financeira, frequentes conflitos político-institucionais e uma polarização do sistema partidário (TOLEDO, 2004). No que concerne ao primeiro ponto, a dívida externa, a inflação, os déficits públicos e a recessão econômica, problemas estes originários do período da presidência de Juscelino Kubitschek, e que já haviam sido detectados e denunciados por Jânio Quadros, eram questões avaliadas pelos especialistas como gravíssimas. No que tange ao segundo ponto, Goulart foi coagido a conduzir uma veemente campanha de retorno ao regime presidencialista, já que o atual sistema lhe cassara seus poderes e desse modo lhe impedira de levar adiante seu projeto de governo, sobretudo as reformas de base, incluindo a agrária, que outrora já era apoiada pelo PTB. Tal período, o ano de 1962, foi palco de divergências quanto à sucessão do Gabinete (o país ficou sem chefe de governo por vários dias)[116] e, para completar, também foi palco de uma grave instabilidade político-militar (com articulações golpistas) quanto à aprovação do plebiscito sobre a continuidade ou não do regime parlamentarista. Por fim, com relação ao sistema partidário, este foi, durante os anos 1950, marcado pela conjuntura de Guerra Fria e antagonismos ideológicos, dificultando, com efeito, a formação de um debate sério, cujo

[116] Os primeiros-ministros do regime parlamentarista foram: Tancredo Neves, a partir do dia 8 de setembro de 1961, Francisco Brochado da Rocha, a partir do dia 12 de julho de 1962, e Hermes Lima, a partir do dia 18 de setembro de 1962.

propósito fosse a tentativa de encontrar soluções comuns estáveis,[117] embora Goulart, eleito sob a sigla do PTB, tivesse optado por uma estratégia administrativa mediadora.

Diante do agitado cenário de sua posse presidencial, sendo esta viabilizada, indubitavelmente, pela resistência civil e militar liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola,[118] sem que isso tenha alterado significativamente a atmosfera de radicalização política, e diante da imprescindibilidade de obter nesse contexto um apoio concreto do Congresso Nacional, tática comum dos regimes de democracia representativa – parlamentaristas ou presidencialistas –, Goulart assumiu uma atitude política moderada e se esforçou por constituir um governo de coalizão (NAPOLITANO, 2014). Nessa lógica, ele compôs em 1961 o "Gabinete da conciliação nacional".

> No governo, a distribuição dos ministérios obedeceu ao número das bancadas partidárias. O PSD ficou responsável por três ministérios. O partido do presidente, o PTB, com dois ministérios, mesmo número de pastas da UDN. O PDC, PSB e PSP receberam um ministério cada. A montagem do Gabinete demonstrava a intenção de agregar as principais forças políticas do país. A estratégia política conciliadora do presidente, em relação aos partidos políticos que compunham o Congresso, era evidente, e só pode ser compreendida tendo-se em vista as turbulentas condições de sua posse. Daí a frente suprapartidária que se formou, embora não sem fissuras dentro dos partidos (...). Goulart, portanto, assumiu a presidência com apoio dos grandes partidos do Congresso, com destaque do maior deles, o PSD. Assim, não se deve estranhar o esforço conciliador do presidente para compor com diversos partidos políticos, sobretudo nesses momentos iniciais. (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 36-37)

O PSD era naquele momento o maior partido do Parlamento, e vale lembrar que, a datar de 1945, elegeu todos os presidentes da República,[119] exceto Jânio Quadros. Para isso, consolidou coligações, em especial com o PTB, assumindo dessa forma uma política de respeito às conquistas sociais da legislação trabalhista, aprovação da criação de empresas estatais e manifestação de interesse em discutir as proposições sobre as reformas de base, sendo estas um elemento fundamental na plataforma política do PTB e, em 1960, no programa de campanha das eleições para vice-presidência de Goulart.[120] Nessa perspectiva, o

---

[117] Considerando aqui que pactos e negociações são ações que pressupõem, antes de qualquer coisa, a aceitação de concessões recíprocas. Primeiro, é necessário que os interessados acreditem no diálogo e, ato contínuo, que os interessados estejam determinados em conceder algo em prol de uma convivência "harmoniosa" geral.

[118] Leonel Itagiba de Moura Brizola (1922-2004) foi um engenheiro civil e político brasileiro. Casou-se em 1950 com Neusa Goulart, irmã de João Goulart. Após 1961, atuando no grupo janguista do PTB, Brizola radicalizou suas posições e se tornou liderança da facção de extrema esquerda do partido, denominada nacional-revolucionários.

[119] Em 1950, Getúlio Vargas foi reeleito por meios democráticos sob a legenda do PTB. Mas lembremos também que na ocasião os eleitores do PSD abandonaram seu próprio candidato, Cristiano Machado, para defender a candidatura de Vargas, sendo este o criador de ambos os partidos.

[120] Entre 1945 e 1964, o vice-presidente também era eleito por voto popular, havendo a possibilidade de concorrer de maneira independente na chapa à presidência e tendo a possibilidade também de ser reeleito.

PSD aceitava a ideia da reforma agrária, desde que fosse moderada e com alguma forma de indenização ao proprietário.

Instalado no que se define "centro político" (HIPPOLITO, 1985), o PSD era o partido mais bem organizado em nível nacional, com diretórios e significativas lideranças em diferentes estados. Seu ímpeto fundamentava-se no seu vigor eleitoral e na sua aptidão em atrair e conciliar orientações ideológicas diversas. Assim, o PSD, durante a experiência democrática de 1946-1964, em diferentes circunstâncias assegurou a estabilidade do sistema político. Aliás, o partido, sobretudo no Parlamento, reivindicou a posse de Goulart em 1961 e se opôs às manipulações golpistas.

> Sendo o partido dominante até, pelo menos, o início da década de 1960, não se interessava por conspirações contra o regime democrático ou qualquer tipo de rompimento institucional. Ao contrário, tinha um perfil conservador, mas moderado e apostava nas negociações políticas. Justamente por isso, preocupava-se em não apoiar teses consideradas antidemocráticas e antipopulares, estando aberto ao diálogo. Homens como Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães são exemplos paradigmáticos de lideranças pessedistas: conservadores, mas não reacionários ou golpistas. (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 37)

Nesse sentido, a estratégia política inicial de Goulart era consolidar as alianças de seu partido, o PTB, com seu antigo colaborador, o PSD.[121] Pois somente essa associação lhe proporcionaria maioria no Congresso.[122] Até 1963, o presidente aspirou negociar as reformas de base pela via parlamentar. Contudo, nos anos 1960, a conjuntura política havia se radicalizado e o perfil dos partidos políticos havia se modificado.

O PTB havia conquistado um grande eleitorado ligado ao movimento sindical urbano e rural, estando este último particularmente atento às formulações políticas em torno da questão agrária. Além disso, o partido havia estabelecido relações mais intensas com o movimento estudantil e com oficiais militares que se definiam como nacionalistas. Por fim, o PTB mantinha uma interessante proximidade com o PCB (na clandestinidade desde 1947), autorizando inclusive que sua legenda fosse utilizada pelos candidatos comunistas, que assumiram, nos anos 1960, cargos de governadores, deputados, senadores e mesmo pastas ministeriais. Desde os anos 1950, a entidade representante da esquerda marxista reconhecia a pertinência do regime democrático e a viabilidade da passagem pacífica ao socialismo

---

[121] Cabe ressaltar que para os setores petebistas mais à esquerda, o PSD era visto como um partido reacionário, ou seja, representante da direita.

[122] "Naquele momento, 1961, o PSD era o partido que tinha a maior bancada, com 115 parlamentares. O PTB estava em terceiro lugar, com 66 cadeiras. A UDN formava a segunda bancada, com 70 deputados. No total, a coligação PTB-PSD alcançava 181 parlamentares, ou seja, 55,5% das cadeiras, permitindo ao presidente obter maioria na Câmara. Goulart, possivelmente, esperava repetir o sucesso da aliança dos dois partidos, experimentado durante o governo de JK." (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 38)

(NASCIMENTO, 2016). Assim, ambos partidos tinham um programa semelhante: reivindicavam ações restritivas ao capital estrangeiro e as reformas de base, princípios percebidos como sinônimos de autonomia política, liberdade econômica e, logo, justiça social. Nas eleições sindicais, comunistas e petebistas em coalização participavam do controle das diretorias (LOUREIRO, 2017)

> O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT),[123] a grande central sindical, foi o resultado de várias lutas e conquistas de sindicalistas do PTB e do PCB. Essa central sindical, fundada em agosto de 1962, tinha sua direção partilhada por sindicalistas dos dois partidos. O CGT aglutinou sindicatos, federações, confederações e intersindicais, centralizando as decisões a serem tomadas. Seu programa defendia políticas nacionalistas, estadistas e reformistas, a exemplo das reformas de base, da presença do Estado na economia, da defesa das empresas públicas, da estatização de empresas estrangeiras em setores estratégicos da economia, do controle do capital estrangeiro e da remessa de lucros, por exemplo. (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 53)

Nos anos 1950, após o suicídio de Vargas, o PTB vivenciou um próspero processo de reestruturação. Enquanto Goulart foi seu presidente, estimulou-se a constituição de alianças com amplos setores da sociedade brasileira.[124] No início da década seguinte, o partido se expandiu nas cidades e, progressivamente, adquiriu maior abrangência nacional. Instaurou seus diretórios no conjunto dos estados federais, inclusive nos municípios rurais. Desenvolveu técnicas de campanha que concebesse um eleitorado menos elitizado e intelectualizado. Como citado anteriormente, no campo da competição eleitoral o PTB era o grupo partidário que ideologicamente mais se posicionava à esquerda. Assim, o grande opositor ao seu governo era a UDN.

A UDN era sobretudo um partido anticomunista. Por isso, era contrário às reformas e se opunha aos movimentos sociais, julgando-os como resultado do avanço dos valores de esquerda no Brasil. A propósito, conforme as palavras de Benevides (1981), supunha-se nessa organização que o povo nunca haveria de ser politicamente responsável. Na melhor das hipóteses ele poderia ser "politicamente educado" ou "guiado". As derrotas nas urnas eram então julgadas como "fruto da ignorância popular", resultando em um manifesto desprezo pelas massas. No plano econômico a UDN defendia uma política liberal (marcada por um profundo elitismo) e de privatização, com a abertura do país ao capital estrangeiro e o alinhamento ideológico sistemático aos Estados Unidos. Consolidou-se, nos anos 1950, como

[123] O objetivo de criar uma central sindical no Brasil data do período da Primeira República, mas somente nos anos 1960 esse projeto foi concretizado. Em 1962, foi então constituído o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

[124] Por outro lado, a originalidade de sua legenda, o trabalhismo, foi apropriada por diferentes coletividades e lideranças. Embora a organização tenha lutado pela exclusividade do apelo getulista, reelaborando com sucesso um trabalhismo sem Vargas.

um partido de direita, adotando posturas reacionárias. Seu apelo anticomunista e moralizador da política, fundamentado numa ética de "vergonha, decência e dignidade" (Ibidem) trazia-lhe notoriedade principalmente junto às classes médias urbanas e aos militares. Fracassou-se na sua tentativa de golpe em 1961, entretanto, imediatamente a UDN rearticulou suas manobras conspiratórias.

Cabe destacar que sua primeira investida golpista foi em 1954, quando o partido se encontrava insatisfeito com o programa do executivo nacional. Conforme a opinião da UDN, o regime presidencial iniciado em 1950 propunha muitas medidas trabalhistas, e apesar do histórico autoritário e repressivo de Vargas, seu segundo mandato foi avaliado pelos conservadores como supostamente de esquerda (BENEVIDES, 1981). Assim, com bases antigetulistas desde sua criação, a UDN objetivou tirá-lo do poder, porém a trama foi anulada com o suicídio. A segunda investida golpista foi para interditar a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República. Mas sem obter êxito, os udenistas optaram por difundir, a partir de 1955, a ideia de que sob esse regime o comunismo prosperava amplamente no país, e que fez-se ainda mais vigoroso nos anos 1960 com a ascensão de Goulart. Desde 1961, este foi visto como simpatizante da ideologia comunista e a UDN manteve sua estratégia de realizar um *putsch*. O primeiro objetivo era, dessa forma, destituí-lo do cargo executivo. No episódio golpista de 1961, os nomes com maior destaque foram: Odílio Denys, Cordeiro de Farias, Golbery do Couto e Silva e Carlos Lacerda.

> Eles buscavam sempre combater o comunismo e os comunistas, enfim, as esquerdas [em geral], entendidas como inimigas da pátria e capazes de lançá-la no caos das agitações políticas e sociais. Discurso que não era novo, tendo fortes antecedentes nos anos 1930, mas que ganhava novo ímpeto ante o perigo socializante da Revolução Cubana,[125] que alimentava as inquietações dos Estados Unidos quanto aos rumos dos regimes políticos latino-americanos. Era preciso, porém, convencer a sociedade e suas lideranças civis e militares de que tal perigo era real para então desencadear ações visando à ruptura da ordem constitucional, em defesa dos chamados ideais liberais das democracias ocidentais. Justamente o que não havia acontecido em agosto de 1961, apesar das alegações e acusações de que Jango era um agitador, um demagogo com tendências comunizantes, que precisava ser impedido, com a liderança das Forças Armadas, de chegar ao poder. (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 43)

Assim, Goulart considerava urgente firmar uma coalizão entre o PTB e o PSD, sendo tal artifício, sob seu ponto de vista, o principal meio para neutralizar as articulações golpistas

[125] Em 1959, Fidel Castro, com apoio da União Soviética, destituiu do poder o ditador Fulgencio Batista. Em seguida, seu governo se caracterizou por sua posição anticapitalista e antiestadunidense, alinhando-se ao bloco socialista. Em 1962, foi identificado a presença de mísseis nucleares em Cuba. Inicia-se então a crise dos mísseis e os dois países ficam à beira de uma guerra nuclear. Estes foram finalmente retirados, mas, no ano de 1963 os Estados Unidos impuseram um embargo ao comércio com Cuba. Fidel Alejandro Castro Ruz (1926-2016) foi um político e revolucionário cubano de orientação marxista-leninista.

da UDN, embora sua estratégia fosse criticada pela ala mais à esquerda do PTB e, sobretudo, pelo PCB, agremiações que lhe direcionava uma crítica direta, qualificando-o como "conciliador" (NASCIMENTO, 2016). Além disso, era necessário pôr fim ao regime de gabinete. Para isso, foi realizado um plebiscito em janeiro de 1963, após uma nova crise militar, a qual findou reais suspeitas de uma conspiração golpista orquestrada pela esquerda radical.

Evidentemente, setores conservadores de direita, habilidosamente, conspiraram novamente contra Goulart em 1962. Só que dessa vez, foi Leonel Brizola, principal defensor da legalidade democrática e da ordem constitucional após a renúncia de Jânio Quadros que, pronunciando-se em nome das esquerdas radicais, pediu pelo fechamento do Congresso Nacional e pela ação do Exército para restaurar os poderes presidenciais, um ato que foi visto pelas direitas radicais como um reflexo das intenções antidemocráticas de Goulart e Brizola e, provavelmente, como resultado da organização de um iminente golpe comunista. Conforme Ferreira (2004, p. 191), "desde que Jango tomara posse, Brizola o aconselhava a dar um golpe de Estado: 'se não dermos o golpe, eles o darão contra nós.' Essa opção, no entanto, era descartada pelo presidente. Não estava em seus planos tornar-se um ditador."

Retorna-se ao presidencialismo,[126] e nesse momento, embora as inúmeras instabilidades políticas, Goulart se beneficiava de um imenso prestígio, com maciço apoio popular. A partir de então, com plenos poderes no Executivo, ele procurou garantir a união de centro-esquerda, configuradas pelas bancadas do PSD e do PTB, e renovar suas investidas pela aprovação das reformas de base.

No âmbito das relações exteriores, a diretriz adotada foi a de sustentar uma ação diplomática independente, cujo objetivo era a imprescindibilidade de alargar os mercados de exportação dos produtos brasileiros. Para isso, o governo brasileiro firmou acordos com países do bloco socialista, até mesmo com a União Soviética, e além disso, na Conferência de Punta del Este, no Uruguai, em janeiro de 1962, o ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, optou por uma postura de neutralidade em relação a Cuba, um ato que

[126] A campanha presidencialista também foi dificultada pela descoberta, em dezembro de 1962, na cidade goiana chamada Dianópolis, de um campo de treinamento de guerrilheiros. O treinamento militar era organizado pelas Ligas Camponesas e, no local foram encontradas bandeiras cubanas e manuais de instrução de combate, além de retratos e textos de Fidel Castro e Francisco Julião. Tal ato significava claramente um atentado contra a legalidade democrática às vésperas do plebiscito. Logo o presidente da República foi informado de que o governo cubano articulava sua derrubada do poder. Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999) foi um advogado, político, escritor e agente marxista treinado por Cuba para articular uma revolução armada no Brasil. Foi o principal líder das Ligas Camponesas, organizações com o objetivo de lutar pela distribuição de terras e pelos direitos dos camponeses.

representava oposição às resoluções de sanções econômicas ou ainda de intervenção militar conjunta liderada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e reivindicada pelo governo dos Estados Unidos. Em contrapartida, Goulart remeteu uma carta a Fidel Castro afirmando ser totalmente desfavorável à instalação de mísseis nucleares em Cuba. Alguns meses depois, em março do mesmo ano, na Conferência de Desarmamento, em Genebra, a delegação nacional recusou a obrigação de aderir automaticamente a um dos blocos político-militares.

No âmbito nacional, divulgou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, o qual objetivava combater a inflação e controlar o déficit público. A proposta foi elaborada no final de 1962 por dois ministros: Celso Furtado,[127] ministro do Planejamento, e San Tiago Dantas,[128] ministro da Fazenda. Inicialmente, tratou-se de um programa pensado a partir de medidas ajustadas com políticas econômicas conservadoras (regras prescritas pelo FMI). Tal posição era fundamental para obter o apoio político de certos setores reacionários da sociedade brasileira e obter credibilidade diante dos credores internacionais. Assim, ele resultou em determinações recessivas, "como limitação de aumentos salariais, restrição do crédito, controle dos preços e cortes nas despesas do governo." (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 96)

Em contrapartida, o plano propôs novas prescrições desenvolvimentistas. Era almejado, na verdade, executar as reformas de base (fiscal, bancária, administrativa e agrária) e, com a gerência paralela da inflação, seus autores supunham que o país ingressaria então em um novo ciclo de crescimento. Admitia-se, dessa forma, que as medidas seriam aptas a viabilizar uma solução alternativa para a economia brasileira. Sem dúvida, elas atingiam diretamente os interesses mais imediatos dos trabalhadores e empresários. Contudo, diferente dos planos de estabilização anteriores, os quais atribuíam os custos em particular aos trabalhadores, a distribuição dessa vez era feita de modo mais igualitário entre ambos (NAPOLITANO, 2014). Simultaneamente, o Plano Trienal preparou outras iniciativas: redução das disparidades regionais, investimentos na educação, inclusive na pesquisa científica, e investimentos na saúde pública, sendo frequentemente anunciado pela imprensa como um projeto associado ao Plano Nacional de Educação, sob a responsabilidade de Darcy Ribeiro.[129] O Plano Trienal era principalmente um projeto de estabilização econômica

[127] Celso Monteiro Furtado (1920-2004) foi um economista e teórico brasileiro.
[128] Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964) foi um jornalista, advogado, professor e político brasileiro.
[129] Darcy Ribeiro (1922- 1997) foi um antropólogo, escritor e político brasileiro.

negociado com o FMI e, por conseguinte, foi significativamente validado pelo setor empresarial do país (FIGUEIREDO, 1993). Entretanto, esse não foi o caso das esquerdas brasileiras e, embora não seja possível identificar nenhuma mulher negra na foto a seguir, observa-se que o grupo de grevistas mobilizados durante o governo de Goulart foi majoritariamente composto por negros.

Imagem 11: A greve nacional que interrompeu os transportes no país no início do regime presidencialista de Goulart.

Fonte: Ferreira & Gomes (2014, p. 141)

Os esforços de Goulart para reunir o PSD e o PTB e, com a maioria no Congresso, controlar a inflação e promover as reformas, foram repudiados. As esquerdas, em processo de polarização político-ideológico, já no primeiro mês se insurgiram contra o Plano Trienal. Para algumas organizações, a temática das reformas significava o início da "Revolução Brasileira" (NAPOLITANO, 2014). Qualquer tipo de acordo com grupos de centro era dessa forma descartado. Acreditava-se, de fato, que havia forças suficientes para instituir uma política de confronto direto. Ante o exposto, o plano de Goulart foi rapidamente interrompido, somente após quatro meses em vigor. Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 103-104),

> Goulart estava diante de um dilema. Ele poderia levar adiante o Plano Trienal, mesmo que lhe custasse o apoio das esquerdas e do movimento sindical (...). Nesse caso, a inflação poderia ser diminuída. Um grande benefício para seu governo e para o país. Porém, teria sua imagem desgastada como governante, ante uma população de eleitores prontos para votar em 1965. A outra opção era ceder às pressões do movimento sindical e de segmentos do empresariado. Nesse caso, não arcaria

> sozinho com os custos do Plano Trienal, mas abandonaria o projeto mais bem estruturado de seu governo para controlar a descontrolada economia do país. Jango escolheu a segunda opção. Com isso, perdeu a confiança de grupos empresariais que o apoiavam no combate à inflação. De certa forma, facilitou a adesão desses setores aos apelos dos que já se opunham às políticas de seu governo.

As esquerdas lhe direcionou fortes críticas. Luís Carlos Prestes, em janeiro de 1963, desaprovou o ministério composto por várias personalidades do PSD e afirmou que o Plano Trienal de Goulart não considerava as causas estruturais da inflação. O projeto foi, na realidade, rejeitado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), além de ter experimentado oposições contundentes originárias de algumas personalidades públicas como Francisco Julião, Miguel Arraes[130] e, sobretudo, Leonel Brizola. Concorrente importante no processo eleitoral de 1965, e que disputava com Goulart o controle do PTB. Em geral, esses grupos discordavam da política de "conciliação", marcada pelo forte apoio do PSD, bem como julgavam as medidas de controle da inflação como antipopulares e pró-imperialistas. Dessa forma, o movimento operário e sindical, que naquele momento se organizava e se radicalizava, recusou categoricamente os termos desse pacto social (NASCIMENTO, 2016).

As esquerdas, agregadas na Frente de Mobilização Popular (FMP), sob a liderança de Leonel Brizola desde o início de 1963, contestaram a política de Goulart. Visto naquele momento como um importante representante de esquerda, Brizola exigia do presidente a imediata realização das reformas. A implantação de um governo nacionalista e popular. E apesar de suas características múltiplas, para as organizações que compunham essa coalizão a palavra de ordem era "reforma agrária na lei ou na marra." Ou seja, elas pregavam abertamente a insurreição popular. Afinal, eram legatárias de doutrinas e práticas políticas que preconizavam a revolução e defendiam a ruptura institucional.

Ante a experiência de Cuba desde 1959 e a real suposição de vitória em caso de confronto, não havia então utilidade em insistir na aliança com os pessedistas. Descartando possibilidades de concessões ou compromissos, a Frente de Mobilização Popular optou nessa ocasião pela estratégia de pressionar o governo. No campo extra-parlamentar, a tática política adotada foi a da ação direta: comícios, manifestações, passeatas e greves (FIGUEIREDO, 1993). Pertencia à esquerda o papel de mobilizar a população. Simultaneamente, a entidade

[130] Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) foi um advogado, economista e político brasileiro. Durante sua carreira política, foi prefeito da cidade de Recife, deputado estadual, deputado federal e governador do Estado de Pernambuco. Sobre esse último mandato, seu governo foi claramente identificado como de esquerda. Eleito governador em 1962 pelo Partido Social Trabalhista (PST), e apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), Arraes aprovou a criação de sindicatos, associações comunitárias e as ligas camponesas.

visava tornar-se uma alternativa viável de ação política, uma vez que as posições do PCB eram frequentemente julgadas pela FMP como moderadas (FERREIRA, 2004).

> As esquerdas se encontravam em franco e acelerado processo de radicalização. Um indicador desse processo foi o surgimento da Frente de Mobilização Popular (FMP), em janeiro de 1963, sob a liderança de Brizola. (...) Um autêntico "Parlamento das esquerdas". Brizola, por meio da FMP, queria unir as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. Em seu programa, essa nova Frente exigia que Goulart, com seus readquiridos poderes presidenciais, aprovasse imediatamente as reformas de base, sobretudo a reforma agrária. Para tanto, Brizola determinava que o presidente rompesse com o centro político parlamentar, representado em particular pelo PSD, considerado de direita. Ao mesmo tempo, a FMP concorria diretamente com o PCB, criticando-o e tachando-o de organização moderada — o que, na ótica da FMP, soava como uma acusação de traição. As esquerdas eram plurais, mas a partir do plebiscito de janeiro de 1963, com Goulart exercendo seus poderes presidencialistas, elas convergiram no sentido de se expressar em duas grandes organizações. Uma delas era o tradicional Partido Comunista Brasileiro, liderado por Luís Carlos Prestes. A outra era a Frente de Mobilização Popular, cujo grande porta-voz era Leonel Brizola. Desde a Campanha da Legalidade, Brizola disputava com João Goulart, dentro do PTB, a liderança do movimento reformista. Mas, com a fundação da FMP, passou a concorrer também com Luís Carlos Prestes e todo e qualquer líder identificado como de esquerda.[131] (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 87-88)

Durante seu governo, Goulart se posicionou em favor das demandas históricas das esquerdas. No entanto, desde sua posse como presidente, essas correntes políticas, heterogêneas e regulamente divididas, constituíram uma "coalizão radical pró-reformas" (FIGUEIREDO, 1993). Seus principais componentes eram: as Ligas Camponesas; os segmentos de extrema-esquerda do Partido Comunista Brasileiro – PCB; o bloco parlamentar auto definido como Frente Parlamentar Nacionalista; o operariado urbano do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT; a União Nacional dos Estudantes – UNE; a facção mais esquerdista do PTB; os grupos de subalternos das Forças Armadas;[132] as organizações partidárias menores (Partido Comunista do Brasil – PCdoB, Organização Revolucionária Marxista, publicando o periódico *Política Operária*, e, por isso, ORM-POLOP, Partido Operário Revolucionário (Trotskista) – POR-T, Ação Popular – AP) e, por fim, os artistas e os intelectuais com o Comando dos Trabalhadores Intelectuais. É certo que os espaços intelectualizados foram historicamente ocupados por indivíduos brancos da classe média, mas, provavelmente, o Comando Geral dos Trabalhadores, os setores subalternos das Forças Armadas e, sobretudo, as Ligas Camponesas, foram preenchidas por um número importante de indivíduos negros, embora não tenha sido possível até o presente momento identificar pesquisas científicas que possam certificar o caráter racial desses grupos. De toda maneira, o

[131] Sobretudo Miguel Arraes e Francisco Julião.
[132] Eles reivindicavam o direito de voto dos sargentos e praças.

fato é que, nesse contexto, a aliança entre esses diferentes segmentos de esquerda civis e militares se fortalecia (FERREIRA, 2004).

No campo governamental, Dantas criticou o que chamou de "esquerda negativa", referindo-se a grupos políticos que sob a bandeira reformista desafiavam a legalidade democrática. No entanto, Goulart permaneceu sendo rejeitado pela sua própria base de sustentação, a qual, em diferentes circunstâncias, o hostilizou publicamente. No final do ano de 1963, a FMP reivindicou novamente o rompimento com o PSD e, doravante, a constituição de um governo restrito às esquerdas, sendo este denominado Frente Única de Esquerda. Além disso, requereu alterações na Constituição.[133] O Congresso, por sua vez, foi percebido como uma instituição reacionária. Não havia chances, portanto, de que as reformas fossem aprovadas por via parlamentar. Elas só seriam obtidas, segundo o ponto de vista da entidade, com a atuação das massas nas ruas.

Para essa frente, o executivo deveria obrigatoriamente adotar uma nova estratégia política: "Goulart tinha que fazer uma opção clara: devia entrar no processo de radicalização à esquerda, se quisesse realizar seu anunciado programa de reformas de base." (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 134) A situação política do presidente, nesse contexto de radicalização, tornava-se cada vez mais crítica. Assim, Goulart finalmente decidiu apoiar a Frente de Mobilizar Popular e seu projeto de governo exclusivo das esquerdas. A partir de então, emergiu a ideia de realizar um comício, no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Seu objetivo era demonstrar à nação as bases dessa nova aliança.

> A realização do comício na Central do Brasil, em 13 de março, significou a escolha do presidente pela política da radicalização pregada pelas esquerdas. Excessivamente confiantes, tomados por um sentimento de euforia, os grupos e partidos esquerdistas acreditavam que, após acumularem forças, havia chegado a hora do confronto, do "desfecho". Na Central do Brasil, Brizola falou em nome da Frente de Mobilização Popular. Entre outras questões, defendeu medidas mais definidas, como o fim da política de conciliaçãodo presidente, além da formação de um governo popular e nacionalista que representasse a vontade do povo e atendesse as suas aspirações. Para isso, seria preciso o fechamento do Congresso Nacional e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte como soluções para o "impasse entre o povo e o atual Congresso reacionário". O novo parlamento, defendeu, deveria ser constituído por operários, camponeses, oficiais militares nacionalistas e sargentos, todos "autênticos homens públicos, para eliminar as velhas raposas do Poder Legislativo". Contundente, Brizola afirmou: "irão dizer que a minha proposta é ilegal, que é inconstitucional. Por que então não resolvem o problema através da realização de um plebiscito em torno da questão da Constituinte?". Unidos na Frente de Mobilização Popular, transformada em Frente Única de Esquerda, os grupos e partidos sob a liderança de Brizola passaram a exigir um plebiscito sobre a necessidade de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para realizar as reformas de base. A estratégia era a de enfraquecer o

[133] Segundo a Carta, a reeleição do presidente não era legal, e Brizola, sendo parente de Goulart (cunhado), constitucionalmente também não poderia se candidatar ao cargo do executivo nas próximas eleições de 1965.

> Congresso, incitando a população contra ele. Como afirmavam, o Congresso Nacional era reacionário e não aprovaria as mudanças exigidas pelos trabalhadores. Portanto, era preciso não apenas dissolvê-lo, mas encontrar amplo respaldo popular para alterar a Constituição. (FERREIRA, 2004, p. 206)

O Congresso aqui citado era composto sobretudo por membros do PSD. Este partido, por seu turno, inicialmente não rompeu com Goulart, pois receava prejudicar as eleições de 1965 e o regime democrático. Em contrapartida, a conjuntura também não o permitia dar-lhe apoio absoluto. Na verdade, a direção do partido, conforme as palavras de Hippolito (1985), manteve-se paralisada, embora Juscelino Kubitschek, candidato à presidência pelo PSD no próximo pleito, tivesse consciência da importância da figura de Goulart, propondo-lhe novamente durante o ano de 1963 uma aliança.[134] No entanto, o pacto político – PTB com PSD – que assegurou a democracia brasileira instaurada em 1946, se fragmentava.

O PSD era sistematicamente rejeitado por grupos da esquerda organizada, a base do governo presidencialista de Goulart, o que era claramente observado nas ruas pela intensificação das greves, comícios, passeatas, manifestações e congressos populares. Por um lado, a FMP se negava a "conciliar" e, por outro lado, reivindicava claramente o confronto, designando-o como partido de direita e reacionário. O equilíbrio de forças dentro das esquerdas e dos setores moderados, durante o ano de 1963, rapidamente se dissolvia. A partir de então, o PSD passara a desconfiar do sectarismo dos trabalhistas e da polarização das esquerdas em geral, temendo, nesse contexto, a forte mobilização de operários e camponeses. Para Rodrigo Motta (2000, p. 264) "setores sociais importantes, que até então se mantinham em expectativa, alguns inclusive simpáticos à pregação reformista, alinharam-se ao lado da direita e dos conservadores, sob a bandeira do anticomunismo."

Diante de uma situação cada vez mais ameaçadora, os pessedistas buscariam naquela ocasião uma aproximação com os udenistas. Assim, progressivamente, o partido distanciou-se do presidente. A princípio, o PSD articulou discretas possibilidades de se associar à da UDN. No Congresso Nacional, de maneira informal, consolidava-se uma bancada reunindo pessedistas e udenistas, embora a dinâmica do PSD ainda fosse ponderada, pois sabia que tal posição poderia favorecer a radicalização da direita. Por fim, o comício da Central do Brasil

[134] Isolado, Goulart foi às vezes considerado um presidente paralisado e incapaz de sancionar projetos de sua própria iniciativa. Vale lembrar, entretanto, que diferentes projetos elaborados pelo Executivo foram acatados na Câmara dos Deputados e no Senado. Entre eles podemos citar a Lei de Remessa de Lucros, o Estatuto do Trabalhador Rural e o Plano Nacional de Educação. Houve também o Plano Nacional de Alfabetização que tinha como propósito formar educadores em todo o país. Respaldado no método elaborado por Paulo Freire, o governo pretendia alfabetizar milhões de brasileiros. Também foi criado a Eletrobrás, a Universidade de Brasília, idealizada por Darcy Ribeiro, e o Código Brasileiro de Telecomunicações, futura Embratel. Inauguraram-se as usinas siderúrgicas Usiminas, Ferro e Aço de Vitória e Cosipa. Instauraram-se as bases da hidrelétrica de Itaipu e do porto de Tubarão.

iria "desmascarar" Goulart. O objetivo das esquerdas era doravante romper com a ordem legal, exigindo o fechamento do Congresso Nacional e a mudança da Constituição. A contar desse episódio, o PSD se convenceu de que um golpe liderado por Goulart era projetado.

No que lhe concerne, a UDN se incumbia a tarefa de conspirar contra o presidente. Esta era a oportunidade tanto esperada pela direita desde 1954. Assim, no início de 1964, as articulações entre grupos civis e militares golpistas já haviam prosperado consideravelmente. Havia obtido suporte, é claro, da grande imprensa. Roberto Marinho, Nascimento Brito e João Calmon unificaram suas rádios, a Globo, a Jornal do Brasil e a Tupi, para criar a "Rede da Democracia" em outubro de 1963, a qual apontava a evidência do "perigo comunista", criticava a política econômica do governo e o próprio Goulart. No final do mesmo ano, os governadores de São Paulo, Ademar de Barros (PSP), do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda (UDN), e de Minas Gerais, Magalhães Pinto (UDN), em conjunto com importantes figuras pessedistas, buscavam afinar seus entendimentos políticos. O Estado-Maior das Forças Armadas, por sua vez, tornava-se o centro da conspiração, à medida que seu líder, o general Castelo Branco, assumia o comando do movimento sedicioso. Dessa forma, as direitas, reagrupadas entre militares, empresários, alguns governadores de estados e parlamentares conservadores, mobilizaram-se com o objetivo de conspirar contra a democracia e, em abril de 1964, desmantelaram as instituições democráticas e implantaram uma ditadura (FERREIRA, 2004).

O Ato Institucional número 2 (AI-2),[135] de outubro de 1965, pôs fim ao pluripartidarismo. Em contrapartida, foram instituídos a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). De modo geral, o primeiro tornou-se o partido do governo, enquanto o segundo assumiu o papel de partido de oposição. Homens e mulheres políticos oriundos de diferentes correntes, inclusive aquelas vinculadas às esquerdas, foram impelidos a se filiar ao MDB. Em seguida, o Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, decretou o fechamento do Congresso e proibiu todo tipo de manifestação. Foram intensificadas a censura, os encarceramentos, as torturas, os sequestros e os assassinatos dos militantes da oposição.

[135] Os Atos Institucionais foram decretos formulados durante os anos após o golpe militar de 1964. Trataram-se de instrumentos de legitimação das decisões políticas dos militares, os quais se atribuíam diferentes poderes extra constitucionais.

3.2 O anticomunismo

> Cada vez que há um endurecimento, um fechamento político, o negro é atingido diretamente porque todas as suas reivindicações particulares, a exposição de suas ânsias, a valorização de sua história, desde que não sejam feitas segundo os ditames oficiais, cheiram à contestação subversiva.
> Haroldo Costa
> (1982, apud COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015, p. 02)[136]

Quanto às ações anticomunistas, é certo que o apoio externo estadunidense era fonte de legitimação para as práticas ofensivas. Contudo, nota-se uma atitude autônoma dos setores dominantes locais no tratamento do "problema". Inclusive, a repressão brasileira, no contexto de Guerra Fria, é anterior à Doutrina Truman e ao Plano Marshall, momento em que houve o rompimento efetivo dos Estados Unidos com a União Soviética. Já em 1946, o governo Eurico Gaspar Dutra iniciou o processo de cassação do registro eleitoral do Partido Comunista e, em 1947, anulou as relações diplomáticas com o bloco socialista, uma decisão que na opinião do governo dos EUA era a princípio considerada precipitada, dado que este ainda não havia posto a política anticomunista como prioridade. Além disso, a gestão Dutra formulou seus próprios órgãos nacionais de coleta de informações como dispositivo de controle dos agentes subversivos.

Ulteriormente, a partir dos anos 1950, quando se consolidou a investida anticomunista das agências estatais dos EUA, as administrações Vargas e Kubitschek, especialmente a última, foram menos reticentes quanto à urgência de combater o "perigo vermelho". Nesse período, a preocupação central era solucionar os dilemas do crescimento econômico e do desenvolvimento social. O governo Juscelino visava propiciar ao país uma posição de nação moderna, apta a conviver com as regras da democracia formal e de vencer o subdesenvolvimento. Foi um regime caracterizado pelos esforços de racionalidade, pela industrialização acelerada e pela integração nacional (com comunicação em todo o país). Destacou-se, especialmente, pelo aspecto de uma gestão otimista. Assim, a ação norte-americana, doravante, concentrou-se nos grupos sociais tradicionalmente comprometidos como o anticomunismo: forças armadas e policiais, religiosos e políticos conservadores (MOTTA, 2007).

---

[136] Citação do escritor negro Haroldo Costa publicado no Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

> Em resumo, o anticomunismo brasileiro foi bastante marcado por influências internacionais, tanto no que respeita às representações quanto às ações. Mas isto não impediu que existisse dinâmica própria e elaborações originais no campo das representações. Na realidade, o anticomunismo no Brasil resultou da interação entre fatores endógenos e exógenos, e os elementos desta combinação variaram dependendo da conjuntura histórica. (MOTTA, 2000, p. 19-20)

Na realidade, as Forças Armadas, independentemente das diretrizes oriundas dos países estrangeiros, sempre objetivaram tornarem-se um ator político.[137] Nos anos 1960, mantiveram-se, assim, inscritas no princípio de atuar na frente de segurança pública. No seu ponto de vista, incumbiam-lhe mais uma vez a responsabilidade de garantir a estabilidade política do país. Portanto, houve uma política deliberada de extermínio de líderes das organizações clandestinas de esquerda. O segredo e as mentiras revestiam prisões, torturas e execuções. Os familiares não eram comunicados sobre os encarceramentos e suas iniciativas para obter informações eram frequentemente sem sucesso. As mortes eram anunciadas com falsas versões: atropelamento, suicídio, conflitos com militares ou companheiros de militância. E essas narrativas forjadas, com a contínua indignação de certos setores da sociedade, conduziram os militares posteriormente a adotarem a estratégia do desaparecimento. Os corpos dos ativistas eram sepultados em áreas desconhecidas, cemitérios clandestinos ou em valas comuns destinadas a indigentes.

[137] Para isso, era necessário redefinir seu papel na conjuntura nacional. Assim, ela se posicionou, desde a Proclamação da República, em 1889, como agente principal na garantia da lei e da ordem. Segundo João Quartim de Moraes (2001), a datar desse episódio, foi outorgado aos militares o papel de "poder moderador" ou "poder estabilizador", estando este anteriormente exercido pelo imperador. Diante das perturbações internas, lhe foi naquelas ocasiões imputada com êxito a função repressora, sendo mobilizada contra revoltas regionais centrais: Canudos, 1913, Contestado, 1912-1915 e Coluna Prestes Costa, 1922-1924. Após sua modernização no início do século, os militares esforçaram-se para aumentar a coesão ideológica, unificar a corporação e encontrar os recursos necessários para dominar o sistema político (ROUQUIÉ, 1980). Desfrutou, a partir dos anos 1930, do apoio de Getúlio Vargas, o qual visava formar um Exército suficientemente forte para ser utilizado contra as ações dos dirigentes oligarcas e civils que se opunham ao seu governo. Neste período, consolidou-se, dessa forma, uma aliança para a criação de um Estado autoritário e centralisador estreitamente ligado às Forças Armadas, uma relação entre civis e militares que predominou no sistema governamental até 1964 (CARVALHO, 2005).

Imagem 12: Comissão de mães e esposas de presos políticos que, situadas na sede do jornal *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, redigem um documento solicitando a Castello Branco a liberação de seus próximos. Nesta foto, observa-se muitas mulheres negras pertencentes a Comissão.

Fonte: Ferreira & Gomes (2014, p. 173)

Tais atitudes repressivas, correntes e cógnitas, tinham como principal palco os bairros periféricos, locais predominantemente ocupados pela população negra, onde se consolidou, após o golpe de 1964, uma significativa presença das forças militares, sendo estas responsáveis pela promoção de uma profusa vigilância e de minuciosas investigações sobre os indivíduos e grupos politicamente mobilizados. Havia uma inspeção permanente das diversas associações de moradores – espaço privilegiado de participação política das mulheres negras – com o objetivo de apurar seus possíveis vínculos com os elementos julgados subversivos pelo regime em vigor. Aliás, foram pensados certos recursos legais visando a garantir o monitoramento das atividades dessas entidades de bairro: no Rio de Janeiro, os decretos "N" nº 870 de 15/06/1967 e "E" nº 3330 de 03/11/1969 projetaram dispositivos de ingerência da Secretaria de Serviços Sociais, frequentemente assistida de perto pelos órgãos de segurança e, assim, definiram as associações de moradores (sem possibilidades de recusa) como interlocutoras prioritárias do poder público. Esse tipo de interferência do Estado também se firmou em várias outras regiões do país.

É certo que o histórico das intervenções das forças policiais nos espaços suburbanos das grandes cidades é anterior ao período ditatorial. Contudo, após 1964 essa frequente atuação do Estado, segundo o relatório da Comissão da Verdade (RIO DE JANEIRO, 2015), adquiriu um significado peculiar. Ou seja, ela foi legitimada pelo regime a partir de dois elementos essenciais: as contínuas alegações, desde o período da Primeira República, sobre a predisposição comportamental das classes desfavorecidas à criminalidade; e o receio, desde o final da Segunda Guerra Mundial, de que essas comunidades agissem como base para uma insurreição comunista. Sobre o último ponto, houve sem dúvida para a Comissão da Verdade uma aproximação direta das organizações de esquerda, inclusive dos grupos armados opostos ao governo militar, com as populações moradoras das zonas mais modestas.

No que concerne à capital fluminense, observa-se, na década de instauração do regime autoritário, a atuação de diferentes grupos de esquerda: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Ação Popular (AP), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). À vista disso, nos anos 1960, a Federação de Associações de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ) foi completamente desmantelada com a prisão de seus dirigentes, e somente em fins da década de 1970, sob a constante vigilância dos órgãos da ditadura, rearticulou-se. Do ponto de vista dos ditadores, porém, os militantes moradores das localidades periféricas não eram capazes de agir de forma autônoma. Para os militares, os grupos sociais desfavorecidos não poderiam "estabelecer nenhum tipo de mobilização política, a não ser que fossem objeto da 'manipulação' de terceiros." (Ibidem, p. 121)

Todavia, supõe-se aqui que os indivíduos residentes das áreas suburbanas eram militantes e até mesmo os líderes dos grupos partidários. Se essas organizações estavam presentes nas favelas, é porque seus habitantes introduziram-nas e redefiniram-nas segundo suas próprias expectativas. E isso desde a entrada das ideologias anarquistas e comunistas no país em meados do século XIX, sendo, de fato, os negros e os mestiços agentes do movimento social urbano que se consolidou na região sudeste do país nos anos 1960. Dessa forma, não se tratou apenas de grupos isolados que movidos por interesses comuns articularam-se em um determinado momento contra o sistema político, no caso dos grupos de esquerda motivados por seu antigo desígnio de mobilizar as massas, passando inicialmente pelos apelos de recusa das situações cotidianas de miséria e, no caso das organizações dos bairros periféricos, majoritariamente negras, motivadas pelas necessidades imediatas de serviços básicos (alimentação e moradia) ou pela crença da iminente instauração de um sistema político mais

igualitário. É inaceitável pensar que o movimento urbano de resistência contra a ditadura civil-militar nas cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo foi fundado unicamente a partir do deslocamento de militantes partidários supostamente elitizados até os bairros desfavorecidos, o que subentende uma convivência de compreensão e ação política vertical e, ao mesmo tempo, "harmoniosa" no que diz respeito aos objetivos prementes.

As ciências sociais têm como herança importantes intelectuais e pesquisadores acadêmicos que analisam as populações negras simplesmente como plateia diante dos prestigiosos eventos que marcaram a história do país. Assim, são raros ainda os estudos sobre suas ações nas organizações político-partidárias, tornando os locais de residência, bem como as diferentes configurações e espaços de trabalho, um vasto campo de investigações inéditas. Objetivei propor algumas delas ao longo da escrita desta tese. E, se ainda atualmente, no âmbito universitário e até mesmo nas narrativas das depoentes negras, os líderes dos movimentos de esquerdas eram principalmente homens brancos, intelectualizados e da classe média, é porque a memória nacional age deliberadamente de maneira seletiva. Afinal, como conceber que o Brasil seria uma nação de líderes revolucionários negros? E os últimos teriam novamente contribuído para a derrota de um sistema violento e repressivo de caráter nacional? Aliás, uma opressão que, dessa vez, não estava restrita, como no caso da escravidão, aos negros, mas que atingia o conjunto da população. Dessa forma, acredito que houve, por um lado, uma opção em silenciar ou mesmo negar sistematicamente aos negros e indígenas – homens e mulheres – qualquer tipo de ação que os tornassem sujeitos políticos e, por outro lado, houve uma opção clara em identificar quais segmentos da sociedade seriam posteriormente identificados como os atores que puseram fim ao regime vigor, um tipo de posicionamento segregacionista bastante perceptível no que se refere aos grandes acontecimentos da história do país.

No entanto, o discurso sobre a incapacidade da ação partidária dos negros, já presente em outros episódios da história brasileira, e relatado em diferentes circunstâncias dessa pesquisa, não impediu a expansão de intervenções coercitivas perpetuadas nos subúrbios dos grandes centros urbanos nacionais, visto que o regime militar, durante os anos 1960-1970, intensificou consideravelmente a presença do aparato repressivo nas zonas periféricas, o qual agiu publicamente contra o conjunto das mobilizações e das organizações locais, assim como usou seu poder para exercer um estrito controle social sobre todas as formas de vivências de seus moradores. Todo o cotidiano destes espaços da cidade, inclusive o direito de circulação dos moradores, foi submetido ao monitoramento dos órgãos de

segurança (RIO DE JANEIRO, 2015). Para tais dinâmicas, evidentemente, os últimos se utilizaram de vários instrumentos.

Com o objetivo de eliminar os comunistas, fossem eles brancos ou negros, homens ou mulheres, os militares usufruíram de diferentes instituições repressivas: dispunham de uma polícia violenta, afeita à tortura e mesmo ao aniquilamento de suspeitos. A Polícia Civil, já nos anos 1950, treinava alguns de seus integrantes para formar os esquadrões da morte, grupos paramilitares que assassinavam sumariamente criminosos comuns. Segundo a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2015), durante o regime autoritário dos anos 1960-1970, o Esquadrão da morte tornou-se uma ameaça particularmente para os residentes dos bairros periféricos e para os negros. Os militares possuíam também os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), criados em 1924 e subordinados às Secretarias de Segurança Pública dos estados federais, e que tinham como função garantir a "ordem social" e a proteção da nação. Após 1964, essas entidades tornaram-se referências na luta contra o comunismo e os movimentos dos trabalhadores. Dentro das Forças Armadas, havia por fim o órgão de informação e inteligência denominado Centro de Informações da Marinha (Cenimar), fundado em 1957.[138]

O governo de Goulart, porém, foi caracterizado pela intensificação de manifestações populares exigindo as reformas de base. Assim, segundo Joffily (2014), as instituições controladoras, restritas à esfera estadual e com jurisdição limitada e de caráter policial, foram julgadas pelos articuladores da ditadura como insuficientes. Logo, as forças policiais militarizaram-se. Era necessário, a contar de 1964, criar entidades dirigidas diretamente pelo Presidente da República. A partir desse momento, "combater na guerra interna seria atribuição dos militares, em especial do Exército." (Ibidem, p. 97) E as comunidades negras engajadas na resistência política iriam pagar o preço alto. Aliás, o sorriso do rapaz branco no fundo da fotografia a seguir, segurando uma pasta na mão esquerda, seria uma expressão de deboche?

[138] Desde 1955 havia o Serviço de Informações da Marinha.

Imagem 13: Homem negro é preso pelas Forças Armadas em Belo Horizonte durante uma manifestação.

Fonte: Ferreira & Gomes (2014, p. 165)

Dessa forma, criou-se, em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI), com o propósito de reunir dados a respeito dos indivíduos e coletividades apontadas como subversivas. Este foi auxiliado, a datar de 1967, pelas Divisões de Segurança e Informações (DSIs), vinculadas aos ministérios civis, e pelas Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), que agiam no âmbito das universidades e empresas estatais. Em 1966, formou-se também o Centro de Informações do Exterior (Ciex). Este tinha a finalidade de vigiar as ações políticas de brasileiros fora do país, bem como as atividades dos estrangeiros dentro do território nacional. Esses órgãos viabilizavam informações sobre as pessoas perseguidas, disponibilizando dessa forma recursos para um interrogatório mais eficiente. Suas direções (com exceção do Ciex) estavam sob o domínio de oficiais superiores pertencentes às Forças Armadas, embora operassem junto a ministérios e autarquias civis.

No âmbito militar, foi constituído em 1967, o Centro de Informações do Exército (CIE) e, no ano seguinte, a Aeronáutica foi contemplada com um organismo similar. Em

1970, ele foi renomeado Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa). Em 1971, o Cenimar foi reorganizado. Por fim, no mesmo ano, foi instaurada a Escola Nacional de Informações (Esni), em Brasília, para formar os quadros dos órgãos de inteligência.

Com a forte atuação da esquerda armada, foi fundado em São Paulo, no quartel da Polícia do Exército (PE), o primeiro núcleo militar com qualificação especial no exercício repressivo. Com um projeto de luta contra os grupos de esquerda, organizado pelo Exército e por empresários, em julho de 1969, o núcleo expandiu-se na Operação Bandeirante (Oban), a qual pretendia combinar a dinâmica das forças militares, das corporações policiais e dos órgãos de informação para eliminar as associações clandestinas. Ainda em 1969, o Ministério do Exército atribuiu-se o comando operacional das Polícias Militares, sendo estas as principais agentes responsáveis pela violência nos protestos de rua de 1968. A Oban foi amplamente favorecida com o Ato Institucional nº5 (AI-5), que determinou o fim do *habeas corpus* para presos políticos e facilitou os mecanismos de detenção dos suspeitos. Sob sua base foi projetado em todo território nacional uma rede de organismos coercitivos: os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs), grupos ágeis de perseguição e interrogatório, e os Codis, encarregados da gerência dos DOIs (JOFFILY, 2014).

> De toda essa estrutura podemos depreender as características principais do sistema repressivo da ditadura militar. Em primeiro lugar, a militarização: membros do Exército ocuparam variados cargos ligados à segurança pública e à área de informações, com a particularidade de que os cargos de chefia foram todos preenchidos por oficiais superiores. Em segundo, a especialização na montagem de um sistema coercitivo voltado especificamente para o combate ao crime político: comparada ao conjunto das Forças Armadas e policiais sua estrutura era enxuta, mas congregava diversos saberes e permitia que fossem ativados, quando necessário, efetivos de diferentes unidades policiais e militares, sempre sob a direção de militares. Em terceiro lugar, a centralização das operações repressivas em órgãos criados para esse fim. Por fim, a sistematização dos esforços de repressão à dissidência, com a montagem de um conjunto de instituições de informação e segurança, o que denota a importância atribuída ao crime político durante a ditadura militar. Além dos órgãos já mencionados, o sistema tinha ainda a seu dispor toda a estrutura das Forças Armadas e das polícias. Foram realizados interrogatórios e torturas nas sedes de batalhões da Polícia do Exército, em regimentos de infantaria, em companhias de guardas, em delegacias de polícia, em presídios e outras unidades. Também funcionaram centros clandestinos de detenção, estabelecidos pelos centros de informações das Forças Armadas, pelos Dops ou por estruturas paramilitares criadas no seio desses órgãos. A rede era ainda composta por uma miríade de instituições complementares, cúmplices do que se fazia nos órgãos repressivos: institutos médico-legais, hospitais, auditorias da Justiça, cemitérios etc. (Ibidem, p. 100)

As práticas de vigilância, prisão e aquisição de informação não eram convencionais. Os agentes, até mesmo os militares, não empregavam o uso de fardas ou veículos oficiais. Na verdade, eles eram orientados a usar diferentes disfarces. O mais frequente era funcionário de serviços públicos: telefonia, recolhimento de lixo, saneamento básico ou manutenção da rede

elétrica. Sobre os métodos de obtenção de dados, havia o uso de informantes e "infiltrados". Os últimos eram treinados pelos serviços de informações para integrar os grupos de militantes dos movimentos sociais. Havia também os denominados "cachorros", ativistas da esquerda que, após serem presos, tornavam-se delatores dos ex-companheiros. Eles agiam sob a ameaça real de violências ou por intermédio de vantagens especiais. Por fim, a tortura, inclusive de parentes e amigos dos suspeitos, era um meio comum para adquirir informações. Sobre esses atos abusivos durante os interrogatórios, Joffily (Ibidem, p. 101) descreve:

> A violência dos tapas, socos e pontapés dos primeiros tempos sofisticou-se em torturas que seguiam uma ordem de intensidade crescente: palmatória, afogamento, "telefone", pau de arara.[139] Entre os instrumentos aplicados, ficaram célebres as máquinas de choque importadas dos Estados Unidos; a cadeira do dragão, que servia, no DOI paulista, para imobilizar as vítimas durante as descargas de energia elétrica; e a caixa conhecida pelo nome de "geladeira", empregada pelo DOI carioca, dentro da qual os prisioneiros eram submetidos a intensas variações de temperatura combinadas com períodos sucessivos de silêncio completo e ruído em altos decibéis. Foram inventariadas pela equipe do Projeto Brasil: Nunca Mais, em todo o país, 310 variações de tortura, catalogadas em nove categorias usadas contra presos políticos e, por vezes, seus familiares.

A estrutura jurídica brasileira, consolidada durante o período democrático de 1946-1964, também não era considerada capaz de julgar de maneira eficaz os casos entendidos como de natureza política. O regime militar desconfiava da capacidade e competência da Justiça Comum para deliberar sobre os crimes contra a Segurança Nacional. Uma crítica que gerou vários conflitos e tensões de jurisdição entre a Justiça Comum e a Militar. Diante desse contexto, ocorreram diversas ações para coordenar a Justiça Militar a fim de evitar discórdias de competência e jurisdição dos órgãos da justiça brasileira, bem como autorizar a instância castrense a atuar no processo e julgamento de civis. Em 1965, com a instituição do AI-2, acontece então a permutação da responsabilidade no processo e julgamento dos crimes de natureza política, a qual passa da Justiça Civil para o encargo da Justiça Militar. Os civis, acusados de crimes definidos na Lei de Segurança Nacional, seriam, dessa forma, julgados de acordo com os interesses militares. Durante a ditadura é possível observar uma excessiva troca de informações entre os diferentes corpos militares.

> No plano prático, podíamos observar a existência de uma cadeia montada para garantir a defesa da segurança nacional, composta por órgãos distintos, que envolvia desde aqueles destinados à segurança e repressão, passando pelas autoridades militares responsáveis pelos IPMs [Inquérito Policiais Militares], chegando ao aparelho jurídico, através do Ministério Público Militar, das Auditorias Militares e, finalmente, do STM. (SILVA, 2011, p. 131)

[139] Esse tipo de tortura foi bastante praticada contra os escravos julgados rebeldes.

Nos anos 1960, a Escola Superior de Guerra (ESG) considerava os Estados Unidos seu parceiro natural. Por seu intermédio, foram então divulgados no Brasil o conjunto dos princípios estrangeiros. Na luta contra as potências comunistas, aderiu-se também à "doutrina de segurança nacional" elaborada pelo National War College. Havia a urgência de monitorar a totalidade do território nacional, uma vez que a segurança era posta em risco pela atuação dos próprios cidadãos brasileiros. Nesse sentido, as políticas internas e as políticas externas podiam se fusionar. Vale lembrar aqui, de modo igual, o apoio táctico oferecido pela França, a qual já havia anteriormente desenvolvido, durante a guerra da Indochina (1946-1954) e a guerra da Argélia (1954-1962), métodos específicos para vencer a denominada "guerra revolucionária", embora os países colonizados tenham finalmente obtidos suas independências. Os movimentos de libertação na África e na Ásia (inclusive a guerra do Vietnã entre 1955 e 1975) eram referências importantes para as organizações partidárias. Os movimentos negros que reemergiram nesse período, e que articulavam diretamente com os grupos políticos da esquerda brasileira, também foram influenciados por tais eventos internacionais.

> De acordo com a concepção dos militares, essa nova forma de combate possuía como eixo a necessidade de fazer frente a um tipo de ameaça que se diferenciava dos conflitos tradicionais: ela provinha de cidadãos comuns, imbuídos de ideais comunistas, e empregava métodos como persuadir a população pela propaganda revolucionária, organizar ações de desestabilização do governo, preparar a guerrilha, criar zonas deflagradas. O inimigo era interno, a guerra, não convencional, as estratégias, difusas e disseminadas no seio da população civil. Portanto, era preciso agir unificando os comandos políticos e militares, atuar também por meio da ação psicológica e ter controle das informações que levassem a um conhecimento profundo do inimigo, para prever e neutralizar suas ações. (JOFILLY, 2014, p. 98-99)

No entanto, conspirar, mesmo que seja com a aprovação de potências estrangeiras, não é suficiente. Era indispensável, por sua vez, obter uma ampla base social para efetivar o golpe e a repressão. Foi o que ocorreu a partir de 1964, já que as ações contra a "ameaça vermelha" adquiriram forte suporte dos civis, sobretudo dos políticos conservadores (MELO, 2012).

No período que precede o golpe de 1964, surgiu a ideia de que os inimigos interiores se fortaleciam – influência de Cuba, consolidação da esquerda radical, ascensão de Goulart – e, amedrontados, grupos civis tradicionalmente implicados com o anticomunismo começam a se organizar. Foi constituída no Congresso, em 1961, a Ação Democrática Parlamentar (ADP). Paralelamente, duas entidades se destacaram: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES),

fundado em 1961. Ambos financiavam diferentes atividades, organizações e instituições, e entre elas havia homens e partidos políticos, sindicatos rurais e urbanos, agremiações do movimento estudantil e grupos do clero brasileiro. Com subdivisões em todo o país, conjugavam setores empresariais (grandes corporações estadunidenses e empresas privadas nacionais), políticos e militares. Seus objetivos eram difundir as normas do capitalismo, do livre mercado e do anticomunismo. Os dirigentes dessas instituições também utilizaram de forma eficaz a mídia. Dessa forma, uniram-se aos principais jornais, rádios e televisões da sociedade brasileira. Sobre esses movimentos:

> A conjunção de interesses entre o IBAD e o IPES levou-os a um processo de total cooperação. Junto a eles, surgiram igualmente vários grupos anticomunistas, alguns com apoio financeiro das duas organizações. Antes de Goulart tomar posse já existia a Cruzada Brasileira Anticomunista, a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), a Liga de Defesa Nacional e o Movimento por um Mundo Cristão. Após a posse de Jango surgiram: a Liga Feminina Anticomunista, a União Feminina Anticomunista, o Centro Cívico do Brasil, os Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão, a Liga Cristã contra o Comunismo, a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres, a Cruzada Cristã Anticomunista, o Centro Brasileiro da Europa Livre e a Patrulha da Democracia. O Grupo de Ação Patriótica cresceu entre estudantes universitários, sendo importante ressaltar as duas organizações mais conhecidas, o Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). (FERREIRA & GOMES, 2014, p. 46)

Vale ressaltar, aliás, que as mulheres foram frequentemente mobilizadas contra o comunismo, porém tratou-se de agir em prol da defesa da ordem tradicional: família (representando a figura materna, o lar e a dona-de-casa), religião, propriedade. Sobre esse ponto, destaca-se principalmente a atuação feminina no âmbito da igreja. Sua participação foi bastante importante nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, quando milhares de pessoas saíram às ruas para clamar a intervenção militar e, em seguida, comemorar a vitória.

De acordo com Motta (2000), durante o século XX, a Igreja Católica foi a instituição não-estatal (com exceção do Vaticano) mais dedicada às atividades de combate aos comunistas, pois, na prática, a doutrina marxista contestava os principais fundamentos das entidades religiosas. Seu pensamento, de fato, não se limitava somente a um projeto de revolução social e econômica, e na sua ideologia encontrava-se uma definição científica – em rivalidade com a religião – que visava a fornir de modo sistemático uma nova interpretação da sociedade. Ou seja, o comunismo objetivava fomentar uma escala de valores, ou uma moral, com as quais se modificaria o modo de apreender o mundo social, cultural, físico e psicológico. Assim, a doutrina comunista se compunha segundo seus próprios princípios filosóficos, e seu sistema de crenças que lhe convinha inculcar nas classes subalternas criticava diretamente os dogmas do catolicismo: recusava a existência de Deus e promovia o

materialismo ateu; sugeria uma impetuosa luta de classes ao invés de propagar o amor e a caridade; tencionava substituir a moral cristã e extinguir a instituição da família, reivindicava igualdade social plena em oposição às concepções cristãs de hierarquia e ordem. Desde seus primórdios, o comunismo refutou em absoluto a essência e a natureza cristã (SILVA, 2001).

Nesse sentido, a Igreja Católica pressupunha que o triunfo do comunismo resultaria obrigatoriamente no seu aniquilamento. E tal prenuncia foi corroborada pelo emprego de medidas repressivas durante a Revolução Russa e, mais tarde, na década de 1930, pelo emprego de medidas repressivas durante a Guerra Civil Espanhola. No primeiro caso, em 1917, o governo soviético, pretextando a derrota da contrarevolução, o que até certo ponto era verídico, perseguiu austeramente as entidades religiosas. Nesse contexto, os templos sagrados foram fechados e um grande número de seus membros foram presos e executados. Os bolcheviques, por meio da coerção, agiam pela erradicação da influência religiosa e, além disso, agiam pela promoção do ateísmo, havendo, nesta empresa, a colaboração de um organismo chamado "Liga dos Sem-Deus". No segundo caso, relativo à Guerra Civil Espanhola, também houve, no decorrer dos confrontos entre republicanos e franquistas, perseguições e assassinatos, bem como profanações dos locais e dos objetos de culto. Mas desta vez tais fatos ocorriam em uma nação católica e a Igreja se sentiu extremamente ameaçada. À vista disso, ela acusou os comunistas de coordenar uma metódica ação anticlerical. E, sem demora, toda a responsabilidade da violência contra os católicos lhes foi atribuída, algo que colaborou, em seguida, na propagação de uma imagem distorcida dos republicanos, um grupo agregando democratas, comunistas, socialistas e anarquistas, mas que, sem se preocupar com as características próprias as organizações partidárias, foram designados, de maneira reducionista, como comunistas (MOTTA, 2000).

Assim, a datar de 1936, momento em que a guerra espanhola se inicia, as instituições católicas se comprometeram com uma campanha internacional de denúncia das "barbaridades comunistas" executadas no mundo hispânico. E, no Brasil, tal investida se produziu ao mesmo tempo em que se instalou a indignação anticomunista provocada pelo levante de 1935, ainda que o termo "comunismo", e seus desígnios políticos de alteração radical da sociedade, segundo Silva (2000), já haviam sido generalizados na imprensa e no Parlamento em meados dos anos 1850.[140] Inclusive, observa-se já naquele momento a intenção de representá-lo como inimigo, ou seja, as diferentes perspectivas de emprego da expressão, em todos os casos

[140] Como citado no capítulo anterior, a doutrina de Marx e seu nome, segundo Moraes Filho (2003), foi difundida em território nacional a partir dos anos 1870.

pesquisados pelo autor, são utilizadas para designar qualquer tipo de oposição ao sistema em vigor. Maestri (1998), ao analisar as ações históricas de Castro Alves, menciona uma iniciativa abolicionista para instituir a emancipação dos filhos de cativas, em 1871, e que foi refutada pelos proprietários de escravos que a anunciavam como alento das ideologias marxistas estrangeiras. Fosse qual fosse o ato contrário à ordem estabelecida, mesmo se o indivíduo e/ou o grupo não tivesse nenhuma reivindicação de caráter comunista, este seria sistematicamente estigmatizado como tal. Desencadear-se-ia então práticas opressivas contra o "perigo vermelho", sendo estas apoiadas, entre outras coletividades, pela Igreja Católica.

Nos anos 1930, a campanha anticomunista foi então assegurada pelo episcopado nacional, pois a eles pertencia a tarefa de informar os fiéis, assim como os outros membros do clero subordinados às dioceses, sobre as diretrizes das mensagens oriundas de Roma. Mensagens essas – lidas em todas as missas realizadas nas catedrais, matrizes, igrejas, capelas e comunidades religiosas – que, por sua vez, tinham como objetivo propiciar orientação doutrinária, além de servir de base para o conjunto das atividades religiosas. Mas a dinâmica proselitista dos religiosos não limitou suas possibilidades às missas ou ao espaço interno da igreja. Na verdade, os líderes católicos usaram seu prestígio e sua força política de variadas formas: organização de Congressos Eucarísticos, coordenação de entidades trabalhistas, intervenção política na grande imprensa e participação das disputas eleitorais (MOTTA, 2000).

Assim, para atingir a população em geral, e não somente os praticantes, o clero se empenhou, nos diferentes espaços sociais externos aos locais de culto, na realização de projetos de cunho anticomunista. Uma de suas estratégias, sendo esta extremamente importante para a Igreja, foi a realização de Congressos Eucarísticos, encontros dos quais participavam os dirigentes e os fiéis católicos, com significativo teor político, e que tinham como principal propósito expor à sociedade e ao Estado o potencial de mobilização da instituição. Ainda nessa continuidade, formaram-se inúmeras organizações para atrair os leigos, incorporando-os de modo regular às atividades pastorais. Esses grupos, do ponto de vista das autoridades eclesiásticas, podiam ampliar as convicções e formar líderes cristãos e, simultaneamente, podiam garantir um ambiente de doutrinação e propaganda. Entre eles, podemos citar os Círculos Operários (RODEGHERO, 2002).

No que lhe diz respeito, esse organismo, criado inicialmente no Rio Grande do Sul em 1932 e dirigido pelo jesuíta italiano Leopoldo Brentano, respeitava as demandas dos papas Leão XIII e Pio XI, que convocava os católicos a formar entidades trabalhistas a fim de

redirecionar os operários ideologicamente, afastando-os do comunismo. Sem demora, a iniciativa conquistou representação nacional e, dessa forma, fundou-se no Rio de Janeiro, em 1936, sob a influência dos Círculos Operários gaúchos, a Confederação Nacional dos Operários Católicos. Na conjuntura repressiva do governo de Vargas, momento em que os militantes operários eram detidos e processados, sobretudo após o episódio do levante de 1935, os cristãos engajados na ação política recebiam ampla aprovação das autoridades públicas, já que suas atuações eram consideradas benéficas na estratégia de eliminação da "infiltração comunistas" nos meios operários (SILVA, 2000).

Finalmente, o progresso eleitoral do PCB desde a redemocratização gerou demasiada inquietação nas lideranças católicas, receosas de que tal sucesso influenciasse seus fiéis. Assim, a contar do ano de 1945 até o golpe civil-militar em 1964, a Igreja Católica se lançou no campo das disputas eleitorais com o intuito de derrotar os comunistas e seus aliados (RODEGHERO, 2006). É certo que a participação política da instituição era um problema, visto que tradicionalmente a corrente hegemônica cristã evitou envolver-se com os interesses partidários, porém de modo algum a Igreja poderia permanecer alheia à luta anticomunista, e nesse caso uma exceção foi feita. Em certos pleitos os próprios religiosos se candidataram, dispondo de auxílio oficioso da Igreja e suas organizações, no entanto o mais frequente nas eleições era os religiosos conferir apoio aos concorrentes comprometidos com as doutrinas católicas. Para congregar estes últimos, foi criada inclusive a Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF) (MOTTA, 2000). Como lhe era concedido excepcional acesso aos meios de comunicação de massa, a hierarquia episcopal manifestava suas opiniões anticomunistas principalmente nos jornais, revistas, rádios e mais tarde televisão.

De toda maneira, desde os anos 1930, a Igreja já vinha fazendo apelos públicos em favor da atuação ativa dos católicos e dos organismos estatais[141] no campo social. A partir daí, interessante destaque é dado às práticas de combate aos inimigos, e se nos períodos anteriores prevalecia uma conduta preventiva e inerente aos espaços de culto, tratava-se doravante de reagir eficazmente em conjunto com o Estado na supressão do "perigo vermelho". Uma das soluções para barrar a ação comunista seria a restauração dos costumes cristãos, contudo as virtudes e a caridade dos membros da instituição não seriam suficientes por si sós. Para a Igreja,

[141] Segundo Motta (2000), desde o século XIX, visando a persuadir os fiéis a rejeitarem a proposta revolucionária, o Papa, a maior autoridade católica, orientava os bispos a lhes instruir sobre seus enganos, além disso, preconizava a formulação de projetos financiados para uma maior atuação dos religiosos nas sociedades de artífices e operários e, por fim, incitava os trabalhadores católicos a se mobilizarem em torno das corporações cristãs.

> a ação do Estado tornava-se necessária: protegendo a propriedade; impedindo as greves; protegendo o trabalho dos operários, mulheres e crianças; limitando as horas de trabalho; assegurando o pagamento do justo salário (o suficiente para "assegurar a subsistência do operário sóbrio e honrado"); e garantindo proteção para os velhos, os acidentados e os doentes. (Ibidem, p. 38)

Dessa forma, nos anos 1960, vários setores anticomunistas da Igreja Católica se proclamaram a favor das reformas democráticas em lugar das reformas "comunistas" propostas pelo governo. Havia os "ultrarreacionários", mas, em maior número, havia os "conservadores" e os "moderados", sendo que os últimos defendiam reformas econômicas e sociais, apesar de se oporem categoricamente ao avanço das esquerdas. Nesse sentido, a tônica anticomunista da Igreja prevalecia. Diante das acusações direcionadas ao presidente, a instituição naturalmente assumiu seu papel dominante no cenário. Com sua influência tradicional, o alto clero apoiou então a intervenção militar na política em 1964. Acreditava-se que Goulart fosse uma ameaça à ordem social vigente. Assim, setores eclesiásticos conservadores comprometeram-se profundamente com as campanhas. Vários religiosos tornaram-se bastante visíveis ao fazer declarações, publicar material, participar de eventos e se expressar na grande mídia nacional e internacional. Aliás, nesse período houve uma originalidade: a hierarquia da instituição católica optou pela estratégia ecumênica anticomunista. Igrejas cristãs reformadas, judeus, espíritas e mesmo umbandistas uniram-se em diferentes manifestações públicas.

Todavia, nesse período a Igreja Católica se encontrava ideologicamente dividida. Havia grupos denominados por Ferreira e Gomes (2014) como a "ala avançada", condizentes com as teorias das esquerdas. Essas correntes progressistas foram legitimadas quando, em 1961, a encíclica *Mater et Magistra*, do papa João XXIII, admitiu as responsabilidades da Igreja Católica perante os problemas sociais. Em seguida, entre 1962 e 1965, o Concílio do Vaticano II, a denominada "Igreja dos Pobres", inspirou membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instituição permanente, e leigos católicos. A Ação Católica (AC) tinha como finalidade incentivar os leigos a participarem das dinâmicas da Igreja. Deste modo, ela orientava a Juventude Agrária Católica (JAC), composta por jovens do meio rural; a Juventude Estudantil Católica (JEC), formada por estudantes secundaristas; a Juventude Independente Católica (JIC), constituída por moças solteiras que já haviam finalizado o ciclo de educação escolar; a Juventude Operária Católica (JOC), criada na Bélgica em 1930 e que serviu de base para a consolidação das demais; e a Juventude Universitária Católica (JUC). A CNBB e a Ação Católica durante o governo Goulart se expressaram favoráveis às reformas de base. Em 1963, a encíclica *Pacem in Terris* reforçou o comprometimento social da Igreja

Católica junto às populações desfavorecidas. Várias entrevistadas negras afirmam terem se engajado nos movimentos de esquerda por intermédio dos movimentos católicos e dos movimentos estudantis. Vejamos a partir de então algumas dessas trajetórias.

4 Mulheres negras no Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Neste capítulo analiso a trajetória de três mulheres negras no Partido Comunista Brasileiro: Diva Moreira, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos (Santinha) e Thereza Santos.

Diva nasceu em Bocaiuva, no Estado de Minas Gerais, em 1946. Na juventude participou dos movimentos estudantis, além de movimentos ligados à Igreja Católica. Em 1967, iniciou o curso de jornalismo na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em 1968, aderiu ao Partido Comunista Brasileiro. Graduou-se em 1970, e tornou-se mestre em Ciências Políticas em 1973. Foi funcionária da Fundação João Pinheiro, e através de suas pesquisas fez-se importante militante em prol da reforma dos hospitais psiquiátricos. Em 1979, contribuiu com a produção do documentário *Em nome da razão*. Foi uma das fundadoras do movimento mineiro pela Anistia. Em 1987, criou a Casa Dandara. Trabalhou na Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte. No momento da entrevista, Diva era diretora de projetos do Instituto Pauline Reichstul.

Como fonte usei uma entrevista de Diva Moreira concedida ao Museu da Pessoa – São Paulo – em 2005, além de uma entrevista de Diva concedida a Verena Alberti e Amilcar Pereira, publicada no livro *Histórias do movimento negro no Brasil – depoimentos ao CPDOC*, em 2007, e, por fim, uma entrevista de Diva concedida à historiadora Kelly Cristina Teixeira, em 2017, bem como uma entrevista que me foi pessoalmente concedida em 2014.

O Museu da Pessoa, um acervo virtual e colaborativo, surgiu em 1991, a partir de uma exposição denominada *Memória & Migração*, no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, organizada com o objetivo de inventariar relatos de pessoas diversas, e promovendo assim a constituição de um importante banco de entrevistas de história oral. Desde 1989, porém, o projeto já vinha sendo desenvolvido por meio do registro de 200 horas de histórias de vida de imigrantes judeus originários de diferentes países. Atualmente, o Museu da Pessoa permanece acessível a todo indivíduo que deseje compartilhar sua biografia. Pois, desde sua fundação, considera que as experiências de qualquer ser humano pode se tornar patrimônio de um museu e, nesse sentido, fonte de conhecimento.

Já o livro *Histórias do movimento negro no Brasil – depoimentos ao CPDOC,* representou a primeira referência bibliográfica desta pesquisa, visto que foi por intermédio dessa obra que eu pude identificar os dois primeiros nomes de mulheres negras militantes políticas durante a ditadura. Assim, Diva Moreira e Edna Roland, entrevistadas por Verena

Alberti e Amilcar Pereira, inauguraram, em 2014, minha pesquisa de campo, sendo esta realizada, sobretudo, nos grandes centros urbanos da região sudeste do país, uma escolha geográfica restrita que, vale lembrar, se deveu à ausência quase total de financiamento durante o processo de elaboração da tese (com exceção de alguns recursos pontuais oferecidos pela Université Rennes 2).

Histórias do movimento negro no Brasil – depoimentos ao CPDOC é resultado de um projeto organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, entre 2003 e 2007, com o objetivo de constituir um acervo de história oral. Ao pesquisar sobre as relações raciais no Brasil, os historiadores Verena Alberti e Amilcar Pereira, a partir de entrevistas com lideranças negras, apresentaram relatos sobre suas trajetórias individuais, desde seus primeiros processos de socialização ainda na juventude, bem como relatos sobre suas principais ações militantes, visto que tais iniciativas foram responsáveis pela consolidação do movimento negro nos anos 1970. Na publicação, negros e negras narraram sobre as relações existentes entre si, entre as diferentes organizações políticas, incluindo os grupos de esquerda, e, por fim, entre as coletividades antirracistas contemporâneas e o Estado.

No que diz respeito à entrevista disponibilizada pela historiadora Kelly Cristina Teixeira, foi realizada durante a pesquisa de campo para a elaboração de sua tese de doutorado. Trata-se de um trabalho biográfico sobre Helena Greco, em particular, no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em Minas Gerais, entre 1977 e 1980. Aos 61 anos, ao se engajar na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, essa senhora iniciou uma importante trajetória na cena política nacional. Durante esse período, Helena também foi membro do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e, nos anos 1980, foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) em Belo Horizonte. Tornou-se vereadora por dois mandatos consecutivos entre 1983 e 1992. A tese da historiadora Kelly Cristina Teixeira foi defendida em setembro de 2019, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), intitulada *Mulheres Presente! Helena Greco e o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais*.

Finalmente, no que se refere à entrevista que me foi concedida, ela foi realizada na residência de Diva, situada na cidade de Sabará, Minas Gerais, em novembro de 2014. Após ter identificado seu nome na obra de Verena Alberti e Amilcar Pereira, estudado com atenção a publicação historiográfica e, em seguida, pesquisado sobre sua trajetória na internet, utilizando inclusive o relato disponibilizado pelo Museu da Pessoa, pude entrar em contato

com a militante por meio de um e-mail. Seu endereço eletrônico, assim como o de Edna Roland, me foram rapidamente disponibilizados pelo historiador Amilcar Pereira.

As entrevistas com as militantes negras foram feitas nas residências ou nos locais de trabalho e, uma menor parte, foi realizada em espaços públicos (centros culturais, restaurantes, associações, universidades etc.). Diva optou por me receber em seu domicílio. Lugar onde se vive, a casa é para os teóricos da história oral susceptível de refletir a personalidade e avivar a lembrança do informante. Em outras palavras, considerando seu caráter privado, observa-se no ambiente doméstico uma atmosfera mais favorável ao diálogo e às recordações (fotografias, cartas e diários, livros, e outros documentos), além do encontro com parentes e amigos. Engajada nos movimentos populares de seu bairro desde os anos 1970, Diva me avisou que durante a entrevista poderia ser solicitada por seus vizinhos. E esse foi o caso, a campainha tocou em certas ocasiões, apesar de Diva não ter interrompido a discussão, somente quando me apresentou a funcionária que trabalhava em sua casa. De toda maneira, eu sempre procurei realizar as entrevistas individualmente e em espaços íntimos, visto a indispensabilidade de instaurar uma relação de confiança.

Como já citado no capítulo anterior, o aparelho coercitivo do regime autoritário aplicou desde sua instauração em 1964 diferentes formas de tortura – agressões físicas e pressões psicológicas – em direção a indivíduos considerados subversivos. Essas práticas tinham como finalidade produzir no corpo da vítima a dor e, além disso, fazê-la pronunciar o discurso desejado, mas, sobretudo, elas tinham como propósito marcar nas pessoas, fossem elas o suspeito ou seus parentes e amigos, a assolação moral pela ruptura dos limites emocionais. Assim, relatar essa experiência, ou seja, externalizar a sua dor, ação empreendida na presença de um ouvinte, requer uma relação mínima de confiança (TOURTIER-BONAZZI, 2006). A pessoa que vivenciou momentos de violência extrema, marcados tanto pela repressão de opositores políticos quanto pela repressão sistemática de negros e mulheres pobres, necessita, de fato, estabelecer um real clima de segurança. Tal sentimento é crucial para dar forma ao seu relato.

Além disso, as narrativas apresentadas neste trabalho são marcadas por interesses políticos e sociais, os quais, na óptica das entrevistadas, pode participar do processo de reparação da identidade individual e coletiva. A memória, segundo Nora (1984, p. 28), é definida como o "conjunto de recordações, conscientes ou não, de uma experiência vivida e/ou mitificada, por uma coletividade viva de cuja identidade faz parte integrante o sentimento do passado." Dessa forma, as recordações, transformadas em fontes históricas

mediante diferentes metodologias de registro, nas sociedades contemporâneas, estão profundamente relacionadas à entrada na cena pública de diferentes grupos sociais que se articulam em redes de apoio e reivindicam uma nova pauta de direitos. As narrativas emergem no campo das batalhas para permanecer inscrita na luta pela "democracia das vozes".

Conforme Gattaz, Meihy e Seawright (2019), a experiência da história oral brasileira está estreitamente vinculada às disputas pela palavra democratizada. As entrevistadas, por conseguinte, têm consciência e reconhecem o quanto suas narrativas contribuem para a construção de uma democracia mais resiliente. Os conteúdos de seus relatos expressam a importância de se ouvir grupos marginalizados, cuja posição social, ao longo da história, foi submetida aos discursos e práticas de ódio e aos múltiplos desafios originários do recrudescimento político. Assim, suas falas têm o objetivo de se opor analiticamente às correntes negacionistas da História e, sobretudo, aquelas que recaem sobre as manifestações mnêmicas, além de intervir, com o papel de resistir bem como de propor resoluções e políticas públicas, na esfera dos conflitos contra determinadas forma de ser e na concepção trivial ou instrumental da ideologia.

À vista disso, durante a entrevista com Diva Moreira, momento em que inaugurei minha pesquisa de campo (eu havia tido somente um encontro com Edna Roland alguns dias antes), pude observar uma certa resistência em responder a determinadas questões, particularmente as perguntas que diziam respeito às opiniões negativas sobre certas atitudes inadequadas produzidas pelos movimentos sociais. Inicialmente, eu propus temáticas que considerava conter aspectos interessantes para minha tese, inclusive assuntos que nos conduziam a uma avaliação do lugar das negras nas organizações políticas. No entanto, ainda que Diva me proporcionasse algumas respostas com detalhes sobre sua biografia, sempre evitava minhas indagações que pudessem incitá-la a um julgamento ou a uma crítica. E tal reação, no meu ponto de vista, ocorreu em virtude dos elementos citados acima: dificuldades em externalizar sentimentos como a dor, humilhação ou decepção bem como as problemáticas ligadas aos desafios políticos e sociais da oralidade, mas também devido a uma ausência de convicção na minha possível aptidão a discernir claramente e, em seguida, a transmitir as especificidades oriundas da experiência das mulheres negras brasileiras. Afinal, ao mesmo tempo em que eu observava as falas introdutórias da entrevistada, Diva, por sua vez, com a intenção de definir minha identidade e minha posição política, pois em momento algum inseri minha própria história de vida no diálogo, também me observava. Eu nada havia dito sobre

mim mesma e naquele instante fui percebida como uma pesquisadora europeia que sabia falar português sem sotaque estrangeiro.[142]

Importante abrir um parêntese agora para expor minha própria experiência de vida em sua relação com a presente tese, o que, para mim, de nenhum modo, podem ser separadas, e que são evocadas para mostrar a minha situação diante das entrevistadas nesses primeiros momentos de pesquisa de campo. Embora eu estivesse em meu país e em minha região natal, Minas Gerais, apresentei-me no e-mail como uma estudante de doutorado originária de uma universidade francesa. Durante a entrevista informei que havia nascido na cidade de Governador Valadares, porém Diva ignorava meus processos de socialização e de formação cultural, ou seja, minha história de vida. Eu nada havia dito sobre minha experiência com a adoção, pois fui abandonada por meus pais biológicos recém-nascida, e imediatamente recolhida por uma família de classe média considerada branca, a qual sempre reivindicou com orgulho e entusiasmo uma ascendência paterna irlandesa, estando eu, com meus traços negroides, ainda que com pele clara e sem laços de sangue, impedida por vários membros da família de me beneficiar de tal identidade positiva branca. Não questiono aqui o amor, o carinho, a dedicação e a atenção incondicional que recebi de meus pais adotivos.

A temática da adoção também era vetada, contudo essa realidade era majoritária na família materna. Minha mãe adotiva e outras quatro mulheres, suas irmãs adotivas, sem laços sanguíneos, também foram adotadas pela minha avó adotiva. Em suma, nós éramos cinco mulheres que haviam conhecido a experiência do abandono e, em seguida, da adoção. Além disso, no momento da organização da pesquisa de campo, em outubro de 2014, eu descobri a identidade da minha mãe biológica, após quatro anos de uma busca intensiva e solitária a partir dos recursos que me eram disponíveis na França (telefone, facebook, e-mails etc.). Minha mãe biológica, por sua vez, também foi adotada na infância e, quando adulta, entregou seus filhos para a adoção. Cada um a uma família diferente. Eu nada sabia sobre essa história, o único dado que me foi comunicado era o seu nome (sobrenome desconhecido) e, nesse período, tive acesso às primeiras informações. Essa experiência resultou em um primeiro encontro durante a redação da tese em outubro de 2018.

---

[142] A tradição das ciências sociais, europeia ou latino-americana, é ainda bastante marcada pela subordinação do Sul ao Norte, com seus métodos analíticos de classe e com a compreensão da região e de sua população na cultura hegemônica. Apesar da importância das críticas potenciais direcionadas aos regimes autoritários, frequentemente as comunidades negras foram pensadas mais como um grupo subordinado às expectativas imediatas das classes médias e altas brancas nacionais do que como uma cultura em si. Aderindo aos valores e princípios ocidentais como universais, intelectuais se inseriam nessas coletividades com o propósito de reunir informações para suas pesquisas, bem como preparar o terreno para acolher políticas de fora e de cima.

De modo igual, não mencionei nos primeiros minutos da entrevista com Diva minha experiência com a imigração em 2006, aos 21 anos, período em que cheguei na França sozinha, sem conhecer realmente a língua do país, tendo apenas o contato de uma família residente na região da Lorraine, o qual foi estabelecido pelas redes sociais da internet, para trabalhar em casa de família como empregada doméstica e babá, somando-se ainda a uma temporada de clandestinidade, *sans-papiers,*[143] e, posteriormente, a uma fase como trabalhadora operária, em particular, nas usinas siderúrgicas e agroalimentares, apesar de já ter tido adquirido no Brasil, em 2005, antes de sair da minha terra natal, um diploma de graduação em História.[144]

Por fim, não fiz referência à trajetória de um membro da família paterna que, segundo meus pais, foi uma mulher militante política em Belo Horizonte durante a ditadura e, ainda nesse período, foi presa e torturada. Infelizmente, nunca pude encontrá-la pessoalmente, e nas discussões entre parentes sua história de vida era tabu. Porém as descrições que raramente lhe foram atribuída, em especial, nas narrativas da minha mãe, eram de carinho e respeito, e desde a infância sua imagem tornou-se importante fonte de inspiração para a escolha do contexto político analisado. Como me era dito, "ela foi muito corajosa e sempre devemos ter orgulho de suas escolhas e ações." No final da entrevista, quando começamos a conversar assuntos diversos, momento em que revelei os aspectos citados da minha trajetória, descobri que Diva conheceu a minha parente ainda no período autoritário.

Eu me apresentei como pesquisadora oriunda de uma universidade francesa, em cotutela com uma universidade brasileira. Contudo, com o objetivo de iniciar uma relação mínima de confiança e segurança, expus já no início do encontro com Diva minha responsabilidade, enquanto oralista, em pensar sobre os significados do uso da memória das mulheres negras nos embates políticos. Afinal, há muito tempo esse grupo social se mobiliza para se introduzir na História e, assim, se libertar das redes opressivas que, implícita ou explicitamente, as submetem à velha ordem. Suas narrativas carregam consigo o desejo de justiça e, ao mesmo tempo, carregam aspectos de sua cultura presente configurada na experiência da desigualdade e violência. Meu dever como pesquisadora era, dessa forma, apresentar os processos de suas vivências em perspectiva histórica, bem como promover

[143] Sem papeis. Expressão francesa usada para designar imigrantes desprovidos dos documentos necessários para permanecer legalmente no território nacional.

[144] Alguns leitores vão se questionar sobre o fato de uma pessoa diplomada não conseguir emprego na área. Vale lembrar, rapidamente, que nos países da Europa e da América do norte os imigrantes originários de países do sul global, principalmente os recém-chegados na região, ocupam cargos considerados subalternos pelos nativos.

espaços para que as negras que resistiram (e ainda resistem) às injustiças fossem, enfim, entendidas. Nesse cenário, como nos aponta Portelli (1997, p. 15), é "impossível para um historiador (...) permanecer apenas como um observador externo." Minhas raízes políticas e regionais orientaram-me no sentido de ser participante das mudanças sociais do meu país e, paralelamente, o conhecimento do meu papel e identidade como cientista conduziram-me a adquirir consciência dos compromissos éticos.

Nesse sentido, esta pesquisa tratou-se, acima de tudo, de um gesto empático, que não renunciou, obviamente, à análise crítica. Portelli, em seu artigo intitulado *Forma e significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade*, publicado em 1997, ao examinar a relação entre intelectuais e a classe trabalhadora e, nesse sentido, obras de cientistas definidos como "intelectual nativo" e "intelectual militante", expõe alguns aspectos desse processo de entendimento, participação e identificação, ou seja, de igualdade. De acordo com as análises de Antonio Gramsci, filósofo, teórico político e membro fundador do Partido Comunista Italiano, citadas nas pesquisas de Portelli (S/D, apud 1997, p. 20), haveria dois tipos de intelectuais orgânicos: o "intelectual nativo", isto é, aquele que "se origina de dentro do 'grupo social' (...) com consciência política de classe", e o "intelectual militante", ou seja, aquele que "se une à classe ao se tornar um membro de seu partido político." Engajada como cientista social nos movimentos feministas e antirracistas franceses, os quais atribuem forte atenção ao viés de classe e às lutas dos trabalhadores, mas também engajada de diferentes maneiras nos grupos políticos brasileiros, durante a preparação da pesquisa de campo, me despertara o interesse em pensar sobre mim mesma como uma "intelectual nativa" ou "intelectual militante".

A elaboração de uma pesquisa com o objetivo de considerar a presença e o papel das negras nos movimentos de esquerda foi, sobretudo, resultado da minha própria trajetória como historiadora caracterizada pela interação entre erudição e envolvimento político. Ainda que consciente do distanciamento e da impenetrabilidade à história, eu me encontrava no Brasil, meu país natal e, além disso, como mulher negra. Nessa condição, julgava totalmente pertinente ver as interlocutoras como minhas iguais, beneficiando-se dos mesmos direitos, mas também desprovidos deles em razão de um sistema político excludente e opressivo. Tomando para mim a citação do historiador e etnólogo italiano Ernesto de Martino, mencionado no artigo de Portelli (S/D, apud 2010, p. 02), vale ressaltar que eu realizei as entrevistas, fossem elas com mulheres e, em menor parte, com homens (apenas dois militantes do sexo masculino), "olhando-os não só como informantes para um conhecimento (...), mas

como cidadãos de meu país- cidadãos com os quais eu tinha a intenção de construir uma história compartilhada, uma história comum".

Assim, demonstrei, já no início do encontro, que minhas intenções eram tanto de ordem política quanto acadêmica (além de pessoais). Tal posicionamento, não somente com Diva, mas também com todas as outras entrevistadas, foi percebido com satisfação e contentamento, gerando, a partir de então, maior liberdade nos diálogos e mesmo a indicação de novas identidades e endereços. No entanto, ainda que eu fizesse frequentes referências aos propósitos políticos do projeto e isso, sem dúvida, me garantiu certa credibilidade, no final eu sempre era designada pelo conjunto das informantes como uma pesquisadora originária de uma universidade francesa. Em evidência era posto, sobretudo, minha diferença e diversidade cultural e profissional. Por um lado, vale lembrar que a geração das militantes tem muito apreço pela cultura e, durante o período de realização de suas atividades partidárias (e ainda atualmente), a educação e as habilidades intelectuais eram vistas como aspectos centrais para o progresso das comunidades negras e, por outro lado, o fato de eu ser vista como uma intelectual oriunda de instituições renomadas, significava que sua história, a qual vinha sendo reconstruída por cinquenta anos, seria coletada e descrita de maneira profissional.

Mas na verdade, a iniciativa de apresentar as vertentes políticas da pesquisa nos primeiros momentos das entrevistas era, acima de tudo, um recurso que eu considerava propício para firmar um experimento de igualdade. Meu desígnio era instaurar uma relação sustentada por nossas similitudes (classe, gênero, raça, educação). No entanto, em retorno, nas palavras das mulheres negras, os aspectos mais apreciados eram as dissimilitudes (geração e região). Em outros termos, minha estratégia era pôr em evidência os padrões de igualdade, o que na minha opinião era susceptível de produzir uma troca mais espontânea, visto que, certamente, a trajetória das militantes lhes ensinara a não expor certos dados diante de pessoas que, a priori, não compartilhavam suas experiências, contudo elas estavam interessadas, em especial, nas diferenças.

Como citado pelo historiador Alessandro Portelli (1997, p. 09), "uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos (...). Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca." Um ato que requer, na opinião do autor, a consolidação de uma espécie de mutualidade entre os dois sujeitos. Nessa lógica, o pesquisador de campo, em particular, o "intelectual nativo" ou o "intelectual militante", "tem um objetivo amparado na igualdade," (Ibidem, p. 09) condição indispensável no sentido de atingir uma maior receptividade nas comunicações. Trata-se na realidade, porém, de uma meta utópica, já que o

diálogo se instala em um contexto sócio-histórico no qual existe uma diferença. E esta, marcada por uma hierarquia díspar de poder, frequentemente gera desigualdade entre o historiador e o entrevistado. Como na maioria dos casos, a pesquisa de campo "implica o reconhecimento e a constatação da diversidade em indivíduos que não pertencem ao mesmo plano social e político do observador." (Ibidem, p. 09)

O fato de ter crescido no Brasil alterava, tanto para mim quanto para as entrevistadas, as formas de relacionamento. Eu me associara politicamente às mulheres negras informantes, mas isso não me fazia ser uma delas e, ademais, a ideia de também pertencer a esse grupo social gerava outras formas de impasses, fundamentados sobretudo na diversidade. Enquanto eu certificava os objetivos éticos da pesquisa, sublinhando minhas similitudes com as interlocutoras, elas, por sua vez, com o objetivo de definir quem eu realmente era, ou seja, as dissemelhanças inscritas na minha identidade e posição política, criavam táticas de contra-informação. Segundo Portelli (Idem, p. 23), "a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante." Ainda de acordo com o mesmo autor (2010, p. 06), "é a diferença que faz com que a entrevista seja interessante, porque aprendemos algo se falamos com alguém diferente, alguém distinto de nós; mas essa diferença é também diferença de poder social e de poder cultural."

Foi nessa perspectiva, ciente da importância de relatar previamente minha própria história de vida (experiência com o abandono e a adoção, o exílio econômico, a clandestinidade, o trabalho no âmbito da residência de uma família e, assim, as vivências no chamado "quartinho da empregada", o trabalho intelectual nas universidades e, ao mesmo tempo, o trabalho precário enquanto operária, o militantismo em movimentos políticos criminalizados na França etc.), bem como ciente da importância de explicitar claramente os objetivos políticos e éticos da tese, considerando, além disso, a desigualdade como um "argumento implícito, não dito, que se coloca subterraneamente, e que é o tema fundamental do diálogo," (Ibidem, p. 06) que continuei os encontros. Minha pesquisa de campo foi realizada em novembro e dezembro de 2014 e, em seguida, em julho e agosto de 2015. Ela se iniciou com um relato concedido por Edna Roland e, alguns dias depois, com outro de Diva Moreira, seguido de mais dezenoves entrevistas, e se encerrou com um relato concedido por Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos.

Maria do Espírito Santo nasceu em Bacabal, no Estado do Maranhão, em 1948. Na juventude integrou o Partido Comunista Brasileiro. Em 1968, iniciou o curso de medicina na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís. Em 1971, mudou-se para o Rio de Janeiro.

A partir de então, atuou como militante no partido carioca e, em 1973, envolveu-se com os grupos de reflexão feminista. Em 1975, participou da organização do Ano Internacional da Mulher, o qual obteve o apoio da ONU e, alguns dias depois, participou da criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB). Em 1983, Maria do Espírito Santo fez parte da equipe que constituiu o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Em 1986, foi uma das organizadoras do Primeiro Encontro de Saúde da Mulher. No momento da entrevista, ela era coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher – CISMU do Ministério da Saúde.

Como fonte usei uma entrevista de Maria do Espírito Santo concedida ao acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2005, além de uma entrevista dela concedida a Rachel Soihet, Érika Ferreira, Flávia Esteves e Nataraj Trinta, em 2005, e, por fim, uma entrevista que me foi pessoalmente concedida em 2015.

O LEGH é um laboratório do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, formado em maio de 2006. Seu acervo é composto de entrevistas de indivíduos originários de diferentes países da América Latina, bem como de periódicos e outros documentos. Anteriormente denominado Laboratório de História Social, seu nome foi modificado em razão do grande número de trabalhos interessados em temáticas evidenciando as experiências das mulheres. Dessa forma, atualmente, o LEGH tem como objetivo principal a produção do conhecimento historiográfico sobre as relações de gênero. Este conceito, enquanto categoria de análise, desde os anos 1990 influenciou diferentes investigações coordenadas pelo núcleo de pesquisa.

Tanto a historiografia como o movimento social brasileiro, no final do século XX, foram inspirados, em grande parte, pelo texto de Joan Wallach Scott: *"Gênero: uma categoria útil de análise histórica"* (1990), no qual a autora projetou sobrepujar os usos descritivos do gênero, visando a aplicar as definições teóricas. Segundo Scott (Ibidem, p. 14), não existe uma delimitação espontânea das características (comportamento e personalidade) de homens e de mulheres, mas somente inúmeros paradigmas sociais concebidos em uma presumida determinação biológica. À vista disso, agimos como mulheres socialmente programadas e não como mulheres para as quais foram pré-fixados critérios biológicos. O "gênero" é, nesse sentido, o enunciado sobre a distinção dos sexos, um discurso que produz ideias e práticas cotidianas que estruturam as relações sociais. Nesse sentido, a autora afirmou que:

> O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre

> as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (Ibidem, p. 14)

Para responder, dessa forma, como as correlações entre os sexos se idealizam ao longo da história, no âmbito de relações de poder, Rachel Soihet e Joana Pedro (2007, p. 290), ao examinarem os textos de Scott, afirmaram que a autora estadunidense se baseou nos pós-estruturalistas que se interessam pelo significado.

> Propõe que a história seja escrita "a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidade, foram construídos." Para quem quer escrever esta história, trata-se de observar os significados "variáveis e contraditórios" que são atribuídos à diferença sexual. (SOIHET & PEDRO, 2007, p. 290).

Dessa maneira, a diferença sexual deve ser examinada segundo as múltiplas conjunturas históricas, observando, em que circunstâncias políticas suas interpretações são legitimadas e/ou refutadas. A função do gênero é, dessa forma, indicar tudo que é culturalmente definido. Ele serve principalmente para atribuir racionalidade aos distintos enunciados sociais sobre alteridade. Em linhas gerais, a historiadora brasileira Pedro, ao citar Scott, (1988, apud 2005, p. 86) escreveu que "gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais" e, essa compreensão, para a historiadora estadunidense, "era pensado no sentido a ele atribuído por Michel Foucault, ou seja, sempre relativo: seus usos e significados 'nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas'." Ainda, de acordo com Soihet e Pedro, argumentou Scott (1997, apud 2007, p. 291): "gênero é a organização social da diferença sexual." Enfatizando, nessa perspectiva, que gênero não contemplava dissemelhanças orgânicas e inertes da oposição binária, mas "um saber que estabelece significados para as diferenças corporais." (PEDRO, 2005, p. 87). Por isso, gênero é mutável, já que adquire novas acepções pelas interações concretas.

Nesse contexto, o uso do conceito de gênero viabilizou a produção de um novo instrumento analítico no campo da produção científica. Nas palavras de Soihet e Pedro (2007, p. 291), "a história feminista deixa, então, de ser apenas uma tentativa de corrigir ou suplementar um registro incompleto do passado, e se torna um modo de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar de produção do saber de gênero." No entanto, mesmo preconizando que gênero e sexo são duas noções distintas, era ainda a partir do sexo biológico que se estabelecia a identidade de gênero. E tal ponto de vista contradizia as agendas dos militantes dos movimentos gays e lésbicos e transgêneros. Assim, outros estudos,

com o propósito de romper com o essencialismo, têm investigado a diferença entre sexo e gênero.

Tendo por objetivo contestaras diversas posições que analisam as identidades como fixas – gênero/sexo, mulheres/homens, sujeito/outro – e priorizar, por outro lado, o gênero ao sexo biológico, Judith Butler (2003) propôs uma pesquisa que considerou como os aspectos dessa dualidade sexual foram construídos. Ao refletir de que modo os diferentes discursos científicos promoveram princípios complementares, o sexo foi então percebido como culturalmente construído, isto é, criado pelas redes de significação e pelas práticas sociais oferecendo, nessa lógica, forma ao feminino/masculino binário. Nessa perspectiva, consoante Soihet e Pedro (2007, p. 292), ao examinar as pesquisas de Butler, anula-se "a concepção de gênero como inscrição cultural de significado sobre um sexo naturalmente dado." Na opinião de Butler (2003, p. 25), é preciso repensar a categoria gênero, no sentido de impedir que relações de poder legitimem o emprego de um sexo pré-discursivo. Nessa vertente, a autora coloca em questão a própria definição do corpo humano a partir de detalhes anatômicos. Valores que são atribuídos ao aparelho genital, tais quais a essência e a identidade do indivíduo, foram apontados pela filósofa enquanto efeito discursivo.

O gênero se tornou, assim, "um artifício flutuante com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino." (Ibidem, p. 25) Nessa direção, o gênero não é apenas o estudo sobre as mulheres, mas inclui também trabalhos sobre gays/lésbicas e masculinidades. Contudo, no marco das discussões e das práticas feministas, as conclusões desconstrutivistas têm produzido sentimentos desfavoráveis, os quais são percebidos como argumentos que extinguem o sujeito político mulheres e que estimulam tensões e separações entre produção teórica e movimento social. Várias autoras propõem então a categoria mulher como um princípio que possibilitaria o reconhecimento das diferenças e, concomitantemente, permitiria a descrição de suas semelhanças e dinâmicas políticas de coalizão. É nessa perspectiva que se inscreve as produções historiográficas organizadas pelo LEGH.

No que diz respeito à entrevista de Maria do Espírito Santo concedida a Rachel Soihet, Érika Ferreira, Flávia Esteves e Nataraj Trinta, em maio de 2005, na Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, tenho poucas informações. Eu tomei conhecimento do documento a partir da leitura do artigo *Encontro e Desencontros no Centro da Mulher Brasileira (CMB) Anos 1970-1980*, de autoria da historiadora Rachel Soihet, publicado em

2007. Naquele momento, eu elaborava um artigo sobre a trajetória da médica e militante política maranhense intitulado *Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos: a contribuição de uma mulher negra na construção dos movimentos de mulheres e feministas*, apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História, em Florianópolis, em julho de 2015, o qual foi respaldado, sobretudo, na entrevista concedida ao LEGH. No final da redação, tendo por objetivo adquirir novos dados sobre a história de vida de Maria do Espírito Santo, fiz uma solicitação por e-mail para ter acesso à entrevista e, assim, utilizá-la na escrita dessa pesquisa. Alguns dias depois ela me foi enviada pela historiadora Rachel Soihet sem descrições detalhadas.

Finalmente, no que se refere à entrevista que me foi concedida, ela foi realizada na residência privada de Maria do Espírito Santo, situada na cidade Rio de Janeiro, em agosto de 2015. Fui informada sobre a trajetória da médica maranhense no ano anterior, quando realizei o período de cotutela na UFSC e, dessa forma, enquanto doutoranda do LEGH, iniciei pesquisas nos documentos disponíveis no acervo. Até então eu não tinha nenhum conhecimento de sua identidade, porém certas colegas historiadoras me orientaram no sentido de ler a sua narrativa, bem como o relato de Sandra Maria da Mata Azeredo, argumentando que embora o conteúdo não abordasse um viés racial, as duas mulheres se autodefiniam como negras. Tal pesquisa resultou no artigo citado no parágrafo anterior, o qual analisou em particular as atividades de Maria do Espírito Santo nos movimentos de mulheres e feministas. Assim, antes de encontrar a militante política eu já tinha uma prévia consciência de sua história de vida. Por isso, a entrevista realizada em 2015 foi direcionada, sobretudo, para aspectos de sua atuação que ainda permaneciam pouco investigados, isto é, suas possíveis relações com as organizações antirracistas. Esse encontro marcou o último trabalho da pesquisa de campo. O uso de fontes orais foi então primordial para a escrita dos capítulos seguintes, contudo, vale lembrar que também utilizamos como fonte a autobiografia de Thereza Santos, o que me conduziu a outros questionamentos metodológicos.

Thereza nasceu no Rio de Janeiro, em 1938. Aos quinze anos integrou a Juventude Comunista. Nos anos 1960, iniciou o curso de filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro. Atuou na União Nacional dos Estudantes (UNE) e no Centro Popular de Cultura (CPC). Em 1969, foi presa e interrogada. Em seguida, exilou-se em São Paulo, intervindo em renomadas peças de teatro e telenovelas. Em 1971, foi uma das fundadoras do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). Em 1974, exilou-se na África, período em que participou dos processos de independência da Guiné-Bissau e de Angola. Foi ativa na

consolidação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). Em 1983, Thereza tornou-se membro do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Faleceu em 2012.

Como fonte eu usei a sua autobiografia intitulada *Malunga Thereza Santos. A história de vida de uma guerreira,* publicada em 2008. Segundo Miranda (1992, p. 25), a autobiografia, isto é, "a vida de um indivíduo escrita por ele mesmo", também é uma modalidade narrativa, cuja particularidade situa-se na intricada trama entre a experiência vivida, o *eu* enquanto sujeito, e a reprodução literária, o *eu* enquanto objeto de representação. Suas técnicas e procedimentos pretendem realizar uma representação verídica do autor, havendo, nessa lógica, como forma de materializar uma identidade, um equilíbrio ideal entre o personagem que redige e o personagem que é fabricado pelo ato da redação. A escrita de si é, dessa forma, apreendida com uma prática caracterizada pela produção de um "efeito de verdade" (GOMES, 2004), que se configura na primeira pessoa do singular e que simboliza a iniciativa de retratar dimensões "íntimas e profundas" (Ibidem, p. 14) do indivíduo, ou melhor, sua essência, tendo também sua narrativa como elemento de "prova". Contudo, conforme Miranda (1992, p. 25), trata-se, na verdade, de um "ato de discurso *literariamente* intencionado", o qual pressupõe a análise de alguns elementos do campo de interesse do funcionamento inerente aos métodos de organização textual, sendo este último "objeto da cultura material de uma época."[145] (GOMES, 2004, p. 17)

O objeto intrínseco à autobiografia, ou seja, o formulado da identidade entre autor-narrador-personagem (o nome próprio, os exercícios no que lhe diz respeito e o protagonista), de acordo com Miranda (1992), requer uma análise do pacto implícito ou explícito do autor com o leitor. A narrativa "supõe um locutor e um auditor, um *eu* e seu correlato *tu*, o primeiro intencionado a influenciar o segundo." (Ibidem, p. 31) E, no caso da obra de Thereza, pude observar que sua principal intenção foi escrever para pesquisadores e militantes negros. Nessa perspectiva, a escrita de si, ainda que de forma limitada, propende a integrar métodos estilísticos próprios ao campo ficcional, visto que propõe expressar um discurso autêntico da história de vida de um indivíduo e, ao mesmo tempo, uma forma de arte, residindo então entre as exigências da sinceridade referencial e as exigências da pesquisa estética original. Assim, "a fronteira entre 'fato autobiográfico' e 'ficção' subjetivamente verdadeira é bastante tênue"

[145] As produções da memória de si contam com documentos variados, desde os textos mais específicos, como as autobiografias e os diários íntimos, até a coleta de outros objetos materiais, como as cartas, mensagens, fotografias, cartões-postais etc. Esse conjunto de arquivos é, consoante Gomes (2004) atos biográficos, pois a partir deles indivíduos e grupos buscam atribuir significados especiais a suas experiências.

(Ibidem, p. 33) e, como o nível de "dissimulação" de certas publicações pode ser efetiva, torna-se impossível para o leitor diferenciar a experiência concreta de um *eu*, que remete ao autor, e sua produção metafórica, que remete a seu objetivo de inspirar o público.

Trata-se de uma autointerpretação, "sendo o estilo o índice não só da relação entre aquele que escreve e seu próprio passado, mas também o do projeto de uma maneira de dar-se a conhecer ao outro." (MIRANDA, 1992, p. 30) Sobre o primeiro ponto, o tempo e a identidade, isto é, o "reconhecimento recapitulativo", o *eu* relembrado difere do *eu* presente e, por esse motivo, o discurso temporal descreve fatos que o autor vivenciou no passado, mas também como o outro anterior tornou-se o indivíduo atual (Ibidem). Dessa forma, a narrativa na primeira pessoa do singular, enquanto estrutura principal da reflexão no momento da redação, bem como da reflexão da pluralidade dos atos recordados, visa a garantir a "unidade do eu", porém as transformações que o biográfico experimentou através da história são, consoante os argumentos de Miranda (Ibidem), frequentemente examinadas como se agissem de uma terceira pessoa. Sobre o segundo ponto, o sentido que o autobiográfico projeta atribuir a sua própria imagem, a escrita pode idealizar "enredos" que destacam com maior ímpeto suas "qualidades". Em outros termos, o autor é passível de realizar uma "reflexão elogiosa a respeito de si mesma", tendo também como significado, a princípio, conceber "uma forma retórica (...) para a representação ou dramatização do sujeito, para dá-lo como uma unidade." (Ibidem, p. 40)

Para finalizar essa análise, a escrita de si tem por objetivo uma certa estabilidade e permanência, ou seja, uma descrição contínua e harmônica do "eu" do indivíduo através do tempo. Entretanto, o autor é uma pessoa única e múltipla que, mediante a segmentação de seu percurso, vivencia temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico. A autobiografia, por um lado, exprime uma trajetória individual que se altera a partir de etapas sucessivas e, por outro lado, exprime um mesmo período da vida como "fracionado" em fases (casa, trabalho, militância etc.) com ritmos variados. À vista disso, a concepção de linearidade e coerência do autor, manifestada por seu nome e por uma iniciativa retrospectiva de registro da sua vida, isto é, de produção da "unidade do eu" (GOMES, 2014) ou de uma identidade que diverge e, concomitantemente, coabita com os paradoxos, as fragmentações e as descontinuidades de suas experiências é o que Gomes, citando as palavras de Bourdieu (1996, apud 2004), chama de "ilusão biográfica".

Os limites entre a vida concreta do biográfico e a estrutura da obra textual são, nesse sentido, inconstantes. É impossível para uma pessoa que se engaja na escrita do "eu"

expressar sua verídica e fiel individualidade. Miranda (1992, p. 29) afirma que "a autobiografia não se confunde com a dita vida de um autor, com o *corpus* empírico que forma a vida de um homem empiricamente real". As memórias são subjetivas, segmentadas e comuns, no entanto enquanto fonte histórica, são legitimadas justamente nesses aspectos. Trata-se de uma nova significação da noção de verdade, a qual supõe "o triunfo do indivíduo como um sujeito voltado para si, para sua razão e seus sentimentos." (GOMES, 2004, p. 13) Em suma, prevalece, nesse ponto, um vínculo direto entre uma história da subjetividade do indivíduo moderno, uma história das produções culturais da escrita auto referencial pois, como declara Levillain, citado por Gomes (1996 apud 2004, p. 12), "se o ato de escrever sobre vidas é muito antigo, a ideia de que a vida é uma história é bem mais recente" e, finalmente, uma história da História que admitiu novos objetos, fontes, metodologias e, em particular, produziu uma crítica quanto às normas vigentes de verdade histórica.

Assim, a noção de verdade não se restringe mais a uma verdade objetiva, única, sujeita à prova, seja ela científica e/ou jurídica. Na realidade, a noção de verdade nas sociedades modernas introduziu uma importante relação com as subjetividades da experiência dos indivíduos. Alocando-a na categoria de sinceridade, como ponto de vista e de vivência do autor, o qual constrói a "sua" veracidade sobre os acontecimentos e, simultaneamente, reconhecendo a dimensão segmentada da "produção do eu", o que implica a impraticabilidade de seu pleno controle, a verdade foi ponderada em sua lógica plural. Afinal tanto a vida de uma pessoa quanto as recordações transmitidas para relatar um episódio são diversificadas. Nesse sentido, a legitimidade da escrita de si tornou-se indivisível da franqueza e da especificidade daquele que a compõe. A ideia de verdade adquire então dois sentidos: "a da verdade dos fatos e a da sinceridade do indivíduo", recusando, em contrapartida, que os discursos fossem apreendidos como formas naturalizadas e espontâneas (GOMES, 2004, p. 14).

> Nesses casos, está descartada *a priori* qualquer possibilidade de se saber "o que realmente aconteceu" (a verdade dos fatos), pois não é essa a perspectiva do registro feito. O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de "dizer o que houve", mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. (Ibidem, p. 15)

Foi então a partir das entrevistas orais e de uma obra autobiográfica que este capítulo se fundamentou. As mulheres negras relataram suas próprias experiências nos movimentos de esquerda durante a ditadura militar, e tal prática implicou também o relato das experiências de outros indivíduos, inclusive parentes, companheiros e amigos. No que diz respeito aos

homens com quem elas compartilharam momentos íntimos e suas atitudes quanto às militâncias das mulheres, Maria do Espírito Santo declarou que foi em uma reunião do Partido Comunista que encontrou seu marido, Armando, e, além disso, assegurou que ele sempre incentivou sua iniciativa de se introduzir na organização política carioca:

> Era um grupo, não entrava praticamente mulher no "partidão", as mulheres eram mínimas. (...) Eu entrei numa base onde tinham outras mulheres, e eu conheci o Armando, que era uma figura também do "partidão" há muito anos, (...) teve que se mandar do Brasil, morou alguns anos na Rússia, e quando voltou, foi quando eu cheguei, ele foi dar uma aula sobre marxismo. Aquela coisa bem isolada, bem escondida. Aqui no Rio. Numa casa de uma amiga no Botafogo. Pra não chamar atenção. Então fomos fazer esse curso. Eram dez pessoas. E eu conheci o Armando de uma forma até carinhosa demais. Tava muito frio, coisa rara aqui no Rio, (...) as dez pessoas sentaram e colocaram assim cobertores nas pernas. E eu sentia que tinha uma pessoa me cutucando a perna, e eu olhava pra cara das pessoas e não era ninguém. Olhava e não era ninguém. Terminou a reunião, aí Armando veio falar comigo, e a gente uma semana depois foi morar junto. Uma coisa assim maluca. Há trinta anos estamos juntos. Nos conhecemos dia de São João, dia de são Pedro fomos morar juntos, e estamos há trinta anos juntos. Então foi uma coisa rica demais, um homem que amo muito, não quero me separar dele. Tem qualquer briguinha de casal, normal. Mas é uma pessoa por quem eu tenho um afeto muito grande. (SANTOS, 2005b, p. 05)

Maria do Espírito Santo contou também com o apoio de Armando quando optou por articular as mulheres integrantes do Partido Comunista carioca e, mais tarde, quando optou por criar organizações feministas. Desde a primeira metade dos anos 1970, Maria do Espírito Santo dialogava com a militante exilada Zuleika Alambert e juntas objetivavam fundar estruturas específicas no Brasil, um projeto que culminou com a fundação do Centro da Mulher Brasileira (CMB) em 1975. O ressurgimento do feminismo, nesse período, fortemente marcado pela oposição à ordem política vigente e pela luta visando à superação das classes, esteve estreitamente vinculado aos movimentos de esquerda. Em diversas circunstâncias, foi no âmbito desses grupos políticos que muitas mulheres negras começaram a se interessar pela temática. Maria do Espírito Santo apontou as discussões sobre a "questão da mulher" no interior do Partido Comunista, mas também, em que medida, alguns homens, inclusive seu marido Armando, a instigou a formar coletivos feministas. Ela afirmou:

> Continuei no Partido. Então, 75. Quando eu tava no partido, cada uma das bases, pequenas bases, eram acompanhadas por uma pessoa antiga do Partido. E quem me acompanhava era (...) Oswaldo, uma figura assim maravilhosa do "partidão", e ele levantava o seguinte: "Santinha, quando você...". (...) "Quando você levanta, o que você quer? Igualdade de homem e mulher na sociedade?" Era a única palavra que eu sabia colocar assim inteira. Igualdade entre homens e mulheres. E ele disse assim, "Isso é o próprio grito do movimento feminista, e eu acho que você tem mais a ver com ele, e você tem que criar isso no Brasil." Isso aí me fez, pensar nisso permanentemente. Aí eu conversei com algumas pessoas, com o próprio Armando, com outras pessoas, e eu disse: "eu vou juntar algumas mulheres pra criar uma coisa do movimento de mulheres. (Ibidem, p. 06)

Edna Roland (2007), de modo igual, conheceu seu companheiro, Antônio, na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária. Sobre esse acontecimento, ela relatou:

> No terceiro ano de psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1971, numa aula de francês, eu conheci uma pessoa que veio a ser o meu companheiro e depois meu marido. Ele tinha vínculos com a Polop, Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária, e então me recrutou. A gente fazia reuniões clandestinas em que estudava marxismo, *O capital*, textos de Lênin, ou textos de Emir Sader – os irmãos Sader eram da Polop. (Ibidem, p. 113)

Naquele período, Edna já havia adquirido consciência dos mecanismos de discriminação racial. No decorrer de uma estadia nos Estados Unidos, quando tinha dezesseis anos, ela foi testemunha das situações de aversão e de covardia que vivenciavam cotidianamente os jovens negros. Contudo, mesmo sem a pretensão inicial de inserir as temáticas raciais no interior da POLOP, o que supostamente poderia ser percebido como uma forma de promover divisões entre seus integrantes, em diferentes momentos, Edna fez referências às dificuldades enfrentadas para que sua voz fosse realmente ouvida nesses grupos políticos, da mesma forma que fez alusões a uma significativa valorização das atividades de seu companheiro, em detrimento do seu próprio trabalho intelectual e de sua militância e, por fim, fez menções a um interesse da organização voltado apenas para sua favorável situação econômica, visto que havia assumido um cargo bem remunerado enquanto secretária executiva. Esse cenário, julgado por Edna como uma forma de exploração e menosprezo por ser mulher, de acordo com sua narrativa, em momento algum foi questionado por Antônio ou pela POLOP.

> Quando nós vimos para São Paulo, eu tive uma grande capacidade de adaptação para sobrevivência (...). E o que aconteceu com o meu companheiro? (...) Ele não conseguia se adaptar em nenhum lugar, (...) aí o que a organização fez? Considerou que ele era um quadro é muito importante do ponto de vista intelectual né (...) risos, e então ele ficou exclusivo para pensar, escrever e dar assistência né, ficou exclusivo pra trabalhar politicamente. (...) Eu queria ir pra fábrica, eu queria trabalhar em fábrica. A organização nunca me levou pra fábrica porque perceberam que meu emprego era bem remunerado, então o que acontecia? Todo o saldo, quer dizer, a gente fazia prestação de contas, se eu tomasse um cafezinho eu botava lá um cafezinho tantos cruzeiros tátátá. Eu prestava contas de todas as... todo o excesso, do mínimo excesso, eu não comprava roupa, não comprava nada. Eu sustentava a mim, ao meu companheiro e todo o dinheiro que sobrava eu dava pra organização. A organização nunca modificou essa questão porque a sustentação financeira se tornou mais importante. (ROLAND, 2014)

Vale ressaltar, por último, que no decorrer das entrevistas, foram coletadas poucas explicações sobre as relações das mulheres negras com seus familiares, sobretudo os pais, os maridos e os filhos. Na verdade, eu não fiz perguntas específicas a esse respeito durante os diálogos, pois, meu interesse principal, no momento dos encontros, era a participação delas

nos movimentos sociais. Ademais, eu estava bastante influenciada por colegas historiadoras do LEGH que criticavam o grande número de referências bibliográficas que se referem às trajetórias de homens sem se indagar sobre suas atuações no âmbito privado, sendo, por vezes, o nome da esposa brevemente citado. Finalmente, eu desconfiava dos argumentos insistentes de docentes universitários que, como mencionado na introdução da tese, afirmavam que para entender a trajetória política das negras eu teria obrigatoriamente que me orientar para a esfera do lar. Diante da minha pouca atenção, resultado sobretudo da ausência de conhecimentos profundos sobre os estudos feministas no momento da pesquisa de campo, as informações recolhidas são escassas.

Alguns dados, porém, me foram livremente concedidos durante as entrevistas e estes foram apresentados nas biografias. A influência e a participação da figura paterna no engajamento das mulheres negras, principalmente no que tange os homens que também foram militantes comunistas, como no caso de Maria Tavares dos Santos, Dora Bertúlio e Helenira Nazareth, foram amplamente discutidos. Em contrapartida, os posicionamentos político-ideológicos das mães foram raramente mencionados pelas informantes. Edna Roland citou a tia que a criou como "proto-feminista", enquanto que Dora Bertúlio apontou o importante apoio da mãe nas ações políticas de seu marido e filho. Inserida em outro contexto, Diva Moreira narrou os difíceis obstáculos que sua mãe, empregada doméstica, teve que enfrentar para lhe oferecer uma vida digna. Contudo, a figura materna, em particular, nas biografias de Maria Tavares dos Santos e de Helenira Rezende, foi retratada como mulheres que assumiram papéis femininos convencionais. Já na biografia de Lúcia de Souza, sua mãe, temendo as consequências da repressão, foi descrita como uma pessoa que se opunha ao envolvimento da filha com a política. No que concerne ao cotidiano com os namorados, noivos ou maridos, em especial, nas entrevistas com Diva Moreira, Maria Tavares dos Santos, Edna Roland e a irmã de Lúcia de Souza, que conheceram seus companheiros ainda no início de suas atuações nos movimentos de esquerda, eu não obtive muitos esclarecimentos. Durante a escrita da tese, considerando a importância de pensar o espaço do lar e as experiências íntimas como aspectos políticos, eu busquei analisar o melhor possível o conjunto de informações que me foram disponibilizadas no decorrer da pesquisa de campo.

Outra questão que deve ser posta antes de iniciar as análises das biografias das militantes refere-se às identidades sexuais e de gênero. Como já foi explicado, gays, lésbicas e transgêneros, inclusive aqueles que se definiam como negros e negras, foram importantes atores nas experiências organizativas que se opuseram ao regime militar. No entanto, observa-

se nas entrevistas e nos outros documentos estudados que a temática, de modo geral, foi pouco mencionada. As questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero foram abordadas dentro de um ângulo heterossexual, sendo destacadas somente no que diz respeito à sua correlação com o campo da saúde e dos direitos reprodutivos. Nas narrativas, são ausentes alusões em que as entrevistadas se autodesignam como lésbicas ou transgêneros (com exceção de Neusa das Dores Pereira), assim como são ausentes o reconhecimento de alianças políticas com grupos LGBTs e a inserção de suas agendas nos movimentos nos quais intervieram durante os anos 1960-1970.

4.1 Diva Moreira

Diva Moreira nasceu na cidade de Bocaiuva, no Estado de Minas Gerais, em 08 de junho de 1946. Houve, porém, um problema com seu registro no cartório, sendo que este só foi realizado em Belo Horizonte quando tinha seis anos. E naquele momento, houve uma alteração do nome que inicialmente foi-lhe atribuído, Divina, do ano de nascimento, visando a um ingresso antecipado da criança na escola e, por fim, do local de nascimento. Assim, Diva informou os dados que constam na sua Certidão de Nascimento (MOREIRA, 2014). Na cidade de Bocaiuva viveu até os quatro anos de idade e, em seguida, mudou-se para a capital mineira, uma decisão que, conforme sua narrativa, foi tomada por sua mãe, trabalhadora doméstica, com o objetivo de assegurar um futuro melhor para seus filhos. A ocasião foi também marcada pela separação de seus parentes mais próximos. Diva teve uma irmã que cresceu na casa de seus avós maternos e um irmão que foi adotado por outra família. Ela foi a única criança que sua mãe, com inúmeros esforços e dedicação, conseguiu criar. No que concerne à decisão de se instalar em Belo Horizonte, afirmou:

> Minha mãe era empregada doméstica. E tinha um grande sonho – eu sempre falo que para falar da minha vida e de tudo o que eu fiz, eu tenho que falar da história da minha mãe. (riso) Que eu acho a dela mais impressionante do que a minha. Pela base que ela não teve. Uma empregada doméstica, que tinha um grande sonho que era o seguinte: a minha filha, os meus filhos não vão passar o que eu estou passando na vida. Então ela pensava em ir para São Paulo. Porque na época no imaginário das pessoas pobres São Paulo era um lugar de grande desenvolvimento, de grandes possibilidades, de oportunidades para os pobres, né? Família negra. Mas, assim, ela também ao mesmo tempo visionária e com o pé no chão. E ela conhecia pessoas, parentes dos patrões dela em Bocaiúva, que morava em Belo Horizonte. Então eu tinha pouco mais de 4 anos quando a gente se mudou de Belo Horizonte. Então, de lá para cá, com algum tempo que eu passei fora do país, eu vivi basicamente, a minha história está basicamente fundada, enraizada em Minas Gerais. (MOREIRA, 2005)

Diva relatou também o estigma enfrentado por ser considerada filha "ilegítima", pois nasceu quando sua mãe já era viúva. Tal situação, na sua opinião, era bastante constrangedora e logo tornou-se um tabu. Sobretudo quando foi viver na residência dos novos patrões belo-horizontinos. Na capital mineira, os valores da casa onde sua mãe foi exercer a função de trabalhadora doméstica eram extremamente católicos e conservadores e, neste sentido, era preciso garantir a imagem de legitimidade do nascimento. E embora seus futuros empregadores conhecessem previamente sua história, exigiu-se que o discurso de ambas ao entrar no domicílio patronal fosse submetido aos padrões reconhecidos pela sociedade. Dessa forma, na cidade de Belo Horizonte a criança não tinha pai. Ou melhor, Diva havia sido gerada pelo esposo de sua mãe antes de sua morte. Ao mesmo tempo, ela tinha um outro genitor ainda vivo e, de vez em quando, o ia visitar na sua terra natal. "Eu tinha que ir lá pedir a benção a ele." (Ibidem) Um pai que lhe prometeu apoio econômico para os estudos, mas que, na realidade, foi ausente durante sua formação escolar. Dessa forma, a figura paterna foi relatada pela militante como ambígua: "eu tenho pai ou não tenho pai?" (Ibidem)

Em contrapartida, as lembranças de sua mãe são retratadas de modo demasiadamente positivo, sendo constantemente descrita, durante a entrevista, como uma mulher que encarou inúmeros obstáculos para lhe assegurar uma vida digna. Cotidianamente, sua mãe era exposta a situações humilhantes e degradantes, porém independentemente das circunstâncias morais e econômicas, sua filha declarou sempre a ter admirado, principalmente no que diz respeito à sua capacidade de resiliência e às suas habilidades para captar certos recursos que assegurassem a sobrevivência de ambas. Lembrando aqui que, nesses contextos de opressão e ausência total de direitos e garantias, determinadas ações de sujeição podem de fato camuflar estratégias de luta e insubordinação. Ou seja, os métodos de resistência de sua mãe enquanto trabalhadora doméstica podem seguir sua própria lógica. E, apesar de nunca ter obtido reconhecimento, ou de ter saído desse emprego sem nenhuma segurança material, a figura materna é apresentada por Diva como extraordinária.

> Ela trabalhou treze anos na casa de uma família e saiu de lá literalmente com uma mão na frente e a outra atrás né. Uma mão na frente e a outra atrás. E (...) ela era ao mesmo tempo lutadora e humilde sabe, muito conformada. Ela combinava, assim, estes dois movimentos dentro dela né: a rebeldia e a humildade. Então a gente saiu de lá. Para ela não foi problema. A gente iria morar inclusive numa favela sabe, quando saímos de lá. Por que que outro lugar uma empregada doméstica tem pra morar nas cidades? Eu inclusive insisto muito em minhas falas que não é possível falar sobre as favelas no Brasil sem, ao mesmo tempo, abordar a exclusão da população negra da cidade formal né. Então, naquela época, a gente iria pra uma favela e a gente não foi (...). Eu tenho uma consideração grande pelas empregadas domésticas. Por este fato que eu te falei. (...) Minha mãe ter sido empregada doméstica, muita exploração, muita humilhação. (...) Ela é dessas causas queridas da

> gente, que é a luta em favor dos direitos das empregadas domésticas, apesar de eu não ter assim... (MOREIRA, 2014)

Diva Moreira disse ter habitado na casa dos patrões de sua mãe até seus dezessete anos. Em seguida, com uma renda mensal bastante humilde, foi morar em uma pensão, modelo de hospedaria deveras reputado pela falta de privacidade. Assim, naquele momento, ela relatou ter sido vítima de abusos sexuais ainda estudante. Sem demora, temendo pela segurança da jovem, e insatisfeita com algumas situações de desrespeito, as duas mulheres decidiram comprar um barraco em uma favela belo-horizontina. No entanto, com alguns argumentos preconceituosos, os quais foram identificados por Diva na citação a seguir, outra moradora da pensão conseguiu convencer a sua mãe de que a melhor opção era vender este espaço e, consequentemente, ir viver em uma casa emprestada bastante simples.

> Teve de tudo nesse período. Teve abuso sexual, tentativa, pelo menos tentativa de abuso sexual. (...) Era uma pensão, a gente morava em uma pensão e rolava de tudo, né? E então eu já estava extremamente desgastada. Uma adolescente sem liberdade, sem independência. Aí a gente foi morar em um lugar cedido. Porque a minha mãe, o único lugar que ela poderia morar naquele período era em uma favela. E ela comprou um barraco em uma favela. Aí uma outra pessoa desta pensão falou o seguinte: "De jeito nenhum. Você está com uma filha moça" Você vê há quantos anos atrás o preconceito. Isto é o quê? Há mais de 40 anos atrás o preconceito fortíssimo contra a população favelada, né? E os níveis de violência nem se comparam aos de hoje. Aí essa senhora falou assim: "De jeito nenhum Você vai ter que vender aquele barraco, você vai ter que se virar, mas você não vai levá-la para um barracão." Aí ela conhecia essa senhora que estava com um barracão vazio. Então a gente morou lá. (MOREIRA, 2005)

Sua mãe, persuadida pelas justificativas de violência dos bairros desfavorecidos, as quais foram fundamentadas, segundo o ponto de vista de Diva, apenas na questão econômica dos moradores dessas localidades, optou, finalmente, por transferir seu projeto de casa própria e permanecer no domicílio disponibilizado. Por lá, as duas mulheres residiram durante algum tempo, porém a proprietária retornou e elas tiveram que deixar o local cedido. Foram imediatamente viver em um cortiço, o qual também é frequentemente qualificado como uma forma de hospedaria desprovida de qualquer tipo de intimidade, argumento confirmado pela informante ao descrevê-lo como uma área precária em infraestrutura, deteriorada e insalubre. Aliás, ela expôs, não sem compreensão atual das dimensões racistas e classistas de suas palavras, em que medida viver neste estabelecimento era sinônimo de constrangimento, sobretudo para uma jovem moça filha de empregada doméstica que, no âmbito dos estudos, frequentava espaços intelectualizados, ou seja, brancos, e almejava adquirir conforto material. Por fim, Diva e sua mãe conseguiram alugar uma moradia digna. Nesse momento, ela já era uma mulher adulta, vinte anos, havia conseguido um emprego remunerado e, no ano seguinte, iria cursar a faculdade de Jornalismo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Sobre suas tentativas após a saída da casa do patrão para obter um local íntegro, seguro e independente, Diva (Ibidem) relatou:

> Depois a gente saiu desse lugar cedido, porque a dona do barracão voltou e a gente teve que sair. Aí eu fui morar em um cortiço. E aquilo para mim era uma morte, morar em um cortiço. Eu vivia no meio de classe média, a maioria era branca, todo mundo morava bem. Naquela época não tinha nem apartamento. Quase todo mundo morava em casa. Então eu tinha assim a maior vergonha das pessoas saberem do lugar onde eu morava, que era muito degradado. Era muito feio o lugar. Muito pobre, muito precário. Era um banheiro coletivo. Era um tanque coletivo. Então dava muita briga também neste lugar para (riso) ver quem é que ia usar primeiro. Tinha que acordar mais cedo para ter menos gente ocupando os mesmos espaços coletivos. (...) Ao mesmo tempo: "Que bom que a gente estar em um espaço que é nosso."(...) Toda a minha entourage, todos os meus amigos e amigas eram de classe média. Eu morria de vergonha de morar neste lugar. Isso foi assim até (...) os 20 anos. Depois (...), eu já estava começando a trabalhar. Ganhava um dinheirinho e tal. E a gente foi morar em um barracão nosso, com independência. Pela primeira vez. Quer ver? Eu acho que (...) eu já tinha mais de 20 anos, mais de 20? É, em torno disso quando eu fui. Mas era assim aluguel. Mas de qualquer jeito foi a primeira vez que a gente teve casa própria, digamos.

A segunda metade da década de 1960 foi então um período marcante na vida de Diva. Além de ter saído da casa dos patrões e, finalmente, após vários obstáculos, ter encontrado um lugar decente para se viver, ela ingressou, em 1967, aos vinte e um anos, na universidade federal mineira. Sua militância, porém, iniciou-se ainda no período dos estudos secundários. No ensino fundamental participou dos grêmios estudantis, órgão máximo de representação dos estudantes nas escolas. Com fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais, tratava-se de uma organização representante dos interesses dos discentes, e isso tanto na própria esfera da instituição de ensino como na comunidade. Por isso, constituiu-se também como um importante ambiente de debates, aprendizagem, convivência e de luta por direitos. Sua principal finalidade era favorecer a participação dos alunos nas atividades gerais de sua escola.

Os jovens do estabelecimento no qual Diva estudou, com a prática constante da ética e da cidadania, reuniam-se para discutir sobre os problemas contemporâneos do país. Eles se preocupavam com a autonomia política da nação, mas também com os problemas cotidianos da população desfavorecida. No caso das normas e regras da própria instituição de ensino, Diva narrou uma mobilização contra a obrigatoriedade de desfilar no dia 07 de setembro, data comemorativa da independência do Brasil e, além disso, informou uma ação pelo direito das meninas de decidirem sobre suas vestimentas escolares.

> Quando eu estava no ginásio ainda, nós fazíamos parte de movimento estudantil. E questionando as regras da escola. Sabe aquela coisa assim de subversão? De você não aceitar a autoridade? Eu me recordo que não podia entrar de calça comprida, sabe? (riso) As mulheres tinham que usar saia ou vestido e a gente usava calça comprida. Tinha que desfilar no 7 de setembro. "Que história é essa de Dia da

> Pátria? O Brasil não é independente coisa nenhuma. A gente não vai desfilar." E a gente não desfilava. Então começou aí no Colégio Estadual de Minas Gerais, que era uma escola pública e muito progressista, muito progressista. (...) Era realmente um tempo muito rico. Discutisse naquele momento histórico as políticas de reformas sociais, de reformas de base do João Goulart. Então havia debate sobre nacionalismo. Se a gente devia comprar coisas brasileiras, mesmo que fosse de má qualidade ao invés de comprar coisas importadas de melhor qualidade. Então tudo isso perpassava os debates em sala de aula. Então a minha primeira experiência é realmente no ginásio em grêmio estudantil, movimento estudantil. (Ibidem)

Em 1948, foi organizado o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas, na Casa dos Estudantes, no Rio de Janeiro. Tal acontecimento marcou a fundação da União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UNES), com delegados de praticamente todos os estados do país. No ano seguinte, em 1949, a entidade trocaria seu nome por União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Em 1961, o principal objetivo da organização foi intervir na Campanha da Legalidade. Em conjunto com a União Nacional dos Estudantes (UNE) se engajou, dessa forma, nos processos que posteriormente garantiram a posse de Goulart no cargo de presidente. Após 1963, durante essa administração, a UBES participou das manifestações em prol das reformas de base. Com efeito, os jovens discentes atuaram ativamente na formação de uma ampla frente antilatifúndio e anti-imperialismo em colaboração com a União Nacional dos Estudantes, a Frente de Mobilização Popular, a Frente Parlamentar Nacionalista, o Comando Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas, os oficiais subalternos das Forças Armadas, setores da Igreja Católica, entre outros.

O movimento estudantil adquiria unidade em torno de ideias esquerdistas. Alguns pontos eram cruciais: a escola pública (o sistema comportava apenas 9% dos jovens com idade apta para a realização da matrícula na formação secundarista), os programas de alfabetização de adultos pelos movimentos sociais e o ingresso no ensino superior. Houve, inclusive, um grande entusiasmo com o Plano Nacional de Alfabetização em 1964. A "pedagogia da libertação", a qual sugere uma educação popular e crítica – a serviço da transformação social – era idealizada pelo educador pernambucano Paulo Freire.

No governo de Goulart, os grupos de estudantes secundaristas marcaram presença no cenário político nacional. Eles participaram das passeatas, campanhas em favor das lutas sociais e educação de qualidade. Nessa conjuntura, havia também a União da Juventude Comunista (UJC) estruturada em todo o território brasileiro. Posteriormente, com o golpe de 1964, as perseguições e os conflitos com as forças de ordem tornaram-se recorrentes. As entidades estudantis, mesmo os grêmios escolares, foram desmanteladas desde o início do regime autoritário (CINTRA & MARQUES, 2009).

Diva, na ocasião, reconheceu uma sensação de desgosto. O evento de abril daquele ano foi percebido como uma derrota. Contudo, a militante pressupôs que seu grupo, devido à idade e à pouca importância no campo político, não fora julgado pelos militares como uma ameaça ao sistema. Assim, ela declarou não ter sofrido repressão nesse primeiro momento, embora Diva tenha experimentado, mais tarde, as consequências da violência do sistema militar com o encarceramento de um próximo. Seu companheiro e pai de sua filha, José Francisco Neres, foi preso político entre 1973 e 1976 (MOREIRA, 2014).

> Mas foi aquela frustração. A gente era muito jovem ainda. 64 eu tinha 18 anos. A gente sabia que tinha acontecido um golpe militar, essa consciência a gente tinha. Mas eu, pessoalmente, não sofri durante aquele primeiro momento. Porque o tipo de inserção que a gente tinha em movimento jovem não era alguma coisa vista pelo regime militar como perigoso, como muito subversivo. Que merecesse gastar prisão para a gente. (riso) Ou seja, tinha muito mais gente que na verdade foi preso antes. (Idem, 2005)

Ainda no período de estudante secundarista, ao residir próximo do convento dos dominicanos, Diva participou dos movimentos ligados à Igreja. A Ação Católica Brasileira, oficialmente criada em 1935, era definida pelos bispos como uma associação laica controlada pela hierarquia eclesiástica. O objetivo era contribuir para a atuação dos leigos na instituição. Nela, eram determinadas as formas de cooperação entre sacerdotes e fiéis, o que não foi realizado sem conflitos.

Alguns religiosos eram a favor da reforma litúrgica, porém os dominicanos e parte dos franciscanos e beneditinos propunham a reforma total, com a atuação direta dos sacerdotes na defesa dos oprimidos. Em contrapartida, outros grupos se opunham firmemente à ação dos leigos na entidade. “A posição majoritária da Igreja era: assistencialismo sim, revolução social não!” (FEIJÓ, 2011, p. 30) Mas como os dominicanos agiam em favor do movimento, eles promoveram, desde os anos 1930, a ativa presença dos fiéis nas dinâmicas cotidianas do convento. E foi nesse sentido que Diva, alguns anos depois, teve a oportunidade de ingressar nas atividades dos religiosos.

Nos anos 1960, os dominicanos foram amplamente influenciados pelo Concílio Vaticano II, evento conhecido por proporcionar uma profunda transformação na Igreja. Naquela ocasião, as antigas reivindicações progressistas foram inicialmente atendidas: missas na língua nacional (antes eram em latim), sacerdotes voltados para o público, discurso inovador que abordava a realidade social etc. Os religiosos adquiriram também o direito de usar trajes civis. A partir de 1966, os futuros frades dominicanos foram autorizados a arranjar empregos e incentivados a prover suas próprias subsistências. Vários deles optaram por trabalhar como professores de religião em escolas católicas. Outros, influenciados pelos

"padres-operários", religiosos franceses que, desde os anos 1930, articulavam com trabalhadores comuns, foram empregados em empresas e fábricas. No mesmo ano, os dominicanos obtiveram permissão para estudar em universidades laicas. Em São Paulo, a ida para a USP estimulou bastante o engajamento desses jovens.[146] Os dominicanos foram, dessa forma, uma das ordens que compuseram ao lado dos leigos as organizações de estudantes secundaristas e universitários católicos. A Juventude Estudantil Católica e a Juventude Universitária Católica, coordenadas pela Ação Católica, articulavam diretamente como o movimento estudantil em geral, o movimento operário e o movimento camponês. Investiam principalmente na educação de base (Ibidem).

Imagem 14: Diva Moreira

Fonte:http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/militando-pela-educacao-46839/colecao/100463

Foi então junto ao grupo dos dominicanos que Diva tomou conhecimento das teorias marxistas. Nele, também atuou em prol das reformas de base e da educação popular. Durante a entrevista concedida ao Museu da Pessoa, Diva o definiu como demasiadamente importante para sua formação enquanto sujeito político da luta de classes. No entanto, o convento dominicano belo-horizontino sofreu forte repressão do regime militar. Segundo Feijó (2011), o ato de 1965, no momento da visita oficial do presidente Castelo Branco ao Estado mineiro, quando os religiosos colocaram nas janelas do estabelecimento suas capas pretas, fez-se suficiente para que a instituição fosse invadida duas vezes pelas forças de ordem e os dominicanos respondessem a um inquérito policial militar. Sobre esse processo de conscientização, mas também episódios de violência do regime militar já na véspera do golpe, Diva (2005) mencionou:

> Depois eu me mudei para o bairro da Serra. Eu não morava no bairro da Serra, mas eu fui para uma área do bairro perto do convento dos dominicanos. Lá foi uma

[146] De acordo com Feijó (2011), em Belo Horizonte os jovens cumpriam o noviciado e, em São Paulo, prosseguiam os estudos em Teologia para serem ordenados sacerdotes.

> experiência super ultra rica. A primeira vez que eu ouvi falar em Marx, marxismo foi na igreja católica. Então todo o debate no sentido de apoiar a Reforma Agrária, apoiar as lutas sindicais, apoiar o regime Goulart naquilo que ele tinha de progressista. Tudo isso acontecia ali no convento dos dominicanos. Até que teve o golpe militar. E o convento foi invadido na véspera, na véspera do golpe militar o convento foi invadido. Aí ficou tudo mais difícil para todos nós.

Os jovens dominicanos, desde os anos 1940, foram amplamente influenciados pelas ideias de esquerda. Acreditava-se que era viável promover um diálogo entre marxismo e cristianismo. Na verdade, inspirados pela filosofia de São Tomás de Aquino (1225-1274), eles julgavam que o cristão tem a obrigação de defender os oprimidos e se posicionar contra os tiranos (mesmo com o tiranicídio, ou seja, seu assassinato). O engajamento político é aqui percebido como uma trajetória de humanização, tendo como finalidade a construção de uma sociedade mais justa. No contexto dos anos 1960, os militares impunham um sistema autoritário e era admitido que o marxismo fazia constatações plausíveis da realidade. Por isso, era urgente consolidar uma ação direta, inclusive pelo confronto armado, contra o regime em vigor. Em conjunto com os leigos, era fundamental também contestar a cultura religiosa burguesa e conservadora, bem como propor a superação do capitalismo como sistema econômico.

A Ordem dos Dominicanos representou então um dos primeiros grupos católicos mobilizados na luta contra os militares. Os religiosos brasileiros tinham a mesma orientação dos frades de outros países. Eles deveriam oferecer refúgio, assim como auxiliar os perseguidos pelos regimes autoritários. Além disso, eles se associaram às organizações políticas mais radicais. Frades dominicanos articularam com o grupo guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN), organizada pelo líder comunista negro Carlos Marighela, o que levou o governo a cogitar sobre a viabilidade de expulsar a ordem do território nacional.

Nesse sentido, não havia, a princípio, nenhuma contradição entre ser cristão e marxista. Do ponto de vista de vários católicos a revolução social parecia a única alternativa possível para pôr fim à exploração. Todavia, Diva apontou algumas atitudes de intolerância. Tais práticas, segundo seu relato, eram originárias, sobretudo, dos militantes comunistas, partido político ao qual ela aderiu em 1968. Supunha-se, naquele agrupamento, que uma "autêntica" militante tinha o dever de renunciar a qualquer tipo de espiritualidade. Afinal, Marx contradisse as principais bases do cristianismo, porém Diva afirmou, com vigor, o importante papel da Igreja na sua formação política:

> Ah, como que foi? Foi muito interessante. Porque eu conheci a pessoa que depois se tornou meu companheiro durante alguns anos. Que era do Partido Comunista. E era muito engraçado porque ele achava que não combinava ser católica, ser cristã, e tinha que acabar com aquilo. Eles eram muito intolerantes em relação à

> espiritualidade, à religiosidade. E eu falava: "Não, eu não abro mão. É uma tradição rica para mim, querida para mim. Eu aprendi. Eu tenho um carinho muito grande pela igreja católica. Foi lá que eu aprendi a ter essa visão humaníssima. Foi a igreja que me ensinou ter compaixão pelo ser humano." E aí eu ficava com um pé lá, (risos) um pé na Igreja Católica e um pé no Partido Comunista. Depois eles pararam de encher a minha paciência e de achar que eu seria uma ótima militante apenas se eu fosse atéia. Eu me tornei membro do Partido Comunista Brasileiro. Isso em 1968. Ou seja, quatro anos depois do golpe. E fui para o Partido Comunista. (Ibidem)

Em 1967, Diva iniciou sua formação na área do jornalismo na UFMG. Graduou-se em 1970, e obteve o título de mestre em Ciências Políticas pela mesma universidade em 1973. Mas ao entrar na instituição acadêmica, Diva já tinha um significativo histórico de atuação política. Ela o descreveu:

> Em 1967 eu estava com um pé na universidade, iniciando o curso de comunicação social na Universidade Federal de Minas Gerais, e, um pé na luta contra a ditadura, participando de manifestações, passeatas estudantis, correndo de polícia, correndo de bomba de gás lacrimogêneo... Eu tinha a minha inserção na faculdade, a minha inserção no movimento jovem da Igreja Católica, e era uma pessoa extremamente ativista. E aí conheci José Francisco Neres, o pai da minha filha, que era do Partidão, do glorioso Partido Comunista Brasileiro, em 1968, nas manifestações operárias do 1º de Maio. Eu também tive uma inserção no movimento sindical a partir da amizade com ele. (MOREIRA, 2007, p. 51)

Ao ser perguntada sobre os fatores que conduziram a optar por esses cursos da área das ciências humanas afirmou:

> A escolha? Eu acho que é muito aquilo que está na cabeça de um tanto de jovens, sabe? Aquela coisa muito excitante, de viajar, de entrevistar personalidades, de ficar rodando por esse mundo afora, de fazer Jornalismo investigativo. Eu acho que foi, eu também sempre gostei muito de comunicar-me. Eu gostava muito de mexer com as palavras. Sempre com essa paixão pelo verbo. Então Jornalismo, quando eu fiz esses testes psicotécnicos, deu assim que eu tinha um domínio verbal muito grande. Que eu poderia entre carreiras na área que dominassem a palavra o Jornalismo seria uma. Foi por isso que eu fui fazer Jornalismo. E aí eu fui para a Ciência Política porque eu queria fazer Jornalismo Político. Eu queria fazer um Jornalismo mais sólido. Não ficar com matérias banais, sensacionalistas. Fazer um jornalismo assim de formação, de opinião, entende? Foi por isso que eu fui para Ciência Política. Mas aí eu nunca voltei para o Jornalismo. Acabei sendo uma ovelha desgarrada. Nunca voltei. (MOREIRA, 2005)

Os intelectuais e universitários engajados supunham ser capaz de conscientizar as massas, ou seja, a maioria da população desfavorecida e analfabeta. De toda forma, era uma tradição das teorias de esquerda incentivar seus militantes a agirem em prol da instrução política dos cidadãos. Diva era ciente desse princípio e, enquanto membro das organizações religiosas e partidárias, se sentia parte ativa da ação.

> É lógico, quando você está no movimento estudantil, no movimento de bairro. E o tempo todo, porque como eu vinha do Partido Comunista e da Igreja Católica, o tempo todo naquele sentido de construir consciência. De formar as pessoas para a política. Construção de uma visão crítica da realidade. Então, sabe, eu não vejo assim que rupturas. Eu vejo assim que a coisa vai só, é um processo que vai se aprimorando, que vai se consolidando. Vai ficando mais matizado. Mais refinado. Mas é o mesmo processo, sabe? (Ibidem)

Em seguida, nos anos 1970, Diva mudou para a casa onde vive atualmente em Sabará, Minas Gerais, iniciando, naquele período, sua participação nos movimentos de bairro. A princípio, segundo seu relato, havia poucas casas na sua zona residencial, porém em outras localidades próximas, maiormente negras, os moradores já haviam constituído ações políticas organizadas. Diva afirmou então ter se relacionado com esses grupos vizinhos, e logo se engajou na luta contra os problemas de infraestrutura, que eram: água, luz, rede de esgoto, calçamento, transporte etc. Naquele momento, setores progressistas da Igreja Católica, a partir do Estado de São Paulo, no qual atuavam clubes de mães de paróquias, estabeleceram em nível nacional, entre 1973 e 1979, o Movimento do Custo de Vida, reivindicando, sobretudo, a criação de creches e cooperativas nos bairros suburbanos das grandes cidades e o congelamento dos preços de produtos de primeira necessidade (GOLDBERG, 1987). Diva declarou:

> Mexia com jornal sindical nesse período. Mexia com movimento de bairro. Continuava com movimento jovem, ligado à igreja católica, apesar de estar no Partido Comunista. Então é deste período a minha participação continuada no movimento jovem, no movimento sindical e no movimento de bairro. Porque aí eu fui morar realmente na minha casa. Construí um barraco em um terreno que eu comprei. (...) Ah, 24 anos quando eu pus o pé pela primeira vez na minha casa. Aí foi festa. Aí não teve nenhuma ambigüidade. (risos) Aí não teve assim nenhuma dúvida. Foi festa, foi uma maravilha. A despeito das dificuldades, porque não tinha água, não tinha condução perto, não tinha calçamento, não tinha luz. Mas era a glória. Era a maior alegria mesmo. Então eu fiz parte durante um bom período de movimento de bairro. Depois (...) eu formei em 1970 em Jornalismo. Em 1972 eu fiz o curso de mestrado em Ciências Políticas. (MOREIRA, 2005)

Ainda nos anos 1970, Diva agiu pela defesa dos doentes mentais internados nos hospitais psiquiátricos, principalmente, no decorrer de sua atuação como técnica de pesquisa e planejamento na Fundação João Pinheiro.[147] Na ocasião, a instituição de pesquisa e ensino objetivava elaborar um projeto para a futura criação da FHEMIG – Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. Sua finalidade era formular uma política de gestão para a rede pública de saúde mineira. Assim, na qualidade de funcionária do estabelecimento e integrante do programa, Diva afirmou ter sido estimulada a ler o livro do sociólogo e linguista de origem canadiana, Erwin Goffman, intitulado *Manicômios, Prisões e Conventos*. O estudo de tal obra, conforme suas palavras, provocou um efeito positivo imediato e, portanto, a fez aprofundar-se nas pesquisas sobre a questão dos asilos. Ela descreveu essa experiência:

> Eu comecei a atuar na defesa dos Direitos Humanos dos pacientes psiquiátricos. Eu fui uma das primeiras pessoas em Belo Horizonte e no estado, a levantar a bandeira da luta em defesa dos pacientes internados em hospitais psiquiátricos. Eu estava lendo um livro. Aí eu já estava trabalhando direitinho. Ganhando salário decente,

[147] Diva Moreira trabalhou nesta instituição entre 1975 e 1988.

> profissionalizada. Eu estava lendo um livro chamado *Manicômios, Prisões e Conventos*, sobre instituições totais. Do Erwin Goffman. E aí eu fiquei tão impressionada com o livro, tão impressionada, e na minha instituição que é a Fundação João Pinheiro, nós estávamos fazendo uma proposta para o estado de Minas Gerais, de criar uma fundação hospitalar do estado de Minas Gerais. Para gerenciar, para acompanhar, para fazer compras conjuntas e etc, etc. Toda a rede hospitalar do estado que cada uma trabalhava isoladamente. Para dar um pouco de consistência de política de saúde do estado. Então fazia parte da fundação hospitalar, os hospitais, os manicômios, os hospitais psiquiátricos. Então foi o gancho através do qual eu acabei lendo o livro e falando assim: "Não, a gente tem que estudar mais sobre isso." (Ibidem)

Nessa conjuntura, interessada pela situação das instituições psiquiátricas, Diva apresentou à Fundação uma proposta de pesquisa, que incluiu uma análise comparativa entre os estabelecimentos públicos e privados, especialmente no que diz respeito à exposição de imagens chocantes e às acusações da mídia sobre seus funcionamentos respectivos. A ideia foi aceita e suas investigações se estenderam inclusive ao Hospital Colônia de Barbacena. Além disso, Diva entrou em contato com a Associação Mineira de Saúde Mental tornando-se, nos anos 1970, uma importante militante na luta pela reforma dos hospitais psiquiátricos (Idem, 2014), uma medida que se constituía, em linhas gerais, na crítica e na modificação do caráter hospitalocêntrico, na desconstrução dos espaços asilares e na execução de modelos assistenciais alternativos.

> Eu fiz uma proposta e a fundação aceitou, de pesquisa mais aprofundada sobre os hospitais psiquiátricos. Foi financiada essa pesquisa e lá fui eu. Parar nos manicômios e nos hospitais psiquiátricos. Foi outra experiência riquíssima, riquíssima. Eu lá no meio dos doidinhos passando o dia inteirinho lá com eles e elas, né? (risos) E assim, vivenciando história. (...) Naquela ocasião quando você se tornava um interno em hospital psiquiátrico você não tinha mais autonomia. Você perdia seus direitos civis. E se tornava uma pessoa (...) com curador. Você perdia o seu direito de cidadania, e tinha alguém que exercia uma curatela sobre você. (...) A gente fez muito escândalo naquela época. De tal maneira que o estado acabou tendo que mudar as políticas de assistência. Deu muito escândalo pela imprensa. (...) Então foi um período extremamente rico também. Em que a gente levou para a opinião pública, colocou na ordem do dia o estado de abuso, de desrespeito de direitos. O estado de abandono em que se encontravam os pacientes psiquiátricos. (Idem, 2005)

De modo igual, em 1979, Diva colaborou para a realização do documentário *Em nome da razão*, de Helvécio Ratton. Uma obra que relatou em preto e branco o cotidiano dos internos do Hospital Colônia de Barbacena. A partir dos depoimentos de pacientes a película expôs a realidade violenta da instituição. Homens e mulheres eram submetidos a condições de vida sub-humanas, perdiam o direito à cidadania e eram agrupados em estabelecimentos hospitalares superlotados que praticavam métodos de tratamento cruéis. Além disso, havia casos de internos que não eram diagnosticados doentes mentais. Eles eram simplesmente abandonados na instituição por parentes e próximos que, por inúmeros motivos, desejavam lhes afastar do convício social.

Desde sua estreia, o documentário tornou-se então um marco para o debate da situação real dos doentes internos nos hospitais psiquiátricos brasileiros. Por conseguinte, ele contribuiu para o surgimento do Movimento de Luta Antimanicomial, uma ação que se caracterizou pela defesa dos direitos das pessoas com problemas mentais. Tal processo está vinculado à Reforma Sanitária Brasileira, da qual teve origem o Sistema Único de Saúde (SUS), garantia constitucional da saúde como direito de todos e dever do estado e, da mesma maneira, está vinculado à experiência de desinstitucionalização da Psiquiatria elaborada na Itália, nos anos 1960, por Franco Basaglia. Aliás, na narrativa que me foi concedida, Diva contou ter realizado, no contexto de seus trabalhos como intelectual e militante, uma entrevista com o médico europeu. Finalmente, como processo subsequente desse movimento, foi promovida a Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Durante essa trajetória de ação pela reforma, Diva admitiu ter percebido que boa parte dos internos nos hospitais psiquiátricos mineiros eram indivíduos não brancos. E embora ela se reconhecesse como negra e tivesse um interesse teórico pela questão racial desde 1972, quando realizou o mestrado em Ciências Políticas na Universidade Federal de Minas Gerais, Diva (MOREIRA, 2007) ainda não se posicionava como sujeito político da luta antirracista. No entanto, já estava presente, na sua perspectiva investigativa, a intenção de pesquisar sobre o caráter racial dos pacientes dos manicômios, uma empresa que, segundo seu relato, foi prejudicada em razão, sobretudo, da ausência do quesito cor nos dossiês. No que concerne a essas primeiras observações, ela anunciou:

> O movimento pela reforma sanitária né. E aí também eu já tinha um olhar racial, mas era impossível aproveitá-lo (...). Nos prontuários não havia o quesito cor. Você olhava assim, é o mar de pessoas internadas naqueles pátios, sobretudo em Barbacena, em sua grandíssima maioria negra. (...) Eu tive interesse em rastrear cor por causa do quadro que eu via (...). Eu ajudei a fazer esse documentário. Eu participei muito do texto do filme. *Em Nome da razão*. É do Helvécio Ratton. (Idem, 2014)

Os anos 1970 são caracterizados também pela formação de grupos feministas em diferentes regiões brasileiras. Diva Moreira apontou uma mobilização das mineiras nesse período contra a violência doméstica, uma temática que sempre fez parte das reivindicações dos grupos de mulheres organizadas, com pautas consolidadas através de abaixo-assinados, manifestações de rua, produção de cartilhas e panfletos, ações no âmbito das denúncias, sobretudo no contexto dos feminicídios respaldados na tese da "legítima defesa da honra" (segundo a qual a traição feminina, o ciúme e o "amor" validam o ato de matar) e, paralelamente, consolidada como prática direta à proteção das mulheres, a partir da criação do SOS-Mulher. Alguns anos depois, em decorrências dessas iniciativas, foram estruturadas as

Delegacias de Defesa da Mulher. Nessa perspectiva, engajada em grupos que lutavam contra a violência doméstica, Diva participou de manifestações incriminando o assassinato de Josefina (Jô) Souza Lima.

Em 1971, Jô Souza Lima, filha do ex-prefeito de Belo Horizonte, uma mulher conhecida na alta sociedade de Minas Gerais, foi assassinada a tiros pelo ex-marido. Em 1973, o engenheiro Roberto Lobato foi julgado e a defesa apresentou durante o processo o argumento de "Legitima Defesa da Honra". O ato perverso adquiriu conotação passional devido aos ciúmes do companheiro e, dessa forma, iniciou-se uma importante mobilização por parte dos movimentos feministas. A absolvição do assassino, justificada sob a alegação de crime cometido "por amor", provocou a indignação e resistência de grupos de mulheres que, sem demora, lançaram o slogan: "Quem ama não mata", iniciando, dessa maneira, a luta contra esse exemplo de impunidade e discriminação. Durante a entrevista, Diva contou sua oposição ao argumento frequentemente utilizado pelos cônjuges:

> Quando foi assinada em Belo Horizonte a Jô Souza Lima, é eu acho que foi o assassinato da Jô Souza Lima, aquilo foi uma comoção né, era uma mulher, a Jô era uma mulher da elite. (...) E foi assassinada por "legítima defesa da honra", que foi um argumento (...) muito utilizado naquele período. É acho que era o companheiro dela uma coisa assim. Ela era uma mulher divorciada. Então a gente começou a participar do movimento, aí era o movimento feminista, luta pelos direitos da mulher, luta pra que os assassinatos não ficassem impunes, luta pra que os juízes... (...) Nem advogados utilizassem esse argumento porque esse argumento ficou plenamente aceito durante bom tempo. Hoje não, ninguém, nenhum cara de pau de juiz nem advogado vai colocar como argumento da defesa que ele matou em legítima defesa da honra não é. Mas naquele período sim, (...) e pela minha memória (...) eu era a única mulher negra naquele movimento. (MOREIRA, 2014)

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1975, estabelecido o Ano Internacional da Mulher, foi realizada a *Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira*. Como fruto desse acontecimento foi criado o Centro da Mulher Brasileira (CMB). Na cidade de São Paulo, ainda no mesmo ano, foi constituído o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira e, mais tarde, emergiram-se grupos de mulheres responsáveis pela fundação dos jornais *Brasil-Mulher* (1975-1979), no Paraná, e *Nós-Mulheres* (1976-1978), em São Paulo (GOLDBERG, 1987) e, no mesmo período, em 1979, surgiu o Movimento Feminino pela Anistia. Além disso, as mulheres exiladas começaram a voltar para o Brasil com suas bagagens cheias de novas ideias sobre a condição e o papel da mulher na sociedade (PINTO, 2004). Diva afirmou que sua inserção no feminismo ocorreu, nomeadamente, a partir do Movimento Feminino pela Anistia e, em seguida, relatou sua posição como uma das organizadoras do grupo na capital mineira:

> A minha inserção no feminismo (...) acontece durante o período da ditadura militar. Nós criamos, quer dizer, já tinha sido criado em São Paulo um movimento de mulheres né pró-anistia. Tô tentando lembrar o nome dessa senhora, mas é um nome... É ela tem um sobrenome italiano[148], então (...) em repercussão do que aconteceu em São Paulo foram criados em vários outros lugares movimentos femininos pela anistia. E eu fui uma das fundadoras do movimento em Belo Horizonte. (Ibidem)

Diva foi membro fundador do movimento pela Anistia em Belo Horizonte. O ato jurídico tornava impuníveis crimes políticos praticados em uma determinada data, bem como anulava condenações e suspendia investigações persecutórias. Nesse sentido, ele garantia o retorno dos exilados, o restabelecimento dos direitos políticos e a readmissão de funcionários demitidos. A campanha especifica pela promulgação da Lei foi, na verdade, uma dinâmica iniciada pelas mulheres brasileiras.

Em 1975, Therezinha de Godoy Zerbini criou os primeiros núcleos do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). A ativista em direitos humanos, assistente social e advogada nasceu em São Paulo em 1928 e foi esposa de um general pró Goulart que, após 1964, teve seus direitos políticos cassados e foi reformado. Por ter contribuído com a obtenção de um sítio em Ibiúna, onde foi realizado em 1968 o Congresso da UNE – organização interdita pelo regime autoritário –, Therezinha respondeu a um inquérito policial militar. Inculpada, ela foi mantida presa durante algum tempo. O MFPA foi associado à luta pela redemocratização, e durante uma sessão do Congresso do Ano Internacional da Mulher, realizado pela ONU, na Cidade do México, publicou seu manifesto. O documento reivindicava a anistia "ampla, geral e irrestrita". Exigia proteção para o conjunto de indivíduos atingidos pelos atos de exceção. As organizadoras obtiveram dezesseis mil assinaturas e, ao mesmo tempo, se empenharam nas denúncias das torturas, prisões e perseguições políticas. O movimento se espalhou pelo território nacional por meio dos Comitês Femininos pela Anistia.[149]

Em entrevista concedida à historiadora Kelly Teixeira, em maio de 2017, Diva explicou que, por um lado, ingressou na luta pela anistia em razão da repressão sofrida por seus próximos, inclusive, seu marido José Francisco Neres e, por outro lado, em razão da sua anterior militância política no movimento estudantil, nos movimentos religiosos e, enfim, no partido comunista. Assim, a adesão foi representada como um aspecto "natural" ou "automático" da sua trajetória (MOREIRA, 2017). Outro ponto interessante é que ela descreveu as mobilizações enquanto ações populares, constituídas, sobretudo, por pessoas

[148] Terezinha de Godoy Zerbini.

[149] Em seguida, entidades civis como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apoiaram abertamente a demanda.

simples. Sua mãe, retratada na entrevista como uma mulher de origem humilde, empregada doméstica, também participou de diferentes manifestações. Tratava-se, segundo o ponto de vista de Diva, de mobilizações respaldadas no sentimento de solidariedade e compaixão. Bom número de mulheres presentes nas manifestações não eram sujeitos políticos das organizações de esquerda, mas expressavam uma atitude de amparo com aqueles que foram vítimas da repressão.

> O pessoal sabia que o meu ex-companheiro tinha sido preso, então me catam para participar do movimento, eu vou e fico. [Sua mãe] ela dizia assim: "olha eu estou no movimento junto com vocês", e ela fez parte do movimento da anistia, ela fazia parte das reuniões clandestinas do partidão, ela falava assim: "eu estou indo não é por causa de você, nem do Zé, eu estou indo porque eu sou movida por um sentimento de indignação, de justiça", e eu achava extraordinário, e ela sempre fazia questão (...). (...) Eu ia porque a gente tinha formação política no partidão, então eu ia por aquela consciência de classe, consciência de viver numa sociedade injusta, uma sociedade de classe, de exploração, de dominação, então e todo aquele ideal de uma sociedade socialista, comunista, eu ia por isso, mas eu ia também movida por sentimentos (...). (...) Tornou um movimento popular, (...) tinha mulheres singelas, mulheres do povo, sabe, a minha mãe participava (...). (...) Mulheres simples irem pra rua com uma florzinha, com uma plantinha, uns raminhos na mão. Então este é o papel da emoção, a gente através da emoção, não foi através do convencimento da consciência, do desvelar da consciência, das relações de classe existentes no país, não foi a consciência do contexto histórico de viver numa ditadura, sabe, eu vejo muito mais como o papel da solidariedade, o papel da compaixão. (Ibidem)

Por fim, sobre sua participação no Partido Comunista a jornalista relatou:

> Foi também uma experiência extremamente rica. Eu tenho também uma gratidão muito grande por ter sido parte do Partido Comunista Brasileiro. Foi realmente um aprendizado extremamente valioso na minha vida. No sentido de ter um instrumento, um método de análise de interpretação da realidade brasileira. De entender toda essa dinâmica de classe. Os conflitos, as possibilidades de aliança. Até aonde a gente pode, digamos, ter uma interlocução com a chamada burguesia nacional (riso) naquele período. Até aonde que não dá para compor, para ser aliado e tal. Então, foi lá que eu tive uma militância aí em movimento sindical. (Idem, 2005)

Diva Moreira foi militante do PCB até o ano de 1987, quando fundou a Casa Dandara – Projeto de Cidadania do Povo Negro, uma entidade do movimento negro de Belo Horizonte. Foi presidenta dessa entidade entre 1987 e 1995 e titular da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte.

4.2 Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Santinha

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos nasceu na cidade de Bacabal, no Estado do Maranhão, em 15 de maio de 1948. Ainda na infância mudou-se com os pais para São Luiz. Fora os três primeiros filhos, incluindo a militante, os outros oitos descendentes do casal nasceram na capital. Sua mãe foi descrita como uma "mulher do interior do Maranhão", adepta dos antigos costumes. Com uma vivência firmada no papel tradicional feminino, ela

foi definida como "doce, querida, não fuma, não bebe, não chama nome feio. E não pertence a partido político, não participa de nada fora de casa. (...) Criou 11 filhos." (SANTOS, 2005b, p. 22) De modo igual, ela se opôs à participação de sua filha nos movimentos feministas. Em contrapartida, seu pai foi apresentado como operário e militante comunista e, no Estado nordestino, agente de diferentes ações políticas. Assim, desde a juventude, Maria do Espírito Santo afirmou ter sido influenciada por seu posicionamento político. Nos seus relatos, Jalaut Carlo Erba dos Santos, ou Jalô, como era conhecido, foi retratado como um membro da família com quem teve uma identidade muito forte. Apesar dos poucos recursos materiais dos quais dispunha, seu pai a fez compreender bem cedo as principais bases do marxismo. No espaço doméstico ele estimulava as leituras e os debates. Era comum contar a história da trajetória de Prestes e estudar *O Capital* de Karl Marx. Além disso, o ambiente residencial era frequentado por importantes figuras do partido maranhense. Maria Aragão foi citada como grande amiga de seu pai. Ao narrar sobre as principais motivações de seu engajamento político partidário, Maria do Espírito Santo, também conhecida como Santinha,[150] afirmou:

> Esta luta de classe era pela igualdade do povo. Então não ter mais classe baixa e classe alta. (...) O foco maior era a pobreza, o povo morrendo, o povo sem casa, o povo querendo estudar. Era uma questão da luta de classe, mas já inserindo a questão da mulher e do negro, basicamente, porque naquela época você nem trabalhava com a questão do homossexual. Mas as pessoas que as acompanhavam eram quase todos os homens. (...) Eu tenho o viés comunista, nunca vou perdê-lo e nem quero. (Idem, 2015a)

Além da militância político-partidária, Santinha relatou o importante papel desempenhado por seu pai na sua escolha profissional. De acordo com sua entrevista, Jalô sempre a motivou ter uma profissão valorizada no mercado de trabalho, assim como ser independente economicamente. E, nessa busca para obter um emprego considerado "igual a de homem", conforme as palavras de seu pai, Santinha optou por estudar a medicina. Dessa forma, ela iniciou uma formação acadêmica na área da saúde em 1968, em São Luís. Ainda durante seus estudos universitários na capital maranhense, porém, quando decidiu se qualificar no ramo da cirurgia, ela começou a perceber certos obstáculos ligados ao lugar da mulher na sociedade brasileira. Sua condição biológica deveria, segundo a opinião de algumas pessoas próximas, inclusive de alguns colegas de curso, determinar sua futura carreira profissional. Houve então um significativo dilema: se especializar na área da cirurgia ou se especializar na área da pediatria ou da ginecologia? Os dois últimos campos da disciplina eram considerados de maneira geral como "mais femininos".

---

[150] Apelido este que, consoante suas explicações, lhe foi legado durante um encontro científico de estudantes de medicina (Idem, 2005a).

> Meu pai começou a me mostrar a vida dizendo a necessidade de você trabalhar e ser igual. (...) Dentro dessa busca da igualdade ele foi me dizendo que eu deveria escolher uma profissão que fosse igual a de homem. E a que ele via mais igual era a profissão de médica. Eu concordei com ele na época. Fiz o vestibular, passei em quarto lugar, e queria fazer cirurgia. Aí foi o primeiro embate que eu tive na vida, entende? Em 73. Por que o primeiro embate? Não tinha espaço pra mulher fazer cirurgia no interior do Maranhão. No Maranhão, em São Luís. (...) E aí não tinha espaço, certo? Santinha, você é louca. Você tem que fazer pediatria, no máximo ginecologia. Só quem faz... Aí eu comecei a sentir que tinha uma coisa me incomodando, me incomodando mesmo. E fiz o curso, terminei o curso [em] 73. Sendo que os 2 últimos anos eu fiz no Rio de Janeiro. (Idem, 2005b, p. 03)

Diante de tal impasse, em 1971, Santinha optou então por transferir seu curso para a região sudeste. Com o objetivo de realizar uma formação na área da cirurgia, sendo que considerava ser improvável, como mulher, conseguir exercer essa atividade na sua cidade natal, pois seus pares lhe aconselhava sistematicamente a se especializar nas áreas voltadas para a saúde infantil e feminina, ela decidiu concluir seu percurso acadêmico na Faculdade de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Na capital fluminense, embora o campo da medicina permanecesse, como em outros Estados federais, majoritariamente masculino e sobrecarregado de uma série de hierarquias, Santinha declarou ter encontrado um maior espaço para as práticas profissionais, inclusive para aquelas que eram consideradas mais alternativas. Já militante comunista, ela ingressou de modo igual no partido carioca. "Nessa época, quando eu saí do Maranhão, eu já militava com meu pai no Partido Comunista Brasileiro. O velho 'partidão'. Cheguei aqui [Rio de Janeiro], entrei no 'partidão'. (...) Nesse ano [1974] também conheci o homem da minha vida." (SANTOS, 2005b, p. 03-04) Vale lembrar, enfim, que foi no âmbito da organização partidária carioca que Santinha relatou ter conhecido Armando, seu atual marido e pai de seus dois filhos gêmeos.

Consoante sua entrevista, as oposições direcionadas à sua escolha profissional marcaram definitivamente sua posição crítica sobre o papel secundário da mulher na sociedade. Já no decorrer do curso de medicina Santinha se interrogou sobre o valor da instrução. Supunha-se que por seu intermédio, as mulheres, informadas sobre suas reais competências e possibilidades de experiências, teriam o poder de ocupar espaços historicamente reservados aos homens. Era então necessário criar diferentes caminhos para educar as jovens moças, estando estas aptas futuramente a construir um mercado de trabalho mais acessível e equânime. A educação era, de fato, um elemento essencial para as militantes negras universitárias, e esta deveria ser realizada tanto na esfera das instituições de ensino superior formal, pois, como foi relatado pela militante, só a partir da inserção no sistema universitário é que elas teriam os recursos fundamentais para contestar a hegemonia

masculina, quanto na esfera dos movimentos sociais, sobretudo dos partidos de esquerda. E foi nesta perspectiva que Santinha, assim como outras militantes de esquerda e estudantes universitárias, empenharam-se, desde 1973, na consolidação de grupos de mulheres interessadas em trabalhar de maneira teórica e prática as questões de classe e, paralelamente, articular essas temáticas com as questões de gênero. Inicialmente, tais iniciativas ocorriam no ambiente do partido comunista:

> Nós víamos, por exemplo, que se nós não metermos a mão na educação, não vai acontecer nada nesse país. Nós temos que desde cedo buscar essa igualdade. Eu quero aprender igual ao homem, eu quero ser igual. A experiência que Santinha viveu. Que não pode fazer cirurgia, que isso é coisa de homem, isso não existe. Onde é que está escrito? Só eu tendo competência igual a do homem que eu posso dizer que isso não é verdadeiro. Então, educação a gente começou a mexer. Aí uma trazia a questão de trabalho. (Ibidem, p. 07)

Efetivamente, as vivências no interior do partido comunista influenciaram bastante as trajetórias das militantes negras. Era necessário aplicar seu conhecimento teórico na prática, ou seja, Santinha deveria usar os recursos que lhe eram ensinados na universidade de medicina para auxiliar a comunidade. Assim, ao chegar no Rio de Janeiro e, em seguida, ingressar numa instituição carioca, ela mudou de opinião sobre qual área da medicina deveria realmente se especializar. Tendo como perspectiva associar sua carreira profissional de médica com o seu percurso político e as demandas do partido, ela decidiu, finalmente, qualificar-se no domínio das doenças infectocontagiosas e parasitárias, enfermidades consideradas pela médica como proliferadas principalmente nas camadas mais desfavorecidas da sociedade. Dessa forma, Santinha presumia que uma formação mais aprofundada nesse campo significava dedicar sua carreira profissional às populações modestas. Ou seja, ela atenderia principalmente grupos de indivíduos não-brancos, uma noção sobre o lugar subalterno dos negros na sociedade que progressivamente despertava em seu consciente. Afinal, Santinha já se posicionava como negra desde seus vinte anos.

> Eu vim pra cá, fiz o quinto e o sexto ano. Aí resolvi fazer doenças infecto-contagiosas e parasitárias, com base na questão do Partido mesmo. Com essa especialidade eu vou atender o povo. Certo? Quando eu fizer doença infecciosa eu vou trabalhar com todas as doenças que o povo está morrendo. Eu vou aprender e poder ajudar essas pessoas. Aí eu fiquei assim, numa divisão entre a cirurgia... Não dá pra ter divisão. Mas eu fiquei assim, eu faço cirurgia, ou faço isso aqui, doenças infecciosas e parasitárias. Os parasitas todos, os vermes, isso e tal. Aí resolvi... Eu vim pro Rio de Janeiro. (...) Fui pra UERJ, fui primeiro pro Hospital São Francisco de Assis da UFRJ, morei no hospital, e aprendendo e tratando as doenças todas que pintavam lá. E terminei o curso, fui pro Maranhão, recebi diploma, o formal, e a grande glória do meu pai durante três anos – nós somos de família muito pobre – foi comprar o meu anel de médica. (...) E voltei pro Rio, e em final de 74 terminei a 1ª especialidade na UERJ – morei lá também. (Ibidem, p. 04)

Sua avó paterna, Margarida, foi descrita como uma mulher negra imigrante nascida no continente africano (não foi identificado o país) e Jalô, militante partidário brasileiro, foi retratado como um homem negro. Dessa forma, ao analisar seus diferentes relatos, acredita-se que Santinha vivenciou, ainda na adolescência, diferentes experiências de posicionamentos políticos antirracistas. No entanto, ela afirmou ter se identificado como negra somente na idade adulta.

> Eu já tinha me assumido como negra aos 23 anos. E foi uma coisa complicada porque quando eu assumi ninguém aceitava aquilo de mim. Em qualquer lugar que eu ia: "eu sou negra". Aí as pessoas: "não Santinha, pelo amor de Deus, tu é morena. (...) Tu é parda." "Não tem parda, eu não sei o que é parda, eu sou negra." Minha mãe é branca, certo, meu pai negro. Então, no momento em que eu tive a clareza de pensar o que eu era, na realidade, eu fui trabalhando (...) contra esse ódio do negro no Brasil. (Idem, 2015a)

A militante relatou como foi complexo se definir como negra, pois, só lhe era autorizado empregar os termos morena ou parda. Na verdade, no Brasil, o fenótipo, ou seja, determinadas características físicas como formato do rosto, tipo de cabelo e pigmentação da pele tornam-se variáveis de discriminação, em oposição ao critério racial de origem do indivíduo. Isto é, o descendente de negro, independentemente de sua fisionomia, também o é. A especificidade nacional foi denominada por Oracy Nogueira, em 1954, como preconceito de *marca*. Consequência de uma inconstância nas distinções raciais, nota-se uma mescla de interpretações fundamentadas na definição da cor (caracteres visíveis) e na situação econômica e social. Assim, ao se caracterizar ou fazer o mesmo com outra pessoa, os brasileiros podem se atribuir inúmeras cores alteráveis, oscilando, por vezes, a identidade racial de acordo com alguma coisa que "não se é (...), mas se está." (SCHWARCZ, 1997, p. 228)

As variadas denominações fenotípicas estão sujeitas ao contexto de sua aplicação. Elas se alteram de pessoa para pessoa, submetem-se ao lugar, ao tempo e às particularidades do observador. Dessa forma, a raça se manifesta como uma condição subjetiva, passageira e volúvel. De acordo com a conjuntura, o indivíduo pode empretecer ou embranquecer. As expressões pardo e moreno emergem então como uma alternativa com relação à expressão branco. "Mais do que uma cor, essa é quase uma aspiração social." (Ibidem, p. 228) Reservando ao preto (cor censitária) o nível mais baixo da hierarquia social, usa-se qualquer terminologia que garanta ao indivíduo uma forma de tornar-se "mais claro". Inclusive, o censo de 1950, o qual propôs os termos brancos, pretos e amarelos, introduziu o termo pardo como uma categoria-resto, visto que nele foram agregados os índios, caboclos, mulatos, morenos, cafuzos, mamelucos ou aqueles que não declararam sua cor. Os negros, à vista

disso, têm a opção de se designar ou serem designados como “pardos” ou “morenos”. No caso de Santinha, por ter uma pele clara, escolaridade, renda como médica e *status* social, foi lhe mesmo nominado o termo branco (Ibidem).

Imagem 15: Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Santinha.

Fonte: https://www.flickr.com/photos/campanapuntofinal/4704480542

Foi no âmbito do partido comunista que, inicialmente, Santinha se identificou com o feminismo. No início dos anos 1970, segundo as entrevistas das diferentes interlocutoras, verificava-se no interior do partido uma articulação entre as mulheres. Elas organizavam reuniões não-mistas para debater sobre leituras, bem como organizavam diferentes círculos para discutir as várias questões ligadas às suas especificidades. Tais círculos eram, inicialmente, compostos por universitárias, a maioria delas integrantes do grupo de esquerda, porém havia também parentes, filhas, esposas e amigas de indivíduos comprometidos com a resistência à ditadura (PEDRO, 2008). Nesse sentido, consoante os enunciados de Santinha (2005b, p. 14), “o Partido Comunista teve um papel fundamental na criação do movimento [feminista].” Ela insistiu: “eu não diria que foi o Partido”, no entanto, reconheceu que, durante o período autoritário, foram estabelecidos fortes vínculos nas dinâmicas da entidade. Sobre suas primeiras mobilizações e sua identificação com os pensamentos formulados pelas mulheres, ela contou:

> Ele [PCB] abriu espaço mostrando “te organiza, mulher, tem espaço pra vocês se organizarem”. E aí quando eu fui, quando eu comecei, o Centro da Mulher Brasileira, eu coloco isso até hoje, eu fui com a cabeça de “partidão”: “eu vou pra cá pra ganhar a cabeça das pessoas pra entrar no Partido Comunista”. Aí o que estava discutindo nos grupos ganhou minha cabeça. Discutindo assim, as linhas. O cotidiano. Esse cotidiano que era meu. Cheio de dificuldades... de conflitos. Então, essa reflexão foi me ganhando. (Ibidem, p. 14)

Além disso, as militantes brasileiras adquiriram a prática habitual de articular com as exiladas, união que favoreceu a elaboração de uma importante análise crítica em relação à sua

posição subalterna nas organizações de esquerda. Em conjunto elas apresentaram diferentes queixas. Em geral eram: a ausência das mulheres nos postos de direção; a frequente atribuição de tarefas julgadas secundárias; a obrigação de provar constantemente que eram de confiança, competentes, fortes e corajosas; a imposição de renunciar qualquer elemento que pudesse representar sua feminidade. Segundo Wolff (2008), as expressões mais correntes para designar esses preconceitos eram machismo, opressão, mulher-objeto, submissão.

Certamente, as memórias do exílio são dissímeis. Elas se diferem de uma pessoa a outra, conforme a sensibilidade de cada um e em função das múltiplas influências e, de modo igual, elas se alteram no depoimento de uma mesma pessoa. Ou seja, os relatos dos expatriados divergem não somente "de pessoa para pessoa, mas também na mesma pessoa." (ROLLEMBERG, 2007, p. 01) E isso por motivos de ordem objetiva, muitas vezes interpretadas segundo o contexto histórico e as condições sociais próprias ao exilado e, similarmente, por razões mais complexas de ordem subjetiva, relativas à individualidade. Todavia, a experiência do exílio, principalmente na Europa, foi regularmente identificada como um momento especial em termos de conscientização das discriminações de gênero. Tratava-se de uma intensa experiência em um país onde os princípios morais tradicionais eram questionados. Ainda no exílio na França, Zuleika Alambert (1980, p. 62) relatou:

> E aí começo a sentir a minha própria condição. Começo uma reavaliação de toda a minha trajetória. Porque comecei por um conhecimento político, um engajamento político, não sabendo interpretar muito bem as dificuldades que encontrava nesta trajetória, as razões destas dificuldades. Com a minha chegada à Europa, começo a perceber, pelos debates que então se travam, que há alguma coisa que me tinha sido vedada até então. Eu só vim a me dar conta disso realmente na Europa! Eu, que me sentia uma mulher já plenamente libertada, com a minha independência completa, tive a nítida idéia de que me faltavam ainda alguns degraus para que isso realmente existisse. No fundo, como a maioria das mulheres, eu ainda tinha uma série de dependências, invisíveis para mim até então.

Santinha não se exilou durante a ditadura, mas afirmou ter mantido uma significativa correspondência com a militante comunista Zuleika Alambert, um vínculo consolidado já no início dos anos 1970, ainda durante seus estudos na área das doenças infectocontagiosas e parasitárias. Com efeito, Santinha já vinha articulando com outras mulheres no interior do partido. A princípio, elas promoviam grupos de reflexão, isto é, espaços compostos unicamente por mulheres nos quais podiam se reunir e se conscientizar, principalmente sobre os assuntos relativos às experiências cotidianas: as diferentes fases de suas vidas, a educação, a opressão no contexto familiar, as relações com seus corpos e com os homens etc.,uma prática herdada das feministas francesas e estadunidenses (PEDRO, 2008). Ademais, Santinha intervinha enquanto médica e por meio de vários projetos populares partidários atuava

ativamente nos bairros mais desfavorecidos da cidade do Rio de Janeiro (SANTOS, 2015a). Vale lembrar que, nesse período, caracterizado pelo autoritarismo, qualquer tipo de agrupamento de pessoas vigiadas era perigoso.

Informada das diferentes ações da militante maranhense, Zuleika lhe direcionou então uma carta. No documento, ela expôs sua admiração pelas atividades realizadas por Santinha e propôs alternativas para introduzir de forma mais sólida as temáticas do feminismo na organização partidária.

> A gente começou a se reunir, conversar o que era isso e etc. (...) Eu era do Partido Comunista, aí a Zuleika não me conhecia, nem eu não a conhecia, me manda uma carta... Ela mandou uma carta: "Santinha, eu moro aqui na França, sou feminista e sou comunista. Eu sei que você no Brasil é comunista e está dentro do movimento feminista se organizando aí. Por que você não junta essas duas coisas e começa a trazer essa questão do feminismo para dentro do partido?" Mas estava um pouco difícil para eu encaminhar isso aí. (Ibidem)

Nascida em Santos, no Estado de São Paulo, no dia 23 de dezembro de 1922, Zuleika começou sua trajetória política nos anos 1940, momento no qual se engajou em defesa dos presos políticos, da anistia e da redemocratização do país. Em 1947, elegeu-se como Deputada Estadual pelo Partido Comunista Brasileiro. No ano seguinte, em 1948, teve seu mandato cassado em cumprimento à sentença de ilegalidade da organização. Entre 1951 e 1954, foi Secretária-Geral da Juventude Comunista e realizou uma estadia na União Soviética. No interior do PCB, a militante política foi a primeira mulher a se tornar membro do Comitê Central. No início dos anos 1970, exilou-se no Chile onde criou o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exílio e organizou o Seminário Latino-Americano de Mulheres, para discutir questões direcionadas à problemática da mulher no continente. Em seguida, Zuleika foi para a França, momento no qual teve contato com diversas teorias feministas e contribuiu para a consolidação do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, em abril de 1976. Na Europa, Zuleika interveio nas discussões sobre as mulheres e sobre o feminismo no interior do Partido Comunista Brasileiro. Em 1979, voltou ao Brasil após a Lei da Anistia e, em 1983, foi uma das fundadoras do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (SOIHET, 2013).

Nota-se nas narrativas das militantes brasileiras certa influência de ideias oriundas da Europa e Estados-Unidos. Esses espaços geográficos do hemisfério norte foram marcados por uma conjuntura de grande efervescência política, de revolução dos costumes e de renovação cultural. A agitação social ali presente fez parte integrante das experiências cotidianas das mulheres exiladas que, a partir de então, começaram a questionar as tradicionais hierarquias que naturalizavam o poder masculino. Na França, as discussões em torno do *ser mulher* desenvolvidas no livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, além das teorias advindas da

psicanálise, foram introduzidas como referências essenciais na formação das militantes europeias. Nos Estados Unidos, o livro de Betty Friedan, *A mística Feminina*, no qual é defendida a noção de trabalho fora do lar e de carreira profissional, impulsionou o movimento feminista desse país na década de 1960. O movimento feminista brasileiro, nesse sentido, observava com atenção os conceitos e práticas de emancipação feminina derivadas do exterior, o que favoreceu uma crítica daquilo que se pensava ser a "condição da mulher brasileira" (SARTI, 2004).

No Brasil, inéditos estudos sobre a mulher também se apresentaram na década de 1970. Heleieth Saffioti defendeu, em 1967, sob orientação do professor Florestan Fernandes, a tese intitulada *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, publicada em forma de livro pela Editora Vozes, em 1976. A obra foi considerada um clássico na época. Segundo Joana Pedro (2011, p. 271), o trabalho de Saffioti "esteve presente no relato de vários indivíduos que se identificaram com o feminismo no período. Foi lido em grupos de estudo e consciência por aqueles, envolvidos com a resistência à ditadura, que estavam no exílio." Assim, na contramão das afirmações segundo as quais o feminismo brasileiro se desenvolveu principalmente depois do retorno das exiladas, o que teria ocorrido sobretudo após 1979, certas mulheres apontaram a formação de grupos direcionados à essas temáticas já no começo dos anos 1970.

Na história de vida de Santinha, a paulista Zuleika foi, sem dúvida, importante fonte de inspiração:

> Uma mulher teve um papel fundamental, (...) a Zuleika (...). (...) Um dia eu recebo uma carta da França (...): "Eu sei da tua existência, eu sei que tu tá tocando isso, continua no Partido, mas dentro do movimento de mulheres. Lá é que você vai encontrar substância pra tua luta." Mas é uma pessoa que tem história viva, tanto do Partido quanto do movimento de mulheres, e a influência que ela foi tendo de lá: "Mulher, te organiza, sem tua organização o "partidão" come tua cabeça". Eu estou colocando palavras minhas, certo? Mas a Zuleika, ela teve uma influência muito grande, pra mim e pra outras pessoas. Porque ela incentivava a organização nossa, de nós, mulheres. De seis em seis meses chegava uma cartinha dela, um bilhete, certo? Mas aquilo era uma coisa importante demais. (...) Ela era um nome conhecido do Partido Comunista Brasileiro. Ponto. Nada de feminismo. Na França é que ela introduziu a questão feminista, e lá ela foi assim, botando no mesmo nível de igualdade o Partido Comunista e o movimento feminista. (SANTOS, 2005b, p. 14-15)

Entusiasmada com a proposição, Santinha optou então por criar espaços na esfera do partido comunista. E ainda que ela tenha relatado o apoio de vários homens integrantes da entidade, inclusive de seu companheiro Armando, havia também aqueles que julgavam suas iniciativas como secundárias. Conforme Pinto (2003, p. 53), "a esquerda (...), marxista e masculina, via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para

derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais." Assim, o argumento principal era a exigência imediata de pôr fim ao regime autoritário em vigor. A discriminação de sexo seria, segundo o ponto de vista de muitos militantes, proposta com o término da ditadura e, eventualmente, com o êxito da revolução. Os debates sobre a primazia entre as metas feministas e as metas políticas – constatando que as demandas feministas não eram consideradas como demandas políticas –, embora não fossem postas explicitamente antes de 1975 nos grupos de esquerda (WOLFF, 2008), eram, no entanto, comuns e bastante divergentes. Nesse sentido, as mulheres comunistas que atuavam em ações comuns constituíram afinidades ligadas a essa trajetória, mas ao mesmo tempo foram descobrindo as diversas dificuldades em vincular as ideias exclusivamente feministas às pautas marxistas. Santinha narrou:

> Com a carta da Zuleika Alambert, meu marido dirigia o Partido Comunista aqui no município do Rio de Janeiro, eu disse: "Armando eu quero conversar com alguns". Eu era de uma facção e a pessoa que ia acompanhar minha facção do Partido Comunista, eu a amo muito, pegava áreas, mas não tinha mulher, não trabalhava a questão da mulher. Quando eu coloquei no primeiro momento (...) essa questão para o Partido: "Mas Santinha a gente tem um trabalho tão grande para fazer, por que você quer falar com a pessoa superior (...)?" Mas eu já estava com o feminino dentro de mim. "Eu acho que é besteira". E não me deu muita força. "Mas de qualquer maneira eu vou articular você [para] falar com fulano e beltrano." Aí veio fulano e beltrano. E eu disse: "Olha eu estou no movimento de mulheres, a gente luta pela igualdade de homens e mulheres na sociedade, e luta pela igualdade de todos, certo. Mulheres negras, mulheres brancas..." E aí dois caras maravilhosos, eles já estão mortos, disseram: "Santinha eu acho a sua luta muito bonita. Eu estou sabendo o que você está fazendo através de outras pessoas. Você está juntando um número grande de mulheres nesse processo todo, mas só que não é o momento. Eu acho que a gente tem que conseguir a igualdade dos povos, tem que conseguir isso, tem que conseguir aquilo, mas não tem grilo. A questão que você levanta é muito bonita. Mas primeiro a luta de classes, aí depois a gente trabalha a questão da mulher." Eu cerquei de toda forma, não tinha resposta pra aquilo. Nesse dia eu saí de lá, assim, triste, chorei, me parecia que o que eu estava lutando, o feminino, não era importante. (SANTOS, 2015a)

As militantes políticas engajadas contra o autoritarismo, em todo caso, tinham a convicta intenção de formar seus próprios espaços de luta. No Rio de Janeiro, Santinha envolveu-se com os grupos de reflexão. Como declarou Goldberg (1987), naquele período era frequente a formação de turmas de mulheres que se reuniam informalmente. Elas não necessariamente se conheciam e suas práticas, variáveis de acordo com suas origens políticas, permaneciam maiormente privadas, o que foi alterado em meados dos anos 1970, visto que a meta das feministas foi, a partir de então, disseminar diversos debates oriundos dos círculos de conscientização no domínio público. No seu relato, Santinha descreveu dinâmicas com o propósito de promover ambientes de fala e escuta, mas também estratégias para valorizar seus cotidianos pessoais e profissionais:

> Nos grupos de reflexão você se mostrava: "eu sou Santinha, eu sou Jaqueline, eu sou fulana, eu sou Moema Toscano..." E a gente ia sentindo quais eram as dificuldades da outra, qual eram as preocupações das outras, o quê que você queria resolver nesse mundo, qual era a tua busca, qual era o teu sonho. Entende? Em termos de "você mulher". O quê que tu querias fazer para melhorar a tua situação no mundo. E a gente foi se dando conta que a gente queria – foi muito interessante esse período e lindo... Porque, eu falava pra ti e aí tu já trazia uma colega. Aí no outro sábado tinham mais quatro pessoas novas, quatro mulheres. Ávidas pra falar. Pra ouvir. E aí a gente ia aumentando numericamente. (SANTOS, 2005b, p. 07)

Segundo Pinto (2004), os grupos de reflexão, caracterizados inicialmente por seu aspecto privado, objetivavam conquistar o apoio de diferentes segmentos da sociedade. Seu desígnio era consolidar estruturas capazes de executar ações concretas. À vista disso, esses círculos foram responsáveis pela promoção de um evento que se tornou um símbolo para o movimento feminista brasileiro. Em 1975, foi instituído pela ONU o Ano Internacional da Mulher, inaugurando, assim, a Década da Mulher. Sob o patrocínio do organismo internacional e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi organizada, no Rio de Janeiro, a *Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira*.

A manifestação obteve a garantia do regime em vigor de sua efetiva realização. Nenhuma participante seria presa e, em contrapartida, as conferencistas, grande parte oriunda da oposição, aplicar-se-iam em não extrapolar seus argumentos e criticar o governo. Sua proposta foi: detectar e denunciar as discriminações e desigualdades comuns à condição da mulher, criar iniciativas de luta por sua emancipação enquanto sexo dominado e oprimido, viabilizar a aquisição e expansão de direitos civis, formar espaços públicos específicos de atuação etc. De acordo com Santinha, no evento havia uma importante concentração de militantes dos grupos marxistas. Na sua narrativa ela afirmou que as coordenadoras "eram quase todas do Partidão." (SANTOS, 2005b, p. 09)

Após 1974, durante a fase mais "moderada" do regime militar, designada pelos historiadores como um período de "distensão lenta e gradual" e, além disso, durante a Década da Mulher, com o reconhecimento oficial pela ONU da "questão da mulher", houve um maior espaço para a visibilidade do movimento feminista que, até então, atuava na clandestinidade. Nesse sentindo, as organizações políticas femininas começaram a existir abertamente, mesmo se houvesse certas resistências por parte de vários grupos políticos. O termo "feminista" tinha uma conotação pejorativa e, como afirmou Sarti (2004, p. 39), "vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, um reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina."

Apesar dessas oposições, porém, alguns dias depois da comemoração do Ano Internacional da Mulher, foi criado na cidade do Rio de Janeiro o Centro da Mulher Brasileira (CMB), entidade da qual Santinha foi membro fundador. Nele, os grupos de reflexão, cujo funcionamento estava focado no debate e na análise das experiências individuais de cada participante, com relação aos problemas particulares da identidade feminina, tornaram-se, segundo Goldberg (1987), por motivos de segurança (era preciso se proteger da repressão), mais centralizados. Foi estabelecido, dessa forma, um órgão de coordenação de tais coletivos, de estímulo e de fusão de atividades julgadas prioritárias. Por outro lado, o centro gerou novas dinâmicas de incentivo às práticas de estudo e de investigação sobre algumas temáticas centrais. Consoante as pesquisas de Pedro (2006, p. 252), nesse contexto de avanços da luta feminista, o CMB visava a proporcionar, sobretudo, "o estudo, a reflexão, a pesquisa e a análise" das "questões da mulher", bem como promover a estruturação de um departamento de ação comunitária no âmbito local. O principal intuito com a instauração de um organismo próprio a uma determinada área era lidar, de maneira tangível, com os problemas ligados às especificidades regionais. O conjunto de disposições propostas pelo CMB tinha como fim combater o papel subalterno que a mulher ocupava na sociedade. Santinha descreveu alguns nomes que fizeram parte de sua composição inicial:

> E aí a primeira entidade feminista criada no Brasil foi por nós (...). Eu, Heloneida Studart, Moema Toscano, Fanny Tabak, Leila Linhares, Jaqueline Pitangui... Foi a primeira entidade: Centro da Mulher Brasileira. E a primeira direção do Centro da Mulher Brasileira, eu fiz parte da direção. E algumas figuras, a Lígia, que já morreu (...). E aí a gente criou essa entidade. Criamos a entidade, legalizamos a entidade, e a gente se reunia todo final de semana (SANTOS, 2005b, p. 06-07).

Ademais, Santinha expôs práticas políticas introduzidas pelo CMB, em particular, no que diz respeito às oficinas e grupos de reflexão.

> No movimento feminista, depois de algumas reuniões, a gente resolve criar o Centro da Mulher Brasileira. Eu era uma das poucas mulheres [negras] que criamos aquilo na ABI, Associação Brasileira de Imprensa. Foi uma coisa assim muito boa. A primeira entidade feminista criada no Brasil. Isso aí nos possibilitou um nível de trabalho praticamente desconhecido para todas entende, que era a gente encontrar com a outra mulher. Aí a gente fazia oficinas, grupos de reflexão. Quando a gente se encontrava, se apresentava, quem somos nós? E aí, a grande parte das mulheres vinha sabendo que tem mulheres que podem te ajudar, que podem isso aqui etc, etc. (...) A gente queria sim conhecer outras mulheres e nos darmos a mão e quem somos nós? Precisamos de ajuda certo. Física porque apanhamos do marido, mental porque estamos a mil e política, por excelência, para tentar juntar essas coisas todas e mudar esse país buscando a igualdade, certo? Trazer a questão de gênero à tona. (SANTOS, 2015a)

Uma dinâmica comum, conforme a entrevista de Santinha, era cada integrante intervir em sua área profissional. Tanto na esfera teórica quanto na esfera prática, os membros do CMB empenhavam-se em contribuir com seus conhecimentos acadêmicos específicos.

Assim, Santinha atuava, enquanto médica, na produção de congressos e conferências, pesquisas científicas e documentos militantes, bem como organizava espaços concretos de atendimento clínico. Foi principalmente no domínio dos movimentos sociais, de acordo com seu relato, que a militante desenvolveu a aprendizagem do exercício da medicina fundamentada em inéditos aportes teórico-metodológicos de gênero.

> No Centro da Mulher Brasileira, nós fomos vendo que nós tínhamos um leque de mulheres de formação diversificada e que era fundamental que a gente pudesse dar um pouco do que a gente sabia para essas mulheres e para o próprio movimento feminista. Uma questão de preparo maior com o pouquinho que a gente sabia. Aí eu era médica, o quê que eu posso fazer na área de saúde? Fulana é professora, fulana trabalha na área de trabalho (...), fulano é isso. Aí a gente começou a diversificar isso aí, o que foi a coisa mais rica que nós fizemos dentro do movimento feminista. Aí a gente começou a trabalhar, o que foi também uma coisa importante, que nasceu das nossas cabeças, o seguinte: a gente está trabalhando, engordando, certo, o nosso movimento com mulheres que chegam aqui, e a gente vai se dando a mão nesse processo, mas a gente não está talvez tocando a política. Até que ponto não é a política que nós temos nesse país que está fazendo com que essas mulheres sofram mais, ou com que a gente sofra mais. Aí, do momento que a gente entrou nesse processo, de cada qual contribuir com um pouquinho do que sabia na sua área, eu me joguei na área da saúde. Eu nunca tinha trabalhado a minha área de saúde da forma como o feminino me levou. Foi final da década de [1970]. (Ibidem)

Todavia, embora essa organização feminista contasse com militantes originárias de diversas tendências políticas – liberal, radical e marxista ortodoxo –, a onipresença dos grupos políticos, principalmente do PCB, criou tensões entre o que era considerado por um lado "lutas específicas", ou seja, grupos de reflexão, lutas pelo direito ao corpo, pela sexualidade, pela liberação da mulher, contra a supremacia masculina e, por outro lado, "lutas gerais", isto é, luta em prol da redemocratização, pela anistia e contra o regime autoritário. Nesse sentido, as reivindicações feministas, normalmente, classificadas como "lutas específicas", eram julgadas responsáveis pela fragmentação da luta geral que, no contexto de ditadura militar, para muitas(os), era prioritária (SOIHET, 2007). Assim, as lutas específicas que frequentemente se manifestavam no CMB, durante esse período, "eram reivindicações de creches, 'controle da natalidade, legislação protetora do trabalho feminino'." (PEDRO, 2006, p. 263)

Havia, certamente, uma crítica em direção às militantes que intentavam desenvolver trabalhos e debates focalizados em tópicos como sexualidade, contracepção, aborto e violência. Elas eram designadas como "pequeno-burguesas, divisionistas e engajadas nos grupos de reflexão." (Idem, 2008, p. 273) Em 1978, essas ativistas propuseram ao CMB uma jornada sobre "saúde e reprodução" que deveria acontecer no I Encontro Nacional de Mulheres, previsto para o ano de 1979. Contudo, a organização de uma conferência sobre "Mulher e Reprodução", incluindo os temas que eram considerados tabus, foram recusados.

Eclodiram, na ocasião, diferentes divergências entre as integrantes. O grupo dissidente considerava que a entidade promovia relações hierarquizadas e alheias ao feminismo, sendo na verdade apenas um nicho "político de lutas pela transformação da sociedade brasileira" (Ibidem, p. 274) formado por mulheres. Logo após uma ruptura, elas constituíram, em abril de 1979, no Rio de Janeiro, o Coletivo de Mulheres. Nos anos 1980, as marxistas ortodoxas, outrora hegemônicas no CMB, perderam espaços para diferentes tendências ideológicas. Algumas se orientaram para novos organismos e aquelas que permaneceram reintegraram os princípios feministas. Nesse cenário, Santinha, que defendeu, desde o início, a inserção dos conteúdos específicos, explicou que apesar de sua anterior participação no PCB e as discordâncias de opiniões e a fragmentação, sua posição foi permanecer no órgão. Na década seguinte, ela defendeu sem hesitar as novas dinâmicas do centro.

A vertente feminista legitimada no CMB tinha como orientação de trabalho a "questão da mulher", mas, de modo igual, tinha como orientação de trabalho um viés de classe, o que gerou um interesse em promover atividades direcionadas mais propriamente às mulheres das classes populares ou mulheres que se colocam a serviço dessa classe. Dessa forma, recém-chegada ao Rio de Janeiro, já nos primeiros anos da década de 1970, na condição de militante comunista, Santinha iniciou determinadas atividades nos morros e favelas da cidade. Paralelamente, ela se comprometia com os movimentos feministas e, ao abordar as especificidades das mulheres brasileiras, interessou-se pelos fatores estruturais que as conduziam, em geral, a serem mais afetadas pelos problemas sociais. Acreditava-se, assim, ser completamente possível promover ações em favor das necessidades mais imediatas das moradoras dos bairros desfavorecidos (alimentação, água, luz, escolas, hospitais, segurança etc.) e, por este ângulo, manter suas anteriores atividades relacionadas às demandas da organização partidária, bem como promover novas ações para discutir e vivenciar temáticas ligadas ao feminino: corpo, orgasmo, aborto, desigualdade no mercado de trabalho, violência doméstica (exercida por vezes pelos próprios companheiros de luta) etc. Santinha, embora tenha afirmado que o movimento de mulheres surgiu "com pouquíssimas negras, (...) eram muito mais brancas," (SANTOS, 2015a) refutou a ideia de que o feminismo não correspondia às exigências das mulheres das classes populares.

Nesse sentido, em meados da década de 1970, Benedita da Silva e outras mulheres integrantes do Departamento Feminino da Associação de Moradores do Chapéu-Mangueira,

na cidade do Rio de Janeiro, articularam diferentes atividades políticas em conjunto com as integrantes do Centro da Mulher Brasileira. Santinha relatou:

> Eu como comunista fazia um trabalho na favela do Leme, certo. Hoje eles estão fazendo uma novela, eu assisto ela porque eu quero ver. Mas eles mudaram o nome, morro da Babilônia. E naquela época era favela do... Onde a Benedita nasceu, e a mãe dela, eu convivi muito com a mãe dela, morava lá. 75, 80, 77 por aí. E aí elas tinham uns tanques, lá em cima do moro, tanque de lavar roupa, que era uma coisa linda. Essas coisas a gente não fotografa e a história ela se perde um pouco. E ela, elas ficavam lavando roupas para as figuras importantes, para as casas, e conversando. Então os tanques eram colocados de forma redonda (...) e elas conversando. E eu ia muito lá enquanto comunista para fazer um trabalho com o povo do morro etc. Como eu estava integrada, ou me integrando ao movimento feminista, eu comecei a juntar o feminino... Olha que coisa maluca cara. Parece que são duas coisas que não se complementam, e só se complementam. Porque era uma coisa, mas, na época, eram coisas diferenciadas, que eu só fui me dar conta depois. Que loucura! Eu quero acabar com essa luta de classes, mas acabando, eu quero que a mulher tenha espaço, certo, quando acabar. Eu quero que tenha uma mulher ocupando cargos, nesta luta de classe que a gente está brigando, enlouquecida, contra ela, a mulher aí nesse contexto. Mas eu fui me dando conta com a prática, entende? (Ibidem)

Benedita Sousa da Silva Sampaio, também conhecida como Bené, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 26 de abril de 1942. Sua mãe, Maria da Conceição de Sousa era lavadeira, ou seja, profissional que lava a roupa caseira, sua ou alheia, em tanques, poços, rios, lavadouros, e seu pai, José Tobias de Souza, era pedreiro e lavador de carro. Recém-nascida, foi morar na favela do Chapéu-Mangueira, no Leme. Começou a trabalhar ainda na infância, tendo exercido atividades de vendedora ambulante, empregada doméstica, operária fabril etc. Sua vida pública foi marcada pelas lutas em prol das comunidades empobrecidas. Iniciou seu percurso político na Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. No campo da educação, influenciada pelo método Paulo Freire de educação popular, Benedita era voluntária e alfabetizava adultos e jovens na favela do Chapéu Mangueira. Já adulta, foi uma servidora pública, professora, auxiliar de enfermagem, assistente social e uma política brasileira. Sobre o último ponto, assumiu postos de deputada federal, senadora e governadora pelo Estado do Rio de Janeiro e, entre 2003 e 2007, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi ministra da Secretaria Especial de Trabalho e Assistência Social do Brasil.

Santinha, que intervinha enquanto médica e militante, descreveu uma de suas próprias ações com as mulheres das favelas:

> Lá na favela em que eu trabalhava, e já estava com o feminino borbulhando na minha cabeça, eu já comecei a fazer... Eu me lembro de uma cena (...). Conversei muito sobre a luta de classe (...), elas ali trabalhando feito uma louca para gente rica, e ganhavam um pinguim de dinheiro e tal, aí esse grupo de mulheres dali da favela, do Leme, elas foram se afeiçoando muito a minha pessoa, então elas esperavam Santinha todo sábado ou domingo. (...) Elas eram acompanhadas por um padre certo, que ia lá, rezava com elas, elas iam para a igreja no domingo (...). Mas, esse padre de lá era ótimo, (...) aí eu disse: "Amigo, a gente queria hoje conversar coisas de

> mulher. Assim, quando a gente sangra, menstrua, como eu sei um pouquinho de medicina, eu queria conversar essas coisas com elas, e tal, aí elas vão ficar envergonhadas se você estiver perto, era possível você não entrar na reunião hoje?" Aí ele disse: "Cá doutora, pode deixar, quanto tempo aí, X tempo?" O padre saía toda vez, eu comecei a entrar na questão da mulher, e aí fui descobrindo as relações daquelas mulheres com seus homens, relações horrorosas, de violência, disso, daquilo, e elas queriam (...) os métodos anticonceptivos, que alguns eu tinha... Aí foi começando, aí juntou, foi quando eu me dei conta que eu não estava trabalhando coisas separadas, entende? (...). Eu sempre acho que as mulheres do Leme me deram muita vida, elas foram me mostrando luzes que eu não tinha entende. (Ibidem)

Sobre um encontro que ocorreu no final dos anos 1970, Santinha narrou a participação das mulheres negras empregadas domésticas que se organizavam politicamente:

> Tem uma doméstica que foi presidente da Associação de Mulheres Domésticas (...). A gente se encontrava muito, e aí a gente foi se conhecendo, e ela já trabalhava com toda a dificuldade entre elas. (...) A gente foi se aproximando delas, não foi uma coisa instantânea, começa o CMB e elas já estão dentro e tal, foi uma coisa que foi acontecendo com o tempo. (...) A gente começou a discutir... (...) "Nós sofremos muito dentro das casas que a gente trabalha", fez uma fala toda encabulada, "porque a minha patroa faz isso." Quando ela começou a falar da minha patroa faz isso, as outras também, sem jeito, levantavam: "a minha patroa faz pior, eu recebo tanto de salário, e tenho que fazer tudo, eu durmo lá, pra vir para esse encontro eu quase que fodi." (...) Foi se dando conta que aquilo era uma realidade que a gente não estava trabalhando. E entre elas, mulheres que falavam, tinha mulheres negras, mas não foram enquanto mulheres negras. Mulheres domésticas (...) que queriam colocar as suas coisas para fora. (...) Noventa por cento eram negras. E a gente começou a trabalhar com aquelas mulheres, eu diria, assim, mulheres pobres (...) que trabalham como domésticas, e que são massacradas, não reconhecidas pelas suas patroas, não é o seu patrão. E a gente pregava naquele momento uma unidade entre nós. Qual é a unidade que nós teremos com esta mulher que está discriminando aquela outra? Essa é uma questão que até hoje paira na sociedade. Tu imaginas naquela época né? Então algumas mulheres foram para os encontros escondidas. Então a gente começou abrindo a cabeça, ao mesmo tempo em que a gente estava, cada qual na sua área, tentando ver que mulher é essa que está ali. (Ibidem)

Repensavam-se também as noções de educação popular, a qual, em comparação com o feminismo investigado por Có (2008), é caracterizada especialmente pela ausência da figura daquele que detêm o conhecimento e o transmite e daquele que não sabe e, por isso, só pode assimilar a informação. Na realidade, de acordo com seus princípios (Ibidem, p. 338), "uma aprende com a outra e ambas vivenciam um processo". Entendida aqui como "produção e transmissão de conhecimentos e informações de maneira horizontal e participativa, implicando na retro-alimentação do processo de aprendizagem conjunta," (Ibidem, p. 338) a educação popular viabilizou, em função disso, novos recursos para a consolidação de métodos teóricos e práticos de compreensão e alteração da realidade opressora. Como instrumento de conscientização crítica e libertadora, a educação popular permitiu às mulheres, sobretudo aquelas das camadas mais populares, reelaborar e divulgar uma inédita concepção do mundo conforme seus interesses respectivos, estando estes "ligados profundamente ao questionamento das relações de exploração de classe, da opressão étnica, e à subordinação da

mulher ao homem nesta sociedade patriarcal e dependente." (Ibidem, p. 339) É nessa perspectiva que Santinha atuou nos bairros desfavorecidos nos anos 1970 enquanto médica comunista e feminista.

Ao ser questionada sobre o que significou ser uma mulher negra durante a ditadura militar, a militante respondeu:

> Um dia a dia de contradições. Você misturava ser pobre, ter nascido no Nordeste desse Brasil, ser de raça negra, e ter índio no meio também. Eu sou meio índia, meio negra, meio branca, sei lá o quê eu sou certo? E ser uma comunista, ou acreditar em coisas que noventa por cento da nação não acreditava, entende. Então o produto que sai daí, eu acho que é um produto um pouquinho melhor do que a maioria da população, porque a gente viveu todos os processos de discriminação, entende? (SANTOS, 2015a)

Santinha saiu do PCB em 1982 e no ano seguinte, em 1983, em Brasília, colaborou com a constituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Três anos depois, em 1986, foi uma das organizadoras do Primeiro Encontro de Saúde da Mulher.

4.3 Thereza Santos

Thereza Santos, nome artístico de Jaci dos Santos, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 07 de julho de 1938. Seus pais, conforme seu relato autobibliográfico, eram funcionários públicos. Sua mãe, Dona Marta, era enfermeira e nos anos 1940, com o objetivo de obter melhores condições de vida para sua família, pois Thereza não acredita ser realmente por patriotismo, inscreveu-se para ir à Segunda Guerra Mundial com as tropas brasileiras. Sua candidatura foi, contudo, recusada pelas Forças Armadas e, de acordo com sua filha, essa era uma de suas maiores frustrações. Dona Marta foi descrita como uma "ótima mãe", porém disposta a aplicar uma educação rígida (SANTOS, 2008). Durante a juventude de Thereza, opôs-se à sua participação no elenco da peça de teatro *Orfeu da Conceição*.[151] A expectativa para o futuro de sua progênita era lhe proporcionar oportunidades para cursar a universidade de medicina. Na verdade, segundo Thereza, esse era o sonho de carreira profissional da sua mãe, entretanto como não teve condições econômicas para realizá-lo, transferiu o projeto para sua filha. Seu pai (não sabemos qual era seu cargo no serviço público) foi apontado como um

[151] A peça foi inspirada no drama da mitologia grega de Orfeu e Eurídice, mas transposto à realidade das favelas cariocas. Encenado pelo Teatro Experimental do Negro de Abdias Nascimento, o espetáculo estreou no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1956, e foi a segunda vez que um elenco de atores negros atuava na mais prestigiosa cena artística brasileira. A primeira foi a estreia do Teatro Experimental do Negro em 8 de maio de 1945, com a peça *O imperador Jones*, de Eugene O'Neill. *Orfeu da Conceição* é uma peça teatral escrita por Vinícius de Moraes em 1954. Sua trilha sonora contou com músicas compostas por Antônio Carlos Jobim.

membro da família que sempre a encorajou a atuar nos grupos político-partidários. Aos quinze anos, em 1953, Thereza ingressou na Juventude Comunista (JC), uma organização do Partido Comunista Brasileiro, encarregada das atividades de recrutamento, formação ideológica e militância dos jovens.

> Meu pai me acobertava para ir às reuniões e fazer trabalhos na rua, com as panfletagens e campanhas eleitorais. Ele era um porto firme para a vida que eu levava fora de casa e da escola, por outro lado eu vivia um estado de descoberta completa e aproveitava para voar mais alto, para descobrir o mundo. (Ibidem, p. 20)

Quanto à sua vida privada, Thereza relatou ter experimentado diariamente diferentes valores culturais legatários dos povos africanos. Sua residência foi retratada como uma autêntica "aldeia", caracterizada por um sistema de ajuda mútua, com prestação cotidiana de apoio moral, material, familiar e profissional. De acordo com sua narrativa, no espaço doméstico viviam uma dezena de indivíduos com laços consangüíneos, sendo que cada membro tinha um papel preciso, fundamental para o funcionamento geral do aglomerado. Dessa forma, ela se definiu como negra não somente na cor da pele, mas também nos seus princípios morais. Ainda na infância, na convivência com seus parentes mais próximos, Thereza declarou ter adquirido consciência e orgulho de sua identidade racial.

No final dos anos 1930, Thereza residiu no bairro Santa Teresa, na zona central do município carioca, o qual descreveu como sendo na época majoritariamente branco e de classe média. Em seguida, mudou-se para um sítio em Santa Cruz, subúrbio do Rio de Janeiro, predominantemente negro. Após finalizar o primário, com o objetivo de continuar sua escolaridade em estabelecimentos privados julgados como de melhor qualidade por sua mãe, retornou para zona norte da mesma cidade, no bairro denominado Engenho Novo, zona residencial referida pela militante (Ibidem, p. 17) como "misto de classe média, alguns remediados e muitas favelas." Foi nesse período, com o espaço de amizade e lazer restrito às casas vizinhas, apontadas pela militante como habitadas em sua esmagadora maioria por famílias brancas, e à escola particular, representada, de modo igual, como ocupada pelo mesmo grupo social, que Thereza afirmou ter vivenciado suas primeiras experiências de racismo.

> Na vila onde morava, minhas colegas de brincadeiras eram as menininhas brancas e a nossa relação era marcada por altos e baixos. Foi lá que ganhei a verdadeira percepção das diferenças entre negros e brancos, e digo até hoje que devo minha consciência de negra à crueldade dos brancos na relação com os negros. Quando eu fazia tudo que elas mandavam, eu era maravilhosa e suas mães diziam que eu era uma verdadeira "negrinha de alma branca"; porém, quando durante as brincadeiras eu brigava com alguma delas, voltavam-se todas contra mim e me chamavam de "tiziu", "macaca" e ouvia a famosa frase: "negro quando não faz na entrada, faz na saída." A vila marcou minha vida por tudo que lá ouvi contra os negros. Será que

> tinha consciência do que provocavam? Não sei. Eram momentos cruéis, minha mãe ficava magoada por me ver aos prantos e tentava me convencer a não brincar com elas, mas quando batiam na porta me chamando, creio que me faltava vergonha e dignidade, eu era uma criança, não resistia. Na escola [particular] não conseguia me enturmar, percebia o preconceito, um tratamento diferenciado, como se eu fosse uma vassala. (Ibidem, p. 17-18)

No bairro Engenho Novo, em contrapartida, Thereza disse ter entrado em contato pela primeira vez com as comunidades das favelas. A princípio, a militante pôde observar que eram nessas localidades que residia a maior parte dos negros. No final de seu quarteirão havia um assentamento informal, densamente povoado, caracterizado por moradias precárias e com carência de serviços básicos. Suas moradoras, com a urgência de obter fontes de água potável, transitavam com latas em frente à casa de seus pais. Thereza tencionava conhecer essas pessoas, e sua estratégia, aos doze anos de idade, foi lhes oferecer gratuitamente o produto procurado. Por conseguinte, consolidou amizades com as mulheres habitantes dos bairros vizinhos, principalmente com um casal de bailarinos que lhe mostrou o universo de uma escola de samba. A partir desse momento, embora agisse escondida de sua família, integrou progressivamente o cotidiano da favela. Nas inéditas experiências, Thereza se questionava, de modo igual, sobre a segregação racial e social do espaço urbano.

> Nessa época, tive minha atenção despertada pelos negros que passavam na rua e tive consciência de que no fim do nosso quarteirão havia uma favela, era lá que moravam os negros. Queria me aproximar deles, mas não sabia como, até que reparei que estavam sempre com a lata na cabeça carregando água. Passei, então, a oferecer água (para desespero das famílias da vila) e muitas vezes formavam fila de seis a dez negras na porta de casa para pegar água. Assim fui fazendo amigos na favela. Havia um casal maravilhoso, meus primeiros grandes amigos fora da minha família; ela, Margarida, era porta-bandeira, e ele, Xaveco, era mestre-sala da escola de samba Índios de Acau. Com eles pulei a janela escondida numa noite em que meus pais foram a uma festa e conheci pela primeira vez uma escola de samba, estava com doze anos. Fiquei deslumbrada, nunca tinha visto nada igual. Embora minha família fosse festeira, era diferente. Escola de samba era outra coisa. A partir daí, fui criando coragem para me soltar e consolidar minhas amizades na favela. Subia o morro, escondida da família, visitava meus amigos, a maioria negros. No início da rua que subia a favela havia algumas casas de alvenaria e era onde moravam os brancos pobres. Em seguida, havia apenas barracos de madeira, casas onde moravam os negros. Não conseguia entender por que os negros eram tão pobres. (Ibidem, p. 18)

Sobre seus primeiros dilemas, Thereza contou com os conhecimentos de seu pai. Segundo seu relato, ele sempre lhe explicou a condição do negro na sociedade brasileira. Era comum no ambiente familiar discutir sobre a discriminação e o preconceito e as razões pelas quais esse grupo social foi historicamente alocado aos níveis mais subalternos, ocupando espaços urbanos desprovidos de qualquer forma de infraestrutura. Além disso, era enfatizada a necessidade imediata de agir ativamente para alterar essa realidade. Assim, seu pai lhe fornecia diferentes materiais bibliográficos sobre os negros, a escravidão e as especificidades

da conjuntura nacional. Desde a infância, ele a incentivou a participar de várias ações e, por isso, foi descrito como sua primeira influência política.

No início de sua adolescência, Thereza já era então informada das distintas características do racismo e da opressão. Assim, empenhou-se sem demora em descobrir quais eram seus principais recursos para empreender a almejada transformação social. No começo, ela optou por discutir com seus novos amigos mais próximos da favela. Em suas práticas cotidianas, Thereza repetia quase sempre o que havia aprendido sobre os negros com seu pai. Como resultado ouvia inúmeras declarações de elogio e admiração pela inteligência, porém conforme sua narrativa, os habitantes dessa localidade não tinham uma efetiva consciência da realidade dos indivíduos não brancos e, quando as discussões de cunho político progrediam, alguns amigos justificavam a permanência da situação de exploração pelo fato deles serem descendentes de uma população que foi escravizada, um argumento bastante difundido na época, mas que Thereza rejeitava completamente.

Na busca de uma ideologia apta a propor uma sociedade mais igualitária e justa, filiou-se em seguida à Juventude Comunista. "Achava que lá seria o caminho." (Ibidem, p. 19) Na organização de jovens, porém, a questão racial era julgada secundária e, novamente, Thereza era confrontada com declarações que enfatizavam um passado de trabalho compulsório. De fato, Nascimento (2016a, p. 613) indicou como a sociedade brasileira em geral, legitimada teoricamente por alguns cientistas sociais, historicamente defendeu que a posição subalterna e a não ordenação da luta coletiva dos negros é consequência de sua longa permanência durante séculos como trabalhador em meio à sociedade escravista. Para resistir, segundo o relato de Thereza, era então primordial expandir seu trabalho intelectual e político, sendo essa uma condição indispensável para seu grupo social se auto-definir e, por conseguinte, não se restringir à identificação com o discurso hegemônico e não se inibir no que concerne a suas aptidões em avaliar os respectivos níveis de opressão a que são submetidos. Sobre sua participação na Juventude Comunista Thereza relatou:

> Comecei a pensar que alguma coisa deveria ser feita, creio que foi assim a descoberta da questão social. Sentia-me impelida a fazer alguma coisa, a lutar para mudar a situação, a descobrir onde estava a luta, qualquer coisa que pudesse fazer. (...) Para mim, pertencer à Juventude Comunista era o caminho, pensava que resolveria a questão da miséria, da discriminação, e me dedicava com afinco à causa. Eu era a única negra do meu grupo e sempre buscava espaço para abordar a questão do negro, via de regra recebia como resposta que a questão era social e não racial e acabava o assunto, e esta questão nunca era aprofundada. Nas poucas vezes que eu insistia, talvez com medo de perder os novos amigos, recebia a explicação de que era consequência da escravidão e que no mundo socialista que estávamos construindo todos seriam iguais sem distinção. Eu acreditava nisso, talvez porque quisesse ou precisava acreditar em alguma coisa, mas juntava-se a isto o complexo de inferioridade que nós negros inconscientemente sempre carregamos, que sempre

> funcionou como se a nossa verdade fosse ditada pelo branco. Assim, incorporamos estes valores, e por maior que seja a luta para nos livrarmos disto, eles emergem nas mais variadas situações. Há muito minha consciência não me deixa cair neste jogo, mas naquela época não tinha esta percepção. (SANTOS, 2008, p. 19)

As Juventudes Comunistas (JC), coletividades de vanguarda dos jovens militantes, foram elaboradas a partir das organizações juvenis socialistas do início do século XX, sob a influência da II Internacional, ou Internacional Socialista (IS). Desde sua fundação, em 1889, a IS se interessou pelas temáticas relativas à juventude. Em 1907, os jovens socialistas criaram a Federação Internacional da Juventude Socialista (FIJS), uma entidade que tinha como principal objetivo proporcionar "a educação dos jovens trabalhadores nos princípios do socialismo e da luta de classes." (KAREPOVS, 2011, p. 05) Em outras palavras, era primordial para as instituições esquerdistas mobilizar a juventude operária, viabilizar uma educação apta a despertar sua consciência de classe e inseri-la nas lutas sindicais e políticas. Assim, a FIJS tem sua origem associada à IS e às suas ramificações nacionais, aos partidos que respectivamente a integravam. Em 1919, com seus membros reunidos em Conferência, o organismo foi rebatizado Internacional da Juventude Comunista (IJC), e foi integrado à III Internacional, ou Internacional Comunista (IC).

No plano local, o PCB, desde sua criação, tendo como modelo as estruturas propostas pela Internacional Comunista, objetivou em seu Estatuto formar a sua juventude. Contudo, a Juventude Comunista foi constituída somente alguns anos depois, em 1927 (KAREPOVS, 2010). Sua estratégia inaugural de ação era arquitetada por intermédio de células sob a orientação do Partido. Assim, os jovens eram responsáveis em particular pela propaganda do PCB e diferentes tarefas partidárias. Em seguida, com o propósito de identificar as características próprias aos jovens trabalhadores brasileiros, bem como cumprir as obrigações específicas à juventude mobilizada, foi instituído o Comitê Central Provisório da Juventude Comunista, sendo este denominado Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB) e fixada como uma facção brasileira da IJC.

Como aponta Mattos (2013), as reivindicações iniciais da entidade eram direcionadas principalmente aos rapazes e moças que experimentaram os paradoxos do mundo do trabalho. O objetivo era aglutinar os jovens oriundos dos segmentos operários em torno de dinâmicas esportivas, culturais e de educação. Apesar da participação dos estudantes e de algumas iniciativas para a atuação dos comunistas na área acadêmica, as atividades da FJCB, influenciada pela fase obreirista do PCB, estavam interessadas especialmente pelo protagonismo dos jovens proletários. Acusada de sectarismo, a Federação foi dissolvida pelo

partido em 1937. Durante o Estado Novo, porém, as práticas das diferentes instituições da Juventude Comunista, sobretudo a composição de seu corpo social e os métodos de recrutamento, foram redefinidas. A partir dos anos 1940, ocorreu um importante aumento do número de estudantes – universitários e secundaristas – no interior das organizações e, além disso, tornou-se fundamental viabilizar a presença de comunistas no conjunto dos espaços legais da sociedade ocupados por jovens.

A expressiva participação dos jovens militantes partidários nos movimentos estudantis foi, evidentemente, delineada já no final dos anos 1920. Desde suas primeiras atividades, foi visada pela Juventude Comunista a instauração nas faculdades do Diretório Acadêmico. Em 1932, fundou-se a Federação Vermelha dos Estudantes (FVE), uma organização orientada para a atuação dos discentes comunistas nos espaços universitários (Idem, 2017). Em 1934, foi realizado pelos estudantes de Direito do Rio de Janeiro, o I Congresso da Juventude Operária-Estudantil,[152] com o objetivo de receber a aderência de discentes de outras universidades e o apoio de coletividades operárias. Os universitários pertencentes à Juventude Comunista assumiram um papel fundamental na promoção do evento.

O Congresso foi um sucesso e, na ocasião, os estudantes projetaram a ideia de criação de um órgão nacional para representar seus interesses e colaborar na luta política pela transformação da realidade social brasileira. Todavia, a conjuntura histórica caracterizada pela ascensão do nazifascismo no plano internacional e pelo levante comunista de 1935, bem como a forte repressão instaurada por Vargas no plano nacional, resultou na frequente repressão dos centros estudantis, o que acarretou um lento e fadigoso processo de reestruturação (BITTAR, 2014).

Após o I Congresso da Juventude Operária-Estudantil e o desmantelamento completo da vida orgânica do PCB, a política aplicada pelos jovens comunistas teria sido a de interagir com o conjunto de entidades estudantis, ocasionando, dessa forma, sua significativa presença no interior da Casa do Estudante do Brasil,[153] no Rio de Janeiro. Naquele espaço, a União Nacional dos Estudantes foi enfim criada em agosto de 1937, como entidade máxima de

[152] A história do movimento estudantil brasileiro tem seus primórdios no início do século XX. Em 1901, foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros. Em 1910, foi realizado o I Congresso Nacional de Estudantes, em São Paulo. O importante crescimento do número de estabelecimentos escolares no período combinou também com a rápida organização coletiva dos jovens. No entanto, o conjunto dos órgãos universitários anteriores à UNE tinha características especificamente regionais e provisórias (Ibidem).

[153] Criada em 1929, a Casa do Estudante do Brasil tinha como finalidade oferecer assistência social aos estudantes, bem como promover, difundir e facilitar o intercâmbio de obras e atividades culturais. De acordo com Mattos (Ibidem), naquele local, a princípio, não era autorizado discutir política.

representação dos estudantes. Com relativa liberdade de ação, ela "foi considerada como um palco prioritário de atuação para a militância e expressão dos comunistas." (MATTOS, 2013, p. 164) Segundo os relatos analisados por Mattos (2017, p. 2462), um militante declarou que "nós [os comunistas] fizemos a União Nacional dos Estudantes." Assim, desde sua origem, a entidade já detinha um respeitável nível de planejamento e monitoramento de suas atividades de mobilização, embora agisse de forma moderada em razão do contexto de perseguição aos militantes de esquerda.

Entre 1947-1949, a UNE, sob a presidência dos socialistas, com o apoio dos estudantes comunistas, inaugurou uma gestão preocupada com a luta pela preservação da paz mundial. Em 1949, a entidade recebeu o Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, evento realizado por militantes do PCB. Além disso, a defesa da Constituição e da democracia era um elemento primordial. Envolveu-se com as principais questões políticas do país, sobretudo o petróleo.[154] Seu engajamento por essa causa prosseguiu até 1953, momento em que foi fundada a Petrobras. Quanto aos temas educacionais, era criticado o problema da alimentação e moradia dos estudantes, o alto preço do livro didático, o difícil acesso aos eventos de diversão e, por outro lado, era reivindicada a gratuidade e a reforma do ensino, a formação de escolas de teatro, a alfabetização, a instalação de universidade e cursos superiores em determinadas regiões do país e a oficialização dos estudos teatrais no ensino secundário.

Em 1946, já havia sido definidas algumas resoluções com o propósito de organizar as atividades de juventude, e em fevereiro de 1947 foi fundada a União da Juventude Comunista (UJC), a qual foi declarada clandestina somente após alguns meses de atuação.

> Seus objetivos estavam em torno de organizar, unir e orientar a juventude na luta pela consolidação da democracia e da paz Mundial, promover a educação dos jovens nos exemplos e ensinamentos do socialismo e a "criação de um amplo movimento juvenil de massas, de caráter nacional, a desenvolver-se dentro das atuais condições de paz." Para organizar a militância e o recrutamento, a UJC manteve o modelo das células, tratado no estatuto como organismos, que deveriam ser estruturados nos locais de trabalho ou de residência dos seus membros. (...) Em 15 de abril desse mesmo ano, o presidente Dutra publicou o Decreto de suspensão da UJC, proibindo imediatamente a continuidade das suas atividades em todo o território nacional. Conforme constou nas justificativas do Decreto, a UJC foi considerada uma associação nociva e perigosa ao bem público, à segurança do Estado, da coletividade e à ordem pública e social. (Ibidem, p. 2463)

Nos anos 1950, o PCB reforçou seu objetivo de mobilizar a juventude e, por isso, propôs um projeto de reorganização da UJC. Foi ressaltada, mais uma vez, a indispensabilidade de estruturar os jovens operários e, além disso, permaneceu sob a

[154] Após a promulgação da Constituição de 1946, formaram-se várias divergências entre os que consentiam a entrada de empresas estrangeiras para a extração e os que interpretavam como mais vantajoso para o país o monopólio nacional.

responsabilidade da entidade o fomento dos movimentos antiguerra e pela defesa da paz internacional.

No campo dos movimentos estudantis, a UJC tencionava abranger o conjunto dos discentes secundaristas e universitários. No entanto, a União Nacional dos Estudantes, entre 1950 e 1956, foi dirigida por um grupo ligado à UDN, fazendo-a se interessar de modo mais significativo pela situação dos secundaristas, grupo de estudantes ao qual pertencia Thereza Santos no início dos anos 1950. Sobre as ações da UJC, realizaram-se manifestações em prol de descontos para os adolescentes nas atividades de lazer e no transporte, além de manifestações contra o restrito número de vagas nos estabelecimentos, os aumentos das taxas escolares, a precariedade e o pouco interesse em orientar o ensino fundamental. É possível, dessa maneira, supor que Thereza tenha participado desses eventos desde 1953.

Nesse período, houve, de modo igual, algumas alterações no interior da UNE. A partir de 1954, durante seu Congresso, os estudantes comunistas universitários obtiveram novamente um relativo espaço de intervenção. Com a finalidade de fundamentar sua hegemonia, formaram-se então alianças com diferentes grupos de estudantes em defesa do nacionalismo e da democracia. Nos anos 1960, os jovens revolucionários tornaram-se maioria em seus postos de liderança, consolidando, neste sentido, uma entidade distintiva dos estudantes brasileiros engajados na defesa da qualidade do ensino público, mas também na defesa do patrimônio nacional e da justiça social. (Ibidem) Foi nesse cenário político que Thereza Santos ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, e, simultaneamente, entrou em contato com a União Nacional dos Estudantes e o Centro Popular de Cultura (CPC).

> Consegui, (...) entrar para a Faculdade de Nacional de Filosofia. Descobri a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Centro Popular de Cultura (CPC). Comecei a fazer teatro de rua, teatro engajado, político e o processo era dinâmico, às vezes o ensaio era à noite ou na hora de ir para a rua. Os palcos eram os terminais de ônibus ou a Central do Brasil na hora do *rush*. Os cenários eram caixotes de frutas e legumes que carregávamos. Muitas vezes a polícia chegava e baixava o pau, armava um corredor polonês e não tinha como escapar sem algumas cacetadas. Tudo pela revolução sonhada! A essa altura eu já estava, há muito tempo, fora da Juventude e era do Partido Comunista, do Núcleo do CPC. (SANTOS, 2008, p. 25)

O CPC foi formado em 1962, no Rio de Janeiro, e composto por um grupo de intelectuais e artistas de esquerda em colaboração com a União Nacional dos Estudantes. Ele reuniu intervenientes de distintas procedências: teatro, música, cinema, literatura, artes plásticas etc. Seu principal objetivo era criar e divulgar uma "arte popular revolucionária." Pensada como um instrumento privilegiado de conscientização e mobilização e, assim, de transformação social. Nesse sentido, o CPC defendia o aspecto coletivo e didático da obra de

arte e o papel engajado e militante do artista. Paralelamente, a UNE Volante, integrando membros cepecistas em suas viagens, foi responsável pela divulgação do movimento, tanto junto às organizações estaduais de estudantes, quanto às associações de camponeses e operários. Os recursos eram obtidos, sobretudo, com as vendas e/ou a apresentação de sua própria produção, isto é, peças de teatro, músicas, livros, revistas e etc. O teatro da UNE foi inaugurado pouco antes o golpe militar de 1964. No início de abril, sua sede foi incendiada e o conjunto dos CPCs foram fechados (FERREIRA & GOMES, 2014). Em sua obra autobibliográfica, Thereza narrou sua experiência nesses grupos artísticos:

> Eu era uma espécie de tarefeira, "pau para toda obra", pois além de fazer teatro de rua, fazia panfletagens e corria atrás de compradores para as poltronas do teatro que estava sendo construído na sede da UNE. Com relação às poltronas do teatro, com a ajuda de Oswaldo Aranha Filho vendi cerca de 90% da primeira lotação e já estava vendendo a segunda quando veio o 31 de março. No dia 31 de março, depois de fugirmos pelos fundos do prédio e cair numa lavanderia, dei a volta pela Rua do Catete e voltei para frente da UNE que estava em chamas. Chorava desesperada por ver todo o trabalho e os sonhos destruídos. Na UNE-Volante, durante o período das férias viajávamos pelo Brasil afora levando teatro e debates para estudantes; nos aviões da PANAIR eu passava o tempo de vôo costurando buracos das meias dos dirigentes da UNE. Aliás, costurei muitos buracos das meias dos rapazes que hoje estão no cenário político nacional. (SANTOS, 2008, p. 26-27)

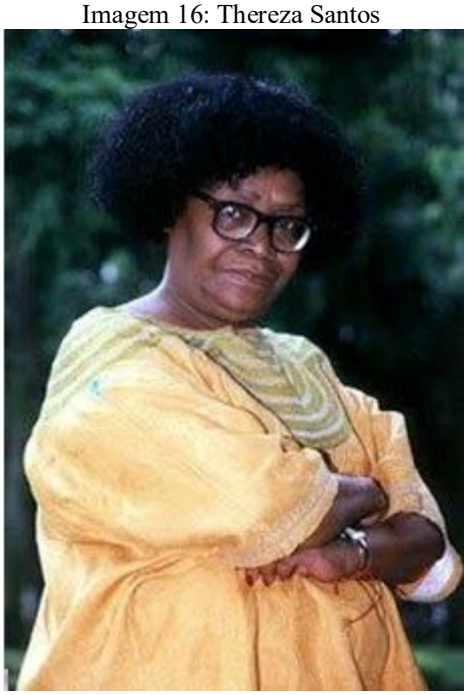
Apesar de sua importante atuação, considerando que no período universitário Thereza já havia deixado a Juventude e, no prosseguimento de sua militância, havia se tornado membro do Partido Comunista, ela relatou novamente sobre as dificuldades em abordar a temática racial com os membros das organizações de esquerda. Além disso, Thereza declarou a predominância, em seu interior, de militantes de origem branca e das classes médias altas intelectualizadas, conquanto a filósofa narre mais adiante a fusão entre esse grupo social e os moradores das favelas, principalmente no que concerne às atividades visando arrecadar dinheiro para o PCB organizadas pela militante nos diferentes espaços culturais do Rio de Janeiro. Este percurso gera-nos, novamente, possibilidades de pensar que as mulheres negras agiam enquanto sujeitos políticos da luta de classe no Brasil.

> Tentava mais uma vez trazer à discussão a questão racial, mas a visão era a mesma, tentavam me convencer de que era uma questão social. Aliás, a esquerda brasileira só muito recentemente assumiu que existe uma questão racial no Brasil. Na verdade, ela sempre se escondeu atrás da questão social para não assumir o preconceito. Eram filhos e membros da classe média alta, moradores da zona sul do Rio de Janeiro, e, assim, a questão racial não era uma questão deles, era um problema secundário e quase um tabu. Ao provocar a questão tornava-me antipática, pois eles estavam preocupados com questões maiores: a revolução. (...) A cada vez, eu tinha que ouvir que estava me desviando do foco de luta. (...) Custei a descobrir o viés do preconceito que permeava nossa relação no CPC. Na verdade, Haroldinho, Jorge Coutinho e eu servíamos muito mais para dar uma cor ao local, uma "pitada de cor" naquele mundo branco, pois, além de negros, éramos moradores da zona norte, de classe média baixa, nada tínhamos a ver com eles, e seria demais querer que a visão socialista deles nos colocasse no mesmo pé de igualdade. (Ibidem, p. 25-26).

De fato, Thereza criticou a posição assimétrica dos grupos sociais nas relações de poder, assim como as estratégias de outros militantes do partido para mantê-la num lugar silenciado, impedindo assim que sua opinião sobre os diferentes assuntos fosse catalogada nos documentos produzidos pelas organizações de esquerda. Na realidade, a fala, ou seja, a humanidade dos negros, segundo a visão de Thereza, era inescrupulosamente recusada.

Reivindicar o "ponto de vista" ou o "lugar de fala" – entendido aqui como um recurso para ressair as inúmeras conjunções causadoras das desigualdades e das hierarquias que alocam as experiências de determinadas coletividades às esferas inferiores da sociedade e que, da mesma maneira, faz com que seus saberes e suas vozes também o sejam (RIBEIRO, 2017) – era, dessa forma, o que Thereza já vinha praticando desde o final dos anos 1950, uma vez que a filósofa, no início de sua militância, empreendeu diferentes métodos, por vezes (verbalmente) violentos, para infringir essas imposições opressivas, provocando assim, como citado por Ribeiro (Ibidem), certo incômodo. O ponto de partida de uma argumentação ou raciocínio de um indivíduo subalternizado, sobretudo na conjuntura dos movimentos sociais, explicita um lugar que não lhe é autorizado e, logo, o narrador transgride a posição cômoda e confortável de outros indivíduos historicamente vistos como legítimos para ocupá-los, os quais, além de tudo, julgam-se atribuídos do direito de falar em nome dos outros, ao mesmo tempo em que os últimos permanecem silenciados.

Imagem 16: Thereza Santos



Fonte:http://movimentonegrounificadomnu.blogspot.com/2013/01/obituario-para-uma-guerreira-adomairo.html

O fato de os negros não terem tido as oportunidades estruturais para acessar os espaços políticos de modo igualitário, gerou (e ainda gera), por certo, uma real dificuldade para esse segmento da população impor nas suas dinâmicas intelectuais e militantes suas produções e epistemologias. Djamila Ribeiro (2017, p. 73), ao citar a autora indiana Spivak e o autor francês Foucault, descreve sobre a concordância de ambos em "pensar a existência de um sistema de poder que inviabiliza, impede e invalida saberes produzidos por grupos subalternizados". Isso posto, a filósofa negra brasileira (Ibidem), parafraseando a autora negra estadunidense Patrícia Hill Collins (2008), afirma que o objetivo da teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala seria então compreender as condições sociais (ou *locus* social) que compõem um grupo e as experiências que os indivíduos compartilham enquanto membros desse grupo. A partir da elaboração de análises políticas críticas às mulheres negras, visto que suas narrativas enquanto coletividade designada à condição do Outro são obrigatoriamente geradoras de conflitos, Thereza e suas semelhantes expõem ideias e verdades desagradáveis conseguindo, segundo Ribeiro (2017, p. 70), "romper com o regime de autorização discursiva." Em outras palavras, seus pensamentos produziriam instrumentos capazes de contestar a visão de uma pretensa universalidade e, assim, anular a continuidade das manifestações permitidas e únicas. A autora contemporânea (Ibidem), em conclusão, configura ser este o principal motivo para explicar as significativas recusas ainda atuais das pessoas brancas em ouvir, e o princípio da realidade segundo o qual, muitas vezes, posicionar-se contra o discurso hegemônico pode trazer como consequências imediatas diferentes formas de castigos e represálias.

Nesse sentido, Thereza Santos denunciou no seu relato autobiográfico a negação sistemática do seu direito de se exprimir, o que ocorria tanto no núcleo partidário quanto no CPC. Quando intervinha nas reuniões era interrompida, e sua opinião era julgada ineficaz ou alguém se sentia no direito de emiti-la em seu lugar, considerando que, na perspectiva de seus camaradas, ela obrigatoriamente deveria pensar de modo semelhante ao conjunto do grupo. À vista disso, a filósofa disse ter imposto com firmeza seu ponto de vista. Por fim, Thereza expôs a ausência de pesquisas sobre a participação política dos negros na UNE e no CPC, mas também no conjunto de temáticas que investigam o período da ditadura civil-militar.

> Muitas vezes percebia o paternalismo mal disfarçado na postura de desqualificar nossas opiniões ou de emitir opiniões em nosso lugar. Creio que nós três acreditávamos tanto na luta que nos recusávamos a perceber a verdade. Algumas vezes, em reunião do núcleo partidário, quando eu abria a boca para falar acontecia a mesma coisa que no CPC: alguém me interrompia. Para dizer que não precisava falar porque eu pensava como eles e votava como eles, um dia virei a mesa e deixei claro que não era "vaca de presépio" e que iria externar minha opinião. Foi um Deus

> nos acuda. A "crioulinha" resolveu se rebelar, mas valeu, porque passaram a me olhar com outros olhos e a ter cuidado ao falar da questão negra, mas, dentro, é claro, do que eles podiam conceber como respeito a alguém que fazia parte da tribo, mas não era da tribo. Hoje, a UNE e o CPC rendem dezenas de livros escritos pelos "revolucionários" que passaram por lá até o dia 31 de março de 1964; mas em nenhum deles houve qualquer menção aos três negros que lá estavam até o momento final. (...) Na verdade, para esta gente nós éramos invisíveis. Na sociedade fomos esquecidos, e na hora de dividir as glórias estávamos de fora. (SANTOS, 2008, p. 26-27)

Mantendo-se enquanto membro do Comitê Estadual do Partido, apesar de ter retratado com insistência na sua autobiografia o desinteresse das organizações de esquerda em tratar a questão da discriminação racial, Thereza se voltou para os movimentos de mobilização política e cultural dos negros.

> Deixei aquele grupo para trás e procurei um lugar onde pudesse lutar pela minha causa, cada dia mais clara na minha cabeça. Passei anos acreditando que tínhamos uma causa em comum, mas a causa deles não incluía o negro, e na minha busca por uma sociedade mais justa o negro era parte vital frente à situação de miséria, discriminação e preconceito que vivia e vive, e eu era parte daquela realidade. A esta altura já estava como tarefeira do Comitê Estadual do Partido, porque, embora tenha me afastado do grupo do CPC, continuava no Partido. Não participava mais de qualquer célula e recebia as tarefas direto da direção. Estava um pouco perdida na minha luta racial e buscava caminhos que não incluíssem mais o Partido, embora permanecesse nele. (Ibidem, p. 27-28)

A partir de 1964, com o regime militar em vigor, Thereza Santos informou ao partido comunista sua pretensão em coordenar uma frente de trabalho na escola de samba carioca Mangueira, a qual consistiu em propor aulas de português e matemática como reforço escolar, bem como aulas de pintura. Além disso, Thereza construiu com a colaboração da comunidade uma biblioteca e um teatro infantil. Com os adultos residentes do bairro que abrigava a escola de samba a filósofa organizou reuniões para debater a situação do local e, em seguida, promover estratégias políticas de intervenção. Por fim, devido ao seu grande empenho em organizar atividades inéditas, Thereza foi designada pelo presidente da Mangueira como Diretora Cultural.

Acreditava-se que estes espaços artísticos eram significativos veículos de otimização de uma narrativa politizada das experiências dos negros brasileiros, pois as escolas de samba eram, de acordo com Faria (2014, p. 31), "agremiações culturais sintonizadas com as discussões dos movimentos negros desde os anos 30 e 40, e efetivamente nas décadas de 1950 e 1960." As referências à história e à cultura dessas populações historicamente estiveram, em diferentes graus, presentes nos desfiles das organizações carnavalescas. Abordavam-se possíveis conexões entre a África, as senzalas, os terreiros e os morros cariocas. Os temas tratados eram inspirados no cotidiano de indivíduos comuns, e os sambas enredos

expressavam ideias de artistas originários da grande massa marginalizada ou com ela identificada. Ademais, seus propósitos estéticos e ideológicos, com efeito, dialogavam com as análises contemporâneas sobre as temáticas raciais estabelecidas pelos intelectuais comprometidos com a militância e a pesquisa.

As escolas de samba articulavam também com o Partido Comunista Brasileiro. Vários sambistas mantinham relações estreitas com seus dirigentes. Compreendida como um espaço frequentado sobretudo pelo proletariado, Guimarães (2009) observou como a organização política lhe manifestou um importante interesse. Dessa forma, propor atividades nas escolas de samba, investindo em particular na cultura popular, era uma das estratégias de diálogo com a classe operária proposta pelo PCB. Aliás, o jornal *Tribuna Popular*, já em 1946, no denominado Carnaval da Vitória, seguiu de perto o funcionamento das escolas de samba e seus barracões, os ensaios e as festas, sublinhando o quanto seus organizadores eram inventivos e talentosos e, ao mesmo tempo, o jornal denunciou as situações de miséria a que eram submetidos. Durante as campanhas eleitorais, nas ocasiões dos comícios, era comum convocar as agremiações culturais que, com suas músicas e seus artistas, instigavam as massas a virem ouvir os discursos dos líderes comunistas (Ibidem). Segundo a narrativa de Thereza, porém, o partido não acolheu com muito entusiasmo seu projeto educativo voltado para as crianças da escola de samba Mangueira. Ela declarou:

> Um dia comuniquei que iria abrir uma frente de trabalho em uma escola de samba, pois era lá, pelo menos naquela época, que estavam os negros. Frequentava ensaios nas escolas de samba, possuía muitos amigos sambistas e já estava apaixonada pela Mangueira, talvez por influência de Mãe Zica, Cartola e Nelson Cavaquinho, com os quais tinha feito amizade. Comecei a pensar em fazer um trabalho na Mangueira. No Partido, a reação foi de pessimismo e descrença. Não liguei, já não era mais um "boi mandado", sabia o que queria, por outro lado, não sabia o que iria fazer, só sabia que queria trabalhar com crianças. (...) Fui muito bem recebida pelo presidente, o Sr. Juvenal Lopes. (...) Ele abriu as portas da escola. Comecei a dar aulas de português e matemática como reforço escolar e de pintura (...). O Partido dizia que aquilo não ia dar em nada, mas não me deixei abater e prossegui. (...) Começamos a montar uma biblioteca (...). (...) E, quando vi, estava enturmada, recebendo de Seu Juvenal o cargo de Diretora Cultural, e isto ampliou meu trabalho. Começamos a fazer teatro infantil depois que levei a turma para assistir a alguns espetáculos. Com as mães fazíamos reuniões e discutíamos sobre a realidade do morro, em busca de caminhos para todos nós. (SANTOS, 2008. p. 29-30)

Na Mangueira, Thereza fundou um Departamento Feminino. Sua principal ação foi organizar festas para arrecadar dinheiro e contribuir com as despesas e, consoante seu relato autobibliográfico, essa seção composta por mulheres foi a primeira a ser constituída no interior de uma escola de samba. Paralelamente, enquanto militante comunista, e consciente da necessidade de obter recursos para o partido, Thereza projetou diferentes eventos musicais e teatrais e usou o espaço da escola de samba para o mesmo fim. Em relação à mistura de

diferentes classes sociais nos ambientes de lazer proporcionados por militantes comunistas, esses eventos foram retratados pela filósofa e teatróloga como um momento privilegiado. Como observa Gawryszewski (2011), o carnaval e as escolas de samba eram utilizados pela organização de esquerda como parte constituinte de sua política ideológica. As festas eram percebidas como vias substanciais para agregar os militantes, simpatizantes e pessoas comuns, além de contribuir para a obtenção de fundos financeiros. Elas eram divulgadas nos jornais, cujos órgãos publicavam convites ilustrados de bailes, espetáculos, piqueniques, churrascos, eleição da rainha do carnaval ou da imprensa comunista etc. Sobre as manifestações que coordenou, Thereza escreveu:

> Um dia, (...) sugeri que fosse criado um Departamento Feminino na Mangueira. Imediatamente colocamos em prática e a Mangueira foi a primeira escola a ter um departamento feminino. Éramos quinze diretoras e trinca e cinco recepcionistas. Organizamos festas para pagar despesas de água, luz e telefone. A mangueira naquela época era pobre. (...) Fiz um grupo enorme de amigos (...). Era a minha gente. Continuava com meu trabalho político no Partidão, e como eles não acreditavam no trabalho da escola e nem o apoiavam, eu separava bem uma coisa da outra. No entanto, continuava tarefeira, principalmente para levantar dinheiro (penso hoje que eles achavam que eu tinha esta obrigação). Inventei festas na Gafieira Estudantina, onde levava, toda terça-feira, um grande nome da música ou do teatro. A festa fervia de gente, principalmente da zona sul, fazendo a maior mistura de cafetões, prostitutas, empregadas domésticas, jornalistas, artistas e a esquerda festiva. Pobres e pretos, em geral, com a juventude e os intelectuais da classe média alta. (SANTOS, 2008, p. 32-33-35)

As escolas de samba, importantes elementos de agregação da população favelada, tornaram-se progressivamente um espaço de luta, sobretudo, com o predomínio de militantes comunistas. Lembrando que considero neste trabalho que provavelmente os últimos também eram negros. Dessa forma, após o golpe civil-militar de 1964, elas foram fortemente perseguidas e interditadas de pôr em prática certas ações sociais, educativas e culturais (GAWRYSZEWSKI, 2011). Também Thereza foi vítima de uma intervenção armada violenta exercida pelos policiais. Na sua autobiografia, ela afirmou que a corporação militar descobriu qual era a verdadeira finalidade de seus eventos e, sem demora, decidiu realizar diferentes atos de intervenção. Em certa ocasião, eles entraram com os revólveres em punho. Thereza decidiu reagir, mas foi impedida por um amigo que compreendeu previamente sua possível atitude. De todo modo, sua atividade na Mangueira foi julgada subversiva e isso a fez então ser constantemente vigiada pela repressão. Em 1969, ela foi detida e durante alguns dias interrogada. Após ser liberada, Thereza optou pelo exílio interno e se refugiou na cidade de São Paulo. Por fim, a militante política citou no seu relato algumas situações de corrupção entre os membros da organização partidária.

> A polícia logo descobriu qual era o objetivo e aí começou a invadir a festa. Um dia, em um recital de poesia (...), com o local superlotado, chegaram dois oficiais do Exército, de revólver em punho. Eu, louca de pedra, fui para cima deles. Meu amigo Claudio Amaral percebeu minha loucura e me segurou a tempo, me fazendo voltar à razão. Eu estava fazendo exatamente o que eles queriam para começar a atirar. Fui carregada para fora da gafieira, e quando a pessoa que ficava na portaria e vendia os ingressos, um funcionário da própria gafieira, percebeu o que estava acontecendo, colocou todo o dinheiro em um saco de papel e me aguardou no meio da Praça Tiradentes. Foi uma das maiores lição de honestidade que vi na vida: uma pessoa que recebia um pagamento irrisório para passar a noite trabalhando por uma causa que ele nem sabia o que era. Em compensação, descobri logo depois que o dinheiro que era arrecadado nestas festas nunca chegou ao Comitê Estadual do Partido, pois era dividido com a pessoa encarregada de recolher o dinheiro. Esse mesmo funcionário recolhia o dinheiro arrecadado por mim e Sônia Brandão de Brandão e mais uns dois membros do Partido. Passei uma temporada da minha vida contribuindo para o bolso de três salafrários que falavam o tempo todo na luta pela causa do proletário. Foram cinco anos. Infelizmente em 1969 tive que sair, ou melhor, fugir do Rio de Janeiro e, assim, me afastar do meu trabalho na Mangueira. A partir deste dia a repressão não me deu mais sossego e, logo depois, fui pega pela Polícia Política da Marinha (CENIMAR). (SANTOS, 2008, p. 34-35-36)

A partir de 1969, devido às suas atividades educativas e culturais na escola de samba carioca Mangueira, Thereza começou a ser perseguida pelos órgãos de repressão e, naquele ano, foi presa pela Polícia Política da Marinha (CENIMAR). Sobre esse episódio, tendo em vista seu longo histórico de ativismo e seu importante papel na organização de esquerda, ela relatou fatos singulares de prisão em regime semiaberto. Na verdade, a filósofa disse que inicialmente houve uma certa incerteza quanto à sua participação política, o que ocorreu por efeito da diferença do seu nome de batismo e seu nome usual artístico. Com essa dúvida, e considerando, segundo a narrativa de Thereza, o caráter elitista das Forças Armadas, que pensavam ser pouco provável a agência de uma mulher negra, somente algumas horas depois da prisão foi decretada sua liberação. Todavia, antes de se retirar do CENIMAR a comunista foi reconhecida por um oficial que pode avaliar a dimensão de sua trajetória política. Logo, Thereza foi novamente detida.

No que concerne à prisão, o tratamento que lhe foi atribuído era diferenciado. De acordo com suas palavras, os militares não a via como um real perigo para o regime em vigor. Por esse motivo, Thereza não foi posta “atrás das grades”. Todas as manhãs, às 7:00 horas, os policiais buscavam-na em sua residência; durante o dia mantinham-na sob interrogatório; e pela noite, às 22:00 horas, deixavam-na em casa. No decorrer do inquérito, ela era infantilizada, ou seja, julgada incapaz de pensar e agir por si própria. Certamente, os órgãos repressivos objetivavam obter nomes e endereços, mas, ao mesmo tempo, supunham ser Thereza pouco esclarecida sobre esses dados. Em momento algum, consoante a opinião da filósofa, era esperado que indivíduos pertencentes ao seu gênero, raça e classe, fossem

autênticos líderes dos movimentos de resistência. Para Thula Pires (2018, p. 1056), tratava-se da "incapacidade de atribuir humanidade a corpos que habitam e representam a zona do não ser." Thereza Santos, consciente da visão racista da corporação militar, fez-se de desinformada e, após dez dias sob sua autoridade, quando as forças de ordem empenharam-se na repressão da guerrilha em Angra dos Reis e não foram mais até a sua moradia, a militante aproveitou o descuido e fugiu para São Paulo.

> Houve certa confusão com o nome Jaci, que é o meu nome verdadeiro. Eles estavam me liberando, quando um oficial entrou na sala e me reconheceu, pediu que esperasse um pouco, voltou cerca de quinze minutos depois com meia dúzia de pastas com todo meu dossiê, que não era pequeno. E perguntaram: "como vai Thereza Santos?" Pela primeira vez na minha vida, tive que considerar a bendita da discriminação racial. Como eles não podiam conceber que uma negra estivesse na luta por vontade própria, trataram-me com paternalismo. De forma diferente, não me colocaram atrás das grades, me pegavam todos os dias às sete horas da manhã em casa e me levavam para o CENIMAR até às 22 horas. Passava o dia sob interrogatório. Logo percebi o jogo e comecei a me fazer de idiota. Eles tentavam me cooptar e me obrigar a dar nomes e locais, mas a negra idiotizada pelas circunstâncias ia dando respostas estapafúrdias. Depois de dez dias nesse vai-e-vem, estourou a guerrilha em Angra dos Reis e eles não foram me buscar. No segundo dia que isso aconteceu fugi para São Paulo. (SANTOS, 2008, p. 36)

Em São Paulo, Thereza atuou em renomadas peças de teatro e em telenovelas. Substituiu, inclusive, a célebre atriz negra Ruth Pinto de Souza, a qual, em conjunto com o Teatro Experimental do Negro (TEN), fez sua estreia em *O imperador Jones*, de Eugene O'Neill, em 8 de maio de 1945, no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Paralelamente, Thereza continuou com suas atividades no teatro engajado. Organizou eventos artísticos nas escolas, em especial naquelas localizadas nos subúrbios cariocas. Consoante seu raciocínio, o objetivo na cidade atual era, em particular, realizar ações culturais voltadas às populações desfavorecidas.

> Em São Paulo, (...) consegui logo um emprego: substituir Ruth de Souza na peça O milagre de *Anne Sullivan*. Logo depois consegui um papel na novela *Nino o Italianinho (*...) Já tinha como me sustentar. (...) Partimos para fazer teatro nas escolas. (...) Uma vontade imensa de fazer teatro popular. Não pensava mais em meu nome cercado de luzes em fachadas de teatro. Eu tinha amadurecido bastante e compreendia a importância de fazer um teatro despretensioso, voltado para a periferia que não tinha acesso aos teatros e aos chamados grandes atores. Trabalhávamos basicamente com textos de autores nordestinos, (...) porque tinha a linguagem que precisávamos para nossos objetivos. (Ibidem, p. 39)

O TEN foi fundado em 1944, na cidade do Rio de Janeiro,[155] pela assistente social, jornalista, professora e ativista antirracista Maria de Lurdes Vale Nascimento, na companhia do ator e ativista Abdias do Nascimento e, quatro anos depois, foi criado seu principal canal

[155] Podemos citar ainda para o mesmo período a criação do Teatro Popular Brasileiro (1943), na cidade de Rio de Janeiro, a criação da Associação dos Negros Brasileiros (1945), na cidade de São Paulo, a criação da União dos Homens de Cor (1943), na cidade de Porto Alegre e com ramificações em 11 estados da federação.

de comunicação – o jornal *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. Nesse periódico, Maria Nascimento dirigiu a coluna *Fala a Mulher* (1948-1950).

A ideia inicial do Teatro Experimental do Negro era formar uma companhia de produção teatral composta apenas por atores negros. Na página introdutória da edição de nº 1, do ano de 1948, no artigo intitulado *Há preconceito de côr no Teatro?*, foi publicada uma entrevista com o autor Nelson Rodrigues, o qual foi solicitado para inaugurar a discussão sobre o racismo no campo artístico brasileiro. Diante da questão, *A que atribue o afastamento do negro ou mestiço dos nossos palcos?*, Nelson Rodrigues respondeu:

> Acho, isto é, tenho a certeza de que é pura e simples questão de desprezo. Desprezo em todos os sentidos, mas físico, sobretudo. Raras companhias gostam de ter negro em cena; e quando uma peça exige o elemento de côr, adôta-se a seguinte solução: brocha-se um branco, "Branco pintado"- eis o negro do teatro nacional. Claro, não devemos contar uma ou outra exceção. Mas isto não constitui uma regra. É preciso uma ingenuidade perfeitamente obtusa ou uma má fé cínica para se negar a existência do preconceito racial nos palcos brasileiros. A não ser no Teatro Experimental do Negro, os artistas de cor, ou fazem moléques gaiatos, ou carregam bandeja ou, por último, ficam de fora. Por que essa situação humilhante? Vejamos alguns dos motivos mais nítidos. Em primeiro lugar, substima-se a capacidade emocional do negro, o seu impeto dramatico, a sua força lirica e tudo o que ele possa ter de sentimento trágico. Raros admitem que ele possa superar a molecagem e a cachaça. Mas tais preconceitos nada representam diante do preconceito maior e mais irredutível que é o da côr. Qualquer artista branco toma café com um colega negro, e brinca e diz piada. Mas isto não implica, evidentemente, numa igualdade que nunca existiu e que ninguem parece disposto a admitir. (QUILOMBO, 09/12/1948, p. 01)

Nas suas iniciativas cotidianas essa organização social negra articulava arte e educação, uma dimensão metodológica que priorizava a temática teatral como estratégia para conscientização e emancipação da população negra. Dentre as diversas atividades promovidas por esse grupo, sobressaem os cursos de alfabetização, as aulas de teatro, música, dança e artes plásticas, os saraus literários com escritores negros e brancos (nacionais e internacionais), as palestras e seminários com acadêmicos e artistas, os concurso de estética para mulheres negras ("Rainha da Mulata" e "Boneca de Pixe"). Gradualmente, porém, o TEN adquiriu um caráter mais amplo e, durante sua permanência na legalidade assumiu outras funções: Comité Démocratico Afro-Brasileiro (1945), Convenção Nacional do Negro (1945 e 1946), jornal *Quilombo* (1948-1950), Instituto Nacional do Negro (1949), I Conferência Nacional do Negro (1948), II Conferência Nacional do Negro (1949), I Congresso do Negro Brasileiro (1950), Semana de Estudos sobre Relações de Raça (1955), Museu de Arte Negra (1968), etc. (PEREIRA, 2010) Na edição de nº 1, o jornal declarou que seu programa é "trabalhar pela valorização e valoração do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico," e para tal fim, ele propôs

> lutar para que, enquanto não fôr tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais do ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares. (QUILOMBO, 09/12/1948, p. 03)[156]

Na sua pesquisa sobre o período de redemocratização, em 1945, e sobre os movimentos negros organizados nesse contexto histórico, Antônio Sérgio Guimarães (2002, p. 93) afirma a indubitável importância do TEN:

> De fato, os propósitos de integração do negro na sociedade nacional e no resgate da sua auto-estima foram marcas registradas do Teatro Experimental do Negro. Através do teatro, do psicodrama e de concursos de beleza, o TEN procurou não apenas denunciar o preconceito e o estigma de que os negros eram vítimas, mas, acima de tudo, oferecer uma via racional e politicamente contruída de integração e mobilidade social dos pretos, pardos e mulatos.

Uma premissa que se fundamentava principalmente no acesso à educação. Contudo, a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro também integrava a perspectiva política de emancipação, tendo em vista a inserção no mercado de trabalho (na medida em que pretendia oferecer cursos profissionalizantes), o combate ao racismo e a construção de uma identidade negra positiva. Ela consistia num projeto popular destinado à formação da massa trabalhadora e, por isso, contou com a participação de operários, empregadas domésticas, autônomos e até mesmo modestos funcionários públicos. Desde 1944, um número importante de mulheres que trabalhavam como domésticas se inscreveu nas aulas de teatro e de alfabetização (CEVA, 2006).

Em 1950, no interior do Teatro Experimental do Negro, Maria Nascimento criou o Departamento Feminino, também denominado Conselho Nacional de Mulheres Negras, no qual contou com a colaboração das atrizes Ruth de Sousa e Léa Garcia,[157] da bailarina Mercedes Baptista,[158] da advogada Guiomar de Mattos e outras. Essas ações concretas – algumas vezes tão somente pensadas, sem efetivamente sair do papel – representavam uma alternativa *sine qua non* para quiçá obter a igualdade plena no interior da sociedade dominante.

---

[156] Outras missões também são definidas no programa do TEN. Entre elas estão: "colaborar na formação da consciência de que não existem raças superiores nem servidão natural, conforme nos ensina a teologia, a filosofia e a ciência; esclarecer ao negro de que a escravidão significa um fenômeno histórico completamente superado, não devendo, por isso, constituir motivo para ódios ou ressentimentos e nem para inibições motivadas pela côr da epiderme que lhe recorda sempre o passado ignominioso; combater os preconceitos de côr e de raça e as discriminações que por esses motivos se praticam, atentando contra a civilização cristã, as leis e a nossa constituição; pleitear par que seja previsto e definido o crime de discriminação racial e de côr em nossos códigos, tal como se fez em alguns estados de Norte-América e na Constituição Cubana de 1940." (QUILOMBO, 09/12/1948:03)

[157] Léa Garcia foi uma atriz negra brasileira que atuou no teatro, no cinema e na televisão.

[158] Mercedes Baptista foi a primeira negra a integrar o corpo de baile do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

> Instalar-se-á no próximo dia 08 do corrente, 5º feira, as 10 horas, à rua São José, 110- 1º andar, o Conselho Nacional das Mulheres Negras. E o departamento feminino do Teatro Experimental do Negro, que se acha em organização sob a orientação da sra. Maria Nascimento. O trabalho do Conselho será uma tarefa árdua a necessitar da colaboração de tôda mulher preta ou branca. Um dos seus objetivos é a criação imediata de escolas de Artes Domésticas, cursos de alfabetização, associação profissional das domésticas etc. Também a educação da infância: curso de canto, música, teatro de bonecos e dança. Para esta solenidade estão convidados sem distinção de sexo, todos aqueles que se interessam pela elevação educacional, cultural e econômica da mulher negra. (A MANHÃ, 12/05/1950, p. 02)

Em 1944, Ruth de Souza decidiu estudar artes cênicas e ingressou no TEN. Em 1948, ela atuou no cinema em *Terra violenta,* inspirado do romance *Terras do Sem-Fim*, de Jorge Amado. Nos anos 1950, a atriz recebeu bolsa de estudo da Fundação Rockefeller e partiu estudar na Universidade Harvard, em Washington, e na Academia Nacional do Teatro Americano, em Nova York, nos Estados Unidos. Por sua interpretação em *Sinhá Moça*, Ruth tornou-se a primeira atriz brasileira indicada ao prêmio de melhor atriz num evento internacional de cinema: *O Leão de Ouro*, no Festival de Veneza de 1954. Em 1959, protagonizou em *Oração para uma Negra* de William Faulkner, no Teatro Bela Vista, em São Paulo. Em 1968, a atriz integrou o elenco da TV Globo. Na empresa foi a primeira atriz negra a atuar como protagonista em uma novela: *A Cabana do Pai Tomás* (1969) (JESUS, 2004).

Nesse período, em São Paulo, Thereza conheceu também o artista e cientista social Eduardo de Oliveira e Oliveira. Sem dúvida, nos anos 1960-1970, o ativista negro e homossexual tornou-se na capital paulista uma das figuras mais influentes na cena cultural e política. No campo da sociologia, o intelectual objetivou pensar pesquisas na área das Ciências Sociais direcionadas diretamente às problemáticas da experiência negra. Isto é, ele visou conceber uma "ciência para o negro" ou "Sociologia Negra" (TRAPP, 2018). Seu projeto, por um lado, apresentou uma análise em torno do "lugar epistêmico do negro como sujeito do conhecimento" (TRAPP, 2018, p. 199) e, por outro lado, orientou um debate crítico com a Escola Sociológica Paulista, o Movimento Negro brasileiro e referenciais dos African American Studies dos Estados Unidos. O trabalho de Oliveira foi, assim, considerado um suporte para a elaboração dos princípios teóricos dos pesquisadores e militantes das lutas antirracistas dos anos 1980. Posteriormente, Eduardo de Oliveira foi o primeiro vereador negro da cidade de São Paulo. No que concerne ao início de sua amizade com o sociólogo, Thereza declarou:

> Conheci (...) Eduardo de Oliveira e Oliveira, um sociólogo, negro, preocupado, como eu, com a questão do negro. O encontro com Eduardo de Oliveira e Oliveira foi promissor para nós dois, pois tínhamos em comum, como: visão da questão do negro no Brasil pelo mesmo ângulo; paixão pela arte, pela África e pela literatura; e, principalmente, o desejo de quebrar as estruturas da relação desigual da sociedade

> branca com a comunidade negra. Havia um entendimento claro, ou melhor, negro entre nós dois. Conversávamos muito e nossas cabeças fervilhavam de ideias. A primeira delas foi a de fazer um espetáculo sobre a história do negro no Brasil, do ponto de vista do negro. Fizemos o esqueleto do espetáculo e fomos escrevendo. Nesse período ríamos muito, não só por desconstruir a parte histórica que o Brasil oficial tinha convencionado que era a nossa história, mas também pelo pós-1888. Fazíamos grandes descobertas. (...) Sabíamos que haveria reações. Nossa posição era proposital, provocativa. Nosso objetivo era claro: queríamos que estes negros assumissem a realidade deles e descesse do mundo branco onde tentavam se pendurar. Enfim, queríamos despertar a consciência e a identidade deles. (SANTOS, 2008, p. 39-40)

Em seguida, Thereza narrou como foram realizados os diferentes processos até chegar na estreia do espetáculo:

> Eduardo assumiu a produção da peça, e como era muito bem relacionado usou o seu conhecimento para suprir a nossa falta de estrutura. Incansável e batalhador, conseguiu (...) o auditório do Museu de Arte de São Paulo e o projetor de *slides* que precisávamos (...), pois os *slides* era o cenário. (...) Não tínhamos nada, a não ser o grupo, uma enorme boa vontade e o compromisso com a luta de todos. Conseguimos com muita luta. Não tínhamos local para ensaiar; dávamos um jeito o local aparecia. O trabalho era simultâneo: elaborar o texto e ensaiar. Não podíamos nos dar ao luxo de parar com o grupo. Vitória! Depois de muita luta, conseguimos estrear. (...). Na Polícia Federal, depois de marchas e contramarchas, conseguimos liberar o texto. Na verdade, eles não acreditavam que negro pudesse fazer algumas coisas que fosse forte o bastante para abalar as estruturas da ditadura. (...) Estreamos o espetáculo. Foi um acontecimento na comunidade negra. Depois do espetáculo fazíamos debate com o público, era a nossa forma de fazê-los pensar e aprofundar a questão do negro. (SANTOS, 2008, p. 40-41-42)

Em 1971, Thereza e Eduardo fundaram o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). Seus princípios estéticos e ideológicos estavam respaldados na criação de uma identidade racial. Tratava-se de resgatar as experiências culturais e históricas do povo negro por intermédio da mobilização e, ao mesmo tempo, integrar-lhes os componentes de luta e resistência. Gérmen do movimento negro contemporâneo, o CECAN foi apresentado na obra de Silva (2012, p. 12) como a primeira organização da capital paulista "a trabalhar a ideia da negritude – isto é, a importância da consciência étnica –, afirmando a necessidade de que a redescoberta do negro, com base na recuperação do domínio cultural e histórico, faça-se cada vez mais sob a égide da identidade." Em 1971, no âmbito da entidade paulista, Thereza e Eduardo inauguraram a peça de teatro intitulada *E agora falamos... nós*.

Joana Ferreira da Silva (2012) acredita que na sua origem a organização cultural inspirou-se no TEN, embora posteriormente tenha experimentado algumas alterações em seus métodos bem como em seus projetos. Na sua primeira fase, entre 1971 até 1974, sua única atividade foi o grupo teatral, e suas estratégias de ação também visavam sensibilizar o branco para a condição subalterna do negro e o vigor do racismo; em seguida, depois de dois anos sem funcionar, entre 1976 até 1981, o CECAN tornou-se uma entidade com várias propostas

de atividades, e suas estratégias de ação, doravante, estavam exclusivamente voltadas para a comunidade negra. Além de se envolver com manifestações em favor de melhores condições sociais, o movimento cultural teve também como finalidade o compromisso com a valorização do negro e a luta contra o preconceito racial. O CECAN representou, dessa forma, a retomada do teatro negro na cidade de São Paulo.

As atividades de Thereza na organização negra não eram a princípio julgadas pelos órgãos de repressão como subversivas. Ela punha em prática um teatro com espetáculos engajados, os quais eram seguidos de palestras e debates críticos sobre a realidade do negro no Brasil. No entanto, o partido comunista optou por usar sua residência como refúgio para militantes clandestinos, uma decisão que, sob tom de denúncia na escrita autobibliográfica, foi relatado ter sido feito sem sua prévia autorização. Thereza já vinha sendo vigiada pelos agentes das forças de ordem, e essas novas obrigações de hospedagem tornaram-se suficientes para inculpá-la. A militante comunista, filósofa e artista, supunha que a sua exposição pública nas telenovelas de sucesso lhe garantiria certa proteção, mas obteve a informação de que para evitar maiores repercussões, os militares aguardariam somente o iminente fim das gravações para lhe dar voz de prisão.

> Criamos o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) e fomos ampliando o trabalho. (...) Começamos também a fazer palestras. Continuava a fazer novelas na TV Tupi para sobreviver e atuava no CECAN para desenvolver o que eu tanto queria: discutir a realidade do negro no Brasil, buscar caminhos e denunciar. Também continuava no Partidão. Não sabia, mas a Polícia Política acompanhava meus passos. Não tive problemas enquanto era visível apenas no meu trabalho com negros. No CECAN, fazíamos espetáculos, palestras e, principalmente, conversávamos muito entre nós. Mudei para um apartamento maior e começaram meus problemas. O Partidão resolveu usar minha casa para abrigar os companheiros que precisavam sair do Brasil clandestinamente. Claro que não me perguntaram se podiam! Eles agiam como se eu fizesse parte dos móveis e utensílios do Partido. No entanto, a repressão descobriu o esquema e, para completar, tive que organizar a delegação do Brasil para o Festival da Juventude na Alemanha. Estava fazendo a novela *Mulheres de Areia*, de Ivani Ribeiro. (SANTOS, 2008, p. 42-43-44)

A partir de então, Thereza entendeu que o exílio era novamente seu único recurso. Só que, dessa vez, para realmente escapar dos órgãos repressivos, foi previsto como destino um país estrangeiro. O partido pretendia enviar a filósofa para a União Soviética, porém, em diferentes ocasiões, Thereza já havia visitado esse país e, por fim, preferiu ir para a Guiné-Bissau.

A trajetória da militante nas organizações negras foi um marco para sua identificação com os processos de independência do continente africano. Moura (1982, p. 71), citado por Silva (apud 2012, p. 12), definiu o CECAN como "uma entidade que nasceu voltada para a África, como uma nova pátria, na base da diáspora negra e como a que congregou em seu

corpo social não apenas intelectuais, mas muitos negros de baixa renda." Em seguida, a mesma autora mencionou Gonzalez (1982, p. 30-31, apud Ibidem, p. 12) que, ao descrever sobre a criação do CECAN, mostrou "os acontecimentos internacionais: a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e as guerras de libertação dos povos negros africanos de língua portuguesa, influenciando os negros paulistas."

Os movimentos pela independência dos territórios ultramarinos portugueses foram, de fato, significativos. Tal processo iniciou-se em 24 de setembro de 1973,[159] com a declaração unilateral da República da Guiné-Bissau, um ato coordenado pelo Partido Africano pela Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC), o qual contou com o apoio direto de Cuba, China e União Soviética, tornando-se, dessa forma, após uma década de luta armada, a primeira colônia lusa no continente africano oficialmente autônoma. A soberania do país foi reconhecida pela comunidade internacional, todavia recusada pela potência colonizadora. Logo, Portugal continuou com a guerra e, somente em 10 de setembro de 1974, admitiu a independência da Guiné-Bissau. O primeiro presidente do país foi Luís de Almeida Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral.[160] Ele instalou um governo de inspiração socialista, projetando a anexação de Cabo Verde.

A ideia de participar da construção de uma sociedade igualitária, inspirada pelas teorias marxistas e, mais ainda, na terra de origem dos povos negros foi, sem dúvida, o motor da decisão de Thereza. Assim, por intermédio de diferentes amizades que consolidou com militantes africanos que residiram por algum tempo no Brasil, a militante entrou em contato com o responsável do PAIGC, Flávio Proença, e imediatamente obteve asilo.

> No início fiquei perdida, mas consegui perceber que a única saída era a fuga. Conversei com os companheiros do Partidão e pensaram em me enviar para a União Soviética. Eu já tinha ido lá umas quatro ou cinco vezes e não via a possibilidade de viver lá. Liguei para o Flávio Proença, responsável pelo Partido Africano pela Independência da Guiné Bissau e Cabo Verde no Senegal (PAIGC) (...). Expliquei a situação e imediatamente ele me ofereceu asilo. Preparei o plano de fuga. Após o final da gravação e a novela sair do ar teria uns dez dias. Porém, meu passaporte tinha validade ainda por uns vinte e cinco dias. Assim, embarquei para Senegal. Quando cheguei a Dacar, capital do Senegal, finalmente me senti a salvo. (SANTOS, 2008, p. 44-45)

---

[159] Desde 1961, organizações anticolonialistas africanas se reuniram na luta pela libertação política. A FRELIMO de Moçambique, o MPLA de Angola, o MLSTP de São Tomé e o PAIGC de Guiné Bissau e Cabo Verde formaram a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), cujos propósitos era propor uma estratégia comum para coordenar as ações pela independência das colônias portuguesas em toda a África. Pela entidade, os quatros grupos, em vários momentos, foram representados em eventos internacionais.

[160] Amílcar Lopes Cabral (1924-1973) foi um homem político e teórico marxista guineense. Em 1959, foi também o fundador da organização clandestina PAIGC. Em 1963, liderou a luta armada iniciada contra a metrópole colonialista, no sul da Guiné-Bissau. Em 1973, Amílcar é assassinado em Conacri. Após sua morte, a revolta popular se intensifica e a independência da Guiné-Bissau é autoproclamada.

Em 1974, Thereza desembarcou em Dacar, capital do Senegal. Na sua autobiografia, ela denunciou já nos primeiros instantes de sua chegada no país a ocorrência de uma agressão sexual, sendo tal atitude realizada pelo militante comunista que, a princípio, deveria acolher e oferecer asilo. Haja vista sua situação de vulnerabilidade em um território estrangeiro, posto que Thereza estava sozinha, insegura e impedida de retornar ao país natal, Flávio Proença tentou invadir seu quarto na casa do Partido. Diante do ato de violência, Thereza teve que reagir com energia e ameaçar denunciá-lo para a direção. No dia seguinte ao acontecimento, sem pedidos de desculpas, outro dirigente responsável pela segurança a encaminhou para um hotel. Sobre esse episódio a militante declarou:

> O camarada Flávio Proença, responsável pelo PAIGC no Senegal, estava me esperando no aeroporto. Fui levada para a casa do Partido. Depois de vários dias de tensão, finalmente pensei que iria conseguir uma boa noite de sono, ledo engano. O Flávio achou que uma mulher que viajava sozinha com certeza estava disponível e partiu para o quarto onde eu estava dormindo, queria unir o útil ao agradável. Tive de "armar um barraco" que acordou a casa toda e ameaçar levar o desrespeito dele à direção do Partido, na Guiné Conakry. Ele não esperava minha reação e com certeza acreditava que eu estava fragilizada por estar sozinha em um país estranho e sem poder voltar para o Brasil. (Ibidem, p. 47)

Thereza inaugurou suas atividades na Escola Teranga, um estabelecimento construído pela UNICEF. Ele estava situado na região fronteiriça entre o território guineense e o senegalês. Lá, trabalhou como professora do ensino primário e fundamental, bem como professora de teatro e dança para crianças e adolescentes órfãs de guerra. A escola era composta por membros próximos da família de Luís Cabral. Nesse sentido, ela afirmou ter se tornado amiga de Fátima Cabral e Iva Cabral, irmã e filha de Amílcar Cabral. Em entrevista ao jornal *O Globo*, em 1978, Thereza disse ter atuado a pedido do próprio chefe de governo.

> No início, passei um ano na fronteira entre a Guiné e o Senegal, numa escola da Unicef (órgão das nações unidas para a infância) para filhos de guerrilheiros e mortos na luta pela independência de Guiné. Trabalhei como professora primária e fazendo teatro, a pedido do presidente de Guiné, Luis Cabral. Em novembro de 1974, fui para Bissau, a capital do país, onde fundei a escola de teatro e montei algumas peças inclusive de minha autoria. (SANTOS, 1978, apud Rios, 2014, p. 76)

Em seguida, enquanto professora, Thereza presenciou um contexto de guerra. Havia crianças e adolescentes no maqui – descrito pela depoente como um "campo avançado de luta armada, local dos guerrilheiros" (SANTOS, 2008, p. 50) –, em razão da ausência de espaço na escola para abrigá-las. Assim, Thereza solicitou o direito de ir trabalhar junto àqueles que viviam em zona de confronto. Para isso, ela recebeu treinamento militar e adquiriu habilidades para manipular armas soviéticas, principalmente a metralhadora AK-47. Em seguida, a professora foi autorizada a lecionar para quarenta crianças do maqui durante alguns

dias de cada mês. Thereza foi três vezes. Nessa conjuntura, diante da iminente ameaça de agressão dos "tugas",[161] ela relatou ter vivido sob permanente tensão: "sentia muito medo de ataque (...). As condições eram as piores possíveis, tendo que dormir em barraca de campanha, de farda e grudada na metralhadora." (Ibidem, p. 51) Após algum tempo, quando o maqui se deslocou para um lugar mais distante, Thereza permaneceu exclusivamente com o trabalho na Escola Teranga.

Naquele estabelecimento, as condições de vida também eram precárias. A alimentação era insuficiente, sendo que quando acabavam as verbas das provisões, as quinhentas crianças sob a responsabilidade de Thereza, eram obrigadas a se nutrirem com produtos por vezes vencidos. Além disso, o acesso aos remédios era restrito e, por fim, o atendimento de saúde estava limitado a um só médico, o qual também compartilhava seu tempo com os habitantes dos maquis. Nesse cenário, quando houve uma epidemia – origem não identificada – na escola, os funcionários vivenciaram a perda de cinco crianças: "as que escaparam ficaram com sequelas, como paralisação do lado esquerdo e/ou problemas mentais." (Ibidem, p. 52)

Por outro lado, Thereza ressaltou o empenho dos estudantes em ordenar corretamente o trabalho da escola. "Os alunos eram de uma educação exemplar. Responsáveis, estudiosos, organizados e disciplinados a tal nível que, se saíssemos da escola por uma semana, esta continuaria funcionando." (Ibidem, p. 49) Os discentes tinham como função a gestão de diferentes atividades voltadas para o bom andamento da instituição: "tínhamos um comitê de alunos que cuidava de toda a organização, incluindo desde horários de trabalho, de aulas, até as compras de gêneros alimentícios." (Ibidem, p. 49) Com esse grupo, Thereza trabalhou até o final da guerra.

Em novembro de 1974 foi para Bissau, capital da Guiné. Naquela cidade interveio junto ao Ministério da Juventude e Desportos, espaço onde era previsto instituir o conjunto das atividades culturais da nova República. Nele, Thereza criou o Departamento de Cultura. Encarregada da parte ligada às artes cênicas e à dança, fundou a Escola de Teatro e montou algumas peças, inclusive de sua autoria.

Em janeiro de 1976, Thereza foi para Lisboa. Em Portugal, seu objetivo era regularizar sua documentação junto à embaixada brasileira. Thereza não tinha passaporte e o governo de Guiné não lhe foi de grande auxílio sobre isso. Ela havia decidido deixar o país, mas, de acordo com sua autobiografia, tal atitude lhe fora recusada. As autoridades desejavam

[161] Termo depreciativo usado para designar os portugueses.

a continuidade de sua permanência. Finalmente, com a ajuda de um amigo, Fidelis Cabral,[162] Thereza obteve "um salvo conduto que dava direito a quinze dias em Lisboa para tratamento de saúde para depois retornar a Bissau." (Ibidem p. 57) Apesar da ordem explícita de regresso, a militante anunciou que não a cumpriria. A principal razão era as situações de violência que vivenciou. Ela denunciou as agressões sexuais das quais ela e outras mulheres guerrilheiras frequentemente eram vítimas. No entanto, suas acusações foram ignoradas: "conversei sobre isso com o Presidente Luiz Cabral, que achou a coisa mais natural do mundo as tentativas de estupro, pois afinal eu era mulher." (Ibidem, p 57)

O processo de regularização em Lisboa foi sem sucesso. Contudo, em 24 de janeiro de 1976 Thereza chegou a Angola, somente dois meses após a nação ter se declarado independente. Ainda no mês de outubro do ano anterior, ela havia recebido uma melhor proposta de trabalho por parte de dois secretários do futuro presidente António Agostinho Neto. Assim, mediante a ajuda das autoridades do país africano, ela embarcou de Lisboa na primeira classe sem passagem, passaporte ou visto. Em Luanda, na capital, Thereza foi encaminhada para o hotel do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em seguida, foi apresentada aos principais dirigentes da organização. Desde sua chegada, ela assistiu ao desmoronamento do Estado colonial. No jornal *Versus*, Thereza afirmou que "os portugueses quando foram expulsos de Luanda destruíram o que achavam pela frente e jogaram no mar o que não podiam levar." (SANTOS, 02/1978, apud RIOS, 2014b, p. 76)

A independência do país africano ocorreu no dia 11 de novembro de 1975. O acontecimento político foi resultado de um conflito armado iniciado em 1961 entre as forças de libertação de Angola e o Exército de Portugal. Em janeiro de 1975, a metrópole colonizadora consentiu assinar o Acordo de Alvor. O documento garantia ao país a obtenção de sua soberania. Os principais grupos nacionalistas engajados no processo, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), junto com o Alto-Comissário Português, aceitaram formar um governo de transição. Alguns meses depois, Angola se torna autônoma.

Já em novembro de 1975, contudo, intensificaram-se as divergências entre as três correntes políticas nacionais. Ao mesmo tempo em que o MPLA, organização marxista

[162] Fidelis Policarpo Cabral de Almada foi um líder político guineense. Thereza o conheceu ainda no Brasil. Ele se formou em direito na Universidade de São Paulo (USP), com o apoio de uma bolsa oferecida pela Universidade de Dacar. No Brasil, tornou-se representante do PAIGC, agindo pela ampliação de sua propaganda e informação. Foi também por intermédio de Fidelis que Thereza entrou em contato com Flávio Proença.

comprometida desde 1956 com a luta anticolonialista, declarava a República Popular de Angola, a FNLA e a UNITA declaravam a República Democrática de Angola, instaurando, nesse sentido, dois governos antagônicos. De imediato, foi instituído um conflito geral pelo controle do poder. O MPLA transformou-se em um partido e sua legitimidade foi gradativamente reconhecida pelos países estrangeiros. Agostinho Neto, poeta e líder da organização de esquerda, assumiu a partir de então o poder. Seu projeto de governo era instaurar um sistema político de inspiração socialista. Em oposição, as outras forças políticas revolucionárias, o FNLA financiado pelos Estado Unidos e a Unita pelas África do Sul e pela China, permaneceram em posição de guerrilha. Foi nesta conjuntura de guerra civil que Thereza se instalou no país africano.

No dia 27 de janeiro de 1976, a artista iniciou suas atividades no Ministério da Educação e Cultura, junto ao poder instaurado pelo partido do MPLA. Inicialmente, ela foi designada como colaboradora da Diretoria de Ensino para elaborar o programa de Ensino secundário. Contudo, Thereza recusou o posto, sob o pretexto de não ter prática no campo da pedagogia, e solicitou um espaço nas áreas artísticas. No jornal *Versus*, declarou que "não tinha vocação para educadora, queria me dedicar mais ao trabalho cultural." (Idem, 02/1979, p. 42, apud RIOS, 2014b, p. 76) A teatróloga empenhou-se, então, no domínio que melhor lhe convinha, tendo sido nomeada desde janeiro assessora do ministro da educação, o revolucionário e poeta António Jacinto do Amaral Martins.[163]

Seu primeiro projeto foi denominado *Cinturão Cultural de Luanda*. Tratou-se de um grupo interministerial que tinha como função prestar um serviço envolvendo saúde, educação e cultura, para as aldeias e cidades em torno de Luanda. Simultaneamente, Thereza criou a Escola de Teatro, a Escola de Música e a Escola de Dança, além de constituir espetáculos de poesia e, mais tarde, produzir alguns espetáculos curtos para a televisão angolana. No jornal *Versus* declarou: "eu desenvolvia minhas funções no Ministério da Educação, ao mesmo tempo em que fazia pesquisa no interior do país, visando levantar materiais para o aniversário da independência" (Idem, 02/1979, p. 43, apud RIOS, 2014, p. 77) Reformulando diferentes formas de expressão artística, a brasileira estreou no dia 11 de novembro de 1976 o espetáculo *História de Angola*, que foi prestigiado com a presença de inúmeros chefes de Estado, primeiros ministros e outras autoridades nacionais e internacionais. No final, Thereza e seu

[163] António Jacinto do Amaral Martins (1924-1991) foi um poeta nacionalista angolano. Em 1955, ele foi um dos fundadores do Partido Comunista Angolano e, entre 1962-1972, foi preso por atividades políticas consideradas anticoloniais. No período anterior à independência dirigiu o Centro de Instrução Revolucionário do MPLA. Em seguida, António foi Ministro da Educação e Cultura (1975-1978) e membro do Comité Central do MPLA.

elenco, composto sobretudo por crianças, foram pessoalmente recebidos pelo presidente Agostinho Neto.

> Lá estava o homem que eu respeitava e admirava, Agostinho Neto, Presidente da República de Angola. Ele apertou minha mão, agradeceu e disse mais ou menos o seguinte: "Camarada Thereza, eu passei minha vida na luta e não pude frequentar teatros, mas se teatro é tudo isso que você e as crianças fizeram, isto te dá uma responsabilidade muito grande, porque vou esperar o segundo espetáculo que deverá ser ainda maior do que este. Como? Eu não sei, porque este foi maravilhoso. Não acredito que seja possível fazer ainda melhor." O Presidente dirigiu-se ao Ministro e disse para que ele combinasse comigo o dia em que poderíamos ir ao Palácio, porque ele queria fazer uma festa para a Escola de Teatro. Antônio Jacinto estava radiante, porque apostou no trabalho e dividia comigo e com as crianças aquela vitória. Em janeiro de 1977, (...) o Presidente da República baixou um decreto para que o espetáculo *História de Angola* representasse o país no II Festival de Arte Negra. (SANTOS, 2008, p. 62-63)

Em 1977, o espetáculo fez apresentações na Nigéria, na ocasião do II Festival de Arte Negra. Desde seu retorno em Luanda, o grupo partiu para realizar uma turnê no interior do país, pelo menos nas províncias onde era seguro a circulação de civis, isto é, de crianças e adolescentes, oferecendo, dessa forma, a obra nacional para a população mais desfavorecida. Na continuação de suas atividades, Thereza montou a peça intitulada *Liberdade*, um espetáculo composto por poesias, músicas e textos, e que pretendia discutir "o conceito de liberdade e suas implicações na vida da África, do ser humano." (Ibidem, p. 71) Por fim, a artista interveio como responsável pela totalidade do setor cultural, além de se tornar membro da comissão instaurada por Agostinho Neto, para organizar a Reunião da Unidade Africana, que estava prevista para acontecer em Luanda. Um de seus espetáculos mais suntuosos foi o *Comboio da Cultura*.

> Em homenagem às Forças Armadas criamos o "Comboio da Cultura". Os trens estavam todos parados no pátio, não tinham condições de funcionar no período em que a guerra estava às portas de Luanda e, depois, eram tantas as urgências que o transporte ferroviário não era prioridade. Havia a questão da recuperação dos vagões. Recuperamos alguns vagões melhores, na base de água, sabão e tinta, e o trem partiu de Luanda para algumas províncias do leste, no dia 1º de agosto, Dia do Exército. Seguia com um vagão restaurante, dois vagões dormitórios, dois vagões de carga para exposições, um vagão aberto que servia de palco para os *shows* e palestras e outro para distribuição de livros e milhares de sandálias de plástico, que conseguimos não sei como. Foram dez dias de viagem durante ida e volta. (Ibidem, p. 64)

Em compensação, sem citar nomes, Thereza denunciou sérios conflitos com brasileiros militantes de esquerda que se exilaram em Angola. Ela os acusou de sabotar seus primeiros eventos e, quando o sucesso se fez enfim evidente, ela lhes imputou um comportamento falso e mesquinho. Os mesmos indivíduos, que no momento anterior agiram no sentido de prejudicá-la, passaram então a bajulá-la. Afinal, Thereza era doravante uma

pessoa prestigiada e próxima do governo e, por isso, consoante suas palavras, tinha influência suficiente para determinar a expulsões de seus conterrâneos do território angolano (Ibidem).

De modo igual, a artista ficou extremamente abalada com as hostilidades e as segmentações no partido do presidente Agostinho Neto, além das consecutivas manobras golpistas, e os consequentes massacres e encarceramentos. Após a independência, o país permaneceu em conflito aberto. Os principais grupos que haviam combatido contra o sistema colonialista, disputavam doravante entre si o controle do país. Cada um deles era financiado por potências estrangeiras, dando ao conflito angolano uma dimensão internacional. Nesse espaço de tempo, vários atos de violência foram cometidos pelo MPLA, ações consideradas injustificáveis e que, consequentemente, atingiram seus alunos, seus amigos e seus companheiros de trabalho. Uma experiência excessivamente forte que afetou relativamente suas convicções socialistas (SANTOS, 1978, apud RIOS, 2014b, p. 78).

> Assisti da varanda de minha casa a uma matança estúpida por causa da fila para se inscrever no exército. Fiquei muito mal, não conseguia entender aquela matança estúpida. Apesar do toque de recolher obrigatório, estavam na rua para marcar o lugar na fila, pois seriam ameaçados de prisão se não se inscrevessem até o prazo, e os soldados semianalfabetos demoravam mais de uma hora para preencher uma ficha. Era a fila do desespero e a saída foi a bala. (SANTOS, 2008, p. 78)

Após esse episódio, Thereza decidiu retornar ao Brasil, embora desejasse continuar em Angola, pois tinha a certeza que seu trabalho obtinha excelentes resultados. Todavia, ela não teria mais ânimo e disposição para continuar no país. Fora as práticas de violência física, tal qual esse acontecimento relatado acima, Thereza também vinha sofrendo vários tipos de discriminações xenófobas. Em certa ocasião, foi impedida de participar de uma festa de despedida de um colega cubano por não ser de nacionalidade angolana. Ela declarou: "contribuí para a festa (...). Recebi como resposta que não poderia enviar a Violante ou a Isabel porque elas eram brancas. Aproveitaram para me dizer que eu era negra, mas não era angolana, e, portanto, eu também não deveria ir." (Ibidem, p. 77-78) Ademais, as autoridades nacionais pretendiam retirar da Escola de Teatro duas alunas consideradas não negras. Evidentemente, Thereza rejeitou a decisão. Na sua opinião, era impensável que crianças, independentemente de suas origens, fossem proibidas de frequentar seu espaço de formação teatral, o que gerou, sem demora, um desacordo entre sua gestão e a direção do partido. Um clima de tensão política e racial que já vinha se instalando desde 1976, quando Thereza estreou o espetáculo *História de Angola* e foi acusada de aceitar a participação de muitos atores não negros (Ibidem). No jornal *Versus* (Idem, 02/1978, apud RIOS, 2014b, p. 77), ela afirmou: "entre os meus 89 alunos, havia quatro brancos, e começou a haver pressões, eu acho

que bem de cima, apesar de o ministro da cultura também ser branco, para que as peças fossem representadas exclusivamente por negros."

Por fim, Thereza foi presa. Na verdade, a atriz nunca soube o real motivo desse ato, porém, ela acredita que isso ocorreu devido à sua recusa em expulsar os alunos brancos, mas principalmente por causa de seus protestos e solicitações para retornar ao Brasil. Após procurar o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, não tendo em sua possessão nenhum documento pessoal e com o objetivo de sair legalmente do país, apesar das várias solicitações na Embaixada do Brasil, ela foi detida e encarcerada na prisão de São Paulo, em Luanda.

> Um policial branco me interrogou, fazendo duas perguntas: "A camarada não gosta de Angola?" Resposta: "Gosto muito, por isso vim para cá e trabalhei aqui". "Então por que quer ir embora?" Resposta: "A situação política no Brasil está mudando e quero contribuir com esta mudança." Nada mais me foi perguntado. (SANTOS, 2008, p. 79)

Posteriormente, quando Thereza iniciou uma greve da fome na prisão, a mesma pessoa voltou a questioná-la sobre seu projeto de partida.

> Fui ficando debilitada, e o mesmo homem branco que me interrogava veio falar comigo na cela. Queria saber se eu estava disposta a voltar atrás e ficar em Angola. Respondi que depois de tudo que tinha acontecido eu não podia voltar atrás. Nada mais foi dito entre nós. Paradoxo: fugi do Brasil para não ser presa, no entanto sabia por que seria presa. Em Angola fiquei presa três meses e muitos dias, sem saber por quê. Qual seria a motivação, pensei que não saberia nunca. (Ibidem, p. 79-81)

Na prisão de São Paulo, Thereza permaneceu de março até o dia 25 de junho de 1978. Naquele dia, ela foi posta em um avião e conduzida até o Brasil. No dia 28 Thereza chegou ao Rio de Janeiro descalça, magra, com apenas a roupa do corpo e sem passaporte. Apenas desceu do avião, foi logo acolhida pela Polícia Federal, a qual lhe dirigiu para um interrogatório de oito horas (Ibidem). O retorno de Thereza ao Brasil foi marcado por consecutivas intervenções na imprensa carioca e paulista visando a denunciar as violências vivenciadas nos processos de independência dos países africanos, rompendo, assim, com as perspectivas idílicas e fantasiosas sustentada por alguns intelectuais e militantes negros.

> Thereza voltaria ao Brasil "com os olhos secos", como no verso do poeta revolucionário Agostinho Neto. Tinha visto a complexidade do processo de formação dos estados nacionais africanos contra o colonialismo português, confrontou-se com os conflitos de natureza étnica e racial e sentiu na pele a ascensão dos poderes repressivos para o estabelecimento do estado socialista. Repressão e prisão por motivos políticos, no entanto, não eram novidade para Thereza. Ao contrário, foi o temor de ser pega pela polícia política do regime dos generais um dos principais motivos que a fizeram deixar o país em direção à África. Militante comunista, a atriz Thereza Santos já tinha vivido, desde o Golpe de 1964, momentos conturbados, envolvendo fuga, prisão e arte, três vértices não raros na trajetória de militantes comunistas que viveram os tempos mais sombrios da Ditadura Militar. (RIOS, 2014b, p. 78)

Desde 1978, de volta ao Brasil, Thereza foi ativa na consolidação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Vale lembrar que o movimento antirracista contemporâneo havia sido fundado no mesmo ano, e um de seus principais organizadores era o CECAN. Em seguida, em 1983, Thereza participou da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo.

5 Mulheres negras na Guerrilha do Araguaia

Neste capítulo analiso a trajetória de duas mulheres negras que participaram na chamada Guerrilha do Araguaia: Helenira Resende de Souza Nazareth e Lúcia Maria de Souza. A guerrilha foi organizada pelo PCdoB, inspirado nas experiências bem-sucedidas da Revolução Chinesa, com o objetivo de promover no Brasil uma revolução socialista iniciada nas áreas rurais, executando a estratégia do "cerco das cidades pelo campo" (BRASIL, 2007a).

Helenira Resende de Souza Nazareth nasceu em Cerqueira César, Estado de São Paulo, em 1944. Na juventude atuou nos movimentos estudantis. Em 1965, iniciou o curso de Letras na Universidade de São Paulo, em São Paulo. Foi eleita presidente do Centro Acadêmico (CA) e, mais tarde, foi eleita vice-presidente da União Nacional dos Estudantes. Integrou inicialmente a Juventude Universitária Católica (JUC) e, em seguida, foi para a Ação Popular (AP). Em junho de 1967 foi presa e em 1968, no mês de maio, foi novamente vítima da repressão. Em outubro participou do conflito na rua Maria Antônia e, alguns dias depois, foi delegada eleita no 30º Congresso da UNE. Na ocasião, foi encarcerada pela terceira vez. Engajou-se no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Aderiu à luta armada em 1970 e, assim, dirigiu-se para a Guerrilha do Araguaia. Em 1972, Helenira faleceu em decorrência de atos perpetrados por agentes do Estado.

Como fonte eu usei os relatórios publicados pela Comissão Nacional da Verdade, além de uma entrevista com sua irmã, Helenalda Resende de Souza Narazareth, que me foi pessoalmente concedida em 2015.

A Comissão Nacional da Verdade foi criada em maio de 2012, tendo por objetivo investigar crimes perpetrados por agentes do Estado durante quatro décadas, entre setembro de 1946 e outubro de 1988, focalizando, principalmente, naqueles verificados no período da ditadura. Tratam-se de atos violentos, massivos e sistemáticos, cometidos contra cidadãos brasileiros ou estrangeiros, e considerados responsáveis por graves violações de Direitos Humanos: prisões sem base legal, torturas sendo, por vezes, seguidas de morte, violências sexuais, execuções e dissimulação de corpos, desaparecimentos forçados. Para esse fim, os membros da Comissão possuem o poder de convocar vítimas, familiares, possíveis culpados e acusados para testemunhar, depor ou explicar determinados casos. Mas não detém poder judicial e, por esse motivo, não é autorizada a punir ou indicar um indivíduo criminalmente.

A instituição da Comissão Nacional da Verdade é resultado das reivindicações dos perseguidos políticos presos durante a ditadura que tencionam denunciar as torturas, dos familiares de indivíduos assassinados que desejam obter informações a respeito das circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos (localização dos corpos), das instâncias estatais que reconhecem a atuação do Estado nas violências praticadas contra a população, dos grupos de defesa dos direitos humanos e da sociedade civil. Assim, o órgão temporário se propôs a apurar e esclarecer fatos que, no passado, podem ter sido alterados ou ocultados pelo regime autoritário e, com a coleta desses dados, realizou várias audiências e sessões públicas para apresentar suas conclusões, assim como elaborou relatórios e recomendações. Essas iniciativas, frequentemente, foram postas em práticas em parceria com comissões da verdade estaduais e organizações da sociedade civil. Sua principal finalidade é efetivar o direito à memória, à verdade histórica e à justiça.

Durante a escrita deste capítulo examinei seis obras produzidas pela comissão nacional e por comissões estaduais. Foram analisados o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*, editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em 2007a; o *Catálogo: Direito à Memória e à Verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar*, com textos extraídos do livro-relatório, editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em 2007b; o relatório *Comissão Nacional da Verdade. Volumo III, Mortos e desaparecidos políticos*, editado pela Comissão Nacional da Verdade, em 2014; o relatório *Comissão Nacional da Verdade União Nacional dos Estudantes*, editado pela União Nacional dos Estudantes, em2015; o relatório *Tomo I – Parte II: Grupos Sociais e Movimentos Perseguidos ou Atingidos pela Ditadura. Perseguição à população e ao movimento negro*, editado pela Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, em 2015, e por fim o relatório *Comissão da Verdade do Rio de Janeiro*, editado pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, em 2015. Nesses documentos é citado de modo igual a história de vida de Lúcia Maria de Souza.

Lúcia Maria de Souza nasceu em São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, em 1944. Em 1968, iniciou o curso de medicina na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Nesse período, engajou-se no PCdoB. Entre 1969 e 1970, foi responsável pela imprensa do partido. Publicou e distribuiu o jornal *Classe Operária*, além de participar do Comitê Universitário do PCdoB. No último órgão compôs a Secretaria de Agitação e Propaganda.

Trabalhou como estagiária no Hospital Universitário Pedro Ernesto. Aderiu à luta armada em 1971 e, nesse sentido, direcionou-se para a Guerrilha do Araguaia. Em 1973, Lúcia faleceu em decorrência de atos perpetrados por agentes do Estado.

Como fonte eu usei os relatórios citados, além de uma entrevista com sua irmã, Margarida Maria de Souza, que me foi pessoalmente concedida em 2015.

As entrevistas com Helenalda e Margarida foram realizadas em suas residências, a primeira situada na cidade de São Paulo e a segunda na cidade de São Gonçalo. Esse capítulo foi então fundamentado nos relatos orais de duas irmãs de desaparecidos do Araguaia e, à vista disso, a partir de uma leitura analítica das fontes foi possível perceber sentimentos permeados de mágoa, dores e traumas, marcados por questões relacionadas ao luto impossível e ao silêncio e/ou negação impostos pelo Estado. A efetivação do luto exige uma objetivação da morte, ou seja, a identificação do corpo, o conhecimento das causas do óbito e os processos judiciais de inculpação dos responsáveis. No entanto, face ao não-dito, as memórias dessas famílias foram impedidas pela sociedade de serem resgatadas. A Lei de Anistia, com a recusa dos julgamentos dos atos de tortura e execução, resultou na ausência de uma ação política ou ação pública de reparação às vítimas e, nesse sentido, materializou a impraticabilidade de produção de uma memória psíquica na história da família.

Assim, o passado segue reprimido, sublinhado, por um lado, pela primazia de versões conciliatórias da história e, por outro lado, pela privação de uma plena mobilização social e legal aptas a assegurar o "direito à verdade". Os familiares de mortos e desaparecidos, nesse cenário, vacilam entre as tentativas para realizar o luto, a rejeição da perda e o objetivo de restituição do passado. Representar o trauma nas narrativas significa, dessa forma, responder a essa morte e expor as leituras dessa dor, criar meios de seguir em frente com a libertação da palavra e, por fim, romper com a indiferença, fazendo com que as experiências dos militantes, perante as rescisões de seus ideais políticos sejam, no presente, avaliadas a partir de seus sentidos e conteúdos, e não como uma ação "inútil", algo que aconteceu "em vão" ou que é restrita à um período anterior.

Trata-se, de modo igual, de narrativas que têm como finalidade reconstituir interpretações relativas às histórias de vida de suas irmãs. Desse modo, o relato apresentado por Margarida é entremeado de afirmações que negam determinados discursos amplamente difundidos pelos militares durante o regime autoritário, em particular, aqueles que se referem à opção dos jovens de se engajar na luta armada como consequência de uma "crise na família" (TELES, 2012). Ou enunciados que definem os militantes políticos como "desajustados", e

que buscam incrustar nos parentes um sentimento de culpa, persuadindo-os, em parte, de que as famílias são responsáveis pela formação ideológica de seus filhos e/ou de que os mortos e desaparecidos foram responsáveis por suas próprias execuções em função de suas escolhas políticas. É nesse sentido que Margarida, em diferentes ocasiões da entrevista, interrompe suas explicações para ratificar o empenho de sua mãe em ser justa e oferecer as filhas amor e boa educação.

Já a narrativa de Helenalda mostrou as dimensões políticas de suas lutas. Em suas falas, inúmeras vezes, foram destacadas iniciativas coletivas para consolidar ações públicas, em especial reivindicações à União Federal exigindo a elucidação das circunstâncias das mortes e a localização dos restos mortais. No início dos anos 2000, Helenalda e outras famílias de militantes assassinados na região do Araguaia conquistaram uma sentença reconhecendo o seu direito à verdade. Em 2007, a Justiça estipulou a abertura dos arquivos correspondentes à guerrilha e, em 2009, a demanda dos familiares foi aprovada pela Corte Internacional de Direitos Humanos da OEA. Helenalda também participou como observadora de missões coordenadas pelo Ministério da Defesa e pelo Exército, enviadas ao Pará em busca de testemunhos e dos corpos das vítimas, tornando-se, assim, protagonista na preservação de fontes com o objetivo de "provar" o legado de sua irmã e o crime perpetrado contra sua pessoa, com a coleção de fotos, cartas e objetos pessoais e, ao mesmo tempo, tornando-se protagonista na luta pela memória, justiça e verdade histórica. Conforme Teles (2012, p. 118), os parentes

> através de sua luta, provocam, perturbam, interrogam e redimensionam o presente. Como sobreviventes de um tempo difícil de rememorar, assumem-se como os herdeiros da dor, mas sabem possuir o privilégio do *herdeiro*, aquele que pode compartilhar e, de algum modo, transmitir, transportar a experiência do passado. (...) Essa herança carrega algo de obrigação, mas não precisa assumir a dimensão de um *dever* de falar do passado. Trata-se mais de encontrar no passado o que se pode constituir em um horizonte a partir do qual se insere um *devir*, a construção de uma nova história.

Foi então a partir das narrativas de parentes que hoje preservam uma memória sobre as atividades políticas das militantes da guerrilha do Araguaia que este capítulo se construiu. Helenira e Lúcia, assim como Thereza, aderiram individualmente, com suas próprias experiências, à luta armada, ou seja, a um fenômeno coletivo. Primeiro elas se associaram aos movimentos de esquerda, organizações implicadas na resistência contra a ditadura militar e, posteriormente, elas optaram por se aliarem à guerrilha em territórios nacionais e internacionais. Dessa forma, o trabalho biográfico de Helenira e Lúcia (o que também foi previsto no capítulo referente à Thereza) teve como objetivo destacar a especificidade de suas

trajetórias no grupo e na sociedade. Este último ponto é caracterizado, principalmente, por seus percursos como militantes e líderes políticas e pela escolha de seguir para regiões marcadas por conflitos, um compromisso que elas tinham a possibilidade de recusar, apesar de seus envolvimentos com os grupos de oposição e o recrutamento praticado pelos dirigentes do partido. Mas, do ponto de vista dessas mulheres, pegar em armas nos anos 1960-1970 significava, sobretudo, agir de maneira direta em favor de um ideal considerado legítimo.

Helenira e Lúcia, além das outras mulheres negras citadas nesta pesquisa, são personagens em ruptura que se insurgem contra a ordem estabelecida e que se aliam às organizações de resistência para defender seus ideais. Ao se engajarem na guerrilha, as militantes paulista e carioca optaram por seguir um caminho radical e extremo, tendo como consequência a clandestinidade e a suspensão de qualquer forma de relação com amigos e membros de sua família. Na tentativa de distinguir a dimensão singular da trajetória de Helenira e Lúcia, em particular as motivações que as conduziram até a região do Araguaia, foi então necessário propor uma análise sobre os mecanismos susceptíveis de operar a tomada de decisão.

Nas histórias de vida, os tipos de racionalidade atribuídas aos sujeitos foram, por vezes, concebidas como restritas. Na verdade, os historiadores nem sempre foram capazes de se distanciar dos métodos funcionalistas ou da economia clássica estruturalista, sistemas esses que pressupõem que todos os indivíduos são informados, possuem habilidades cognitivas similares, obedecem a mecanismos de decisão idênticos e, finalmente, agem de acordo com uma lógica uniforme de benefícios e prejuízos. “Tais esquemas levam pois à construção de um homem inteiramente racional, sem dúvidas, sem incertezas, sem inércia.” (LEVI, 2006, p. 180) De outra forma, a *Geschichte* – uma corrente filosófica da História que defende uma sequência direta e unidirecional dos eventos históricos (BOURDIEU, 2006) – muito predominante na biografia, inspirou a escrita dos relatos de vida como uma sucessão de acontecimentos linear, coerente e orientado, que tem uma razão de ser e um objetivo. A narrativa biográfica, nesse sentido, tem uma tendência a se estruturar em uma sequência ordenada, com relações lógicas e acessíveis. No entanto, como indicado por Pierre Bourdieu (2006, p. 185) “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório,” o que não significa a desordem, mas sim a constatação da qualidade múltipla dos processos.

A renovação da biografia no final da década de 1970, representou, dessa forma, a crise da "história científica" que tendia a reduzir o sentido das ações humanas a uma simples consequência das categorias interpretativas pré-determinadas. Assim, o individualismo metodológico de Louis Dumont (1983, apud LEVILLAIN, 1996, p. 149), se opôs ao coletivismo metodológico, alterando a concepção "hiper-socializada" do homem. As análises das vontades individuais, nesse sentido, não foram mais subjugadas aos arbítrios das forças produtivas e dos meios culturais. Com o objetivo de compreender a trajetória de Helenira e Lúcia (mas também de Thereza) como uma ruptura social, foi então preciso reconhecer a existência de uma certa independência dessas mulheres em relação à rigidez das estruturas de dominação. Afinal, não existe modelo regulamentário capaz de eliminar "qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação."[164] (LEVI, 2006, p. 179)

Segundo essa perspectiva, pode-se pensar que o engajamento de Helenira e Lúcia na luta armada foi uma decisão que lhes é própria. Contudo, a liberdade do indivíduo não é absoluta, mesmo sendo uma liberdade consciente. Na realidade, ela é culturalmente e socialmente determinada, limitada e adquirida progressivamente nas fendas abertas pelos sistemas gerais de normas. Com o propósito de compreender as singularidades da vida do indivíduo, os historiadores optaram, nesse caso, por pensar de maneira diferente as estruturas sociais. Pois, se Helenira e Lúcia manifestam posições e preferências específicas, estas foram modeladas pela sociedade. Ao analisar textos de Pierre Bourdieu, Levi (Ibidem, p. 169) mostrou que é imprescindível considerar "a 'superfície social' em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante." No seu ponto de vista, existe uma relação permanente e recíproca entre a biografia e o contexto, agente primordial na alteridade das práticas dos sujeitos. A época e o meio são, nessa lógica, valorizados como fatores susceptíveis de caracterizar a singularidade das trajetórias.

Na continuidade de seu raciocínio, Levi apresentou as análises de Bourdieu (Ibidem, p. 174) afirmando que, em síntese, a conexão entre *habitus* de grupo e *habitus* individual, entre "o que é comum e mensurável", "o estilo próprio de uma época ou de uma classe", e o que concerne à "singularidade das trajetórias sociais", é, na realidade, "uma relação (...) de diversidade na homogeneidade." No entanto, essa biografia modal consiste em descentralizar

[164] Com efeito, no interior de cada sistema social as inevitáveis incoerências derivadas das próprias normas já interferem de modo importante no seu efetivo funcionamento. Não se trata somente de uma questão de desacordo entre as diretrizes e as práticas. As divergências próprias as normas são os principais fatores que permitem a multiplicação e a diversificação das práticas relacionadas ao seu desempenho.

o interesse focado na especificidade da trajetória, visto que, de acordo com Dosse (2005, p. 213), nela "o indivíduo só tem valor enquanto ilustra o coletivo." A singularidade da pessoa é então posta em conformidade com o contexto. As peculiaridades individuais são vistas como um desvio das características próprias a uma época ou a um grupo. A escolha consciente é orientada e definida conforme os aspectos de uma força superior determinada pelo ambiente. Além disso, essa perspectiva percebe os grupos sociais a partir de uma prévia coesão entre eles.

Como resultado, Dosse (Ibidem, p. 228) apontou para os perigos de uma "valorização dos esquemas estruturais como fatores explicativos nos quais os "agentes" se movem às cegas." As biografias de Helenira e Lúcia, ao retratarem suas trajetórias, não constituem apenas a ilustração de um comportamento específico a um meio social ou a um momento dado e, nesta lógica, não devem ser limitadas aos únicos quadros instituídos pela superfície social. Na verdade, elas devem enfatizar, acima de tudo, a influência que tais elementos, o ambiente e a época, exerceram sobre elas. Na história de vida é indispensável evitar práticas que possam reduzir as individualidades às coerências dos grupos, sem ignorar, evidentemente, as abordagens coletivas como um sistema de relação. Há um estilo respectivo a uma época e um *habitus* de grupo, além de experiências similares, contudo existe para o conjunto dos indivíduos uma margem de liberdade que tem suas origens nas próprias incoerências dos círculos sociais (LEVI, 2006). É concebível, nesse sentido, vincular as histórias pessoais de Helenira e Lúcia à história identitária dos movimentos de esquerda, composto por jovens e adultos unidos sob uma ideológica comum e uma ação coletiva de resistência, porém as particularidades de suas decisões também devem ser consideradas significativas.

A evolução da biografia condiz, justamente, com a afirmação da autonomia do indivíduo na sociedade. As histórias de vida de Helenira e Lúcia devem, dessa forma, produzir a verificação da liberdade da qual elas dispunham, bem como sua irredutibilidade ao funcionamento de sistemas normativos. Além disso, a reconstituição do contexto do qual elas fizeram parte também pode proporcionar uma melhor compreensão da singularidade de suas trajetórias. A biografia conserva sua especificidade, principalmente, quando se concentra em casos extremos, destacando as margens do campo social. O objetivo deste capítulo é, nesse sentido, a interpretação das divergências e rupturas de Helenira e Lúcia inscritas em um determinado cenário político. Já que cada escolha é feita em uma conjuntura que a justifica, e os caminhos seguidos por Helenira e Lúcia vieram apenas em resposta a um quadro social que

as faziam se sentirem membros ativos da sociedade mediante suas participações nos movimentos coletivos de resistência armada.

Dessa forma, a tomada de decisão é o resultado de um conjunto de influências e circunstâncias (Ibidem, 2006). Helenira e Lúcia aceitaram as solicitações coletivas agindo por iniciativa própria. O envolvimento com os movimentos de esquerda e, sobretudo, com a guerrilha, foram decisões que elas tomaram sozinhas. Elas não foram coagidas a partir. Na realidade, enquanto militantes políticas, elas se sentiram impactadas com os acontecimentos contemporâneos. Mesmo dispondo de uma liberdade de ação, Helenira e Lúcia responderam às chamadas dos grupos de resistência com total consagração, sem dúvida, estimuladas pelo compromisso com uma ideologia que consideravam legítima.

A partir da memória que as irmãs conservam ainda atualmente de Helenira e Lúcia e da análise dos eventos políticos e sociais tratou-se, nesse sentido, de abordar suas trajetórias estudantis e militantes durante a ditadura. Nos regimes ditatoriais, com a privação de liberdade, a voz dos atores é sufocada, fato que é ainda mais agravado quando se refere à palavra de grupos sociais marginalizados. A censura e a interdição do direito de se expressarem livremente aniquilam também a produção de fontes escritas. Os principais arquivos disponíveis são então aqueles gerados pelo aparato repressivo do regime. Assim, na tentativa de compreender por qual razão essas duas mulheres decidiram aliar-se à guerrilha no Araguaia, as narrativas das famílias foram essenciais.

A realização das entrevistas foi possível graças à intervenção da historiadora Derlei Catarina de Luca. Eu entrei em contato com a professora catarinense em 2015, para obter alguns dados sobre Maria Diva, Helenira e Lúcia. As duas últimas, eu já havia identificado na publicação intitulada *Catálogo: Direito à Memória e à Verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar (*2007b), porém eu ainda não havia conseguido os endereços eletrônicos. Derlei, bastante prestativa, se dispôs em estabelecer uma comunicação com as famílias das desaparecidas políticas. Preocupada com a minha chegada ao Brasil para realizar a pesquisa de campo, e o pouco tempo do qual usufruía para me deslocar entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ela se antecipou. Enviou algumas mensagens e disse que me escreveria assim que os parentes próximos das guerrilheiras lhe respondessem. Alguns dias depois, recebi seu retorno.

Consciente da minha ida inicial até Santa Catarina para participar do Simpósio Nacional de História, bem como para passar o exame de qualificação do projeto de tese de

doutorado, Derlei solicitou um encontro. Assim, desde minha chegada ao Brasil e, mais especificamente, em Florianópolis, no campus da UFSC, fui até seu local de trabalho. Durante um longo momento, conversamos assuntos diversos relativos à sua trajetória pessoal, sua relação passada com as militantes, os propósitos éticos e políticos da minha pesquisa e, finalmente, os nomes citados no Catálogo. Estávamos as duas surpresas com o fato de o documento mencionar um número bem restrito de negros e negras mortos e desaparecidos políticos, afinal foram apontadas as identidades de apenas cinco mulheres: Alceri Maria Gomes da Silva, Dinalva Oliveira Teixeira, Helenira Resende de Souza Nazareth, Ieda Santos Delgado e Lúcia Maria de Souza. Nossa principal interrogação, naquele instante, era: será que os órgãos repressivos da ditadura, em seus vinte anos de existência, assassinaram apenas cinco mulheres negras? Estava evidente para nós que esse número foi bem maior.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi os critérios previstos pelos autores do documento para determinar a identidade racial dessas mulheres. Desconheço, até o presente momento, esses aspectos do Catálogo, mas, no que concerne à minha pesquisa, estimei importante que a designação fosse feita pelas próprias militantes ou por seus parentes. Assim, no decorrer do diálogo, Derlei informou que a família de Alceri não a definiu como negra, no máximo, como uma mulher parda (morena ou mulata), termos que, no século XX, se tornaram elementos centrais na questão da mestiçagem.

Sendo, outrora, aplicados como um mecanismo para qualificar indivíduos livres de ascendência africana, esses conceitos adquiriram uma importância primordial para a instauração do discurso falacioso da democracia racial. Inicialmente, tendo por objetivo propor uma autenticidade à cultura nacional, a mestiçagem foi considerada pelos cientistas racialistas nacionais como positiva, na medida em que era avaliada como um recurso indispensável para o branqueamento da população. Essa teoria se tornou um projeto de nação e, em 1911, um de seus defensores, o médico João Batista de Lacerda, supôs em suas análises que o sangue branco, considerado superior, mediante o cruzamento racial era apto a fazer desaparecer negros e índios. A ideia de branqueamento da população era então viável a partir da miscigenação.

Nos anos 1930, a noção de mestiçagem no discurso oficial do Estado Brasileiro se manifestou com novos contornos políticos. Doravante, o mestiço se tornou o principal indício da extinção das linhas de cor no país, ou seja, a "'prova material'" que legitima a existência de uma relação social harmoniosa, "posto que um povo que se miscigena não pode ser racista." (WESCHENFELDER & SILVA, 2018, p. 319) A unidade nacional foi então

instituída respaldada no princípio da democracia racial, a qual recusa o racismo e os conflitos raciais e, em contrapartida, defende uma dinâmica social simétrica. Outro aspecto dessa ideologia foi a "pardificação" da população. Segundo Weschenfelder e Silva (Ibidem, p. 320), a categoria faz do branqueamento um anseio plausível.

> Resultado da fratura das polaridades raciais e de processos de subjetivação que interditam a identidade racial ou mesmo de dessubjetivação de sujeitos negros que percebem no branqueamento o caminho para melhores posicionamentos sociais. O pardo é uma categoria que coloca em funcionamento o cromatismo e defasa no interior da população mesmo aqueles sujeitos que se afastam das polaridades. O que os dados censitários revelaram (...) é que o pardo se configura, justamente, como o entrelugar destas polaridades, em um deslizamento constante de cores que não podem ser fixadas numa categoria essencial.

Nesse sentido, a ideologia da miscigenação incorporou o negro na narrativa identitária do Brasil a partir da inserção de alguns componentes de sua cultura como símbolos da nação (capoeira, samba, feijoada, futebol, etc.), mas, simultaneamente, a miscigenação, inscrita na expectativa de seu aniquilamento, também criou dispositivos visando à sua vulnerabilidade e/ou ocultação mediante o cromatismo e a pardificação. O termo pardo representa, assim, o fenômeno da mestiçagem e, além disso, age no sentido de delinear e controlar os meios de subjetivação que rejeitam as polaridades, em particular a negra. À vista disso, homens e mulheres de origem africana são condicionados a se definirem como pardos, mestiços, morenos e mulatos, qualificando o termo negro ou negra como uma característica extremamente negativa.

Um processo que, de modo igual, foi constatado na entrevista de Djalma Conceição Oliveira (2015c), militante político durante a ditadura militar e irmão de Dinalva. Ao se referir à sua família e, especialmente, à sua irmã, ele declarou:

> Ela não era negra não. (...) Ela era mestiça. (...) Ela não se reconhecia e não era. Na terra dela, onde ela nasceu, na Bahia, na cidade de Castro Alves, na época,(...) tinha uma divisão esdrúxula de negros e brancos. Hoje não. Mas uns sessenta anos atrás festa de branco, negro não entrava. Hoje em dia está uma beleza aquilo lá. Não existe esse preconceito mais não, muito pouco, tem, mas muito pouco. A Dina faz parte das famílias dos brancos. (risos) Brancos, brancos de olhos azuis, inclusive. Embora ela não era branca de olhos azuis. (Ibidem, 2015c)

Nos anos 1970, o movimento negro contestou a suposta democracia racial, bem como a autodesignação de um número importante de negros enquanto pardos (morenos e/ou mulatos). Considerando que o termo pardo não é uma definição racial ou étnica, ocorreu então uma ressignificação do termo negro, o qual retornou na cena política com uma acepção positiva e como meio de valorizar as comunidades afrodescendentes. Na verdade, enquanto movimento identitário, ele serve de subsídio para a aquisição de uma consciência racial e, ademais, para a construção de coletividades organizadas em torno de uma luta antirracista e

um projeto comum de ação. O mesmo processo foi verificado com a categoria raça que, conforme Weschenfelder e Silva, ao citar Schwarcz (2012, apud, 2018, p. 323), é compreendida "como uma construção social, histórica e cultural."

Contudo, a informação segundo a qual a família de Dinalva não a considerava negra só me foi apresentada no decorrer da narrativa. Quando cheguei em Florianópolis, Derlei havia obtido o acordo para a realização de entrevistas com as outras quatro famílias e, sem demora, enviei-lhes uma mensagem e/ou telefonei. Nessa ocasião, eu estava em São Paulo coletando diferentes relatos e fontes escritas e, ao ser comunicada de um próximo encontro com o irmão de Dinalva, me dirigi para a capital carioca. Djalma, sem hesitar, aceitou me receber na cidade do Rio de Janeiro, no âmbito de um espaço público, durante uma sessão da Comissão da Verdade.

Encerrado o evento, do qual eu e Djalma participamos na qualidade de ouvintes, nos encontramos na saída do auditório. O diálogo se iniciou e, em pouco tempo, quando anunciei os objetivos éticos e políticos da pesquisa (o que já havia previamente sido feito no e-mail) pude perceber uma expressão de espanto, seguida da declaração: "eu não concordo não. (...) Ela não se reconhecia, (...) não é" (OLIVEIRA, 2015c) e, alguns minutos depois, fui questionada pelo irmão sobre as fontes pesquisadas que me orientaram a identificar Dinalva como mulher negra. Conforme sua experiência intelectual, sobretudo, enquanto militante de esquerda desde o período autoritário e, além disso, enquanto parente de morto e desaparecido político, esse argumento é inexistente. Ele mencionou: "eu nunca vi (...). Eu conheço todas as leituras (...). Você não acha leitura nenhuma, dos vários livros que tem sobre o Araguaia (...), com essa questão de a Dina ser negra." (Ibidem) Falei então sobre o fato de o nome da sua irmã ter sido citado no Catálogo e, em resposta, Djalma me disse que desconhecia totalmente a existência do documento. Sem meu computador e, portanto, sem meios de provar minhas afirmações, fiz então o compromisso de lhe encaminhar o texto mais tarde. A entrevista prosseguiu, mas, esclareci que não analisaria a história de vida de sua irmã como negra.

Quando escrevemos artigos, capítulos de livros, teses etc., tendo como metodologia a história oral, reproduzimos as palavras que nos foram confiadas, e nessa situação seu uso exige pensar questões éticas. As narrativas que recebi são falas alheias, sendo, no entanto, fundamentais para a construção da minha própria análise nesta pesquisa. Dessa forma, ao desligar o gravador, mantém-se minha responsabilidade com o discurso do entrevistado. Djalma, não obstante as dificuldades existentes no Brasil para definir a identidade racial de um indivíduo, principalmente quando se observa o uso do termo mestiço, pardo, mulato, e

especialmente falando de si próprio e de sua família, não designou sua família como negra. Essa foi a sua posição, entregue em uma relação de confiança e, assim, devo respeitá-la e fazer o melhor uso possível. Para Portelli (2010, p. 06), "é preciso que as palavras que utilizamos em nosso trabalho permaneçam propriedade (...) de seus autores originais." Ainda consoante o historiador italiano, ao integrar a voz das(os) informantes no meu discurso tenho que ter o compromisso "de representar os entrevistados com sua linguagem, com sua subjetividade, (...) de apresentá-los de uma maneira que eles queiram aparecer na esfera pública." (Ibidem, p. 07)

Falando agora das outras mulheres negras citadas no Catálogo (BRASIL, 2007b), sobre a história de vida de Ieda, apesar de muitas tentativas minhas, não foi possível estabelecer contato com a família. E assim como as histórias de vida de Alceri e Dinalva, não foram analisadas a fundo neste trabalho. Vejamos aqui apenas alguns elementos de suas trajetórias.

Ieda Santos Delgado nasceu no Rio de Janeiro em 09 de julho de 1945. É filha de Eunice Santos Delgado e Odorico Arthur Delgado. Em 1969, graduou-se em direito na Universidade de Brasília. Falava diversas línguas: francês, italiano, inglês e espanhol. Em seguida, de retorno à capital carioca, Ieda realizou cursos de especialização em duas instituições de ensino superior, na Pontifícia Universidade Católica e na Faculdade de Direito Candido Mendes. Tornou-se funcionária do Ministério das Minas e Energias, como secretária jurídica era o Centro de Pesquisas Experimentais, em Brasília. Além disso, Ieda exerceu atividades no Suplemento Literário do jornal *Tribuna da Imprensa*. Nas suas práticas profissionais atuava enquanto advogada e jornalista. Foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e, no dia de sua prisão, tinha viajado para São Paulo para efetuar tarefas da organização, isto é, tinha a função de buscar passaportes para um casal impelido a se exilar. Ieda desapareceu aos 28 anos de idade, em abril de 1974, na capital paulista, em decorrência de operações coordenadas por agentes do Estado (BRASIL, 2007b).

Alceri Maria Gomes da Silva nasceu em Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, em 25 de maio de 1943. Filha de Odila Gomes da Silva e Oscar Tomaz da Silva, ainda na juventude, mudou-se com a família para a cidade de Canoas, situada na mesma região, onde cursou o ensino fundamental. Como profissional, Alceri assumiu a função de operária metalúrgica na fábrica Michelletto e, nesse contexto, filiando-se ao Sindicato dos Metalúrgicos, participou do movimento operário. Foi militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No dia 1º de maio de 1969, a jovem foi presa por atuar na peça de

teatro “Pedro Pedreiro”, uma adaptação da música do compositor Chico Buarque. Em setembro do mesmo ano, Alceri decidiu visitar sua família que residia em Cachoeira do Sul para lhes informar de sua próxima mudança para São Paulo. O propósito do deslocamento era se engajar na luta contra o regime autoritário. Alceri desapareceu aos 27 anos de idade, em maio de 1970, junto a Antônio dos Três Rios de Oliveira, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), na capital paulista, em decorrência de uma ação executada por agentes do Estado (BRASIL, 2007b).

Dinalva nasceu em Castro Alves, na Bahia, em 16 de maio de 1945. Filha de Elza Conceição Bastos e Viriato Augusto de Oliveira, cursou geologia na Universidade Federal da Bahia entre 1964 e 1968. Participou do movimento estudantil e, ao mesmo tempo, enquanto cursava o ensino superior, integrou o PCdoB. Durante esse período foi também representante da Residência Universitária Feminina. No ano de 1968, com a intensificação da intolerância ao regime autoritário, Dinalva foi presa. No início de 1969, se casou com seu colega de turma, Antônio Carlos Monteiro Teixeira. Segundo a entrevista de Djalma, o engajamento na organização de esquerda ocorreu, principalmente, por intermédio da atuação de seu marido. Ainda no mesmo ano, vítima de perseguições, o casal se mudou para o Rio de Janeiro, e a partir de então Dinalva trabalhou no Ministério de Minas e Energia na capital carioca. Em maio de 1970, junto a seu companheiro, foi para a região do Araguaia (BRASIL, 2007b). Na guerrilha, conforme seu irmão Djalma, assumiu um importante papel de liderança: ocupou um cargo de vice comandante do Destacamento C e realizou um trabalho social significativo como parteira e professora. Dinalva desapareceu entre 1973 e 1974. Ao ser perguntado sobre os motivos que condicionaram sua irmã a aderir aos movimentos clandestinos, Djalma afirmou:

> ideológicos né. Convicção na luta de classes. (...) Não só do combate, porque o que mais imbuiu essa juventude da época de se engajar na luta revolucionária pelo socialismo, pelo comunismo, até partir para a luta armada, o que imbuiu mais o espírito dessa juventude foi o combate à ditadura. A falta de verdade na época. O combate à ditadura, a princípio, foi o mote chamarísco, vamos dizer assim. E a ideologia, a luta transformadora, revolucionária. Derrotar a ditadura e construir um Estado popular, democrático no Brasil, rumo ao socialismo. Essa era a ideia. (OLIVEIRA, 2015c)

A partir de uma abordagem mais ampla, investiguei então a história de vida de Helenira e Lúcia, estudantes e militantes negras inseridas na mesma perspectiva política que Dinalva e que, por esse motivo, optaram por se engajar na luta armada. Durante suas atuações na guerrilha do Araguaia, elas foram executadas pelos agentes do Estado e seus corpos desaparecidos, impossibilitando posteriormente que os restos mortais fossem encontrados e

entregue aos familiares. Tal ato cruel impede as famílias, ainda atualmente, de conhecer a verdade e obter justiça.

5.1 Helenira Resende de Souza Nazareth

Helenira Resende de Souza Nazareth nasceu na cidade de Cerqueira César, no Estado de São Paulo, em 11 de janeiro de 1944. Foi a filha caçula de Euthália Resende de Souza Nazareth e de Adalberto de Assis Nazareth, numa família composta por mais cinco irmãs. "Seis mulheres. Um ano de diferença, um ano e meio. Tudo escadinha." (NAZARETH, 2015) Em 1948, em razão de perseguições políticas, e em razão da ausência de escolas secundárias em sua terra natal e da inviabilidade de proporcionar uma instrução formal para as descendentes do casal, seu pai decidiu-se mudar. Helenira, aos quatro anos de idade, foi residir junto com a família na cidade de Assis, ainda no Estado de São Paulo.

Sua mãe era originária da cidade de Irará, na Bahia. No que concerne à sua formação escolar, Helenalda afirmou que a mãe cursou até o quarto ano primário. No cotidiano, Euthália exerceu a função de dona de casa e objetivou sobretudo arranjar um bom casamento para suas progênitas. O estudo era tolerado, mas não era visto como prioridade. Euthália era católica praticante e não se interessava realmente pela política. Aliás, a seriedade da militância partidária de sua filha Helenira lhe era ocultada. Sobre as dificuldades em conciliar suas convicções religiosas e os discursos do setor mais conservador da Igreja Católica com as práticas políticas de seu marido, Helenalda relatou:

> Minha mãe não se envolvida com política. Minha mãe era muito católica. Ela seguia tudo que o padre falava. Para ela era sagrado. Então os comunistas, enquanto o padre xingava os comunistas, meu pai era comunista, e minha mãe ficava louca da vida. Por causa das perseguições e essas coisas todas né. E a filha ela nem sabia. (Ibidem)

Por outro lado, seu pai Adalberto, originário da cidade de Nazaré das Farinhas, no Estado da Bahia, foi descrito como um militante político. Engajou-se no partido comunista ainda na juventude, período em que praticava o ofício de marceneiro (o mesmo de seu pai, avô de Helenira e Helenalda), bem como realizava uma formação universitária. Assim, Adalberto foi apresentado por sua filha como importante participante da organização de esquerda em sua cidade e, ao mesmo tempo, estudante-trabalhador.

Após a obtenção de um diploma em medicina Adalberto optou por explorar novos horizontes. Em virtude de suas convicções ideológicas, mudou-se inicialmente para o norte da Bahia. Foi para a cidade de Irará, considerada no período como um influente polo de

articulação do partido comunista. Lá, conheceu sua esposa Euthália com quem casou-se. Em seguida, segundo o relato de Helenalda, com a intenção de atender regiões desprovidas de profissionais da área da medicina, migrou com a esposa para os municípios do interior da região sudeste. No decorrer de sua trajetória, adquiriu um diploma de doutorado, especializando-se em doenças cardíacas.

Os estudos, certamente, eram vistos como um meio para se obter certa ascensão social, uma realidade explícita pelo menos na experiência de seu pai – homem negro operário oriundo das classes mais humildes da sociedade. Já no caso das seis filhas, tratava-se principalmente de garantir independência econômica. As jovens, como citado anteriormente por Helenalda, eram pertencentes às camadas mais favorecidas de Cerqueira César e Assis, pois, ser filha de médico nos pequenos municípios brasileiros nos anos 1950-1960, era frequentemente sinônimo de privilégio social, embora as práticas de Adalberto fossem voltadas à população com poucos recursos. Seja como for, o médico era conhecido e respeitado por suas ações profissionais humanistas.

Assim, Adalberto impelia suas filhas a se formarem primeiro na Escola Normal, a qual teve um papel singular e expressivo na história da instrução feminina no Brasil. Generalizada no final do século XIX, observa-se nessa situação ações em torno da universalização da educação primária, sendo estas promotoras da fundação de estabelecimentos reservados às crianças do sexo feminino. Naquela época, as aulas eram dadas em turmas não-mistas e, por conseguinte, o Estado admitiu, simultaneamente, que o magistério público poderia ser exercido por mulheres. Era necessário formá-las enquanto docentes habilitadas a instruir as meninas e lecionar no ensino elementar. A educação infantil era entendida como extensão da formação moral e intelectual recebida em casa e, nesse sentido, considerou-se sem demora que seus métodos eram melhor aplicados por uma mulher, a professora. O ofício, de acordo com a opinião de diferentes teóricos contemporâneos, condizia com a sua natureza. O corpo docente foi então predominantemente ocupado por esse grupo social. Por sua vez, a Escola Normal foi usada pelas próprias estudantes para retirá-las do isolamento. O estabelecimento "passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, das mulheres prosseguirem seus estudos além do primário." (DEMARTINI, 1991, p. 32) Instruindo-se no nível médio, de modo oficial e sistemático, elas compuseram os grupos iniciais de professores do Brasil.

A sociedade julgava, dessa forma, ser a formação na Escola Normal, no caso das mulheres, garantia de obtenção de um emprego remunerado e respeito profissional. Nessa

perspectiva, as jovens Nazareth, com exceção de Helenira, obtiveram tal diploma. Em seguida, foi-lhes autorizado e mesmo estimulado realizar um curso universitário.

> A Nira foi a única em casa que não fez o Normal, porque na época meu pai falava: "Não, saindo do ginásio vocês têm que fazer Normal." A gente: "Mas para que Normal?" "Porque vocês têm que ter uma profissão." Ele falava: "Não sei quantos anos eu vou viver. Vocês têm que fazer Normal. Quem quiser faculdade aí escolhe. Tem que fazer Normal e outro curso." Porque Normal não dava abertura para entrar na universidade. Era um curso profissionalizante. Você ia ser professora na época de primeira à quarta série. Então, mas aí nós fizemos o Normal e nós fizemos científico. Normal e científico. A Nira é a única que fez clássico. E ela, como já tinha uma posição dura, falou para o meu pai: "Eu não vou fazer o Normal. Eu não vou ser professora de primeira à quarta série. Eu quero fazer letras." (NAZARETH, 2015)

Além disso, os estudos e a análise crítica também foram retratados por Helenalda como o principal motivo de influência para a atuação política ativa dos membros da família. Desde a adolescência, Adalberto as incentivou a se instruírem sobre a teoria marxista, seus princípios e sua história, uma educação que se praticava no espaço doméstico, mas também nas diferentes esferas de militância. No que concerne à família, as jovens eram despertadas a consultar a biblioteca privada do pai. Assim, Helenira foi apresentada como uma pessoa demasiadamente entusiasmada com as obras literárias que lhe eram oferecidas. Na mocidade contraiu pneumonia e foi obrigada a permanecer um ano em casa em tratamento médico; um período, consoante o relato de Helenalda, marcado pela intensa prática da leitura. Embora o ato de ler tenha sido narrado como algo frequentemente realizado pelas jovens militantes políticas. Além disso, Helenalda contou com energia os animados debates noturnos com seu pai e suas irmãs. As veementes discussões a respeito da possível coordenação de uma luta armada no Brasil e, quem sabe, suas participações. As atividades de diferentes atores e organizações eram no espaço íntimo assuntos correntes e de interesse comum. No cotidiano, eram proporcionadas constantes informações sobre as atualidades políticas da nação. Logo, foi de forma individual e coletiva que Helenira se politizou.

Em Assis, Helenira cresceu e concluiu o curso clássico no Instituto de Educação Professor Clibas Pinto Ferraz. Naquele local, iniciou sua militância estudantil e contribuiu com a criação do Grêmio. Como narrado por Helenalda, era um tanto complicado pôr em prática esse tipo de organização nas instituições secundárias. Em geral, os Grêmios eram mais dinâmicos no espaço acadêmico. Entretanto, Helenira instaurou-o na sua escola, foi eleita a primeira presidente, e fez da entidade um instrumento ativo de intervenção política. Através do Grêmio, ela defendeu nos palanques e na Rádio Difusora de Assis certos candidatos às eleições executivas municipais e apoiou diferentes tipos de manifestações dos trabalhadores.

Finalmente, Helenira praticou vários esportes e, de modo igual, utilizou-os para agregar estudantes em torno dos ideais comunistas. Os mais exercitados eram o atletismo e o basquete e, nesta modalidade, conquistou medalhas em diversos campeonatos. Sua experiência na área desportiva era, dessa forma, significativa. Desde sua chegada em São Paulo, foi-lhe possível constituir uma equipe de vôlei feminino na universidade.

> [Em São Paulo] ela formou time feminino. Moça era mais comum jogar vôlei. Basquete eram poucas que jogavam. A Nira, em Assis, era jogadora de basquete, mas ela também jogava um pouco de vôlei no time da escola. Então, assim, ela já começou aqui. Logo que entrou na faculdade ela já fez mil amizades. Ela era muito extrovertida, bastante aberta, brincalhona. Todo mundo gostava dela. Era uma pessoa ao mesmo tempo enérgica, assim nas posições dela, mas ela era bem brincalhona. Bem o tipo do meu pai. Piadista. Tudo fazia piada. (Ibidem)

No que diz respeito à chegada das irmãs a São Paulo, seu pai sempre insistiu em lhes informar sobre os eventuais atos de discriminação racial. Em Assis, as jovens eram filhas de um médico popular e estimado e, por isso, elas eram sempre tratadas com respeito e atenção. Pertencentes aos grupos mais privilegiados, suas presenças nos diferentes espaços sociais do município (festas, clubes, restaurantes, cursos etc.) eram acolhidas com aprazimento e formalidade. Dessa forma, as adolescentes negras, residentes de uma pequena localidade do interior do país, foram durante suas primeiras experiências de vida relativamente protegidas das atitudes agressivas e de rejeição. Ainda que seu pai, por causa de suas atividades comunistas, tenha sido hostilizado, Euthália e as crianças eram recebidas com afeição, e no fim de contas o clínico, bem-aceito pelos assisenses, era solicitado para atender aos variados problemas de saúde. Na capital da região, porém, em São Paulo, a realidade foi distintivamente julgada por Adalberto. As irmãs Nazareth eram pessoas completamente desconhecidas e, em sua opinião, as abordagens seriam sistematicamente violentas. A par das condutas racistas ele temia pela segurança de suas progênitas.

Adalberto já havia sido vítima de preconceito desde o período universitário e, sobretudo, no exercício de seu ofício. Assim, enquanto homem negro ele havia concebido certas estratégias de defesa. Uma delas, contada por Helenalda, era exibir publicamente seu anel de médico. Por certo, acreditava-se ser indispensável se mostrar como um indivíduo intelectualizado e das classes mais abastadas, uma colocação econômica e profissional que supostamente evitaria humilhações. Todavia, Adalberto era, de modo igual, consciente dos variados aspectos de discriminação racial vivenciados por aqueles que ascendiam aos níveis mais altos da hierarquia social, já que ao se retirarem de sua "posição natural", esses indivíduos eram vistos com estranhamento, surpresa ou mesmo repulsa. Com diplomas ou carreiras bem-sucedidas, eles continuavam, para muitos, um corpo estranho fora do lugar,

contestando a ideia bastante generalizada na sociedade brasileira de que o negro que enriquece é socialmente aceito como "branco".

> Ele falava: "Vocês vão estudar em São Paulo, mas vocês vão saber que lá vocês vão ser tratadas de maneira diferente." Ele falou: "Eu sou tratado de maneira diferente. Quando eu chego num hotel, eu já chego exibindo." Ele punha o anel para vir para São Paulo, o anel de médico. "Já chego exibindo o meu anel para eles perceberem que eu sou médico." E logo, quando preenche a ficha, já tinha que pôr médico para ser respeitado. Se não, não respeita o doutor. Porque negro, é negro. Agora lá em Assis nós éramos filhas do doutor Nazareth, que era uma pessoa muito querida. O médico negro. (Ibidem)

As seis irmãs mudaram-se para São Paulo com o objetivo de realizar seus estudos universitários. Helenira, filha caçula da família Nazareth, foi a última a direcionar-se para a capital. Por lá chegou no final de 1964, e logo iniciou um curso de férias organizado pelo Grêmio, uma coletividade descrita como de orientação esquerdista, espaço no qual era simples entrar em contato com os outros estudantes e jovens militantes políticos. Após a formação de dois meses proposta pelos próprios discentes do estabelecimento de ensino superior, Helenira ingressou no curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). Helenalda formou-se em Matemática pelo mesmo estabelecimento em 1966.

Houve, na verdade, algumas oportunidades para a jovem permanecer na sua terra natal. Uma universidade foi aberta na cidade de Assis e Helenira mantinha contato com seu diretor, Antônio Candido.[165] Porém, o intelectual a aconselhou a realizar sua formação acadêmica na USP. O estabelecimento era mais antigo e, na opinião de Candido, Helenira teria uma melhor instrução.

> Ela chegou no final de 64 né. Aí ela fez o curso de férias, que era dezembro e janeiro. E em fevereiro já era o vestibular. Na USP. Em 65. Ela terminou o clássico e já veio para São Paulo para fazer o vestibular. Ela nem participou da formatura lá. Ela veio, fez um cursinho de férias, que era um cursinho do Grêmio. Ali ela já teve contato com o pessoal do Grêmio, que era um pessoal politizado, de esquerda. E entrou na universidade. Então ela fez direto o clássico, e veio para São Paulo fazer letras. Até tinha aberto uma faculdade de letras lá. Antônio Candido era diretor lá da faculdade de letras. E meu pai foi conversar com Antônio Candido. A Nira já era amiga dele. Meu pai falava que a gente aprendia de xereta né. Eu e a Nira. A Nira também era xereta. E já logo que abriu a faculdade foi lá ver e fez amizade com Antônio Candido. Ninguém mais que Antônio Candido. E aí ele falou: "Olha, é melhor fazer na USP. Aqui é uma universidade que está começando." Lá era uma faculdade, não era nem uma universidade. Ele falou: "Aqui está começando. A gente não sabe bem que professores vem aqui. Agora lá no USP ela vai ter os melhores professores." E foi assim, a Nira, em 65 ela começou a faculdade. (Ibidem)

[165] Antônio Candido de Mello e Souza (1918-2017) foi um sociólogo, crítico literário e professor universitário brasileiro. Quanto a este último ponto, em 1942, ingressou o corpo docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

Ao entrar na universidade Helenira tornou-se uma importante líder do movimento estudantil. A estudante, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), foi rapidamente eleita presidente do Centro Acadêmico (CA) (ou Diretório Acadêmico – DA), órgão de representação do corpo discente de um curso de nível superior. Intervindo na denominada base do movimento estudantil, o DA ou CA encontra-se em cada formação da universidade. Ele atua no sentido de atender a seus problemas gerais e desafios da disciplina. Já o Diretório Central dos Estudantes (DCE) é a entidade de representação do conjunto dos CAs de uma determinada universidade. O DA/CA e o DCE são responsáveis pela realização de atividades de mobilização em prol das melhorias no ensino e na estrutura acadêmica. Eles são os delegados dos cursos das universidades nos congressos e assembleias da UEEs e UNE. No Centro Acadêmico, Helenira também ficou conhecida entre seus colegas pelo apelido de "Preta".

No entanto, Helenalda afirmou que na USP, no início dos anos 1960, ainda não havia os DAs/CAs ou DCE. Na verdade, as entidades que tinham semelhantes funções eram chamadas centrinhos e Grêmios (embora este último fosse mais usado no ensino secundário). Seja como for, Helenira era do centrinho de Letras enquanto Helenalda era do centrinho de Matemática. Nesses locais, as jovens realizavam atividades de reprodução de apostilas com as matérias ensinadas nas salas de aula. Como relatou Helenalda, os livros, naquela época eram raros e caros. Assim, os discentes se ordenavam para copiar as explicações, reapresentá-las adequadamente no papel e, mediante o consentimento do professor, gerar várias cópias. Uma vez mimeografadas, as apostilas eram distribuídas entre os colegas do curso. Além disso, Helenira compôs uma equipe de vôlei. Seu objetivo era conscientizar politicamente as estudantes do sexo feminino a partir das práticas esportivas. Suas significativas ações na base do movimento estudantil a fez, em seguida, articular com os Grêmios.

> Naquela época tinha o centrinho. Era de cada curso. A gente falava centrinho e o Grêmio. Não tinha diretório acadêmico, não existia. Isso foi criado mais tarde. Então tinha o centrinho. Eu era do centrinho de matemática e ela era do centrinho de letras. Os centrinhos eram ligados ao Grêmio. Então o Grêmio cuidava das apostilas. A gente ia no centrinho e via que apostila precisava. Não tinha muito livro assim para a gente estudar. Era mais livro que vinha de fora, era caro e tal. E os professores davam as aulas e a gente anotava. A gente fazia as apostilas, o professor dava uma olhada. Era tudo manuscrito. Aí a gente ia para o Grêmio, tinha o pessoal da datilografia. Mimeografo, fazia as apostilas no Mimeografo. Então eu ficava mais nessas coisas ali no centrinho de matemática. Só que a Nira, no centrinho dela, além de fazer tudo que o centrinho fazia, ela começou a formar um time de vôlei. Ela falava: "Através do vôlei eu vou politizando esse pessoal. Então ela chamava as meninas para o vôlei e ia tentando. E foi entrando no movimento do Grêmio. Ela participava do Grêmio, e do Grêmio para a UNE foi direto né? (Ibidem)

Helenira, por fim, atuou na UNE, instituição prestigiada no debate político. A partir do Grêmio, Helenira firmou fortes alianças com os membros da entidade configurada à nível nacional. Ela se tornou, sem dúvida, uma referência política entre seus colegas.

> Naquela época tinha as reuniões dos Grêmios, as reuniões da UNE. Você indo nas assembleias, nas reuniões, você começa a participar das manifestações que eram organizadas pela UNE, pelos Grêmios. E os Grêmios já faziam parte da UNE. Aí já foi natural a entrada para a UNE. Todo mundo que dá alguma referência da minha irmã, os colegas de faculdade falam: "Helenira era a pessoa que entendia de política, que a gente podia confiar. A minha formação eu devo a Helenira. Helenira era quem entendia e conversava com a gente, esclarecia as coisas e tal." (Ibidem)

O número de estudantes universitários havia, de modo efetivo, aumentado nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Em 1945, eles eram 30 mil matriculados e, em 1964, eles representavam 142 mil (MOTTA, 2014a), convertendo-se em um grupo político visível e influente, em especial pelo motivo de se concentrarem nos grandes centros urbanos.

Assim, São Paulo era, nos anos 1960, uma cidade que agrupava várias jovens lideranças políticas. As diferentes universidades, reunidas no bairro Vila Buarque, tornaram-se pontos estratégicos de mobilização do movimento estudantil. Nele foram instauradas importantes instituições de ensino e pesquisa do país. Na Vila Buarque havia sido instalada a Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia, a Escola Superior de Sociologia e Política, na rua General Jardim, a Faculdade de Economia da USP, na rua Doutor Vila Nova e, a datar de 1951, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na Rua Maranhão. O polo representou, dessa forma, uma das primeiras experiências de instituição de um campus universitário no centro da capital paulista. O antigo bairro residencial transformou-se, doravante, em um autêntico bairro de estudantes universitários. O saguão do prédio da Faculdade de Filosofia, ambiente frequentado no cotidiano pelas irmãs Nazareth, era um dinâmico espaço de debates e atividades políticas (SANTOS, 1988).

A orientação ideológica majoritária no movimento estudantil era a Ação Popular (AP), um desdobramento da Juventude Universitária Católica (JUC), campo de ação especializado de um movimento mais geral já mencionado, a Ação Católica (AC). Nos anos 1950, a JUC, guiada pelos princípios cristão tradicionais, fez-se uma organização significativa na esfera nacional. Logo, ela projetou formar sistematicamente seus membros para compor uma elite acadêmica católica. De modo igual, a entidade produziu símbolos que a identificavam enquanto representação oficial da Igreja no âmbito do ensino superior. No entanto, posteriormente, na década de 1960, a tendência de esquerda tornou-se predominante e, ademais, organizou-se num setor político (RIDENTI, 2002).

Os jovens da JUC elaboraram diferentes análises críticas quanto às expressões hegemônicas da instituição religiosa, como a passividade política perante a ordem ditada, bem como articularam com outras correntes filosóficas, em particular as socialistas e as comunistas. Assim, a organização, com o apoio da Juventude Estudantil Católica (JEC), contestou diretamente a hierarquia eclesiástica. O propósito, doravante, era agir em nome de Deus para alterar as estruturas e, em seguida, engendrar um novo sistema social justo e respaldado nos valores cristãos. Sua atividade política não se limitava apenas a uma pequena elite católica universitária, mas à mobilização das massas. Além disso, as fontes cristãs não eram interpretações exclusivas. As observações das lideranças da JUC aproximavam-se progressivamente dos ideais marxistas. O discurso da parcela do corpo dirigente politizado se fundia com um esquema de avaliações inspiradas no viés de classe. Segundo Ridenti (Ibidem), de modo inovador, os religiosos brasileiros introduziram teorias internacionais, principalmente as ideias francesas, para, paralelamente, reinventar uma cultura de pensamento/ação político-religiosa genuinamente nacional. Esta, na conjuntura polarizada pela guerra fria, defendia a revolução no país e se via como um terceiro recurso: socialista e democrático.

A ala mais à esquerda da JUC pressionada, dessa forma, pelo episcopado e instigada por uma dinâmica social inédita, criou em 1962 a Ação Popular. Implementada sobretudo no movimento estudantil, membros da organização ocuparam repetidamente a Presidência da UNE,[166] quando viável, com um comunista na vice-presidência, (MOTTA, 2014a) e inúmeros centros acadêmicos e associações representativas regionais e municipais. Tratava-se de uma inédita interação cristã e estudantil e, embora o I Congresso da AP, o qual conduziu sua atuação política até 1968, tenha, conforme Ridenti (2002: 233), extinto qualquer referência ao cristianismo, as teses religiosas mantiveram-se presentes nas iniciativas de universitários mobilizados.

Com o objetivo de mobilizar o conjunto da sociedade, para além das organizações de jovens estudantes, a AP, sem contudo retirar-se de seu compromisso com universitários e secundaristas, apresentou como prioridade a coordenação política de grupos operários e camponeses. À vista disso, seus integrantes participaram do Movimento de Educação de Base (MEB), projeto essencialmente educativo (sem caráter político) da Igreja. Os católicos de esquerda o utilizaram para conscientizar e politizar a população rural durante o processo de

[166] Presidentes da UNE originários da AP: José Luís Moreira Guedes, em 1966; Luís Travassos, em 1967; Jean Marc Van Der Weid,em 1969.

instrução. Simultaneamente, membros da AP colaboraram com o educador católico Paulo Freire, inclusive na constituição de seu método revolucionário de alfabetização. Em 1962, a organização também agiu no processo de formação de sindicatos rurais, operação promovida pelo governo federal a partir da Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA). Por fim, eles integraram o grupo responsável pela criação, bem como integraram a primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (Ibidem).

Nos anos 1960, a dialética própria às ressignificações dos diferentes dilemas globais geraram, todavia, no plano local, uma radicalização. Após o golpe de 1964, várias lideranças da AP foram perseguidas e presas. Outras passaram à condição de clandestinidade. Em certa medida sob a cobertura de setores da instituição católica, a organização agiu em diferentes níveis da resistência. Houve, aliás, na aprovação da *Resolução Política de 1965*, um destaque quanto à inevitabilidade da luta armada revolucionária. Ou seja, a Direção Nacional da AP admitiu tal estratégia.

Ideologicamente, a AP se interessou sobretudo pelas interpretações dos revolucionários de Cuba. A organização, durante sua maior fase de orientação cristã, era regrada no nível municipal, regional e nacional conforme suas respectivas *coordenações*. Em 1965, sob a influência da ilha caribenha, o sistema foi transformado em *comandos.* No plano tático, setores da AP legitimaram o foquismo – noção desenvolvida por Ernesto Guevara[167] e Regis Debray,[168] segundo a qual a insurreição era susceptível de se iniciar a partir da ação de pequenos grupos situados no espaço rural e a realização de operações urbanas. Tratou-se, dessa forma, de uma teoria de guerra revolucionária testada para as condições específicas de Cuba, na qual o "foco", estabelecido em regiões de difícil acesso aos oponentes, era um núcleo permanente de luta armada. Além disso, não se exigia, ao contrário do leninismo e do maoísmo, a dinâmica do partido comunista como instrumento mobilizador das classes operárias e camponesas. Era uma experiência singular de implementação de um regime socialista na América Latina. Assim, em 1967, os católicos de esquerda atuaram ativamente

[167] Ernesto Guevara, também conhecido como "Che" Guevara (1928-1967) foi um revolucionário marxista, médico, autor e teórico militar, guerrilheiro e diplomata argentino. Uma figura significativa da Revolução Cubana. No México, conheceu Fidel Castro e o Movimento 26 de Julho, criado em 1954 contra o regime autoritário de Fulgencio Batista. Mais tarde, Guevara partiu para a ilha com o objetivo de colaborar com Castro e, rapidamente, tornou-se uma personalidade entre os insurgentes. Como líder, ele desempenhou um papel fundamental na campanha de guerrilha que depôs o ditador. Após a vitória em 1959, o argentino ocupou vários postos chaves no novo governo. A partir de 1965, Guevara fomentou a revolução em outros países. Na Bolívia, foi capturado e executado.

[168] Jules Régis Debray nasceu em Paris em 1940. Ele é um filósofo, jornalista, escritor e professor de francês. Foi amigo de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara e, nos anos 1960, acompanhou o último em diferentes guerrilhas. Em 1967, publicou o livro intitulado *A revolução na revolução*. Este livro influenciou bastante a juventude brasileira engajada na luta armada contra a ditadura militar.

na I Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba (RIDENTI, 2002).

No entanto, um conflito interno se travava na AP. Uma parte da direção se aproximava da China. Em setembro de 1968, a AP se definiu publicamente como marxista-leninista-maoísta, corrente de pensamento desenvolvida por Mao Tsé-Tung,[169] que defende uma lógica voluntarista da luta armada. Certamente, o uso da violência como método revolucionário está presente desde Marx, Engels e, mais tarde, Lenin, porém, o maoísmo propôs algumas originalidades. Em primeiro lugar, o teórico chinês inverteu a dinâmica Russa, na qual a conquista do poder de Estado foi feita a partir de uma insurreição armada de base operária e consolidada por meio da guerra civil. No pensamento de Marx e Engels a responsabilidade pelas mudanças recai sob o proletariado, e nas hipóteses de Lenin a mesma recai sob proletariado urbano e a intelectualidade. Segundo Mao Tsé-Tung, no caso asiático, preliminarmente, era preciso organizar a guerra civil de base camponesa e prolongada[170] e, somente depois, com a ocupação sistemática das cidades e das regiões, toma-se o poder de Estado. Isso posto, o chefe de governo admitiu o princípio de que a imensa massa camponesa era um agente revolucionário que poderia ser mobilizado pelo Partido Comunista. Mas acima de tudo, ele definiu esse grupo como a força motora da transformação social, enquanto o proletariado era a força diretriz. Dessa forma, o campesinato adquiriu uma centralidade inovadora.

Além disso, o líder chinês considerou que era indispensável obter o apoio constante dos operários e sobretudo dos camponeses à guerra civil, o que era realizável mediante uma conexão profunda entre o Partido e as aspirações populares. Assim, as condições objetivas da sociedade deviam permanecer em sintonia invariável com as condições subjetivas, ou seja, a vontade do povo. Novamente, Mao Tsé-Tung se divergiu do bolchevismo e das experiências socialistas típicas dos países europeus, em especial das ideias de Lenin, que não julgava viável lograr a aderência da maioria dos operários para a tomada do poder de Estado. Para o autor soviético, era de fato o último ato, a posse do regime político, e por conseguinte a

---

[169] Mao Tsé-Tung (1893-1976) foi um político, teórico, líder comunista e revolucionário chinês. Em 1921, ele participou da fundação do Partido Comunista da China (PCC). Em 1931, tornou-se presidente da República Soviética da China, a qual administrou algumas regiões montanhosas do país. Em 1949, Mao liderou a Revolução Comunista e proclamou oficialmente a República Popular da China. Inicialmente, adotou o modelo soviético, mas, progressivamente, elaborou suas próprias diretrizes. Suas ideias e contribuições teóricas são conhecidas como maoísmo.

[170] Guerra popular prolongada é uma estratégia político-militar que consiste em manter o apoio da população bem como organizar pequenas zonas de confronto e a luta armada a longo prazo, para, assim, desgastar e atrair o inimigo para o interior da mobilização, momento em que a população pode combatê-lo.

promulgação de alguns decretos em benefício das camadas mais desfavorecidas (paz, terra, pão), que posteriormente lhe permitiria conquistar a aprovação.

Por fim, de acordo com as análises de Mao Tsé-Tung, as classes sociais perduram depois da conquista do poder pelos revolucionários, dado que a burguesia resiste e conserva seu projeto de restaurar o capitalismo. À vista disso, o dirigente chinês pressupõe ser necessário prosseguir com a luta de classes mesmo durante o governo socialista. Razão pela qual foi coordenada a datar de 1966 a Grande Revolução Cultural Proletária, campanha político-ideológica cujos principais objetivos eram: neutralizar a burocracia não maoísta e corrigir o rumo das políticas da organização comunista nacional; substituir seus sucessores por líderes mais alinhados ao seu ponto de vista; garantir uma experiência revolucionária à juventude chinesa; reformar o sistema educacional com a abertura do espaço do ensino superior, tornando-os menos elitista.

Para tal, Mao Tsé-Tung visou coordenar uma enorme mobilização da juventude urbana. Organizada em grupos chamados de Guardas Vermelhos, eles empenharam-se em aplicar as diretrizes do líder nas fábricas e locais de habitação. Com efeito, a Revolução Cultural, consoante o pensamento de seu idealizador, era o enfrentamento de uma classe intelectual apartada da massa. Assim, houve a transferência de trabalhadores profissionalizados para as fábricas e campos, com o propósito de reeducá-los contra a ideologia burguesa. De maneira geral, Mao Tsé-Tung incentivou a adoção de medidas mais igualitárias no interior da sociedade chinesa, apesar do projeto, na prática, ter sido caracterizado pela perseguição dos dissidentes ao novo regime. Ele resultou com o passar dos anos em escolas fechadas, principalmente as privadas, no ataque (não só verbal) a intelectuais e ao culto exagerado à personalidade de Mao.

De toda maneira, o maoísmo tornou-se um modelo de guerra de guerrilha (SALES, 2007). No Brasil, a AP foi defensora da guerra popular prolongada e, nos anos 1960, assistiu com atenção à consolidação da Revolução Cultural Proletária. Segundo Ridenti (2002), a organização brasileira era composta particularmente pelas camadas médias intelectualizadas e jovens. Em relação àqueles processados pela Justiça Militar, 53% tinham até 25 anos e 41,3% tinham entre 26 e 35 anos.“Dentre os 409 processados, 123 eram estudantes (31,1%), 44 professores (10,8%), e 83 poderiam ser classificados como outros profissionais com formação superior (20,3%). Enquanto 17 processados eram lavradores (4,2%), e 56 trabalhadores manuais urbanos (13,7%).” (Ibidem, p. 241) Dessa forma, sob inspiração da revolução cultural chinesa houve um movimento de proletarização dos militantes. Uma corrente política

em favor da concentração de esforços para inserir-se entre as bases da sociedade fez-se hegemônica.

Os dirigentes da AP admitiam então que era indispensável integrar os militantes na produção. Por isso, a maioria dos membros da organização, oriundos de diferentes níveis hierárquicos, fora empregada nas fábricas e nos campos para realizar as atividades habituais. Ainda conforme Ridenti (Ibidem), tratava-se de favorecer a identificação profunda e pessoal do militante político profissionalizado com o trabalhador comum. Viver suas práticas laboriosas cotidianas e, neste sentido, compartilhar as experiências do povo oprimido. Em síntese, o processo era um meio para expandir as ações populares e inaugurar novas frentes, sobretudo para colaborar na realização de um contato mais direto entre os integrantes da AP e as massas. A estratégia era percebida como um elemento essencial para engendrar uma inédita consciência revolucionária. Por fim, o deslocamento dos militantes de seus círculos sociais ou até mesmo cidades contribuía, por vezes, para melhor escondê-los dos órgãos repressivos.

Helenira, jovem com forte tradição cristã, iniciou sua militância na JUC, desde sua chegada a São Paulo em 1965 e, em seguida, como a maioria dos militantes foi para a AP. Embora a geração que ingressou na organização após o golpe de 1964, na opinião de Ridenti (Ibidem), tenha permanecido até certo ponto desvinculada da influência católica anterior, Helenira criou fortes vínculos com os dominicanos. Vale lembrar, como nos afirma Feijó (2011), que em Belo Horizonte os jovens realizavam o noviciado e, posteriormente em São Paulo, prosseguiam os estudos em Teologia para serem ordenados sacerdotes. No âmbito da universidade, segundo o relato de Helenalda, sua irmã articulou com diferentes cursos. Em primeiro lugar, ela aproveitou os recursos proporcionados pelas suas próximas instalações no bairro Vila Buarque e, em segundo lugar, Helenira organizou em seu próprio apartamento reuniões festivas, meio de mobilização já anteriormente praticado pelos militantes políticos de esquerda.

> Ela entrou na JUC, Juventude Universitária Católica. Logo que chegou em São Paulo ela já entrou na Juventude Universitária Católica. E as reuniões eram na Universidade Católica, na PUC. À direita era a universidade, uma quadra para lá os dominicanos né. E aí pronto, já entrou na JUC. Os dominicanos coordenavam todo aquele trabalho ali e tal. Da JUC passou para a AP- Ação Popular. A Nira já entrava em todos os cursos. Porque na Maria Antônia, você conhecia gente de todos os cursos ali né. Todo mundo estudava ali. A Nira conhecia todo mundo. Então na minha casa, muitas vezes, tinha reuniões que tinha pessoas de vários os cursos né. No nosso apartamento, onde a gente foi morar, depois né, a gente fazia muitas reuniões festivas. Almoço, jantar, e o pessoal frequentava a nossa casa. Ela tinha contato com estudantes de vários setores. Não era só os de letras. Ela ainda era da AP. Ela foi da JUC, mas muita gente da JUC passou para a AP. Eu não sei quando é que ela entrou para o partido comunista. (NAZARETH, 2015)

De perfil audacioso e posicionamento firme, Helenira tornou-se, na segunda metade dos anos 1960, uma importante militante do movimento estudantil paulista, grupo político historicamente investido nas campanhas de alfabetização, criação de sindicatos rurais e associação da população favelada. Contudo, desde o golpe civil-militar, as instituições universitárias eram alvos privilegiados das operações repressivas. Segundo Motta (2014a), na óptica das Forças Armadas elas eram consideradas como centros de proselitismo das propostas revolucionárias e, sobretudo, espaços de recrutamento de quadros das organizações político-partidárias. Foi nos campos universitários que ocorreram célebres conflitos entre esquerda e direita no pré-64. Os estudantes representavam, assim, o cerne da ameaça comunista, ideia esta reforçada pela própria ideologia de origem da UNE e, além disso, alguns anos depois, pela suposta tolerância de Goulart a seus projetos. O chefe do governo acolheu com entusiasmo algumas de suas demandas claramente de esquerda e conferiu cargos oficiais a militantes oriundos de organizações estudantis.

Nesse contexto, o Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda (1964-1966), iniciou uma série de ações repressivas. Ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, sua gestão foi marcada pela perseguição aos estudantes organizados em todos os níveis. O ministro visava absolutamente a extinguir o movimento estudantil e o pensamento crítico através da instrumentalização da educação. À vista disso, como apoio do Congresso Nacional, aprovou, em 27 de outubro de 1964, a dissolução da UNE, em seu lugar, foi instituído o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE). De modo igual, o Ministro estendeu a interdição de funcionamento às demais entidades, até mesmo aos grêmios escolares do nível secundário. Na verdade, foi proibida a promoção de qualquer tipo de greve ou manifestação político-partidária oriunda de estudantes. Para serem criadas, as organizações deveriam a partir de então se submeter ao aval do Ministério da Educação (MEC) (CINTRA & MARQUES, 2009). Aliás, o ministro incentivou estudantes fiéis ao regime autoritário a invadir as sedes da União Estadual dos Estudantes (UEE) e centros acadêmicos coordenados pela esquerda (MOTTA, 2014a).

Imagem 17: Helenira Resende de Souza Nazareth

Fonte: Brasil (2014, p. 1043)

Era estritamente interdito se manifestar sobre o contexto político, porém Helenira mantinha ativa suas ações. Em junho de 1967, a militante escreveu nos muros da Universidade Mackenzie, na própria rua Maria Antônia, a seguinte frase: "Abaixo as leis da ditadura", um ato que teve como consequência sua primeira prisão.

Em São Paulo, os discentes da Mackenzie foram, no momento do golpe de 1964, um dos primeiros a reagirem com o apoio legitimador da reitoria em favor do regime. Em comemoração à deposição de Goulart, integrantes de diferentes cursos desse estabelecimento de ensino superior realizaram um comício pelas ruas da capital. No mesmo instante, estudantes da Faculdade de Direito da Mackenzie ocuparam o núcleo do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da USP e destruíram papéis e livros. Nos anos posteriores, eles a invadiram em várias ocasiões causando danos materiais e espancando os alunos (FASANARO, 2011). No âmbito da UEE/SP, foi criado no dia 02 de abril a Frente Democrática Universitária (FDU). A entidade reuniu mais de 2.500 universitários e, em assembleia, determinou o controle da organização a nível estadual. Portanto, alguns dias depois, na Universidade Mackenzie – com a aprovação da Faculdade de Direito da USP – foi designado, sob a adesão de vários representantes de CAs, o presidente provisório da UEE. (SANTOS, 2015).

Como mencionado, a UEE e a UNE foram alguns meses depois do golpe de 1964 extintas. Os militares julgavam não ser totalmente possível recuperá-las de sua ampla influência comunista. Apesar disso, os estudantes foram estimulados a se comprometerem com "debates e ações de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e

desportivo; realizar serviços de assistência aos estudantes e entidades carentes de recursos." (Ibidem, p. 148) Várias organizações estudantis, inclusive no próprio campus das universidades, foram propostas pelo regime em vigor, só que dessa vez, os espaços de atuação de jovens, neutralizados de sua autonomia de representação, tornaram-se "recreativos" e foram redirecionados pela gestão militar consoante seus anseios respectivos. Doravante, as atividades do movimento estudantil não tinham como propósito final intervir de modo crítico contra a ordem instituída.

Como dito antes, em junho de 1967, em razão da gravação de uma frase adversa às leis da ditadura nos muros da Universidade Mackenzie, Helenira foi presa. Após sua liberação, a estudante continuou, no entanto, com suas atividades políticas. Com intensa atuação no movimento estudantil, ela foi detida pela segunda vez em maio de 1968, quando, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014), convocava os colegas a tomarem parte de uma passeata na capital paulista. De acordo com a entrevista de Helenalda:

> Ela viajava o Brasil inteiro. Então como ela viajava muito, quase sempre não vinha para casa. Então ela foi presa duas vezes antes de Ibiúna, a gente não sabia que ela tinha sido presa. Ela foi presa e não falou nada para nós. Ela foi presa pinchando o muro do Mackenzie sobre o Congresso da UNE. Chamando para o Congresso. Então ela foi presa e foi solta. Ela foi presa pinchando a rua, pinchando o muro sobre o Congresso de Ibiúna. (NAZARETH, 2015)

Em outubro do mesmo ano, Helenira participou do conflito da rua Maria Antônia. Os estudantes brasileiros pró-governo, inclusive aqueles matriculados na Mackenzie, desde os primeiros dias após o golpe se apossaram das organizações políticas de jovens instaladas nos meios universitários e se posicionaram como rivais daqueles que assumiram opiniões e ações em oposição às imposições das Forças Armadas. Na conjuntura paulista, sobretudo na rua Maria Antônia, no bairro Vila Buarque, os conflitos eram intensos, e enquanto na USP, os processos do movimento estudantil se deram na articulação de diferentes correntes de esquerda, na Mackenzie, os mesmos processos se deram com os grupos de direita (SANTOS, 1988). Aliás, alguns discentes do último estabelecimento de ensino superior integraram o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), corporação paramilitar anticomunista criada em 1963, e composta por estudantes, intelectuais e policiais (GROPPO, 2000).

Com efeito, a hostilidade entre os estudantes da Mackenzie e da Filosofia era antiga. Houve na história das instituições diferentes episódios de provocações e xingamentos. As pichações eram práticas corriqueiras nas paredes de ambas faculdades. Os alunos da Mackenzie, com a implementação do autoritarismo, permaneceram extremamente

incomodados como os diferentes feitos dos alunos da Filosofia, os quais coordenavam passeatas e manifestações, greves estudantis e ocupações das faculdades (ANTUNES & RIDENTI, 2007). Por isso, no dia 02 de outubro de 1968, quando alguns secundaristas realizavam uma ação (com a aplicação do pedágio) a fim de arrecadar dinheiro para a produção do XX Congresso da UNE, os estudantes da Mackenzie iniciaram operações para boicotar o ato. Primeiro optaram por bloquear os carros que circulavam pela rua Maria Antônia, mas não obtendo um real sucesso, decidiram, em seguida, jogar ovos contra os secundaristas. Estes, perante a agressão,refugiaram-se no prédio da Filosofia. Certo tempo depois, os universitários, ao tomarem conhecimento do desrespeito, foram solicitar explicações dos membros da instituição situada do outro lado da rua. A partir daí, teve início uma briga que, em poucas horas, transformou-se em uma batalha envolvendo as duas faculdades.

A reitoria da Mackenzie convocou a tropa de choque e foi registrado o uso de bombas *molotov*, tiros, ácidos, bombas de gás lacrimogêneo e rojões de forte potência explosiva (VALLE, 2008). No período vespertino houve uma trégua, mas no dia seguinte, por volta das nove horas da manhã, foi retomado o conflito. A situação se agravou no decorrer das horas. Os estudantes da instituição em favor do regime em vigor invadiram a Faculdade de Filosofia e provocaram vários danos materiais. Focos de incêndios, resultado das bombas lançadas do Mackenzie, foram proliferados. Vários estudantes da USP ficaram gravemente feridos. Pela tarde, José Guimarães, secundarista, aluno do Colégio Marina Cintra, com vinte anos, foi baleado na cabeça e morreu a caminho do hospital. Seu corpo foi retirado da USP por um grupo de rapazes que o carregavam. Depois disso, os alunos da Filosofia decidiram sair às ruas para denunciar o assassinato. Enquanto isso, o prédio da Faculdade de Filosofia continuou a ser deteriorado com a anuência da tropa de choque. Somente à noite foi interrompido o conflito com a ocupação da polícia nas duas faculdades. As aulas do prédio da Filosofia, completamente destruído, foram por fim transferidas para o bairro Butantã (SANTOS, 2015). Helenalda relatou sobre a participação de sua irmã nesses episódios:

> A Nira entrou nessa. De ficar no teto jogando as bombas para o Mackenzie. Só que os estudantes do Mackenzie conseguiram incendiar o piso de baixo da Maria Antônia. E a Nira estava lá em cima. Não sei como ela fugiu. A gente tinha uma passagem que a gente chamava passagem secreta. Pouca gente conhecia essa passagem. Passava da Maria Antônia um túnel por baixo da Doutor Vila Nova e saia na Escola de Sociologia Política. Na outra rua. Eu não sei como a Nira saiu dali. Ela deve ter saído por essa passagem também. Porque eu conhecia, ela conhecia, as pessoas mais envolvidas no Grêmio conheciam. Tinha uma lanchonete no Grêmio e tinha um balcão. Atrás do balcão da lanchonete tinha um alçapão, você descia uma escadinha e passava pelo túnel para sair na outra rua. Acho que ela saiu por ali

> também porque ela não foi presa. Ela escapou. Ela estava nesse grupo das bombas. A Nira acho que conseguiu sair por essa passagem. (NAZARETH, 2015)

Por último, Helenira, aos 24 anos de idade, foi presa no sítio Murundu, pertencente ao município de Ibiúna – uma pequena cidade do interior de São Paulo. No dia 11 de outubro de 1968, iniciou-se no local o 30º Congresso da UNE. O evento, organizado com o objetivo de eleger a nova diretoria da instituição, reuniu cerca de 800 delegados, além dos observadores, oriundos de diversas partes do país. Ele foi planejado pelos integrantes da UEE de São Paulo sob a coordenação de seu presidente, José Dirceu.[171] Aliás, Helenalda relatou sobre alguns conflitos que sua irmã teve com o militante mineiro, principal adversário político de Helenira.

> Como líder política (...) ela enfrentava as pessoas que eram contrárias às ideias e tal, como o nosso José Dirceu. Foi, ela enfrentava o José Dirceu. Tem até uma foto, ela assim [gesto com o dedo indicador apontado] na cara do José Dirceu. O Zé era do Diretório Estadual, era presidente do Diretório Estadual dos estudantes. E, ela, a Nira, era da UNE, e o Zé se candidatou à UNE. Só que ele era adversário da Nira politicamente. (Ibidem)

De modo igual, Helenalda narrou sobre os preparativos para o 30º Congresso da UNE, embora ela não tenha efetivamente participado do evento. Na ocasião, o presidente da UNE era Luís Travassos,[172] e a vice-presidente era a própria Helenira.[173] Assim, sua casa, bem como a casa de outra filha Nazareth, Helenilda, eram frequentadas por vários militantes do movimento estudantil. Eles organizavam reuniões, inclusive durante a noite, para debater sobre o futuro ato.

---

[171] José Dirceu de Oliveira e Silva nasceu em Passa Quatro, Minas Gerais, em 1946. Ele é um advogado e político brasileiro. Foi para São Paulo em 1961 para trabalhar e estudar. Enquanto estudante secundarista, participou do movimento estudantil e se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1965, ingressou o curso de Direito da PUC de São Paulo. Foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e, posteriormente, em 1967, foi presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo. Foi preso em outubro de 1968, em Ibiúna. Em setembro de 1969, Dirceu foi deportado do país durante o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. A partir dos anos 1980, ele foi deputado estadual e federal por São Paulo e ministro-chefe da Casa Civil do Brasil.

[172] Luís Gonzaga Travassos da Rosa (1945-1982) nasceu na cidade de São Paulo. Foi um ativista e líder estudantil brasileiro durante o regime autoritário instalado em 1964. Foi aluno do curso de Direito da PUC-SP, membro da Ação Popular e presidente da União Nacional dos Estudantes entre 1967-1969. Foi preso em outubro de 1968, em Ibiúna. Em setembro de 1969, Travassos foi deportado do país durante o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Retornou ao Brasil em 1979, após a Lei da Anistia. Trabalhou como tradutor de alemão.

[173] Em diferentes momentos da entrevista realizada com Helenalda em 2015, é dito que Helenira foi eleita ao posto de vice-presidente da UNE no Congresso de 1969. No entanto, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014 p. 1043) afirma que a militante era vice-presidente em 1968, quando foi presa pela terceira vez. Nas eleições de 1969, Helenira fazia apenas parte da chapa vitoriosa. Outros documentos dizem que em 1969, quando o presidente da UNE, Jean Marc, foi preso, optou-se por indicar para o cargo vago seu vice-presidente, Honestino Guimarães. Finalmente, no site oficial da UNE, na rubrica Memória, nenhum esclarecimento nos é dado sobre os nomes dos vice-presidentes. https://une.org.br/presidentes/. Optamos então por deixar seu nome registrado neste trabalho de pesquisa como vice-presidente da UNE na gestão de 1967-1969.

> Vinha na minha casa Travassos, todo esse pessoal. Travassos já era procurado pela polícia quando teve a reunião em 68 na minha casa. A UNE se organizando, eles passavam a noite inteira discutindo lá. E o Travassos já era [procurado]. Tanto que o pessoal ia embora e Travassos ficou lá em casa. Ele estava escondido da polícia. Depois ele também foi embora. Ele já tinha um neném na época. Ele, a esposa e o neném lá em casa. E todo o pessoal da UNE ia fazer reunião na minha casa, ou então na casa da Nilda. Ela emprestava a casa. A gente sabia que a Nira participava da UNE, mas como ela entrou eu não sei. O que eu me lembro era assim, a propaganda na cidade universitária, eles pinchavam no chão: "Preta. Lenira" Lenira, eles não escreviam Helenira. Escreviam Lenira. "Lenira, Preta." Era a campanha para a chapa ganhar. O José Dirceu era da PUC, ele era opositor. (Ibidem)

As próximas eleições previstas para outubro em Ibiúna seriam disputadas entre três candidatos: Jean-Marc der Weid,[174] da Ação Popular, indicado por Travassos; José Dirceu, da Dissidência, apoiado por Vladimir Palmeira;[175] e Marcos Medeiros,[176] representando o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Helenira participava na condição de delegada eleita pelos colegas. No entanto, de acordo com Groppo (2000), foram intensos os conflitos ideológicos durante o processo. Sobre suas linhas políticas, os membros da UNE se divergiam quanto ao rumo da luta armada, assim como a posição do movimento estudantil enquanto base de militantes para a guerrilha. Ademais, eles se opunham sobre a postura do grupo diante da crescente repressão do Estado. Alguns estudantes supunham que o movimento estudantil tinha que se organizar de forma semiclandestina e combater o regime em vigor. E isso até mesmo por meio da luta armada. Ao passo que outros estudantes propunham manter os instrumentos "tradicionais" de participação política: assembleias, debates e protestos públicos. A AP difundiu diferentes discussões contrárias à ditadura e ao imperialismo (GROPPO, 2000).

---

[174] Jean Marc Fréderic Charles von der Weid nasceu no Rio de Janeiro em 1946. Seus primeiros passos na militância aconteceu no movimento estudantil secundarista. Em 1964, tornou-se estudante da Escola de Química da Universidade do Brasil. Em 1967, foi presidente do Diretório Acadêmico. No ano seguinte, em 1968, Jean Marc foi condenado por ter incendiado o carro do Exército e espancado um militar durante uma manifestação. Ainda no mesma ano, ele foi candidato à presidência da UNE pela corrente Unidade e Luta, liderada por Luís Travassos. Foi preso contudo em outubro de 1968, em Ibiúna. Antes de ser encaminhado para o DOPS, ele usou um artifício de disfarce e apresentou falsa identidade e, assim, foi incorretamente levado para o Paraná, onde posteriormente conseguiu sua liberdade. Em abril de 1969, Jean Marc foi eleito presidente da UNE, mas sua gestão, embora de demasiada importância, foi de curta duração. No dia 01 de setembro de 1969, foi preso pelo Cenimar. Em janeiro de 1971, foi banido depois de ter sido libertado em troca do embaixador suíço Giovanni Eurico Bucher. Com a lei da Anistia, em 1979, retornou ao Brasil. Jean Marc é um especialista em planejamento participativo e desenvolvimento sustentável.

[175] Vladimir Gracindo Soares Palmeira nasceu em Maceió, no Estado de Alagoas, em 1944. Mudou para o Rio de Janeiro com seis anos de idade. Iniciou suas atividades políticas no movimento estudantil secundarista. Em seguida, Vladimir foi estudar na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Lá participou de várias ações contra o regime me vigor. Foi preso em 1968, em Ibiúna. Em setembro de 1969, exilou-se. Nos anos 1980-1990, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro.

[176] Marcos Antônio Costa Medeiros foi um líder estudantil nos anos 1960. Em 1968, foi preso em Ibiúna. Nos anos 1970 exilou-se, quando passou atuar em atividades cinematográficas. Faleceu em 1997.

Imagem 18: Helenira discursa durante um evento da UNE em SP. Segundo o depoimento de sua irmã, Helenalda, o jovem estudante em pé contra quem Helenira aponta o dedo indicador seria José Dirceu.

Fonte: http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2014/04/exposicao-faz-homenagem-jovem-de-cerqueira-cesar-morta-na-ditadura.html

Realizado na clandestinidade, o 30º Congresso da UNE em todo o caso requereu certa estratégia e noções de segurança. Assim, os estudantes destinados a participar do evento eram recolhidos em diferentes "pontos" da cidade, lugares pré-estabelecidos entre a equipe encarregada da organização e os líderes das diversas entidades estudantis. Além disso, foi distribuído um código para aqueles devidamente escritos no Congresso. Uma vez identificados, os estudantes eram direcionados ao Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) e em seguida reencaminhados para o sítio Murundu. Em caminhões e carros, os participantes eram transportados da maneira mais discreta possível para o sítio, de sorte que os primeiros a se instalarem no local tiveram que esperar dias até que todos os congressistas, em pequenas quantidades, fossem progressivamente reunidos no local. Foi previsto abrir o Congresso numa sexta-feira e fazê-lo durar três dias.

Em contrapartida, a segurança do evento, segundo o relato de Jean Marc von der Weid (2011), estava sob a responsabilidade de alguns estudantes secundaristas armados de pistolas e espingardas de caça. Os alojamentos e a estrutura física, em geral, eram precários e a quantidade disponível de alimentos era restrita. Somou-se a essas dificuldades uma chuva ininterrupta. Por isso, muitos estudantes foram até a cidade de Ibiúna comprar alguns

produtos. O fluxo de jovens e a afluência de mantimentos adquiridos despertou, contudo, a atenção da população e autoridades.

Houve uma queixa na delegacia local e o comissário, depois de uma breve investigação, concluiu positivamente sobre a realização do evento no município. Logo, ele avisou os policiais da Força Pública de São Paulo. Na noite de sexta para sábado, no dia 12 de outubro, os agentes da corporação cercaram as três vias de acesso ao sítio. O Congresso foi invadido e todos os presentes foram presos. Ainda na cidade de Ibiúna, os estudantes foram postos em ônibus e caminhões com destino a São Paulo. Helenira, quando o coletivo que a transportava circulava pela Avenida Tiradentes, ainda teve a agilidade de entregar um bilhete individual a um pedestre. O papel, no qual havia seu endereço residencial, Rua Robertson, no Cambuci, foi, em seguida, confiado à família. Seus parentes estavam, dessa forma, avisados de sua prisão. Helenalda relatou esse episódio:

> A Nira sempre conseguiu os bilhetes. Logo que ela foi presa em Ibiúna também. Ela jogou um bilhete pela janela. (...) Ela disse que eles trouxeram em ônibus. Nos carros da polícia mesmo. A polícia junto, mas vinha os estudantes dentro dos ônibus e os carros da polícia dos lados, atrás. Tanto que parou a cidade para passar os ônibus. E a Nira jogou um bilhete pela janela do ônibus, e uma pessoa na rua pegou o bilhete. E no bilhete ela pôs o nosso endereço. Pedia, por favor, para avisar a família que ela tinha sido presa com os estudantes. E a pessoa veio trazer o bilhete na minha casa, aí a gente sabia que ela estava presa. (Ibidem)

Em São Paulo, os participantes do Congresso foram fichados e acusados conforme a Lei de Segurança Nacional. No DEOPS/SP foram tiradas fotos, impressões digitais e elaborados históricos dos detidos, dados que, posteriormente, serviram para compor um amplo catálogo com a identidade dos militantes políticos. Depois de fichadas em São Paulo, algumas mulheres foram soltas e outras encaminhadas para o Presídio Tiradentes, com exceção dos líderes estudantis que permaneceram presos no DOPS, sendo depois transferidos para outros centros penitenciários. Vale apontar que ao analisar as imagens das mulheres presas em Ibiúna, observou-se o protagonismo de várias estudantes negras.

Imagem 19: Ficha de identificação de Helenira no DEOPS.

Fonte:http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth

Helenira, apesar de ter tido uma trajetória de dirigente da UNE, foi no primeiro instante enviada para o presídio Tiradentes. Algum tempo depois, a polícia política identificou seu real peso na organização estudantil e a redirecionou para o DOPS. Consoante o Relatório da Comissão da Verdade (UNE, 2015, p. 56), "procurada pelos policiais como Nazareth e apontada como sendo uma das líderes do movimento, foi transferida do Presídio Tiradentes para o DOPS onde caiu nas garras do famigerado Fleury,[177] que a jurou de morte." Reprimir Helenira, também condenada pelas anteriores ações políticas de seu pai, Adalberto, era um meio para o delegado atingir o conjunto da família. Em seu relato, Helenalda descreveu brevemente esse encontro.

> Foi em 68, ela foi presa em Ibiúna e ficou no presídio Tirantes. Eles levaram os oitocentos estudantes para o presídio Tiradentes, nas mãos do Fleury em 68. E quando ela chegou o Fleury falou assim: "Filho de peixe, peixinho é." E o Fleury falou que a próxima vez que ela passasse por lá ele ia matar. Já havia sido torturada. Ela falou só que o Fleury prometeu matá-la se ela aparecesse de novo. (NAZARETH, 2015)

Informados da prisão de Helenira, os membros da família Nazareth realizaram várias tentativas iniciais para lhe contatar no presídio Tiradentes. No entanto, nas primeiras experiências os policiais negaram repetidamente sua presença, afirmação que era posta em dúvida pelas irmãs em razão do bilhete recebido. Alguns momentos depois, nas redes de

[177] Sérgio Fernando Paranhos Fleury (1933-1979), também conhecido como Delegado Fleury, foi um policial do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo. No período autoritário, Fleury ficou conhecido por suas práticas ilegais e violentas. Ele foi acusado pelo Ministério Público de tortura e homicídio de inúmeros indivíduos. Nas narrativas dos presos políticos, o delegado é indicado como um oficial que torturava sistematicamente as pessoas no decorrer de seus interrogatórios.

televisão e rádios nacionais, foi, todavia, declarado publicamente o encarceramento dos estudantes presentes em Ibiúna. A partir do enunciado, foi solicitado o imediato auxílio material dos familiares, ainda que, conforme a narrativa de Helenalda, sua irmã e os demais jovens detidos não tenham recebido nenhum objeto. Seja como for, havia aí uma garantia e uma certa evidência da permanência de Helenira no interior da instituição. A partir de então, ir ao cárcere levar alimentos e produtos de primeira necessidade tornou-se uma atividade cotidiana para os próximos dos congressistas. Um ato de apoio aos secundaristas e universitários presos políticos, ao mesmo tempo,reforçado pelas várias manifestações, visto que os parentes, com o objetivo de dar-lhes também suporte moral e sem tardar obter a ordem de liberdade, organizaram vários protestos em favor dos estudantes.

Em seguida, Helenira enviou um segundo bilhete anônimo para a família. Nele, ela avisava sobre sua recente localização, pois havia sido transferida para o DEOPS, bem como comunicava a presença no mesmo local de outros seis militantes. Entres os nomes indicados pela estudante de Letras encontravam-se José Dirceu, Antônio Ribas,[178] Luís Travassos e Vladimir Palmeira. Helenalda enxergou no bilhete um princípio de colaboração entre Helenira e algum funcionário: "o carcereiro tinha que digitar todas as fichas do DOPS e a Nira sabia datilografia. (...) Ela foi ajudar. Ela datilografava as fichas dos presos. Por isso que ela acabou tendo uma certa liberdade de sair da cela. Ela ajudava o carcereiro." (Ibidem) A ação refletiu ponderada estratégia política, já que a militante teve que estabelecer uma relação de confiança com o funcionário da prisão e, paralelamente, convencê-lo a agir adequadamente como mensageiro. O fato de agir como emissário, caso fosse descoberto pelos agentes dos órgãos de repressão, poderia trazer para ambos diversas formas de represálias.

> Até então a gente começou a ir no presídio Tiradentes. Na televisão, eles pediam para familiares mandarem várias coisas. E a gente foi levar cobertor, comida, cigarro. Ela não recebeu nada. Tudo que nós deixamos não sei onde foi parar. Com os outros familiares a mesma coisa. (...) Porque no Tiradentes, no começo, eles falavam que não estava presa, depois, eles começaram a receber as coisas que a gente levava. Então a gente falava: "A Nira está por aí." Só que depois ela mandou o bilhete dizendo que ela estava no DOPS. Desse bilhete que a gente foi atrás da advogada (...). (...) Os bilhetes ela nunca assinava assim o nome dela mesmo inteiro. Ela fazia um rabisco, (...) a gente identificava a letra dela, né? E ela não punha o nome de ninguém no bilhete também. Fora esse do DOPS que ela pôs (...) os nomes, né? Aí pôde os familiares deles também saberem que eles estavam no DOPS. Ela teria que ter confiança no carcereiro para entregar [o bilhete] para família. Primeiro ela teve que fazer toda a amizade com ele, observar. E naquela época era complicado né? Porque você não podia ter uma carteira de endereço, não podia ter

[178] Antônio Guilherme Ribeiro Ribas (1946-1973) nasceu na cidade de São Paulo. Em 1967, tornou-se presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas. Ele foi preso em setembro de 1968, por distribuir panfletos contrários à ditadura durante as festas militares comemorativas da Independência do Brasil e, em outubro do mesmo ano foi novamente preso em Ibiúna. Nos anos 1970, Antônio integrou a Guerrilha do Araguaia. Ele é considerado desaparecido político.

> telefone, tinha que ser tudo memorizado. (...) Não podia ter nada escrito. Se você fosse presa. Naquela época era complicado. (Ibidem)

Com a indicação obtida pelo carcereiro, as irmãs Nazareth foram ao encontro de Helenira no DEOPS. No entanto, os policiais continuaram a negar sua presença nos órgãos repressivos e as chances de ver pessoalmente a caçula da família foram várias vezes eliminadas. Diante das inúmeras tentativas frustradas, elas decidiram finalmente retornar com a advogada Maria Aparecida Pacheco. A profissional do direito, de acordo com a entrevista de Helenalda, tinha suas dúvidas quanto à real transferência da congressista de Ibiúna para o DEOPS. Mas a prova do bilhete foi suficiente para convencê-la.

> Eu e a Neide fomos atrás da doutora Pacheco e falamos: "Nós sabemos que a Nira está no DOPS. Está lá enfrentando o Fleury." Ela falou: "Mas como vocês sabem?" "Ela mandou bilhete. Veio um senhor que não se identificou. Mas falou que ele não podia se identificar, nem nós poderíamos contar para ninguém que ela trouxe um bilhete para gente." Dizendo que ela estava presa no DOPS, falou todos que estavam lá. (...) Eles tiraram do presídio Tiradentes. (...) Tiraram os líderes do presídio Tiradentes e levaram para o DOPS. (...) E a Nira estava lá. E aí até o jornal publicou depois, mais tarde né, que era a única mulher líder. (Ibidem)

Acompanhadas da advogada, elas foram até a instituição. Mais uma vez, os policiais refutaram a presença de Helenira. No entanto, Maria Aparecida não abandonou a missão. Entendida das dinâmicas da corporação, solicitou doravante se dirigir pessoalmente ao delegado Fleury. E, sem hesitação, o agente que as atendia encaminhou o requerimento, que foi rapidamente respondido com uma negação. A advogada, como insistência e tom de ameaça, fez novamente a demanda. Ela pediu ao agente para informá-lo de seu nome e avisou-o de sua disposição de ir até os jornais com as irmãs Nazareth para denunciar o caso. Diante da atitude, e na opinião de Helenalda a advogada tinha informações que supostamente poderiam condená-lo, o delegado Fleury mudou de postura. No primeiro momento, ele afirmou que somente a mediadora era autorizada a entrar. Maria Aparecida, entretanto, não aceitou a proposição e permaneceu firme com suas reivindicações. Iniciou-se então um debate entre ambos e, por fim, a advogada foi ao escritório de Fleury para uma conversa privada. Enquanto isso, as irmãs aguardavam. Após alguns minutos, Maria Aparecida anunciou seu êxito. O delegado havia permitido o ingresso de Helenalda e Heleneide no interior do DEOPS. No mesmo dia, Helenira recebeu a visita de sua família.

> Nós conseguimos falar com a Nira no DOPS (...). Nós falamos: "Nós sabemos que ela está lá. Porque ela manda bilhete, a gente manda cigarro, manda bolo. E o carcereiro leva para ela." Aí a doutora Pacheco falou: "Está bom vamos lá." Do escritório dela fomos para o DOPS. Aí chegou lá e falou: "Nós queremos entrar para ver uma pessoa que está presa aí, Helenira." "Não, não tem ninguém preso aqui não." (...) Ela falou: "Chama o Fleury lá que eu quero falar com ele." O cara foi e falou: "O Fleury disse que não vai atender." "Você falou para ele quem está aqui?" "Não, não falei." "Fala para ele que a Pachequinho está aqui. Se ele não me atender,

> eu vou daqui direto para os jornais. Com as duas irmãs da Helenira. Nós queremos entrar para ver a Helenira" Aí o Fleury falou que só ela podia entrar. Ela falou: "Não, eu não entro só eu. Elas têm que entrar." Eu sei que ficou um vai e volta na escadinha, porque tinha uma escadinha no DOPS. E aí o policial falou assim: "Não, elas têm que esperar aqui." Nós ficamos sentadas lá e ela subiu para falar com o Fleury. Aí, ela falou que ia para os jornais contar todos os podres que sabia dele. Ele deixou entrar. Quando ela desceu a escada falou: "As duas vão poder entrar e falar com a irmã delas." Aí entramos, a Nira estava esperando a gente já na carceragem. Nós conversamos com ela (...) E foi assim que a gente teve o primeiro contato com o PCdoB. Então eu acredito que ela já tivesse ligação com o PCdoB. (Ibidem)

Acredita-se que, no momento de seu encarceramento em Ibiúna, Helenira já fazia parte do PCdoB. Não se sabe ao certo quando e como ocorreu sua adesão ao grupo de luta armada. Helenalda foi apenas informada de um convite feito pelo militante político negro Carlos Marighella, o qual propôs a Helenira aderir à Ação Libertadora Nacional (ALN).

Carlos Marighella foi um político, escritor e guerrilheiro comunista marxista-leninista brasileiro. Nasceu em Salvador, em 1911. Já nos anos 1930, vivenciou a repressão do Estado Novo. Em 1936, Carlos Marighella abandonou o curso de Engenharia Civil e se filiou ao PCB. Na entidade, tornou-se militante profissional e mudou-se para o Rio de Janeiro. Na capital fluminense foi preso por subversão duas vezes e, na segunda ocorrência, permaneceu detido até 1945, quando foi beneficiado com a anistia.[179] Em 1946, elegeu-se deputado federal constituinte pelo PCB baiano. Marighella foi um dos mais bem votados da época. No ano seguinte, teve seu mandato cassado e clandestino, assumiu diferentes postos de direção na organização partidária. Nos anos de 1953 e 1954, residiu na China. Atuou como militante do PCB durante 33 anos e, em 1967, foi expulso da organização partidária em razão de divergências políticas. No ano seguinte, fundou o grupo armado Ação Libertadora Nacional (ALN). Em um determinado momento, Marighella foi considerado o inimigo número um do regime militar. Em novembro de 1969, o militante político foi surpreendido por uma emboscada e assassinado a tiros por agentes do DOPS.

No entanto, Helenira recusou o convite. Ela não foi para o grupo de Marighella, a ANL. Como a maioria dos militantes originários do movimento cristão, Helenira foi para outro grupo armado, o PCdoB. O alinhamento da AP com o maoísmo e suas relações estreitas com a China, fez a organização se aproximar desde 1968 de seu correspondente oficial brasileiro: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Todavia, desde o início da articulação foi possível perceber várias discordâncias de opiniões entre ambos. Havia as divergências ideológicas, principalmente no que diz respeito à própria proposta maoísta – a designação da ideia de Mao como uma nova etapa na teoria marxista e revolucionária e, por conseguinte, a

[179] Durante sua trajetória política foi preso quatro vezes, sendo a primeira delas aos vinte anos de idade.

criação de um partido inteiramente novo (argumento aceito pela AP, mas recusado pelo PCdoB). Além disso, havia as divergências políticas, principalmente no que diz respeito às características específicas da sociedade e da revolução brasileira, a linha militar etc. Por fim, havia as divergências orgânicas, principalmente no que diz respeito ao modelo de fusão entre as duas organizações. O PCdoB propunha que os militantes da AP se desvinculassem da entidade e, de modo individual, aderissem a ele (RIDENTI, 2002).

Em 1971, os cenários de conflitos internos na AP generalizaram-se. Uma maioria se posicionava ideologicamente com o PCdoB, enquanto uma minoria mantinha ressalvas quanto à fusão, mas ambas se definindo como maoístas. A AP foi renomada Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML) e, sob a influência do grupo hegemônico foi reorganizada pelo sistema de *comitês (*em substituição ao sistema de *comandos* de inspiração cubana proposto em 1965). Ainda no primeiro semestre de 1971, o Comitê Central finalmente optou pela incorporação ao PCdoB, cujo modelo o fazia ser considerado como o verdadeiro partido revolucionário, embora o processo tenha sido dificultado em razão da rígida clandestinidade e das repercussões das lutas intrínsecas à organização de origem cristã e estudantil. Em 1973, a AP foi anexada ao PCdoB (Ibidem).

Observa-se, nesse caso, que a adesão de Helenira ao PCdoB é anterior. Antes mesmo das decisões do Comitê Central, a militante paulista já havia decidido qual seria sua tendência. E de maneira individual, como foi proposto por sua nova organização partidária, ela se posicionou politicamente. Em todo caso, após o episódio de Ibiúna, quando Helenalda foi buscar a ajuda de uma advogada, pois, segundo sua entrevista, a maioria dos profissionais dessa área recusavam o trabalho, em razão da censura e das difíceis condições de defender um preso político em regimes autoritários, a ajuda imediata veio de um integrante do PCdoB. Helenalda relatou:

> Nem nós sabíamos que a Nira tinha entrado para o PCdoB. Ela não contou que ela passou para o PCdoB. Ela só comentou comigo uma vez, ela já estava clandestina, ela comentou que o Marighella estava propondo que ela entrasse no grupo dele. (...) Ela decidiu que não ia entrar no grupo do Marighella, mas não falou nada a respeito do PCdoB. Mas hoje eu acredito que ela já estava inclinada no PCdoB. Pois foi o PCdoB que nos ajudou quando ela foi presa em Ibiúna. Tinha um amigo que era do PCdoB, colega na escola, dava aula na mesma escola do que eu, e ele falou: "Helenalda você quer que eu apresente para você?" Eu falei: "Eu não sei onde arrumar um advogado bom que queira essa causa." Por que a gente já tinha procurado pessoas conhecidas que falavam: "Ah, eu não vou entrar nessa questão." As pessoas tinham medo. Aí esse amigo me apresentou o João Amazonas.[180] Pedro

[180] João Amazonas de Souza Pedroso (1912-2002) nasceu em Belém, no Pará. Ele foi um teórico marxista, político revolucionário, guerrilheiro e líder do Partido Comunista do Brasil. Em 1935, envolveu-se com o movimento comunista. Neste período, atuou em diferentes frentes na sua terra natal. Em 1945, foi eleito deputado federal constituinte pelo PCB carioca. Em 1947, seu mandato foi cassado. Em 1961, João foi

> Pomar[181] na época era vivo. E aí eles me indicaram uma advogada que tinha até um escritório no Largo do Arouche. E lá fomos. Eu e a Neide sempre. As duas juntas. (NAZARETH, 2015)

Assim, Helenalda considerou que a integração de sua irmã no PCdoB precede aos eventos do 30º Congresso da UNE. Foi por intermédio de um colega professor que as irmãs puderam estabelecer um contato com Maria Aparecida Pacheco.

Segundo a narrativa de Helenalda, sua irmã era a única mulher líder do movimento estudantil que permaneceu no DEOPS. Alguns dias depois desse episódio intermediado pela advogada Maria Aparecida Pacheco, a "estudante", como era referida pelo carcereiro "amigo", foi transferida para o Presídio de Mulheres do Carandiru, um dos maiores complexos prisionais do Brasil, e que acolheu muitos presos políticos durante a ditadura. Naquele local, os jovens congressistas de Ibiúna obtiveram o direito à quebra da incomunicabilidade com seus familiares e advogados. Além disso, se beneficiaram de celas abertas no decorrer do dia, uma decisão do diretor que viabilizou suas interações diretas com os presos comuns. No cotidiano carcerário, os jovens compartilhavam com todos os detentos as difíceis condições de vida. Por ser negra, Helenalda acredita que foi mais fácil para sua irmã se integrar. No Carandiru, Helenira ficou encarcerada durante dois meses.

> E a Nira, no presídio, por se negra, depois que conseguimos tirar a Nira do DOPS, ela foi para o presídio de mulheres. Era a única mulher presa política. Foi aí que os jornais publicaram, única mulher. Estava lá no presídio de mulheres, no Carandiru. Ela fez amizade com várias mulheres que eram presidiárias. Presas comuns, negras. Quase todas negras. Quase todas as mulheres presas eram negras. E quando ela saía para o banho de sol e essas coisas, ela tinha contato com essas mulheres. E conversava sobre a história delas, o que aconteceu. Ela por ser negra no presídio, ela conseguiu fazer amizade com outras negras ali. E conversava sobre política com elas também. Falava o que estava acontecendo, das injustiças. E parece que tinha muita gente presa injustamente, porque bateu no marido. (Ibidem)

A família Nazareth conseguiu libertá-la mediante *habeas-corpus* obtido na véspera da publicação do AI-5. Ato Institucional que em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, marcou uma série de ações autoritárias, dado que concedeu exclusivos poderes de repressão ao presidente da República. Suas atribuições foram: decretar o recesso do Congresso Nacional (o qual foi no mesmo dia fechado por tempo indeterminado); interceder nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares;

---

expulso da organização partidária e, em seguida, foi um dos responsáveis pelo organização do PCdoB. Participou ativamente da Guerrilha do Araguaia.

[181] Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar (1913-1976) nasceu em Óbidos, no Pará. Ele foi um político brasileiro. Em 1935, ingressou no Partido Comunista Brasileiro. Organizou diferentes ações partidárias no Estado do Pará. Em 1947, foi eleito deputado federal por São Paulo, sob a legenda do Partido Social Progressista (PSP). Ainda no mesmo ano seu mandato foi cassado. Em 1961, também foi expulso do PCB. Junto com João Amazonas e outros militantes fundou o PCdoB. Em dezembro de 1976, Pedro Pomar foi assassinado pela polícia.

cancelar, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; pronunciar pelo confisco de bens julgados ilícitos; suspender a garantia de *habeas-corpus*. Medida que tem como finalidade a proteção do direito de mobilidade de um indivíduo. Ela pode ser requisitada por qualquer pessoa física que experimentou (ou julga que tal ato é iminente) violência ou abuso de poder e foi coagido ilegalmente na sua liberdade de locomoção. Em outras palavras, o instrumento é um meio de impedir ou anular uma detenção arbitrária. Dessa forma, Helenira conseguiu obter sua liberdade, mas teve que atuar na clandestinidade e sua família, em razão de suas atividades políticas, foi duramente perseguida pelos órgãos de repressão.

> A Nira foi solta, os outros líderes ficaram presos. Ela ficou no presídio até dia 11 de dezembro, que foi um dia antes do AI-5. Conseguimos o *habeas corpus* com essa advogada que era do PCdoB. Essa advogada conseguiu o habeas corpus e falou: "Ela tem que ficar clandestina." Ela foi presa em Ibiúna e foi solta um dia antes do AI-5, aí é o período que começa as perseguições, a polícia vem atrás da gente. "Não, não sabemos onde está..." Na minha ficha do DOPS consta que eu fui uma vez prestar depoimento e que não havia nada de prova concreta da minha militância política. Porque eu não militei em nenhum partido mesmo, então não tinha. Só tinha participação em movimento estudantil. Interessante da minha ficha é que fala assim: "Irmã de Helenira. Estudante da USP, irmã de Helenira e filha de comunista." As minhas credenciais na ficha do DOPS. (Ibidem)

Já engajada no PCdoB, Helenira foi aconselhada a viver na clandestinidade. A advogada temia pela própria vida da militante política, mas também pela segurança de seus parentes mais próximos. Seguindo essa orientação, Helenira refugiou-se na Igreja. Desde sua chegada a São Paulo, no âmbito do movimento estudantil, ela já havia estabelecido sólidas relações com a JUC. Como já visto, vários setores da instituição católica compuseram os grupos de oposição ao regime autoritário. Por isso, Helenira tinha o contato da Madre Cristina (1916-1997), religiosa, cônega da congregação de Santo Agostinho e intelectual, conhecida neste período por fornecer refúgio aos presos políticos. Seu nome de batismo era Célia Sodré Dória, nasceu na cidade de Jaboticabal, em São Paulo e, nos anos 1940, licenciou-se em Filosofia e Pedagogia. Mais tarde, em 1954, doutorou-se em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Publicou vários textos e livros na área de conhecimento da psicologia. Madre Cristina foi educadora, fundadora e diretora do Instituto Sedes Sapientiae[182] (em latim, sede da sabedoria). Durante a ditadura militar, ela participou ativamente da resistência.

[182] O Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae foi criado em 1977, em São Paulo. Seu objetivo era constituir um significativo polo de estudo sobre a saúde mental, educação e filosofia. Durante a ditadura, o instituto tornou-se um espaço privilegiado de resistência política. Ele acolheu inúmeros perseguidos políticos e organizou encontros. Recém inaugurado, suas salas receberam a primeira e restrita reunião do grupo de pessoas que mais tarde foi responsável pela fundação do Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo, em maio de 1978.

> Eu tinha mais contato era com Madre Cristina. Madre Cristina era uma freira que todo mundo sabia que era de esquerda. Isso foi em 68, quando ela saiu do presídio. 68-69. (...) A igreja já protegia os presos políticos né. (...) Já protegia os familiares. Ela saiu da prisão e ficou clandestina. E aí quando ela ficou clandestina, a doutora Pacheco falou que ela ia ter que ficar clandestina, ela mandou um bilhete para procurar a Madre Cristina. (Ibidem)

Foi por intermédio da Madre Cristina que Helenalda manteve uma certa comunicação com Helenira. Normalmente, as irmãs se viam no Colégio Des Oiseaux. Escola reservada às meninas das classes mais abastadas de São Paulo, ele foi conduzido pelas freiras da Ordem de Santo Agostinho. Nos fundos do terreno, encontrava-se o Instituto Sedes Sapientiae. Por questões de segurança, Helenalda era a única pessoa da família Nazareth conhecedora da localização de Helenira e autorizada a realizar visitas. De retorno ao espaço domiciliar, ela servia de mediadora para suas irmãs e seus pais. E, isso, sem realmente poder dar detalhes sobre a vida cotidiana da filha caçula. Além disso, Helenalda era responsável por lhe assegurar alguns recursos e, na medida do possível, conforto. Por conseguinte, ela sempre lhe trazia produtos de primeira necessidade e um pouco de dinheiro. Diante de um cotidiano marcado pela clandestinidade, Helenalda enfatizou a importância do suporte material e moral dos parentes mais próximos.

> A Helenira ficou na igreja. Eu fui encontrar com ela no colégio Des Oiseaux. Eu falei com a Madre Cristina e ela marcou nos Oiseaux para encontrar com a Helenira. Então ela deveria estar lá no Colégio. A única que sabia onde a Nira estava era eu. Ela falou: "É melhor nem a Neide ficar sabendo, ninguém, nenhuma das irmãs. Porque quanto mais gente souber é pior." Então, era só eu que tinha contato com ela e trazia as notícias para as outras irmãs né. E levava roupa, dinheiro, porque era uma clandestinidade com apoio familiar. Porque senão, não dá né. Não tinha dinheiro. Por isso que eu nem sabia que ela estava ligada ao partido né. Porque no início quem deu assim um lugar para morar foi a igreja. (...) Eu tinha que ir até o Sedes procurar a Madre Cristina. Para a Madre Cristina dizer aonde eu iria encontrar a Helenira. No início, logo que ela saiu do presídio. Então ela ficou sob tutela da igreja. (Ibidem)

Em seguida, Helenira residiu em dois aparelhos do PCdoB, os quais Helenalda descreveu como sendo bem precários, desprovidos do mínimo de conforto. Segundo seu relato, Helenira habitou num desses apartamentos com outra militante política, cuja identidade não foi identificada. Por lá, ela permaneceu durante um ano. O aparelho, na conjuntura política da ditadura militar, consistia num lugar (apartamento ou casa) usado como abrigo por uma célula. Isto é, um grupo definido de militantes de uma organização política clandestina com atuações comuns. Ademais, o aparelho era um local onde se podia realizar reuniões, guardar material de propaganda, dinheiro, armas etc. As células eram estruturadas de forma hierárquica, munidas de direção própria com níveis de autonomia variados.

> Mais tarde, quando ela não estava mais sob tutela da igreja, a última vez que eu fui encontrar ela falou aonde iria morar. Era do lado do sindicato dos jornalistas, ali perto da Igreja da Consolação. Não lembro o nome da rua. Acho que é Rego Freitas,

> mas não sei. E era um prédio, um apartamento que não tinha nada. Eu entrei, só tinha dois colchões. (...) Morava ela e uma outra moça. Só tinha os colchões, elas dormiam no chão. E não tinha nada no apartamento. Então era uma coisa bem provisória mesmo. Foi um ano assim que parece que foram muitos anos. Depois ela morou na vila Madalena, perto da rua Harmonia, por ali. (Ibidem)

Nos primeiros meses de vida clandestina Helenira participou novamente da coordenação do Congresso da UNE, evento previsto para acontecer em 1969. Indignados com a interrupção da eleição, já em novembro de 1968, o movimento estudantil reuniu militantes dispostos a realizar em São Paulo um Conselho Nacional de Estudantes, em que foi debatido de que maneira deveria ser organizada a continuidade do 30º Congresso da UNE. Na opinião da maioria, tratava-se da urgência de concluí-lo e eleger uma nova diretoria. O Conselho optou então por constituir Congressos Regionais, pois admitia-se que descentralizados seriam mais dificilmente reprimidos. Produzidos entre novembro de 1968 e abril de 1969, as assembleias foram bastante afetadas pela ausência de lideranças, presas ou assassinadas, pela precariedade econômica das coletividades regionais e, sobretudo, pelas questões de segurança (MACHADO, 1980). Em dezembro de 1968, no Paraná, houve uma tentativa de efetuação do Congresso, porém o evento foi paralisado pela repressão (HELLER, 1988). Nele, Helenira, junto com todos os outros participantes, foi presa novamente.

Todavia, a militante usou uma identidade falsa, apresentou-se, dessa vez, segundo a narrativa de Helenalda, como Eliana Fragoso. Nos documentos do DOPS, observa-se, por outro lado, o nome de Eliana Resende Barbosa.[183] De qualquer forma, Helenira, não sendo imediatamente identificada pelas forças de ordem, foi posta em liberdade. A eleição da nova diretoria foi consumada em maio de 1969. A chapa da qual era integrante, encabeçada pelo militante Jean Marc von der Weid, saiu vitoriosa (MULLER, 2010).

> Depois do AI-5 ela organizou o 30º Congresso. E aí ela ficou atuando na UNE, mas a UNE era clandestina. Esse Congresso, 30º Congresso que foi interrompido pela polícia lá em Ibiúna, depois ele aconteceu. (...) Eles tentaram fazer o Congresso em Curitiba, a política prendeu, a polícia ficou sabendo, foi lá, prendeu todo mundo. Helenira foi presa, mas com a identidade de Eliana Fragoso. Ela já tinha falado para mim, esse nome ela já tinha falado. Ela foi presa com esse nome. E não foi identificada como Helenira, eles soltaram. Eles prenderam o pessoal lá em Curitiba, no bolo do Congresso, e ela não foi identificada como Helenira lá em Curitiba. Aí a polícia de Curitiba soltou. Depois eu vi na ficha do DOPS. Helenira foi presa com nome de Eliana, mas não foi identificada, foi solta. Encontra-se foragida. Na fichinha do arquivo do DOPS. Depois ela conseguiu reorganizar de novo e fez um Congresso (...). Aí eles fizeram o Congresso, e a Chapa dela foi eleita. O José Dirceu estava preso. Foi a última diretoria da UNE. O 30º Congresso que as pessoas pensam que não foi feito, mas ele foi realizado.(NAZARETH, 2015)

[183] Ver:http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/011-ficha_sni_1972.pdf
Ver:http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/upload/012-ficha_cenimar_identificacao_helenira_1971.pdf

Posteriormente, Helenira mudou-se para um alojamento estudantil. Ela permaneceu durante um tempo no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP). Lá, a militante partidária organizou novas ações políticas. Realizou reuniões e debates clandestinos. Em certa ocasião, no decorrer de um ato repressivo, Helenira escapou por um triz de ser outra vez presa. Na universidade, as irmãs Nazareth também se viam uma vez por semana. Nas quintas, no período vespertino, Helenalda ia até o departamento de História. Após aguardar alguns minutos, Helenira, ciente da obrigação de respeitar a integralidade das regras de segurança, ia ao encontro de seus familiares. De acordo com Helenalda, o CRUSP foi sua última moradia na cidade de São Paulo antes de se direcionar para a Guerrilha do Araguaia.

> Mais tarde ela falava: "Agora você vai ter que ir na USP, no prédio da História, e ficar assim, a tarde, quando for quinta feira, e ficar andando ali no saguão do prédio da História."Ela fazia as reuniões no CRUSP. (...) Então tinha as festas no CRUSP, na USP (...). E nessas festas tinham os grupinhos que sempre vinham discutir política também, meio escondidinho. Então tinha essas coisas, as reuniões. Ela estava sempre nos movimentos políticos. Antes da USP ela morou em dois aparelhos do PCdoB. Hoje eu identifico como aparelhos do PCdoB, em 69. E depois ela já me falou que eu ia encontrá-la na USP. Ela já mudou. Foi quando ela foi morar no CRUSP. E ela era clandestina. Só aparecia quando tinha reunião né. E quando uma vez a polícia invadiu o CRUSP, foi todo mundo preso, ela falou que a Helenira se escondeu no forro. Viram que a polícia estava vindo, ela subiu, tinha um alçapão. Ela subiu e ficou no forro. A polícia levou todo mundo do CRUSP e ela ficou lá no forro até perceber que tinha parado barulho, tinha saído todo mundo. Aí ela saiu. Mas depois eu não sei mais como ela foi parar [no Araguaia]. Ela já estava articulada com o partido. (Ibidem)

Helenira, nesse período, morou em vários pontos da cidade e do país. O último encontro com as irmãs foi realizado na cidade do Rio de Janeiro. Helenalda não participou desse acontecimento, porém a professora pensa que logo após esses dias Helenira viajou para o sudeste do Pará. É certo, a jovem não lhes forneceu absolutamente nenhuma informação sobre suas futuras escolhas. Disse apenas que iria ficar algum tempo sem contatá-las. Assim, foi a partir dos jornais que a família Nazareth supôs qual era, na verdade, sua localização. Helenalda afirmou:

> Eu e a Neide, quando vimos uma vez uma notícia no Estadão, que falavam de estudantes que estavam no Amazônia, não falavam região do Araguaia na época, que ajudavam o povo, já estavam falando do pessoal da guerrilha. Lá eles eram conhecidos como os paulistas. Não eram todos paulista, mas eram conhecidos como paulistas. A Neide falou: "Olha, eu acho que a Nira foi para lá." Porque última vez que ela fez contato com a gente, eu nem soube, eu fiquei sabendo depois, a gente tinha que ir para o Rio de Janeiro. Ela queria encontrar a gente no Rio de Janeiro. A Nice e a Neide foram, eu não fui. Elas é que conversaram com a Nira a última vez. E a Nira falou que provavelmente não ia nem mandar notícia, e nem ia poder encontrar a gente. E que ela ia ficar bastante tempo sem dar notícia. E foi o último contato com ela. As minhas irmãs que tiveram, e acho que foi aí que ela foi para a guerrilha, para o Araguaia. (Ibidem)

Acredita-se, dessa forma, que, no início dos anos 1970, Helenira engajou na luta armada. A Guerrilha do Araguaia ocorreu nas regiões sudeste do Pará e norte do então Estado de Goiás (atual Tocantins), englobando também zonas do Maranhão, na área denominada "Bico do Papagaio". A preparação prévia compreendeu o envio de três grupos de militantes, cerca de 25 homens, já em março de 1964, para treinar na guerrilha da China. O movimento, configurado pelos dirigentes do PCdoB, foi nesse sentido inspirado do projeto asiático de guerra popular prolongada. A partir de 1966, pequenos grupos de militantes do PCdoB instalaram-se na região do Araguaia. A guerrilha foi então progressivamente organizada. Segundo Teles (2014, p. 465), a localidade "foi eleita como a mais adequada para o início das atividades, dada a existência de conflitos fundiários (...), a relativa proximidade de Brasília e a existência de uma densa floresta, a qual mostrou-se determinante para a proteção dos combatentes."

Assim, diferentes grupos revolucionários – Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Comando de Libertação Nacional (Colina), Ação Libertadora Nacional (ALN) e Ação Popular Marxista-Leninista (APML) – já haviam almejado durante a ditadura estabelecer bases na região. Porém, somente o PCdoB obteve êxito e se implantou em pequenos povoados. Em virtude da forte repressão exercida pelo regime autoritário, as atividades organizadas no norte do país foram mantidas em segredo. A posição exata dos grupos de guerrilheiros, bem como suas identidades, eram informações desconhecidas da maioria dos integrantes da organização instalados nos grandes centros urbanos.

O desenvolvimento gradativo do núcleo armado foi paralelo à instauração da agropecuária extensiva subvencionada pela Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e, a datar de 1967, apoiada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão que exerceu fortes pressões pela expropriação das terras de pequenos agricultores, um fato que, de acordo com Teles (2014), promoveu uma aproximação entre as comunidades locais e os militantes políticos. Em geral, estes cooperavam com as diferentes atividades ligadas ao cotidiano da vida no campo. Eles misturaram-se à população de camponeses, inclusive com os catadores de castanhas. Este foi o caso de Helenira, segundo sua irmã.

> Ela trabalhava como castanheira. Sabe aquelas mulheres que ficam quebrando castanhas. Ela entrou na sociedade lá, ela trabalhava num castanhal lá. Quebrava castanha o dia inteiro e conversava. Porque elas conversavam e cantavam. Cantavam bastante enquanto fazia o trabalho. (...) Os guerrilheiros também participavam das festinhas. Dançavam, cantavam. Quando estavam sós, os guerrilheiros reunidos

> cantavam. Mas é uma pessoa que respeita o outro. Como o outro é. Aí ela conseguia trabalhar junto ali né. Se você não tivesse respeito pelas mulheres ali, você não iria fazer o mesmo trabalho delas. E quando você entra numa luta dessa é porque você já tem o respeito pelo ser humano mesmo, né? (NAZARETH, 2015)

Além disso, os paulistas, como eram chamados os militantes políticos instalados no Araguaia, independentemente de suas origens regionais, atuaram sobretudo como professores, médicos ou enfermeiros e pequenos comerciantes. Através do exercício profissional, os militantes objetivavam adquirir a confiança dos trabalhadores rurais e mobilizá-los em torno de causas locais, como o pagamento de um preço correto pela castanha e a demarcação de terras. Segundo Helenalda, sua irmã, embora fosse aluna do curso de Letras e, por isso, seria normal pô-la para trabalhar como professora, inclusive no que concerne à alfabetização da população nativa, agiu, todavia, como colaboradora na área da saúde, domínio no qual ela não tinha absolutamente nenhum conhecimento aprofundado. Helenira era apenas a filha de um médico, mas, devido à sua possível proximidade com as atividades de seu pai, foi considerada apta a trabalhar. Assim, ela atuou especialmente ao lado de Criméia Alice Schmidt de Almeida. Enfermeira formada pela Faculdade Ana Nery, no Rio de Janeiro, a militante do PCdoB já havia sido presa em Ibiúna. Posteriormente, Criméia entrou para a clandestinidade e seguiu para o Araguaia. Ela era responsável pela comunicação entre os guerrilheiros e o partido e, nesse sentido, realizava viagens regulares. Em São Paulo, em 1972, Criméia foi presa pela Operação Bandeirante (Oban). No DOI-Codi, junto com sua irmã Amélia Teles,[184] seu cunhado e seus dois sobrinhos, foi torturada. Grávida, seu filho João nasceu na prisão e sofreu sérios atos de maus-tratos. Atualmente, Criméia coordena uma ONG voltada para a busca de desaparecidos políticos. Sobre a cooperação de Helenira nas atividades profissionais de Criméia, Helenalda relatou:

> Eu soube pela Criméia que a Nira não era da alfabetização. A Nira ajudava a Criméia. Como a Criméia era enfermeira e a Nira era filha de médico, ela falou: "O quê? Em terra de cego quem tem olho é rei." Então ela e a Nira atendiam as pessoas que ficavam doentes. Então logo chamavam esses paulistas para ajudar quando tinha alguém doente. E ela falou que até parto as duas fizeram, uma vez. Elas mesmo atendiam. Mas a doença mais comum era mesmo a malária. (Ibidem)

Descrita como uma pessoa bastante popular e brincalhona, Helenira adotou na região o nome de Fátima e integrou o Destacamento A da guerrilha. Consoante a narrativa de Helenalda, sua irmã foi posteriormente descrita por seus colegas como uma autêntica líder. Na

[184] Maria Amélia de Almeida Teles, também conhecida como Amelinha, foi uma militante do PCdoB. Em dezembro de 1972 foi presa e torturada. Seus dois filhos menores de idade, com quatro e cinco anos, também foram vítimas da repressão. Nos anos 1970, Amelinha integrou o jornal *Brasil Mulher* e participou de ações por creches. Foi uma das fundadoras da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e constituiu a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo.

verdade, ela substituía frequentemente o comandante André Gabrois[185] durante seus deslocamentos. Após sua morte, o Destacamento recebeu seu nome.

> Ela era realmente uma líder quando o comandante vinha para São Paulo. Às vezes eles vinham, o comandante do destacamento vinha. Helenira era quem o substituía, né? Então ela comandava o destacamento quando ele não estava. Seria a vice. Era o Grabois, comandante lá. Ela tinha uma liderança muito forte lá. E ela mostrou bastante companheira, bastante amiga, na hora que ela se prontificou a ficar na retaguarda para o grupo fugir. O exército estava vindo, eles tiveram a informação de que o exército estava vindo para a região deles. Ela e um outro companheiro ficaram na retaguarda. (Ibidem)

Em abril de 1972, o Exército iniciou uma forte repressão contra os militantes do Araguaia. "Três campanhas envolveram aproximadamente 7.200 militares (...) e o mais moderno arsenal bélico disponível no país – em franco contraste com as condições dos três destacamentos guerrilheiros e seus 73 militantes pouco equipados." (TELES, 2014, p. 466) Vale lembrar também que, na ocasião, os militares visaram a atingir diretamente a população local. Obrigados a denunciar os paulistas, os moradores nativos foram vítimas de vários atos de violência. Helenira foi assassinada em confronto com os agentes das Forças Armadas entre os dias 28, 29 ou 30 de setembro do mesmo ano. Ato que aconteceu durante a Operação Papagaio, realizada entre 18 de setembro e 10 de outubro de 1972 (BRASIL, 2014).

A militante foi metralhada nas pernas, mas mantida por algum tempo em vida. Ato imediato à captura, os militares iniciaram um brutal interrogatório, apesar de suas graves e dolorosas feridas. Consoante o relato de Helenalda, um dos membros da família Nazareth que ainda atualmente age em favor da resolução do crime cometido contra sua irmã, o objetivo era recolher dados sobre a exata posição geográfica de seus companheiros. No entanto, Helenira não deu nenhuma informação sobre os paradeiros. Em seguida, os agentes dos órgãos de repressão a colocaram nas costas de um burro e a conduziram para uma área denominada Oito Barracas, local onde supostamente foi executada e enterrada.

> Ela foi presa com vida. Ela foi presa ali. Mas eles queriam que ela dissesse para onde tinham ido os amigos. (...) Ela não falou. Eles chutavam, ela ferida. Chutavam, batiam. E ela não falou para onde eles tinham ido. Eles chutavam e ele falava: "Meus amigos me vingarão." Disse que foi a única coisa que ela falou. E não falou para onde eles tinham fugido. Ela sabia para onde eles iam porque depois ela iria encontrar. Só que ela não falou. E acabou que a colocaram num burro, pelo menos é o que a população conta, ela sangrando, pingando sangue, puseram num burro para levar para [inaudível]. Sei lá para onde eles levaram. E depois, mais tarde, a gente soube que ela foi enterrada lá. Acabou morrendo, porque ela não teve socorro

[185] André Grabois nasceu no Rio de Janeiro em 1946. Ele foi um guerrilheiro comunista brasileiro. Filho de Maurício Grabois, um dos dirigentes do PCdoB e comandante-chefe da guerrilha estabelecida no Araguaia, ele foi coagido, desde seus 17 anos de idade, a viver na clandestinidade. Em 1967, dirigiu-se para a República Popular da China para fazer treinamento militar. Foi membro de um dos primeiros grupos instalados na zona do foco guerrilheiro. Lá, conheceu e casou-se como a guerrilheira e enfermeira Criméia Schmidt de Almeida. André foi assassinado no Araguaia em 1973.

> nenhum. Ela só ficou sendo torturada para dizer onde eles tinham ido. Quando eu soube da morte da minha irmã, eu queria saber quem metralhou a minha irmã, quem matou mesmo, que enfiou a baioneta. Ela foi executada com uma baioneta. Ela não falava, não falava. Eles acabaram matando. (Ibidem)

Helenira Resende de Souza Narazareth é ainda hoje considerada desaparecida política. O Estado não entregou os restos mortais aos seus familiares, impedindo, dessa forma, seu sepultamento. Consoante a Corte Interamericana, "o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação de liberdade da pessoa e subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade," sendo que as instâncias responsáveis do Estado brasileiro "tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis." (BRASIL, 2014, p. 1047)

5.2 Lúcia Maria de Souza

Lúcia Maria de Souza nasceu na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, em 22 de junho de 1944. Seu pai, José Augusto de Souza, faleceu devido a tuberculose, quando Lúcia tinha em torno de cinco anos de idade. Sua mãe, Jovina Ferreira, era enfermeira de profissão e foi descrita como uma pessoa muito caridosa e prestativa. Como especialista da área de saúde, Jovina era frequentemente solicitada por seus vizinhos para atender as urgências médicas. Assim, no âmbito do bairro residencial ela era uma figura estimada. Segundo a narrativa de Margarida Maria de Souza, formada em Normal Superior e irmã de Lúcia Maria de Souza, a "mãe sempre foi muito caridosa, e dava comida para essas pessoas todas. Atenção! Quando minha mãe morreu foi chamada assim "A mãe do bairro". "Morreu a mãe do bairro!" Por que mamãe não tinha hora." (SOUZA, 2015) Já no âmbito da atividade profissional, Jovina trabalhou no Hospital Universitário Antônio Pedro, estabelecimento dirigido pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Lá, ela também era apreciada entre os pacientes.

> Ela era enfermeira, trabalhava no Antônio Pedro, e não tinha hora para atender ninguém sabe. Só vinha para casa, tomava um banho, se enchia de talco e deitava. Mas ela sempre foi muito assim de ajudar o pobre. No hospital ela era muito amiga dos doentes. Os doentes gostavam dela, adoravam o plantão dela. A ideia dela era trabalhar só com os pobres. Ela [Lúcia] lutou muito, batalhou muito, porque a gente era pobre né. (Ibidem)

Jovina, porém, nunca se implicou em atividades políticas e aconselhava suas filhas a fazerem o mesmo. Ela tinha conhecimento das ações de Lúcia, mas por questões de

segurança, pois afligia-se com as consequências da repressão, preconizava-lhe com vigor permanecer distante de tais práticas. Sobre a relação entre Jovina e Lúcia, no que concerne a sua participação na militância política, Margarida relatou: "Eu sei que fez porque ela comentava alguma coisa com a minha irmã em casa. Minha mãe falava para ela não se meter, não se envolver. Minha mãe tinha medo." (Ibidem) Margarida narrou com emoção as escolhas de sua irmã, no entanto a professora também afirmou nunca ter participado de atividades políticas e, como era muito jovem durante o período de radicalização do movimento estudantil, sendo, dessa forma, preservada pelos membros da família de temáticas que eram consideradas somente do interesse de adultos, ela disse ter poucas lembranças sobre a trajetória de Lúcia.

> Uma vez eu fui para a reunião com ela, mas eu não me liguei em nada. Não me liguei em nada. Fiquei longe e tal. Nem tive ideia do que seria, do que poderia ser. Nada dessas coisas. Eu era caçula, então eu era assim muito reservada de tudo o que acontecesse. Eu não me envolvia com nada. Minha mãe não deixava. Não deixava passar nada para mim. Chegar coisa que não era da idade. (Ibidem)

No que se refere ao relato de Margarida, a família Souza sempre se posicionou como negra.

> A gente sempre se identificou como negra. Nosso pai era negro. Então para que dizer que era branca? Minha mãe era branca, cabelo liso e tudo mais. Mas nós não, não somos brancas. (...). A Lúcia (...) se considerava negra mesmo. Nós somos negros. Meu pai era negro. Tínhamos consciência de que éramos negras. Apesar de que na nossa certidão vinha parda. (Ibidem)

De origem bastante modesta, Lúcia e suas quatro irmãs foram desde a pequena infância educadas em um asilo – A União das Operárias de Jesus (BRASIL, 2014). O estabelecimento foi fundado em maio de 1934 com o propósito de amparar crianças carentes. Tratou-se de uma instituição beneficente, que se mantinha com recursos provenientes de doadores particulares. Os internos eram acolhidos durante a semana e recebiam assistência médica, dentária e psicológica. Quanto à experiência da educação na União, Margarida declarou que foi bastante rígida. Por lá, as irmãs Souza permaneceram até o término de sua formação escolar. Em virtude das dificuldades econômicas, Jovina as recuperou progressivamente. Primeiro, ela retirou da entidade duas de suas filhas. Margarida que era a caçula já tinha onze anos. As outras irmãs, quando saíram, consoante a narrativa de Margarida, já eram jovens mulheres.

> Nós fomos criadas em colégio interno. Nós estudávamos no colégio. Aí viemos para a companhia da nossa mãe. Primeiro viemos eu e a Lourdes, depois vieram a Lúcia, a Sônia e a Ilza. (...) Quando eu saí do colégio interno eu ia fazer doze anos. Eu ia fazer doze anos quando eu saí do colégio interno. A Lúcia continuou. Ela saiu acho que uns dois ou três ano depois. A minha mãe primeiro foi buscar eu e a Lurdes. Ai depois que outras vieram. Já estavam tudo adultas, mocinhas, o colégio já estava

> terminando. Aí minha mãe foi buscar as outras três: a Lúcia, a Sônia e a Ilza. Então elas vieram depois de mim e da Lurdes. (Ibidem)

De retorno ao domicílio familiar, Lúcia empregou-se em diferentes atividades remuneradas. Foi através de seu trabalho como funcionária de uma fábrica local da Coca-Cola que financiou seus estudos (BRASIL, 2014). Assim, o cotidiano da militante foi marcado por diferentes barreiras econômicas. Ela era estudante-trabalhadora. Por isso, Lúcia foi até certo ponto impedida de se dedicar exclusivamente aos estudos, bem como foi impelida a aceitar atividades profissionais por vezes precárias, apesar de sua inserção no curso de Medicina. Para se deslocar nos diferentes espaços de trabalho e estudo, Lúcia percorria no dia a dia longas trajetórias.

> Ela viajava de balsa. Antigamente era balsa que carregava os ônibus e os caros. O rio, atravessava a baia. Ela ia nas balsas de carona, porque não tinha dinheiro de passagem nem nada. Ela estudava na Federal, a gente morava em Nova Cidade. É longe, é longe. Mas como ela vivia muito em Niterói, na casa do João, ela já era casada, era um tempo menor. Ia de ônibus para Niterói. Então tinha os quarenta minutos daqui para Niterói, e de Niterói para o Rio que eram nas barcas, coisa de trinta minutos. Até lá na Federal já tinha mais um tempinho. Até a Federal devia ter mais uns 20 minutos. Ela ia de balsa que carregava os carros. Então aquilo ia bem devagar. (SOUZA, 2015)

Em 1968, Lúcia ingressou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Entre 1969 e 1970, a militante foi encarregada de imprimir e distribuir o jornal *Classe Operária*. Criado pelo PCB em 1925, no Rio de Janeiro, o periódico tinha como objetivo difundir as principais causas comunistas entre as classes trabalhadoras. No decorrer das décadas seguintes, experimentou interrupções e diferentes formas de repressão. A partir de 1962, tornou-se órgão oficial do PCdoB. No governo Goulart, circulou legalmente como hebdomadário e foi vendido nas bancas, após 1964, no entanto, o jornal *Classe Operária* permaneceu na clandestinidade. Em difíceis condições de publicação, agora ele era mimeografado e com uma edição mensal. Além disso, Lúcia participou do Comitê Universitário do PCdoB. Nele, ela compôs a Secretaria de Agitação e Propaganda, cuja função principal era a tiragem da imprensa partidária.

O PCdoB é resultado de uma cisão no interior do PCB. Naquele momento, a última organização vivenciou uma fase intensa de reformulação de suas definições teóricas. A princípio foi elaborada uma crítica em relação à posição pacifista e reformista do PCB. Em seguida, em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, foram realizadas denúncias contra os crimes de Josef Stálin. Por fim, foram sugeridas pelo novo secretário geral do Pcus alterações profundas nas diretrizes da política soviética. O partido a nível local foi então impelido a gerir esse inédito cenário. Certos dirigentes da organização

brasileira agiam na defesa da ortodoxia partidária, por isso, propuseram duras análises sobre os sentidos da política pecebista. Podemos citar rapidamente alguns nomes: João Amazonas, Pedro Pomar, Mauricio Grabois. No entanto, o PCB optou por expulsá-los, sua justificativa se fundamentava simplesmente nas divergências ideológicas (SALES, 2007).

Em fevereiro de 1962, os dissidentes compuseram o PCdoB. Ato imediato, eles reivindicaram ser o autêntico partido comunistas nacional.[186]Todavia, a III Internacional Comunista não autorizava a existência de dois PCs. O caso brasileiro era, dessa forma, um problema político. Assim, a URSS recusou estabelecer relações com o PCdoB. O PCB manteve-se como seu principal aliado. Diante disso, a nova organização virou-se para Cuba e China. Em 1963, após a ruptura pública entre os chineses e os soviéticos, o PCdoB se alinhou ao grupo asiático. Sua escolha pelo PCC é consequência de um elemento fundamental: as distinções entre maoísmo e foquismo. Certamente, as duas correntes tinham pontos convergentes, como o interesse atribuído ao campesinato e à guerrilha rural, a ênfase dada às ações dos povos do Terceiro Mundo e, por último, a consideração do viés militarista nas suas táticas revolucionárias. No entanto, segundo Sales (Ibidem), o maoísmo era dotado de características próprias. O partido tinha um papel que precedia a guerrilha, bem como era admitido a ideia da revolução por etapas (o foquismo priorizou o fator militar sob o fator político e agiu pela revolução socialista imediata).

Alguns anos após sua emergência na cena política, o PCdoB também sofreu cisões e expulsões. Tais atos deram origem ao Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB-AV) e Partido Comunista Revolucionário (PCR).

[186] Os dois partidos exigiam o direito de se posicionar como o representante histórico do comunismo brasileiro.

Imagem 20: Lúcia Maria de Souza

Fonte: Brasil (2014, p. 1361)

Durante sua militância política, Lúcia participou de diferentes ações ligadas à imprensa clandestina do partido. De modo igual, a estudante se aproximou de Jana Moroni Barroso. A guerrilheira cearense nasceu em Fortaleza, em 1948, e durante a ditadura cursou Biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesse período, tornou-se militante do PCdoB e responsável pela edição dos jornais da organização. Atuou como secretária da Seção de Agitação e Propaganda, entidade da qual também participava Lúcia. Em abril de 1971, Jana mudou-se para o Pará. Lá, integrou a guerrilha comunista criada na região. Trabalhou como professora de alfabetização para a população local e ficou conhecida como Cristina. Desapareceu em janeiro de 1974 (BRASIL, 2014). Jana e Lúcia foram grandes companheiras no Rio de Janeiro, principalmente na atividade do movimento estudantil referente à reprodução dos periódicos e, em seguida, no Araguaia.

Durante sua formação em medicina, Lúcia tornou-se estagiária do Hospital Universitário Pedro Ernesto, hospital-escola da Faculdade de Ciências Médicas, na época, da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), e hoje denominada Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A estudante cursava o quarto ano de medicina quando decidiu se dirigir para a região do Chega com Jeito, na localidade de Brejo Grande, no Pará (BRASIL, 2014). Sobre os últimos momentos de convivência com a irmã no Rio de Janeiro, no início de 1971,[187] Margarida relatou:

[187] Há divergências quanto à data exata da ida de Lúcia. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) disse que Lúcia foi para o Araguaia no início de 1971, enquanto Margarida (SOUZA, 2015) afirmou que sua irmã partiu alguns dias depois do nascimento de seu filho, em fevereiro de 1972. Como não houve nenhuma verificação dos dados no momento da entrevista, Margarida nos indicou as datas somente com base em suas memórias imediatas, optei por manter no corpo do texto as informações do Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

> Ela sumiu foi quando meu filho nasceu. Ela fez o meu parto, junto com o doutor (...). Ele fez o parto, mas ela ficou assim né? Ele deixou ela ajudar e tal. Mas ele que fez o parto lógico. Meu filho nasceu no dia 07 de fevereiro. Quando foi dia 11 de fevereiro, ela foi lá em casa dizendo que tinha que ir embora do Brasil. Não podia ficar. E ela chorava muito por causa do meu filho. E eu ficava preocupada, parecendo que ele estava doente né. Eu falei: "O que foi mana?" "Não mana..." Eu insisti tanto que ela me falou. "Ah, não posso ficar mais aqui no Brasil. Eu tenho que ir embora." Não falou nada. Eu perguntei:"Mas por quê?" Ela nunca informou nada a gente. O que ela ia fazer. Descobrimos tudo depois. Ela nunca falou nada. Ela disse que não podia ficar no Brasil muito tempo. Era só o que ela falava. (SOUZA, 2015)

Lúcia participou do ato medical que pôs ao mundo seu sobrinho, filho de Margarida. Alguns dias depois ela retornou à casa de sua irmã para uma visita. A estudante já estava ciente da sua próxima ação: partir para a preparação da guerrilha na zona do Araguaia. No entanto, ela não era autorizada a informar sua decisão para seus parentes. Assim, Margarida descreveu uma cena de família caracterizada por sentimentos de muita angústia. No decorrer da visita, Lúcia chorava com desespero, pois provavelmente temia pelas possíveis consequências de sua resolução. Margarida, sem entender o porquê da reação de tristeza, sobretudo diante do sobrinho recém-nascido, logo pensou que seu filho poderia ter nascido com algum problema de saúde. Lúcia, enquanto estudante em medicina, teria, na opinião de Margarida, compreendido a suposta situação crítica da criança e não sabia de qual maneira lhe comunicar. Para consolar Margarida, a irmã mais velha teria então inventado uma desculpa. Disse que precisava sair do país com urgência. Era por isso que permanecia naquele estado de aflição. Contudo, nenhuma outra indicação sobre a viagem foi dita durante o encontro.

Em seguida, Lúcia informou sua família de umas férias em Santa Maria Madalena, um município situado no Estado do Rio de Janeiro. Todavia, a militante não retornou no período marcado para o início das aulas universitárias. A ausência de notícias sobre uma das irmãs Souza se prolongou durante dias. Nessas circunstâncias, Jovina manteve-se bastante preocupada. Qual seria o paradeiro de sua filha?

> Meu filho nasceu em 72, e ela foi logo depois que ele nasceu. Dia 11 ela me disse que não podia mais ficar aqui no Brasil. Logo depois ela foi embora para o Araguaia. Foi para o Araguaia se eu não me engano. Apesar de que ela disse que ia para Santa Maria Madalena (...). Nós ficamos sabendo isso muito depois que ela sumiu. De princípio nós sabíamos que ela ia passar as férias em Santa Maria Madalena, aqui no interior do Rio de Janeiro. E com isso ela sumiu. Não apareceu, não apareceu. Deu o período de voltar as aulas, todo mundo ficou preocupado, minha mãe ficou preocupada. Começou a demorar, demorar, demorar... Minha mãe ficou muito preocupada. Aí foi quando começou a descobrir essa situação. (Ibidem)

Finalmente, a família Souza obteve algumas informações. Desconhecendo a identidade dos autores, Margarida afirmou que inicialmente fora comunicada, sem muitos detalhes, sobre a situação da irmã. Posteriormente, a mãe e as irmãs começaram a receber

cartas assinadas por Lúcia. Ela não dizia absolutamente nada sobre sua localização. As mensagens eram apenas pessoais e expressavam sentimentos de carinho e saudade. Com efeito, o PCdoB autorizou o envio de cartas para os parentes, as quais tinham a função de proporcionar notícias, ainda que restritas, sobre os militantes, mostrar que eles estavam vivos, felizes e confiantes do breve retorno. Além disso, os escritos visavam muitas vezes a justificar a decisão. De acordo com a historiadora Deusa Maria de Sousa (2011, p. 63), "com a permissão do Comitê Central do PCdoB, as cartas e os bilhetes enviados pelos militantes que ingressaram no intento do Araguaia ocuparam o espaço da esperança, do alento, da perseverança de que o mal maior não os tivesse acometido." A partir das correspondências, as mulheres da família Souza compreenderam então que Lúcia havia entrado para a clandestinidade e, provavelmente, ela tinha se engajado na luta armada. Sem poder realmente agir, a família permanecia ansiosamente na espera das próximas notícias de Lúcia. Ainda segundo Sousa (Ibidem, p. 63), "naquele período, o valor da vida dos parentes distantes tornou-se tão significativo quanto a falta que a morte de um deles traria para a vida dos familiares."

> Aí quando mamãe descobriu. Ela viajou dizendo que ia para uma fazenda de um médico conhecido e nada dela voltar (...). Até que nós recebemos uma comunicação de um pessoal (...). Aí começou a chegar algumas cartas para a gente. Aí que nós ficamos sabendo o que era realmente a situação. Era dela mesmo, do punho dela. Ela não dizia onde ela estava detalhadamente, não dizia. Ela não dizia nada sobre isso não, era só sobre nós mesmo, saudades, sobre meu filho. Queria uma foto do meu filho. Eu mandei quando ele fez nove meses. Até dizem que essa foto dele tem lá no Brasília. Dizem que tem essa foto do meu filho. Quer dizer, foi assim, muito boa, muito amiga, estudiosa, inteligente. Acreditava, é verdade né? (SOUZA, 2015)

Quanto aos motivos que condicionaram Lúcia a optar pelo engajamento na luta armada, Margarida (Ibidem) narrou: "Nós temos esse pinguinho, esse farelinho de caridade na alma. Então eu creio realmente que o sonho dela era lutar pelos pobres, pelos desvalidos. O sonho dela era esse." Na guerrilha, Lúcia integrou o Destacamento A e ficou conhecida como Sônia. No que diz respeito a suas atividades cotidianas como profissional, ela realizou inúmeros partos e pequenos procedimentos médicos. Destacou-se também no trabalho de derrubada da mata.

> Ela foi muito amiga, muito querida lá no Araguaia. Ela fez muita amizade, fez muito parto, as pessoas gostavam muito dela. Tinha muita gente daquele período que tiveram seus filhos, todos deram os nomes das suas filhas Lúcia, em homenagem a ela. Então esse carinho, esse amor, esse povo lá experimentou, viveu com ela. (Ibidem)

No Araguaia, Lúcia tornou-se companheira do militante italiano Líbero Giancarlo Castiglia (BRASIL, 2014). Nascido em San Lucido, Cosenza, na Itália, em 1944, o jovem,

aos onze anos de idade, mudou-se para o Brasil. Seu pai, Luigi Castiglia, pedreiro filiado ao Partido Socialista, chegou ao país em 1949 e, alguns anos depois, em 1955, em companhia de sua mãe, Elena Gilbertini Castiglia, filiada ao Partido Comunista Italiano, Líbero desembarcou no Rio de Janeiro. A família Castiglia instalou-se no subúrbio da capital fluminense, entre os bairros Bonsucesso e Ramos. Após finalizar o curso de torneiro-mecânico do Senai, Líbero empregou-se como operário metalúrgico e, ao mesmo tempo, manteve uma importante militância política. Em 1964, tornou-se clandestino e, dois anos depois, em 1966, foi designado pelo PCdoB para ser enviado à China. No país asiático, notadamente nas cidades de Pequim e Nanquim, Líbero realizou cursos políticos e militares. De retorno ao Brasil, o italiano foi viver na cidade de Rondonópolis, no Mato Grosso. No final de 1967, dirigiu-se para a região do Araguaia. Na área conhecida como Faveira, ele se estabeleceu como pequeno comerciante, adquiriu um barco para o transporte de mercadorias e, além disso, exerceu a atividade de lavrador. Líbero integrou o Destacamento A da guerrilha e, mais tarde, colaborou com a Comissão Militar. De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), o italiano, junto com outros companheiros, foi executado pelas Forças Armadas no dia 25 de dezembro de 1973.

Lúcia já havia sido assassinada alguns meses antes, no dia 24 de outubro de 1973. Sua morte foi resultado de uma emboscada orquestrada por uma patrulha do Exército durante a Operação Marajoara. O diário de Maurício Grabois,[188] citado no Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 1362), afirmou que Sonia "desobedeceu às normas de marcha e às diretrizes." Na verdade, a militante tinha a missão de ir ao encontro de duas outras pessoas. Recebeu ordens diretas para seguir uma determinada rota. Havia fortes suspeitas sobre a presença de alguns agentes da repressão. Porém, Lúcia optou por percorrer um trajeto antigo. Acompanhada de um menino originário da região, ela parou para caminhar um pouco descalça e molhar os pés num riacho. Tirou as botinas e as deixou ao lado da trilha. Não muito longe do ponto de encontro que deveria atender. Despreocupada, já que os dois indivíduos não haviam chegado na hora combinada, Lúcia regressou. Ao voltar, não encontrou as botinas e acreditou ser uma brincadeira dos nativos. Gritou por um nome

[188] Maurício Grabois nasceu em Salvador em 1912. Ele foi um político, militante comunista e guerrilheiro brasileiro. Em 1930, mudou-se para o Rio de Janeiro. Estudou na Escola Militar de Realengo. Na corporação entrou em contato como o marxismo-leninismo. Em 1932, Grabois se filiou ao PCB. Fez parte da Juventude Comunista e tornou-se dirigente da entidade. Participou da Aliança Nacional Libertadora. Grabois foi eleito deputado federal constituinte em 1946. Em 1947, seu mandato foi cassado. Em 1962, ele foi um dos fundadores do PCdoB. Em 1967, Grabois se instalou na região do Araguaia. Em dezembro de 1973, foi executado pelas Forças Armadas. Ele é pai de André Grabois.

conhecido. Ela estava próxima a uma região denominada Grota da Borracheira ou Grota da Água Fria.

Contudo, Lúcia foi surpreendida pela patrulha militar que buscava rastros dos guerrilheiros. Ela correu para pegar a arma e foi então ferida a tiros pelos soldados. A criança fugiu sob a complacência dos repressores, e a guerrilheira, já caída no chão, foi cercada. Mas a patrulha não havia percebido que ela estava deitada em cima de seu revólver. Indagada sobre seu nome, Lúcia deu a resposta que mais tarde lhe tornou célebre: "Guerrilheira não tem nome, eu luto pela liberdade!" E puxando sua arma atirou nos agentes das forças de ordem. Ela atingiu o Major Lício Maciel e o capitão Sebastião Alves de Moura, conhecido como Major Curió. Ato imediato, Lúcia foi metralhada pelos membros da patrulha. Insepulto, seu corpo teria sido abandonado no local. No diário de Maurício Grabois (S/D, apud BRASIL, 2014, p. 1362), a morte de Lúcia foi relatada como "uma grande perda para o DA, pois aquela guerrilheira era a melhor bula das FF GG e desfrutava de grande prestígio de massas. Seu desaparecimento terá repercussão negativa entre a população da área do D." Lucia Maria de Souza é considerada desaparecida política.

6 Outras trajetórias negras na "nova esquerda"

Neste capítulo analiso a trajetória de quatro mulheres negras nas "novas esquerdas": Dora Lúcia de Lima Bertúlio, Maria Diva de Faria, Arabela Pereira Madalena e Edna Maria Santos Roland.

Dora nasceu em Itajaí, no Estado de Santa Catarina, em 1948. Em 1965, mudou-se com a família para Curitiba. Em 1968, iniciou o curso de direito na Universidade Federal do Paraná, momento em que se tornou membro da diretoria do Centro Acadêmico, tesoureira de seu Departamento Cultural e, por fim, atuante nas reuniões da Ação Popular. Durante um dia inteiro, durante uma ação repressiva dos agentes do Estado, permaneceu presa no interior de uma biblioteca e, mais tarde, foi procurada pelos militares em seu local de trabalho. Em 1969, seu irmão Gil Bráz de Lima, militante da Ação Popular, foi preso e, no início dos anos 1970, foi vítima da repressão em duas ocasiões. Em 1982, Dora foi uma das fundadoras do *Escritório de Mulheres e Mulheres Negras*, na Universidade Federal do Mato Grosso. Atuou como advogada no SOS-Racismo – Assessoria Jurídica em Casos de Discriminação Racial. No momento da entrevista, Dora era Procuradora da Universidade Federal do Paraná.

Como fonte usei uma entrevista de sua cunhada, Maria Bernadete de Lima, concedida à Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2016, além de uma entrevista de Dora que me foi pessoalmente concedida em 2014.

A Comissão Memória e Verdade da UFSC foi criada em 2014, em acordo com os objetivos e diretrizes nacionais que estipularam os processos legais para o resgate da memória dos fatos sucedidos no organismo de ensino superior, durante o regime autoritário. Seu objetivo foi formular e disponibilizar um Acervo digital com documentos sobre a repressão implantada na UFSC, mas também documentos sobre os atos de resistência elaborados pelos membros da instituição, em particular, pelo movimento docente e movimento estudantil. Assim, seu fundo conta com o relatório final, editado em dois volumes, relatos individuais coletados junto a professores, estudantes e servidores, fotos e imagens, documentos pessoais de protagonistas da época e de entidades, além de vídeos das Audiências Públicas. Na coleção *Depoimentos à CMV-UFSC*, encontram-se duas entrevistas realizadas com familiares de Dora: a primeira foi feita com sua cunhada, Maria Bernadete de Lima, e a segunda foi feita com sua sobrinha, Flávia Lima Dias, respectivamente esposa e filha de Gil Bráz de Lima.

Em 2014, durante minha estadia no LEGH, fui informada pela pesquisadora Joana Célia dos Passos, docente no Departamento de Estudos Especializados em Educação do

Centro de Ciências da Educação da UFSC que, na região de Santa Catariana e do Paraná, a família de Dora tinha tido uma importante participação nos movimentos de esquerda e seus parentes próximos tinham sido, em diferentes circunstâncias, vítimas da repressão militar. Ao consultar na Internet, descobri sem dificuldades que Dora atuava, no período da entrevista, realizada em dezembro de 2014, como procuradora federal na Fundação Cultural Palmares, entidade pública criada em 1988, vinculada ao Ministério da Cultura, tendo por objetivo a preservação, valorização e difusão das manifestações culturais negras. Entrei então em contato com a instituição e sua secretária, prontamente, agendou um encontro no seu local de trabalho, em Brasília.

Na sua biografia foram analisados vários episódios da vida de seu pai e de seu irmão, pois durante o diálogo era essa a temática que a informante visivelmente pretendia abordar. Em diversas ocasiões, insisti no retorno das narrativas sobre sua própria história de vida, contudo Dora, embora nos tenha proporcionado importantes esclarecimentos sobre as especificidades de sua trajetória individual, reintroduzia constantemente explicações sobre as atuações políticas dos outros membros de sua família. Principalmente, no que corresponde à coragem e resiliência de sua mãe perante as violências perpetradas contra os entes queridos, a participação de seu pai nas organizações antirracistas nos anos 1950 e no Partido Comunista Brasileiro, além das consequências da repressão da qual foi vítima para o conjunto dos filhos e, por fim, as atividades do seu irmão no movimento estudantil, sua prisão e, ainda na juventude, a interrupção precoce e forçada de sua formação no curso de Engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Evidentemente, durante a escrita da tese, esses aspectos do seu relato tornaram-se significativos e, por isso, procurei investigá-los com atenção. O mesmo processo aconteceu com a entrevista de Maria Diva de Faria.

Maria Diva nasceu em Anápolis, no Estado de Goiás, em 1931. Durante a adolescência trabalhou como empregada doméstica. Foi escolarizada adulta e se formou em enfermagem. Mais tarde, passou num concurso e tornou-se funcionária pública. Em São Paulo, conheceu Paulo Stuart Wright, tornou-se simpatizante da Ação Popular e, além disso, trabalhou como voluntaria no Serviço de Orientação à Família (SOF). Em 1973 foi presa. Após sua liberação, foi diagnosticada com sérios problemas de saúde. Algum tempo depois aposentou-se. Maria Diva faleceu em 2018.

Como fonte usei uma entrevista de Maria Diva que me foi pessoalmente concedida em 2015, além de entrevistas com seus amigos, Maria Carmozita Moreira, Derlei Catarina de

Luca, Elzira Vilela e Carlos Gilberto Pereira que também me foram pessoalmente concedidas em 2015.

As entrevistas com Maria Diva e Maria Carmozita foram realizadas no mesmo dia. Elas foram produzidas no mês de agosto, na residência de Maria Carmozita que, em razão dos problemas de saúde de Maria Diva, a acolhia. Porém, enquanto a amiga relatou com entusiasmo sua militância como simpatizante da Ação Popular, Maria Diva, desde o início da comunicação, declarou que pretendia primeiro falar de sua adolescência. Assim, quando eu fazia perguntas sobre seu engajamento, suas atividades políticas e a repressão, ela imediatamente respondia que eu deveria ter mais paciência, pois, sua intenção era narrar de maneira cronológica sua história de vida, e logo ela reintroduzia explicações sobre sua experiência como trabalhadora doméstica, aos doze anos, após a morte de sua mãe, na casa de uma família de missionários estadunidenses. Somente no final, após uma manhã inteira de diálogos diversos, quando anunciei que deveria encerrar o encontro, visto que tinha um compromisso com outra militante política para realizar uma segunda entrevista, ela aceitou falar sobre o período da ditadura. Mas as informações, diante do seu descontentamento com a minha iminente partida, foram poucas, embora carregadas de muitas emoções. Neste caso, segundo as análises de PORTELLI (2010, p. 03-04), "há duas agendas que se encontram: a agenda do historiador, que tem perguntas, algumas coisas que queremos saber; e a agenda do entrevistado, que aproveita a presença do historiador para contar as histórias que quer contar."

De fato, a juventude de Maria Diva não era a história que, a princípio, me interessava. No entanto, durante a escrita de sua biografia ela se tornou intrigante. Assim, no capítulo que lhe foi reservado há, certamente, referências sobre sua atuação como simpatizante da Ação Popular, mas por outro lado, uma atenção maior foi atribuída à sua adolescência marcada pela violência e a exploração na casa dos missionários. Ainda de acordo com a perspectiva de Portelli (Ibidem, p. 04), nesse cenário, "a entrevista não é um ato de extrair informações, e sim o abrir-se de um espaço (...) compartilhado de narração, em que a presença do historiador oferece ao entrevistado alguém que está ali para escutá-lo, coisa que não lhe ocorre com frequência." E isso é ainda mais evidente no caso das mulheres negras. Não se trata apenas de adquirir certos dados significativos para pesquisa, conforme Portelli (Ibidem). As fontes orais são úteis porque existe uma conexão profunda entre a oralidade e a democracia. A voz é um meio de comunicação que o indivíduo comum detém, independentemente de seus conhecimentos ou saberes e, de certa forma, a controla

(considerando aqui também os aspectos capacitistas[189] desse argumento). Isso posto, o historiador, ao utilizar em suas pesquisas as fontes orais, torna-se capaz de produzir uma forma de comunicar específica a todos os seres humanos, em particular aos excluídos da esfera pública. Certamente grupos e pessoas marginalizadas sempre tiveram voz, porém frequentemente suas palavras foram reduzidas a um espaço limitado. Recolher as narrativas e, em seguida, proporcionar sua transmissão num contexto mais amplo, ou seja, no campo acadêmico, como fonte histórica, e no campo dos movimentos sociais é, dessa forma, um ato político. "Tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia." (Ibidem, p. 03)

Mas, como nos ensina novamente Portelli (Ibidem), quem tem poder na entrevista é, obviamente, o entrevistado. No caso desta pesquisa analisei narrativas de mulheres negras com diplomas universitários (com exceção de Margarida Maria de Souza, Maria Carmozita Moreira e Carlos Gilberto Pereira). Todavia, mesmo que se tratasse de narrativas de indivíduos iletrados, no final são os interlocutores que controlam a dinâmica da informação. O cientista social pode até possuir o *status* de especialista e, durante uma entrevista com um analfabeto ou alguém com pouca instrução, sentir que dispõe de certa "superioridade" intelectual. E, de fato, o historiador do tempo presente que trabalha com comunidades não brancas frequentemente é oriundo de uma classe que tem mais prestígio social e cultural do que a classe da maioria das pessoas interrogadas. Contudo, na primeira relação, no momento que se recolhe o relato, quem possui o conhecimento que se procura é o entrevistado. Dessa forma, a partir do instante que iniciei os diálogos com as mulheres negras que foram militantes políticas, "o poder estava em suas mãos, porque tinham o saber que me faltava e a possibilidade de oferecê-lo, de proporcioná-lo a mim, ou de retê-lo; de falar ou de calar-se." (Ibidem, p. 05)

Diante da escassez de referências bibliográficas sobre a história das comunidades negras durante o regime autoritário, vale lembrar também que não foi tarefa fácil localizar as identidades de algumas mulheres militantes. Tomei conhecimento da trajetória de Maria Diva ao ler a obra de Tatiana Merlino, intitulada *Direito à memória e à verdade:Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, publicada em 2010. A publicação é exposta na apresentação do texto como resultado de pesquisas

[189] A concepção capacitista está intrinsecamente vinculada à corponormatividade e, nesse sentido, a expressão se refere à naturalização e hierarquização das capacidades corporais humanas. O ato de ouvir, enxergar, falar, pensar, andar etc. são definidas como características naturais.

produzidas para a realização do livro-relatório já mencionado, *Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* de 2007, e nela foi reservada à militante goiana uma página, na qual se relatou um episódio de tortura marcado por ofensas com forte teor racista. Curiosa em descobrir quem era a enfermeira negra que, no passado, foi vítima da repressão do capitão Ubirajara, escrevi então para a jornalista Tatiana Merlino. A autora desconhecia as informações pessoais de Maria Diva, mas, em compensação, me aconselhou a entrar em contato com outros indivíduos que supostamente ainda lhe eram próximos. Depois de muitas mensagens eletrônicas enviadas a diferentes pesquisadores e militantes políticos que atuaram no período estudado, fui aconselhada a procurar a historiadora catarinense Derlei Catarina de Luca que, em seguida, me informou o endereço de um amigo da enfermeira goiana, Carlos Gilberto Pereira, e de duas amigas dela, Elzira Vilela e Maria Carmozita Moreira.

Derlei Catarina de Luca (2015), ao contar sobre a participação de Maria Diva na Ação Popular e o episódio de sua prisão, em 1973, assim como as consequências posteriores da violência da qual ela foi vítima, disse:

> Maria Diva de Faria era uma enfermeira, trabalhava, na época, no INAMPS [Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social], e sempre nos ajudava. Ela não chegou a ser militante, mas ela era o que a gente chamava de área-próxima. Então ela emprestava o carro (...) para os militantes. Eu mesmo fiquei hospedada muito tempo na casa dela. Então ela hospedava eu e hospedava o Paulo Stuart Wright. (...) A repressão pegou um militante que estava com o carro dela. Pegaram o carro e foram no dono do carro, consequência lógica, aí prenderam ela por causa do carro. Nesse período, foi tudo nessa mesma semana, eles (...) estavam seguindo os militantes da AP, (...) foi preso também Paulo Stuart Wright que se hospedava na casa dela. (...) Só que, nesse momento, (...) quando ela foi presa, ela ficou muito assustada, como todo mundo (...). Ela já tinha um histórico de pessoa muito sozinha (...), ela não tinha família (...). Com a repressão prendendo, todo susto que levou, toda pressão que sofreu, os amigos dela todos presos. Na época da ditadura as pessoas se isolavam muito, não é que a gente se isolava, as outras pessoas também isolavam a gente. Era como se a gente fosse leprosa. Ninguém falava com a gente. Então ela ficou muito sozinha. Ela ficou muito sozinha e desenvolveu o que a gente chama de mania de perseguição, de neurose de perseguição. Tudo ela acha que estão perseguindo (...). Isso foi aumentando.

No seu relato, Maria Diva mencionou apenas o fato de ser funcionária pública federal. Mas segundo a entrevista realizada com Derlei, em julho de 2015 em Florianópolis, Maria Diva atuava, no momento de sua prisão, como enfermeira no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS). Contudo, no livro que Derlei publicou anteriormente, intitulado *No corpo e na alma* (DE LUCA, 2002), Maria Diva foi citada como enfermeira do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Este órgão foi criado em novembro de 1966, como decorrência da centralização dos Institutos de Aposentadoria e Pensões vigentes, tendo como responsabilidade a gestão de atribuição e manutenção de

benefícios aos empregados e empregadores do setor privado e público e a seus dependentes, os quais integravam aposentadorias (invalidez, idade ou tempo de serviço), pensões e auxílios (natalidade, doença, sepultamento, acidente de trabalho etc.), subsídios pecuniários e assistência médico-hospitalar. Já o INAMPS foi fundado em 1977, como resultado da instauração de um novo modelo institucional do sistema previdenciário, que teve como finalidade a especialização de suas diferentes funções. Parte das atividades desempenhadas pelo INPS foi transferida para o INAMPS, responsável pela assistência médica aos segurados, e para o IAPAS, responsável pela administração financeira, ficando sob a incumbência do INPS somente a responsabilidade de concessão de benefícios. Nesse sentido, no início dos anos 1970, Maria Diva atuava no INPS e, em seguida, é possível que tenha integrado o INAMPS.

Quando Derlei foi para São Paulo, no dia 30 de março de 1973, encontrar com os dirigentes nacionais da Ação Popular, ela ficou hospedada na casa de Maria Diva, sendo a enfermeira goiana detida cinco meses depois, no início de setembro, provavelmente, em razão das suas amizades e das frequentações cotidianas de dois militantes perseguidos em sua residência. Devido a uma viagem que Maria Diva realizou nos Estados Unidos, Derlei permaneceu sozinha na residência da enfermeira e, nessa fase de sua vida, já marcada pela prisão e as torturas, além do afastamento de seu filho, e tendo por objetivo imediato o exílio, contou com o apoio de Elzira Vilela e Maria Carmozita Moreira. No dia 23 de junho de 1973, Derlei seguiu para o Chile e, dessa forma, quando ocorreu o ato de repressão no domicílio de Maria Diva, a catarinense já havia se refugiado (Ibidem). Na entrevista, Derlei afirmou que Maria Diva se posicionou como simpatizante, ou seja, uma pessoa que fornecia auxílio aos agentes ativos das organizações de esquerda e, à vista disso, no momento em que optou por ajudar a causa política revolucionária, ela tinha total conhecimento dos riscos. Já no que concerne à contribuição que Maria Diva proporcionou à luta diária de Derlei e Paulo, bem como à relação de amizade que foi estabelecida entre os três participantes da Ação Popular, a informante catarinense também expôs alguns pontos. Conforme Derlei (DE LUCA, 2015),

> ela sabia que nós éramos de AP, ela sabia. Ela não era uma pessoa que a gente usava sem dizer não. Ela sabia que a gente era de AP. Sabia que a gente corria risco, sabia que ela corria risco dando ajuda para gente. Ela não era militante porque ela dizia assim: "Eu não tenho condições de ser militante". Ela não tem condições de ir para a clandestinidade, mas, por exemplo, quando eu precisei ela me abrigou na casa dela. Eu fiquei lá na casa dela, eu fiquei dois meses praticamente na casa dela. O Paulo Wright ia lá na casa dela. Ela sabia que o Paulo vivia na clandestinidade e que era perseguido. Ia lá na casa dela, jantava, uma vez a gente fez até um bolo no aniversário do Paulo, lá na casa dela. Mas, ela não era militante assim, não participava das reuniões, não fazia discussão mais avançada, política, só fazia discussão aberta (...), mas ela sabia dos riscos. A Diva, o problema dela maior, (...) e

> a gente cansou de falar sobre isso, era a questão da orfandade. Dela não ter parente. Ela estava trabalhando no INAMPS (...), era uma enfermeira concursada, e ela tinha saído de um orfanato, então ela tinha vencido na vida (...). Apesar de ser órfão, apesar de ela não ter família, de ser uma menina abandonada, ela tinha...

Prossegui então com a entrevista de Elzira Vilela na cidade de São Paulo. Elzira nasceu na cidade de Pouso Alto, no Estado de Minas Gerais, em 09 de agosto de 1939. Em 1960, entrou na universidade de Medicina em Sorocaba, situada na mesma região. Já no primeiro ano de formação aderiu à Juventude Universitária Católica e, seguidamente, em 1962, tornou-se integrante da Ação Popular. Especializou-se como médica sanitarista, homeopata e pediatra. Exerceu sua profissão no sindicato dos trabalhadores rurais do Vale do Pindaré-Mirim, no Maranhão, e desenvolveu trabalhos como integrada no campo em Alagoas. Em julho de 1971, casou-se com Licurgo Nakasu, também militante da Ação Popular. Permaneceu seis anos na clandestinidade e, nesse período, no ano de 1972, nasceu a primeira filha do casal, Carmen, e em 1976 Elzira e Licurgo tiveram a segunda filha, Maria. Em 1973, a médica, seu marido, sua criança de um ano, seu irmão Francisco e suas duas irmãs Maria Célia e Rosane, foram presos. No momento da entrevista, Elzira participava do Coletivo Contra Tortura e do Conselho Consultivo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.

Elzira disse que conheceu Maria Diva nos anos 1970, provavelmente, em razão de suas frequentações comuns no âmbito da militância política. Conforme sua narrativa, naquela época Maria Diva era enfermeira do INPS e, como supostamente havia obtido uma licença da instituição, optou por exercer, durante seu tempo livre, uma atividade de apoio nos espaços associativos voltados para a saúde e uma atividade de auxílio cotidiano oferecida aos membros da Ação Popular. Elzira também descreveu a enfermeira como uma pessoa que havia conhecido vários países da Europa e, regularmente, na qualidade de "dama de companhia", realizava viagens para o exterior com uma família goiana. Em setembro de 1973, as duas mulheres foram vítimas da repressão e, nos porões dos órgãos do regime militar, as irmãs de Elzira estiveram encarceradas na mesma cela que Maria Diva. No seu relato, Elzira afirmou que a ação coercitiva empreendida contra a goiana não foi um ato isolado, consequência da hospedagem que proporcionou a Paulo, mas sim, resultado de uma importante operação de violência perpetrada contra o conjunto dos integrantes da Ação Popular. Após serem liberadas, Elzira e Maria Diva se encontraram, algumas vezes, na residência da mineira e, nesses momentos, sem abordar a experiência emocional das torturas, discutiam assuntos relativos ao contexto profissional, visto que ambas atuavam na área da

saúde. Na entrevista concedida em agosto de 2015, Elzira contou aspectos dos traumas sofridos por sua companheira:

> O que eu sei da Diva na prisão? Eu não fiquei na mesma cela que ela, porque nós ficamos... Nós que (...) eles estavam procurando há muito tempo, era militante, ficamos dentro do contexto da OBAN (...). As pessoas que eram mais simpatizantes (...) ficaram numa cela fora. Mas, ela foi presa na grande repressão que se fez a Ação Popular. (...) Quando eu fui presa em setembro de 1973, ele [agente do Estado] falou (...), eu fui presa com meu marido [Licurgo Nakasu] e com minha filhinha de um ano [Carmen Sumi Nakasu de Souza], "nós estamos prendendo agora vocês, a grande repressão sobre a Ação Popular vai ser em 07 de setembro (...). Nós estamos prendendo vocês aqui dia 02, passando já para o dia 03, porque vocês estão indo para o Rio (...)." (...) Quatro ou cinco de setembro deve ter sido a data que a Diva foi presa, porque foi a data que a minha irmã, tenho duas irmãs que foram presas, ficaram na cela com a Diva. E o que elas contam? Eu só sei o que elas contam. (...) Ela falou: "tem uma moça na cela, uma mulher negra, e ela não conversa com ninguém de nós. (...) Tem uma mulher muito estranha, ela só canta, ela passa o dia cantando música de igreja, não fala com ninguém." (...) Eu na época identifiquei que era a Diva, falei: "Não! Ela deve fazer isso como uma forma dela, inclusive, estar suportando, estar sobrevivendo lá naquele nível de pressão." Porque ela deve ter sofrido, pela importância que era o Paulo Wright. Ele era [um] dos grandes alvos, um dos principais alvos da repressão na Ação Popular (...). Ela deve ter sofrido uma pressão violentíssima. (VILELA, 2015)

Durante a entrevista, ao ser perguntada sobre o episódio de tortura com ofensas racistas, Maria Diva descreveu:

> Teve no convívio do DOPS. Principalmente, se tinha alguma referência de branco no meio. (...) Ele [capitão Ubirajara] me pôs a marchar num pátio livre, cheio de funcionários. E uma outra pessoa, deve ser graduada, estava junto com ele. (...) Eles ficaram encostados nos carros e ele me pôs para ir para lá e para cá. (...) E os outros lá me xingando. "O que essa nega veio fazer aqui? Isso aí merece umas chibatas. Essa nega é de fogão. É para curtir o fogão. Barriguda, feia, horrorosa, barrigudona. É para curtir o fogão. Veio ganhar o dinheiro do governo aqui?" (...) Era de dia no sol quente, nove horas da manhã. E os homens lá. E com a Bia, eu não sei em que depoimento que foi, eles fizeram a maior anarquia com os órgãos da Bia. "Aquela mulher, horrorosa, com um grelo do tamanho de um dedo." Gritando alto. (FARIA, 2015)

Na continuidade das entrevistas marquei um encontro com Carlos na cidade de São Paulo. Carlos nasceu na cidade de Anápolis, em 16 de março de 1949. Sua mãe foi doméstica e, desde os oito anos de idade, teve que trabalhar para ajudar nas despesas da família. Carlos é operário de profissão, metalúrgico e ferramenteiro, e iniciou sua militância política nos anos 1960. Durante a ditadura, participou da Ação Popular e, em razão de seu engajamento na resistência, permaneceu na clandestinidade durante doze anos, entre 1966 e 1979. Foi várias vezes vítima da repressão, sendo que, em determinado momento, permaneceu três anos encarcerado.

Carlos foi presidente do grupo Tortura Nunca Mais, do Estado de São Paulo, organização criada em 1985 e associada ao processo de abertura política e redemocratização da sociedade brasileira. A entidade foi composta por ex-presos torturados, familiares de

mortos e desaparecidos e voluntários, tendo por objetivo instituir um centro de referência sobre a memória do período autoritário. Um projeto que deveria ser realizado a partir de ações na luta pelos direitos humanos e uma postura ética referindo-se às experiências das vítimas, pela apuração das circunstâncias dos assassinatos e dissimulação dos corpos, pela saída de indivíduos envolvidos com a tortura de cargos públicos e pela promoção de práticas que visam romper os mecanismos de esquecimento e silenciamento. Também foi secretário-geral do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE-SP). Carlos é aposentado e, no momento da entrevista, produzida em agosto de 2015, exercia atividades voluntárias como membro da Comissão de Justiça e Paz do Estado de São Paulo, como coordenador da Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura (ACAT Brasil), como conselheiro da Ouvidora da Polícia Militar e como conselheiro do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

Carlos disse ter conhecido Maria Diva em 1963 e, nesse período, afirmou que sua amiga era uma enfermeira de alto padrão, atuando como concursada no Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU) e, além disso, contou que sua formação acadêmica no nível da graduação foi realizada na Inglaterra. O SAMDU foi criado em 1949, tendo como finalidade prestar assistência médica domiciliar e atendimento de urgência para beneficiários dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões. Carlos, em entrevista que me foi concedida em agosto de 2015, também descreveu Maria Diva como uma poliglota, tenho conhecimentos sólidos em inglês e espanhol. Citou, em diferentes circunstâncias do relato, que a enfermeira teria realizado uma viagem na região da Zâmbia, no continente africano, e uma viagem na região sul dos Estados Unidos, ambas sendo efetuadas enquanto missionária da Igreja Presbiteriana e que, no que concerne ao país norte-americano, teria participado dos movimentos pelos direitos civis. No que diz respeito à sua ação como simpatizante na Ação Popular, ele afirmou:

> A Diva não era de esquerda, mesmo quando eu conheci ela em 1963, ela não era de esquerda. A Diva era uma pessoa progressista, uma pessoa aberta, mas, o seguinte, não era uma pessoa de esquerda. O crescimento dela, do ponto de vista político, teve um papel, o seguinte, porque o Paulo Stuart Wright, lá de Santa Catarina, ele era amigo da Diva, era da mesma igreja, da Igreja Presbiteriana, e conheceu a Diva por algum motivo. Via possivelmente a doutora Deise Becker que era uma grande amiga dele (...). (...) Eles tiveram uma grande amizade e aconteceu a prisão dela. (PEREIRA, 2015c)

Desde o início da entrevista, Carlos se autodesignou como um homem negro e, ao ser indagado sobre a atuação desse grupo social na militância política, declarou que é totalmente possível supor que ele tenha representado grande parte do número de pessoas engajadas

contra o governo dos militares. Do mesmo modo, Elzira que foi médica do Sindicato dos Lavadores do Vale do Pindaré-Mirim, no Maranhão, no decorrer da ditadura, ao relatar sobre as lutas constituídas nessa região, confirmou a significativa participação de mulheres negras nos movimentos de resistência formados por camponeses e, além disso, supôs ter identificado, durante o período em que permaneceu na prisão, uma mulher negra que trabalhava como informante para os órgãos de repressão. Na opinião de Elzira, nos vinte anos de existência do regime autoritário, houve indivíduos não brancos, inclusive seu ex-marido, Licurgo Nakasu, brasileiro de origem asiática, que intervieram de maneira direta em diferentes espaços políticos, sejam eles coordenados por grupos em favor da manutenção do sistema ou coordenados por grupos que se definiam como oposição. Ela relatou:

> Tinha a questão das infiltrações também né (...). Eu conheci lá dentro da minha cela, teve uma mulher, uma moça negra, com certeza, ela era da repressão. Foi posta lá dentro para informar (...). Teve três mulheres, no tempo em que eu estive na Operação Bandeirantes, nos noventas dias que estive lá, que passaram pela nossa cela que, com certeza, eram da repressão. (...) Você está super antenada, você começa a ver as incoerências de coisas, coisas que não batem, dados que você tem e você sabe que não era aquilo. Agora, no campo, quando eu tive no Maranhão, eu tive como médica no campo, eu não me lembro de companheiros, nomes, assim né, lembro até de fisionomias, mas que, com certeza, tinha entre os posseiros, nas lutas dos posseiros lá no Maranhão, tinha mulheres importantes. (VILELA, 2015)

Para encerrar as entrevistas com pessoas próximas a Maria Diva, entrei em contato com Carmozita. Sem demora, ela me enviou uma resposta positiva para um iminente encontro, o qual estava previsto na sua residência, em São Paulo, porém não me informou que Maria Diva estaria presente. Quando cheguei em seu domicílio supondo que só seria possível conversar com a amiga, como nos casos anteriores, iniciei a discussão com perguntas relativas à sua própria história de vida e, após obter um breve resumo da biografia de Carmozita, prossegui com questões que se referiam à trajetória de Maria Diva, além de solicitar e-mails, endereços ou telefones onde supostamente poderia encontrá-la. Com entusiasmo, um grande sorriso diante da minha visível impaciência em conhecer o paradeiro de Maria Diva e, ademais, com um interesse constante e diferentes interrogações sobre os objetivos éticos e políticos da pesquisa, dialogamos durante vários minutos. De repente, Carmozita me disse: "Você quer realmente ver a Maria Diva"? Eu, surpresa, respondi: "Sim!" Ela então prosseguiu: "Ela está aqui, no quarto, dormindo. Daqui a pouco nós vamos acordá-la. Ela já sabe que você está aqui para uma entrevista." É claro que, nesse momento, fui invadida por um sentimento de extrema alegria e alívio. Já estava convencida de que encerraria a pesquisa de campo sem poder coletar o relato de Maria Diva. Quando nos encontramos, a primeira

coisa que a enfermeira me disse foi: “Você veio me entrevistar? Enfim, alguém se interessa por nós, mulheres negras que lutaram contra a ditadura.” (FARIA, 2015)

Outra iniciativa complexa foi entrar em contato com Arabela Pereira Madalena. Arabela nasceu em Belo Horizonte, em 1946. Em 1967, iniciou o curso de Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte e, um ano depois, em 1968, integrou a Ala Vermelha do PCdoB. Em 1970, Arabela foi presa e em 1971, foi julgada e absolvida pelo Superior Tribunal Militar. Em 1972, mudou-se para e Brasília e, no ano seguinte, em 1973, obteve uma bolsa do governo francês para realizar um mestrado em Geografia, na Université de Bordeaux. Na França, aproximou-se das brasileiras exiladas. Em 1975, participou de uma facção feminina que, posteriormente, reconstruiu a Seção Feminina do Partido Comunista e, além disso, atuou no Comitê de Mulheres Feministas no Exterior. Em 1976, em Paris, vinculou-se ao Partido Comunista Brasileiro. Em 1977, trabalhou como professora em Moçambique. No ano de 1981 tornou-se militante do Movimento Negro Unificado. Arabela é aposentada como professorado ensino médio do governo do Estado de São Paulo.

Como fonte usei uma entrevista de Arabela que foi concedida à Albertina de Oliveira Costa et al, publicada no livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, em 1980, sob o codinome Célia, além de uma entrevista de Arabela que me foi pessoalmente concedida em 2015.

Quando cheguei em Belo Horizonte, em 2014, com o propósito de entrevistar Diva Moreira e Sandra Maria da Mata Azeredo, objetivava também fazer algumas pesquisas nos fundos e coleções disponibilizados pelas instituições públicas. Assim, algumas horas antes de iniciar o diálogo com Diva, fui até o Arquivo Público Mineiro. Ao me introduzir no local, tive rápido acesso ao banco de dados digitalizado do acervo, e após realizar buscas com a palavra-chave “mulheres negras” obtive como resultado o nome de Arabela. Fiquei bastante curiosa, mas estava com presa e me dirigi até a residência de Diva. Por razões de tempo, não pude consultar os documentos em formato papel e, nesse sentido, eles não foram citados neste trabalho.

Durante o diálogo, Diva me perguntou se eu já tinha encontrado outras mulheres negras militantes políticas durante a ditadura. Respondi que não, eu tinha entrevistado apenas Edna Roland e, três dias depois, tinha uma entrevista agendada com Sandra Azeredo. Em compensação, disse que nas horas anteriores havia descoberto a identidade de Arabela. Ao questioná-la se já tinha ouvido falar nesse nome, recebi uma resposta positiva. Na verdade, elas eram amigas desde o período ditatorial, uma relação que se iniciou quando Arabela teve

que se refugiar dos órgãos de repressão no Convento das Beneditinas, local onde a conheceu. Durante a conversa, Diva prometeu nos colocar em contato, mas após algumas tentativas, não obteve êxito. Realizei então pesquisas na internet, porém, não encontrei nenhuma informação sobre seu endereço de e-mail ou número de telefone.

Alguns meses depois, no final do primeiro semestre de 2015, ao digitar seu nome completo no motor de pesquisa Google, descobri que uma professora denominada Arabela Pereira Madalena, devido à sua importante atuação com jovens, havia sido homenageada por uma escola estadual de Belo Horizonte. Não muito convencida das minhas possibilidades de sucesso, decidi telefonar para a instituição de ensino. O ano era 2015, e as tensões políticas no Brasil, com a ascensão de discursos autoritários, elogios aos agentes da ditadura e apologia à tortura, com o objetivo principal de desestabilizar o governo da presidente Dilma Rousseff e instituir o golpe, já eram evidentes. Nessa conjuntura, uma nova questão ética e moral foi posta. Como entrar em contato com a escola e perguntar se uma de suas funcionárias, no passado, foi militante de esquerda? Essa fase de sua vida era do conhecimento de todos? Senão, Arabela desejava que seus colegas e alunos tivessem acesso a essa informação?

Com muitas dúvidas e receios julguei melhor telefonar. Afinal, até então, essa era a minha única alternativa. Minha viagem de três semanas ao Brasil, entre julho e agosto de 2015, para realizar uma nova pesquisa de campo já estava prevista e, antes de embarcar, eu pretendia agendar o máximo de entrevistas possíveis. Ao fazer a chamada, uma secretária respondeu e, sem demora, eu falei da homenagem publicada na internet e perguntei se uma pessoa denominada Arabela havia sido professora no estabelecimento de ensino. Ela respondeu que sim e, na continuidade da conversa, expliquei quem eu era, os objetivos da pesquisa e minha iniciativa de telefonar para escola como o único meio de conhecê-la. Perguntei-lhe se havia a possibilidade de me fornecer seus contatos. A funcionária considerou meu pedido interessante e disse que enviaria uma mensagem à professora para obter seu prévio acordo. Com a autorização de Arabela, no dia seguinte, ela me concedeu seu número de telefone e endereço e-mail. Pude, nesse momento, marcar uma entrevista e, assim que cheguei em São Paulo, em agosto de 2015, fui até sua residência.

No que concerne à entrevista concedida ao livro *Memórias das Mulheres no Exílio*, realizada em 1977 e publicada em 1980, Arabela nada me havia dito sobre sua existência. Dois anos depois de ter recolhido seu relato em São Paulo, fui informada por uma colega do LEGH, Eloisa Rosalen, autora de pesquisas sobre o exílio de brasileiras durante a ditadura, que na obra de Albertina Costa *et al* havia narrativas de militantes políticas que se definiam

como negras. Ao ler a trajetória de Célia pude observar algumas similitudes com a história contada por Arabela. Fiquei curiosa e, rapidamente, enviei um e-mail à minha interlocutora mineira perguntando se conhecia o livro e a pessoa denominada Célia. Alguns minutos depois, Arabela respondeu me dizendo que se tratava de uma entrevista que havia realizado há muito tempo e que, por essa razão, havia se esquecido de mencionar. Pediu-me também uma versão do documento. Fiquei muito feliz com a descoberta, mas também me questionei sobre esse silêncio. Logo entendi que considerava algumas de suas falas publicadas como obsoletas, não fazendo mais parte de sua visão presente. Nesse sentido, em respeito ao seu pedido, optei por não as abordar na biografia.

A semelhança das informações fornecidas nas duas entrevistas, e isso, em épocas completamente distanciadas, é evidente. Entretanto, me cabe aqui ressaltar alguns pontos: o relato do livro *Memórias das Mulheres no Exílio* foi recolhido durante a ditadura, ou seja, o governo se posicionava como abertamente anticomunista e, dessa forma, a narrativa tinha que ser "politicamente segura"; além disso, nos anos 1970, os militantes políticos refugiados ainda sentiam os recuos que tinha sofrido no regime autoritário; de modo igualas consequências dos traumas provocados pelas torturas, assassinatos e desaparecimentos eram recentes; finalmente, Arabela, no exílio, se questionava sobre o futuro próximo, em especial, no que concernia às possibilidades de retorno ao Brasil.

Mas, quando eu a encontrei trinta e oito anos após a entrevista concedida ao livro *Memórias das Mulheres no Exílio*, o contexto político do país tinha se transformado. Os crimes da ditadura, após a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva no cargo de Presidente da República, vinham sendo melhor analisados. Arabela, que havia sido perseguida nos anos 1970, no presente momento, estava mais segura financeiramente, aposentada como professora da rede pública. Além disso, ela estava menos vulnerável ou sujeita a ameaças e, assim, mais confiante e, por fim, havia mesmo um estado de espírito mais propenso a expor sua identidade política em público. O próprio ato de gravar seu relato já não era uma experiência inédita. Em contrapartida, a conjuntura atual da cultura operária e comunista a fez citar sua participação nos movimentos de esquerda distintivamente e, nesse sentido, sua trajetória enquanto militante aparece mais como um componente de sua história, ou seja, de seu passado, do que de sua experiência imediata.

Esse não foi o caso de Edna Maria Santos Roland que, no decorrer seu relato, apresentou suas atividades políticas anteriores como um elemento inserido dentro de uma perspectiva de continuidade. A psicóloga maranhense mencionou em que medida sua

formação anterior nos movimentos de esquerda foi determinante para seu ingresso nos diferentes movimentos sociais e nas instituições estatais que se consolidaram na década de 1980, durante o processo de abertura política e redemocratização. Nesse período, Edna atuou nas organizações antirracistas, e nelas, devido ao seu histórico de militância desde o início dos anos 1970, ocupou sem dificuldade postos de liderança. Já com uma visão crítica sobre o papel da mulher negra na sociedade brasileira, produziu novas leituras analíticas e foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, o qual coordenou uma intervenção direta no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, primeiro órgão institucional formado por mulheres tendo como finalidade elaborar políticas públicas que lhe fossem destinadas (GOMES SILVA & WOLFF, 2019). Edna explicou:

> Com certeza. Se eu falar a partir da minha própria experiência pessoal sem dúvida (...). Uma coisa, por exemplo, que esse período da ditadura contribuiu foi a disciplina e o compromisso. (...) Então, assim, normalmente, no movimento negro qualquer lugar que eu chegasse eu tendia a estar num lugar de liderança por conta certamente da minha trajetória anterior, seja de movimento estudantil e seja da participação na esquerda clandestina organizada. Porque isso te dá certos padrões de comportamento, métodos de trabalho, planejamento, análises. A gente fazia análises de conjunturas não é isso, então você tem uma série de ferramentas que acabavam sendo importantes e relevantes. Era uma vantagem, era um *plus* sempre que facilitava a inserção e a participação no movimento negro. (ROLAND, 2014)

Edna nasceu em Codó, no Estado do Maranhão, em 1951. Em 1968, fez um intercambio nos Estados Unidos e, no ano seguinte iniciou o curso de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em 1971, foi recrutada pela Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) e, em 1973, entrou para a clandestinidade. Em 1981, iniciou um mestrado em Psicologia Social na PUC – São Paulo e, concomitantemente, inaugurou sua trajetória política no interior do Movimento Negro Unificado. Em 1984, participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo e, partir dessa entidade, em 1986, tornou-se membro do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Em 1988, foi uma das fundadoras do Géledes Instituto da Mulher Negra. No momento da entrevista, Edna era Especialista Eminente Independente da Organização das Nações Unidas para a implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban e coordenadora da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

Como fonte usei uma entrevista de Edna concedida a Verena Alberti e Amilcar Pereira, publicada no livro *Histórias do movimento negro no Brasil- depoimentos ao CPDOC*, em 2007, além de duas entrevistas de Edna que me foram pessoalmente concedidas em 2014.

Como mencionado, certas informantes se autodesignam como mulheres anônimas, simples e sem nenhum *status* político ou econômico e, talvez, por esse motivo, foi tão difícil

encontrá-las. Edna, porém, atuou em diferentes órgãos associativos e governamentais e, no momento da entrevista, como continuidade de uma trajetória intelectual e política iniciada nos anos 1960-1970, trabalhava na Coordenadoria da Igualdade Racial da Prefeitura de Guarulhos. Nesse sentido, ao pesquisar seu nome na internet obtive várias informações sobre sua história de vida. Inicialmente, tomei conhecimento de sua identidade ao ler a obra intitulada *Histórias do movimento negro no Brasil – depoimentos ao CPDOC*, publicação na qual também foi citada Diva Moreira. Com o objetivo de entrar em contato com ambas as mulheres, escrevi ao historiador Amilcar Pereira, que me proporcionou seus endereços eletrônicos. Após enviar um e-mail a Edna, comunicando sobre minha intenção de coletar sua narrativa para a pesquisa, agendei um encontro em seu local de trabalho.

O relato sobre a história de vida de Edna foi o primeiro que coletei durante a pesquisa de campo realizada em 2014, e representa, em virtude de um grande entusiasmo e prestatividade da informante, o diálogo com o tempo de duração mais longo. Ele foi divido em dois momentos. Assim, na primeira comunicação, efetuada no mês de novembro, Edna explicou seus processos de socialização na juventude, a viagem de intercambio para os Estados Unidos, o ingresso no curso de Psicologia na UFMG e, em seguida, na organização de esquerda ORM-POLOP, tendo como consequência também a entrada na clandestinidade, bem como seus processos de conscientização enquanto negra e o processo do tornar-se sujeito político da luta antirracista, ao passo que na segunda comunicação, efetuada no mês de dezembro, Edna descreveu elementos dos movimentos feministas e antirracistas nos processo de redemocratização da sociedade brasileira em meados dos anos 1980, em particular sua participação no Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo e no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Sua solicitude, sem dúvida, favoreceu a consolidação de uma narrativa bastante detalhada referindo-se a diferentes aspectos de sua trajetória pessoal e política, mas alguns pontos da sua entrevista abordam sobretudo períodos relativos ao pós-1985 e, dessa forma, eles não foram analisados nesta pesquisa.

Este capítulo visa assim investigar a atuação das mulheres negras nas novas esquerdas, movimentos políticos surgidos em diferentes países a partir da década de 1960, que reuniu intelectuais, artistas e militantes políticos em torno de inéditos métodos de pensar e fazer política, estando, nessa perspectiva, estreitamente articulados com os movimentos populares, inclusive aqueles voltados para o fim da opressão de classe, gênero e raça.

6.1 Dora Lúcia de Lima Bertúlio

Dora Lúcia de Lima Bertúlio nasceu na cidade de Itajaí, no Estado de Santa Catarina, em 16 de agosto de 1948. Sua mãe, Theodora de Lima, era empregada doméstica e não participava dos movimentos contestatórios, mas nas palavras de sua filha "sempre foi muito fantástica. (...) Deu conta de tudo, de todas as diversidades." (BERTÚLIO, 2014) Seu pai, José Adil de Lima, exerceu diferentes funções como operário. Nos anos 1950-1960, José, líder do partido comunista catarinense e figura bastante conhecida por seu engajamento político, propunha aos filhos no cotidiano familiar diferentes leituras, debates e formações sobre as teorias de esquerda. "Ele sempre dizia que, quando crescesse, a gente podia ir para a Rússia estudar na Universidade Patrice Lumumba.[190] Os movimentos de libertação, de lutas africanas." (Ibidem) Nesse sentido, Dora afirmou ter sido educada em um ambiente extremamente politizado e, ainda na juventude, foi por influência de seu pai que ingressou nas organizações opostas à ditadura. Homem negro, naquele período, José também já era sujeito político da luta antirracista. Em 1952, ele foi um dos fundadores da Sociedade Cultural e Beneficente Sebastião Lucas. O primeiro clube negro da cidade de Itajaí. Assim, Dora declarou ter adquirido bem cedo uma consciência racial. Em casa, seu pai estimulava a autoestima, indicava as diferentes facetas do preconceito brasileiro e ensinava os filhos a se defenderem das possíveis agressões racistas. Contudo, apesar do importante histórico de articulação entre a temática racial e de classe no PCB, José, de acordo com o relato de Dora, tinha numerosas dificuldades para desenvolver o discurso da luta antirracista no interior do coletivo.

> Eu aprendi tudo com ele na verdade. Tudo que sei, tudo que sou. (...) Eu tenho essa grande graça né, eu acho que isso é uma graça, (...) as pessoas ter uma família. Quer dizer, papai e mamãe sempre colocaram essa questão racial como sendo primordial para que a gente tivesse autoestima. (...) Ele sempre diz, desde que a gente é pequeno, que qualquer coisa que aconteça, eu tenho sempre que pensar que a responsabilidade não é minha. A responsabilidade é do racismo que me deixa numa situação delicada e, portanto, não sou eu a culpada. (...) Tenho mais é que lutar contra isso. Isso é uma coisa que eu tenho de infância. (...) É o que dá uma força, liberta. (...) Embora interessante né, no partido ele não tinha esse viés do racial. Porque o partido não tinha, mas ele sempre colocava isso muito presente. Ele articulava, mas não no coletivo, porque o coletivo não aceitava esse discurso. Então, na verdade, (...) sempre esteve muito presente os dois conflitos, mas, no coletivo, era

[190] Criada em 1960 para formar a juventude comunista, inclusive jovens originários da Ásia, África e América Latina, a Universidade Russa da Amizade dos Povos é um estabelecimento de ensino e pesquisa situada na cidade de Moscou. Ela também é uma das três mais prestigiosas instituições acadêmicas da Rússia. Em 1961, foi renomada Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba, em homenagem ao líder guerrilheiro e, mais tarde, primeiro ministro (1960-1961) do Congo. Patrice foi deposto por um golpe de Estado e, em 1961, ele foi assassinado pelos rebeldes separatistas com a colaboração do governo dos Estados Unidos e da Bélgica. As potências econômicas norte-americanas e europeias o viam como alinhado à União Soviética.

> o conflito de classe que era o fundamental. (...) A gente tinha a ideia de que a igualdade ela tinha que ser uma igualdade racial também, não podia ser só de classe. O tempo todo eu tinha isso muito presente. (Ibidem, 2014)

Ainda durante o período escravocrata já existia uma política nacional que defendia a ideia de que o Brasil era um "paraíso racial", um país sem preconceito e sem discriminação étnica, uma sociedade isenta da "linha de cor", ou seja, sem leis oficiais impedindo a ascensão social dos indivíduos não brancos. Nesse sentido, desde a criação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), em 1838, foi prescrita uma forma de aniquilação das problemáticas em torno da exploração e da segregação sofrida pelos indígenas e negros. "Na versão romântica do grupo (...) a mestiçagem era comparada a um grande e caudaloso rio em que se misturavam – harmoniosamente – as três raças formadoras." (SCHWARCZ, 1997, p. 177) A concepção de uma nação latino-americana intrinsecamente híbrida e, para mais, imune de todas as formas de racismo, também foi bastante difundida em outras regiões do planeta, principalmente nos Estados Unidos e na Europa (AGIER, 2002).

A mestiçagem, dessa forma, tornou-se nos anos 1930, o processo contínuo através do qual se executava a democracia racial. Tendo por finalidade se diferenciar do *apartheid* estadunidense, Getúlio Vargas, de fato, formulou um novo modelo político para a sociedade multiétnica brasileira. A doutrina, inspirada na antiga utopia do "paraíso racial", era baseada na suposta capacidade do país em efetuar uma fusão – biológica e cultural – entre as três raças originárias. Em seguida, a temática de uma coabitação harmoniosa e de igualdade entre as populações europeias, indígenas e africanas, adquiriu um estatuto científico com a obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre.[191] Em 1933, o autor pernambucano propôs a Vargas uma interpretação alternativa entre raça e nação. A partir de então, o presidente lançou vários projetos oficiais com o objetivo de reconhecer a mestiçagem como símbolo do país e, além disso, a ideologia da democracia racial foi introduzida com legitimidade nos discursos oficiais (D'ADESKY, 2001).

Nos anos 1950, todavia, o debate sobre os conflitos e as discriminações étnicas foi internacionalmente relançado. Naquele período, a intenção principal dos cientistas sociais especialistas da temática consistia em determinar objetivamente a existência ou não do preconceito racial no Brasil. Assim, a Organizações das Nações Unidas (Unesco) implementou, em 1951, um programa de pesquisa sobre as relações raciais no Brasil (AGIER, 2002). A finalidade do projeto era para certos grupos políticos e intelectuais confirmarem a

[191] Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) foi um polímata brasileiro e, enquanto intelectual e escritor, ele se interessou pelo estudo da sociologia, antropologia e história.

hipótese segundo a qual não existia preconceito racial no país. Portanto, havia diferentes dinâmicas visando a reforçar a ideologia de convívio simétrico entre os povos fundadores, bem como havia uma atenção voltada para o enaltecimento da mestiçagem. Pretendia-se, na realidade, expor "o caso brasileiro" como arquétipo, sobretudo para os outros países, cujas relações étnicas eram geralmente julgadas como menos justas. No entanto, os resultados dos pesquisadores foram diversos. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1997, p. 202), "em vez de democracia surgiam indícios de discriminação, em lugar de harmonia o preconceito". Em outras palavras, alguns cientistas demonstraram, no final, as falácias do discurso brasileiro.

Roger Bastide, sociólogo francês, e Florestan Fernandes, sociólogo e político brasileiro (S/D, apud MOTTA, 2003, p. 33), tendo como respaldo o ângulo das desigualdades, analisaram a democracia racial no programa da Unesco apenas como um modelo ideal de comportamento. Ela não foi vista como algo que existiria concretamente e, para os autores, a inexistência de tensões e desavenças permanentes não foi vista obrigatoriamente como indicador de empenho e correta coordenação das relações étnicas. Na prática, o Brasil havia desenvolvido uma forma particular de racismo. Os preconceitos de cor eram condenados com vigor, mas em compensação, os mecanismos de discriminação presentes na sociedade permaneciam inalterados. Tal qual os pensamentos dos especialistas, eles eram preservados e suas manifestações mantinham-se de modo camuflado. Tratava-se de um racismo velado. Por um lado, era exaltada a ausência de uma política oficial segregacionista, e tal estratégia era acompanhada da ideia de suposta garantia da cidadania e da igualdade de todos perante a lei. Por outro lado, porém, os artifícios de segregação legatários da escravidão e as atitudes de discriminação perduravam, ainda que a maioria da população, nas conclusões de Fernandes e Bastide, julgasse tais atos infames.

Nesse sentido, a especificidade do racismo brasileiro foi caracterizada por seus aspectos privados e pouco formalizados. O efeito disso foi uma confusão entre miscigenação e inexistência de estratificação racial. Além disso, a constituição de um imaginário social aspirando sempre o branqueamento teria imposto a figura do "negro de alma branca", o qual representava o modelo do negro fiel e dedicado à manutenção da ordem social (TELLES, 2004). Por fim, os dois sociólogos admitiram que a viabilidade de mobilidade social, com certeza, extinguiu determinadas barreiras existentes durante o período escravocrata. No entanto, de outra forma, ela teria criado obstáculos de caráter econômico e moral aos opositores dos códigos estabelecidos, e nesta perspectiva, a única alternativa da população

negra era aceitar as exigências da mestiçagem, o que presumia o abandono categórico de suas tradições e culturas de origem (SCHWARCZ, 1997).

Bastide e Fernandes apresentaram finalmente teorias indicando as diferentes facetas da miscigenação brasileira. Eles evidenciaram um sistema de hierarquização social que introduziu gradações de prestígio tendo como base os critérios de posição social, educação formal e origem familiar. Em tal conjuntura, o tema da raça, nas pesquisas dos cientistas sociais, foi submetido à problemática da luta de classes. Roberto Motta (2003, p. 33), ao citar Florestan Fernandes, indicou que para o sociólogo,"as relações raciais, no sentido estrito da palavra não existem e não poderiam existir. Há, por outro lado, relações de classe que, sob certas circunstâncias, assumem a forma de relações raciais." O alegado preconceito de raça simbolizava somente a continuidade de princípios, valores e atitudes que, outrora, provinham das conexões de classe. Contudo, independentemente das respostas dos cientistas sociais empregados pela UNESCO, já nos anos 1950 intelectuais negros integrantes dos movimentos de esquerda, bem como integrantes dos movimentos antirracistas, propunham variadas análises sobre temáticas que articulavam raça e classe. É nessa perspectiva que José, informado das ações políticas nacionais, objetivava introduzir nas organizações partidárias suas pautas de luta específicas, uma empresa que, na maioria das vezes, foi retratada como sem sucesso.

Imagem 21: Dora Lúcia de Lima Bertúlio

Fonte:Universidade Federal do Paraná: https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/mulheres-da-ufpr-dora-lucia-bertulio-e-o-protagonismo-na-luta-anti-racista/

Devido à sua militância política ativa, José foi preso no dia 1º de abril de 1964.[192] Ele permaneceu encarcerado durante três meses. A partir de então, Dora disse ter vivido um marcante período de apreensão e constrangimento. Apesar de seu pai ser considerado um homem excepcional, pois na opinião de Dora, não era comum encontrar negros operários dirigentes políticos, ele também era visto pelos moradores do município com ceticismo. Ser homem político no Brasil requeria no imaginário comum certa medida de intelectualidade e qualidades comportamentais, aptidões dificilmente percebidas como explícitas nas trajetórias de indivíduos pertencentes ao grupo social de José. Assim, após a prisão do operário, a família Lima foi vítima de diferentes humilhações e ofensas públicas. Segundo a entrevista de Dora, Theodora e os filhos eram insultados por pessoas até então tidas como próximas. Agressões verbais que frequentemente eram elaboradas com frases que focalizavam na condição da família de "negros comunistas."

Sem o salário de José, os irmãos, alguns ainda estudantes, foram obrigados a trabalhar para colaborar com as despesas financeiras da casa, inclusive Dora que, naquele momento, aos dezesseis anos, iniciou a procura de sua primeira ocupação remunerada. Em abril de 1964, a catarinense estava consoante suas próprias palavras, "tentando arranjar um emprego para poder ajudar mamãe, porque meu pai estava preso." (BERTÚLIO, 2014) Entretanto, ela relatou ter experimentado na ocasião uma completa rejeição da sociedade. Ainda que tivesse obtido todos os diplomas necessários para ocupar um posto em variadas funções administrativas, a jovem foi recusada como profissional por ser negra.

Dora garantiu ter recebido importante apoio dos simpatizantes, uma vez que os processos para encontrar uma atividade assalariada foram mais agilizados por tal grupo. Eram pessoas descritas no contexto de sua experiência como de classe média alta que, sem pertencer ao partido, colaboravam com a causa comunista, e que, em virtude da posição social privilegiada e de ações políticas, por vezes, desconhecida dos militares, conforme as observações da advogada, criavam com maior facilidade estratégias para evitar a repressão. Mas apesar da contribuição de toda uma rede extensa de adeptos esquerdistas com recursos financeiros, a catarinense foi categoricamente repelida pelos órgãos administrativos públicos e privados da cidade de Itajaí, uma atitude que ela definiu como puramente racista, visto que os motivos da exclusão lhes foram, em algumas ocasiões, claramente expostos durante a entrevista de emprego. Dora relatou:

[192] Entretanto Dora mencionou uma prisão anterior. Em 1961, seu pai foi preso ao retornar de uma visita na URSS. José havia realizado essa viagem junto a dois outros sindicalistas representantes do partido.

> O papai ficou três meses preso. (...) A gente ficou sem salário. Eu tinha terminado o ginásio, estava no primeiro ano do curso de contabilidade, na época, apta para o trabalho. Daí, fui a procura de emprego e foi o primeiro movimento da cidade de rejeitar a minha negritude para ser empregada em qualquer lugar, quando, pelas condições do momento, eu era extremamente competente e extremamente formada. Eu tinha curso de datilografia, tinha terminado o ginásio, fazendo o primeiro ano de contabilidade. Então pronta para qualquer tipo de trabalho administrativo. Mas, a cidade me rejeitou absolutamente. Todos os movimentos que foram feitos eu recebi um não. E os últimos não já eram dizendo: "Desculpa, mas a gente não pode contratar uma pessoa negra porque fica chato." (...) Todos os movimentos de emprego foram feitos a partir dos (...) chamados simpatizantes. Quem nos arranjava os empregos e quem, na verdade, deu força para a gente foram os simpatizantes. (Ibidem)

Em 1965, a família Lima optou por mudar para a cidade de Curitiba, no Paraná. Theodora ficou muito ofendida com as diferentes violências das quais o conjunto da família foi vítima. José, posto em liberdade três meses depois de sua prisão, exilou-se clandestinamente no interior do país. "A gente não sabia exatamente onde ele trabalhava e a gente não podia saber, mamãe provavelmente sabia. De vez em quando ele aparecia no meio da noite, cumprimentava a gente e quando acordávamos não estava mais." (Ibidem) Como seu pai era operário, inclusive, na construção civil, a catarinense afirmou que José detinha vários artifícios profissionais e militantes para chegar em um novo local e rapidamente conseguir emprego. A família Lima, com o objetivo de aguardar o fim do ano letivo escolar, permaneceu então na cidade de Itajaí durante o segundo semestre do ano de 1964. Em seguida, Theodora seguiu com os filhos para a capital paranaense.

Em Curitiba, a família, mais uma vez, pôde contar com o apoio dos simpatizantes. Ela fora inicialmente recebida por um engenheiro que tinha uma empresa de construção civil. Em condições bastante precárias, a mãe e os filhos viviam no depósito de materiais do estabelecimento. Posteriormente, o grupo familiar conseguiu se organizar para obter melhores condições de vida e de moradia.

> Em Curitiba novamente tem a história (...) dos simpatizantes. É um senhor que era engenheiro, que tinha uma firma de construção e, nesse (...) momento, (...) a gente vai morar no depósito da firma. Mamãe e seis filhos. A gente ficou nesse depósito algum tempo, até mais ou menos ir organizando as coisas. (...) Nesse momento, eu já começo a trabalhar. Ou seja, aos dezesseis anos eu já começo a trabalhar. (Ibidem)

Na capital paranaense, Dora conseguiu encontrar diferentes empregos. Com dezoito anos, a itajaiense tornou-se funcionária pública municipal, exercendo a função de auxiliar administrativa. Paralelamente, ela objetivava ingressar na universidade.

> Quando completei dezoito anos, eu fiz concurso público para a prefeitura. (...) Passei a ser funcionária pública, o que me dava mais segurança. Com dezoito anos, eu entrei como assistente administrativa, depois passei para datilógrafa, (...) e foi assim que eu terminei meu curso. Claro que a família não tinha condições de bancar, mas a

> gente sempre estudou cada um fazendo uma coisa. E a mamãe segurando as pontas de tudo. (Ibidem)

Em 1968, após obter o diploma de contabilidade e trabalhar durante um ano como auxiliar administrativa, Dora entrou no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, sem demora, sobretudo em razão de sua importante formação política ainda na juventude, aderiu ao movimento estudantil. Contudo, a advogada afirmou que tal decisão foi tomada de maneira escondida de sua mãe. Theodora, na opinião de sua filha, provavelmente teria se oposto à escolha, pois há muito tempo vinha sofrendo com a repressão.

> Eu só começo o Direito em 68. Nessa época, terminei o curso de contabilidade, fiquei um ano trabalhando para poder depois prestar vestibular e entrar em Direito. E no fim do ano nós temos o AI-5. Claro que eu entro na universidade, já entro no grêmio, já entro no movimento (...). Porque todos nós acabamos com a veia do papai. Escondido da mamãe, porque se mamãe soubesse chorava demais. O pai preso, um filho preso, e agora uma doida de uma filha querendo entrar no movimento estudantil. E daí foi assim que eu entrei na política também, no movimento estudantil. (Ibidem)

De fato, no ano consecutivo, o irmão de Dora é atingido pela repressão. Gil Bráz de Lima nasceu na cidade de Itajaí, em 29 de março de 1947. Após 1965, ele residiu por algum tempo em Curitiba com a família, em seguida o jovem ingressou no curso de Engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tornando-se militante estudantil ativo e, tal qual as palavras de Dora, atuou na Ação-Popular. Logo depois da promulgação do AI-5, em janeiro de 1969, Gil e Roberto Maciel Cascaes, ao distribuírem panfletos durante uma manifestação, foram presos. Na delegacia de Biguaçu, em Florianópolis, os jovens foram torturados. Segundo Maria Bernadete de Lima (2016), esposa de Gil, "eles botavam em cima de uma lata de Leite Ninho, em pé, chegava a cortar a sola do pé, quando um já tava sangrando botava o outro pé, e ficava trocando."Condenado a um ano de detenção, Gil cumpriu seis meses em Curitiba, na penitenciária do AHU.

Maria Bernadete nasceu em Florianópolis, em 21 de maio de 1947. Em 1963, aos dezesseis anos, mudou-se para Curitiba. Naquele momento, ela já havia conhecido Gil na capital catarinense. Reencontrou o amigo no Paraná e iniciou um namoro. O rapaz, porém, ingressou na universidade e retornou à região natal. Tornaram-se noivos e o relacionamento manteve-se à distância. Em 1969, Gil voltou à cidade de Curitiba. Detido nos órgãos de repressão, Maria Bernadete pode revê-lo com mais frequência, apesar do cenário de privação de liberdade, a florianopolitana tinha o direito de ir ao seu encontro nos finais de semana. Sua mãe residia na rua do estabelecimento onde ficou encarcerado e, segundo seu relato, era totalmente viável passar a totalidade das horas de visita ao lado de Gil. Maria Bernadete

narrou: “Tinha ele e (...) mais uns 30 estudantes (...) de diversas localidades de Santa Catarina. (...) A gente era noivo, não tinha casado ainda (...). Eu sempre ia lá, levava comida, todo domingo (...). Lá eles não sofreram tortura.” (Ibidem)

Imagem 22: Casamento de Maria Bernadete e Gil

Fonte: https://memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/files/show/175

Em liberdade, Gil e Maria Bernadete casaram-se em 1970 e foram para São Paulo. Quatro meses depois da cerimônia conjugal, Maria Bernadete ficou grávida. Quando a criança tinha cinco meses, a mãe recebeu a visita de um conhecido e mais duas pessoas. Eram agentes dos órgãos de repressão e um jovem militante estudantil que, diante de uma situação de extrema violência, havia denunciado Gil. Em sua residência o catarinense foi detido, e isso sem informarem ao casal sobre o local para onde ele seria conduzido. Em sigilo, o militante político foi novamente encarcerado. Ato contínuo, junto à Theodora e à mãe do rapaz delator, que também tinha um marido preso político e era amiga da família, Maria Bernadete iniciou uma procura exaustiva para descobrir a exata localização do marido. As mulheres foram até vários órgãos de repressão, porém, a resposta era sempre a mesma: “aqui não tem ninguém com esse nome”. (Ibidem)

Devido às alegações de um indivíduo que há pouco tempo tinha sido liberado, Maria Bernadete pôde enfim identificar em qual estabelecimento Gil estava preso. Naquele momento, ela foi acompanhada da sogra, da amiga e da sua filha até a instituição indicada para confirmar o comunicado. Por lá, após horas de espera, os militares comprovaram a veracidade da informação. Todavia, a família só foi autorizada a se aproximar de Gil quando as marcas da tortura estavam cicatrizando. A criança, com apenas alguns meses de vida, deu os primeiros passos dentro da cadeia ao rever o pai.

> Os primeiros 15 dias foi só tortura, só tortura. Pau de arara, queimou ele todo, queimou os dedos, queimou as pernas, queimou tudo. Depois desses 15 dias era a recuperação, (...) não podia mostrar que ele tava todo machucado. Então ficou 15 dias lá curando as feridas (...). (...) Curando sozinho. Curar eles não curavam. Aí quando ele tava bem melhor, que eu tava lá na porta, aí eles falaram que tava. (...) O Gil conhecia muita gente, aí quando ele foi preso eles torturavam porque eles queriam que ele dissesse quem eram os guerrilheiros, com quem se relacionavam. Só que ele disse pra mim depois "se eu tivesse aberto um, eu tinha que abrir tudo, porque eles iam me matar, dali eu não ia sair vivo". (...) E realmente foi o melhor pra ele, porque ele não abriu nada e eles pensaram "esse cara não sabe nada". (Ibidem)

Gil foi em seguida enviado para o presídio de Curitiba. Na capital paranaense, ele era considerado foragido, um processo em seu nome encontrava-se em tramite. A datar desse período, o militante foi condenado a cumprir o resto da pena, mantendo-se encarcerado durante um ano, enquanto Maria Bernadete foi residir na casa de sua mãe, ao lado de Gil. Depois de ser posto em liberdade, o itajaiense voltou com a família para São Paulo. Ele trabalhava na Cosipa, Companhia Siderúrgica Paulista, quando um dia foi encapuzado e sequestrado. Na ocasião, Maria Bernadete permaneceu um mês e meio sem notícias do marido, o qual, enquanto detido, era outra vez vítima dos atos de tortura orquestrados pela repressão militar. Por consequências das perseguições, a formação universitária de Gil foi interrompida ainda na juventude. Posteriormente, ele concluiu o curso de Economia no Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em São Paulo.

Maria Bernadete disse que a família foi muito amiga de dois militantes do movimento estudantil catarinense: Derlei Catarina de Luca e Paulo Stuart Wright. Derlei Catarina de Luca nasceu na cidade de Içara, no Estado de Santa Catarina, em 1946. Desde a época dos estudos secundários atuou como militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e, mais tarde, integrou a Ação Popular. Em 1966, tornou-se estudante do curso de Pedagogia da UFSC. Ao entrar na universidade participou da organização do DCE. Em 1968, participou do Congresso de Ibiúna. No evento, Derlei foi presa e, em seguida, foi enviada para sua região natal. Em dezembro de 1968, ela passou para a clandestinidade. Em maio de 1969, dirigiu-se para a cidade de São Paulo e ficou responsável pelo trabalho interno do grupo político cristão. No final do ano, em novembro de 1969, Derlei foi novamente encarcerada. Nos órgãos de repressão, foi barbaramente torturada. Em liberdade, voltou para Florianópolis. Com o estado de saúde estável, a catarinense foi enviada para o Estado da Bahia. Permaneceu no Nordeste durante um tempo e, logo após, seguiu para a cidade de Londrina, no Paraná. Estava grávida e seu filho, Zé Paulo, nasceu no dia 11 de janeiro de 1972. Em abril do mesmo ano, ela foi interpelada por dois policiais. Seu companheiro foi conduzido aos órgãos de

repressão. Nesse cenário de incertezas e aflição, Derlei foi coagida a abandonar o recém-nascido com uma conhecida. Depois de restabelecer contatos com os integrantes da AP, ela foi para o Chile. Em 1973, exilou-se em Cuba. Na capital daquele país, Havana, ela reencontrou Zé Paulo. Após a lei de anistia em 1979, a professora retornou ao Brasil. Posteriormente, ela participou de várias buscas pelos catarinenses mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura (DE LUCA, 2002). O percurso político de Paulo será abordado com mais atenção na próxima história de vida investigada para na pesquisa.

Retomando a narrativa de Dora, ela atuou, enquanto estudante da Universidade Federal do Paraná, no movimento estudantil. Inicialmente, ela se tornou membro da diretoria do Centro Acadêmico Hugo Simas. Contudo, desde a gestão do ministro da educação Flávio Suplicy de Lacerda (1964-1966), o sistema político havia instituído diretrizes repressivas para neutralizar a organização política dos jovens. Para se mobilizar e agir os grupos de discentes tinham que obter a prévia autorização dos órgãos dirigidos por agentes da repressão (CINTRA & MARQUES, 2009). Estes exigiam que os estudantes eleitos nas diferentes instâncias do movimento estudantil se comportassem de acordo com certos critérios estabelecidos, e segundo as alegações de Dora, ela era tida como uma boa postulante para os cargos. Seu desempenho na instituição acadêmica era excelente e, sem ser considerada uma militante política subversiva, embora participasse de maneira bastante discreta das reuniões de formação da Ação Popular, a catarinense se colocava como líder. A datar de seu ingresso no ensino superior, Dora já tinha uma nítida consciência das problemáticas do contexto político nacional, bem como se posicionava como protagonista das coletividades juvenis.

> Eu fui membro da diretoria do centro acadêmico (...). Foi na época em que entrou o MEC determinando como que seriam as representações estudantis. E para a representação estudantil você teria que ter notas, presenças, uma série de coisas que era exatamente para tirar as pessoas militantes do movimento. E como eu era boa aluna, tinha boas notas, eu entrei no Centro Acadêmico, mas também me candidatei (...). Eu tinha o perfil que podia. Era para poder fazer a ponte né. (...) Eu ficava mais nas questões administrativas. (...) Na verdade, também [na] AP, fazia reuniões de formação. Eu estava no período de formação quando eu estava na universidade. Eu não só participava do movimento estudantil, como eu estava no grupo de formação da Ação Popular também. (BERTÚLIO, 2014)

Nos grupos estudantis mobilizados contra o regime em vigor, nos quais atuava com persuasão e afinco, Dora também era conhecida, especialmente em consequência da ativa participação de seu pai e de seu irmão nos movimentos políticos curitibanos. Seus companheiros de ação eram informados de sua história de vida e, isso posto, tinham a certeza de que apesar de intervir nos coletivos de cunho autoritário, a estudante possuía uma visão

compatível com os ideais de esquerda. Nessa perspectiva, as diferentes facetas da militância da jovem eram julgadas como bastante proveitosas para o movimento opositor.

> Eles sabiam da minha história familiar. Ser comunista. A família toda. Então era uma pessoa que podia ser útil. Porque eles sabiam que eu tinha todo um movimento pró. Tanto que eu me lembro de um dos alunos, era até um cara mais velho, (...) algumas vezes ele chegou conversando, me apresentando para os outros, "Dora Lúcia, filha do Lima". Então no grupo tinha isso, agora claro que para o resto dos estudantes, não sei, acho que não tinha muito né. Mas de alguma forma eu conseguia passar por esses caminhos também, não sei exatamente as razões. Na turbulência, mas acabava chegando. (Ibidem)

Entretanto, Dora temia ser presa e sob tortura denunciar seu pai ou seu irmão. Certamente, as experiências militantes de José e Gil tiveram significativas consequências negativas para o conjunto da família Lima. Maria Bernadete declarou que, no dia da prisão de seu sogro,"entraram na casa dele, queimaram tudo, queimaram livro, a mãe com seis filhos pequenos." (LIMA, 2016) Dora, ainda adolescente, presenciou as cenas de violência provenientes dos militares e, mais tarde, as cenas de ofensas e constrangimentos provenientes de pessoas conhecidas. Assim, no decorrer da formação acadêmica disse ter agido de maneira mais reservada, mantendo-se principalmente nas atividades administrativas do movimento estudantil. Em público, como representante dos discentes de Direito, conduzia-se no sentido de satisfazer as expectativas dos órgãos de repressão e, por outro lado, no que diz respeito às suas tendências ideológicas, na vida privada, assumia opiniões esquerdistas.

> Por conta da questão familiar, o absoluto medo de eu ser presa e de chegar até o papai. Eu tinha um pavor de ser torturada e dedar o papai. Então eu sempre fiquei nos trabalhos mais administrativos. Passeatas, essas coisas todas a gente ia, todos iam, mas sempre com certo cuidado para não ser molestada. Com medo. Eu sempre tive a ideia de que eu não seria tão forte. Acho que torturada eu iria contar tudo. (...) Enfim, eu tinha esse medo. E (...) passo todo o tempo de universidade nisso. (...) Eu tinha esse receio da exposição e isso criar um problema especialmente para o papai e depois para meu irmão. Então muitas vezes eu tive a oportunidade até de reagir a situações delicadas, situações de discriminação, e eu acabei não reagindo. Ficaram situações tipo perdidas né. (BERTÚLIO, 2014)

Mas ainda que com bastante precaução, Dora participou de algumas ações do movimento estudantil, principalmente manifestações, passeatas e panfletagens e, por isso, foi vítima da repressão. Em determinada ocasião, quando compareceu a uma passeata, ela ficou presa numa biblioteca da cidade de Curitiba. Na verdade, o grupo de jovens do qual fazia parte estava presente no ato político e, de repente, os agentes das forças policiais iniciaram agressões com seus veículos. Eles manejavam seus automóveis na direção dos estudantes e, consoante o relato de Dora, algumas pessoas ficaram feridas. Com a intenção de se proteger, o círculo de amigos que estavam próximos à biblioteca se refugiou no interior do imóvel. Uma

vez no local permaneceram confinados durante todo o dia. Foram soltos somente no final da noite sob as ordens do governador do Estado do Paraná.

> Uma vez, a gente ficou presa na biblioteca. Foi uma cena muito interessante em Curitiba. Foi quando a gente fez uma passeata, a polícia estava lá com a viatura. Chegou em cima e machucou muita gente. O meu grupo estava meio próximo da biblioteca. Juntos, todos nós entramos, e ficamos presos na biblioteca. Acho que desde às 10:00 horas da manhã até às 05:00 da tarde, quando o governador mandou soltar os estudantes da biblioteca. Então, estes movimentos todos a gente participava, panfletagem eu fiz algumas, participar das passeatas sempre, mas nunca fui fazer discurso. Nunca subi em palanque para fazer discurso que era o meu receio. (Ibidem)

Algum tempo depois, mas ainda durante sua formação universitária, três agentes da repressão foram procurar Dora em seu local de trabalho, espaço no qual sua militância era conhecida e em que se beneficiava de um importante apoio dos colegas e de seu patrão, este, um indivíduo que ao mesmo tempo em que havia sido nomeado pelo regime autoritário e, à vista disso, agia em seu nome, também era solidário às ações da jovem catarinense. Assim, ele a prevenia das possíveis intervenções dos militares e frequentemente a rememorava sobre as perigosas consequências de suas práticas políticas, ainda que os efeitos da militância política no contexto de ditadura fossem do conhecimento de Dora.

> Fiz concurso eu entrei na prefeitura. Então, eu era uma trabalhadora. Na manhã era estudante, de tarde era trabalhadora e de noite fazíamos nossas conversas, reuniões, aquelas coisas todas. (...) A gente tinha nome diferente e um dia chegaram três pessoas no meu trabalho. O pessoal do meu trabalho sabia que eu participava. Tanto que o meu chefe era uma pessoa muito interessante, nomeado na ditadura, num governo, (...) e, ao mesmo tempo, era solidário. Acho que ele deveria saber que estava cumprindo o papel dele de sobrevivência e nunca foi um cara reacionário ou um brutamonte que queria dedar as pessoas e tudo mais. Então, volta e meia ele me chamava e dizia: "Dora, eu estou sabendo que vai acontecer isso e aquilo, você se cuida. Você tem que ver, você tem irmão pequeno, sua mãe. Não te mete nisso." Ele vivia dizendo: "Não te mete nisso, não te mete nisso." E uma das vezes no trabalho chegaram três senhores procurando pelo meu codinome: Marisa. (Ibidem)

De acordo com a entrevista de Dora, os agentes entraram na prefeitura e imediatamente perguntaram aos funcionários municipais se no local havia uma mulher denominada Marisa. Esse era seu codinome. No entanto, os servidores responderam com uma negação. Nas suas investigações, os policiais haviam sólidas informações de que a pessoa procurada era do sexo feminino e trabalhava no estabelecimento, mas como me relatou Dora com certo bom humor, provavelmente eles jamais pressupunham que se tratava de uma negra. A advogada também é da opinião que nas convicções da corporação militar esse grupo social não era considerado sujeito político e, nesse sentido, ao realizar suas intervenções, os agentes, sem provas anteriormente fixadas sobre a identidade racial do suspeito, em tempo algum, pensavam sobre a importância de orientar suas buscas para um indivíduo de origem não-

branca. Se esse fosse o caso, Dora confiou que, rapidamente, seria identificada, já que eram pouquíssimas as mulheres negras empregadas em postos qualificados na instituição e, menos ainda, líderes políticas. Dessa forma, a advogada acredita ter escapado da repressão graças à ausência de dados precisos, mas em especial devido à incapacidade dos militares em avaliar os negros como atores dos movimentos de esquerda.

> Foi tão interessante. (...) Os caras entraram, queriam saber, mas eles deviam estar mal informados, porque o fato de eu ser negra naquele espaço, se eles soubessem que essa mulher era negra, eu estaria frita. Mas eles não tinham ideia. Acho que eles só tinham o nome e tal. E como a ideia de que negros participassem ou que estivessem na universidade era uma coisa fora do contexto, eu me salvei por aí. Eu sei que ele entrou, verificou, perguntou. Ninguém conhecia. Ninguém sabia. Ele disse que tinha notícia de que a pessoa trabalhava ali. Todo mundo disse que não. (...) Não tinha ninguém com esse nome. (Ibidem)

Com efeito, a ideologia da corporação militar geralmente julgava os negros como indivíduos isentos das características exigidas para se compreender os propósitos da luta, pensar as estratégias de ação e, por fim, intervir ativamente enquanto militantes políticos. Afinal, essa ideia foi bastante vulgarizada no imaginário social, e as forças de ordem eram legatárias de princípios "científicos" que admitiam a inferioridade organizacional e intelectual dos negros. Ou seja, os agentes da repressão frequentemente aceitavam como verdadeiras as teorias racialistas oriundas da Europa desde o século XIX, as quais objetivavam explicar categoricamente as desigualdades sociais através dos fatores hereditários e raciais. Para a doutrina racialista existe uma forma de "essência racial", isto é, "características hereditárias, (...) que nos permitem dividi-las num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça." (APPIAH, 1997, apud PEREIRA, 2010, p. 33) Essa ideologia, em outras palavras, defendia uma associação entre os aspectos biológicos e os aspectos culturais e morais de um grupo.

Nessa lógica, os caucasianos, ou seja, os brancos, foram designados como detentores de uma estrutura física mais complexa e avançada, o que significava, na opinião de juristas e médicos, um indício inegável de agudeza de espírito e maior capacidade de raciocínio. Assim, de acordo com as análises de Pires (2018), essa filosofia de desumanização intensa de corpos não brancos, fadados a ocupar de maneira simbólica e concreta as zonas do não-saber, ao longo dos processos políticos brasileiros, e mesmo durante vigência do regime autoritário, impediu a legitimação histórica de seus processos de coordenação e agência em favor da transformação social, ainda que, por outro lado, essa noção "científica" de suposta passividade reivindicatória não tenha evitado, finalmente, uma importante repressão nos

bairros populares, sendo estes espaços caracterizado por suas associações de bairro e manifestações culturais de cunho político e, em 1969, a promulgação de uma lei interditando a discussão pública (publicação ou manifestação) da questão racial.

Por sua vez, os movimentos de esquerda, espaços privilegiados da ação contestatória de Dora, também foram descritos como dubitativos quanto à possibilidade de uma mulher negra produzir um discurso militante e/ou intelectual. Dora relatou que sua participação era vista com espanto. Diante de atos que expressavam sinais de bom discernimento, a estudante de Direito não era respondida com manifestações de rejeição ou mesmo de admiração. Na verdade, segundo sua narrativa, ela era correspondida pelos militantes sobretudo com semblantes de surpresa. Em geral, via-se sua capacidade de raciocínio como algo insólito. Nesse sentido, ela era constantemente coagida a provar suas competências e, quando tal atitude era posta em prática, a estudante era recebida com estupefação. Além disso, Dora era sempre apresentada às pessoas desconhecidas com referências diretas a seu histórico político. Somente assim, conforme suas declarações, havia uma certa segurança de que a jovem negra seria imediatamente bem acolhida pelo conjunto dos grupos. A advogada relatou:

> O grupo (...) mais próximo, que saia para fazer os trabalhos e tudo mais, era um pessoal mais, digamos, assentado. Eles achavam estranho eu ser negra no meio, mas, de alguma forma, me entediam como algo diferente. A mulher diferente. A criatura diferente. (...) É a história da negação da tua inteligência. Fundamentalmente a negação da tua inteligência. Ou seja, (...) a surpresa. O mais interessante, em minha opinião, não era negar a inteligência, eram aqueles movimentos de surpresa quando você tem alguma participação, diz alguma coisa interessante, está num espaço razoavelmente privilegiado. Então eu era sempre tratada como um ser diferente. Quer dizer, a discriminação ela vinha num sentido meio inverso. Não era rejeição, nem se pode dizer admiração. Era, assim, do inusitado. "Como é que pode?" Então, você escuta, as pessoas te testam. Cada uma das pessoas que chegavam comigo tinha que me apresentar de cima a baixo, fazer o currículo. A partir daí as pessoas me cumprimentava e diziam: "Oi como vai? Prazer." Essas coisas bem do inusitado de estar ali. E eu não me lembro de nenhuma colega negra no pedaço e nenhum colega negro no pedaço. Nem homem, nem mulher. (BERTÚLIO, 2014)

Esses tipos de apresentações, contudo, comuns nas narrativas de negras e negros que ingressaram espaços intelectuais e de ação política, eram geralmente colocadas em prática no cenário mais amplo da militância, uma vez que os colegas próximos que compartilhavam seu cotidiano de organização das atividades concretas já tinham conhecimentos prévios de suas origens sociais e ideológicas. Dora declarou:

> A gente tinha as células na época. (...) Você tinha um grupo razoavelmente fechado. Esse grupo fechado era bem mais interessante, porque as pessoas tinham uma relação mais agradável entre si. Mas quando você abria para uma assembleia ou para um lugar mais amplo, você percebia passar por ti como se tu fosses invisível. Pessoas conhecidas. Tinha a história (...) de ser chato conhecer uma pessoa negra. A vergonha de conhecer uma pessoa negra. Então naquele espaço ali era melhor eu não

> saber de você. A escola é diferente, mas na rua. Durante o período da universidade, exatamente, muito comum. (Ibidem)

Assim, enquanto mulher negra, Dora descreveu situações explícitas de exclusão e racismo em determinados grupos intelectuais e de militância política.

> Tinha a história do inusitado, da criatura inusitada no pedaço (...). Entendiam que algumas coisas não podiam falar perto de mim. Eu ficava sabendo por outros movimentos. (...) Você chegar num lugar e aquela história do não tem ninguém aqui. Ou situações deles chegarem conversando entre si e tu ficas num canto, ninguém fala contigo. Isso era muito frequente. Mas não no grupo fechado. Isso no quotidiano do espaço. Tanto o espaço acadêmico quanto o espaço do movimento mais amplo. (Ibidem)

Inclusive, Dora foi vista com suspeita ao se tornar tesoureira do Departamento Cultural do Diretório Acadêmico Hugo Simas, posto que era bizarro do ponto de vista de alguns companheiros pôr uma mulher negra para gerir diretamente as finanças da organização estudantil.

> E eu fui eleita. E era tesoureira do (...) primeiro do Departamento Cultural (...). (...) Daí algumas situações foram bem delicadas. Por conta da tesouraria sabe. "Como é que deixa um negro atendendo dinheiro né?""Uai, mas tesoureira?" Então essas falas. São situações delicadas. Algumas vezes eu fui molestada dentro do centro acadêmico sim. E acho que tinha as duas coisas juntas né, o ser mulher, porque também na diretoria eu era a única mulher, nas três gestões que participei eu era realmente a única mulher, e isso era bastante complicado na relação, [e o ser negra]. (Ibidem)

Dora atuou no movimento estudantil entre os anos 1968 e 1974. Ao se formar em Direito pela Universidade Federal do Paraná, casou-se. Em seguida, a advogada foi residir com a família no Estado do Mato Grosso, seu esposo era veterinário e viajava bastante a trabalho no interior do país. Por isso, Dora disse ter permanecido durante a segunda metade dos 1970, apenas com a responsabilidade do cuidado de seus filhos e algumas atividades na universidade da região centro-oeste. No que concerne à militância política, afirmou ter se mantido um pouco distante.

> Quando eu termino a universidade eu caso. (...) Nós fomos embora para Mato Grosso. (...) De 74 até 80, (...) não participei de nada.(...) Meu marido (...) era veterinário e ele entrou no serviço de trabalho rural. Eu acabei largando do Direito para acompanhá-lo. (...) Como ele ficava morando cada dia em um lugar, eu não pude exercer a advocacia. (...) Foram cinco anos. Na verdade, foram cinco anos (...) que eu tive os meus filhos. (...) Daí eu já volto no Movimento Negro. (...) Na sequência, eu já entro nos movimentos de mulheres negras.(Ibidem)

No início dos anos 1980, Dora ingressou no movimento negro paranaense e, mais tarde, ela participou dos movimentos de mulheres negras. Tal participação política realizou-se, sobretudo, através de sua atuação enquanto funcionária da procuradoria jurídica de universidades, primeiro da Universidade Federal do Mato Grosso e, em seguida, da Universidade Federal do Paraná.

6.2 Maria Diva de Faria

Maria Diva de Faria nasceu na cidade de Anápolis, no Estado de Goiás, em 21 de setembro de 1931. Nenhuma menção foi feita sobre seu pai durante a entrevista. Sua mãe, Benedita, faleceu quando Maria Diva tinha apenas doze anos. Foi vítima de um câncer no seio e seus últimos instantes foram vivenciados no Hospital Evangélico Goiano, estabelecimento de atendimento particular fundado pelo médico brasileiro de origem inglesa Dr. James Fanstone. Criada em 1927, a instalação, segunda unidade hospitalar do Estado de Goiás, foi considerada um modelo em matéria de modernidade e inovação. Nesse sentido, Benedita, apesar de sua situação econômica modesta, recebeu na instituição privada atendimento e tratamento de qualidade, o que ocorreu, segundo a narrativa de Maria Diva, devido à sua estreita relação com a igreja. Assim, a entrevistada relatou inicialmente os laços de solidariedade presentes nas irmandades cristãs, pois acredita que eles foram essenciais para a assistência caritativa oferecida à sua mãe, que pôde passar seus últimos instantes com pessoas próximas e queridas e, além de tudo, recolhida em um ambiente religioso que compartilhava sua crença. Sobre esse episódio, a enfermeira anapolina declarou:

> Começou esse câncer no seio dela, no bico do seio. Era um carocinho assim. (..) A primeira coisa que Dr. Fanstone falou era que ia operar, mas tinha que internar. Minha mãe morreu de câncer. Aturou até bastante um câncer. Ela tirou os dois seios no final. (...) Então ela teve a recompensa da bondade dela, porque com esse negócio de crente, igreja, era tudo irmandade, e ela morreu lá no hospital. Muito bem cuidada pelas enfermeiras que chamavam ela de mãe. "Mãe Dita, mãe Dita, mãe Dita." E tudo. E ela sentada lá tinha muita visita, permanentemente. (FARIA, 2015)

James Fanstone nasceu em Recife, em 1890. Ainda na infância retornou para o país natal de seus pais, a Inglaterra. Tornou-se bacharel em Cirurgia e Medicina pela Universidade de Londres, em 1914. Recém formado, alistou-se no exército inglês e interveio como capitão médico durante a I Guerra Mundial (1914-1918). Em seguida, conquistou o título de Doutor em Medicina e foi professor assistente do London Hospital of Tropical Medicine. Naquele período, James Fanstone casou-se com a inglesa Ethel Marguerite Pastefield, também conhecida como Dayse. Em 1922, instalou-se com a família em São Paulo. Estudou o português e para praticar a medicina no território nacional, defendeu uma tese de doutorado na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Em 1925, o casal estabeleceu-se definitivamente em Anápolis. James e Ethel fundaram o primeiro hospital da cidade goiana, o Hospital Evangélico Goiano. Em 1934, criaram a Escola de Enfermagem Florence Nightingale, estabelecimento pioneiro na região, que recebeu inúmeras enfermeiras vindas da

Europa. Por fim, o casal iniciou um trabalho de evangelização com a realização de cultos dominicais. Pouco tempo depois, fundou a primeira igreja evangélica da cidade de Anápolis.

Benedita era bastante amiga da família Fanstone. Aliás, o Dr. James Fanstone a ajudou a abrir um pequeno comércio. Consoante o relato de Maria Diva, o médico emprestou uma casa no centro da cidade e, naquele local, sua mãe estabeleceu uma atividade voltada para a venda exclusiva de frutas. O comércio, em homenagem à jovem moça, foi denominado "Frutaria Diva" e, durante o período de funcionamento, tratou-se, sobretudo, de um negócio simples. Benedita, como poucos conhecimentos no assunto, era diretamente auxiliada por sua filha. A ideia contribuiu, porém, para a subsistência imediata da família. Benedita já estava doente e sua ocupação na frutaria lhe propunha o único recurso financeiro.

> Dr. Fanstone emprestou, a casa era no centro da cidade. Botou uma Frutaria Diva. (...) Eu adorava a frutaria porque eu comia salame. Ah, mas comia o lucro todo. Com o pouco conhecimento que ela tinha fazia o manejo das compras e venda. E eu capitalizo. Dei uma ajuda a ela. Chamava "Frutaria Diva". Para poder manter. Já estava doente. Fazia isso. (Ibidem)

Ciente da atenção e dos cuidados atribuídos à sua mãe, Maria Diva pôde então vivenciar a etapa da despedida com alguns instantes de alegria. Ela se sentia segura no Hospital, junto a pessoas que lhe eram queridas e se beneficiava de um amplo espaço de lazer e divertimento. Assim, Maria Diva narrou ter brincado bastante nas áreas abertas do Hospital, além de ter compartilhado com sua mãe momentos de afetividade. Seu cotidiano, a princípio, continuou normal, não havendo grandes transformações em consequência da doença. Maria Diva era escolarizada e nos horários livres permanecia no Hospital. Enquanto a jovem moça realizava suas atividades diárias diversas, inclusive brincar, Benedita, enferma, lia a Bíblia e orava com os membros de sua congregação religiosa.

Com apenas doze anos, Maria Diva não temia realmente o duro destino que a sociedade pode reservar a uma criança sozinha e sem proteção. Por sua vez, Benedita, consciente de seu crítico estado de saúde, e pressentindo uma morte iminente, buscou planejar a criação de sua filha. Era preciso, sem demora, garantir uma família que pudesse zelar por sua educação e segurança. Assim, ela discutia frequentemente com uma enfermeira denominada Hermes. Conforme a narrativa de Maria Diva, a profissional, estudante da Escola de Enfermagem Florence Nightingale, era considerada pela mãe como apta a dar bons conselhos e ajudar na escolha da melhor solução. Maria Diva declarou:

> E ela tinha uma preocupação comigo, era percebível. Naquele tempo não tinha negócio de beijar e tudo. Mas eu era danada, eu era "fogo na jarra", eu era "fogo na jarra". Mas eu estava na adolescência, já tinha dado sinal de menstruação, deu o sinal e sumiu a menstruação. Aí mamãe ficava triste, meio assim... Aí eu pulava e pintava lá nos quintais, porque eram quintais amplos. Eu chegava e dava beijo nela.

> Não existia isso, de filho vir, nem filho... Tudo era maldoso. E ela ficava assim... Lia a Bíblia demais, demais. Me deixava solta né. Mas quando ela.... Pressentimento dela ou queria registrar já, com certeza. Um dia, ela conversando com uma enfermeira que foi lá visitá-la ou que estava de plantão, não sei. Ela estava lá alinhavando pensamento com a Hermes. Chama Hermes a enfermeira que já ia formar e ir embora. A preocupação de me deixar. Pressentida. (Ibidem)

A família de Benedita, de origem católica, não era uma opção, pois ela a havia renegado em virtude de sua conversão religiosa. No decorrer de sua infância, Maria Diva afirmou ter experimento inúmeros momentos de coabitação com seus parentes. Ela os ia visitar em Campinas, no Estado de São Paulo, nos períodos de férias escolares, ocasiões festivas e afetuosas relatadas pela enfermeira com muita emoção. Contudo, houve uma ruptura definitiva entre as irmãs, ocorrida durante uma dessas viagens de passeio para ver a família materna. De acordo com a entrevista de Maria Diva, as novas convicções religiosas de Benedita e suas ações em prol de sua crença contrariavam os parentes. Por isso, ela havia sido completamente rejeitada. Nenhuma ajuda lhe foi oferecida nos seus últimos instantes de vida.

Na verdade, Benedita escrevera uma carta para uma irmã, membro da família que frequentemente vinha visitá-las em Anápolis. Ela acreditava ser possível restabelecer o contato. Assim, no documento pediu auxílio, principalmente no que diz respeito ao cuidado de sua filha Maria Diva. Ao mesmo tempo, Benedita enviou um pouco de dinheiro. Sua intenção era arcar com as primeiras despesas da possível viagem de sua irmã. Todavia, seu pedido foi categoricamente repelido. A irmã retornou a carta e o dinheiro e negou o mínimo de amparo.

> A família jogou ela fora por causa de religião. Por causa de religião botou ela para correr. Minha cidade era Anápolis, minhas tias eram [de] Campinas. E a família da minha mãe tinha abandonado, brigaram para sempre por causa de religião. "Você está com o diabo", a família. Tinha quatro irmãs e as irmãs tinham filhos. Era uma bondade na casa da família lá em Campinas, nas férias minha mãe me levava, todas férias me levava, me levava e me deixar lá. Era outro ambiente, festivo, reencontrava a família e tal. Mas minha mãe virou protestante, assídua. Aprendeu a ler a Bíblia, com a leitura da Bíblia ela desenvolveu muito. Era evangélica daquelas... Não digo fanática, mas se sentia movida pela fé e fazia as coisas. A mamãe, veio logo a preocupação de com quem eu ia ficar. Mandou para a tia [inaudível] uma carta com dinheiro para ela vir ficar comigo. Ela vinha de vez em quando passear na nossa casa. Então, ela pegou e deu dinheiro para a tia. A tia simplesmente devolveu a carta e disse que não precisava daquele dinheiro, e nem ia na mais casa de evangélico. Ela que se virasse. (Ibidem)

Desesperada, Benedita foi se aconselhar com a enfermeira Hermes, a qual lhe propôs como solução a adoção. Os postulantes eram um casal de missionários estadunidenses. O pai exercia a profissão de reverendo (é por esse termo que ele será aqui designado) e a família, desde o final dos anos 1930, era responsável por um órgão educacional-teológico. Maria Diva descreveu algumas características do estabelecimento:"Era roça. Era mato. Os alunos

trabalhavam lá para se sustentar. Para poder ficar lá, eles trabalhavam depois do estudo. De dia, de manhã, era o estudo, a tarde, trabalho na roça." (Ibidem) Em respeito à vida privada dos indivíduos e seus descendentes que ainda estão vivos, não citarei os nomes do casal que acolheu Maria Diva em sua residência e nem o nome do organismo educacional. Por esse motivo, vale lembra que, durante a escrita deste capítulo, eu deliberadamente cortei palavras e frases da entrevista com detalhes de suas identidades. No que concerne ao episódio da escolha dos pais adotivos, Maria Diva contou:

> A Hermes foi lá, orou com a mamãe, leu a bíblia, e mamãe falou assim: "Hermes, a minha preocupação é deixar a Diva. Como ela vai ficar?" E tinha toda razão. Aí a Hermes: "Dona Benedita, a senhora tem que pôr a Diva com o americano. Não tem melhor que o Reverendo que mora lá na roça, afastado de tudo, lá no meio do mato. Eles vão dar uma formação para ela, maravilhosa, uma formação maravilhosa." Botou na cabeça dela que tinha que ser como o americano. O Reverendo surgiu como um mandato de Deus. "Ela ficar aqui nessa cidade", a Hermes, "aqui no [inaudível]. Prostituta na certa." (Ibidem)

Assim, Hermes fez vir a família de missionários estadunidenses, a qual, segundo o relato de Maria Diva, recebeu a missão com muito entusiasmo. No hospital, eles decidiram de maneira informal adotar a jovem moça. Obviamente, o casal prometeu as melhores condições de vida possível. Maria Diva seria integrada à família e com ela seria instruída. Confiante das boas ações dos membros da congregação religiosa, Benedita, aliviada, confiou sua filha.

> Foram falar com o Reverendo para me adotar e ele ficou muito contente. Esse episódio eu também não esqueço. A mamãe sentada na cadeira confortável e ele veio. Chamaram a Hermes (...) e fizeram um cultinho. Ele abriu a Bíblia, botou a mão, mamãe botou a mão, ele botou a mão em cima da mão dela e jurou que cuidava de mim como uma filha. Ia me ensinar tocar órgão, ia me incluir na família, ensinar inglês. (...) Ia me levar para os Estados Unidos. Ia me formar. Estudava junto coma filha dele, na mesma cadeira. (...) Eles fizeram a promessa para a Hermes, os crentes, os evangélicos. A minha mãe eles prometeram o mais desejável. Eles iam me ensinar órgão e me ensinar ter valores. (Ibidem)

Benedita faleceu em paz, pois supunha que sua filha estava enfim segura. Na verdade, ela já os conhecia e os considerava bons amigos. Há muito tempo recebia o casal de missionários e seus alunos em sua residência privada. Estes últimos foram testemunhas diretas dos atos de violência dos quais Maria Diva posteriormente fora vítima. Maria Diva afirmou:

> Eu acho que o pessoal sabia o que eu passava, mas não podia se meter. Os amigos, porque antes eram amigos que estavam lá estudando. Dia de domingo eles iam lá em casa para comer, mamãe tinha prazer de fazer comida para eles. Eles chamavam ela de "Mãe Dita", os alunos. Ela recebia com maior prazer e tudo. Ela não viveu sozinha não, todo dia tinha gente lá em casa, os crentes. Era para almoçar, para jantar, nos dias das folgas [do órgão educacional-teológico] iam para lá. Eram bem recebidos, então chamavam:"mãe Dita, mãe Dita, mãe Dita". (Ibidem)

Nos anos 1940, Maria Diva foi viver com os missionários estadunidenses. Embora a residência do casal estivesse em uma zona afastada do centro da cidade de Anápolis, a jovem moça não vivia isolada. Lá, ela compartilhava seu cotidiano com a filha dos cônjuges e com os alunos do órgão educacional-teológico, pessoas que até aquele presente momento tinham se mostrado amigas e solidárias. Assim, Maria Diva afirmou ter sido bem tratada no início. A família ofereceu uma estrutura confortável (quarto, roupa limpa, alimentação adequada, educação etc.) e um tratamento digno. Mas apenas duas semanas depois de sua instalação os maus-tratos se iniciaram. Eles eram verbais e ocorriam principalmente nos momentos dos cultos religiosos, episódios em que suas atitudes de adolescente eram supostamente atribuídas a uma influência demoníaca. De maneira sistemática, Maria Diva era designada como uma hóspede indesejada. Além disso, ela era apontada em público como desobediente, estúpida e inútil. Outro ato imediato à sua chegada na casa foi a retirada da jovem da escola.

> Bom, chegamos lá, eu tinha meu quartinho, de estreia, amiga querida da família. Tinha o quartinho, ia aprender piano, comia na mesa com faca e garfo. Era o entrosamento da família, tudo que tinha de bom na família eu ia ser participante. E me deram, no começo... Não aguentaram muito tempo não, acho que foi uma semana ou duas. O direito de ficar em convívio com a família. Depois disso o que aconteceu? Quando desassociaram a mordomia. Era assim, eu estava na cozinha lavando louça, com a mãozinha desse tamanho [sinal de pequena], e subindo no banco para poder lavar louça, e tinha o culto doméstico. O culto doméstico fazia a oração para abençoar e ajudar. Então, "oh Deus, nosso Jesus, abençoe essa Diva aí que é uma não sei o quê? Muito rebelde, muito ruim, muito não sei o que, e isso, e aquilo. Então o senhor vai abençoá-la, vai ajudá-la. Vai ajudar a gente ter paciência e aguentar essa não sei o que." Todo santo dia. (...) Eu fui consolidada com os americanos. Ainda era infância, porque eu fui para lá com doze anos. Fui fazer trabalho escravo. Trabalho escravo e chibata. (Ibidem)

Quanto a um dos primeiros casos de tortura física relatado da qual foi vítima, Maria Diva citou uma proposta que recebeu para aprender a nadar. Convidada para ir até uma piscina natural, ela foi com entusiasmo praticar natação com o Reverendo e outros membros do órgão educacional-teológico. Um ato inicialmente percebido pela jovem como um esforço do casal de missionários para proporcionar certo lazer e afeto. Assim, uma vez no local Maria Diva se sentiu rapidamente à vontade. Como as demais crianças ela foi se divertir. Empolgada com a atividade aquática inédita, aceitou inocentemente estabelecer alguns contatos físicos com o Reverendo. Subiu em seu pescoço durante o banho e, do lado de fora da água, nas áreas que cercavam a piscina, foi guiada com as mãos dadas para galgar determinados espaços. No entanto, ao retornar a sua nova residência Maria Diva foi severamente julgada pela família. Segundo a opinião dos últimos, a jovem havia se comportado de forma inadequada, ela era vulgar e não sabia se conduzir decentemente. Na sequência, Maria Diva foi acusada de ter mostrado os seios em público e tal ato era merecedor de uma punição. Logo, ela foi açoitada

com um cinto (vestuário). Mas a crueldade devia ser completa. Dessa forma, ela declarou ter sido atingida de surpresa. Sem lhe direcionar nenhuma explicação ou aviso prévio, o missionário aplicou o castigo.

> Eu era da roça. (...) Ia aprender a nadar. Quem não quer? Aí me arrumaram para ir a piscina, um poço assim. (...) Fui nadar. Dormia no quarto da casa, com roupa de cama adequada. (...) No começo eu dormia num quartinho próprio, tinha minhas coisinhas e ia aprender a nadar com o Reverendo. Quando eu cheguei lá, ele me pôs igualzinho o menino. Me pôs no pescoço, me ensinava a nadar e tal. Aí eu fui nadar com o Reverendo, eu subi no pescoço dele. Ele me pôs no pescoço e ia nadar. Nem eu tinha noção da coisa que ia acontecer. Me ensinou a botar no barranco para segurar, para nadar, para isso e para aquilo. Quando eu cheguei lá em cima, que me vesti e tal, veio a chibata de surpresa. Disseram que eu estava mostrando os peitos para o Reverendo. Você acredita isso? Estava mostrando os peitos. Era isso que a mamãe tinha mais medo, me deixar nessa fase da vida, no começo da vida. "Puta!" Eles falaram para mim que eu queria ser puta, queria ser prostituta, e se me deixasse lá em Anápolis eu ia para o cinema, eu ia ficar de *trottoir*,[193] atrás de homem (...). Ela não punha a mão em mim não, era só o pastor. Mas dava de correia que tirava sangue. Ainda tem marca até hoje, dava de correia. (Ibidem)

A adolescente foi estigmatizada por ser uma menina. Sua jovem idade e a sexualização de seu corpo eram, no ponto de vista de Maria Diva, justamente o que Benedita mais temia. No entanto, a mãe também se fiava com ardor nos princípios morais das instituições religiosas. Supunha então deixar sua filha com um casal de "amigos" defensores do respeito e da dignidade humana. A família de missionários, porém, desde a chegada de Maria Diva na residência familiar, a acusou de ser obscena e frívola, iniciando-se, dessa forma, um cotidiano marcado por insultos e agressões com forte teor sexista. A jovem moça era frequentemente acusada de tentar seduzir os rapazes estudantes do órgão educacional-teológico e mesmo o Reverendo. Em síntese, Maria Diva era culpada pelos impulsos e comportamentos dos homens. Nas palavras de seus "pais adotivos", ela era designada como uma "puta".

Os missionários a vilipendiava por atos julgados indignos de uma jovem moça evangélica e, por isso, sua rotina foi rapidamente regrada por normas rígidas de condutas e, em caso de qualquer desvio, por atos repressivos e brutais. Maria Diva foi impedida de criar vínculos de amizade com os membros do estabelecimento estudantil, bem como foi impelida a se vestir com modéstia, decência e sobriedade, isto é, trajes considerados pela família como descentes e honrados. Não lhe era autorizado ter nenhum tipo de vaidade ou atitudes ditas femininas. Além disso, Maria Diva era regularmente insultada por ser negra. Assim, ela disse ter aprendido a observar seus traços físicos e ter adquirido consciência racial através dos

[193] Calçada em francês. *Faire le Trottoir*, pode significar se prostituir. As prostitutas esperam os clientes na calçada das cidades.

maus-tratos. Sem ter mencionado especificamente as palavras ou as frases preconceituosas pronunciadas pelos missionários, os quais designou na entrevista como brancos, a enfermeira reconheceu diferentes situações de humilhação de caráter racista.

No decorrer da entrevista, Maria Diva relatou vários tipos de tortura psicológica e física. A alimentação da jovem moça era constantemente usada pela patroa como um instrumento de vexação. Maria Diva era sempre obrigada a participar do trabalho de preparação da comida, todavia não lhe era permitido, uma vez pronta, experimentar o alimento. A esposa lhe reservava determinados tipos de mantimentos e as refeições eram realizadas em momentos e locais separados. Nos dias de festas, quando os estudantes do estabelecimento teológico se reuniam na casa do casal, Maria Diva os servia. Sem poder, em contraposição, se beneficiar dos atrativos preparados para o evento. Mesmo as frutas colhidas nas árvores do jardim eram proibidas ao seu consumo. A higiene, de modo igual, era completamente negligenciada. Assim, Maria Diva disse ter sofrido bastante com os piolhos. Uma cena de maltrato várias vezes apresentada era os pedidos incessantes da patroa para a jovem ingerir formicida, uma atitude que, se fosse colocada em prática por Maria Diva, provavelmente causaria sua morte.

> Tinha latas de mantimentos. A patroa, a mãe, (...) ela tinha três latas de formicida para matar formiga. (...) Para não dizer todo dia, mas tinha dia que ela estava com a cachorra, aí ela falava assim: "Vai tomar formicida. Você não presta nem para sabão. Toma formicida." Não tomava porque ela mandou. Mas era direito. Mandava tomar formicida para morrer e falar que você não presta nem para sabão. E era com frequência, com frequência. (Ibidem)

O trabalho compulsório no domínio residencial era cotidiano. Maria Diva acordava às cinco horas da manhã para realizar diferentes atividades. Na verdade, ela era responsável, com exceção da preparação de alguns alimentos considerados especiais, pela efetivação do conjunto das tarefas domésticas. Em outras palavras, Maria Diva cozinhava, lavava e passava roupas e limpava o interior da casa, bem como era encarregada de se ocupar da criança de cinco anos, das plantas, dos animais e da manutenção do terreno. Ocupações descritas como demasiadamente penosas. No decorrer das ausências do casal de missionários, períodos que podiam durar dias ou meses, Maria Diva era abandonada sozinha na residência sem comida e sem segurança. No dia a dia, era privada de uma alimentação e de condições de higiene adequadas. A goiana retratou com muita emoção sua juventude marcada por humilhações verbais e espancamentos. Qualquer ato de desobediência, por mais insignificante que representasse para o processo de desenvolvimento de um jovem, era punido com palavras e

frases ofensivas e castigos físicos. Com doze anos, Maria Diva tornou-se vítima do trabalho escravo infantil.

> Eu não tinha nem disciplina, era assim por sequência. Você tem que brincar, quando você é adolescente, você (...) é lento para você fazer as coisas. Ela queria que fizesse como no mercado. O tempo de lavar louça. Um dia eu apanhei porque não pus água fervendo na louça. Era tudo na bacia, não tinha água encanada. (...) Era cronometrado. Levantava cinco horas da manhã para fazer café, para a filha ir montada no jumento para o colégio.(...) No tempo livre eu tinha que catar graveto para acender o fogo, era fogão de lenha. (...) Quando eu ia colher frutas arranhava toda e tinha que carregar o peso. (...) Um dia eu fui colher mexerica e cheguei com o saco de mexerica. Ela cheirou minha boca para ver se eu tinha comido. (...) Meu quarto era luz de lamparina. E tinha que dormir cedo para acordar cedo. Era rotina. Não vou te dizer que era um dia lá ou outro. Era rotina. E tinha que cumprir a rotina. (Ibidem)

Aos dezoitos anos, sem nenhum recurso material e sem ter sido escolarizada corretamente, Maria Diva foi subitamente expulsa da casa do casal de missionários estadunidenses. Naquele momento, apesar da maioridade, a goiana não conhecia absolutamente ninguém. Sua família materna a tinha abandonado e, desde então, nenhum contato havia sido restabelecido. Toda sua formação social na adolescência foi realizada no isolamento e em condições de extrema violência. Dessa forma, a saída foi um momento de grande aflição. Dessa vez, Maria Diva temia seu destino.

> Ela lá na cozinha, eu assim em pé: "Diva você já completou dezoito anos agora você pode ir embora. Porque você é livre." Embora para onde? Fazer o quê? Tanto que as coisas da minha mãe, eu tinha retrato, álbum, documentos, tudo ficou numa mala daquelas tipo baú. Eu pedi a ela para ficar lá, para eu guardar. Por certo puseram fogueira.(...) O que tinha de bom eu assimilei, e o que tinha de ruim ficou na cabeça também. Quer dizer, disciplina, hábitos e coisas, incorporou, não sai do comportamento, não tem jeito. Só sei que foi depois do jantar, era quase de noite, ela chegou e disse: "Diva, você pode ir embora daqui. Você vai embora, amanhã você vai embora daqui. E não sei quem vai te levar." Não me falou para onde eu ia na cidade. (Ibidem)

Sem ser previamente informada, Maria Diva foi conduzida até a casa de uma mulher que outrora havia sido vizinha de sua mãe. Lá ela permaneceu durante dois ou três dias. Consoante seu relato, a anfitriã ficou inquieta com sua presença. Receava, sobretudo, a conduta de seu marido. Em seguida, Maria Diva foi direcionada à casa de uma nova família, na qual residiu ao longo de cinco anos. Nesse local, foi empregada como doméstica, e dessa vez recebeu um salário, embora irrisório. Além disso, como funcionária foi privada de qualquer direito mínimo: férias, repouso semanal, intervalos para descanso e alimentação, seguro saúde, aposentadoria, adicional noturno etc. A patroa tinha cinco filhos e durante o dia mantinha-se ausente. De retorno, a mãe lhe direcionava poucas palavras, o mínimo necessário. Como era o único recurso que tinha para sobreviver, Maria Diva foi coagida a cuidar do conjunto dos serviços domésticos e das crianças.

Não havia horário de trabalho pré-determinado. A qualquer instante do dia ou da noite Maria Diva podia ser solicitada. Como residia no domicílio privado dos patrões, em um pequeno aposento reservado às empregadas domésticas, não tinha como negar um pedido. Aos domingos, a funcionária dispunha de uma pequena folga no período vespertino. Naquele momento, ela tinha o direito de sair e fazer o que bem entendesse. No entanto, o almoço devia ser anteriormente preparado. E foi assim que, em um final de semana, apesar de sentir muita dor de cabeça, Maria Diva organizou a refeição e foi descansar. Entrou para seu quarto, único espaço da casa onde tinha intimidade, e permaneceu em repouso. Subitamente, seu patrão, sem nenhum sinal antecipado de sua introdução no cômodo, abriu a porta. Ele logo exigiu a presença da jovem para tomar conta das crianças. O casal pretendia sair e, dessa forma, considerou que Maria Diva, embora estivesse no seu único instante hebdomadário de pausa, tinha a obrigação de zelar por seus filhos. A funcionária, porém, educadamente se opôs a ordem. Tentou se explicar, mas foi respondida com uma ameaça de agressão física: o patrão disse que em caso de recusa daria-lhe um tapa no rosto. Maria Diva julgou aquela atitude intolerável. Com apenas a roupa do corpo e sem dar maiores explicações abandonou imediatamente o local de trabalho. Encontrou refúgio na moradia de uma vizinha, uma mulher descrita por Maria Diva como negra e sua antiga professora.

> Eu estava com uma dor de cabeça daquelas. Em plena efervescência de hormônios, não tinha cólica menstrual, mas tinha dor de cabeça (...). E num domingo que eu tinha direito a folga... Era meio domingo, eu tinha que fazer almoço, deixar lá e podia sair, porque eles ficavam com as crianças. Aí eu tive uma dor de cabeça. Quando o patrão chegou, abriu a porta do meu quarto. Quer dizer, eu tinha que morar nas casas. Ele pegou e falou assim: "Diva, vem ficar com as crianças que nós vamos sair." Aí eu falei para ele: "Ah, seu Abílio, eu não posso ir não. Eu estou com dor de cabeça e é minha folga. Eu estou aqui descansando." "Vem! Senão eu te dou um tapa." Eu falei: "Não, não dá não. Eu vou sair. Eu vou sair. O senhor pode deixar." Levantei e fui para a casa da Dona Vera que é professora, foi minha professora. Morava assim ao lado, na vila, na outra rua. Eu disse: "Dona Vera, aconteceu isso e aquilo, eu vou ficar aqui com a senhora." (...) A Vera então me acolheu. Eu fui com a roupa do corpo. Eu estava com dor de cabeça, não pretendia sair, mas era minha folga (...). Aí eu peguei e fiquei lá na Dona Vera. (...) Ela pegou e me acolheu. Ela mesma foi buscar minhas coisas. "Fica aqui, eu vou cuidar de você e tal." E foi buscar minhas coisas (...). Ele já não estava quase me pagando mais, quase não me pagando mais, pagava uma merrequinha. (Ibidem)

Finalmente, Maria Diva conseguiu voltar a estudar. Na residência da professora Vera, ela começou a frequentar alguns cursos noturnos. Era necessário retornar às aulas desde o ensino fundamental. Algum tempo depois, Maria Diva teve novamente que se mudar. A professora havia encontrado um trabalho, e a jovem era aguardada como empregada doméstica na casa de um reverendo de origem estadunidense. Recém chegados na cidade de Anápolis, tratava-se de um casal de idosos. Só que dessa vez, Maria Diva foi mantida com

respeito e dignidade. Assim, ela recebia um salário decente, tinha uma carga de atividade compatível com seu bem-estar e foi bastante estimulada a continuar sua instrução. Maria Diva afirmou que a esposa do reverendo lhe ensinava o inglês e as demais disciplinas aplicadas na escola, e apesar da narrativa de seu amigo Carlos Gilberto Pereira, que a definiu como poliglota, a informante disse que na juventude criou um bloqueio e, mesmo se sua melhor nota era nessa matéria, nunca conseguiu aprender corretamente o idioma estrangeiro. De toda forma, elogiada e motivada pelos professores e seus patrões, a funcionária estudou até se tornar enfermeira.

> Eu botei na cabeça que eu queria estudar à noite. Eu estudava, estava estudando. Andando de um bairro para o outro porque abriu uma escola gratuita à noite. Não existia, não existia na cidade. Aí uma senhora, tipo líder, essas coisas, abriu e eu entrei no colégio, me matriculei. Eu falei: "Ah eu quero estudar." Lembrando da minha mãe que falava: 'Você tem que estudar. Eu quero que você estude para você não ser rabo de fogão. Para você não ficar no fogão." (...) A Dona Vera me acatou como hospede. Um dia ela chegou assim: "Diva, arrumei um lugar para você. Você vai ficar com uns americanos que chegaram." "(...) Eles querem uma empregada. Eles aceitam você." Eu nem balancei, porque eu precisava. E aceitaram-me, e eu fiquei como empregada lá. (...) Aí deu para estudar, ela colaborava comigo. (...) Na véspera de prova ela me ensinava e a nota mais alta que eu tirava era no inglês. (...) Diziam que eu tinha caligrafia bonita, boa. Ela vinha e ficava boba, ver a nota que eu tirava. (...) A bondade do Reverendo, o Reverendo que ensinava. O contrário do carrasco, ela me pagava direitinho. Aí que eu consegui tirar o ginásio. (...) E eu tinha medo de não entrar na escola, mas pelo preconceito. (...) Entrei na escola e rompi [o preconceito]. Deu para fazer o curso de enfermeira. (Ibidem)

Maria Diva falou pouco sobre o período de formação acadêmica, todavia Carlos ofereceu algumas informações suplementares. Ele contou sobre uma possível ida de Maria Diva à Inglaterra, enquanto estudante de enfermagem, para realizar o último ano da graduação, além de uma possível ida aos Estados Unidos, enquanto missionária da Igreja Presbiteriana, sendo a conjuntura do país norte-americano, naquele momento, marcada pelas lutas pelos direitos civis, movimentos organizados pelas comunidades negras. Ademais, Carlos fez referência a uma viagem que Maria Diva teria realizado, em 1959 para Helsinki, na Finlândia, com o propósito do participar de um Congresso da Juventude, evento que foi seguido de uma estadia de um mês na União Soviética. Na qualidade de convidada do governo soviético, junto a outros estudantes que também participavam do acontecimento, Maria Diva teve a oportunidade de conhecer um território que se definia como socialista. No entanto, essa permanência em um país de orientação marxista, consoante as palavras de Carlos, indignou os membros conservadores da igreja que, perante um descontentamento geral, optou por expulsá-la da congregação. E, talvez, esse seja um dos motivos que, posteriormente, fizeram com que Maria Diva deixasse sua região natal. Sobre esses fatos, Carlos descreveu alguns pontos:

> Anexo ao hospital tinha uma faculdade de enfermagem, então ela fez (...) a faculdade de enfermagem que não era reconhecida no Brasil, era reconhecida só na Inglaterra. Então, você estudava no Brasil e o último ano na área de graduação era feito na Inglaterra. Todo curso era feito em inglês porque todo mundo tinha que ir para a Inglaterra fazer o curso de graduação. A Diva era uma pessoa fluente em inglês (...) da Inglaterra. Aí, em 1950 e qualquer coisa, ela foi fazer graduação na Inglaterra e, nesse processo, ela ingressou como missionária da Igreja Presbiteriana, e a primeira missão dela como missionária foi para os Estados Unidos, ou seja, todo aquele processo da luta pelos direitos civis que estava em curso. A Diva teve uma participação, de alguma forma, nesse processo.Isso marcou. (...) Isso, de certa forma, forjou o caráter da Diva, é uma protestante firme, não era de esquerda. Em 1959, a Diva foi para a Suécia participar dum Congresso da Juventude (...), aliás, minto, (...) foi em Helsinki, lá na (...) Finlândia. E daí, o seguinte, terminou o congresso da Juventude ela foi convidada pelos soviéticos para fazer uma visita na União Soviética. Então aquele bando de estudantes que tinha feito o Congresso da Juventude lá, eles foram para a União Soviética fazer uma visita. E tiveram uma caminhada lá de quase um mês, de passeio. Quando ela voltou a igreja botou ela para correr. (...) Lá na igreja ela era a ovelha negra. (PEREIRA, 2015c)

Diplomada, Maria Diva mudou-se para Brasília, provavelmente em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Na cidade, fez concurso público e, consoante seu relato, tornou-se funcionária pública federal. Durante sua estadia também conheceu um rapaz, Jader, com quem manteve um relacionamento íntimo. Posteriormente, ele se dirigiu para São Paulo e esperava que Maria Diva o acompanhasse. Enviou vários convites, até que a enfermeira aceitou a proposta. Mas, uma vez na capital paulista, o rapaz, descrito como branco, a rejeitou. Escondeu-se e não respondeu as suas mensagens. Maria Diva disse ter feito essa primeira viagem principalmente para conhecer a região, por isso, apesar da falta de acolhida, instalou-se, durante alguns dias, em um hotel do centro da cidade. Ulteriormente, ela optou por pedir sua transferência e foi viver em São Paulo.

Jader casou-se e, durante um longo período, permaneceu distante de Maria Diva. Mais tarde, eles retomaram o contato. Ele propôs apresentá-la a Paulo Stuart Wright, militante político nascido em Joaçaba, no Estado de Santa Catariana, em 1933. Filho de missionários presbiterianos estadunidenses, seu pai era pastor no Brasil. Diplomado em Sociologia, durante a pós-graduação viajou para Los Angeles, nos Estados Unidos, para trabalhar na construção civil. Tinha a intenção de experimentar o cotidiano dos operários. Naquele país, constituiu um coletivo contra a discriminação racial, embora Paulo fosse um homem branco. Fora convocado para se alistar como soldado na guerra contra a Coréia e, por tal motivo, retornou ao Brasil (BRASIL, 2014). Nos anos 1950, empregou-se como servente em São Paulo. Alguns anos depois, em Joaçaba, aderiu ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e foi candidato a vereador. Em 1959, voltou para a capital paulista para trabalhar como operário e tornou-se secretário regional da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB). Em 1960, novamente em Joaçaba, candidatou-se a prefeito pelo PTB. Dirigiu-se posteriormente para

Florianópolis, e por lá foi responsável pela Imprensa Oficial do Estado e, em 1962, foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Progressista (PSP). Em 1964, Paulo foi acusado de ser comunista, por conseguinte seu mandato foi cassado. No mesmo período, o operário e sociólogo se aproximou da Ação Popular e, por esse motivo, ele seguiu para Cuba para realizar treinamento guerrilheiro. Em 1967, retornou ao país caribenho como um dos delegados da organização de esquerda no Congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade. Posteriormente, Paulo permaneceu durante um tempo na China (RIDENTI, 2002).

De início, Maria Diva recusou o convite. Ela não pretendia estabelecer contato com Paulo devido à sua origem nacional e religiosa. Porém, Jader apareceu em sua casa acompanhado do militante político catarinense. A partir de então, consolidou-se uma grande amizade entre Maria Diva e Paulo.

> Aqui fiquei. Como eu sou funcionária pública dava para pagar o hotel de terceira categoria e usar o nome na ficha de funcionária federal. Mas ainda não vim de morada não, vim sondar o ambiente. Depois eu transferi, eu sei que eu transferi. E morava em casa de aluguel. Quando o Jader sumiu, casou e eu fiquei sem vê, e ele chegou e fez essa proposta que o Paulo queria me conhecer. Eu falei assim: "É americano?" "De jeito nenhum, de jeito nenhum." Não, não incorporei mesmo. (...) Eu não queria ver americano. (...) O Jader levou ele lá em casa. "Oh Diva, vai conhecer sim. Você conhece." Eu já estava estabilizada aqui. O Jader foi com ele e me apresentou. Apareceu por acaso. (FARIA, 2015)

Em virtude da experiência violenta que vivenciou com a primeira família de missionários estadunidenses, Maria Diva se posicionou como ateia e afirmou nunca ter participado de manifestações políticas organizadas pelos protestantes. Entretanto, cabe citar, brevemente, o papel das igrejas cristãs evangélicas na resistência contra a ditadura civil-militar. Segundo Ridenti (2002), essas instituições também experimentaram um movimento renovador. De fato, durante o governo autoritário, já haviam sido consolidadas entidades como a União Cristã dos Estudantes do Brasil (UCEB) e as Associações Cristãs Acadêmicas (ACAs). Elas articularam diretamente com a JUC e a JEC no âmbito do movimento estudantil. Assim, em 1963, várias lideranças oriundas desses grupos, como foi o caso de Paulo Stuart Wright, atuaram na criação da Ação Popular. A UCEB foi diretamente influenciada pela Teologia do Evangelho Social de Rauschenbusch,[194]uma teoria que rompe com a vertente maiormente individualista do protestantismo e, em contrapartida, propõe uma análise dos aspectos coletivos da sociedade moderna. Em seguida, o teólogo presbiteriano

[194] Walter Rauschenbusch (1861-1918) foi um professor de História de origem alemã no Rochester Seminary e pastor da Segunda Igreja Batista de língua alemã no norte de Nova York. Ele foi autor de uma teologia fortemente vinculada aos problemas sociais.

ecumênico estadunidense Richard Shaull[195] apresentou uma "teologia revolucionária", um pensamento interessado pelas temáticas centrais das especificidades políticas do contexto latino-americano e, além disso, interessado pelas relações entre a mensagem cristã, a fé, a situação humana e a política. Em tal pesquisa, o autor se inspirou bastante nas ideologias comunistas. Richard Shaull elaborou, assim, princípios que defendiam a responsabilidade dos cristãos nos processos de luta em favor da justiça social.

Assim, após o golpe de 1964, a juventude evangélica realizou diferentes articulações com representantes evangélicos internacionais, sobretudo dos Estados Unidos, os quais estavam engajados igualmente na luta contra o racismo e contra a guerra do Vietnã. Era reivindicada maior intervenção na organização dos diversos eventos religiosos: congressos, simpósios e ações de base. A partir desses espaços, supunha-se conscientizar os dirigentes das instituições para uma dinâmica social mais concreta, direcionada, sobretudo, aos pobres e excluídos. A juventude evangélica objetivava, na verdade, pôr em prática a perspectiva teológica de ação política. E isso, até mesmo, com a colaboração de grupos desprovidos de orientação cristã. Nesse sentido, eles foram importantes atores na luta contra a ditadura (CAMPOS, 2014).

Nos anos 1960, Maria Diva também conheceu o irmão do militante catarinense, Jaime Nelson Wright. Jaime nasceu em Curitiba, em 1927, e foi pastor presbiteriano. Formou-se em Teologia e fez pós-graduação na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Instalou-se em Ponte Nova, na Bahia, e dirigiu o Instituto de Educação Presbiteriano Ponte Nova. Em 1968, tornou-se responsável pela Missão Presbiteriana do Brasil Central, em São Paulo. Após o desaparecimento e assassinato de seu irmão Paulo pelos órgãos de repressão, Jaime atuou ativamente pela defesa dos direitos humanos. Criou o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul. Em colaboração com o cardeal arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns e o rabino Henry Sobel publicou, em 1985, o livro *Brasil: Nunca Mais*.

[195] Millard Richard Shaull (1919-2002) atuou como missionário na Colômbia e no Brasil (1952-1962) e, nesse contexto, contribuiu de maneira significativa para a elaboração da Teologia da Libertação Latino-americana.

Imagem 23: Maria Diva de Faria

Fonte: Foto cedida por Maria Diva de Faria

Em São Paulo, Maria Diva trabalhou voluntariamente no Serviço de Orientação à Família (SOF). Criado na cidade de São Paulo em 1963, a organização, posteriormente, se reconstituiu como ONG do movimento de mulheres Sempreviva Organização Feminista. O SOF foi constituído com o objetivo de promover a saúde integral da mulher e, à vista disso, atuou pela qualidade dos atendimentos à população nos Centros de Saúde da rede pública, bem como atuou pela composição e ordenação política dos grupos e entidades envolvidos com a temática. Tratou-se (e ainda é o caso) de uma associação civil que recebeu subsídio de diversos de órgãos ligados ao planejamento familiar. Suas atividades eram elaboradas por equipes de profissionais oriundos de diferentes áreas. Eles formavam grupos específicos conforme os interesses e necessidades da comunidade. Assim, o SOF propôs Oficinas de Saúde compostas por membros de Conselhos de Saúde, Clube de Mães, Associações de Bairro etc., além de funcionários e técnicos dos Centros de Saúde. Nos anos 1960, a organização possuía duas sedes e suas zonas de intervenção eram sobretudo os bairros periféricos da cidade de São Paulo. Naqueles espaços, Maria Diva interveio quase que todos os dias da semana como enfermeira.

> [O Paulo] me botou para trabalhar no SOF. (...) Lá no meu trabalho às dez horas tinha que assinar o ponto. E eu tinha que ir das oito até às nove e meia lá no SOF dar palestra para as mulheres. Orientação, essas coisas de saúde. (...) Eu trabalhava, estava em plena ativa profissional. (...) Geralmente a periferia é mais nordestinos e imigrantes (...). No auge da repressão. (...) O pessoal falava que estava matando operário (...). Ficava dois carros policiais em frente a Sociedade dos Amigos de Bairro. (...) A polícia não tinha o que fazer, mas estava lá. (...) Então eu ia para lá nos fins de semanas, era meu lazer de fins de semana. E eu, quando é assim para

> emitir mensagens no trabalho, eu me transformo. Não sou eu mesma. (...) Eu trabalhei lá voluntária. (...) Eu fiz o curso lá. Chegava em casa, quando não tinha trabalho, eu aprendi afazer fantoche. Fazia roupa de boneca para fazer os fantoches. Fiz uma festa lá, surpreendente, modéstia parte. O povo da comunidade ajudou. (...) Eu dava aula sobre alimentação. (...) Ensinava vitamina para isso e aquilo e o que tinha que comer, comer carne. Vocês vão na feira, pegam aquelas folhas mais verdes. (FARIA, 2015)

No SOF, Maria Diva também conheceu Maria Carmozita Moreira. No momento da entrevista, em 2015, a goiana residia em sua casa em São Paulo. Carmozita nasceu em Córrego Grande, no Ceará, em 1932 e, em seguida, com o objetivo de realizar seus estudos foi para a capital do Estado. Em Fortaleza, participou da Juventude Operária Católica (JOC). Sobre sua participação na organização, Carmozita narrou:

> Entrei na JOC em 51, tinha vinte anos (...). Lá no Ceará. Era muito bom. A gente ia nas fábricas para conversar com o pessoal de fábrica, as reuniões eram para as pessoas aprenderem a reconhecer seus direitos, não se deixar explorar. Cada mês era incentivado um tipo de campanha, por exemplo, Campanha da Saúde. Aí a gente ia saber como estava a saúde do jovem trabalhador. Outro mês era sobre os direitos, sindicato. O pessoal ia participar do sindicado. (MOREIRA, 2015)

Após o falecimento de sua madrasta e um cotidiano marcado pela coabitação com seu pai biológico, Carmozita teve que sair de casa. Sem entrar em detalhes sobre as causas da partida, ela afirmou ter ido residir na Santa Casa da Misericórdia, uma irmandade que tinha como propósito o tratamento e assistência de enfermos e inválidos, além de receber recém-nascidos abandonados na entidade. Para garantir seu sustento na instituição, Carmozita realizava tarefas domésticas e de costura. Ela era apreciada, porém iniciou uma experiência militante com as outras trabalhadoras. Discutia com as empregadas nos serviços de limpeza e manutenção e, nessas dinâmicas, as convocava a se engajarem no processo de sindicalização. Tal ato de subversão lhe custou a expulsão do estabelecimento católico.

> Quando eu saí de casa, eu fui para a Santa Casa da Misericórdia, com as freiras. Elas me arrumaram um lugarzinho. Eu ia ajudar nas coisas de rotina, costura, ajudar a limpar alguma coisa. A freira gostava muito de conversar comigo. Mas eu ia sempre num espaço na hora que as mulheres faxineiras estavam de folga. Elas ficavam numa cobertura conversando, eu ia para lá conversar com elas. Era minha militância. Só que elas... Ia convencer elas para entrarem no sindicato e elas foram se sindicalizando. Aí quando freira descobriu me expulsou de lá. Não me deixava mais nem comer. Eu estava criando revolução lá dentro da Santa Casa. Estava tudo em paz e agora as meninas estavam nessa confusão. (Ibidem)

No final dos anos 1950, Carmozita mudou-se para Campos do Jordão para tratar um problema no pulmão. Na cidade de São Paulo, formou-se no curso de auxiliar em enfermagem. Carmozita trabalhou doze anos no Serviço de Orientação da Família (SOF) na capital paulista. Simpatizante da Ação Popular, em diferentes ocasiões, ela e seu marido acolheram Paulo em sua residência.

> O Paulo muitas vezes dormiu lá em casa. (...) O Paulo a gente conheceu assim... Teve uma reunião e o pessoal falou que tinha uma pessoa muito interessada em conversar com a gente. (...) Estava ajudando as pessoas da ditadura. E nós fomos nessa reunião, eu conheci o Paulo, a gente era o grupo de apoio. Eu falei: "Paulo, quando você precisar pode vir dormir aqui em casa." Nunca me esqueço, uma vez, era quase duas horas da madrugada, quando tocou a campainha lá em casa. Eu olhei, o Paulo era bem altão. Eu disse: "Camilo [esposo] é o Paulo." Aí a gente abriu a porta. Ele vinha com fome, com sede. A única coisa que eu tinha em casa era um pouquinho de arroz e uma linguiça. Fritei, ele comeu e dormiu. No outro dia, o Camilo tinha que ir para Osasco. Aí o Camilo colocou ele no nosso fusquinha e levou ele para o lugar que ia. Umas duas vezes ele dormiu em casa. E ele vinha a pé (...). Eu fazia parte do grupo de apoio, não era assim militante, militante, mas fazia parte do grupo de apoio. (Ibidem)

Maria Diva também se definiu como simpatizante da Ação Popular, mas, sobretudo, como amiga de Paulo e solidária de sua causa. Os simpatizantes eram pessoas que, sem pertencer à organização política, tendiam a defender e até mesmo a contribuir com seus interesses. Assim, Maria Diva disse não ter aderido diretamente ao grupo de origem cristã, mas ela se sentiu atraída por suas ideias e propostas. Paulo soube despertar sua curiosidade. Segundo o relato da enfermeira, o professor de sociologia explicou corretamente as problemáticas do contexto político e, por conseguinte, a convenceu de que o comprometimento com a resistência era um ato justo. Persuadida, Maria Diva se dedicou então à compreensão das bases teóricas das ideologias de esquerda, assim como optou por colaborar diretamente com a melhoria das condições de vida de Paulo, que era um militante vivendo na clandestinidade, afirmando, em seguida, que a coabitação com o amigo lhe ofereceu, por sua vez, um entendimento mais profundo das vivências das coletividades políticas.

Em inúmeras falas, Maria Diva mencionou o caráter dessa relação. Os aspectos da amizade foram um ponto que a goiana pediu para registrar de maneira clara. De acordo com sua entrevista, eles eram apenas bons amigos. Maria Diva teve a oportunidade de conhecê-lo e, após um período de convivência com o militante político, ela adotou sua causa. Considerava que Paulo devia continuar na luta por uma sociedade mais igualitária e, para isso, precisava de apoio. Assim, ela disponibilizava voluntariamente sua residência em São Paulo. Um local no qual ele podia dormir, se lavar e se alimentar. No início, sem compreender realmente os imprevistos da vida de um militante político clandestino, Maria Diva o acolhia como uma autêntica anfitriã. Aguardava a chegada para poder receber o convidado dentro dos códigos de cortesia. Entretanto, ela logo percebeu que frequentar os amigos e familiares era para Paulo algo absolutamente hipotético. Sua condição o obrigava a lidar constantemente com o desejo de fazer ou ir e, por razões de segurança, não poder. Assim, com o tempo Maria

Diva concedeu as chaves e o catarinense adquiriu a liberdade de usar o espaço quando bem entendesse. Não se tratava apenas de um esconderijo em caso de urgência. Na verdade, a enfermeira proporcionou a Paulo um verdadeiro ambiente de vida. Juntos eles também compartilharam alguns momentos de lazer e divertimento. Iam às feiras, aos cinemas, às exposições, às casas de outros militantes etc.

> Eu aprendi na vida a parte vivencial da esquerda.(...) Ele veio, chegou até em casa. Ele é professor, com sabedoria. Deve ter captado que podia ser aproveitado, e foi. Porque aprendi muita coisa, quanto à vivência. E ele fez experiência comigo, a experiência, assim, no saber, para ver o que eu sabia, como eu era. Burguesa. Queria ver a minha vidinha confortável. (...) Mas a repressão estava alta, a repressão estava no auge, catando todo mundo. Às vezes, eu o convidava para almoçar. Não podia porque tinha que se refugiar não sei aonde. Não comeu, eu ficava toda magoada. (...) Eu fazia o almoço específico, mais caprichado, mais caprichado. [A vida] era mesmo de refugiado, ele chegava assim, ficava um pouco de tempo e ia embora. Não tinha nada que significasse outras coisas. (...) E o dia que nós fomos pegar o carro, meu carro, ele não deu conta de sair. Nervoso né. Mal sabia eu, era a repressão. Ele vivia clandestino.(...) Ele sabendo disso [repressão], toda noite ele me telefonava, [falava] onde estava, me avisava. Porque não aparecia em casa, me avisava. Eu dei uma chave para ele, porque ele podia vir fora de hora descansar, tomar um banho ou fazer o que ele quisesse. Ele gosta muito de abacate batido. Não fazia não, mas eu deixava para ele fazer. Essas coisas assim que a gente sabe que a pessoa tem necessidade. Comprava bastante fruta para ele. Ele vinha na volta do dia se quisesse comer alguma coisa. Ajudando o clandestino a ter um lugar digno para ele, porque era um andarilho, como diz o pessoal. E assim foi até o dia que pegaram. Pegaram-no. (FARIA, 2015)

Essa coabitação, em um determinado momento, despertou o interesse dos órgãos de repressão. Além disso, após ser liberada da prisão, em junho de 1973, Derlei Catarina de Luca também foi residir na casa de Maria Diva. É possível então supor que a enfermeira passou a ser constantemente vigiada, o que já era o caso de Paulo e Derlei. Contudo, sem perceber o policiamento, ela continuou sua vida cotidiana enquanto funcionária pública e voluntária no SOF. Nos primeiros dias do mês de setembro de 1973, a campainha da sua casa tocou. Maria Diva abriu a porta e em sua frente estava um agente da repressão com algemas na mão. Conforme suas palavras, ela não percebeu imediatamente a dimensão do perigo. Reagiu com naturalidade e foi até o telefone fazer uma ligação. Seu objetivo era prevenir Paulo. O aparelho, porém, havia sido bloqueado. O agente, imóvel, aguardou alguns instantes, enquanto Maria Diva tentava realizar a operação e, em seguida, ele pronunciou uma frase "elogiando" seu estilo de vida. Sem nenhum ato de violência, foi imediatamente embora. Maria Diva permaneceu em liberdade, mas a intervenção era somente um aviso. Ela declarou:

> Esse entra e sai há visibilidade. Então ele já estava [sendo] vigiado, já estava sob o controle da repressão. Quando veio a repressão eles me pegaram (lágrimas). Eles sem entender-me. Sem entender eu, vieram. Quando abri a porta, ele me mostrou uma algema, o soldado. E eu não me identifiquei. Quer dizer, não fiz sinal nenhum de susto ou de nada. Peguei o telefone, estava trancado, mudo, estava tudo mudo. E eu estava de roupão. (...) Eu ia tomar banho para ir ao trabalho. Estava na minha

> casa. Quando ele falou: "A senhora tem a vida muito certinha né." Mas eu estava doida para ir no SOF avisar, porque ele não apareceu. Aí eu fui lá no SOF. Eles foram embora, não revistou a casa. (Ibidem)

Consoante a narrativa de Maria Diva, era comum o militante político lhe informar que estava bem. Contudo, naquela manhã já fazia dois dias que Paulo havia rompido o contato. Sem nenhuma notícia, Maria Diva ficou então extremamente preocupada com a visita do agente de repressão. Ato contínuo, a enfermeira seguiu para a casa de uma mulher denominada Deise. Tratava-se da pessoa que deveria procurar em caso de urgência. É possível pensar que a referência para essa situação era Deise Becker, médica psiquiatra que acompanhou Derlei Catariana de Luca (2002) enquanto residiu no domicílio da enfermeira em 1973, e mais tarde acompanhou Maria Diva. Seu nome foi citado nas entrevistas realizadas com Derlei, Elzira, Carlos e Carmozita como alguém que lhes era próximo. Contudo, naquele dia Maria Diva não a encontrou. Ao mesmo tempo, ela percebeu que estava sendo seguida e vigiada. Reconheceu a identidade de uma detetive que, no passado, tinha visto em um programa de televisão. Como Maria Diva descreveu, sua figura e sua residência foram usadas como chamariz pelos órgãos militares para atrair outros participantes das organizações de esquerda. Mas a goiana, apesar de ser simpatizante, havia aprendido com Paulo algumas estratégias e regras básicas de segurança. Assim, ainda no período da manhã, Maria Diva retornou ao trabalho. Algumas horas depois, ela saiu novamente com a desculpa de almoçar. Foi até um local onde supunha poder encontrar um outro contato. Era urgente avisar alguém sobre a ausência de comunicação como Paulo, o que já ocorria há mais de quarenta e oito horas e, principalmente, sobre a vinda do agente.

> Eu tinha trabalho às 10:00 horas, não podia faltar, cortar meu ponto não. Você sabe que eu não sei como fui? Eu falo esse dia, o dia D. (...) Eu fui na casa da Deise, era feira na rua da Deise. Eu fui, mas senti uma pessoa me olhando, uma mulher que era detetive e eu já tinha visto ela na televisão. (...) Na hora que ela olhava para mim, eu olhava para ela. Eu falei: "Vixe Maria, vixe Maria." Lá não achei a Deise. (...) E no trabalho... No mesmo dia. Eu saí com desculpa de almoçar para ir procurar uma das referências que eu tinha para dar notícia que o Paulo tinha sumido. E já fazia dois dias, já fazia dois dias, ele não aparecia e não avisava, não avisou nada, ele geralmente avisava. E eu era isca, mas eu me preservava como isca. Eu não podia ser culpada de nada. E não fui, não fui. Mas é por isso, ele frequentava minha casa com liberdade, ele tinha o direito de chegar e sair na hora que ele quisesse. (FARIA, 2015)

Em 05 de setembro de 1973, Maria Diva foi conduzida até o DOI-Codi de São Paulo. No dia da visita do policial, no período vespertino, após tentar estabelecer o contato com sua referência, a enfermeira retornou ao trabalho e foi detida. O motivo era apenas o fato dela ter sido amiga de Paulo e o ter acolhido em sua residência privada. Possivelmente o catarinense também havia sido preso nas horas precedentes, apesar do Exército ter negado sua presença

nos órgãos de repressão. Todavia, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade publicou que o advogado José Carlos Dias, no momento de seu encarceramento, impetrou *habeas corpus* em favor do militante político. Seu pedido se fundamentou em particular no testemunho da goiana. Maria Diva havia visto Paulo na sala de identificação do DOI-CODI do II Exército.

> O advogado, que havia sido contratado por Jaime Wright, pastor presbiteriano e irmão de Paulo, apresentou ao Superior Tribunal Militar (STM) declarações de Maria Diva de Farias, que estivera com Paulo na sala de identificação do DOI-CODI/II Exército. Temendo pela vida da testemunha, Dias apresentou o depoimento que colheu dela em uma sessão secreta no Superior Tribunal Militar. O Tribunal ordenou que o Exército informasse a localização de Paulo Stuart, mas o Exército negou que ele tenha passado pelo DOI-CODI/II Exército. (BRASIL, 2014, p. 1288)

Nos órgãos de repressão Maria Diva afirmou ter vivenciado vários tipos de tortura. Em diferentes narrativas ela relatou alguns constrangimentos infligidos desde sua chegada. Na véspera das comemorações da independência do Brasil, no dia seis de setembro de 1973, e a enfermeira pôde identificar exatamente a data em razão dos ensaios das bandas militares para o próximo desfile, Maria Diva foi conduzida até uma sala com acústica. Lá, eles colocaram uma música com sons planejados para incomodar a mente humana, um método que impedia os prisioneiros de dormirem ou de se concentrarem em qualquer outra coisa, gerando assim uma verdadeira dor de cabeça. A goiana também foi posta nua na cadeira do dragão, um assento com apoio de braços e encosto de metal onde o indivíduo era amarrado. Fios eram colocados nas orelhas, língua, dedos dos pés e das mãos, nos seios e nos órgãos genitais e, em seguida, manualmente, o torturador regulava a voltagem de energia. A duração e a intensidade das descargas elétricas eram, dessa forma, variadas. O ato era alternado com gritos e espancamentos. O choque também era aumentado quando se colocava um balde de ferro na cabeça da vítima ou lhe dava banhos de água. Maria Diva contou:

> Teve uma tortura que aconteceu na véspera do Sete de Setembro. Sei que foi esse dia porque a gente escutava o ensaio das bandas. Me levaram para uma sala com acústica de madeira. Tocava uma música de enlouquecer. Era um som como se estivessem arranhando a parede. A música foi aumentando cada vez mais. Quando eu saí de lá, minha cabeça estava latejando. Por pouco eu não enlouqueci. Lá no DOI-Codi, todo dia eu ia para o interrogatório, e as torturas eram de todas as formas, como na cadeira do dragão, e sempre nua. E eles ameaçavam as pessoas que a gente conhecia. Um dia me chamaram e eu vi o Paulo [Stuart Wright] encapuzado. Reconheci-o pelo terno que ele estava usando, que fui eu quem tinha dado para ele, e também pela voz. (FARIA, S/D, apud MERLINO, 2010: 57)

O nome do Paulo frequentemente era usado pelos militares para intimidá-la. Assim, durante os interrogatórios eram feitas suposições para manter ativo seu estado de inquietação. Maria Diva narrou uma das falas do capitão Ubirajara:[196]

> Vi, vi [Paulo], num depoimento lá. Ele [capitão Ubirajara] estava lendo um processo, ele falou: "O Paulo, o Paulo..." Eu falei: "O quê?" Ele ficou assim. (...) Eu tenho a impressão que o Paulo, nos depoimentos, (...) ele falou minha noiva. Tem coisa que é bem feito. Eu acho que ele falava justamente para poder atrapalhar mais o negócio, para atrapalhar, confundir, porque eles não sabiam o que eu era. Eles deviam julgá-lo como um grande comunista. E como era dirigente, na época. Eu tenho a impressão de que ele falou minha noiva. Ele [capitão Ubirajara] falou assim: "Você não tem nada a ver com isso. Fica quieta aí." (...) Ninguém sabia dele. (...) Eu tenho impressão que o depoimento do Paulo deve ter mencionado alguma coisa sobre mim. (FARIA, 2015)

Na opinião de Maria Diva, o argumento da noiva talvez tenha sido uma estratégia de Paulo para protegê-la. De fato, os militares aderiam à visão tradicional da família. Era ditado o compromisso da mulher com uma conduta submissa na política e restrita ao espaço privado e doméstico (dona de casa, mãe e esposa e, no caso das negras, eventualmente, empregada doméstica).À vista disso, como admitir que algumas optassem por exercer livremente seu direito de escolha, em especial o de se opor ao regime autoritário? Assim, os órgãos de repressão sentiam completa aversão contra as militantes que rompiam com o modelo de obediência e docilidade, dependência e incapacidade de tomar decisões.

Também Maria Diva descreveu ofensas de cunho sexista durante os interrogatórios. O tamanho da vagina de uma presa política que conhecia era frequentemente criticado em público e de maneira irônica. Certamente, a tortura foi extensamente aplicada para humilhar mulheres e homens. Contudo, segundo Teles (2015, p. 1002), o *modus operandi* do complexo militar visou a "coisificar e explorar a 'condição de mulheres'". Por um lado, os repressores foram obrigados a "reconhecer" a obstinação e as variadas habilidades das militantes e, por isso, sem ignorar suas diferenças, as brutalizavam como os demais; por outro lado, essa constatação resultava quase sempre em reações de ódio e repúdio. Em outras palavras, "a repressão tratou as mulheres como muito perigosas, pois elas queriam 'superar os homens', eram consideradas promíscuas porque eram capazes de abandonar seu 'papel social' a ponto de aspirar ao poder político e participar da luta armada." (Ibidem, p. 1011, 1012) Nesse sentido, o sistema repressivo misógino usou o corpo da mulher, objeto do desejo masculino, e os estereótipos de subalternidade e sujeição emocional, afetiva e política, para reforçar a tortura. As presas foram submetidas com maior violência às agressões sexuais, como

[196] Aparecido Laertes Calandra, também conhecido como capitão Ubirajara,é delegado aposentado da Polícia Civil paulista. Ela participou de inúmeras torturas e assassinatos de militantes políticos opositores ao regime militar.

estupros, mutilações, até mesmo com o uso de animais vivos, abortamentos, esterilizações etc. Diferentes crimes sexuais e crimes de gênero foram cometidos pelos militares.

Como negra, Maria Diva foi diretamente vítima de crime racista. Além de ser criticada pelo tamanho de seu ventre, sendo agredida com expressões gordofóbicas, bem como pela cor de sua pele, recebendo repetidamente a qualificação de "negra" como se o termo fosse uma ofensa, ela foi designada como uma pessoa útil somente para trabalhar como servente. Na verdade, as mulheres negras, que outrora trabalhavam para as sinhás e senhores de escravos, no período da ditadura – e ainda hoje – são a maioria das prestadoras de serviços classificadas como domésticas. A relação entre patroas e empregadas domésticas, embora tivesse adquirido no final do século XX um caráter assalariado, manteve-se como continuidade da interpretação e do desempenho de atividades fixadas durante a escravidão. Uma experiência de exploração que Maria Diva, empregada doméstica sem nenhuma forma de remuneração e submetida aos castigos físicos, já havia vivido na adolescência na casa do casal de missionários estadunidenses. Com o objetivo de retê-las nos lugares subalternos, a sociedade brasileira, metódica e historicamente, tem feito dessa ocupação profissional uma de suas únicas fontes de sobrevivência (MOREIRA, 2011). Matilde Ribeiro (2008, p. 989) publicou um estudo intitulado *Retratos das desigualdades – gênero e raça*, realizado em 2007, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – Unifem, e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, no qual foi apontada "a alta proporção de jovens negras, com idade entre 16 e 29 anos, que são empregadas domésticas – no caso destas faixas etárias, alcançam o dobro da proporção das jovens brancas." Dessa forma, a mulher negra é considerada como naturalmente mais apta a servir, zelar pelo bem-estar dos outros e estar às ordens de alguém. A figura da mãe-preta, "aquela que a todos acolhe," (MOREIRA, 2011, p. 29) símbolo do provimento da alimentação e dos cuidados afetuosos com a família dos senhores de escravos, é um exemplo claro de abnegação.

Em tal configuração cultural, os militares insistiram em ver Maria Diva apenas como uma empregada doméstica. Seu "lugar natural", de acordo com a opinião dos agentes da repressão, não era nas organizações de esquerda, o que requeria fazer escolhas perigosas, aprender a agir com prudência e estratégia, compreender ideias e teorias libertárias e, por fim, tornar-se protagonista de sua própria história, mas sim no trabalho manual e servil, isto é, quieta e receptiva "atrás do fogão".

> Os torturadores falavam muito das presas, ridicularizavam, gritando para você ouvir. Eram coisas libidinosas, como do tamanho da vagina de uma pessoa que eu

> conhecia. Uma vez, eles me chamaram para um interrogatório com um homem negro que diziam ser um psicólogo. Isso foi muito tocante para mim, porque é claro que chamaram um homem negro para eu me sentir identificada. Um dia, eles me chamaram no pátio e lá estava o satanás encarnado, o capitão Ubirajara (...), apoiado num carro, e um outro ao lado dele em pé, e um bando de homens do outro lado. Ele me pôs para marchar na frente dele, para lá e para cá, para lá e para cá durante um bom tempo. E os homens falando: 'Ô negra feia. Isso aí devia estar é no fogão. Negra horrorosa, com esse barrigão. Isso aí não serve nem para cozinhar. Isso aí não precisava nem comer com essa banhona, negra horrorosa'. E eu tendo de marchar. Imagine só, rebaixar o ser humano a esse ponto... (FARIA, S/D, apud MERLINO, 2010, p. 57)

Algum tempo depois Maria Diva foi liberada. Neste momento, ela retornou às suas atividades cotidianas. Carmozita, sua amiga simpatizante da Ação Popular, foi uma das primeiras pessoas a visitá-la em seu trabalho. Segundo seu relato, o estado físico de Maria Diva era crítico, seu corpo estava cheio de hematomas. No entanto, Maria Diva recusou-se a comentar sobre o assunto. Ela estava no horário de atendimento dos pacientes, contudo a enfermeira ainda assimilava as consequências psicológicas da experiência. Muitos militantes só conseguiram falar de suas vivências traumáticas nos órgãos de repressão décadas depois. Carmozita explicou:

> Já tinha prendido o Paulo e eles sabiam de onde ele tinha saído. Se informaram de onde ela trabalhava e foram lá buscá-la. Tanto que no mesmo dia em que o Paulo foi preso, ela também. Ela não ficou muito tempo não. Ela foi torturada, depois ela saiu e foi trabalhar. Eu fui lá e ela me mostrou o corpo todo roxo de tanto que tinham batido nela. Ela não contou nada desse tempo. Ela só disse: "Eu fui barbaramente torturada. Olha aqui meu corpo." Eu fui vê-la no trabalho né. Mas também estava com movimento, estava atendendo. Ela fazia palestras para gestantes né. Ela estava no trabalho e não podia conversar muito. A gente não se encontrava muito. Era um pouco difícil. A gente evitava até de falar com pessoas que tinham sido marcadas. Ela nunca fala da tortura. (...) Eles humilham muito né. (MOREIRA, 2015)

A família de Paulo não obteve informações sobre sua prisão, tampouco sobre seu assassinato nas dependências do órgão de repressão. Assim, ao sair da prisão Maria Diva supôs que o operário e sociólogo ainda estivesse encarcerado. Novamente, com o objetivo de lhe ajudar, a enfermeira retornou ao estabelecimento carcerário com produtos de primeira necessidade, artigos que acreditava poderem melhorar as condições de vida de Paulo. Todavia, os militares negaram sua presença na instituição. Ainda atualmente, Paulo é considerado desaparecido político.

> A primeira coisa que eu fiz foi pegar tudo de manutenção e levar para ele. Porque os outros recebiam, os outros quando já estavam identificados e tudo, eles recebiam. Porque até deixar passar fome eles deixavam. Mas eu enchi o carro e fui. Já tinha soltado, eu fui levar. "Não, ele não está aqui." A maior prova de que realmente esteve. E eles não queriam compromisso. (FARIA, 2015.)

Nos anos seguintes após sua prisão, Maria Diva aposentou-se em virtude de graves problemas de saúde. A enfermeira goiana residiu na cidade de São Paulo e faleceu em 2018.

6.3 Arabela Pereira Madalena

Arabela Pereira Madalena nasceu na cidade de Belo Horizonte, em 04 de outubro de 1946. Sua mãe, Maria, desde bem jovem auxiliou sua família nos afazeres do campo. Conforme a entrevistada, "ela trabalhou em fazenda de café, apanhando café com o padrasto, com a mãe dela. A mãe dela morreu quando ela tinha nove anos." (MADALENA, 2015) Assim, ainda na infância, após o falecimento da avó materna, Maria se dirigiu sozinha para as grandes cidades. Trabalhou como empregada doméstica e, mais tarde, conheceu o operário Antônio. Casaram-se e tiveram cinco filhos. Alguns anos depois, o pai tornou-se funcionário na prefeitura de Belo Horizonte. Arabela, porém, descreveu seu posto profissional como modesto: "ele trabalhava (...) em repartição pública mesmo, pegando papel e levando para lá e tal. O grande sonho dele era que eu passasse no concurso da prefeitura." (Ibidem) Para contribuir com as despesas da família, Maria continuou a exercer atividades de lavadeira.

Antônio foi descrito como um homem excessivamente autoritário no espaço privado. Aliás, no livro *Memórias das Mulheres do Exílio* (CÉLIA, 1980), usando o codinome Célia, a filha relatou um episódio em que foi silenciada quando chegou da escola com um papel interrogando: "O que é a democracia?", pois, na opinião de seu pai, política era um assunto reservado aos homens. Em contrapartida, Antônio também foi retratado como uma figura que sempre influenciou todos os descendentes, inclusive as do sexo feminino, a prosseguirem com a formação escolar, embora essa opção tenha sido sentida por Arabela apenas como um meio para se conquistar ascensão social. Seja como for, de acordo com a entrevista (Ibidem), todas as filhas de Antônio estudaram nas universidades brasileiras. No caso dos filhos, a aquisição de uma escolaridade completa foi um pouco mais complexa.

> Meu irmão mais velho começou a trabalhar com doze anos, coitado, o dinheiro dele todo era pra ajudar em casa. Estudava à noite, eu levava a janta pra ele. Meu pai era muito duro, mas muito duro mesmo. (...) Era de chicote que se batia lá em casa. As meninas, mais disciplinadas, não precisaram apanhar pra estudar, mas os meninos... Isso parece que acabou criando neles uma espécie de rejeição pelo estudo. (Ibidem, p. 257)

Os rapazes desde cedo tornaram-se estudantes-trabalhadores e, além disso, eram responsáveis pelo bem-estar econômico do conjunto da família Madalena. Na adolescência, Arabela também contribuía com as despejas da residência, "dava aula particular, levava marmitas". (Ibidem, p. 257) Mas ela disse ter trabalhado fora de casa somente depois dos dezoito anos.

Em 1964, Arabela concluía sua fase de estudante secundarista e, nesse período, se interessava pouco pela política. Assim, após o golpe, apesar de ter observado algumas alterações no comportamento habitual dos militares, ela relatou não ter sido capaz de identificar quais eram os seus principais motivos. Ao chegar em casa e interrogar seus pais, obteve a resposta de que se tratava da "Revolução", nome que também foi dado pelo Exército ao governo autoritário instituído.

> Em 64 eu estava no Ensino Médio. Eu não entendia nada de ditadura militar. Eu passava e via um monte de soldado deitado no chão. Aí eu cheguei em casa e falei para minha mãe: "Mãe, mas que coisa esquisita, hoje lá no Parque[197] tinha um soldado deitado no chão." Aí meu pai falou assim: "Ah, é a revolução!" Em 1967 eu entrei na Universidade. Na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais que ficava no bairro Santo Antônio[198] e ali era o bochicho todo. (MADALENA, 2015)

Em 1967, aos vinte e um anos de idade, Arabela iniciou o curso de Geografia na UFMG. Era um período de importantes manifestações estudantis e a jovem, inicialmente apática no que diz respeito à conjuntura política nacional e suas consequências no cotidiano dos discentes das instituições de ensino superior, foi, progressivamente, delineando uma trajetória militante. Com cautela e discrição, Arabela um dia parou para ouvir o que os estudantes diziam numa assembleia universitária. Um colega, ao perceber sua presença, perguntou-lhe como interpretar a entrada de pessoas oriundas de seu meio social no espaço acadêmico. Uma simples indagação que cativou sua atenção e teve efeito imediato. Pouco tempo depois, a estudante participava de debates, panfletagens e passeatas.

Sua orientação ideológica, ao ingressar no ambiente intelectual e militante era, consoante a entrevista, bastante imprecisa, por isso, Arabela declarou que sua opção pelo engajamento não foi resultado direto de análises teóricas. Na verdade, ele foi fruto de uma identificação com outras "pessoas em termos de classe". (CÉLIA, 1980, p. 258) Ainda que seu primeiro contato com os movimentos de esquerda e, sobretudo, com o Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB-AV), tenha acontecido nos círculos estudantis, sua inspiração foram os grupos sociais de origem humilde que também estavam amplamente comprometidos com a resistência. E de fato, como já várias vezes registrado neste trabalho de pesquisa, fora constituída, desde o governo de Goulart, uma importante articulação política entre estudantes, operários, camponeses, religiosos, militares de baixa patente etc. Durante

---

[197] Parque Municipal Américo Renné Giannetti situado na cidade de Belo Horizonte.

[198] A partir de 1962, a Faculdade de Filosofia foi instalada na Rua Carangola, Bairro Santo Antônio. Em 1966, passou a integrar a atual Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH). Em 1990, foi inaugurado seu prédio no Campus da Pampulha, sede atual do Departamento.

diferentes ações, Arabela foi capaz de perceber a atuação de indivíduos provenientes das categorias profissionais mais desfavorecidos. Ela relatou:

> Eu entrei na faculdade de Filosofia, o primeiro ano tudo bem, quando foi 68 eu fui convidada [a participar do movimento]. Convidada entre aspas, porque naquela época era tudo clandestino, então as pessoas vinham, conversavam com você, te sondavam. Aí você começava a participar das passeatas e das manifestações, aí você era convidada para panfletar contra a ditadura. A gente entrava no cinema, a gente jogava lá de cima um monte de panfleto e saía correndo. Ia nas passeatas e jogava bolinha de gude para os cavalos caírem quando vinha cavalaria e corria. Você ia em passeata, você ia em manifestação, um dia nós ficamos presos na Faculdade de Direito[199] com a polícia do lado de fora. Eu me identificava [com os manifestantes] porque eles pareciam pessoas de classe média baixa. (...) Era uma identificação. Bom se aquele cara ali, ele tá falando de derrubar a ditadura, de derrubar a burguesia, contra o capitalismo, contra o imperialismo, ele se parece comigo não é. Eu não tinha muito bem essa coisa formada na cabeça, mas essa questão da Aliança Operária Camponesa me dizia mais. Eu acho que pela minha origem, por eu ter nascido numa cidade e sou filha de mãe que veio do campo. Aí esse negócio me sensibilizava mais, do pessoal que trabalha no campo. (MADALENA, 2015)

Em 1968, Arabela iniciou sua participação como militante política na Ala Vermelha, grupo comprometido com a luta contra a ditadura que surgiu em 1966 como dissidência do PCdoB. Nele havia algumas bases operárias, porém a maior parte de seus integrantes era oriundo do meio universitário. Assim, a organização atuou de maneira significativa nas ações estudantis que marcaram o ano de 1968 (BRASIL, 2007).

Desde 1964, o PCdoB havia enviado militantes brasileiros à China para realizarem cursos de capacitação política e militar. De retorno ao Brasil, alguns deles propuseram uma série de problemáticas referentes à própria estrutura organizativa da entidade, gerando, nesse sentido, segundo Silva (2006), um profundo processo de luta interna. Os membros da oposição, às vésperas da VI Conferência, em junho de 1966, publicaram um documento com o objetivo de expor suas concepções. O manuscrito promoveu uma análise direcionada às questões políticas e ideológicas da organização – enfatizando a necessidade de uma reconstrução partidária –, bem como denunciou a ausência de trabalhos junto às massas, a carência de discussões e estudos profundos, as contradições entre os quadros da liderança e as bases, o caráter antidemocrático e autoritário do grupo, a inexistência de um balanço autocrítico, as concepções errôneas, o sigilo total para as decisões importantes que frequentemente permaneciam restritas aos julgamentos dos poucos membros da direção etc. Nesse sentido, os componentes do núcleo divergente, que depois formariam a Ala Vermelha, avaliavam, no escrito, os métodos e as atividades do PCdoB. Por fim, eles apresentaram suas

[199] A Faculdade Direito foi integrada à Universidade de Minas Gerais em 1927. Em 1901, foi instalada definitivamente na Praça Afonso Arinos, no centro da cidade de Belo Horizonte. Historicamente, é ponto de manifestações estudantis.

próprias táticas para o desencadeamento da revolução brasileira, principalmente em relação à guerra popular, às ações armadas e ao trabalho em conjunto com o proletariado urbano e o trabalhador do campo.

Nitidamente influenciada pelo projeto maoísta de revolução, a Ala Vermelha defendeu a proposta de "cerco das cidades pelo campo", firmada numa conjuntura de guerra popular prolongada. Ademais, ela interveio pela existência de um partido leninista para orientar a guerra revolucionária. Mas a organização também se interessou pelas ideias do guevarismo e, à vista disso, legitimou a utilidade do Foco Guerrilheiro. Adepto da luta armada, desde 1968, o grupo dissidente coordenou operações de guerrilha urbana, em particular na cidade de São Paulo, onde se articularam "Unidades de Combate" e "Grupos Especiais". As ações tinham como finalidade adquirir verbas para financiar a instalação da infraestrutura da guerrilha rural, bem como a produção da propaganda revolucionária. Os dois principais veículos da imprensa da Ala Vermelha eram: *Luta Proletária*, cujo estilo literário estava voltado para os militantes, e o *Unidade Operária*, reservado para um público mais geral e engendrado para ser usado como um eixo dos "Grupos de Unidade Operária" (Ibidem).

Em agosto de 1969, a Ala Vermelha foi atingida pela repressão. Em São Paulo, foram presos vários membros da diretoria regional e das unidades de combate. Em janeiro de 1971, quase a totalidade da direção nacional estava encarcerada. Arabela foi uma das vítimas da violência do regime militar.

Em maio de 1970 a estudante foi presa. Segundo sua narrativa, ela foi denunciada. Alguém indicou seu nome enquanto militante do grupo de esquerda aos militares. Entretanto, os órgãos repressivos consideraram que sua casa operava como um aparelho. Assim, o militar[200] Marcelo, acompanhado de outros agentes da Polícia Especial do Exército, executou uma intervenção com grande aparato e ostentação das forças policiais. No final da noite o oficial bloqueou completamente o quarteirão e, ato contínuo, se dirigiu para a residência de um vizinho. Ao interpelar o morador, obrigou-o a bater na porta do domicílio de Arabela. O objetivo era, consoante a entrevista, observar previamente se o espaço estava ocupado e, se esse fosse o caso, quais seriam as reações.

Ao atenderem a chamada os habitantes foram imediatamente agredidos. Com violência, os militares invadiram a residência da família Madalena. Arabela estava em seu

[200] Não foi citado o sobrenome de Marcelo. Sua patente na entrevista aparece ora como tenente, ora como sargento.

quarto, e na verdade já havia dormido. Dessa forma, ela foi despertada do sono com gritos e ameaças. Os agentes faziam perguntas sobre o esconderijo de certos objetos. No entanto, a mineira afirmou que sua atuação fora pouco ativa e, por essa razão, seus espaços do cotidiano eram alheios aos materiais considerados subversivos. Em seu domicílio não havia documentos, livros, textos de propaganda, armas etc. Após vários atos de brutalidade e humilhação contra o conjunto dos moradores da casa, Arabela foi conduzida para os órgãos de repressão. Ela foi detida em maio e permaneceu nessa situação até o final do mesmo ano. A professora declarou:

> Eu fui da Ala Vermelha do PCdoB. Eu fui presa em maio de 70. Fiquei presa até o final do ano. Como não havia nada que provasse, eu não tinha nenhuma ligação, nada, nada. Não tinha assim uma expressão naquela organização. Ninguém achou nada que me comprometesse, não achou arma na minha casa, não achou nenhum documento, nenhum papel, então não tinha por que eu ficar presa. Alguém falou que eu era da Ala Vermelha, mas eu não falei. Contaram, [e por isso fui presa]. Ah, foi uma coisa horrível, terrível. Eles pensavam que a minha casa era um aparelho. Então a Polícia Especial do Exército, da qual esse tenente Marcelo [fazia parte], fez um escarcéu. Sabe por que todo mundo ficou sabendo que eu fui presa? Porque ele cercou o quarteirão inteiro. Cercou tudo e ele não foi direto na minha casa. Ele foi na casa do vizinho, chamou o vizinho, levou o vizinho para bater na minha porta para ver se ia ter alguma reação, se tinha gente, aí ele chegou atropelando todo mundo. Eu estava dormindo, entrou quarto adentro: "cadê as armas, cadê as armas, cadê as armas." Eu fui falar "minha arma é minha caneta", nossa ele quase bateu no meu pai. Estava tirando uma não é? Muito triste, muito triste. Minha mãe, quando eu estava sendo jogada dentro do carro do grupo do Exército, falou assim: "Não bate nela não." Sabe o que é que ele falou para ela? "Pode deixar!" Assim sabe, quer dizer, eu vou moer na pancada, não é? Fui bastante [torturada]. Pau de arara, choque elétrico, telefone sem fio... (MADALENA, 2015)

Arabela foi barbaramente torturada. Na prisão, ela recebeu choques elétricos e foi vítima de métodos cruéis como o pau-de-arara e o telefone sem fio. O primeiro se tratava de uma barra de ferro em que a pessoa era pendurada pelos joelhos e assim permanecia graças aos punhos amarrados que mantinham os joelhos dobrados. O conjunto era posto entre duas mesas e o corpo da pessoa permanecia pendurado a cerca de 20 ou 30 centímetros do solo. O procedimento era acompanhado de eletrochoques, palmatória (raquete de madeira bem pesada) e afogamento. O segundo método consistia em pancadas com as mãos espalmadas nas duas orelhas. Inicialmente, de acordo com a entrevista concedida ao livro *Memórias das Mulheres do Exílio* (CÉLIA, 1980, p. 258), Arabela ficou isolada. Depois, ela foi encaminhada para o prédio do DOPS. Nessa fase, a militante política foi mantida presa junto a outras mulheres, em uma cela situada ao lado da sala de torturas. Assim, o grupo presenciava as passagens das vítimas e ouviam, sem interrupção, a qualquer hora do dia ou da noite, seus suplícios. Por último, Arabela foi conduzida até a Penitenciária Feminina.

Durante os interrogatórios, Arabela disse ter sido indagada sobre a participação de uma pessoa oriunda de sua classe social nos movimentos de esquerda. Por um lado, em um tom presunçoso, os militares lhe rememoravam, durante os atos de tortura, que seus pais eram negros e pobres e, por outro lado, faziam perguntas sobre os motivos que condicionaram alguém com suas origens a se engajar nos grupos considerados subversivos (Ibidem). De acordo com suas palavras, a própria jovem estudante e a família Madalena, trabalhadores provenientes de uma camada social modesta, eram, na opinião dos agentes da repressão, diferentes dos integrantes das organizações comprometidas com a resistência, consideradas em geral como compostas majoritariamente por indivíduos brancos e pertencentes às esferas mais favorecidas.

> [Na prisão] eles foram bem sutis. Disseram assim: "Seus pais são pobres, são negros, porque é que você está metida com isso aí?" Eu não posso te dizer que ele falou assim, "ah, você é negra vai para beirada do fogão". Eu acho que aí foi uma coisa que se referia à minha condição de pobre e negra. Não posso te dizer que foi assim, "oh, você é negra devia estar lavando roupa como sua mãe, mas seus pais são pobres, são negros, por que você está metido..." Tipo assim, você não é dessa classe social desse povo que foi preso, o que você está fazendo aí? (MADALENA, 2015)

A prisão foi um ato visto por boa parte dos moradores do bairro. Assim, Arabela declarou que o episódio se tornou importante tema de especulação entre os vizinhos. "Toda a gente comentava: 'Foi presa de camisola, eram dez caras de metralhadora, entraram e pegaram a Célia!'" (CÉLIA, 1980, p. 258) Além disso, o oficial responsável pela ação retornou até sua casa para dar conselhos de conduta ao seu pai. "Pedindo que ele se comportasse como polícia, que dissesse os nomes das pessoas que iam lá, que dedasse!" (Ibidem, p. 258) Nesse sentido, o conjunto da família Madalena também foi posteriormente vítima de situações constrangedoras. Por fim, a repressão teve consequências no âmbito profissional. No bairro, Arabela trabalhava como professora e, ao ser posta em liberdade, ela objetivou recuperar seu posto. Inicialmente, a docente disse ter sido bem recebida pelos estudantes. "Os alunos fizeram um discurso dizendo que tinham perdido a alegria de estudar quando fui levada." (Ibidem, p. 258) Contudo, a funcionária da escola foi demitida na primeira ocasião, uma resolução que lhe foi imposta sem reais explicações.

Em contrapartida, Arabela narrou duas atitudes de solidariedade entre vizinhos. Mediante uma informação concedida por uma moradora próxima, Maria, mãe de Arabela, descobriu o local de detenção. Sendo uma funcionária da Penitenciária Feminina, a moradora avisou ter percebido a jovem na instituição. Assim, Maria foi até o DOPS e solicitou um encontro com o oficial Marcelo. Ao ser recebida, disse saber onde estava presa sua filha e, como membro da família, reclamou o direito de visita. O militar aceitou o apelo, mas ordenou

que o pedido só fosse atendido uma semana depois. A única alternativa da mãe era então aguardar mais alguns dias. Após um tempo de espera, Maria e três irmãos de Arabela retornaram ao DOPS. Na ocasião puderam vê-la. A segunda expressão de companheirismo, tratou-se de um ato de proteção. Um vizinhou informou Maria sobre a presença de um agente da repressão. Segundo a entrevista, um indivíduo havia se instalado em um bar durante o dia para vigiar a casa e seus moradores. Na opinião de Arabela, o fato de residir durante muitos anos no mesmo bairro gerava sólidos laços de auxílio-mútuo. Era então normal contribuir com a segurança e o bem-estar imediato dos habitantes. Arabela relatou:

> A minha mãe descobriu que eu estava presa na penitenciária feminina porque uma vizinha nossa trabalhava na penitenciária. Ela morava na outra rua. Aí ela foi lá e contou para a minha mãe, e falou assim: "Olha sabe o que é, eu vi sua filha entrar na penitenciária de mulher, ela está presa lá." Minha mãe não sabia ler nem escrever, mas ela é uma guerreira. Foi no DOPS e falou: "Quero falar com o Sargento Marcelo." Foi o que me prendeu. "Eu sei que minha filha está na penitenciária de mulheres e eu quero falar com ela." Aí ele [respondeu], "está bom, a senhora vai fazer o seguinte, daqui a uma semana a senhora volta aqui que a senhora vai falar com ela." Voltou uma semana depois. Aí foi ela, meu irmão caçula, minha irmã mais nova do que eu e meu irmão mais velho [me visitarem na prisão]. Então acho que nos bairros da periferia tem muito essa coisa da solidariedade. Na outra rua tinha um cara que era do DOPS. Alguém, não sei quem, falou para a minha mãe assim: "Fala para sua filha que tome cuidado. Fica um agente do DOPS de manhã e à tarde aqui no bar olhando quem entra e sai da sua casa." A gente morava há muito tempo no bairro e todo mundo conhecia meu pai e minha mãe, eu dava aula numa escola do bairro. Aí tem dois fatos interessantes. Um é esse da prisão, que minha mãe foi lá buscar, e o outro é dessas pessoas que moravam no mesmo bairro. A solidariedade avisando. (MADALENA, 2015)

No ano seguinte, em 1971, Arabela foi julgada por duas instâncias militares. No final do ano de 1970, a jovem foi posta em liberdade. Contudo, ela não tinha autorização para sair da cidade de Belo Horizonte. Num primeiro momento, Arabela foi convocada pela Auditoria da 4ª Região Militar, a qual recebia processos oriundos de Minas Gerais e Brasília (SILVA, 2011). Junto com seu advogado e um dos seus irmãos, a estudante foi entendida como réu pela entidade. Enquanto militante da Ala Vermelha, foi indagada sobre a identidade de algumas pessoas. O responsável pelas identificações mostrou-lhes fotos de suspeitos. Mas a mineira negou conhecê-las e, conforme seu relato, foi difícil para os acusadores demonstrarem indícios de sua culpa. Em sua residência não havia sido encontrado materiais considerados subversivos e, outrossim, a acusada afirmava com convicção não conhecer ninguém. Em seguida, no final do ano de 1971, Arabela foi julgada no Superior Tribunal Militar. Na ocasião, ela não foi obrigada a comparecer. Finalmente, sem provas, a estudante foi absolvida.

> Eu fui julgada e fui absolvida. Têm dois tribunais, um Tribunal Comum e um Tribunal Superior Militar. Em 71 eu fui julgada no Superior Tribunal Militar (...). No final do ano [1970] eu fui julgada na base comum, (...) primeiro julgamento. Foi

> lá em Juiz de Fora, na IVº Região Militar sei lá o que do Exército. Depois, em 71, eu fui julgada no Supremo Tribunal Militar, no Supremo, só que eu não precisava estar presente. Aqui eu fui presente, com meu irmão, foi me acompanhando, com meu advogado, "os caras" me fizeram bastante pergunta. O meu advogado pediu para eu depor sentada porque eu tenho problema no pé. Eles concederam aí o inquirido, o militar virou para mim e falou assim: "Você conhece essa pessoa aqui?" E me mostrou nas mãos o papel. Eu levantei, fui lá, olhei bem de perto e falei: "Não, não conheço." Então não tinham como me incriminar. Não conhecia ninguém. Em 71, acho que foi mais ou menos no final do ano, foi no Superior Tribunal Militar, então aí não pesava nenhuma acusação sobre mim. Aquela lá que eu estava inclusa no artigo não sei quanto, da lei, que eu era considerada uma pessoa perigosa para a nação. Em 71 não provaram nada, eu continuei livre. (MADALENA, 2015)

Em virtude da reclusão, a estudante perdeu o último ano do curso de graduação. Logo, ela só conseguiu se formar em Geografia pela UFMG em 1971. Após a obtenção do diploma, no início do ano letivo de 1972, Arabela mudou-se para Brasília. Por um lado, ela considerava complicado garantir estabilidade profissional na capital mineira e, além disso, uma amiga lhe havia anunciado que na região central do país havia muitas oportunidades de emprego; por outro lado, a militante política objetivava se afastar de pessoas e lembranças desagradáveis do período pós-prisão, bem como se esconder dos agentes dos órgãos de repressão. Arabela relatou ter desenvolvido delírios persecutórios, ou seja, um transtorno psicológico que a fazia acreditar que os militares permanentemente a vigiavam. Mas ao reclamar de seus problemas, ela era designada por amigos e pela família como "imaginativa" e "louca". Até que um dia, quando ia ao sapateiro com sua irmã, as jovens Madalena verificaram a real presença de um homem que as seguia (CÉLIA, 1980). Diante da situação de apreensão permanecer na sua terra natal tornou-se intolerável.

> Eu fui presa e não vivi na clandestinidade. Só mudei para Brasília. Em 72 (...). Tinha uma amiga que estava morando em Brasília. Ela era professora também e falou que lá era muito bom porque além da gente conseguir emprego, o DOPS não sabia quem a gente era. Eles não tinham informação. Em Belo Horizonte já era manjada, manjada tipo assim, eu morava em um bairro pobre na periferia, no Salgado Filho. Porque você foi presa minha filha, você está para sempre marcada. "Os caras" não iam te dar sossego nunca. (...) Alguma amiga que tinha mudado para lá falou: "Olha muda para cá também, porque você não vai ter essa encheção de ficar gente do DOPS andando atrás de você." (MADALENA, 2015)

Em Brasília, Arabela exerceu a profissão de professora. Inicialmente, ela trabalhou em um curso preparatório para o ingresso nas universidades e, pouco tempo depois, recebeu um convite para substituir um professor em uma instituição de ensino superior particular. A docente assumiu o posto e, no período, experimentou uma significativa ascensão social. Com o novo emprego, ela pôde então começar a economizar um pouco de dinheiro para uma possível viagem de estudo no exterior. De fato, Arabela, desde o segundo ano da graduação em Geografia, procurou delinear os primeiros traços de um projeto de pesquisa. Assim, ao

chegar na capital do país, com o objetivo suplementar de realizar uma pós-graduação na França e, de modo igual, supondo que a aquisição de bolsas era mais viável na região centro-oeste, fez sem tardar o pedido de subvenção.

A aspiração foi ainda reforçada devido à sua insatisfação com as práticas do estabelecimento privado. Recém-formada, a professora universitária iniciou seus cursos com bastante entusiasmo quanto às possibilidades de instrução. Contudo, ela não foi totalmente correspondida pelos alunos. Originários das classes mais privilegiadas, segundo seu ponto de vista, os estudantes estavam interessados somente na obtenção do diploma. Logo Arabela criticou, na entrevista concedida ao livro *Memórias das Mulheres do Exílio* (CÉLIA, 1980), a discriminação racial e os limites do ensino nas salas de aulas do centro acadêmico. No que diz respeito à sua trajetória de pesquisadora, a geógrafa realizava um estudo científico para um professor nativo do país europeu e, ao mesmo tempo, aprendia a língua na Aliança Francesa. Assim, ela solicitou ao docente orientações para enfim efetivar a proposta de intercâmbio, recebendo a resposta de que era preciso apenas escrever um projeto de mestrado e, ato contínuo, o professor e pesquisador assinaria uma carta de recomendação. Com os documentos exigidos, Arabela formalizou a solicitação de financiamento na Embaixada da França em Brasília.

Imagem24: Arabela Pereira Madalena

Fonte: Foto cedida por Arabela Pereira Madalena

Em 1973, a mineira obteve a bolsa do governo francês. O propósito da subvenção era realizar um mestrado em Geografia na Université de Bordeaux. Mas, antes de embarcar para realizar o antigo sonho de estudante, era preciso retirar o passaporte. Sem alternativas,

Arabela foi então até a Polícia Federal fazer o requerimento. Os sentimentos de apreensão eram intensos, visto que a jovem temia novos problemas com os militares. Caso sua identidade e seu histórico com os órgãos de repressão fossem averiguados, a pesquisadora arriscava ver seu projeto de viagem desmoronar. Entretanto, nenhuma informação delicada veio ao conhecimento. Dessa forma, Arabela foi autorizada a seguir para a Europa. Exilada, ela pôde dar continuidade ao seu percurso acadêmico.

> Em 1973 foi a coisa mais maravilhosa. Eu fazia pesquisa para um professor francês. Eu tinha essa ideia na cabeça que eu tinha que ir. Comecei a estudar francês aí um dia eu falei com ele: "Eu quero ir estudar na França, tudo bem?" Um colega da turma já tinha ido. Aí ele falou: "Faz um projeto, eu te recomendo." Aí ele me recomendou, eu fui na Embaixada [da França], na Embaixada em Brasília, fiz a solicitação, e uma prova de inglês. Eu estudava na Aliança Francesa, passei a estudar na Aliança Francesa lá de Brasília também e fui. Eles me deram uma bolsa, ganhei uma bolsa do governo francês. Essa bolsa do governo francês era tudo de bom. Eu segurava, mandava dinheiro para a minha mãe, assim economizei, economizei e ainda mandava para ela no final do mês. Eu estudei em Bordeaux, geografia tropical. Então, eu fui presa em Belo Horizonte, quando eu fui para França eu fui lá e tirei passaporte e não constava nada. Eu tirei meu passaporte em Brasília, fui morrendo de medo, mas não tinha nada. (MADALENA, 2015)

O exílio foi uma experiência heterogênea, vivida e narrada (durante o período militar ou posteriormente) de acordo com uma rede complexa de elementos variáveis. O *status* social, as fases do exílio e os países de acolhimento, bem como a idade, a companhia da família, o conhecimento da língua estrangeira, o projeto profissional e o pertencimento a um partido ou organização também intervieram diretamente na maneira de viver o dia-a-dia e, desse modo, modificaram o sentido da vida no exterior (ROLLEMBERG, 2007). Além disso, o gênero e a raça também foram fatores susceptíveis de alterar as percepções da vida cotidiana e induzir as expatriadas a criarem estratégias coletivas e individuais. Assim, se a opção pelo egresso representou nas narrativas de alguns militantes uma etapa demasiadamente penosa e contraditória, marcada pela ausência do universo de referências e, logo, por uma crise de identidade, nas narrativas de outros militantes a investida foi firmemente apresentada como um ciclo de aprendizado, reconstrução e redefinições no plano político e pessoal. Segundo Rollemberg (Ibidem, p. 03), "ao *contar* sua vida, ao lembrar para o historiador sua trajetória de exílio, aquele que viveu a experiência conta-a para si mesmo, fazendo uma espécie de balanço das perdas e ganhos (...) porque vivia a experiência do exílio."

No caso de Arabela os relatos são, em geral, favoráveis. Já em agosto de 1977, quando ainda na França foi entrevistada para o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, publicado em 1980, ela afirmava:

> Se eu pensar em termos de pontos positivos e negativos da minha vida no exterior, acho que os pontos positivos superam os negativos. Fiz sempre um negócio de que

> gosto: lutar, derrubar barreiras. É uma satisfação ver a cada passo que você sobreviveu, que superou os problemas. Meu comportamento em relação às outras pessoas mudou. Foi um grande amadurecimento pessoal. Sou mais calma, tenho mais tato, mais capacidade de entender os outros, a partir do momento em que me questiono a mim mesma. Mais tolerância... (CÉLIA, 1980, p. 260)

Em maio de 1968, a França havia sido palco de importantes manifestações estudantis. Inicialmente, os discentes da Université de Nanterre (atualmente uma das treze unidades da Universidade de Paris) organizaram um protesto se opondo à separação dos alojamentos de homens e mulheres, uma demanda a princípio específica do espaço acadêmico, mas que na verdade era resultado de ideias anteriormente fixadas por uma nova geração de jovens que reivindicava o fim de posturas conservadoras. Os envolvidos nas ações foram ameaçados de expulsão pela administração da instituição de ensino superior, e diante da advertência considerada excessiva, os estudantes decidiram no dia seguinte retomar com os protestos. As correntes ideológicas predominantes eram o trotskismo e o maoísmo. A direção da Université de Nanterrre autorizou então a intervenção da polícia e o confronto foi violento. Sem demora, novos atos surgiram em outras universidades francesas, obtendo também o apoio de grupos políticos partidários. De forma ampla, os estudantes se mobilizaram pela renúncia do presidente Charles de Gaulle e a convocação de eleições. Os atos adquiriram contornos mais populares e, em pouco tempo, o movimento se alastrou para as classes trabalhadoras. Convocados pelos sindicatos, foi realizada uma greve geral. Ela exigia, sobretudo, melhorias nas condições de trabalho.

Embora o partido do presidente tenha saído vitorioso no pleito realizado em junho de 1968,[201] os episódios de mobilização estudantil e, consequentemente, a repressão dos quais os jovens foram vítimas, ainda estavam bastante presentes na memória da sociedade francesa em geral. Aliás, os estudantes prosseguiam ativos com o objetivo de se engajarem pelas reivindicações populares. Tais fins se mantinham, sobretudo, na interseção dos movimentos de esquerda e feministas franceses, mas também se inseriam nas afluências dos movimentos internacionais: descolonização da África; lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos; Guerra do Vietnã; Primavera de Praga; manifestações contra as ditaduras na América Latina. Na França, Arabela disse ter se relacionado com organizações partidárias de esquerda oriundas de diferentes países. Ela contou:

> Na França é uma coisa assim maravilhosa. Partido Comunista, partido comunista russo, movimento trotskista, era aquela coisa. Então você participava de tudo, ficava de boca aberta. Depois de viver num país de ditadura militar, chegar lá parecia tudo escrachado. Era exilado político, todo mundo era bem recebido pelas organizações

[201] Charles De Gaulle, no entanto, renunciou em 1969.

> de esquerda. Tinha uma organização que chamava CIMADE[202], que é uma organização religiosa, mas que recebeu todos os exilados do Brasil, do Chile, da Argentina. (MADALENA, 2015)

Em 1973, Arabela não se via como negra, apesar da mineira ter vivido, desde jovem, situações em que era vítima de discriminação racial. A tomada de consciência sobre sua identidade foi um processo que sucedeu na Europa. Nessa viagem, Arabela teve contato com os imigrantes oriundos da África e da América Latina, inclusive de países francófonos que haviam experimentado a violência da colonização instaurada pela França. Essas regiões do sul global, marcadas pela escravidão, eram então identificadas como formadas por importantes núcleos de luta pela emancipação dos negros.

No exílio, a pesquisadora fez amizades com indivíduos comuns, mas também militantes políticos, originários de territórios que vivenciavam no presente ou haviam experimentado no passado processos bem-sucedidos ou não de descolonização. Os movimentos de independência, geralmente, foram seguidos pela ascensão da filosofia pan-africana. Em síntese, a ideologia propunha a união de toda a África e dos negros da diáspora. Ela sugeria igualmente o reagrupamento das diferentes etnias, coletividades que foram separadas compulsoriamente pelas injunções das potências europeias. No plano cultural, a doutrina objetivava resgatar as práticas religiosas tradicionais e incentivava o uso de línguas vernáculas anteriormente proibidas ou limitadas. Finalmente, o pan-africanismo defendia os direitos dos povos africanos e estava comprometido com a luta contra o preconceito racial.

Na França, Arabela conheceu a figura de Angela Yvonne Davis. A filósofa nasceu em Birmingham, nos Estados Unidos, em 1944. Desde jovem, ela conviveu com situações de humilhações e violência racial e, por isso, ainda naquele período, organizou grupos de estudos inter-raciais, sendo estes posteriormente perseguidos e proibidos pela polícia. Na década de 1960, tornou-se membro do Partido Comunista dos Estados Unidos e dos Panteras Negras. Fundado em 1966, o último foi uma organização urbana de orientação marxista. Seu principal propósito era patrulhar os bairros negros para proteger os residentes contra a violência policial. De modo igual, eles propuseram diferentes programas sociais para as comunidades desfavorecidas. No âmbito da política, o grupo se opôs à segregação de indivíduos não-

[202] A CIMADE- Service œcuménique d'entraide (Serviço ecumênico de ajuda) foi criada em março de 1940, sob a presidência de Jane Pannier, após o início da Segunda Guerra Mundial e o processo de exílio das populações da região da Alsace e da Lorraine. A organização atuou no Campo de Gurs (França), no qual se encontrava ciganos, comunistas, judeus, refugiados políticos e intelectuais de diversos países, inclusive dos países Latino-americanos. Membro da Federação Protestante da França, a CIMADA tem como objetivo auxiliar refugiados, exilados e imigrantes independente da origem, da opinião política e da convicção religiosa.

brancos e ao alistamento militar obrigatório. O partido obteve significativo apoio dos cidadãos negros e organismos de esquerda. Durante esse período, Angela se engajou pelos direitos das mulheres e contra a discriminação racial. À vista disso, em 1969 Angela foi demitida do cargo de professora de filosofia da Universidade da Califórnia.

Uma das áreas investigadas por Angela fora a reforma no sistema prisional e os aprisionamentos injustos. Assim, a militante política realizava uma pesquisa sobre o caso de três jovens negros acusados de homicídio contra um agente policial, quando, durante o julgamento, um deles fez os membros do tribunal e o juiz como reféns. O acontecimento terminou com a morte dos réus e do magistrado. Angela foi inculpada sob acusação de ter financiado as armas usadas nos crimes – conspiração, sequestro e homicídio. Designada como terrorista, em 1970, integrou a "Lista dos Dez Fugitivos Mais Procurados do FBI". Em 1971, foi condenada e confinada.

Também, Arabela se interessou bastante pelo movimento *Black Power*, o qual se iniciou nos Estados Unidos no final dos anos 1960 e, em seguida, alcançou as pessoas negras de outros países da diáspora. O *Black Power* focalizou o orgulho e a dignidade racial, bem como promoveu a constituição de instituições culturais e políticas negras empenhadas no fortalecimento e ascensão dos interesses coletivos e valores dos povos negros. Assim, Arabela relatou sua experiência na França:

> Eu sofria discriminação, mas eu não tinha uma consciência que deveria lutar por isso e não baixar a cabeça, retrucar, não tinha isso. Era um sentimento. Sabe onde eu fui ter essa consciência? Na França. Sabe por quê? Por causa dos africanos, aí eu passei a ter contato com africanos, foi maravilhoso. E havia na época também o movimento negro nos Estados Unidos, os *Black Power*. O símbolo da luta contra o racismo nos Estados Unidos, a Ângela Davis. Ela era o símbolo da luta para emancipação dos negros. Dizem que eu me parecia muito com ela (risos). Eu fiz muitos amigos, os amigos negros da África e, sobretudo, o pessoal de Guadalupe, Martinica, Porto Rico. (MADALENA, 2015)

No exílio, a geógrafa finalmente envolveu-se com o feminismo. Em Paris, durante uma reunião de mulheres organizadas, tornou-se amiga de Zuleika Alambert. No que concerne ao trabalho militante cotidiano, Arabela era solicitada pela comunista para auxiliar na digitação e redação de textos. Como companheiras, elas passeavam na cidade de Paris e a mineira, às vezes, cuidava do gato de Zuleika. Segundo a narrativa de Arabela, uma das responsabilidades da paulista no interior do PCB era articular as mulheres brasileiras. Uma demanda capital naquele momento era a promulgação da lei de Anistia. Mas Zuleika também se comprometeu com temáticas específicas aos movimentos de mulheres, inclusive franceses, grupos feministas com quem realizou importantes articulações. Em 1970, foi fundado o *Mouvement de libération des femmes* – MLF (Movimento de libertação das mulheres),

coletivo feminista autônomo e não misto. As integrantes reivindicavam, em particular, a livre disposição de seus próprios corpos e criticavam o patriarcado. Elas estudavam assuntos voltados para a sexualidade feminina, bem como para a articulação das lutas das mulheres com as lutas anticoloniais e de classe. O conteúdo principal era: contracepção, aborto, esterilização forçada, violência doméstica etc. Zuleika sem dúvida foi inspirada pela organização. Arabela disse que as obras literárias das feministas francesas eram bastante lidas. A mineira também relatou a composição de pequenos círculos de discussão sobre a questão da mulher, nos quais um ponto bem presente era a liberdade sexual (Ibidem).

> Paris foi muito importante porque fiquei um bom período só. Morava com outras pessoas, mas dei um jeito de ter um quarto isolado, um espaço só meu. Pude refletir muito sobre mim mesma. Seria ideal se cada mulher pudesse passar por um processo desses, em que descobrisse que pode ser ela, sem depender de ninguém mesmo. Assumir sua sexualidade, sem nenhum problema de pecado, de medo, de censura. Assumir sua vida, no sentido das coisas que ela quer fazer. (...) Descobrir isso foi bom, maravilhoso, vital pro meu equilíbrio. Se você não tiver um homem não vai morrer. (CÉLIA, 1980, p. 260)

Em meados de 1970, Arabela participou de algumas atividades em conjunto com as brasileiras exiladas. Em 1974, sob a influência direta das mulheres pecebistas, foi consolidada em Paris uma Facção Feminina através da qual se desenvolveu uma agremiação de estudos aberta que, em seguida, colaborou para a reconstrução da Seção Feminina do partido. Ademais, essas militantes contribuíram para a formação do Comitê de Mulheres Feministas no Exterior. O organismo contou com a participação de feministas e não feministas, trabalhadoras, estudantes etc. Liderado pelas mulheres do PCB, houve também a atuação das militantes do grupo Campanha, de orientação trotskista, e do grupo Debate, composto principalmente por intelectuais e teóricos. A articulação entre essas três organizações era complexa e plena de conflitos e tensões. Assim, os membros do coletivo Campanha, insatisfeitos com a linha adotada pelo Comitê – Grupo de Estudos, leituras e debates – decidiram romper com a entidade e lançaram o Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias (GBMR). Este tinha como objetivo representar uma "vanguarda feminista revolucionária, classista"[203] (BACK, 2013, p. 85). Nas rodas das feministas brasileiras, contudo, conforme as

[203] Em 1976, o GBMR/Campanha que visava criar "um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes" (BACK, 2013, p. 86) instituiu o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. "Em síntese, definiam politicamente o grupo: a ênfase ao caráter específico da opressão feminina, a necessidade de organização igualmente específica das mulheres, a integração da luta das mulheres ao contexto da luta de classes e a defesa da autonomia dos movimentos de mulheres." (Ibidem, p. 89) Além "da solidariedade às lutas das brasileiras, notadamente das operárias e presas políticas, luta pela anistia e contra a ditadura." (Ibidem, p. 94) O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris que surgiu após uma cisão com a organização fundada pelas militantes do PCB foi, progressivamente, estendido aos membros de outros agrupamentos políticos. As principais organizações que fizeram parte do Círculo foram: o Campanha, o MR-8, o Partido Operário Comunista-POC, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário-PCBR e o PCB.

alegações de Arabela, eram praticamente inexistentes discussões sobre a temática racial. Finalmente, em 1976, a militante política vinculou-se ao Partido Comunista Brasileiro.

No decorrer do período de exílio na França, Arabela retornou ao Brasil. A geógrafa afirmou que pensava que o mestrado internacional era sinônimo de obtenção de um bom emprego. No entanto, como profissional negra foi sistematicamente rejeitada e permaneceu bastante tempo sem estabilidade financeira. Além disso, em sua chegada ao aeroporto do Rio de Janeiro, a mineira encontrou o militar que mais a havia torturado.

> O meu sonho era voltar. Eu queria voltar porque morria de saudades, de todo mundo, da família. No meu país é que é melhor. Achava que voltando com o mestrado da França seria outra coisa, ia ser vista com outros olhos, teria facilidade de emprego. Dei de cara com uma realidade que era bem outra. Como é que pude ter tanta ilusão, idealizar tanto as coisas? A minha chegada no Rio de Janeiro foi triunfal, por uma coincidência muito grande encontrei no aeroporto o cara que mais tinha me torturado. A minha vontade era pegar o avião e vir embora de novo. Na primeira semana mesmo, comecei a ver o problema de emprego. Fui a Brasília. (...) Não dava. Voltei para minha cidade. Três meses sem trabalhar (...). Lutei com unhas e dentes (...). Estava disposta a pegar qualquer coisa. Sou negra e pelo menos numa ocasião isso foi decisivo. Fiz um teste para secretária e fui recusada, teoricamente porque eu não passei. Um amigo que trabalhava lá me esclareceu. "Você acreditou nessa história? Secretária tem que ser loira." (CÉLIA, 1980, p. 255, 256)

De volta à França, Arabela exerceu diferentes atividades profissionais, principalmente pequenas ocupações provisórias e pouco remuneradas. Ela tinha decerto como se manter dignamente, porém seu objetivo era atuar como professora de Geografia. Assim, em 1977, Arabela foi informada de um projeto relacionado com a contratação de docentes para as escolas e universidades moçambicanas.

O país africano havia adquirido sua autonomia em junho de 1975. A Guerra da Independência de Moçambique foi um conflito armado constituído entre os grupos de guerrilha da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Exército de Portugal. O confronto de caráter nacionalista iniciou-se em setembro de 1964. A organização que liderou a revolta foi criada no exílio em junho de 1962, e sua principal meta era obter a emancipação do jugo colonial. Para isso, sua estratégia era instaurar "zonas libertadas", áreas fora do domínio português. Sob a direção do antropólogo Eduardo Chivambo Mondlane,[204] a Frente assumiu outrossim uma postura ideológica de esquerda. O cessar-fogo foi determinado em setembro de 1974, e a soberania do território foi negociada no ano seguinte. O novo governo instituiu um Estado unipartidário de cunho marxista-leninista. Alguns setores da sociedade,

[204] Eduardo Chivambo Mondlane nasceu em 1920 em Moçambique. Ele foi um sociólogo e homem político. Trabalhou nas Nações Unidas e atuou como professor universitário. Eduardo também foi um dos fundadores e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Faleceu em fevereiro de 1969 ao abrir uma encomenda que continha uma bomba.

porém, recusaram a legitimidade do partido para comandar a nação. Logo depois da independência, o país foi palco de uma guerra civil. Uma conflagração prolongada e violenta entre a FRELIMO e a oposição anticomunista formada pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Com o propósito de compensar as ausências de recursos, bens e quadros técnicos, a FRELIMO efetivou acordos bilaterais com vários países socialistas – Cuba, URSS, Bulgária, Romênia, China, Coreia do Norte e República Democrática Alemã. O Estado tencionava empregar profissionais qualificados estrangeiros para os setores da agricultura, saúde e educação. (AZEVEDO, 2012). No caso do Brasil, a FRELIMO fixou tratados de cooperação com o PCB. Segundo Arabela, o brasileiro Luiz Hildebrando Pereira da Silva era um dos responsáveis pela contratação de professores na França. O cientista, especialista em doenças tropicais, nasceu em Santos no ano de 1928. Depois de se formar em Medicina pela Universidade de São Paulo, em 1953, e obter o título de doutor em 1960, Luiz trabalhou como professor de parasitologia na mesma universidade paulista. Militante de esquerda, em 1964, teve seu cargo cassado pelo regime militar e, em seguida, foi para a França onde se tornou pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e trabalhou no Instituto Pasteur. Em 1968, retornou ao Brasil para assumir o cargo de professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, mas um ano depois, em 1969, foi novamente impedido de trabalhar na instituição. Luiz Hildebrando voltou então para a França, onde decidiu exercer sua profissão de professor e cientista até sua aposentadoria em 1996. Durante sua carreira científica publicou vários artigos, além de três livros. Conforme a professora de Geografia, o cientista e comunista brasileiro havia sido solicitado pelo governo moçambicano para contribuir com a construção do sistema educacional do país. Por isso, ele estava em Paris recolhendo currículos de possíveis candidatos lusófonos.

> Em 77 eu fui para Moçambique, para ser professora. Eu já tinha terminado meu mestrado. Eu tinha vindo ao Brasil, voltado para França e estava lá meio sem saber o que fazer da vida. Aí tem uma coisa muito interessante, Luiz Hildebrando era brasileiro, era um médico de Ribeirão Preto muito famoso na USP. Ele era do Partido Comunista, saiu do Brasil em 1964 com a ditadura militar e foi mandado embora. Ele se tornou diretor do Instituto Pasteur. Um brasileiro, professor, que se tornou um diretor do Instituto Pasteur na França. A pesquisa dele era sobre malária. Então, ele foi convidado para montar a Universidade Eduardo Mondlane, depois da independência [de Moçambique]. Ele tinha sido convidado pelo governo e ele estava levando currículos de brasileiros que estavam na França, na Europa como um todo, que queriam ser professores, em Moçambique. Caiu como uma luva para mim. Professora de Geografia já não existe quase em lugar nenhum, quer dizer, no Brasil e na África, falando português. (MADALENA, 2015)

No final de 1977, após a entrevista concedida, em agosto do mesmo ano, para o livro *Memórias das Mulheres do Exílio*, Arabela viajou para a África. A partir das redes da esquerda para os exilados brasileiros, a mineira tornou-se "cooperante" na República Popular de Moçambique.[205]No país, ela trabalhou como professora de escola pública secundária e professora universitária. Atuou principalmente na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a mais antiga instituição pública de ensino superior no Moçambique. Ela foi criada em 1962 sob a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique e, em seguida, em 1968, seu nome foi modificado para Universidade de Lourenço Marques. Em 1976, a instituição foi denominada Universidade Eduardo Mondlane em homenagem ao líder da FRELIMO. Por último, Arabela foi funcionária do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação. Uma das responsabilidades do órgão, vinculado ao Ministério da Educação, era elaborar os livros didáticos de diferentes disciplinas para o ensino nacional. A professora de Geografia brasileira foi então uma das autoras dos documentos.

> [Eu trabalhei em] escola pública secundária e dei aula na Universidade também, na Eduardo Mondlane. Depois eu trabalhei no Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação que era ligado ao Ministério da Educação. Lá a gente elaborava textos, porque não tinha livros. Os livros eram livros portugueses. Eles falavam que o Rio Tejo era o rio... Não tinha livros, só dos colonizadores. Não tinha livro sobre a Geografia do Moçambique, sobre a História do Moçambique não tinha. Então a gente elaborou os primeiros livros. Muito jóia! (Ibidem)

Conforme Azevedo (2012), a organização partidária sul americana sempre manteve interessantes contatos políticos com a FRELIMO, comunicações que até meados dos anos 1970 eram realizadas principalmente pelos próprios militantes. Mas "com a independência e a necessidade crescente de mão de obra técnica e especializada para o Estado moçambicano, a relação se tornou mais estreita e oficial." (Ibidem, p. 468). Em 1977, por intermédio de Luís Carlos Prestes, foi articulado um acordo e o PCB se engajou no sentido de "recrutar" brasileiros. Grupos do partido dispersos em diferentes países foram, a partir de então, informados da viabilidade de agir como "cooperantes da revolução". Os candidatos eram selecionados por "indicações políticas", ou seja, era preciso atestar de que se tratava de um militante e um indivíduo com uma trajetória referenciada no campo transnacional da esquerda. Assim refugiados instalados nas cidades da Europa Ocidental eram autorizados a migrarem e, em Moçambique, tinham a perspectiva de obter um bom emprego. Havia nessa

[205] "'Cooperante internacional' ou, simplesmente, 'cooperante' era o termo utilizado pela República Popular de Moçambique para se referir aos estrangeiros que ocupavam os postos, serviços e quadros funcionais deixados vagos pelo êxodo dos ex-colonos." (AZEVEDO, 2012: 472)

lógica um rompimento com o status de exilado, pois o deslocamento era realizado mediante contratos de trabalho com o Estado.

Arabela atuou nesse caso como "cooperante", foi professora em diferentes instituições de ensino e autora de livros didáticos. Porém, enquanto militante comunista, a mineira também organizava estratégias para realizar atividades partidárias com as mulheres brasileiras. Na verdade, Arabela foi enviada para constituir a Comissão de Mulheres do Partido instalado em Moçambique. À vista disso, ela coordenou eventos instrutivos, voltados para as temáticas do trabalho e da emancipação econômica das mulheres, além de eventos recreativos. A vertente central das ações coletivas era a classe.

> Uma coisa é ser professora, era uma coisa profissional, e outra coisa era a militância. Eu fui para Moçambique para fazer esse trabalho entre as mulheres. [Trabalho] do Partido e com as mulheres brasileiras. Dentro do Partido Comunista eu fui para abrir uma Comissão de Mulheres do Partido. A gente fez um negócio legal lá através de festas. As mulheres latino-americanas organizavam festas. A gente ajudava todas as mulheres, organizavam festas de entrosamento, a gente participava das festas das mulheres moçambicanas. [Discutia] a emancipação, o trabalho assalariado, o trabalho, o que era importante. (MADALENA, 2015)

Ao ser questionada sobre o que significa ser mulher negra, Arabela respondeu:

> Ser mulher negra é uma luta, é uma batalha (...). Toda mulher negra vem de gente muito pobre. Eu acho que hoje começa a ter pessoas [negras] que são filhas de advogado, de professor, mas na nossa época não. Os nossos pais eram batalhadores, não eram ricos, (...) eram classe média baixa. Então, ser mulher negra no Brasil é uma luta... Primeiro porque nasceu mulher. Segundo ou primeiro também porque nasceu negro. É uma batalha! Hoje em dia claro que as coisas evoluíram, mas na minha época era bem difícil. Era aquela pergunta: "Por que você não está na cozinha, lavando roupa?" Minha mãe era negra e era lavadeira.(Ibidem)

Em novembro de 1979, Arabela retornou ao Brasil. No ano de 1981, tornou-se militante do Movimento Negro Unificado (MNU). Este foi fundado em junho de 1978, e inicialmente denominado Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). A organização conjugava, com efeito, as temáticas de raça e classe. Isto é, considerava que a luta antirracista tinha que estar ajustada com luta revolucionária anticapitalista.

6.4 Edna Maria Santos Roland

Edna Maria Santos Roland nasceu na cidade de Codó, no Estado do Maranhão, em 12 de janeiro de 1951. Sua mãe faleceu quando tinha seis anos. Logo após, seu pai se casou novamente com a cunhada, irmã da finada. Assim, Edna disse ter sido criada essencialmente por sua tia, uma parente retratada como "proto-feminista", isto é, uma mulher que, sem se posicionar como feminista, eventualmente se colocava em defesa de seus princípios, visto que

em seu domicílio Edna não foi uma jovem educada para casar e constituir família. Na verdade, a tia a incentivava a estudar, exercer uma profissão valorizada e adquirir independência econômica. "As falas dela iam muito na contramão do que se supunha ser o ideal de mulher, o ideal de família." (ROLAND, 2014) Em síntese, enquanto seu pai foi representado como um ente "todo amoroso" que tinha grande prazer em recepcionar visitas no espaço privado do lar, a tia foi citada como um ente que não admitia a obrigação de ter que preparar a alimentação e a casa para receber os convidados.

À vista disso, segundo a narrativa da maranhense, a figura de autoridade feminina era tida na família como uma pessoa "dura", "briguenta" e "difícil". Por suas ideias incomuns sobre o papel da mulher no lar, ela era frequentemente descrita a partir de traços de personalidade negativos e limitativos. Inclusive, a própria sobrinha afirmou tê-la visto como um personagem "meio esquisito" ou "diferente". Na sua opinião de jovem, suas alegações e atitudes "não eram positivas." (Ibidem) Por outro lado, Edna relatou ter mantido com seu pai um forte sentimento de admiração e carinho. O responsável, de modo igual, era bastante interessado pela completa instrução formal da filha. Assim, aos onze anos, Edna foi matriculada na aula de datilografia e principalmente no curso de inglês. No que concerne a sua formação escolar, "eu fiz curso científico no Liceu de Goiás." (ROLAND, 2007, p. 58) Mas se a figura de autoridade masculina foi a "principal referência afetiva", as falas simples e cotidianas de sua tia, percebidas naquele tempo como desagradáveis, foram, no futuro, quando Edna tornou-se sujeito político da luta feminista, sua inspiração.

Em 1965, aos quatorze anos de idade, Edna iniciou sua militância na Igreja Católica da cidade de Goiânia, no Estado de Goiás. Para lá mudou com a família e, ao participar ativamente de reuniões de jovens cristãos, empreendeu estudos mais profundos sobre as questões sociais do país. Ainda que sua atuação não tivesse uma perspectiva respaldada nas teorias marxistas, o grupo religioso do qual fez parte foi influenciado pelo Concílio Vaticano II convocado pelo Papa João XXIII.

> A primeira participação mais ou menos política (...) eu tinha quatorze anos de idade. Foi um grupo de jovens cristãos e, naquele momento, tinha um segmento dentro da igreja católica que começou a discutir a questão social, (...) justamente a questão da pobreza, a questão da miséria. E eu tive contatos com pessoas deste pessoal da igreja católica. Embora o grupo a [que] eu pertenci tenha sido criado por um padre jesuíta conservador, tinha outros padres que vinham dessa corrente de pensamento vinculado ao Concílio Vaticano II do Papa João XXIII. (...) Então se discutia a questão da miséria, a questão da pobreza. Eu acho que então essa é a primeira vinculação que eu tenho à uma perspectiva popular, ainda sem nenhum conceito marxista, embora eles sofressem essa influência também. Em Goiânia. Eu participei desse movimento, quer dizer desse grupo. (Idem, 2014)

Em 1967, aos dezesseis anos, Edna viajou para a cidade de Dixon, situada próxima de São Francisco, na Califórnia, nos Estados Unidos. Ela havia recebido uma bolsa de estudos do American Field Service, uma organização não-governamental internacional, fundada em 1915 por um antigo professor da Universidade Harvard, com sede em Nova Iorque, e que tem como objetivo promover o intercâmbio cultural entre jovens de diferentes nacionalidades. No país norte americano a maranhense permaneceu durante um ano.

Edna declarou que, desde a infância, já havia vivenciado situações de discriminação. Pessoas conhecidas normalmente rejeitavam certos traços físicos de seu corpo, sobretudo aspectos que faziam referências diretas à sua negritude (cabelo, nariz etc.). Na verdade, consoante o relato da psicóloga, tais pessoas tentavam embranquecer tais características. No Brasil, a maioria das meninas negras cresce com a convicção de que cada atributo do seu corpo é reputado como "ruim" e, dessa forma, precisam "corrigir" seus sinais. Esses devem ser alterados para estarem de acordo com o modelo estético e os padrões de beleza feminina relativos à mulher branca. Assim, Edna mencionou que, desde cedo, captou determinadas particularidades do racismo nacional. No entanto, a viagem de estudos para os Estados Unidos foi narrada como um evento único, visto que o intercâmbio foi fundamental para a conscientização de sua condição de negra.

> Eu ganhei uma bolsa de estudos do *American Field Service*. (...) Em 67 (...) eu fui para os Estados Unidos. (...) Eu volto no segundo semestre de 68 (...). Com 16 anos (...). Fiquei um ano lá. (...) E teve um papel muito importante na emergência da minha consciência racial. Criança eu já tinha percebido situações de discriminação, já tinha me sentido discriminada por vezes (...). Negação e crítica dos aspectos corporais. (...) Tentar disfarçar os aspectos do seu corpo para embranquecer. Então eu já tinha sentido isso quando criança. Aí na adolescência acontece essa questão dos Estados Unidos em que eu tomo consciência. (ROLAND, 2014)

Nos Estados Unidos, Edna viveu na casa de uma família que denominou *Wasp*, termo em inglês normalmente usado em sentido pejorativo para designar um grupo de origem branca, britânica e protestante, não havendo naquele cenário reais oportunidades para se estabelecer contatos com negros nativos. O município onde vivia era muito pequeno, apenas três mil habitantes, e com características de zona rural, a localidade também era marcada por uma forte segregação. Nas palavras de Edna, havia algumas comunidades de mexicanos na região, contudo suas casas estavam situadas em zonas bastante distantes do centro da cidade, espaço urbano ocupado pelas classes mais favorecidas.

Vale lembrar, de modo igual, que até meados dos anos 1960, os Estados Unidos foi um país caracterizado por uma separação racial institucionalizada, ou seja, sancionada no âmbito da lei. Correntes políticas orientadas pela ideia de supremacia branca, de fato, se

organizavam pontualmente para (re)fixar políticas de exclusão dos negros, definindo para esse grupo social uma cidadania de segunda classe. Observava-se, assim, uma discriminação física, de atendimento e de provisões praticada nas instalações públicas e privadas, serviços e oportunidades (moradia, educação, saúde, segurança, emprego e transporte). Em outros termos, o cotidiano da comunidade negra local foi historicamente marcado por uma marginalização formal e informal (imposta por convenção social), linchamentos organizados por civis e violência oriunda das forças policiais, diferenciações no acesso à instrução, atividade profissional e recursos oferecidos pelo governo, ausência de direitos políticos e pobreza extrema. Segregadas, coletividades não brancas eram coagidas a ocuparem exclusivamente os espaços que lhes eram reservados.

> Eu estava numa família *Wasp,* como se diz, branca, protestante, classe média, numa cidadezinha de três mil habitantes. Não tinha contato com negros na cidade, não havia negros, havia mexicanos, mas que ficavam muito apartados da cidade. (...) Só os via muito raramente. Uma cidadezinha muito pequena, rural na verdade. Foi uma experiência muito difícil (...), eu me sentia muito isolada dentro da escola. (...) Depois (...) se estabelece um processo de mudança de identidade. (Ibidem)

Durante sua residência nos Estados Unidos Edna se manteve distante das comunidades negras e de seus interesses, pois a estudante ainda era pouco politizada. Sua única experiência militante havia sido as reuniões da igreja e, naquele grupo, segundo seu relato, até a própria temática de classe era um ponto raramente abordado. Dessa forma, ao chegar em solo estrangeiro, Edna era bastante desinformada das principais problemáticas relativas à estratificação econômica e racial, e além disso ela era inexperiente no que diz respeito às práticas organizacionais. Apesar de já ter tido a ocasião anterior de estudar a língua inglesa, a maranhense ignorava também certas regras comuns de convivência em coletividade. Em outras palavras, imigrante recém-chegada no país, a estudante desconhecia totalmente os códigos socais estadunidenses. Por causa disso, Edna mencionou algumas dificuldades individuais para instituir uma comunicação com os círculos de pessoas isoladas. Na família *Wasp*, Edna tinha apenas contatos com indivíduos de origem branca e classe média. Na escola, ela se sentia excluída, sem conseguir realmente estabelecer uma identificação ou uma relação com os outros jovens de sua idade.

No entanto, Edna vivenciou várias experiências marcantes no decorrer da viagem internacional que a conduziram a se identificar como negra. Uma delas, descrita em outras entrevistas concedidas pela militante política, foi um hipotético conflito entre jovens de diferentes origens raciais. “O confronto de dois ônibus: estudantes negros e estudantes brancos.” (Ibidem) Era época de importante mobilização dos movimentos dos direitos civis

dos negros e, além disso, múltiplos segmentos da sociedade estadunidense, inclusive o pastor Martin Luther King Jr., questionavam a intervenção do país na Guerra do Vietnã. Nesse contexto, Edna, ainda sem se autodesignar como uma jovem afrodescendente, permanecia atenta e crítica quanto às atualidades políticas. Segundo sua narrativa, "havia muitos conflitos, muitos *rights*. [O país] estava pegando fogo, da costa leste a oeste. (...) Esse era um momento de bombas, de explosões e de muitos conflitos de rua." (Ibidem) Na verdade, desde a segunda metade dos anos 1950, os negros vinham se organizando pela extinção da legislação segregacionista.

O movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos tratou-se, sobretudo, de uma campanha por garantias e igualdade. Naquele momento, diferentes protestos e manifestações obtiveram êxitos e, por isso, tornaram-se alvos da atenção da população em geral. Em 1955, a militante política e costureira Rosa Parks, residente em Montgomery, no Estado do Alabama, recebeu a ordem de um motorista de ônibus para liberar seu assento. Na opinião do condutor, a passageira, embora estivesse sentada no espaço reservado aos negros, tinha a obrigação indiscutível de ceder seu lugar para um homem branco que acabara de entrar no transporte coletivo. Rosa, no entanto, recusou-se e foi presa. Em consequência, ela foi condenada a pagar uma multa de dez dólares e mais quatro dólares pelos custos judiciais. Pouco tempo depois, foi convocado um boicote aos ônibus da cidade, evento no qual se destacou Martin Luther King Jr. Pastor da Igreja Batista do Estado da Geórgia, ele liderou inúmeras intervenções políticas contra o sistema segregacionista. Em 1957, o militante fundou a Conferência de Liderança Cristã para coordenar as ações por direitos baseadas na "desobediência civil". Suas atividades resultaram na organização da Marcha sobre Washington de 1963, onde pronunciou a célebre frase *I Have a Dream* (Eu tenho um sonho). Em 1964, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Martin Luther King Jr foi assassinado em abril de 1968. Sem dúvida, as expressões públicas dos negros, ainda que, na maioria das vezes pacíficas, foram recepcionadas com inúmeras atitudes repressivas provenientes das forças de ordem. Contudo, o governo do presidente Lyndon B. Johnson, pressionado pelos ativistas e simpatizantes dos movimentos antirracistas, instaurou vários decretos legislativos favoráveis entre 1964 e 1967. Em síntese, eles proibiam a discriminação no emprego, nos serviços públicos e nas eleições.

Foi nessa conjuntura de intensas mobilizações por direitos civis, mas também caracterizada por uma violenta opressão do Estado, que Edna disse ter adquirido uma primeira consciência racial. Em 1968, ao se dirigir com seus colegas de classe, descritos como

majoritariamente brancos, até a cidade de Sacramento, capital do Estado da Califórnia, para simular com outros jovens uma atividade das Nações Unidas, alguém aventou a possibilidade de cruzarem no decorrer do caminho com um outro ônibus composto em maior parte por adolescentes negros, uma situação de proximidade que sozinha gerava aversões, incertezas e apreensões. A seguir, novos elementos surgiram para transformar o que era uma hipótese em realidade: bem perto do local de chegada do evento ouviram-se barulhos semelhantes aos sons de bombas e explosivos, e logo depois foi avisto efetivamente um ônibus cheio de estudantes negros. Nesse momento os alunos oriundos de Dixon, consoante o relato de Edna, simplesmente ficaram aterrorizados. Por sua vez, a maranhense se questionou sobre o significado desse temor. Sem demora, compreendeu que o único e real motivo do medo era a cor da pele dos outros estudantes.

> Teve um momento que foi fundamental do ponto de vista do desenvolvimento da minha consciência racial. Um dia, os alunos da minha classe, nós fomos para Sacramento, que é a capital do estado da Califórnia. (...) Fomos para uma representação das Nações Unidas. Os estudantes de cada escola iam representar um país, uma simulação das Nações Unidas. Estávamos vindo em um ônibus, os alunos da minha escola, e vinha vindo um outro ônibus cheio de estudantes negros. E quando estávamos quase chegando lá no local, ouvimos barulhos de bombas explodindo. (...) Não sei se eram bombas ou fogos de artifício, mas soavam como bombas. E o barulho das bombas e a aproximação de um ônibus cheio de estudantes negros fizeram com que todos os estudantes do ônibus em que eu estava entrassem em pânico. E eu, junto com os demais colegas, também comecei a sentir medo. Nesse momento, imediatamente parei e pensei: "Mas por que estamos com medo?" E eu percebi que nós estávamos tendo medo dos estudantes do outro ônibus. E percebi que se estava tendo medo dos estudantes do outro ônibus porque eles eram negros. Então parei para pensar e falei: "Mas como? Como é possível se ter medo de outra pessoa porque ela é negra? Afinal de contas, o que é isso?" Esse é um momento marcante na minha história, porque é o momento em que eu tomo consciência: "Eu sou negra. Como é que eu posso sentir medo dos outros estudantes que estão lá?" (ROLAND, 2007, p. 59)

Outro aspecto significativo que a guiou na sua identificação como negra foi a viagem que realizou durante um mês com a organização American Field Service. Acompanhada de outros jovens oriundos de diferentes continentes, ela atravessou de ônibus boa parte do território norte-americano. O objetivo do projeto era fazer os estudantes conhecerem diversas regiões do país. Após percorrerem no transporte coletivo os quilômetros exigidos no dia, eles eram instalados em várias cidades durante um breve período para realizar visitas locais. Assim, Edna disse ter conhecido inéditas paisagens, histórias de vida e costumes nativos. Através de experiências excepcionais, nas quais também pode melhor compreender a conjuntura histórica e política dos Estados Unidos, foi progressivamente adquirindo determinada percepção de sua identidade racial. Não somente sua consciência, mas toda sua representação exterior com vestimentas e adornos se transformaram. Antes mesmo de

concluir a viagem, seu cabelo foi redefinido com um *Black Power*. Nesse cenário, nota-se a influência de Angela e dos Panteras Negras. Ao retornar ao Brasil, rapidamente Edna se identificou com o Estado da Bahia, região marcada por significativa população negra proveniente do continente africano, e para lá se dirigiu nas primeiras férias com a intenção de comprar novos assessórios. Ela contou:

> Eu gosto de contar essa questão. No final do ano, quando terminou meu período, eu, juntamente com estudantes do mundo inteiro, nós atravessamos os Estados Unidos de ônibus. (...) Eu morava pertinho de São Francisco. Nós fomos de São Francisco à Nova York, atravessamos de ônibus. Levamos um mês para fazer essa travessia. (...) A gente viajava um pouco, parava uns dois dias numa cidade e, depois, ia para outra e tal. Estudantes de todos os continentes: África, Ásia, América Latina, Europa e tudo mais. E eu, a minha consciência ela foi se modificando ao longo desse período. Nós passamos em Los Angeles, onde tem uma Disney World (...). E eu saí da Disney extremamente crítica. Eu sempre fui muito crítica, então passar pela Disneylândia foi mais um elemento de crítica ao imperialismo, as relações internacionais dos Estados Unidos. A tentativa de dominar não somente pelas armas, mas também por um ponto de vista ideológico, da cultura. E ao longo desse mês eu fui me transformando, a minha própria imagem foi se transformando. Quando eu cheguei em Nova York, eu estava de *Black Power*. Foi assim uma coisa muito forte. (...) Aí entra a imagem de Angela Davis. A imagem poderosa dela com os cabelos *Black Power*, os panteras negras e tudo mais. Então quando voltei ao Brasil, eu estava transformada. (...) Mas nessa fase da minha vida era só uma questão da minha auto definição. (Idem, 2014)

No entanto, Edna só se tornou sujeito político da luta antirracista durante sua formação no ensino superior. A viagem aos Estados Unidos representou principalmente a aquisição de dignidade racial, isto é, reconhecimento positivo de suas origens biológicas e culturais e, além disso, representou uma oportunidade única em que presenciou experiências históricas de lutas pela igualdade dos povos negros. Tal qual as palavras de Edna, "foi um momento de iluminação na cabeça, assim, de revelação. Mas é uma questão de auto-identificação, uma coisa bem 'eu sou negra né'. Quando eu entro na universidade, eu tenho contatos com pessoas organizadas." (ROLAND, 2014)

Em 1969, Edna iniciou o curso de Psicologia na UFMG. Desde seu ingresso na universidade, participou da organização do DCE, mas, em particular, a estudante atuou na reabertura do Diretório Acadêmico e do Centro de Estudos de Psicologia.

> Quando eu entrei na universidade, o Centro de Estudos de Psicologia, que era o órgão de representação dos estudantes do curso de Psicologia, estava fechado. O Diretório Acadêmico também estava fechado. Então eu participei do processo de reabertura dessas duas entidades. Eu fiz parte da chapa que foi constituída no curso de Psicologia para a reabertura. Eu fiz parte da direção do Centro de Estudo de Psicologia e também participei das ações políticas para reabertura do Diretório. A gente lutou para reabrir o DCE. (...) A UNE existia só clandestinamente, porque houve uma luta para reabertura do DCE. (Ibidem)

O primeiro contato da maranhense com os movimentos de esquerda foi por intermédio de Idalísio Soares Aranha Filho. O estudante nasceu na cidade de Rubim, Minas

Gerais, em 1947. Alguns anos mais tarde mudou-se para a cidade de Teófilo Otoni, situada na mesma região, onde estudou no Colégio São José e, em 1962, foi para a cidade de Belo Horizonte, onde estudou no Colégio Universitário da UFMG. Em 1968, começou o curso de Psicologia na UFMG. No processo de reorganização do movimento estudantil, tornou-se presidente do Centro de Estudos de Psicologia de Minas Gerais e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Era músico, tocava violão e cantava. Em 1970, casou-se com Walkiria Afonso Costa (Walk). A jovem nasceu em Uberaba, Minas Gerais, em 1947. Realizou a formação Normal e, em meados dos anos 1960, foi habilitada a trabalhar como professora. Em 1966, passou num concurso público para docente. Na mesma época, Walkiria ingressou no curso de Pedagogia da UFMG. Neste espaço também foi uma importante líder política. Em 1968, foi eleita vice-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação e, ademais, presidiu o Centro de Estudos Pedagógicos. Ambos iniciaram a militância no Comitê Estudantil do Partido Comunista do Brasil. Em janeiro de 1971, o casal se dirigiu para o sudeste do Estado do Pará. Idalísio que usava o codinome Aparício foi executado pelos militares em 1972, na Guerrilha do Araguaia. Walkiria foi igualmente executada em 1974 (BRASIL, 2014).

Na UFMG Idalísio se empenhou para recrutar Edna. Juntos foram ativos em reuniões, círculos de leituras, discussões e decisões. Finalmente, reorganizaram os órgãos representativos dos estudantes. Contudo, a jovem maranhense tinha uma importante divergência teórica. Ela rejeitava a base conceitual maoísta do PCdoB e, em seu lugar, admitia que as lideranças responsáveis pelo processo revolucionário no Brasil seriam da classe operária. Assim, Edna recusou a proposta de Idalísio. Ela declarou:

> Primeiro foi esse companheiro Idalísio Aranha (...). Ele tentou me recrutar para o Partido Comunista do Brasil PCdoB, mas não conseguiu. (...) Eu tinha uma divergência teórica. Quando eles falavam que a revolução viria do campo para a cidade eu não concordei com essa visão. Eu falava: "Não, eu não concordo com isso. Eu acho que as cidades vão ser mais importantes no processo revolucionário no Brasil. Eu acho que a liderança vai ser da classe operária." Eu pensava dessa forma, e, embora eu atuasse junto com ele dentro da universidade, ele não conseguiu fazer com que eu entrasse para o PCdoB. O maoísmo eu não embarquei.(ROLAND, 2014)

Em 1971, quando cursava o terceiro ano de Psicologia, durante uma aula de francês, Edna conheceu Antônio Maurício Fonseca de Oliveira. Ele tinha vínculos com a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop).

> Eu fui recrutada por ele. A gente tinha contatos periódicos, discussões, grupos organizados dentro da universidade. (...) A gente estudava textos marxistas. Ter um livro de Marx naquele momento era um crime, praticamente você podia ser presa. (...) Literatura considerada subversiva. Então a nossa ação era fundamentalmente

> dentro da universidade. (...) Uma atividade de estudo, intelectual e de atuação em relação à algumas questões no campo da educação. (...) Foi através dele que eu tive contato com a POLOP, organização de combate marxista-leninista política operária. Eu estava no terceiro ano, 71. Foi quando eu [o] conheci num curso de francês e, inicialmente, tivemos uma relação de amizade, relação política, e depois começamos a namorar e depois passamos a viver juntos né.(...) Eu concordei com a visão, quer dizer, a POLOP tinha a visão da liderança da classe operária. A POLOP também nunca teve uma atuação militarista. Ela não atuou através de armas. Tentava-se fazer um trabalho político no meio estudantil, no meio da classe operária. (Ibidem)

Aos vinte anos Edna aderiu a POLOP. A organização surgiu em fevereiro de 1961 e, desde o início de sua trajetória, expandiu-se dentro do movimento estudantil. Ela foi constituída por grupos de estudantes oriundos principalmente da Liga Socialista Independente de São Paulo (seguidores de Rosa Luxemburgo[206]) e da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), além de dissidentes do PCB e simpatizantes do trotskismo. Naquela conjuntura, a POLOP agiu como uma alternativa ao campo da esquerda até então hegemonizado pelo PCB.[207] Como opção à política reformista e aos ideais burgueses do esquema de "colaboração de classes". Assim, visava romper com a tradição de um partido apontado como burocrático, fixado na verticalidade, formado por uma direção guiada por diretrizes estrangeiras e sem experiência revolucionária.

Nesse sentido, a organização produziu uma sorte de "consciência crítica", e se concentrou sobretudo nos dilemas teóricos e doutrinários, gerando, no cenário do debate público, uma intensa disputa conceitual e estratégica com o PCB. Para isso, ela publicou o periódico *Política Operária*. Além disso, a POLOP se dedicou na composição de um partido da classe operária, na formação de um proletariado independente e contrário ao domínio e à tutela da burguesia nacional. Designado como a maioria esmagadora dos pósteros quadros políticos (ao lado da minoria de estudantes e intelectuais), o operário foi reconsiderado a força motriz do movimento de transformação social.

Após 1964, foi necessário fazer uma avaliação concreta das condições atuais do movimento sindical para continuar a luta, visto que desde a instalação do golpe, houve o desmantelamento dos órgãos de representação dos trabalhadores e seus dirigentes foram perseguidos e presos. Os sindicatos foram, a seguir, reconsolidados, segundo a imagem do governo militar. Dessa forma, o engajamento contra o autoritarismo, sistema proposto pelo Estado burguês, tornou-se primordial. Ademais, a POLOP sugeriu o foco guerrilheiro e seu papel de promover a insurreição urbana enquanto tática revolucionária. Por fim, sugeriu a

---

[206] Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma filósofa, economista marxista e militante política polaco-alemã.

[207] Vale lembrar que em 1961 a esquerda era representada, em particular, pelos comunistas (PCB), a ala esquerda dos trabalhistas (PTB) e os socialistas (PSB). A AP e o PCdoB emergiram em 1962.

criação do partido de vanguarda a partir de grupos, conselhos ou comitês de fábricas. Estes eram responsáveis pela coordenação das lutas das bases operárias e, simultaneamente, pela sua vinculação com as dinâmicas mais gerais. Em síntese, o organismo atuou tanto no campo teórico quanto no campo prático de ação concreta (MATTOS, 2002).

Imagem 25: Edna Maria Santos Roland

Fonte: Foto cedida por Edna Maria Santos Roland

Em 1973, Edna cursava o quinto ano de Psicologia e, no âmbito de suas atividades profissionais, era professora universitária concursada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), quando então um evento possivelmente ocasionado pelos órgãos repressivos a fez abandonar sua vida em Belo Horizonte. Um dia, ao chegar à casa onde vivia com Antônio, encontrou a porta de entrada arrombada e alguns materiais revirados. Sua residência funcionava como um arquivo da organização. Dentro do local havia uma mala com documentos considerados subversivos, os quais também foram remexidos sem que nada fosse apreendido, porém, surpresa, Edna comunicou o fato à hierarquia da organização de esquerda. Seus superiores avaliaram o incidente como ato da repressão e, consequentemente, presumiram que existia um risco de prisão para o casal se ambos permanecessem na capital de Minas Gerais. Com isso a jovem maranhense foi coagida a passar para a clandestinidade. Casos semelhantes com outras organizações envolvidas com a resistência haviam sidos verificados e, naquele momento, conforme o relato da psicóloga, foi admitida que a prioridade era preservar a integridade física dos militantes. À vista disso, Edna e Antônio continuaram na mesma cidade por cerca de um ou dois meses separados e, na espera de uma decisão da direção da POLOP, cada um foi se refugiar individualmente na casa de conhecidos. Posteriormente, eles receberam a ordem de se mudar para São Paulo. Edna narrou:

> Em setembro de 73, a gente começou a ter notícias de pessoas que estavam sendo presas (...). Então de um lado teve essa questão e, de outro lado, a casa que nós morávamos, nós chegamos um dia, o barracão, como se falava em Belo Horizonte, (...) encontramos... Nossa casa funcionava como um arquivo da organização, a gente tinha uma mala inteira de documentos que ficavam guardados (...). Essa mala tinha sido revirada com os materiais e nada tinha sido roubado na casa. (...) Isso foi informado a direção da organização, parece que tinha havido algumas coisas estranhas semelhantes em relação à outros companheiros e com as notícias que vieram de pessoas da AP, a direção considerou que tinha sido um ato da repressão e determinou que nós saíssemos de casa. Então nós permanecemos algum tempo em Belo Horizonte, escondidos, e depois a organização determinou que não havia condições da nossa permanência na cidade. Ficamos aguardando uma decisão para onde a gente iria. Foi dessa forma que vim pra São Paulo. (...) Ruptura total com o passado pra não ser atingido. Ruptura com a família, com a escola, trabalho, amigos. (ROLAND, 2014)

Na ocasião, Edna questionou inicialmente a conclusão da direção. A estudante e militante política pensava que, se os agentes da repressão realmente tivessem se introduzido em sua casa e identificado os objetos, deveriam ter esperado o retorno dos moradores para realizar a prisão e, se o objetivo inicial não era surpreendê-los, mas apenas averiguar o material subversivo e retomar a vigilância, por qual motivo então deixar traços visíveis de sua presença e assim pressionar os suspeitos no sentido de uma iminente fuga? Na sua opinião, a interpretação dos fatos era inexata. Por isso, ela disse ter encaminhado suas avaliações para a direção. No entanto, sua análise crítica não foi bem recebida. Ao expor seus argumentos, Edna afirmou ter sido ignorada. Os responsáveis negaram suas dúvidas e a jovem foi silenciada. Ela declarou:

> [A] crítica tendia a ser entendida como sendo resultado de problemas ideológicos. Tendia a ser desqualificada e transformada em uma falha minha. As pessoas não davam uma resposta política às críticas. (...) Lembro que quando surgiram os problemas de segurança em Belo Horizonte, (...) eu fiz algumas perguntas. (...)"Mas se foi a repressão por que eles deixariam sinais de que estiveram aqui? Eles têm aqui provas suficientes para nos prender."(...) Eu falei: "Não, eles estão aguardando para pegar. Mas, eles deixando sinais de que estiveram aqui, eles nos alertam." Eu achava que não fazia sentido. Não fazia sentido eles deixarem pistas de que tinham estado lá. E aí a resposta foi do tipo assim: "Ah você não tem que ficar cobrando coerência para a repressão." Ou seja, ao invés das pessoas utilizarem a minha fala como um elemento de provocação que obrigasse as pessoas a pensar mais. "(...)Mas se foi a repressão por que será que (...) deixou pistas? Por que já não fizeram uma campanha para nos prender?" Não! Então frequentemente eu tinha essa sensação. As minhas opiniões elas não levavam o devido peso. Não eram recebidas com o mesmo peso talvez que as opiniões do meu companheiro ou dos outros companheiros. (...) Eu era considerada como tendo problemas ideológicos. Eu tinha problemas ideológicos porquê (...) eu duvidava de certas decisões que vinham da direção. (Ibidem)

De qualquer modo, a opção da clandestinidade foi vista como uma questão de sobrevivência. Ela se tornou, num primeiro instante, na opinião dos dois militantes supostamente localizados pelos órgãos repressivos, o único meio de defesa e o único meio de permanecer em vida. Por razões de segurança, Edna e Antônio renunciaram, a partir de então,

às suas casas, seus bens e seus objetos pessoais. Ademais, eles foram orientados a romper integralmente com seus anteriores contatos pessoais. O casal partiu sem informar a família, o trabalho e os amigos. Edna não trocou de identidade, entretanto, ninguém podia localizá-la ou estabelecer um mínimo de comunicação. O que certamente causou profundos sentimentos de aflição para o conjunto de pessoas envolvidas com a separação. Evidentemente, os jovens militantes tinham recursos para retornar, mas tal investida implicava o perigo de ser preso ou mesmo morto. Mas, além de permanecer distante das pessoas que lhe eram queridas e representavam referências afetivas e emocionais, bem como permanecer distante de espaços que até então faziam parte de sua rotina e eram percebidos como seguros, Edna também experimentou, naquele período, uma importante queda social e econômica. Em 1973, ela estava no quinto ano de Psicologia, ou seja, próxima da obtenção de seu diploma de curso superior, atuava como professora universitária concursada na PUC-MG e, por fim, após alguns anos como habitante da capital mineira já havia estabelecido uma importante rede de colegas de trabalho. Todavia, Edna foi obrigada a abdicar da totalidade de suas conquistas profissionais. Assim, em São Paulo, a militante política foi inicialmente empregada como vendedora em uma loja de livros estrangeiros. Em seguida, ela trabalhou como secretária executiva para um indivíduo que trabalhava para um banco internacional.

Edna e Antônio, na verdade, eram completamente destituídos do comando de seu tempo, de suas relações e de suas escolhas. Tanto é que a militante da POLOP sempre desejou trabalhar nas indústrias e fábricas paulistas e, assim, se inserir no movimento operário, o que foi inicialmente considerado possível pela organização de esquerda. Mas devido a seu emprego bem remunerado, os dirigentes, conforme as declarações de Edna, nunca autorizaram a efetivação de seu pedido. Outrossim, a jovem prestava conta de todos os gastos que fazia com seu salário, até mesmo o consumo de um café. Na entrevista, ela também narrou a contenção na compra de roupas de frio durante o inverno paulista, e mesmo a interdição feita pelo partido no que diz respeito à solicitação do casal para mudar de moradia. Em geral, os militantes políticos clandestinos, inclusive Edna, diante de uma conjuntura de privações, isolamentos e incertezas tinham o constante dever de fixar e reafixar, individualmente, a decisão tomada. Edna relatou suas experiências na clandestinidade:

> Entrei na universidade em 1969 (...). Vivi em Belo Horizonte de 69 a 73. (...) Eu vim para São Paulo em novembro de 73. Eu estava às portas de terminar meu curso de psicologia, o quinto ano, quando eu e o meu companheiro tivemos que sair de Belo Horizonte. Eu passei por um processo de queda social muito intensa nessa mudança pra vida clandestina. Eu já era professora universitária, eu tinha vinte e dois anos, no quinto ano [da universidade] eu já tinha feito concurso na universidade católica, eu já era professora da Universidade Católica. Em 73, eu já era professora da

> Universidade Católica de Minas Gerais. Eu vim pra São Paulo, fui morar em cortiço, e nessas condições de tudo muito restrito, ausência de liberdade total. (...) Durante o período da clandestinidade, eu sobrevivi como secretária executiva. (...) Antes eu fui vendedora (...) numa livraria de livros estrangeiros.[Posteriormente] (...) secretária executiva de diretoria de banco. Assim, eu aprendi no tapa. Como o meu inglês era muito bom. Era o quarto homem, um banco internacional, ele era o quarto diretor na hierarquia do banco. Depois ele me falou: "Eu vi que você não sabia muita coisa, mas o seu inglês era tão bom que eu resolvi fazer um investimento. Eu sabia que você em poucos meses aprenderia a fazer uma carta."(...) Mas a disposição também, quer dizer, eu agarrava as coisas com as mãos. Tinha que encontrar um caminho pra sobreviver. (...)Permaneci nessa situação até 78, 79 (...). No meu caso eu não mudei de identidade, não utilizei documentos falsos. Era possível naquele momento estar relativamente na incógnita numa grande cidade como São Paulo, e apenas fazer um corte com o passado em relação à família, amigos, trabalho. Ninguém sabia onde eu estava e eu não tinha contato com ninguém. Isso era possível. (Ibidem)

Na clandestinidade, Edna também continuou sua militância política. Inclusive, ela contribuiu com as greves nas cidades do Grande ABC paulista, zona tradicionalmente industrial da Região Metropolitana de São Paulo. A sigla representa as iniciais dos nomes dos três municípios que, originalmente, formaram o território: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Às vezes, faz-se referência a Diadema com a abreviação ABCD. As greves foram manifestações operárias ocorridas na conjuntura de abertura democrática, entre 1978 e 1980, que caracterizaram a emergência do movimento trabalhista brasileiro. No final dos anos 1970, um conjunto de paralisações e protestos, em particular no setor dos metalúrgicos, acompanhado posteriormente de outras categorias profissionais como bancários, professores, petroleiros, se opôs às medidas de arrocho salarial, isto é, política salarial cujos reajustes não seguem a inflação, e reivindicaram liberdade e autonomia sindical. Os trabalhadores receberam o apoio da Igreja Católica, de entidades civis e de artistas famosos. Edna participou de um comitê de apoio aos grevistas.

> Eles desenvolviam uma ação na zona sul de São Paulo. Foi no momento em que emerge os movimentos populares, movimento pela água, tem vários movimentos que se constituem. O PCdoB puxa o movimento contra a carestia, as mulheres. (...) Nós fomos atuar lá no fundão. (...) Região bem periférica de São Paulo. A gente foi trabalhar lá com o movimento popular. (...) A gente fazia os boletins da associação de bairros, a gente trabalhava nos movimentos de bairros. (...) Depois a gente colaborou com o movimento sindical. No momento quando começa as greves do ABC e as greves dos metalúrgicos de São Paulo, nós participamos de comitê de apoio aos grevistas. (Ibidem)

Nesse período, Edna objetivava também reatar os seus estudos universitários. Assim, enquanto atuava como militante no comitê de apoio aos grevistas do ABC paulista, a maranhense ingressou no curso de Ciências Sociais na USP. Com os créditos dessa formação, ela fez um pedido de validação à UFMG e, finalmente, obteve o título de Psicóloga.

No entanto, nas dinâmicas das universidades, a trajetória política de Edna, no final dos anos 1970, experimentou uma importante modificação de orientação. Segundo suas

palavras, “a militância foi, inicialmente, no movimento estudantil e, depois, nessa questão do movimento *underground* contra a ditadura, vinculada a organização [POLOP].” (ROLAND, 2007, p. 129) Embora se reconhecesse como uma mulher não branca desde sua viagem internacional de intercâmbio cultural, ela ainda não se colocava como sujeito político da luta antirracista. Edna declarou: “até então a questão da consciência racial, para mim, era uma coisa puramente, digamos, de ordem pessoal, individual. Tinha acontecido lá nos Estados Unidos, redefiniu a minha identidade pessoal, eu me considerava negra, mas não teve imediatamente uma militância política.” (Ibidem, p. 129) Foi então na instituição de ensino superior paulista, e principalmente com a intenção de realizar uma pesquisa de mestrado em Psicologia, que Edna fez seus primeiros contatos com militantes do movimento negro locais. Dessa forma, de acordo com seu relato, a militância política antirracista surgiu sobretudo através do trabalho acadêmico. “Nesse processo de investigar, vai acontecendo uma coisa de identificação minha com o movimento, com a temática, com a luta. E isso vai se tornando não um tema de pesquisa, mas um tema para a minha vida. Vai ocorrendo esse processo de transformação.” (Ibidem, p. 129).

Em 1981, Edna foi admitida no mestrado de Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC São Paulo) e, paralelamente, ela se mantinha como secretária executiva. Consoante sua entrevista, os estudos de pós-graduação requeriam bastante tempo, portanto os atrasos tornaram-se regulares e, para mais, a jovem executava as tarefas bem rápido, pois pretendia reservar um momento de seu trabalho na instituição bancária para leituras pessoais. Incomodado com as atitudes da funcionária, o patrão começou então a emitir sinais verbais com a equipe dos recursos humanos indicando uma iminente demissão. Edna percebeu a situação e foi até o empregador pedir satisfações. Ele confirmou a decisão de despedi-la e, algumas horas depois, a mestranda redigiu e propôs um projeto de bolsa na PUC-São Paulo. Como até aquela ocasião ela teve atividade remunerada, a estudante-trabalhadora era impedida de receber financiamentos para realizar seus estudos acadêmicos. Mas consciente de sua iminente saída e de sua próxima condição de desempregada, Edna mudou de estratégia e decidiu submeter a proposta. Advertida pela secretaria da data final para apresentar os objetivos da pesquisa, Edna abandonou o local de trabalho no mesmo instante e, sem mais explicações, dirigiu-se até a instituição de ensino superior. Uma vez no local, Edna detalhou as particularidades de sua trajetória como discente e conseguiu o direito de fazer o pedido referente à subvenção no dia seguinte, ou seja, vinte e

quatro horas depois de seu encerramento. Auxiliada, a maranhense pôde dar continuidade às pesquisas.

> Eu tive que elaborar uma proposta do dia pro outro. (...) Eu percebi que meu chefe ia me mandar embora e fui direto nele: "Eu vi o senhor conversando com o gerente de recursos humanos (...). Por acaso o senhor está pensando em me demitir?" Bem direta. Ele falou: "Sim!" (...) Eu falei: "O senhor sabe que eu não posso ficar desempregada, eu lhe agradeço me informar (...)." Corri na PUC naquele dia. Era o último dia para entregar projetos para a bolsa de estudos e eu nunca podia concorrer às bolsas porque eu tinha emprego. Eu falei: "Eu vou ficar desempregada, então vocês têm que aceitar meu projeto, amanhã eu entrego." E fiz o projeto de um dia pro outro, um esboço de projeto. "Meu deus, eu tenho que inventar um projeto. O que eu vou fazer?" Então eu pensei um projeto sobre empregadas domésticas. Relação entre patroas e empregadas domésticas. (ROLAND, 2014)

Seu projeto de pesquisa, respaldado em especial no aspecto racial da profissão empregada doméstica no Brasil, tencionava tratar essencialmente das relações entre patroas e funcionárias. Para isso, Edna combinou duas categorias conceituais que lhe eram bastante próximas: "eu tinha, de um lado, um referencial de economia política, por conta da minha formação marxista e, de outro, um referencial psicanalítico. Eu queria pegar essas duas coisas 'bem simples' e ver como articular esses dois níveis da realidade." (Idem, 2007, p. 129) Mas é possível supor que essas mulheres eram de raças diferentes e, na continuidade, que as empregadoras geralmente fossem brancas? Segundo Sandra Maria da Mata Azeredo (2002), a resposta é sim, na medida em que as disparidades raciais beneficiam particularmente o grupo social branco e que muitas delas, na história, foram sujeitos ativos no processo de reprodução das desigualdades. Ser branco no Brasil era (e ainda é) sinônimo de privilégio e significava (e ainda significa) ter uma esmagadora margem de manobra para obter certas posições vantajosas, sejam elas concretas ou simbólicas. Assim, as mulheres brancas, mesmo as mais desfavorecidas, não eram (e não são) vítimas do racismo estrutural. À vista disso, nas suas observações sobre o feminismo no Brasil, Azeredo (Ibidem) estabeleceu o elemento racial, em conjunto com as categorias gênero e classe, como fatores de análise primordiais para compreender o cenário do trabalho doméstico.

No Brasil dos anos 1970, como já mencionado em diferentes ocasiões, havia uma ideia bem vulgarizada do "lugar" de negros e brancos (homens e mulheres) no mercado de trabalho. A função empregada doméstica, que detinha características bastante marcadas pelos princípios servis, herança das estruturas escravocratas, tendo como fundamento uma intensa exploração econômica e social, tornou-se, desde o início do século XX, uma das principais atividades remuneradas das mulheres negras. As capacidades intelectuais e profissionais desse grupo social eram, dessa forma, diretamente associadas aos vestígios de práticas do trabalho

compulsório. Assim, uma intersecção de gênero/raça foi definida nas relações entre patroas e funcionárias. Ambos os grupos de mulheres, tendo em conta o gênero, eram responsáveis pelo serviço doméstico, no entanto, devido ao "lugar" que foi atribuído a cada raça, essas mulheres administravam a atividade de maneira distinta e desigual (AZEREDO, 1989). A datar do início do século XX, as trabalhadoras domésticas que precederam as(os) escravas(os) domésticas, estavam sujeitas a uma jornada diária de tarefas baseado em hábitos e costumes abusivos. Na ausência de uma legislação trabalhista específica à categoria profissional, as patroas tinham o poder de determinar as modalidades do emprego. O cotidiano das funcionárias também era marcado por insultos raciais e violência sexual. A natureza opressora da ocupação bem com seu caráter íntimo e privado, vivido nos espaços das residências de famílias, facilitava diferentes atitudes de humilhação (BERNARDINO-COSTA, 2007).

Havia também um discurso segundo o qual o trabalho doméstico seria improdutivo para a Nação. A ideia provém de um princípio difundido, inclusive nos meios mais progressistas e de esquerda, de que as funções executadas pelas empregadas domésticas não estariam totalmente subordinadas à divisão do trabalho, principalmente quando tais atividades são comparadas com o trabalho assalariado dentro do modo de produção capitalista. A Lei nº 5.859/72 e o Decreto 71.885/73, do início dos anos 1970, concebem o emprego doméstico como "aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas".

Na obra *Emprego doméstico e capitalismo*, a autora Heleieth Saffioti (1978), importante referência bibliografia nas pesquisas de Edna, considerou – a partir do emprego de conceitos marxistas – que o salário pago para a realização do trabalho doméstico em residências é algo gerado pelo sistema capitalista, contudo essa simples troca de dinheiro por trabalho (salário) não introduz obrigatoriamente essa atividade na definição de produtivo. Apesar de não o considerar uma atividade improdutiva dentro do sistema capitalista, devidos às suas vinculações diretas como o assalariamento, para Heleieth Saffioti, as tarefas executadas pelas empregadas domésticas nas residências produzem uma força de trabalho definida por formas não-capitalistas, pois a exploração exercida sobre essa categoria profissional não pode ser transformada em capital. Conforme essa lógica exposta pela autora, no trabalho doméstico não existe circulação ou troca do resultado do trabalho com um

propósito lucrativo. "O dinheiro que se mobiliza com esse tipo de emprego é considerado renda pessoal, e não capital."[208] (PEDRO, MELO, OLIVEIRA, 2005, p. 136)

Influenciada por conceitos que faziam parte de seu cotidiano de estudante em Psicologia e militante dos movimentos de esquerda, Edna iniciou então sua pesquisa de mestrado. Logo após, ela se tornou militante do Movimento Negro Unificado (MNU).

> Duas mulheres que vinham de mundos diferentes, do ponto de vista da sua origem racial, do ponto de vista da sua classe social, e que tinham um processo de convivência muito estreito, muito próximo, dentro do espaço da casa né. (...) O lugar de trabalho da empregada doméstica era um lugar privado, (...) a casa. (...) Quais são as consequências para essa trabalhadora de viver num lugar não apenas sob o controle do patrão, do ponto de vista de uma fábrica, por exemplo, mas que é a própria residência do patrão? Em uma relação em que ela tinha contato e conhecimento com o que havia de mais secreto e de mais íntimo das pessoas? (...) Eu queria utilizar tanto a economia política das categorias do marxismo quanto a psicanálise. Eu queria trabalhar com essas duas coisas. Estudar as relações entre patroas e empregadas. (...) Eu introduzo a questão de gênero, porque relação entre mulheres, e imaginando que na grande maioria dos casos eu iria trabalhar com mulheres que iam ser de raças diferentes. (...) Comecei a trabalhar com a ideia do estigma, era um conceito que eu trabalhava. Tinha lido em Freud, a noção de tabu. Então eu imaginava que os preconceitos que as empregadas domésticas eram sujeitas tinham a ver com o tipo de trabalho que elas desenvolviam ao lidar com as excreções corporais das pessoas: o sangue, as fezes, as excreções corporais. Eu queria misturar noções de classe e essas noções que vinham do campo da psicanálise. Na hora de fazer o trabalho de campo (...) entrevistei uma senhora que tinha sido da direção do Sindicato das Empregadas Domésticas aqui em São Paulo e do MNU. Aí eu comecei a me interessar e conversar com o pessoal do MNU (...). (...) Coisa que era um interesse de pesquisadora, foi se tornando muito mais importante do que a vida acadêmica. Aí eu acabei me tornando militante do movimento negro. (ROLAND, 2014)

Por razões diversas, Edna finalmente não concluiu o mestrado. Inaugurou, contudo, sua trajetória política no interior do Movimento Negro Unificado. No momento das primeiras eleições estaduais diretas, passou num concurso para psicóloga da rede pública de saúde do Estado de São Paulo. Em 1984, participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo e, alguns anos depois, tornou-se membro do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Em 1988, foi uma das fundadoras do Geledes Instituto da Mulher Negra.

---

[208] Observando a divisão sexual do trabalho, Heleieth Saffioti verificou também como certas mulheres que ocupam os espaços públicos devem combinar essas atividades com o espaço privado, ou seja, as mulheres deveriam ter a capacidade de desempenhar as suas funções políticas e profissionais, mas também as suas funções domésticas.

7 Considerações finais

A leitora, ao final desta tese, deve estar se interrogando: qual elemento une as mulheres negras descritas nesta pesquisa? Em primeiro lugar, uma trajetória marcada pela inserção nos espaços acadêmicos nos anos 1960-1970, no qual foi consolidada uma ação política nas organizações de esquerda opostas à ditadura. Em segundo lugar, uma importante atuação enquanto militantes feministas e antirracistas no processo de democratização do país (com exceção daquelas que foram assassinadas ou que apresentaram posteriormente graves problemas de saúde devido às torturas, como é caso de Maria Diva de Faria). Como foi analisado nos capítulos desta tese, é possível supor que os grupos de operários, camponeses, soldados de baixa patente, religiosos e leigos que participaram da resistência como simpatizantes, militantes ou líderes eram, em grande parte, negros e negras, apesar das práticas de silenciamento e invisibilidade social a que foram submetidos. Qual interpretação, porém, deveríamos atribuir para os círculos de estudantes? É, por esse motivo, que objetivei investigar histórias de vidas de universitárias.

No artigo intitulado *Intelectuais Negras*, a teórica estadunidense bell hooks propõe uma reflexão sobre a atividade intelectual,[209] a fim de adquirir um conhecimento minucioso dos recursos que ela oferece para intensificar a experiência: construir sua identidade subjetiva, compreender a história e a realidade contemporânea, agir sobre o meio social e, por fim, descolonizar e libertar o pensamento dos povos oprimidos e/ou explorados. Em outras palavras, Hooks (1995, p. 466), parafraseando o termo psicanalítico de Alice Miller, "testemunha esclarecida", mostrou como a observação analítica pode oferecer os instrumentos necessários para analisar as relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si e, por intermédio dessa análise da sociedade em geral, as mulheres negras podem, prontamente, conceber um discernimento de suas próprias vivências, bem como uma prática política insurgente. Um princípio que foi frequentemente legitimado pelas mulheres negras brasileiras, principalmente no que concerne às demandas por alfabetização e por formação profissional já apontadas pela presidente do Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950, como um instrumento de emancipação e de valorização da "gente de cor" (NASCIMENTO, 01/1950, p. 11), e às demandas por qualificação acadêmica. Destacam-se, portanto, desde o início do

[209] Entendido aqui como um exercício que manipula as ideias além dos limites dedutivos e, de modo igual, essas ideias devem estar em correlação com uma cultura política vasta.

século XX, várias iniciativas individuais e coletivas tendo por objetivo fundamental proporcionar o acesso e a permanência dessas mulheres nas universidades brasileiras.

Na sua autobiografia, Thereza Santos (2008, p. 18-19) mencionou como se tornou, progressivamente, sua própria "testemunha esclarecida", um entendimento que, na sua opinião, se deu principalmente devido ao trabalho intelectual, ou seja, às discussões e às leituras que eram frequentes no espaço doméstico.

> Comecei a perceber as diferenças e a questionar meu pai, que conversava muito comigo e me explicava a realidade do negro no Brasil, falando da discriminação e do preconceito. Para mim eram duas descobertas: a sabedoria do meu pai e a realidade do negro. (...) A cada dia aprofundava meus conhecimentos com meu pai. Ele comprava livros e mais livros sobre os negros, a escravidão, a sociedade e eu devorava tudo. Minha avó e seus ensinamentos me vinham à cabeça e me isolava, a leitura era o meu grande refúgio e ficava bem comigo mesma. Tornei-me uma grande observadora e a cada dia, a cada tratamento diferenciado aprendi a ser negra, mais negra e cada vez mais firme na busca de caminhos para mudar o mundo. (...) Uma guerreira, guerreira no sentido de lutar pela comunidade.

No entanto, o motivo pelo qual esse grupo social optou por se dedicar aos estudos universitários tem sido principalmente a ascensão social. De fato, durante o século XX, a grande maioria das famílias negras brasileiras viveu abaixo da linha de pobreza, um cotidiano marcado pela escassez de bens e recursos essenciais. No que concerne às oportunidades no mercado de trabalho, elas permaneciam submetidas às atividades servis baseadas na humilhação e na exploração econômica e, em nenhum momento, a sociedade brasileira teve um real interesse em outorgar-lhes os meios indispensáveis para se instruir, se inserir profissionalmente e se tornarem cidadãos informados. E isso, obviamente, prejudicou ininterruptamente a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a busca por alfabetização e educação formal (primária, secundária e universitária), em via de conseguir mérito pessoal e mobilidade de classe, sempre foi uma preocupação fundamental nas famílias negras. Acreditaram, geralmente, que por intermédio do ensino superior seus filhos, futuramente, evitariam uma penosa situação financeira. É por isso que elas investiam (e anda investem) imensamente na educação de seus descendentes, apesar das restrições materiais e das deficiências dos serviços sociais.

Ao falar sobre suas trajetórias enquanto estudantes, as entrevistadas mencionaram, em diferentes ocasiões, os esforços empenhados pelos pais no sentido de lhes garantir a conclusão dos cursos nas instituições de ensino superior. Além disso, outra realidade regulamente constatada nas narrativas é o fato de que várias delas declararam ter feito parte da primeira geração a ingressar na universidade. Nesse sentido, o rendimento escolar pressupôs um todo dinâmico e contínuo que se iniciou na família. Em virtude da origem social dos

sujeitos pesquisados (classes médias, classes médias baixas, ou simplesmente classes baixas,[210] com exceção de Helenira que teve um pai doutor em Medicina), e das distintas experiências de inserção de seus parentes no processo de distribuição de riqueza (acesso ao capital econômico e cultural), as mulheres negras exprimiram diferentes relatos de vida. Dessa forma, pensar sobre seus percursos escolares a partir do lugar ocupado pela família requereu, evidentemente, a análise das especificidades no interior desses círculos privados, uma vez que os lares são ambientes de proteção, reprodução e formação, na medida em que permitem que crianças e adolescentes se identifiquem com indivíduos ou com projetos.

Entretanto, essas histórias plurais também têm características comuns. Especialmente, no tocante às oportunidades de instrução e das estratégias de inclusão e permanência das crianças e adolescentes no processo escolar, o que ocorreu, sobretudo, através do tempo que os pais lhes dispunham par estudar, apoio e incentivo nos momentos difíceis. Nem sempre os adultos conseguiam superar os obstáculos financeiros e, assim, suas principais contribuições permaneciam fundamentadas no princípio moral da autoconfiança e da autoestima. Na maioria das vezes, eles intervinham simplesmente com uma palavra de motivação e/ou de felicitação por um objetivo atingido (SANTOS, 2006). Várias militantes relataram suas trajetórias enquanto estudantes trabalhadoras, sendo obrigadas a arcar com um emprego remunerado ainda no ensino fundamental, porém elas também se referiram com entusiasmo sobre os diferentes encorajamentos e declarações de orgulho que receberam por parte de seus parentes mais próximos.Isso posto, a educação foi aqui apreendida nos seus diversos espaços de socialização, o que representou tanto a escola e as universidades como as redes de relação com a família.

Diante do exposto, deve-se reconhecer que as famílias negras venceram diversas dificuldades econômicas e psicológicas para garantir ao conjunto de seus membros uma escolaridade completa. Diferentes limitações foram constatadas nas narrativas das mulheres negras, principalmente quando se tratou de pensar sobre as filhas das empregadas domésticas. Nesses casos, as barreiras adicionais, como também vários tipos de vulnerabilidades, eram ainda mais visíveis, já que essas profissionais trabalhavam durante horas inteiras no domicílio de um empregador privado e, nesses espaços, elas encontravam um cenário de economia informal totalmente desprovido de direitos e seguros sociais. Em 1950, Maria de Lurdes Vale

[210] Classe média e classe média baixa: militar, servidor público, autônomo e Classe baixa: empregada doméstica, operário, lavrador/caseiro/roceiro, pedreiro/pintor etc.

Nascimento, presidente do Conselho Nacional da Mulher Negra, escreveu sobre a situação das empregadas domésticas:

> É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça moral possam existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair no serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e post-parto sem maternidade, sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás, pior do que nos tempos da escravidão. (NASCIMENTO, 07/1949, p. 03)

As trajetórias de muitas mães foram citadas nas entrevistas como caracterizada pelo trabalho doméstico no domicílio de uma família. Algumas delas, sem recursos pecuniários, foram obrigadas a viver com suas filhas nas residências dos patrões. Neusa das Dores Pereira relatou a maneira penosa como lhe foi fornecido os recursos materiais e temporais necessários para a realização de seus estudos primários e secundários. Mas Neusa também apontou a tenacidade dessas mulheres empregadas domésticas perante a intenção da sociedade em geral em assegurar ou mesmo intensificar as desigualdades de raça, gênero e socioeconômicas:

> Eu sou filha de uma empregada doméstica, uma mulher muito pobre. É a trajetória das mulheres negras, (...) com raríssimas exceções. E fui criada a maior parte da minha vida sem casa, e a minha mãe trabalhava [e vivia] comigo nas casas de família. (...) A minha mãe era uma mulher extremamente altiva, (...) tinha noção de que eu tinha que estudar, se eu assim quisesse. (...) O fato de morar no quarto da empregada, normalmente, é o quarto do bagulho né, onde se põe as coisas, os livros estavam sempre lá (...), e eu (...) ficava lendo. Vinha da escola, de tarde, ficava lendo. (PEREIRA, 2015b)

Sem tardar, Neusa das Dores narrou igualmente suas estratégias para manter um estado de espírito otimista, assim como um quadro propício aos estudos e às aprendizagens, mesmo diante dessa situação econômica desfavorável marcada pela incerteza e insegurança. Nesse quarto de empregada – versão contemporânea da senzala – ela relatou seu acesso à obras de literatura russa e seu empenho em se instruir através dessas últimas. Abandonados pelo empregador de sua mãe, esses livros, em suas próprias palavras, eram velhos, rasgados e cheios de traças, mas, em contrapartida, eles eram igualmente uma fonte de satisfação, pois independentemente do seu estado físico Neusa tinha a oportunidade de conhecer diferentes autores originais. Ela afirmou:

> Na casa das patroas eu ouvia muita coisa, eu sempre fui muito aguçada, sempre tive uma curiosidade imensa. Para você ter uma ideia, aos trezes anos, eu sabia literatura russa como ninguém. (...) O patrão da minha mãe deixou um monte de autores russos lá [no quarto da empregada], (...) ele não queria mais, uns livros cheios de traças. (...) Alguns patrões me achavam interessante, (...) e me presenteava com livros, e também me deixavam ter acesso às outras bibliotecas que eles tinham dentro de casa, mais sofisticadas, me chamavam para conversar. (Ibidem)

Haja vista a residência permanente da família no local de trabalho, a professora expôs as astúcias profissionais empregadas pela sua mãe, visto que, normalmente, alguns patrões autorizavam a estadia das crianças e das adolescentes na expectativa de que as jovens também exercessem compulsoriamente o serviço doméstico, sem que isso significasse o pagamento de dois salários.

> Minha mãe fazia um trato com as patroas dela. Eu vou ganhar tanto, a senhora desconta tanto, que é a pensão da minha filha par ela comer e dormir aqui. (...) Não pensa que a senhora contratou duas empregadas pelo preço de uma. A minha filha não faz nada pra ninguém. A minha filha está comigo, mas ela só estuda. Não mande ela na padaria, não mande ela em botequim, ela não compra cerveja, ela não compra cigarro (...). Ela só fica comigo. Ela só faz o que eu pedir. Se eu não pedir nada, ela nada vai fazer. Ela vai estudar, ela vai fazer o que ela quiser. Isso já é de uma altivez, para época. É uma mulher que só tinha o segundo ano primário de uma altivez muito grande. (...) Ela cuidava de mim porque ela queria que a filha dela fosse alguém na vida. (Ibidem)

Neusa das Dores falou de forma pujante da dignidade inalienável da qual dispunha sua mãe, principalmente no que concerne ao seu eminente e prestigioso comportamento perante seus empregadores. Esse tipo de relato, retratando os esforços e as abnegações, bem como as insubordinações e as resistências das mulheres negras empregadas domésticas, também foi perceptível nas palavras da jornalista e politóloga Diva Moreira. Já que sua mãe teve que enfrentar ininterruptamente a obstinação da família empregadora em retirá-la da escola para, em seguida, empregá-la como doméstica e/ou babá na residência. Na verdade, essas histórias emocionantes sobre o desempenho de todas suas habilidades para superar as dificuldades, especialmente em referência às ações das mães, surgiram nas várias entrevistas realizadas no momento da pesquisa de campo. É também por essa razão que ao longo da escrita da tese foi atribuído uma importante atenção às dinâmicas familiares.

Assim, Diva Moreira explicou, durante uma entrevista concedida ao Museu da Pessoa, o ponto de vista de sua mãe sobre a importância de concluir os estudos. Contudo, para que isso fosse concretizado, ela também expôs, em que medida, ambas as mulheres foram obrigadas a exceder várias barreiras pecuniárias e morais, ainda que no seu caso Diva participasse cotidianamente das atividades domésticas, não por imposição materna, mas em razão da enorme sobrecarga das tarefas diárias. A jornalista percebia a situação fastidiosa na qual se encontrava sua mãe todos os dias e, consequentemente, assumia alguns afazeres rotineiros. Um ato de ajuda mútua que, de acordo com suas palavras, podia por vezes afetar sua escolaridade, pelo menos na percepção da sua mãe, que pretendia absolutamente garantir o tempo completo de estudo. Diva narrou:

> Eu nasci na casa de família e só fui sair de casa de família com 17 anos de idade. E eu ajudava ela nas tarefas de domésticas. Então eu posso falar numa boa que eu

> também fui empregada doméstica. Apesar de não viver aquilo, não era o meu salário. E eu tinha que estudar então era aquela loucura. Porque eu tinha que arrumar tempo para trabalhar também. (...) Naquele momento da história social do país as empregadas domésticas morriam de trabalhar. Eu via a situação da minha mãe. Então era aquela loucura. Eu tinha que ajudá-la. Ela não queria que eu ajudasse muito para não prejudicar o meu estudo. Porque o grande sonho dela, o grande projeto dela é que nós estudássemos. (MOREIRA, 2005)

Nessas condições, Diva Moreira, ainda menor de idade, era constantemente confrontada com a necessidade de encontrar um equilíbrio adequado entre o tempo de trabalho e o tempo dedicado aos estudos primários e secundários. E infelizmente seu caso não é isolado, pois foi reportado em várias trajetórias das militantes negras comprometidas com a oposição ao regime autoritário em vigor. Além disso, segundo Diva, a família empregadora contestava repetidamente a sua escolaridade, sob o pretexto de que as mulheres negras não precisavam alcançar um bom nível de estudo. Seu relato é, dessa forma, indicativo da situação instável e insuficiente em que se encontrava a educação das jovens negras brasileiras. Ela declarou:

> Frequentava a escola. Isso aí ela engolia cada bucha, porque nesta casa eles queriam que eu fosse babá dos bebês que estavam nascendo na família. (...) Eu me lembro assim como se fosse hoje: "Não, negro não precisa estudar. Até o quarto ano está bom." (....) Eles não queriam que eu estudasse depois da quarta série primária. E aí, a minha mãe [disse] não. Ela fazia todo o serviço para que eu tivesse o tempo para estudar. Então foi uma sobrecarga muito grande para ela, mas valeu a pena para nós duas. (Ibidem)

Sobre sua experiência como empregada doméstica ainda na infância, Maria Diva de Faria (2015) acrescentou:

> No tempo da minha mãe, eu sentava junto com a filha dela na mesma carteira. Mas independente de conhecimento ou de qualquer coisa. Eu sentava, estava estudando. Estava no segundo ano do primário, ou no terceiro ano do primário. (...) Eram as duas juntas. Depois que deu o episódio da minha mãe rompeu. Eu fui para lá, mas fui tirada da escola. Fui tirada da companhia da filha. Aí fui ser escrava lá da menina, com (...) doze anos. Aí eu era assim, lá. Tinha despertador. Tinha que levantar cinco horas com a cabeça cheia de piolho. Não dava conta de pentear e de cuidar. Aí eu fazia café para a Carolina ir no lombo do burro, com um dos alunos que ia levar ela puxando o burro lá na escola. Para ela estudar, a Carolina. Era relativamente perto. E eu aqui na escravidão, o que eu fazia?

Diva Moreira e Maria Diva de Faria narraram as dificuldades encontradas para a conclusão do ensino primário, e como a sociedade em geral rejeitava a escolaridade da população negra, temendo que o simples fato de aprender a ler, escrever e contar proporcionasse uma relativa igualdade social e, acima de tudo, se tornasse um instrumento para se questionaras relações de poder e a construção de subjetividades hierarquizadas, e isso, indiscutivelmente, era inimaginável para um grupo social que pretendia preservar o controle sobre aquelas que até recentemente eram suas propriedades. As famílias empregadoras, nesse

sentido, insistiam na consciência cultural coletiva em considerá-las como "inatamente" mais aptas a servir e a cuidar dos outros. O campo do saber e do pensamento crítico, em suas opiniões, devia permanecer "interdito" às jovens negras e, de fato, todo um conjunto de ideias e práticas sociais operavam para lhes negar a oportunidade de se direcionar para uma "vida da mente". Tratava-se de um inalterável preconceito anti-intelectual, segundo o qual as estudantes filhas de empregadas domésticas (residentes ou não na casa dos patrões) teriam uma capacidade mental ínfima e, por isso, seria normal inibir e/ou duvidar quando optavam por se instruir, levando-as a suportar todo tipo de constrangimento para provarem que eram dignas de estar nesse "lugar".

Mas atingir níveis altos de estudo, apesar das expectativas das comunidades negras, não significava, obrigatoriamente, a admissão futura em funções bem remuneradas. Em 1986, o documento intitulado *Mulher Negra: Dossiê sobre a discriminação racial*, produzido pela Comissão da Mulher Negra do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF),[211]denunciou a condição precária do trabalho doméstico, assim como denunciou as barreiras sociais que lhes vedavam qualquer forma de mobilidade ascendente, mesmo nos empregos para os quais não se exigia formação acadêmica. Nesse texto, as autoras expuseram o status inferior das mulheres negras no mercado de trabalho, onde desempenhavam (e ainda desempenham) atividades menos qualificadas e com salários insignificantes, sobretudo no que diz respeito àquelas submetidas ao domínio privado (casa das patroas) e, além disso, encaravam um quadro de subserviência devido à total ausência de direitos trabalhistas. Em seguida, as autoras mencionaram as experiências discriminatórias cotidianas quando as mulheres negras diplomadas almejam a mobilidade social, isto é, no âmbito profissional exercem trabalhos intelectuais ou ocupam cargos superiores de chefias e lideranças. Por fim, as autoras criticaram a recusa sistemática em legitimá-las em certas ocupações assalariadas que, apesar de não serem bem remuneradas, são voltados para o contato direto com o público (SÃO PAULO, 1986). Estipuladas determinadas características estéticas nas funções como vendedoras, recepcionistas, secretarias e governantes, as brancas e amarelas são predominantes (BENTO, 1995).

O segundo ponto também foi analisado, um pouco mais cedo, ainda durante a ditadura militar, pela antropóloga Lélia Gonzalez.(1983). No artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, a autora expôs o cotidiano vivenciado pelas mulheres negras da classe média, em

[211] Marly de Souza Corrêa foi a coordenadora e, entre as autoras do dossiê, são encontrados os nomes de Deise Benedito, Elza Maria da Silva, Ilma Fátima de Jesus, Maria Lúcia Silva, Maria Lúcia da Silva, Solimar Carneiro, Sonia Maria P. Nascimento, Sueli Carneiro e Vera Lúcia Benedito.

sua opinião, em número crescente, mas que mesmo sendo "educadas" ou estando "bem vestidas" são repetidamente discriminadas, pois, em geral, elas se confrontam com anúncios de emprego que destacam a frase: "Exige-se boa aparência". No entanto, "'boa aparência', como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria 'branca', unicamente atribuível a 'brancas ou clarinhas'." (GONZALEZ, 1983, p. 230) E embora nem sempre os empregadores e seus representantes explicitem seus critérios raciais, esse tipo de prática ocorre de maneira ordenada e gera fortes obstáculos à mobilidade profissional das negras. Arabela Madalena, sobre o período em que foi estudante do curso de Geografia na UFMG, narrou sua tentativa de se tornar secretaria:

> Antes de eu ser presa, eu trabalhava com uma moça que era filha do cônsul da Espanha em Belo Horizonte. Eu tava fazendo uma pesquisa (...) sobre a cidade industrial, a cidade industrial de Contagem. Não tinha jeito dela me contratar como pesquisadora, eu era estudante. Ela falou:"Arabela, vou fazer o seguinte, eu sei que lá no Conselho de Desenvolvimento tem uma vaga pra ser secretária do (...) chefe da contabilidade. Eu vou falar com ele que você vai lá fazer um teste tá, aí você vai e faz o teste com ele entendeu." Aí eu fui e fiz, advinha o que ele falou pra mim? Que eu não passei no teste de datilografia (risos). Ele falou:"Ah tudo bem, tudo bem, mas você não foi bem no teste. Não passou no teste de datilografia." A minha amiga (...) não fez nada. Ia falar o quê? (...) Qual argumento? (...) Por que ela é negra e não sei o quê? Aí ele ia falar:"Você está pirada menina, olha o teste de datilografia dela." (...) Quem é (...) o chefe da contabilidade que tem uma secretária negra? Era muito revolucionário né, essas coisas. (MADALENA, 2015)

Imagine então quais eram as experiências daquelas que optaram por ingressar no ensino superior e que, em tal caso, se reivindicaram posteriormente como intelectuais, tanto na esfera das ações profissionais quanto na esfera das ações militantes, assumindo, dessa forma, uma presença explícita em atividades historicamente reservada aos homens brancos? Após superar os contratempos do processo de ingresso nas formações universitárias e, em seguida, inserir-se nos movimentos políticos, apesar da ausência de uma rede sólida de contato e de apoio, já citado por Anzaldúa (2000) como uma realidade frequente na trajetória das mulheres não brancas, elas obtiveram, ainda no período autoritário, mas sobretudo no período de redemocratização, um acesso parcial a determinados espaços. Contudo, as mulheres negras universitárias e ativistas continuaram sendo socialmente percebidas como intelectualmente inferiores. E, obviamente, "chamar isso de racismo e sexismo combinado faz com que sejamos vistas como intrusas por colegas de perspectivas estreitas." (HOOKS, 1995, p. 468) Diante dessa perspectiva, só lhes restava então a opção de se submeter a uma perpétua exigência em termos da capacidade de criar diferentes estratégias de sobrevivência. O trabalho intelectual não é naturalmente considerado uma atividade vinculada à comunidade negra. Em consequência, para garantir a permanência e um suposto reconhecimento, essas

mulheres eram obrigadas a qualquer momento a prestar contas ao conjunto de seus pares, e quando essas justificativas não se idealizavam de forma verbalizada, elas deviam ser expressas através de gestos, atitudes e sentimentos. Na verdade "há uma resistência a aceitar que o negro 'saia do seu lugar'." (SANTOS, 2006, p. 165)

Tais dinâmicas eram evidentes no espaço universitário, considerando que as militantes negras tinham por objetivo conquistar um setor de atividade profissional prestigioso e influente e, por intermédio de seus diplomas universitários, elemento apto a legitimar suas intervenções na qualidade de "analistas autênticas", tinham por objetivo se tornarem protagonistas dos processos sociais enquanto sujeitos políticos. Com efeito, o fato de se aplicarem na realização de trabalhos intelectuais foi visto, nos relatos do conjunto das entrevistadas, como uma prática capaz de as introduzir na cena pública enquanto personagens principais e especialistas de suas manifestações específicas e de suas iniciativas que visavam expressar suas histórias e experiências. Elas tinham plena consciência de que somente os grupos sociais inseridos no campo científico-acadêmico e, dessa forma, tendo o domínio do conhecimento concebido pelos institutos de pesquisa e universidades, eram validados pela sociedade em geral como agentes da produção de saberes. Nesse sentido, os contornos da luta pela emancipação das mulheres negras, a partir de suas inclusões no paradigma convencional de formação intelectual, não seriam mais definidos por indivíduos com vivências externas às suas realidades, mas converter-se-ia em ações implementadas por aquelas diretamente afetadas pelo sistema de opressão e exploração.

Os parâmetros da filosofia acadêmica, porém, emergiram paralelamente aos parâmetros de certificação da racionalidade eurocêntrica, fazendo com que a interpretação sobre a aptidão de um indivíduo em formular um raciocínio lógico permanecesse restrita ao grupo hegemônico branco. As ciências, por esse ângulo, foram utilizadas como instrumento na legitimação do caráter colonial/eurocêntrico do conhecimento, uma vez que fundamentada na ideia de *modernidade* coordenaram complexamente algumas noções elementares: a "naturalização" das relações sociais (conquistadores/conquistados – superior/inferior) no sistema liberal-capitalista; o ponto de vista universal da história articulada à noção de progresso; a supremacia da compreensão ocidentalvis-à-vis de todas as outras cosmologias e saberes. Assim, o conhecimento e a produção do conhecimento europeu (categorias, conceitos, perspectivas) foram ratificados como único conhecimento válido e objetivo, gerando, além disso, uma nova concepção temporal da história, a qual fixou as populações

dominadas (negros e índios), bem como suas existências plurais (forma de ser, forma de organização social e forma de pensamento) no plano pré-moderno, isto é, no passado.

Após alocar diferentes povos, cada um com suas singularidades respectivas, a identidades raciais negativas, e incorporar suas expressões tão diversas e heterogêneas, doravante julgadas carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, ao sistema-mundo regido pela Europa, esse espaço geográfico organizou a humanidade (tempo e espaço) de acordo com o seu modelo histórico-cultural.[212] Logo, sua norma se tornou o *locus* privilegiado de enunciação e, nesse sentido, a atividade intelectual, isto é, o uso da mente, do argumento, da inteligência e da reflexão, foram discernidas como qualidades intrínsecas ao branco. Aliás, vale ressaltar, por último, que as ciências, respaldadas no padrão eurocêntrico de referência para analisar o conjunto das realidades e regulamentar o *deve ser* dos indivíduos, de acordo com Lander (2005), tornaram-se inaptas a representar as orientações cognitivas (raciocínio, imaginário, linguagem, percepção, memória) das coletividades não incluídas no pensamento ocidental. Sua interpretação dos processos histórico-culturais rejeita qualquer forma de gnose, comportamento, símbolo e prática social diferentes daqueles inicialmente postulados. Na verdade, o exame dos grupos sociais não brancos frequentemente contribui para camuflar, negar, subordinar ou eliminar a integralidade de suas experiências e manifestações. Ao definir essas últimas como primitivas, como inscritas em uma marcha contínua em direção à modernidade, recusa-lhes toda viabilidade de coerências culturais ou cosmovisões próprias.

Lélia Gonzalez, em 1983, criticou as categorias analíticas em Ciências Sociais e sua incapacidade em explicar as experiências das mulheres negras. Sua trajetória é caracterizada por atividades intelectuais e ativistas, sendo que, em 1958, graduou-se em História e Geografia pela Universidade do Estado da Guanabara (atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ) e, em 1972, começou a ser vigiada pelo Dops, momento em que se tornou suspeita de "recrutamento de adeptos à doutrina marxista". Esse pressuposto de ação subversiva ocorreu, sobretudo, em razão dos debates filosóficos que Lélia organizava em sua residência e, logo após, em razão da sua atuação intelectual transgressiva, até mesmo nos espaços abertos de enfrentamento político, e da sua participação nos movimentos sociais (RATTS& RIOS, 2010).

> O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos

[212] Um meta relato universal, uma ideia-imagem da história da humanidade como um percurso que se inicia em um estado de natureza, índios e negros, e se termina, ou seja, atinge seu apogeu, na civilização europeia ou ocidental.

> falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações (GONZALEZ, 1983, p. 225)

É possível supor que tais princípios também eram em grande medida difundidos nos movimentos de esquerda, especialmente quando consideramos que foi nas esferas acadêmicas que os grupos resistentes recrutavam seus principais militantes e líderes políticos. No decorrer de suas trajetórias nas universidades brasileiras, as entrevistadas aderiram às organizações opostas ao regime ditatorial, uma ação compreendida como um meio de criar uma sociedade mais justa e igualitária, na qual seriam propostas novas categorias de pensamento não submetidas aos critérios da racionalidade ocidental imperialista, reconhecendo-as como responsáveis pelos processos de inversão de sua condição subalterna. Contudo, as informantes relataram diferentes práticas sexistas e racistas tendo por consequência o estabelecimento de situações de incerteza, insegurança e exclusão. Desafiando o papel tradicional reservado as mulheres e aos negros, sobretudo aqueles relativos à passividade e à submissão, as entrevistadas intervieram no movimento estudantil, partidos e sindicatos, além de terem se engajado em organizações clandestinas e na luta armada e, no final do período autoritário, terem feito parte de iniciativas visando a formar o movimento pela anistia. No entanto, nos grupos dos quais participaram havia diferentes barreiras e, em geral, suas atuações não eram completamente absorvidas.

A crítica aos valores e comportamentos discriminatórios (machistas e racistas) era apreendida como secundária face às grandes exigências da instauração de uma sociedade socialista, assim, Arabela Madalena afirmou que durante sua militância no Partido Comunista lhe foi direcionada a seguinte interrogação: "você é comunista negra ou negra comunista?" Ao que ela respondeu: "claro que é negra comunista. Eu nasci negra, o comunismo foi uma escolha." (MADALENA, 2015) Ademais, era comum as práticas militantes se inscreverem em uma certa lógica de "divisão sexual" do trabalho revolucionário. Jules Falquet (2003), ao analisar o contexto salvadorenho, mas reconhecendo semelhanças nas diferentes lutas da América Latina, afirmou que os dirigentes e os intelectuais (responsáveis pelas análises da conjuntura e produção textual) das organizações políticas eram quase que exclusivamente homens e, dessa forma, embora o cenário de conflito exigisse que todos os engajados fossem polivalentes, as mulheres, frequentemente, estiveram sobre a autoridade de indivíduos do sexo masculino. Edna Roland (2014) fez referência à essa dinâmica no contexto brasileiro:

> Todos os meus assistentes, o assistente é uma pessoa que está supostamente num nível hierárquico acima de você na organização, em Belo Horizonte e depois aqui em São Paulo, todos os meus assistentes foram homens. Eu não tive uma assistente

> mulher, depois eu cheguei a ser assistente de um companheiro e de uma companheira separadamente. Eu fui assistente por algum tempo, mas eu nunca tive uma assistente mulher né, então eu creio que nos lugares de comando da organização, esses lugares eram fundamentalmente ocupados por homens.

Outras características comuns à "divisão sexual" do trabalho revolucionário foram apresentadas nas narrativas que atestam a grande intervenção das mulheres em atividades militantes orientadas para o ensino, a saúde e a propaganda. Ocupações que, de maneira geral, elas já precedentemente realizavam na vida cotidiana, segundo a perspectiva do trabalho "produtivo" tradicional. Por outro lado, os relatos também afirmam que suas formações profissionais anteriores nem sempre foram reconhecidas. Eram-lhes atribuídas tarefas de acordo com suas "habilidades", mas os prévios esforços indispensáveis a suas aprendizagens não eram legitimados, e a origem patriarcal das distribuições de tarefas entre homens e mulheres não era questionada. O trabalho revolucionário realizado por uma mulher, como mencionou Edna Roland ao analisar coerências no ato da repressão perpetuado em sua residência, tinha mais chances de ser desvalorizado, visto apenas como "problema ideológico" da militante, suas interrogações foram invisibilizadas e minimizadas. Na continuidade, Edna contou que uma quantia de seu salário como secretária era mensalmente entregue à organização, além de efetuar contribuições financeiras para que suas companheiras pudessem abortar. Tais procedimentos, na sua opinião, eram considerados quase que como seu dever ou como simples suporte aos colegas. No âmbito do trabalho remunerado como meio de sobrevivência, as informantes descreveram uma significativa precariedade no que diz respeito à inserção profissional, à rotina intensa dos serviços, à duração e à interrupção dos empregos.

Ainda que tenham executado missões extremamente perigosas, como a transmissão de informações secretas, o abastecimento de materiais, o transporte de pessoas, mensagens e armas, os assaltos e sequestros, além do próprio combate armado, as mulheres tendiam a assumir tarefas mais monótonas e repetitivas, em particular aquelas relativas ao ato de cozinhar e limpar os espaços coletivos. O fato de cuidar da saúde de um companheiro ferido, da alimentação diária de um indivíduo ou do conjunto do grupo e da arrumação de bens pessoais, como lavar roupa e costurar, era percebido como uma prática feminina oriunda de um "dom natural". Desempenhos emocionais, como amparar as famílias e chorar os mortos e desaparecidos, ou mesmo acolher filhos de outros militantes, bem como desempenhos físicos cotidianos com o objetivo de assegurar o bem-estar dos outros, sobretudo dos homens, não eram, nesse sentido, tidos em alta conta. Aliás, sofrer por um ente querido tinha a tendência de ser visto como símbolo de humilhação, inferioridade e fraqueza. Vale ressaltar também que

gravidez e a maternidade eram julgadas como incompatíveis com a ação política, podendo ocasionar a saída do grupo, a entrega da criança a outras pessoas ou dificuldades futuras de reintegração. Derlei de Luca e Elzira Vilela narraram sobre os episódios de repressão nos quais foram coagidas a deixar seus filhos com outras mulheres (no primeiro caso com uma conhecida e no segundo caso com um membro feminino dos órgãos militares), assumindo sozinha o peso emocional, a tristeza, o medo, as complicações, os julgamentos relativos ao ato de "abandonar".

Suas atuações na militância, conforme Falquet (2003), eram constantemente ameaçadas por normas que as faziam pensar no "o que dirá os outros", por condutas ciumentas dos maridos e namorados e por atitudes de insatisfação dos pais que, possivelmente, podiam se opor à escolha de suas filhas. Várias entrevistadas declararam que suas inserções nos movimentos sociais foram posteriores a de um homem, ou seja, seguiram indivíduos do sexo masculino que lhes eram próximos com o objetivo de descobrir suas atividades políticas e, somente após algum tempo, foram capazes de discernir completamente os desafios da causa. O responsável pelo grupo também podia ser um membro da família, como foi citado por Maria Tavares dos Santos, ao se referir ao seu marido quando visou a incluir temáticas feministas no Partido Comunista. Assim, as relações do trabalho revolucionário, em certas ocasiões, tendiam a ser moderadas pelos vínculos de parentesco. Neusa das Dores Pereira contou sua precaução em abandonar sua mãe ou mesmo colocá-la em perigo caso fosse presa, mostrando o quanto as mulheres se sentiam comprometidas com a segurança de seus semelhantes. Utilizando a expressão de Jules Falquet (2003, p. 118), elas não foram consideradas como "trabalhadoras revolucionárias em período integral", porém durante a ditadura, é certo que tiveram que conciliar suas obrigações familiares (mães e esposas), profissionais e de militância política. Finalmente, mesmo aquelas que assumiram posições de poder hierárquico superior foram vítimas de assédios, chantagens e violência sexuais.

Diante do exposto, no período de redemocratização, os homens, em particular os brancos, que anteriormente tinham ocupados postos e/ou dirigido ações mais prestigiosas e visíveis, foram imediatamente apontados como os mártires e os heróis da resistência e, por isso, os sobreviventes desse grupo social assumiram papeis importantes nas instâncias públicas e privadas que se reorganizavam. Nesse cenário, a retribuição material e simbólica foi frequentemente negada às mulheres, sendo a atuação das negras invisibilizada e desqualificada, processo que as excluiu completamente dos méritos, das recompensas e

mesmo da história. Todavia, elas foram vítimas de perseguições, prisões e torturas, abandonaram projetos pessoais, em especial, os estudos, vivenciaram situações econômicas precárias, permaneceram clandestinas e foram coagidas ao exílio, e ainda conforme Falquet (2003, p. 119), é possível supor que as mulheres não receberam a mesma assistência diante dos riscos. Além disso, as militantes negras sofreram violências diretamente relacionadas ao seu gênero e raça. Por fim, a missão de lutar pelos presos políticos, como o movimento de anistia, partiu de suas iniciativas.

À luz dessas constatações, considero nesta pesquisa que as mulheres, especialmente as negras, no contexto de suas atuações opostas à ditadura, tiveram que superar diferentes obstáculos de ordem material, moral e psicológica intrínsecos à sua condição subalterna na sociedade. No entanto, penso também que foi no âmbito dos grupos resistentes de esquerda, perante diferentes discursos de negação de suas capacidades intelectuais e militantes, bem como perante a "divisão sexual" do trabalho revolucionário, o qual rejeitava suas especificidades, que as informantes inicialmente tornaram-se sujeitos políticos da luta antirracista e feminista. As experiências adquiridas nesses círculos foram, no conjunto das entrevistas, apresentadas como fundamentais para o êxito de suas ações futuras. Uma vez reduzida a polarização ideológica que marcou o regime autoritário, elas se articularam de maneira mais autônoma e intervieram com suas próprias demandas, atividades também orientadas para sua participação direta na gestão de políticas públicas, tendo a possibilidade, nessa nova conjuntura, de permanecer aliadas ou não às suas anteriores coletividades organizadas. Vejamos a seguir alguns exemplos de suas manifestações.

Em 1987, Diva Moreira foi membro fundador da Casa Dandara – Projeto de Cidadania do Povo Negro. Durante as entrevistas, a jornalista e politóloga mineira contou que no período ditatorial ainda não se identificava como sujeito político de tais lutas, embora tenha atuado em grupos consolidados por mulheres, principalmente no movimento pela anistia, e em grupos consolidados, em maior número, por negros, organizados em torno dos movimentos de bairros (ações pró-creches comunitárias), além de intervir enquanto especialista no Hospital Psiquiátrico de Barbacena e participar da realização do filme *Em nome da razão*, de Helvécio Ratton. No início dos anos 1970, quando realizou um mestrado em Ciências Políticas, despertou-lhe apenas um interesse teórico pela questão racial. No entanto, Diva afirmou que, desde os anos 1980, envolveu-se com as mobilizações antirracistas na cidade de Belo Horizonte. O projeto Casa Dandara, entidade da qual foi presidenta a partir de sua criação, teve como objetivo criar um espaço apto a associar o trabalho de construção da

consciência política negra com encontros direcionados à formação de discussões coletivas, dinâmicas de acolhimento da população de diferentes idades e níveis de escolaridades e atividades culturais. Entre 1998 e 2000, Diva foi titular da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra da Prefeitura de Belo Horizonte.

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos se posicionou como sujeito político da luta feminista desde meados dos anos 1970, momento em que atuou na composição dos grupos de reflexão, na coordenação da Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira, do Ano Internacional da Mulher, e na instituição do CMB. Em 1983, Santinha fez parte de uma comissão fixada pelo Ministério da Saúde que teve como finalidade fundar o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), resposta as denúncias contra práticas do corpo medical que viam as mulheres apenas como úteros gravídicos, fazendo com que o conjunto dos programas se orientassem para o cuidado materno-infantil. Assim, o projeto propôs um serviço público novo e diferenciado no que diz respeito ao tratamento da saúde das mulheres, o qual reivindicou um planejamento integral focado nas suas vivências desde a infância até a velhice, considerando os diferentes contextos emocionais e socioeconômicos: atendimento clínico-ginecológico otimizado, educação sexual, saúde mental, doenças causadas pelo trabalho dentro e fora do lar, controle de doenças transmitidas sexualmente, do câncer cérvico-uterino e mamário e assistência para concepção e contracepção.

Em outubro de 1986, foi uma das coordenadoras da Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher, evento que objetivou pensar a saúde, sem distinção de sexo, raça, idade ou classe social, como o direito a uma vida digna e plena, ou seja, a partir de uma noção mais ampla relativa às condições de trabalho, salários, educação, alimentação, moradia, lazer, meio ambiente etc. No Relatório Final, documento que em foi apresentado durante a entrevista realizada em 2015, observa-se que o encontro teve como resultado a aprovação dos seguintes eixos temáticos: assistência integral à saúde da mulher na perspectiva do sistema único de saúde, direitos da reprodução humana, aborto e sexualidade feminina. Um tópico denominado *Identidade da Mulher Negra* também foi proposto contendo diferentes reivindicações: ato de discriminar como crime inafiançável; no âmbito do trabalho interditar exigências de natureza étnico-racial; proibir que os meios de comunicação divulguem falas e imagens aviltantes à mulher negra; introduzir disciplinas no currículo escolar sobre a história dos negros brasileiros e história da África;garantir o direito de praticar as religiões afro-brasileiras;informar e promover acesso direto e ilimitado aos métodos

contraceptivos;condenar intervenções esterilizantes femininas, com fins de controle, sem acordo prévio da mulher; propiciar verbas para a promoção de estudos de doenças que atingem, em maior parte, as populações negras.

Dora Lúcia de Lima Bertúlio adquiriu consciência racial ainda na infância, em razão da precedente atuação de seu pai. Em 1985, iniciou o mestrado na UFSC com uma dissertação intitulada *Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racimo*. Nos anos 1980, tornou-se sujeito político da luta antirracista no espaço universitário. Em 1982, atuando enquanto procuradora jurídica da UFMG, a catarinense organizou atividades com um colega da instituição, a professora carioca Ana Maria Rodrigues, autora do livro *Samba Negro, Espoliação Branca,* publicado em 1984, e a partir de articulações com outros membros femininos do estabelecimento de ensino foi criado o Escritório de Mulheres e Mulheres Negras, uma denominação que, na opinião de Dora, devido à menção racial, chocou os funcionários da academia. O organismo, tendo por objetivo lutar contra o racismo, foi responsável pela coordenação de conferências e seminários, intervenções em programas de televisão, pesquisas no Arquivo Público, propostas de alterações nos currículos, leituras e debates com docentes e discentes etc. Em 1984, Dora mudou-se para Florianópolis com a intenção de iniciar a pós-graduação e, exercendo novamente a função de procuradora jurídica da UFSC, foi membro fundador do Núcleo de Estudos Negros. Nesse período, na qualidade de advogada, interveio nos grupos chamados de SOS racismo, os quais tinham como fins prestar assistência judicial às vítimas de crimes raciais.

Arabela Pereira Madalena tornou-se sujeito da luta feminista no início dos anos 1970, quando se exilou na França. Na Europa, conheceu a figura de Angela Davis e se relacionou com indivíduos negros oriundos de movimentos sociais latino-americanos, caribenhos e africanos. Atuou também na Facção Feminina do PCB que, em seguida, colaborou com a reorganização da Seção Feminina do partido, além de ter participado do Comitê de Mulheres Feministas no Exterior. Contudo, a geógrafa mineira afirmou que nas discussões e nas práticas políticas desses grupos o viés racial era ausente. No seu ponto de vista, o feminismo das mulheres brasileiras no exílio "não lidava com as questões específicas da mulher negra, nem da favela. Sobre a questão racial, nada. Eram mulheres!" (MADALENA, 2015) Não foi possível durante a escrita da biografia de Arabela aprofundar na temática, mas como já foi várias vezes explicitado na pesquisa, é preciso apreender com precaução alegações que nos conduzem a pensar na real inexistência das mulheres negras nos diferentes movimentos sociais, sejam eles nacionais ou internacionais. De retorno ao Brasil,

após um período em Moçambique, Arabela se situou como sujeito político da luta antirracista. Em 1981, integrou o Movimento Negro Unificado. Todavia, em vários relatos foi possível constatar uma crítica das informantes no que concerne às dinâmicas do MNU. De acordo com Arabela, "os representantes eram dos movimentos de esquerda então o Movimento Negro Unificado devia unificar todas essas tendências, só que era uma briga. Era muita divisão (...). Cada um queria levar [a] posição da sua organização política." (Ibidem)

Além disso, os pressupostos sexistas sobre papéis femininos também expressaram as expectativas dos movimentos negros quanto às obrigações cotidianas das mulheres, sendo estas impostas por homens, irmãos e filhos que, verdade seja dita, julgavam o ato de cuidar e de servir (com dedicação exclusiva, plena e integral) ser o seu dever natural. E esse princípio, o empenho para garantir o bem-estar de todos, se aplicou também para crianças e adolescentes negras. Em tal caso, as atividades intelectuais e militantes são secundárias aos afazeres domésticos, ao zelo da família e ao emprego remunerado e, quando essas mulheres conseguem se investir, normalmente, estão exaustas e sem energia. Somem-se as suposições sexistas sobre os papéis femininos/masculinos que similarmente manifestaram as expectativas dos movimentos negros no que se refere às "grandes mentes", visto que esse corpo social, conquanto vítimas do racismo, é promotor da crença que considera o campo das ideias e do saber pertencentes exclusivamente aos homens. Ao trabalho deles é atribuído um valor superior e, diante disso, a intelectualidade e militantismo das mulheres foram, por vezes, menosprezados e/ou ignorados, embora se observe uma narrativa histórica na qual as negras atuaram continuamente como ativistas e pensadoras críticas.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o patriarcado condena e pune as mulheres, ao passo que aprova e ampara os homens que optaram por se dedicar integralmente à atividade intelectual e militante. Aos homens negros é admitido, independentemente do seu status de classe, o direito de se isolar da família e da comunidade, executar um trabalho autônomo, e quando bem entender reintegrar o domínio afetivo e relacional e, além disso, mesmo se não lhes é logrado momentos ilimitados de solidão e de reflexão, principalmente para aqueles originários de famílias humildes e numerosas, como homens, eles dispõem – pelo menos no interior das comunidades negras – de uma legitimidade, sendo encarados como membros autênticos de uma tradição política vigente. Tais argumentos aparecem de maneira explícita nos relatos das informantes.

Edna Maria Santos Roland e Thereza Santos adquiriram consciência racial ainda na juventude. A primeira a partir de uma viagem que realizou nos Estado Unidos, no final dos

anos 1960, e a segunda nas relações cotidianas com seus familiares. Em 1981, Edna assumiu posição como sujeito político da luta antirracista, fato que se sucedeu ao iniciar uma pesquisa de mestrado direcionada às relações de gênero estabelecidas entre patroas, partindo do pressuposto que eram mulheres majoritariamente brancas, e empregadas domésticas que, na perspectiva de suas análises, eram majoritariamente negras. Assim, durante sua pesquisa de campo, a psicóloga entrou em contato com militantes do Sindicato das Empregadas Domésticas e do MNU e, a partir de então, se interessou pelas temáticas do movimento antirracista. Já Thereza se posicionou como sujeito político da luta antirracista em meados dos anos 1960, quando participou de várias atividades nas escolas de samba e, finalmente, em 1971, foi membro fundador do CECAN.

No início dos anos 1980, Thereza interveio na criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. A entidade foi instituída com o objetivo de auxiliar o Poder Executivo através da formulação de pareceres de governo nas esferas federal, estadual e municipal e, além disso, com o propósito de preconizar, nos âmbitos do governo, da Assembleia Legislativa do Estado e do Congresso Nacional, a criação de projetos de lei ou outras ações suscetíveis de garantir e expandir os direitos da mulher. E ainda fiscalizar e interceder em prol do cumprimento das disposições legislativas favoráveis às mulheres e intervir no contexto das denúncias a ele encaminhado. Por fim, o conselho devia empreender na produção de estudos, debates e pesquisas sobre as temáticas relativas à mulher e na promoção de projetos que contribuíssem para a sua participação nos diferentes espaços sociais e políticos. Os conselhos estavam vinculados ao poder local (estadual ou municipal), não sendo criados por lei e, consequentemente, permaneciam à mercê dos governos em vigor. De toda maneira, no decorrer da elaboração da Constituição, em 1988, o órgão assegurou uma dinâmica na qual as feministas obtiveram recursos suficientes para formular diretrizes e promover iniciativas destinadas à salvaguarda dos direitos da mulher e à supressão das medidas discriminatórias inscritas na legislação.

Em 1983, porém, o primeiro órgão de políticas públicas para as mulheres foi criado apenas com conselheiras brancas. Assim, as mulheres negras iniciaram diferentes estratégias de denúncia dessa ausência. Após realizar várias críticas, questionamentos e queixas, em 1984Thereza e Vera Lúcia Freitas Saraiva tornaram-se titular e suplente. Segundo Edna Roland, membro da Comissão de Saúde do CECF, a exclusão inicial era justificada com argumentos superficiais e incoerentes afirmando que as mulheres negras não possuíam um histórico de militância feminista, não estavam organizadas politicamente e, por fim, que seus

protestos e imposições tinham como propósito dividir o movimento feminista. À vista dessas alegações, foi consolidado em São Paulo, em 1984, o Coletivo de Mulheres Negras. Uma de suas integrantes foi Edna Roland que expôs a inexistência das especificidades das mulheres negras no Conselho como consequência do princípio universal do sujeito mulher.

O Coletivo de Mulheres Negras empenhou-se em supervisionar e intervir nas ações do CECF e denunciar a ausência das mulheres negras e do viés racial, além de pleitear para que a instância governamental aceitasse aumentar o número de conselheiras e, a partir de então, abrir um verdadeiro espaço para as suas atuações. Para as militantes do Coletivo, também era necessário reforçar a mobilização das mulheres negras, visto que a organização deveria auxiliar o mandato das conselheiras e, progressivamente, conceber e implantar na esfera administrativa propostas relativas às suas exigências, tornando-se, nesse sentido, um marco na institucionalização de suas demandas na esfera do Estado.

Em 1985, as conselheiras negras realizaram diferentes iniciativas visando a organizar a produção de textos, seminários, debates etc. No mesmo ano, foi concretizado o 3º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, em Bertioga, Estado de São Paulo, evento considerado um símbolo na discussão sobre as diversidades internas, aplicando-se também no emprego da noção de "feminismos", tendo como objetivo o reconhecimento de várias origens e perspectivas da mobilização de mulheres (brancas, negras, indígenas etc.). Foram profusas as críticas das entrevistadas sobre esse acontecimento, o qual foi apresentado como um episódio de importante intervenção a favor da inclusão da temática raça nas agendas. Cabe apontar aqui que, apesar das divergências citadas, Santinha, oriunda dos movimentos feministas cariocas, se posicionou na sua entrevista como solidária das reivindicações das mulheres negras. Em 1986, foi constituído no interior do CECF a Comissão para Assuntos da Mulher Negra, órgão que contou inicialmente com a direção de Sueli Carneiro e, em seguida, Edna Roland. Em 1987, as conselheiras formularam o projeto do Tribunal Winnie Mandela, tendo como finalidade incluir suas temáticas no programa de atividades e manifestações previstas para o centenário da Abolição (GOMES SILVA & WOLFF, 2019).

Paralelamente, as mulheres propuseram a construção de novas teorias e a organização de uma ação caracterizada pela desobediência epistêmica e política, ou seja, a elaboração de novas categorias de pensamento não sujeitas à racionalidade ocidental. E isso, evidentemente, significou refletir a partir dos conceitos dos grupos racializados. Assim, é interessante constatar que a opção decolonial já existia no trabalho intelectual e militante das mulheres negras brasileiras comprometidas com a oposição ao regime militar. Desde os anos

1970, Lélia Gonzalez usou um estilo de escrita marcada pela transgressão dos preceitos exigidos na produção gramatical normativa, mas que, por sua vez, prezava o patrimônio linguístico das culturas e dos povos negros. Para tal, a intelectual negra mesclava de modo complexo o idioma materno de origem europeia, o português, com elementos linguísticos africanos e, além disso, Lélia Gonzalez integrava voluntariamente gírias, dialetos, regionalismos e mesmo erros nas regras da correta grafia das palavras. Assim, Lélia converteu-se na escrita do *pretoguês* que, segundo a autora, é uma variação linguística utilizada pelos africanos lusófonos (CARDOSO, 2014).

Conforme as análises de Lélia Gonzalez, os negros do continente americano, de modo natural, elaboraram reinterpretações e recriações das diferentes línguas nacionais. Afinal, como mencionou Anzaldúa (2009, p. 307), quais outras soluções mantêm-se para os indivíduos que não se reconhecem integralmente no sistema linguístico padrão que atua como norma, exceto criar suas próprias modalidades linguísticas? O *pretoguês* é, dessa forma, uma língua viva, portanto, ele não deve ser julgado simplório, incorreto ou ilegítimo. Nesse ponto de vista, o sistema de comunicação híbrido, marca de uma linguagem polifônica, pode ser representativo da realidade e dos valores de um grupo social. Assim, o *pretoguês* corresponde a um modo pensar, se organizar e resistir. Lélia afirmou com entusiasmo que toda linguagem é epistêmica e, sendo assim, seu estilo próprio de expressão literária – um registro que destaca as particularidades da intervenção africana –, tem por função de contribuir para a compreensão das vivências dos negros, bem como para sua atuação enquanto sujeitos políticos[213] (GONZALEZ, 1988).

Por último, no artigo intitulado *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*, publicado em 2008, Walter Mignolo examinou em que medida essas concepções de descolonização do saber e da produção de conhecimento também foram caracterizadas pela relação direta entre teoria e prática. A produção intelectual, ou seja, a elaboração de obras impressas científicas ou não (jornais, revistas, folhetos), e a militância no terreno da ação foram aliados essenciais na intervenção política. Assim, desde o início dos anos 1970, as protagonistas associaram os projetos acadêmicos (em sentido lato ou estrito) a

[213] Ainda na mesma linha de pensamento, Lélia propôs novos referenciais teóricos, sobretudo, a categoria de *amefricanidade*, a qual teve o objetivo de retomar as histórias de resistência dos grupos dominados. Ações que se organizaram já no período escravagista e se exteriorizavam nas revoltas, nos subterfúgios de preservação cultural, nos meios alternativos de composição social livre: *quilombos*, *cimarrones*, *cumbes*, *palenques*, *marronages* e *marron societies.* Dessa forma, a *Amefricanidade* emergiu no contexto de luta contra a colonialidade do poder e concerne as experiências comum de negros e índios. Ela se referiu ao cenário delineado tanto pela diáspora africana quanto pela população nativa pré-colombiana (GONZALES, 1988).

várias formas de ativismo e, nessa lógica, uma interação formando nexos entre ambos (re)significou constantemente seus diferentes processos de aprendizagens. Em outras palavras, as intelectuais e militantes negras empenharam-se incessantemente na análise de certos conceitos teóricos e, concomitantemente, dedicaram-se à atuação insurgente, comprovando assim a grande capacidade de compreensão dos processos sociais sob os quais se fundamentavam a discriminação racial e sexual e, quando foi preciso, elas empregaram esse conhecimento em prol das demandes das classes menos favorecidas. O denominador comum era que elas se reconheciam e falavam de si como mulheres negras.

Nesta pesquisa, eu relatei a trajetória de nove militantes políticas, porém espero que a visibilidade deste trabalho seja capaz de motivar acadêmicos e acadêmicas interessadas em produzir pesquisas sobre a participação das negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura, além de encorajar outras mulheres dispostas a conceder entrevistas evidenciando, assim, identidades e histórias de vidas inéditas.

8 Síntese da tese em francês : Les femmes noires dans les mouvements de gauche durant la dictature au Brésil (1964-1985)

J'ai toujours vécu dans la clandestinité, il suffit d'être noir pour être clandestin (PEREIRA, 2015a)

Quand j'ai choisi de mener une recherche sur la question des femmes noires et de la dictature (1964-1985), en me focalisant principalement sur le militantisme politique et les productions intellectuelles et/ou artistiques des résistantes sous le régime autoritaire, j'ai été confrontée à différentes réserves dans le domaine académique. Alors que je cherchais un enseignant français spécialisé dans les civilisations latino-américaines – en particulier dans les études brésiliennes – et que je l'interrogeais sur les possibilités de mener à bien ce projet, j'ai obtenu la réponse suivante: « Ça va être difficile, car, durant cette période, les femmes noires ne faisaient rien. Elles ne participaient pas à la vie politique. Elles étaient isolées dans les favelas, avec plein d'enfants et savaient à peine lire ».

Par la suite, en cherchant un enseignant noir brésilien, la réponse que j'ai obtenue n'était pas vraiment différente de la première. Il lui paraissait très intéressant de travailler sur la question des femmes noires et de la dictature, même s'il lui semblait préférable, pour le développement de la recherche, de retirer la question des « mouvements de gauche ». Pour lui, les actions politiques de ce groupe social contre le régime militaire ne peuvent être comprises que dans les domaines de la culture et de la religion, puisque ces femmes seraient des citoyennes ne s'intéressant pas à la politique partidaire et ne participant donc pas aux manifestations de contestation des groupes de gauche.

Enfin, un autre argument largement diffusé dans le milieu universitaire, et évoqué par une enseignante féministe au cours de cette recherche, est l'attention qui devrait obligatoirement être portée à la sphère familiale. Pour elle, les femmes noires agissaient essentiellement dans les limites du foyer. Ce serait donc le seul aspect sur lequel je pourrais trouver une bibliographie scientifique et des arguments théoriques. En d'autres termes, pour nombre de chercheurs universitaires, mais aussi pour le reste de la société, l'activisme des femmes noires – quand son existence est admise – se cantonnerait aux niveaux culturel, religieux et familial, sans jamais atteindre le champ de la politique partidaire et/ou les milieux intellectuels.

Sans vraiment accorder de crédit aux propos cités jusqu'ici, puisque mon expérience personnelle m'a démontré le contraire,[214] ces commentaires ont, d'un côté, accru mon désir de découvrir dans quelle mesure ce groupe social a agi dans les mouvements de gauche durant la dictature, tandis que, d'un autre côté, ils révélaient la réserve encore présente aujourd'hui concernant la recherche sur des intellectuelles, militantes et résistantes politiques noires. Celles qui ont actuellement une certaine visibilité dans l'histoire politique sont placées au second plan et ne sont pas pleinement mises en avant en tant que sujets. Tel est par exemple le cas de Dandara, une des leaders féminines les plus connues de la République de Palmares, mais qui est pourtant fréquemment citée comme la simple compagne de Zumbi. Si le héros du *quilombo* de Palmares, Zumbi – célébré la journée nationale de la Conscience Noire, le 20 novembre – est fréquemment mentionné dans les documents et publications historiographiques, le parcours de Dandara ne l'est en revanche que très rarement.

Dans son autobiographie, la militante politique Thereza Santos (2008, p. 26) a indiqué la quantité considérable de publications récentes sur la dictature militaire, tout en dénonçant l'absence « presque totale » de références aux femmes noires ayant participé aux évènements éclatant après 1964. Les chercheuses contemporaines en sciences sociales, comme l'historienne Beatriz Nascimento ou la sociologue Lélia González, sont encore peu analysées dans les cursus universitaires et insuffisamment citées dans les références bibliographiques. Dans le domaine de la littérature,[215]Carolina Maria de Jesus, dans son

[214] Entre 2001 et 2005, j'ai fait une Licence en histoire à l'Université du Vale do Rio Doce, à Governador Valadares (Minas Gerais). En participant à un projet de recherche au journal de la ville, *Diário do Rio Doce*, et en réalisant, en même temps, une recherche de fin de cursus sur les mouvements politiques *valadarenses* l'année du coup d'État, j'ai pu constater une participation importante des femmes noires. En 1964, la ville a été le théâtre de différents conflits armés (MOTTA, 2000). Soutenus par le PCB, des paysans locaux ont créé le Syndicat des travailleurs ruraux (STR), lequel fonctionnait comme un instrument de lutte pour une réforme agraire et contre les invasions de terres suivies d'expulsions. L'organisation était composée de près de 2 000 membres, principalement des paysans et des habitants des favelas *valadarenses* venant des zones rurales. En 1962, le directeur du syndicat, Francisco Raimundo da Paixão, également connu comme Chicão, a choisi de renoncer à l'orientation des communistes et a adhéré aux Ligues paysannes. Le principal organe de diffusion de leurs activités était le séminaire *O Combate* (Le combat), fondé par le journaliste Carlos Olavo da Cunha Pereira. Les grands propriétaires terriens *(fazendeiros)* et leurs sbires jugeaient toutefois inacceptables ces initiatives des petits agriculteurs et ont constitué des milices armées en guise de réponse. Celles-ci avaient pour fonction d'user de violence et, le 30 mars 1964, elles ont tenté d'envahir le STR. Le conflit s'est terminé avec des blessés et un mort (le gendre du commissaire de police de la ville, Pedro Ferreira). Le même jour, Carlos Olavo et Chicão ont été conduits à Belo Horizonte, puis ils ont poursuivi leur exil. Le 1er avril, Otávio Soares Ferreira da Cunha et ses fils, Augusto et Wilson, ont été victimes d'un attentat. Wilson a été le seul survivant. Le coup d'État du 31 mars a mis fin aux mobilisations des envahisseurs et a renforcé la structure foncière basée sur la grande propriété. Si, dans cette recherche, je n'ai pas abordé les questions de genre et de race, la présence des femmes noires dans les actions politiques de gauche était évidente.

[215] Dans la littérature, les femmes noires sont la plupart du temps présentées comme des personnages ayant une identité d'objet. On peut citer pour exemple Rita Baiana dans *O Cortiço* d'Aluísio de Azevedo, les « petites noires » qui avaient des relations dans le sable avec les *Capitães de Areia (Capitaines des sables)* de Jorge Amado ou *Irene no céu*, un poème de Manuel Bandeira.

ouvrage *Quarto do Despejo* (1960), fait part des différents obstacles qu'elle a rencontrés en relevant le défis de l'écriture.[216]

Il convient enfin de souligner, en tenant compte des arguments des chercheurs universitaires français et brésiliens mentionnés plus haut, que j'aborde des thèmes liés à la culture et à la religion, et notamment à la sphère du foyer et des quartiers populaires, mais l'objectif de ce projet est de chercher à comprendre dans quelle mesure ces espaces noirs comptaient des individus guidés par des idéologies de gauche. En d'autres termes, j'admets comme postulat que les populations non blanches du pays, en tant que travailleuses et membres de différentes luttes collectives, ont été directement influencées par ces courants philosophiques et leurs modèles organisationnels. De même, en fonction des alternatives et exigences du moment, elles les ont également introduites dans leurs sphères traditionnelles de mobilisation politique.

> Le terme « gauche » utilisé ici sera toujours employé pour désigner une position politique qui défend, de manière organisée ou non, une perspective de changement social adoptée par les masses populaires. L'emploi de ce terme ne sera donc pas conditionné par la profondeur de ce changement, mais plutôt par son origine populaire en tant que positionnement qui contraste avec les intérêts de la classe dominante. (COSTA, 2014, p. 08)

Les années 1970 ont été marquées par une mobilisation politico-culturelle significative. En 1973, est créé le Centre d'études afro-asiatiques (CEAA) et, en 1974, naît la Société d'échanges Brésil-Afrique (SINBA). Deux ans plus tard, en 1975, l'Institut de recherche sur les cultures noires (IPCN) voit le jour, ainsi que le Groupe de travail André Rebouças et le Centre d'études Brésil-Afrique (CEBA) (Rio de Janeiro, 2015). Plus tôt, en 1971, le Centre de la culture et de l'art noir (CECAN) avait déjà été créé, de même que le Groupe Palmares. Ces organisations sont nées dela critique des discriminations raciales, mais aussi du régime autoritaire. En outre, elles revendiquaient une véritable valorisation des identités noires et une réévaluation du rôle de ce groupe social dans l'histoire du Brésil. Par la suite, en 1978, ces entités, avec la participation de militants issus des organisations de gauche, ont participé à la création du Mouvement noir unifié - MNU[217](DOMINGUES, 2007b).

Même dans ce contexte, ledit mouvement *black* a été un instrument d'articulation pour les Noirs. Les danses *black* avaient, par exemple, la capacité de rassembler les foules et de former une conscience raciale. Inspirés par la musique *soul*, mais aussi par les leaders

[216] La critique hégémonique a relégué Carolina Maria de Jesus à l'espace exotique de la « *favelada* qui savait pourtant écrire ».

[217] Dans ce paragraphe, seuls quelques noms ont été cités. Durant cette période, de nombreux groupes à caractère antiraciste ont été créés au Brésil. Le MNU s'est aussi consolidé par le biais d'autres organisations.

politiques de la lutte pour les droits civiques aux États-Unis, ou encore les dynamiques d'indépendance des pays africains, divers groupes d'animation musicale *(equipes de som)* se sont constitués. Ces groupes coordonnaient différents évènements de jeunes dans les discothèques de banlieue des grandes capitales brésiliennes. Ces fêtes étaient accompagnées, au niveau esthétique, d'une uniformité dans les vêtements et les chaussures: des tenues d'origine africaine, des coupes de cheveux *Black Power* avec des peignes « afros », etc. Enfin, on peut également observer des actions politiques importantes dans les traditionnelles écoles de samba (RIO DE JANEIRO, 2015). La journaliste et militante antiraciste Neusa Maria Pereira (2015a) pose d'ailleurs la question suivante: « Quels étaient les divertissements des communautés noires à cette période? C'était les danses, les danses funk, les écoles de samba, les *terreiros* [lieux de culte des religions d'origine africaine], les fêtes qu'on faisait dans le quartier ».

Dans ce travail, les *terreiros* des religions d'origine africaine sont malheureusement peu étudiés, bien que leurs leaders aient aussi, selon mon point de vue, été influencés par les idéologies de gauche. En revanche, nous prenons en considération les agissements de l'Église catholique. Ses membres, y compris les femmes religieuses et les fidèles, ont constitué un important groupe de résistance contre le régime militaire (CUBAS, 2014). Par ailleurs, comme l'ont raconté plusieurs militantes politiques interrogées, dans certaines paroisses plus modestes, les églises catholiques étaient essentiellement fréquentées par des individus d'origine non blanche.

En ce qui concerne la sphère du foyer et de la famille, les Noires s'organisaient dans la lutte contre la faim et pour une infrastructure dans les quartiers populaires (rues, bâtiments, transports, eau, égouts, électricité, lumière, crèches, centres de santé, écoles, espaces de loisirs, marchés, propriété foncière, etc.). Or, ces mobilisations étaient directement articulées aux idéologies de gauche. Pour ce qui est des habitantes des zones périphériques et travailleuses, elles s'intéressaient, d'un côté, aux théories existant sur la défense de l'égalité et de la justice sociale, ainsi qu'aux pratiques qui, en parallèle, constituaient des instruments susceptibles de leur garantir une réponse favorable à leurs demandes concernant l'alimentation et le logement. D'un autre côté, elles agissaient comme des membres de factions opposées au régime autoritaire. La Commission de la Vérité de l'État de Rio de Janeiro (2015) a observé la présence du Parti communiste brésilien (PCB) dans les favelas de Rio de Janeiro, mais aussi des partis Action populaire (AP), Front armé révolutionnaire Palmares (VAR-Palmares) et le Mouvement révolutionnaire 8 octobre (MR-8). Dans cette

recherche, j'ai envisagé donc les résidents des zones défavorisées comme participant du renforcement de ces groupes politiques au niveau local, engendrant un climat dans lequel les femmes noires pouvaient elles aussi participer (en tant que militantes ou en tant que leaders) à la résistance ou en être sympathisantes.

À la lumière de ces constats, l'objectif du chapitre *Os partidos de esquerda no Brasil e os negros, antes do golpe* (Les Noirs et les partis de gauche au Brésil avant le coup d'État) a été d'analyser les organisations anarchistes et communistes au Brésil au début du XXème siècle, ainsi que leur positionnement vis-à-vis de l'idée selon laquelle les Noirs seraient des travailleurs et, par là, d'éventuels militants politiques. Quant aux capacitésde l'ensemble de la population à remplir la proposition libertaire de transformation sociale, en règle générale, les anarchistes voyaient le prolétariat brésilien, y compris les Blancs, avec un certain scepticisme. En raison de leur précédente condition d'esclaves, les Noirs étaient considérés comme dépourvus de tradition de lutte collective, et les revendications de type antiraciste étaient perçues comme secondaires. En revanche, les anarchistes et les communistes ont été des agents de l'émergence de questions inédites jusqu'alors, ainsi que de nouveaux personnages. De nouvelles méthodes de mobilisation politique populaire ont, par exemple, été introduites dans les organisations, et les militants ont pris l'habitude nouvelle de se rendre quotidiennement sur les lieux de travail et de résidence des populations défavorisées. Dans le même sens, en 1929, le Parti communiste brésilien (PCB) a proposé la candidature de l'ouvrier noir Minervino de Oliveira aux élections présidentielles. L'idéologie même de ces organisations visait à promouvoir la conscience des masses; or, au Brésil, cela implique d'agir en faveur des communautés noires et indigènes. Ainsi, en 1945, le Parti des travailleurs brésiliens (PTB), inauguré par le président Getúlio Vargas, a également marqué la scène politique avec ses idées et dynamiques.

C'est ainsi que se dessine la problématique suivante: dans quelle mesure les organisations anarchistes et communistes entendaient-elles représenter les communautés noires? Avaient-elles vraiment la volonté d'inclure dans leurs revendications des pratiques d'inclusion de ce groupe social non blanc? Est-ce que des chercheurs de renom se sont interrogés sur leur potentiel subversif et ont cherché à définir le sexe et la race des classes ouvrières? Les militants politiques mettaient-ils en place des activités en vue de l'organisation de cette frange de la population? Si tel était le cas, de quelle manière des analyses critiques sur la « question des femmes » et la « question raciale » ont-elles été produites?

Dans ce chapitre, j'ai observé également la possibilité d'une participation des femmes noires aux mouvements sociaux, notamment en ce qui concerne leur rôle dans les organisations anarchistes et communistes. À mon avis, ce groupe social revêtait, dans ses espaces traditionnels de mobilisation collective, des dynamiques issues des idéologies de gauche. Ces pratiques étaient utilisées comme des moyens collectifs pour obtenir gain de cause face à leurs demandes ponctuelles, celles concernant l'alimentation et le logement, mais aussi comme des moyens collectifs d'exiger des droits pour les travailleurs. Il me semble donc que les Noires étaient des leaders et des militantes importantes des luttes anarchistes menées en 1917-1919. Ce même phénomène s'est probablement produit aussi en 1945, avec une participation significative de ce groupe social dans les Comités démocratiques populaires d'orientation communiste.

Il convient donc de se demander: les travailleuses noires participaient-elles des organisations anarchistes et communistes en tant que sujets politiques? Si tel était le cas, pouvaient-elles se sentir concernées par ces idéaux révolutionnaires et de justice sociale? Existe-t-il des femmes noires qui sont devenues les agents ou les leaders de mobilisations dans les quartiers populaires? Ont-elles ainsi participé à l'interaction entre syndicats et associations d'habitants? Ces espaces se trouvant dans des zones périphériques constituaient-ils des cadres propices à la circulation de ces philosophies?

Le chapitre intitulé *O Golpe, os negros e os partidos de esquerda* (Le coup d'État militaire, les Noirs et les partis de gauche) a été consacré à l'analyse du contexte politique du moment. J'ai observé donc la relation entre le gouvernement Goulart et les partis politiques existant alors. Je me suis penchée d'abord sur la crise politique qui a donné lieu à l'instauration du régime parlementaire – option à ce moment-là jugée adéquate pour éviter la guerre civile. Je me suis intéressée ensuite au régime présidentiel et à la proposition d'une alliance entre le Parti des travailleurs brésiliens (PTB) et le Parti social-démocrate (PSD), dans la mesure où cette alliance a été directement critiquée par le secteur le plus à gauche du PTB et, plus encore, par celui du PCB. Ces derniers voyaient en effet cette politique comme « conciliatrice ». J'ai abordé enfin la création du Front de mobilisation populaire (FMP), avec les actions des « nouvelles gauches », et son rôle dans la polarisation politico-idéologique.

J'ai analysé aussi l'idéologie anticommuniste et la répression politique mobilisée au Brésil. Afin de devenir un acteur politique, les forces armées ont été d'importants agents des initiatives répressives mises en place. Pour ce faire, elles ont créé différents organes au niveau des États et au niveau national. En 1964, cette structure répressive a été considérablement

renforcée, et des secteurs de la société civile se sont également mobilisés contre la « menace rouge ». Je me suis penchée donc sur les institutions militaires responsables des persécutions, ainsi que sur les agissements de certains secteurs de la société civile dans le but de légitimer le coup d'État de 1964.

Quant au chapitre *Mulheres negras no Partido Comunista Brasileiro* (Femmes noires dans le Parti communiste brésilien), il a été consacré à l'histoire de vie de Diva Moreira, de Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos et de Thereza Santos. Diva Moreira est née en 1946 à Bocaiuva (dans l'État de Minas Gerais). Dans sa jeunesse, elle a participé aux mouvements étudiants, ainsi qu'aux mouvements liés à l'Église catholique. En 1967, elle a commencé sa formation de journalisme à l'université fédérale de Minas Gerais, à Belo Horizonte. En 1968, Diva est devenue adhérente au Parti communiste brésilien. Elle a été diplômée en 1970 et a obtenu um diplôme de master en sciences politiques en 1973. Elle a été fonctionnaire à la Fondation João Pinheiro et, au travers de ses recherches, elle est devenue une figure importante du militantisme en faveur de la réforme des hôpitaux psychiatriques. En 1979, Diva a participé à la réalisation du documentaire *Em nome da razão (Au nom de la raison)*. Elle a également fait partie des fondatrices du Mouvement pour l'Amnistie. En 1987, elle a créé la Maison Dandara. Elle a aussi travaillé au secrétariat municipal des questions de la communauté noire de Belo Horizonte.

Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos est, quant à elle, née en 1948 à Bacabal (dans l'État du Maranhão). Dans sa jeunesse, elle s'est inscrite au Parti communiste brésilien. En 1968, elle a commencé un cursus de médecine à l'université fédérale du Maranhão, à São Luis. En 1971, elle a déménagé à Rio de Janeiro. À partir de ce moment-là, elle a commencé à militer dans le parti de la ville et, en 1973, elle a pris part à des groupes de réflexion féministe. En 1975, Maria do Espírito Santo a participé à l'organisation de l'Année internationale des femmes, qui a obtenu le soutien de l'ONU. Quelques jours plus tard, elle a participé à la création du Centre des femmes brésiliennes (CMB). En 1983, Maria do Espírito Santo faisait partie de l'équipe ayant créé le Programme d'aide intégrale à la santé des femmes (PAISM). En 1986, elle a organisé, avec d'autres femmes, la Ière Rencontre sur la santé des femmes.

Thereza Santos est, pour sa part, née en 1938 à Rio de Janeiro (dans l'État de Rio de Janeiro). À l'âge de 15 ans, elle intégrait les Jeunesses communistes. Dans les années 1960, elle a commencé un cursus de philosophie à la faculté nationale de philosophie de Rio de Janeiro. Elle a été active au sein de l'Union nationale des étudiants (UNE) et du Centre

populaire de la culture (CPC). En 1969, elle a été emprisonnée et interrogée. Par la suite, elle s'est exilée à São Paulo. Elle est apparue dans de célèbres pièces de théâtre et des séries télé. En 1971, elle a fait partie des fondatrices du Centre de la culture et des arts noirs (CECAN). En 1974, Thereza s'est exilée en Afrique. Elle a participé aux processus d'indépendance de la Guinée-Bissau et de l'Angola. Elle a également été active dans la consolidation du Mouvement unifié contre les discriminations raciales (MUCDR). En 1983, Thereza est devenue membre du Conseil d'État de São Paulo pour la condition des femmes. Elle est décédée en 2012.

L'objectif du chapitre *Mulheres negras na Guerrilha do Araguaia* (Femmes noires dans la Guérilla d'Araguaia) a été d'analyser les histoires de vie d'Helenira Resende de Souza Nazareth et de Lúcia Maria de Souza. Helenira Resende de Souza Nazareth est née en 1944 à Cerqueira César (dans l'État de São Paulo). Dans sa jeunesse, elle a participé aux mouvements étudiants. En 1965, elle a commencé un cursus de lettres à l'université de São Paulo. Elle a été élue présidente du centre académique (CA), puis vice-présidente de l'Union nationale des étudiants. Helenira a d'abord été membre des Jeunesses universitaires catholiques (JUC) et, par la suite, de l'Action populaire (AP). En juin 1967, elle a été emprisonnée. Au mois de mai de l'année suivante, elle a été à nouveau victime de la répression. En octobre, elle a participé au conflit de la rue Maria Antônia et, quelques jours plus tard, elle a été élue déléguée du 30ème congrès de l'UNE. À cette occasion, elle a été emprisonnée pour la troisième fois. Helenira s'est ensuite engagée dans le Parti communiste du Brésil (PCB). En 1970, elle a adhéré à la lutte armée et s'est tournée alors vers la Guérilla d'Araguaia. En 1972, Helenira est morte à la suite des actes perpétrés par les agents de l'État.

Lúcia Maria de Souza est, elle, née à São Gonçalo (dans l'État de Rio de Janeiro) en 1944. En 1968, elle a commencé un cursus de médecine à l'école de médecine et de chirurgie de Rio de Janeiro. Durant cette période, elle s'est engagée au sein du PCB. Entre 1969 et 1970, Lúcia a été responsable de la presse du parti. Elle publiait et diffusait le journal *Classe Operária*, tout en participant par ailleurs au Comité universitaire du PCB, où elle aconstitué le Secrétariat de l'agitation et de la propagande. Elle a travaillé comme stagiaire à l'hôpital universitaire Pedro Ernesto. En 1971, elle adhérait à la lutte armée et s'est alors tournée elle aussi vers la Guérilla d'Araguaia. En 1973, Lúcia est morte à la suite des actes perpétrés par les agents de l'État.

Dans le chapitre *Outras trajetórias negras na « nova esquerda »* (Autres trajectoires de Noires dans la « nouvelle gauche »), j'ai analysé l'histoire de vie de Dora Lúcia de Lima

Bertúlio, de Maria Diva de Faria, d'Arabela Pereira Madalena et d'Edna Maria Santos Roland. Dora Lúcia de Lima Bertúlio est née en 1948 à Itajaí (dans l'État de Santa Catarina). En 1965, elle a déménagé à Curitiba. En 1968, elle a commencé un cursus de droit à l'université fédérale du Paraná. Elle est devenue membre de la commission du Centre académique, trésorière du Département de la culture, puis a participé aux réunions d'Action populaire. Elle est restée enfermée une journée dans une bibliothèque et, ensuite, Dora a été recherchée par les militaires sur son lieu de travail. En 1969, son frère, Gil Bráz de Lima, militant d'Action populaire, est emprisonné. Au début des années 1970, il a été victime de la répression à deux reprises. En 1982, Dora a été l'une des fondatrices de l'*Escritório de Mulheres e Mulheres Negras* à l'université fédérale du Mato Grosso. Elle est intervenue comme avocate pour le service d'Appui juridique en cas de discrimination raciale de SOS-Racisme.

Maria Diva de Faria est, quant à elle, née en 1931 à Anápolis (dans l'État de Goiás). Durant son adolescence, elle a travaillé comme employée domestique. Elle a été scolarisée une fois adulte et s'est formée en infirmerie. Elle a par la suite obtenu le concours de fonctionnaire. À São Paulo, elle a fait la connaissance de Paulo Stuart Wright et est devenue sympathisante d'Action populaire. Elle travaillait également comme bénévole au Service d'orientation de la famille (SOF). En 1973, elle est emprisonnée. Suite à sa libération, on lui détecte de sérieux problèmes de santé, et elle prend sa retraite peu de temps après. Maria Diva est décédée en 2018.

Arabela Pereira Madalena est, pour sa part, née en 1946 à Belo Horizonte (dans l'État de Minas Gerais). En 1967, elle a entamé un cursus de géographie à l'université fédérale de Minas Gerais, à Belo Horizonte. En 1968, elle intégrait l'Aile Rouge du PCB. En 1970, Arabela est emprisonnée. En 1971, elle a été jugée et acquittée par le Tribunal militaire supérieur. En 1972, elle a déménagé à Brasília. En 1973, elle a obtenu une bourse du gouvernement français pour réaliser un Master de géographie à l'université de Bordeaux. En France, Arabela s'est rapprochée des autres Brésiliennes en exil. En 1975, elle participait à la Fraction féminine qui, par la suite, a réinstauré la Section féminine du Parti communiste. Elle est également intervenue au sein du Comité des femmes féministes de l'extérieur. En 1976, à Paris, elle s'est rapprochée du Parti communiste brésilien. En 1977, elle a travaillé comme enseignante au Mozambique. En 1981, elle est devenue militante au sein du Mouvement noir unifié.

Edna Maria Santos Roland est née en 1951 à Codó (dans l'État du Maranhão). En 1968, elle a fait un échange en tant qu'étudiante avec les États-Unis. En 1969, elle a commencé un cursus de psychologie à l'université fédérale de Minas Gerais, à Belo Horizonte. En 1971, elle a été recrutée par l'Organisation révolutionnaire marxiste politique ouvrière (ORM-POLOP), puis elle est entrée dans la clandestinité en 1973. En 1981, elle a commencé un Master de psychologie sociale à la PUC-São Paulo. En parallèle, elle débutait son parcours politique au sein du Mouvement noir unifié. En 1984, elle a participé à la création du Collectif des femmes noires de São Paulo. En 1986, elle est devenue membre du Conseil d'État de la condition féminine de São Paulo. En 1988, elle a été l'une des fondatrices de Géledes, l'institut de la femme noire.

J'ai proposé donc pour problématiques les suivantes: les femmes noires ont-elles participé aux mouvements de gauche qui se sont mobilisés contre la dictature militaire? L'engagement est-il caractéristique d'une opposition catégorique au régime autoritaire en place depuis le coup d'État de 1964? Et, si tel est le cas, comment les femmes expliquent-elles ce choix? Comment se sont faites les adhésions aux organisations politiques? Comment les femmes noires ont-elles vécu, par la suite, les expériences de guérilla, de prison et d'exil? De quelles principales formes d'oppression interne aux mouvements de gauche et externe (de la part de la police politique) les militantes noires ont-elles été victimes? Les positionnements politiques sont-ils caractéristiques d'une lutte pour l'émancipation des femmes et pour les droits des Noirs brésiliens?

Dans cette perspective, cette recherche vise à analyser la structuration du militantisme politique des femmes noires dans les années 1960-1970, à interroger les représentations sociales et politiques de ce groupe social, à explorer les échanges d'expériences et les dialogues entre les différents mouvements sociaux, ainsi qu'à favoriser l'articulation des études de classe avec d'autres catégories d'analyse comme le genre, la race, les générations et la mémoire. Il convient de souligner finalement que cette recherche espère pouvoir contribuer à une plus grande visibilité des trajectoires historico-politiques des femmes noires.

Aujourd'hui, au Brésil, les femmes et les rapports de genre durant la dictature sont au centre de l'attention des chercheurs en sciences humaines. Plusieurs travaux ont pour objet de recherche les militantes qui se sont directement ou indirectement opposées au régime de l'époque. D'autres se sont penchés sur des thématiques liées à la structuration du féminisme au sein des mouvements de gauche et à ses publications scientifiques dans les années 1960-

1970 (HESSMANN, 2010). Néanmoins, comme les militantes partidaires et les féministes de cette époque sont encore aujourd'hui envisagées dans leur grande majorité comme des femmes blanches, issues de la classe moyenne et des milieux intellectuels, la participation des femmes noires est très peu prise en compte. Pour autant, il y a une forte demande de la part de la société vis-à-vis de la question raciale, mais aussi des universités. On peut donc trouver diverses publications sur les mouvements noirs, certaines focalisées sur les productions scientifiques et la résistance partidaire des militants contre la dictature militaire, bien que l'attention portée aux spécificités des femmes soit encore faible.

Il existe bien évidemment des travaux qui s'intéressent à la participation politique partidaire et aux œuvres littéraires et scientifiques des femmes noires. Il s'agit néanmoins de recherches qui analysent essentiellement l'engagement de ces femmes au cours des quarante dernières années, soit à partir de la naissance de divers mouvements de femmes noires. En revanche, les publications abordant les particularités de leurs trajectoires politiques et leurs contributions à la lutte contre le régime dictatorial sont encore rares. Les organisations qui fleurissent dans les années 1980 sont pourtant le fruit d'un long processus d'intersection entre mouvements noirs, mouvements féministes et mouvements de gauche. De fait, de nombreuses femmes noires ayant activement participé au processus de retour à la démocratie se sont rencontrées et se sont constituées comme militantes, notamment dans des organisations en opposition au gouvernement autoritaire qui a pris le pouvoir en 1964.

En ce sens, l'objet central de cette recherche est l'observation des traces du militantisme politique des femmes noires. Dans l'histoire nationale, elles ont agi comme les protagonistes de différents mouvements sociaux. Les groupes de gauche avaient, en somme, une idéologie et une proposition d'organisation qui les représentaient. Or, dans les années 1960, ces groupes sont devenus les principaux agents de l'opposition au régime militaire. Ainsi, les chercheurs en sciences sociales se sont, dès lors, intéressés à cette question, tout en développant des travaux sur les femmes blanches et les hommes noirs. Ce n'est que quelque temps plus tard qu'ils se sont penchés sur les trajectoires des femmes noires dans les années 1980. Pour autant, dans la plupart de ces analyses, la participation de ce dernier groupe social aux processus antérieurs est totalement ignorée, à savoir dans les dynamiques ayant conduit à la fin de la dictature. Comment expliquer alors leur nette absence des œuvres historiographiques, notamment dans celles qui abordent les questions politiques du XXème siècle? Avant de tenter de répondre à cette question, il convient de souligner au préalable

certains éléments montrant à quel point, à la fin de l'esclavage, plusieurs communautés noires étaient déjà libres, éduquées et politiquement organisées.

Selon Müller (2016), près de 95% des Noirs du Brésil étaient émancipés au moment de l'abolition de l'esclavage. 723 000 esclaves ont bénéficié de la loi, dans un pays comptant une population de 12 millions de personnes. Toutefois, ces groupes ont toujours été soumis à l'idée générale selon laquelle ils étaient désignés comme des travailleurs serviles. Au XIXème siècle, les prescriptions du gouvernement exprimaient une relation directe entre les termes « noirs » et « esclaves » – héritage d'une politique d'État marquée par le désir d'associer les Noirs à la figure de personnes soumises, quelles que soient les règles qui gouvernaient l'existence de l'individu – ce qui avait pour effet de renforcer la ségrégation de ce groupe social à partir de la race et non de leur statut juridique d'esclave. Pour Dora Bertúlio (2007), les textes législatifs montrent en effet clairement la détermination de l'État à désigner les individus noirs sous le prisme de l'infériorité et de l'inhumanité. Du fait de ces préjugés, les conditions sociales des anciens esclaves libérés et des esclaves ont toujours été similaires.

Dans ce sens, les nombreuses corrélations sémantiques – noir/esclave/libéré – traduisent une ségrégation de l'ensemble de la population non blanche. « Ce modèle permet à toute la société, subtilement et par des moyens détournés, de voir (...) les Noirs et les esclaves comme les représentants d'une même et seule image ». (Ibidem, p. 63) Cela a alors également retiré de l'imaginaire social le principe légal de liberté pour les Noirs. Dans ce contexte, les Noirs émancipés sont demeurés, pendant tout le régime esclavagiste, soumis aux normes de dépendance, sujets à la tyrannie des lois et à l'intolérance des coutumes. Les restrictions et les contrôles affectaient ainsi le quotidien de ce groupe social, puisque ce traitement discriminatoire était avant tout basé sur la race.

Pour la société dans son ensemble, l'existence concrète de communautés noires instruites n'était pas admise. En 1872, l'illettrisme atteignait 84% de la population, parmi lesquels des hommes blancs des classes les plus aisées (VEIGA, 2008). Mais, indépendamment des limites, les individus noirs étaient éduqués. Par exemple, pour les filles issues tant du milieu rural qu'urbain, cela passait par des observations – silencieuses ou actives –, des cours donnés par les épouses et/ou les filles du maître d'esclaves, l'instruction religieuse par les prêtres, ou encore le recours à des professeurs particuliers (sachant que certains propriétaires pouvaient tirer profit des esclaves alphabétisés).

De plus, des groupes de Noirs s'organisaient collectivement pour obtenir une éducation ou, pour le moins, encourager leur descendance à l'obtenir.[218] L'objectif était alors de garantir l'apprentissage de la lecture, de l'écriture, des mathématiques (mesures, calculs, algèbres), ou encore de la musique (MORAIS, 2016). Au travers de réseaux de solidarité mutuelle, des esclaves et d'anciens esclaves libérés ont été alphabétisés et parfois même dans plusieurs langues. Outre la langue portugaise, ils maîtrisaient bien souvent une autre langue européenne et différentes langues africaines, y compris des langues vernaculaires. L'arabe était aussi une langue très commune au sein des communautés noires brésiliennes. Au cours du XIXème siècle, l'initiation à la culture lettrée[219] se faisait généralement hors des espaces scolaires. En réalité, les Noirs avaient recours à différentes formes d'éducation non institutionnalisée, notamment en raison du caractère ségrégationniste et rudimentaire des établissements traditionnels.

La première constitution brésilienne, ratifiée en 1824, autorisait l'éducation primaire à tous les Brésiliens libres, sans restriction de race. Elle établissait l'enseignement élémentaire public et gratuit, puis obligatoire à partir de 1854, avec la réforme de Couto Ferraz (SILVA & ARAÚJO, 2005). On peut donc dire que les Noirs libérés de l'esclavage étaient légalement autorisés à participer aux activités scolaires, dans la mesure où l'interdiction légale de fréquenter l'enseignement primaire public ne concernait que les esclaves, dont le statut faisait d'eux des non citoyens (même s'il n'existait pas de restrictions pour les cours particuliers) (VEIGA, 2016). Plus précisément, durant cette période, les institutions éducatives étaient principalement consacrées aux enfants noirs et métisses défavorisés, dans la mesure où le discours civilisateur était destiné à cette catégorie de la population.

À la fin du XIXème siècle, l'élite brésilienne a encouragé le débat sur l'importance de l'éducation populaire et, dans ce contexte, on pouvait constater un véritable enthousiasme idéologique favorable à la multiplication de projets dans le domaine scolaire. Il s'agissait toutefois avant tout d'un processus civilisateur destiné à préparer les anciens esclaves – fraichement libérés – au travail libre. À cette époque, face à l'imminence de la fin du régime esclavagiste, une importante question s'imposait aux politiques: « comment maintenir la

[218] Parmi les différents intellectuels noirs, on peut citer Cruz Lima, André Rebouças, Luís Gama, José do Patrocínio, Machado de Assis, Lima Barreto, mais aussi des personnes peu connues dans l'histoire nationale comme Mr Obá II D'África (Müller, 2016).

[219] Lucindo, en citant Magda Soares, (2009, apud LUCINDO, 2016, p. 313) définit l'être lettré comme « l'état ou la condition qu'acquiert un groupe social ou un individu pour s'être approprié l'écriture et ses pratiques sociales ».

contrôle sur cette masse qui n'aura plus le fouet comme forme de coercition? » (BARROS, 2005, p. 81)

Selon Surya de Barros (2005, p. 81), « l'exigence d'organiser le travail libre a amené, simultanément, le besoin d'éduquer les hommes pour le travail ». Pour le dire autrement, l'élite politique avait pour objectif de développer un projet pédagogique qui réponde rapidement aux besoins idéologiques de l'État, soit la volonté systématique de civiliser, de régir et de superviser la vie quotidienne des gouvernés. L'éducation était donc envisagée comme un instrument indispensable pour faire des Noirs de bons travailleurs et de bons citoyens. L'école, en tant que lieu privilégié pour discipliner le corps et l'esprit des individus, apparaissait alors comme la manière la plus efficace de les « régénérer ». Ce programme éducatif était supposé pouvoir contribuer à l'inclusion des Noirs comme des membres actifs de la nation, qui, une fois intégrés, devaient finalement se révéler utiles à la consolidation de l'idéal national de modernisation inspiré d'Europe. Le projet étatique forgé sur le principe de l'ordre et du progrès est la devise présente sur le drapeau du pays depuis la fin du XIXème siècle (BARROS, 2005).

De ce fait, « la compréhension de ‹ l'autre › comme objet de civilisation a été inlassablement diffusée à l'époque » (VEIGA, 2008, p. 505). On note toutefois une discordance entre la perspective de civiliser et les représentations des Noirs comme les membres d'un groupe inférieur, « inapte à l'éducation ». De fait, en parallèle à l'expectative de « sortir le peuple de l'ignorance » et de se lancer dans la voie du développement et du progrès, se sont aussi intensifiées les idées dépréciatives selon lesquelles les Noirs n'auraient pas les propriétés nécessaires à l'élaboration d'un raisonnement logique. On peut alors observer dans la politique d'État une divergence considérable entre trois points essentiels: en premier lieu, des éloges exaltant les mérites de l'éducation institutionnelle dans la formation des Noirs en tant que citoyens, notamment après l'abolition de l'esclavage; en deuxième lieu, des propositions « scientifiques » racistes destinées à nier leurs capacités intellectuelles et à devenir membres d'une communauté politique organisée; et, enfin, l'absence d'actions concrètes pour renforcer le système éducatif (travail infantile, manque de ressources matérielles, comme les vêtements, l'alimentation et le matériel scolaire, le mépris des enseignants, etc.). Il n'y avait donc pas de réelle égalité d'accès aux écoles officielles. Officiellement, l'école n'était pas interdite aux Noirs, pas même durant l'esclavage. Dans les faits, elle était même essentiellement réservée à ce groupe social (les familles aisées payaient

un professeur particulier), mais son instruction restait limitée à cause de la persistance de mécanismes de discrimination.

D'ailleurs, certains établissements n'autorisaient tout simplement pas la présence d'enfants noirs et, lorsqu'ils les acceptaient, ceux-ci étaient accueillis avec indifférence et mépris. Un journal de la presse noire du Rio Grande do Sul, *O Exemplo*, a décrit, en 1893, ce contexte de discrimination dans le champ de l'école institutionnalisée:

> On vient d'apprendre que certaines écoles publiques de la capitale refusaient ouvertement d'inscrire des enfants de couleur, tandis que d'autres, qui en acceptent un nombre limité, les maltraitent au point que leurs parents, indignés à juste titre, les retirent des classes.(O EXEMPLO, 1893, apud DOMINGUES, 2009, p. 969)

On trouve par la suite, sous le titre évocateur « Queremos estudar », dans la tribune étudiante de la première édition du journal de la presse noire *Quilombo*, la réflexion d'un militant du mouvement étudiant, Haroldo Costa,[220] sur ces mécanismes de discrimination. En 1948, Costa a dépeint les innombrables difficultés que rencontrent les jeunes Noirs qui aspirent à s'inscrire ou à rester dans certains organismes d'enseignement secondaire, en particulier dans les écoles privées, y compris celles liées à l'Église catholique, qui pouvaient sélectionner leur corps étudiant selon des critères précis – même s'il ne faut pas oublier que les écoles publiques mobilisaient elles aussi avec succès diverses stratégies d'exclusion. Costa a décrit alors les obstacles qui étaient mis en œuvre par les établissements d'enseignement officiels, comme l'institut de Rio Branco ou l'École militaire, où les étudiants qui se présentaient aux concours d'entrée pouvaient être approuvés suite aux épreuves écrites et orales, mais se voyaient par la suite injustement refusés lors du bilan de santé – décision souvent basée uniquement sur la couleur de peau du candidat:

> Au Brésil, malgré l' « absence officielle » de préjugés de couleur, nous les ressentons dans divers secteurs. Quand les jeunes de couleur ne peuvent pas s'inscrire dans certaines écoles, il est commun qu'on *(os acomodados)* leur dit expressément: « C'est simplement une question économique. Si les Noirs avaient de l'argent, ils pourraient étudier où ils le souhaitent ». Pourtant, la véritable question ne se réduit pas à cet aspect. Tel est le cas du collège Notre Dame de Sion, qui n'accepte pas les élèves noires, même si elles s'engagent à payer les lourdes mensualités. Il en va de même des collèges Andrews, Benett, Santo Inácio, N. S. de Lourdes et tant d'autres, pour ne citer que les établissements du secondaire. (…) On

[220] Haroldo Costa est né le 13 mai 1930 dans la ville de Rio de Janeiro. Il est à la fois acteur, écrivain, journaliste, producteur et *sambista* (professionnel de la samba). Fils d'un tailleur et d'une femme au foyer, Haroldo a vécu dans la ville de Maceió, à Alagoas, jusqu'à ses 10 ans. Après la mort de sa mère alors qu'il n'avait que deux ans, il est resté vivre chez ses grands-parents paternels. Dans le Nordeste, il a appris à lire et à écrire avec sa tante Isabel Costa qui avait dans sa propre maison une école réservée aux filles. De retour à Rio de Janeiro, il a étudié au collège Pedro II et s'est engagé dans le mouvement étudiant. En 1948, au moment de la rédaction de l'article, il était l'ancien vice-président de l'Association métropolitaine des étudiants du secondaire. Haroldo a commencé sa carrière d'acteur au Théâtre expérimental des Noirs (TEN). En 1965, il faisait partie de l'équipe qui a lancé le réseau de télévision Globo. Haroldo a dirigé et produit plusieurs des premiers programmes de la chaîne.

> peut aussi mentionner certaines institutions officielles. Tout le monde connaît les obstacles considérables que rencontre un jeune Noir quand il s'inscrit à l'institut Rio Branco (ministère des Relations extérieures) pour passer le concours d'entrée ou à l'examen d'admission des écoles militaires supérieures. (…) Je connais le cas d'un homme qui, durant trois années consécutives, a passé l'examen de l'école militaire, validant chaque année l'examen intellectuel, mais étant toujours refusé à l'examen médical. La dernière fois, le médecin examinateur lui a dit de manière confidentielle qu'il n'avait absolument rien, mais sa couleur…(COSTA, 09/12/1948, p.04)

Haroldo Costa, l'auteur de l'article paru dans le journal *Quilombo*, a cité quelques exemples de discrimination raciale. Ces pratiques refusant strictement les « personnes de couleur » – pratiques parfois explicitement inscrites dans le règlement des établissements scolaires – se sont officiellement imposées, indépendamment de la classe sociale des élèves. Dans ce cas, le refus de la présence de cette population n'était, à vrai dire, pas seulement implicite ou informel, mais plutôt statutaire. Voici ce qui est arrivé en février 1929 à la fille adoptive de l'un des grands noms du théâtre brésilien, l'acteur Procópio Ferreira. L'école Sion – dirigé par des religieuses françaises – a refusé d'inscrire Abigail Izquierdo Ferreira (Bibi Ferreira) en primaire, alors que la mère d'Abigail, Aída Izquierdo (danseuse espagnole) et une sœur du collège s'étaient déjà mises d'accord sur l'uniforme et le paiement initial pour l'inscription. Après cette première rencontre, l'école a informé les parents par téléphone qu'une lettre leur avait été envoyée par courrier et qu'ils allaient très vite connaître la décision finale concernant l'admission de Bibi. En réaction à ces commentaires, et devançant la lettre, l'acteur s'est rendu à l'école, où il a appris que l'inscription de sa fille avait été rejetée par la mère supérieure. Alors qu'il mettait en avant son statut de classe et ses réelles conditions financières lui permettant de payer sans difficulté les mensualités, la sœur qui l'a reçu lui aurait répondu que l'établissement n'acceptait pas les « filles d'artistes de théâtre » ni les « personnes de couleur ». Dans le journal *Correio da Manhã*, Procópio Ferreira a témoigné:

> Ma petite fille, Bibi, avait l'âge d'aller à l'école. Je pensais la confier aux soins des sœurs de Sion (…). En conséquence, ma femme s'est chargée d'aller voir la direction du collège, après avoir préparé l'uniforme. Reçue par l'assistante de la supérieure, ma femme a donné les détails de l'admission de notre fille et a répondu aux exigences imposées, au nom du règlement, [comme celle] de payer à l'avance le montant de 290 000 $. Quelques jours plus tard, on reçoit un message téléphonique de l'assistante. Elle nous annonçait l'envoi d'un compte-rendu concernant Bibi. Je n'ai pas attendu l'arrivée du communiqué, et je me suis rendu au siège du collège. Surpris, j'apprends que ma petite fille n'était plus acceptée. « Vous comprenez – me dit la sœur –, l'établissement a ses traditions… » (…) Et puis elle me dit: « Quand votre épouse m'a dit que votre fille était une fille d'artistes, je pensais que vous pratiquiez un autre art… On n'accepte personne du théâtre ». Et elle continue: « C'est pas seulement ça, mais nos statuts sont devenus plus stricts. On ne reçoit pas non plus de personnes de couleur, même issues de familles de la haute société ». (CORREIO DA MANHÃ, 27/02/1929, p. 03)

Quelques années plus tard, comme mentionné dans la citation ci-dessus, le collège Notre Dame de Sion est une fois de plus critiqué par Haroldo Costa. Le militant du mouvement étudiant a exposé alors d'autres cas de rejets catégoriques de tentatives d'inscription d'élèves noires (COSTA, 1948). Conscients du manque d'engagement des responsables publics pour leur offrir au minimum l'enseignement de base, les entités noires ont adopté, en guise de résistance, leurs propres mesures pour assurer la formation intellectuelle de ce groupe social (DOMINGUES, 2009). En réponse à un réseau d'enseignement qui rendait difficile, voire interdisait, l'intégration d'élèves non blancs, ou qui, lorsqu'il les acceptait, les traitait avec mépris et humiliation, Haroldo Costa a proposé la création d'écoles noires, ainsi que l'émergence d'un discours pédagogique antiraciste:

> Les Noirs qui étudient au collège ou à l'université ont besoin de prendre conscience du besoin d'un travail d'acquisition de connaissances pour que les plus ignorants puissent y voir plus clair, et aussi de lutter pour l'union des gens de couleur autour d'organisations qui travaillent pour leur valorisation sociale au travers de l'éducation, de la culture ou de l'art. Parce que ce n'est que comme ça qu'on se rapprochera du jour où tous les Noirs du Brésil seront admis pour leur lucidité naturelle et pour l'instruction acquise. Et, ce jour-là, nos enfants n'apprendront plus dans leur livre de géographie, comme [c'est le cas] aujourd'hui, que, « de toutes les races, la noire est la plus ignorante ». (COSTA, 09/12/1948, p. 04)

La population noire est, en règle générale, restée proscrite de l'éducation publique et privée. Les obstacles mentionnés jusqu'ici étaient très fréquents durant la première moitié du XXème siècle, même quand les leaders politiques exprimaient leurs intérêts pour la diffusion d'une instruction primaire populaire (VEIGA, 2008). Afin de résister à ce cadre hostile de rejet, mais aussi d'accroître le sentiment d'union, de solidarité et d'autodétermination, divers groupes de Noirs se sont alors engagés dans la création d'une quantité importante d'associations éducatives et culturelles (avec des présentations musicales, des représentations théâtrales, des soirées, des récitals de poésies, des cours et des conférences), d'écoles mixtes pour adultes et enfants, de bibliothèques, etc. Or, ces actions ont effectivement joué un rôle important dans la conscientisation et la mobilisation de la population noire (DOMINGUES, 2009). Cependant, ces projets éducatifs ont été, comme l'avance Domingues (2016), ponctuels et n'ont pas trouvé le moyen de se consolider, en raison de la faible qualification pédagogique des responsables des unités d'enseignement, mais aussi et surtout en raison de l'absence de ressources matérielles et d'appui de la part des instances gouvernementales.

Quoi qu'il en soit, les communautés noires ont toujours œuvré pour la construction d'un réseau d'enseignement propre. Les premières informations trouvées sur des écoles noires dans l'État de São Paulo datent du XIXème siècle. À ce moment-là, les femmes intervenaient déjà comme professeures dans l'enseignement public (VEIGA, 2008), et elles ont notamment,

parfois en association avec les hommes, consolidé leurs respectives structures d'enseignement.[221] L'éradication de l'analphabétisme, dont celui des filles, était l'une des priorités des mouvements sociaux antiracistes. Les associations et la presse encourageaient constamment les membres des communautés à apprendre à lire et à écrire. En 1918, *O Alfinete* invitait déjà ses lecteurs à s'intéresser à la culture lettrée et, par là, à agir contre leur incapacité à devenir des citoyens de droit, car, pour le journal, les injustices que connaissait cette partie de la société étaient le résultat d'un analphabétisme généralisé. Alors qu'il dénonce l'illettrisme et la précarité de la scolarisation, *O Alfinete* (1918, apud BARROS, 2005, p. 86) a affirmé:

> L'état lamentable dans lequel se trouvent les hommes de couleur au Brésil – opprimés d'un côté par les idées esclavagistes qui n'ont pas complètement disparues de notre milieu social et de l'autre par l'ignorance néfaste dans laquelle végète cet élément de la race brésilienne – impose une réaction salutaire pour pouvoir avoir clairement conscience dans le futur que, pour eux, les droits ne vont pas de soi, la loi étant atrophiée et la justice bafouée. (...) Cette antithèse complète de tout ce qui est organique a pour cause principale l'analphabétisme qui prévaut chez plus de deux tiers de cette si malheureuserace.

Un an plus tard, *O Alfinete* (1919, apud BARROS, 2005, p. 87), journal de la presse noire, a déclaré la nécessité de lutter collectivement. L'éducation était là encore l'un de ses principaux chevaux de bataille en tant que ressource obligatoire pour obtenir respect, reconnaissance et dignité:

> Nous avons besoin de nous unir, parce que c'est de l'union que naît la force. Nous devons brandir notre bannière pour un idéal noble, comme le combat contre l'analphabétisme – ce fléau qui nous rend encore plus esclaves qu'au moment de la traite au Brésil. Nous ne reculons pas face aux attaques et aux moqueries des pessimistes et de ceux qui ne vivent que pour semer la discorde au sein de notre classe.

Il faut souligner que les Noirs avaient aussi pour objectif d'intégrer l'école publique, ce qui était perçu comme une condition indispensable pour participer directement à la construction de la nation. Pour cette population, l'éducation était synonyme de progrès et de nouvelles possibilités encore inexplorées. De la même manière, la République était un grand projet de justice sociale et d'équité, soit un système politique nouveau – opposé à celui de la monarchie esclavagiste – qui avait l'intention d'améliorer les conditions de vie des groupes sociaux défavorisés et d'offrir l'égalité d'opportunités. Mais, par-dessus tout, le gouvernement devait accorder au peuple les ressources nécessaires à la conservation et au

[221] Le collège Perseverança ou Cesarino, situé dans la ville de Campinas, a été fondé en 1860 par un couple de Noirs, dans le but de se consacrer à l'éducation féminine. S'il n'était pas réservé exclusivement aux filles noires, l'école acceptait aussi des élèves défavorisés et n'ayant pas les moyens de payer les frais de scolarité, de sorte qu'ils puissent poursuivre leur formation avec ceux ayant les moyens financiers nécessaires (Barros, 2005, p. 87).

contrôle du pouvoir, sans aucune distinction liée à la race. Dans ce sens, les Noirs devaient agir pour mettre fin à leur « condition de barbares » et, sans plus tarder, collaborer avec l'administration de ce régime démocratique et moderne, et obtenir en en même temps des bénéfices sociopolitiques et collectifs. Cela devait alors passer par le champ pédagogique créé par le système politique mis en place en 1889.

Le journal de la presse noire *Getulino* (1923, apud LUCINDO, 2016, p. 314) a souligné « les importantes aides de la démocratie républicaine qui a élargi et savamment ouvert l'enseignement public ». Ainsi, pour compléter les connaissances acquises par le biais des associations et des écoles noires, il était également nécessaire d'envoyer les enfants noirs dans les établissements d'enseignement de l'État. Ceux-ci constituaient l'unique moyen d'agir en tant que protagoniste de la proposition novatrice de la République. Passer par les instituts officiels devait permettre aux Noirs d'acquérir les connaissances et valeurs des classes dominantes, tout en se débarrassant des attitudes comprises comme des vices provenant soit de la race soit des temps de l'esclavage. Autrement dit, l'enseignement institutionnalisé était un moyen de leur donner la capacité de savoir comment se comporter selon les codes élitistes et comment correspondre à la culture dominante.

Par ailleurs, les communautés noires s'organisaient en mouvements de type antiraciste. Au début du XXème siècle, elles ont créé des organisations, des clubs et des associations à des fins d'aide, récréatives et/ou culturelles. Leurs membre sont mis en place des cours d'alphabétisation pour les enfants et les adultes, ainsi que des cours professionnalisants. Ils ont aussi œuvré pour garantir aux élèves de l'enseignement public du matériel scolaire gratuit, un uniforme et une assistance dentaire. Les pratiques éducatives des enseignants visaient, d'un côté, à redonner estime de soi et confiance en soi, au travers de la critique des discours raciaux basés sur le sentiment d'infériorité de ce groupe social. D'un autre côté, elles cherchaient à concevoir et à développer des actions politiques de résistance et d'action. Qui plus est, les membres organisaient différents évènements artistiques: représentations théâtrales, récitals de poésies, concerts, bals dansants, etc. Les festivités, se déroulant dans une atmosphère familiale et de respect – règle vigoureusement préconisée par les entités –, avaient aussi pour finalité de transmettre des messages éducatifs et idéologiques, par le biais d'activités ludiques. Les militants, y compris les femmes, élaborant de multiples programmes destinés à l'amélioration de la vie des membres, ainsi qu'à un message général de prospérité morale et matérielle de la population noire. Du point de vue de ces collectifs, de ces activités politiques et récréatives, découlaient union et cohésion.

Ainsi, Domingues (2007b) pointe la viabilité de la création d'une entité noire interétatique à São Paulo et à Rio de Janeiro à partir de 1914, le Centre de la fédération des hommes de couleur. L'historien précise que certaines associations agissaient aussi pour former des classes de travailleurs noirs: agents portuaires, cheminots et empaqueteurs. D'une certaine manière, ces dynamiques ont pu avoir pour effet d'amorcer une sorte d'organisation syndicale. Enfin, l'auteur fait référence aux chercheurs des sciences sociales qui, durant leurs recherches, ont répertorié un nombre considérable d'organisations noires existant dans certaines villes brésiliennes:

> À São Paulo, ont vu le jour le Club du 13 mai des hommes noirs (1902), le Centre littéraire des hommes de couleur (1903), la Société Propugnadora du 13 mai (1906), le Centre culturel Henrique Dias (1908), la Société union civique des hommes noirs (1915), l'Association protectrice des Brésiliens noirs (1917); à Rio de Janeiro, le Centre de la fédération des hommes de couleur; à Pelotas/RG, la Société progrès de la race africaine (1891); à Lages/SC, le Centre civique Cruz et Souza (1918). À São Paulo, l'organisationnoire la plus ancienne de cette période est le Club du 28 septembre, créé en 1897. Les plus grandes d'entre elles étaient le Groupe dramatique et récréatif Kosmos et le Centre civique Palmares, fondés respectivement en 1908 et 1926. (...) Pinto a recensé l'existence de 123 associations de Noirs à São Paulo entre 1907 et 1937. Muller a trouvé dans les registres la création de 72 [organisations de ce type] à Porto Alegre de 1889 à 1920, et Loner 53 à Pelotas/RS entre 1888 et 1929. Certaines associations étaient exclusivement formées de femmes noires, comme la Société Boucles d'oreilles de Princesses (1925) à São Paulo ou la Société d'entraide Princesse du Sud (1908) à Pelotas. (DOMINGUES, 2007b, p. 103-104)

Parallèlement aux organisations, clubs et associations, est apparu ce qu'on appelle la presse noire, soit des journaux édités par des Noirs et produits avec l'objectif de traiter des questions spécifiques à cette communauté. Dans les pages de ces journaux, étaient abordées des thématiques liées aux différentes difficultés auxquelles la population noire devait faire face. Une attention particulière était accordée à l'espace de travail, au logement, à l'alimentation, à l'éducation et à la santé. De plus, les journaux étaient des canaux de dénonciation du régime de discrimination raciale, devenant de la sorte un instrument pour penser collectivement des solutions concrètes:

> À São Paulo, le premier de ces journaux a été *A Pátria*, de 1899, ayant pour sous-titres *Orgão dos Homens de Cor* (Organe des hommes de couleur). D'autres titres ont aussi été publiés dans cette ville: *O Combate*, en 1912; *O Menelick*, en 1915; *O Bandeirante*, en 1918; *O Alfinete*, en 1918; *A Liberdade*, en 1918 ; et *A Sentinela*, en 1920. Dans la ville de Campinas, *O Baluarte* en 1903 et *O Getulino* en 1923. L'un des principaux de journaux de cette période était *Clarim da Alvorada*, lancé en 1924, sous la direction de José Correia Leite et de Jayme Aguiar. Jusqu'en 1930, on comptait l'existence d'au moins 31 journaux de ce type en circulation à São Paulo. La *presse noire* réussissait à réunir un groupe représentatif de personnes pour entreprendre la bataille contre les « préjugés de couleur », comme on disait à l'époque. Des journaux de la même nature sont apparus dans d'autres États, comme *Raça* (1935) à Uberlândia/MG, *União* (1918) à Curitiba/PR, *O Exemplo* (1892) à Porto Alegre/RS et *Alvorada* à Pelotas/RS. Ce dernier – publié avec de courtes interruptions de 1907 à 1965 – est le périodique de la *presse noire* ayant la plus longue histoire de vie dans le pays. (Ibidem, p. 104-105)

Si ces organisations optaient parfois pour une posture « non partisane », elles étaient probablement obligées de dialoguer constamment avec les différents courants politiques de l'époque, y compris avec les philosophies anarchistes et communistes, tout comme elles étaient poussées à se positionner vis-à-vis des théories raciales existantes. Selon le militant antiraciste José Correia Leite,[222] « à un moment donné [les années 1920], j'entendais beaucoup de gens dire que notre lutte n'avait aucune raison d'être, parce que les Noirs allaient disparaître. C'était une idée générée par des chercheurs » (S/D, apud PEREIRA, 2010, p. 52). De fait, au début du XXème siècle, il existait une relecture particulière des théories racialistes venues d'Europe.[223] Les scientifiques brésiliens ont introduit l'idée de blanchiment de la population au travers de mélanges interraciaux, commençant alors une politique agressive en faveur de l'immigration européenne. Ils pensaient que le processus de métissage pourrait garantir une prépondérance biologique et culturelle des Blancs, éliminant de la sorte toutes les caractéristiques non blanches de la population. Il s'agissait là d'une étape « transitoire et intermédiaire » vers la création d'un type national au phénotype européen (MUNANGA, 2014, p. 56). En ce sens, le médecin et scientifique brésilien João Batista de Lacerda affirmait: « Il est logique de supposer que, à l'entrée dans le nouveau siècle, les métisses auront disparu du Brésil, ce qui coïncidera ave l'extinction de la race noire parmi nous »[224] (1911, apud SCHWARCZ, 1997, p. 176).

En 1931, dans le cadre de la lutte contre le racisme au Brésil, a été créé le Front noir brésilien (FNB), une organisation dans laquelle ont été élaborés un programme bien défini et un projet idéologique avec des revendications claires. Durant la première moitié du XXème

---

[222] José Benedito Correia Leite est né le 23 août 1900 dans la ville de São Paulo. Issu d'une famille très modeste, il a travaillé dès son enfance comme livreur, ramasseur de bois, ou encore cocher. Dans les années 1920, José est devenu une figure importante du mouvement noir brésilien. À l'âge de 24 ans, il a créé le journal *O Clarim*, rebaptisé quelque temps plus tard *O Clarim d'Alvorada* – un périodique réalisé par des Noirs et visant à atteindre les communautés noires comme public. En 1931, José a été l'un des fondateurs du Front noir brésilien.

[223] Selon le racialisme pessimiste d'Arthur de Gobineau (1816-1882), les mélanges interraciaux conduiraient à la dégénérescence des races. Le racialisme évolutionniste, lié au « darwinisme social » de Gustave Le Bon (1841-1931), défendait, pour sa part, des concepts liés à la « lutte des races ». Il s'agissait là d'une sélection naturelle, soit la victoire du plus fort. Enfin, le racialisme eugéniste de Georges Vacher de Lapouge (1854-1936) proscrivait l'idée d'un déterminisme biologico-racial, la race correspondant plutôt, selon cette perspective, à certains types d'aptitudes. En outre, ce projet stipulait la sélection et le perfectionnement des qualités héréditaires d'une race. Dans une perspective d'évolution et de progrès des civilisations, ces trois théories défendaient vigoureusement la notion de pureté des races et de hiérarchie raciale (BOUCHER, 2000).

[224] Ce projet – bercé par l'idée du « darwinisme social », de la victoire des plus forts et de l'eugénisme – proposait des politiques publiques de nettoyage ethnique. À l'exception de Nina Rodrigues, adepte des théories de Gobineau, les chercheurs brésiliens – tels João Batista de Lacerda et Silvio Romero e Oliveira Vianna – étaient plutôt en faveur du processus de blanchiment (PEREIRA, 2010, p. 51).

siècle, le FNB constituait l'entité noire la plus importante du pays, comptant près de 60 antennes et divers groupes affiliés dans différentes régions (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul et Bahia), responsables de la mobilisation de la population noire (KÖSSLING, 2004).[225]

Dans ce cadre, les femmes n'avaient pas qu'une importance décorative ou symbolique. En réalité, leur rôle était profondément dynamique, que ce soit en participant aux initiatives mises en œuvre par des hommes ou en créant des initiatives propres. La Croisade féminine (Cruzada Feminina), par exemple, rassemblait des femmes pour réaliser des travaux d'aide et un autre comité, les Roses noires (Rosas Negras), organisait des bals et des festivals d'art. Ces groupes composés de femmes engagées dans la lutte antiraciste coordonnaient des évènements principalement centrés sur les domaines de l'éducation et de la culture[226] (DOMINGUES, 2007a). Ceux-ci dialoguaient aussi avec d'autres organisations de femmes comme l'Association civique féminine, fondée à São Paulo en 1932. D'un côté, au travers des organismes cités ci-dessus, les femmes représentaient le support économique le plus important du FNB et, d'un autre, elles étaient les grandes responsables du rassemblement des Noirs (enfants et adultes) au sein de l'entité.

Au sein du FNB, le Département intellectuel ou de la culture était sans aucun doute le plus significatif[227] (DOMINGUES, 2009). Pour cette organisation noire, l'éducation – incluant tant la pratique pédagogique conventionnelle que la formation culturelle et morale des Noirs – et l'instruction – incluant plus spécifiquement l'alphabétisation et la scolarisation (des jeunes et des adultes) – étaient des prérequis indispensables, voire même la solution aux problèmes des « gens de couleur ». On supposait que ce groupe de la population allait bénéficier d'estime et de prestige au sein de la société dans son ensemble dès lors qu'il réussirait dans le domaine de la connaissance et du savoir. En même temps, cette orientation intellectuelle devait leur permettre une intégration dans l'ordre social en vigueur, ainsi que leur ascension sociale, afin de diminuer les préjugés raciaux, voire, avec un peu de

[225] Les militants noirs du FNB étaient fréquemment accusés d'encourager le séparatisme, la haine raciale, voire même, dans certains cas, une africanisation du Brésil.

[226] Le langage intrinsèque aux documents de l'entité se caractérise par l'emploi de doubles substantifs. Afin d'inclure les deux genres dans les projets du collectif, le périodique utilisait fréquemment les termes « *frentenegrinos* et *frentenegrias* » (membres du Front noir), « mes frères et sœurs noires », « Noirs et Noires », « frères et sœurs de race », « Mesdames et Messieurs », « lecteurs et lectrices », « jeunes hommes et jeunes filles », « garçons et filles » (DOMINGUES, 2007a, p. 353-354).

[227] Afin d'encourager des projets spécifiques, le FNB a mis en place divers départements: l'instruction, la culture, le juridico-social, le médical, les arts et l'artisanat, la recherche d'emploi pour les employés domestiques (l'objectif était de trouver des emplois domestiques aux *frentenegrinas*), l'idéologique, l'art dramatique, la musique, le sport, ou encore la presse (ce dernier étant responsable de la publication de son principal canal de communication, le journal *A Voz da Raça*) (Ibidem).

persévérance, les éradiquer. Enfin, dans la mesure du possible, la culture lettrée devait garantir l'exercice d'une citoyenneté pleine, car, du fait de l'éducation et de l'instruction, les Noirs allaient acquérir des informations concrètes sur leurs droits et devoirs, et être ainsi en mesure de les réclamer (DOMINGUES, 2016).

Pour ce faire, le FNB disposait d'une infrastructure suffisamment grande pour maintenir le fonctionnement d'une école (de jour et du soir) avec des cours d'alphabétisation, une formation primaire et une « formation sociale » (qui correspondait au collège), des cours d'anglais et d'autres langues étrangères, des cours professionnalisants, une bibliothèque pour adultes et une autre pour enfants, des salles de lecture, ainsi qu'une troupe de théâtre et un groupe de musique.[228] Ces espaces acceptaient la participation des enfants comme des adultes. À certaines occasions, ils étaient aussi ouverts aux non-membres, comme les cours centrés sur l'apprentissage de la lecture et de l'écriture. Si, au début, ils étaient destinés à l'ensemble de la population noire, les leaders de l'organisation ont autorisé par la suite l'inscription de personnes d'autres groupes ethnico-raciaux.[229] L'entité avait aussi pour objectif de créer un Club d'intellectuels pour inclure aussi les étudiants, poètes, journalistes et écrivains, en mettant en place un espace d'échange culturel et social, ainsi qu'en publiant un journal littéraire et des livres d'auteurs noirs. Ces projets n'ont toutefois jamais vu le jour.

Chose peu commune à cette époque, les classes de maternelle et de primaire étaient mixtes, à savoir que filles et garçons étudiaient ensemble. Dans cette école, ont également été introduits des examens terminaux, et les résultats des élèves étaient consignés dans des bulletins scolaires. Par ailleurs, à la fin de l'année scolaire, des kermesses étaient réalisées avec les élèves, les familles et autres invités. En ce qui concerne l'organisation des classes, certains chercheurs avancent qu'elles étaient organisées en différents niveaux, chaque classe correspondant à un niveau, alors que d'autres chercheurs avancent que les cours étaient organisés selon un système multi-niveaux, avec plusieurs niveaux dans une même classe.

Quoi qu'il en soit, avec les cours, le FNB a inauguré – au travers de caractéristiques jusqu'alors plutôt modérées – un positionnement critique vis-à-vis du faible et/ou mauvais

---

[228] Son siège social comptait des salles attribuées à la présidence, au secrétariat, à la trésorerie, aux réunions et aux différents départements. L'organisation noire utilisait aussi un local pour les rencontres et les loisirs, avec un bar, une salle de jeu et un salon pour l'organisation de fêtes et de cérémonies officielles. Pour leur part, les départements assuraient divers services de base aux adhérents: salon de beauté avec barbier et coiffeur, atelier de couture, bureau d'inscription aux listes électorales, cabinet dentaire, agence pour l'emploi et l'aide au logement, un fonds de solidarité offrant une aide médicale, hospitalière, pharmaceutique et funéraire, etc.

[229] En 1917, dans l'État de São Paulo, les Italiens avaient 49 écoles avec 6 882 étudiants tandis que les Allemands en avaient 37 avec 3 387 étudiants (LUCINDO, 2016, p. 315).

accueil des élèves noirs dans les écoles publiques et privées. De fait, lorsque les jeunes étaient admis dans le système formel, ils devaient faire face à un cadre d'asymétries raciales dans lequel il était fréquent d'observer des postures différenciées du corps enseignant, ainsi qu'un matériel didactique avec des contenus véhiculant une image négative des Noirs. Au vu de ces éléments, certains faits de l'histoire du Brésil étaient, au sein de l'école du FNB, présentés à partir d'une nouvelle approche, parfois dans une perspective quelque peu mythique et schématique, mais toujours focalisée sur la participation significative des Noirs dans la construction de la nation (DOMINGUES, 2009).

Pour ce qui est du corps enseignant, le centre éducatif *fretenegrino* (du FNB) comptait, à partir de 1934, deux professeures noires nommées par l'État de São Paulo. Néanmoins, les cours de primaire étaient les seuls à bénéficier d'éducateurs formés et régulièrement rémunérés. Les autres classes étaient réalisées par des bénévoles. Cette enceinte – s'ajoutant aux domaines d'action pédagogico-politiques des organisations noires des années 1930, rendues possibles y compris à l'intérieur des terres du territoire national – représentait avant tout une réaction concrète à différentes pratiques d'exclusion dans le réseau d'enseignement général (Idem, 2016).

À ce propos, la lecture et l'écriture représentaient, sur le plan extérieur, d'importantes ressources pour les affrontements en vue d'une société plus juste, plus égalitaire et démocratique, dans la mesure où l'État n'offrait pas les services et biens considérés comme indispensables pour une vie digne. Sur le plan interne, les apprentissages symbolisaient également la recherche d'une ascension sociale, ainsi qu'un instrument pour renforcer l'estime de soi et le sentiment de cohésion et de solidarité, mais aussi pour garantir la mobilisation et la formation d'espaces autonomes. L'alphabétisation doit donc être comprise pour ses contours et ses implications politiques.

Finalement, les communautés noires se sont organisées en mouvement de gauche. La sociologue Flávia Rios (2014a) cite un article du journaliste et militant noir Hamilton Cardoso, qui a étudié cette tendance dans le Front noir. L'auteur a travaillé sur un courant influencé par l'idéologie communiste, dont le principal représentant était le fondateur de l'entité antiraciste, José Correia Leite.[230] Selon l'analyse d'Hamilton:

> La lutte contre le blanchiment entrainait la lutte pour le noircissement, ce qui n'a pas empêché l'émergence de groupes – combinant lutte raciale et sociale – de tendance socialiste dans l'opposition au Front noir Brésilien, menant une lutte sociale des

[230] Il y avait également un autre courant, qui est largement cité par les historiens, celui d'inspiration fasciste, avec à sa tête Arlindo Veiga dos Santos.

> Noirs contre l'exploitation économique des hommes, contre l'hégémonie blanche dans le pays. (CARDOSO, 1979, apud RIOS, 2014a, p. 71)

Laudelina de Campos Melo était une figure très connue du Front noir et du Parti communiste. Elle est née le 12 octobre 1904 à Poços de Caldas (dans l'État de Minas Gerais), de parents « bénéficiant » de la loi du Ventre Libre.[231] Dès son adolescence, elle a travaillé comme employée domestique. À l'âge de 16 ans, Laudelina a été élue présidente du Club du 13 mai. Cette entité était responsable de la réalisation d'activités récréatives et politiques dans sa ville natale. À ses 18 ans, elle est allée vivre dans la ville de São Paulo et s'est mariée deux ans plus tard, à l'âge de 20 ans. Elle a eu deux fils avec son mari, Geremias Henrique Campos Mello. En 1924, Laudelina est partie vivre à Santos, dans les terres de l'État de São Paulo. Elle participait alors à l'organisation Saudades de Campinas, un groupe dont l'objectif était de valoriser la culture noire dans la ville. Dans les années 1930, Laudelina est devenue une importante défenseure des droits des femmes et des employées domestiques.

À partir des années 1920, Laudelina a été active dans différents groupes politiques dans lesquels elle a mené des analyses sur les mécanismes de discrimination de genre et de race. Cette expérience lui a été utile par la suite pour faire la promotion d'une critique de la situation des femmes noires et des travailleuses domestiques. Elle écrit au sujet de cette catégorie que « la situation des employées domestiques était vraiment pénible. La majorité des anciennes travaillaient 23 ans et mourraient dans la rue en mendiant. Là-bas, à Santos, nous prenions soin d'elles, nous nous en occupions jusqu'à leur mort. C'était des restes de

[231] La loi du Ventre Libre, adoptée en 1871, rendait légitime la condition servile des Noirs. En réalité, ce premier précepte abolitionniste constituait une nouvelle manière de penser la liberté, dans la mesure où cette loi libérait tous les enfants nés d'une mère esclave et limitait, en même temps, leurs droits constitutionnels. En d'autres termes, le nouveau-né était un individu libre, tout en restant sujet à certaines restrictions imposées par ses propriétaires. L'article premier de la loi déclare libres tous les enfants nés après la promulgation de cette dernière. Les paragraphes suivants attestent toutefois de leur obligation de rester sous l'autorité du maître de leur mère esclave. Selon cette prescription, les propriétaires avaient le devoir de répondre aux premières nécessités de l'enfant jusqu'à ses 18 ans. Ils avaient ensuite le choix de l'exploiter en tant qu'esclave jusqu'à ses 21 ans ou de le remettre à une institution du gouvernement (une sorte d'orphelinat ou de centre de rééducation où l'enfant était soumis à un régime de prison et de travail forcé) contre une indemnisation. Bien évidemment, la progéniture n'avait aucune marge de manœuvre quant à la décision finale. Dans ce cadre, les avantages constitutionnels étaient accordés à tous les descendants d'esclaves, mais selon certains critères de légitimité et d'application. Juridiquement, les enfants originaires d'un « ventre libre » étaient des « Brésiliens libres » auxquels l'empire devait garantir une égalité de traitement et des chances. Toutefois, cette loi établissait aussi toute une série de règles relatives à l'acquisition de cette liberté, imposant certaines normes auxquelles les descendants de mères esclaves devaient se soumettre pour devenir des sujets de droit. C'est pour cette raison que Dora de Lima Bertúlio affirme que cette loi a développé une nouvelle manière de concevoir la liberté, dès lors susceptible d'être brisée par une prescription. La loi du Ventre Libre, souvent citée comme émancipatrice et comme le reflet d'une véritable volonté politique de répondre aux principes humains d'égalité et de liberté, était dans les faits un outil d'orientation idéologique, une doctrine basée sur le discours abolitionniste mais qui, en réalité, tentait de priver la population noire des droits fondamentaux fixés par les institutions. Les droits politiques inaliénables dont tous les citoyens devaient disposer étaient alors légalement refusés aux Noirs libres (BERTÚLIO, 2007).

l'esclavage, parce qu'elles étaient toutes descendantes d'esclaves » (MELO, S/D, apud PINTO, 1993, p. 217). En 1936, Laudelina a fondé l'Association professionnelle des employées domestiques de Santos, dont l'objectif principal était d'obtenir le statut juridique de syndicat afin de leur permettre de négocier avec l'État la reconnaissance légale de leur catégorie et, par là, leurs droits de travailleuses. L'exclusion de ces travailleuses ne se limitait d'ailleurs pas à l'interdiction d'une syndicalisation, mais consistait aussi en l'inexistence d'une réglementation de l'activité dans le droit du travail.

Dans les années 1940, Laudelina est alors devenue le premier grand leader syndical femme de sa catégorie professionnelle. En 1946, au cours du Congrès syndical des travailleurs, l'Association professionnelle des employées domestiques a lancé une campagne pour sa syndicalisation. L'objectif était une modification de la partie des lois du Travailles concernant, car les interdictions les laissaient à l'écart des bénéfices de la Sécurité sociale et des garanties du travail. D'après le témoignage de Laudelina dans le *Jornal de Notícias*,

> Quand la loi sur le Syndicalisme a été promulguée – selon les femmes interrogées, à partir de diverses allégations, parfois même absurdes, y compris celle selon laquelle elles ne produiraient pas pour la nation –, les employés domestiques étaient exclus de tout encadrement syndical et n'avaient pas le droit de s'organiser en association pour la défense de leurs intérêts économiques et professionnels.[232] (JORNAL DE NOTÍCIAS, 13/09/1946, p. 05)

En ce sens, il est important de déconstruire d'un côté l'idée d'une absence de scolarisation des Noirs avant la diffusion de l'enseignement formel dans les années 1960 et, de l'autre, de déconstruire l'idée d'une absence d'organisation politique de ce groupe social. Ses productions (statuts, articles, revues, journaux, etc.) attestent d'une volonté d'instruction, d'esprit de cohésion, d'entraide, d'ascension sociale et, enfin, de création d'espaces indépendants, réservés au débat sur leurs problèmes. Ils défendaient, en outre, une éducation très proche du principe de conscientisation, d'émancipation et du pouvoir d'agir, en vue d'une transformation sociale (LUCINDO, 2016). Nascimento (2016a, p. 611-612) cite d'ailleurs quelques références bibliographiques de recherches sur les différents groupes de travailleurs noirs organisés:

> Ils nous ont trouvés dans les usines en tant qu'ouvriers/ouvrières au milieu d'immigrants et de nationaux libres et blancs/blanches (Andrews, 1998), ils nous ont vus en train de porter des sacs de café dans les ports, de créer des syndicats et de mener des grèves historiques (Cruz, 2005), de construire des chemins de fer (Souza, 2010), de chasser des baleines (Castellucci Junior, 2008), de servir les patrons maîtres d'esclaves dans les capitales (Graham, 1992; Damasceno, 2011), de développer des emplois libéraux dans le domaine de la médecine, de l'ingénierie, du journalisme (Gomes & Domingues, 2013), etc., de montrer et de jouer dans des compagnies de théâtre populaire (Bongiovanni, 2014), d'enregistrer des *lundus* et

[232] Durant la dictature militaire, Laudelina a été victime de la répression.

> *sambas* sur des disques (Abreu, 2010), de dancer dans les nuits réservées aux Orixás (Reis, 2008). Les Noirs et les Noires sont aussi sortis/sorties du cadre, ont poignardé ceux/celles qui rentraient en conflit avec eux/elles pour le poste le mieux rémunéré ou pour un emploi vacant (Ribeiro, 1990; Chalhoub, 1986); ils/elles ont fait leurs groupes de musique et joué au Brésil et à l'extérieur (Hertzman, 2013); ils/elles ont utilisé les types qui avaient imprimé les papiers de [l'association] Hommes de couleur (Santos, 2003; Pereira, 2010 ; Pinto, 2014) ; ils jouaient au football et faisaient vivre l'enfer aux élites des clubs (Pereira, 2000); ils affrontaient les mesures disciplinaires de la part des officiers blancs de la Marine de guerre (Nascimento, 2016). On peut remarquer la richesse et la diversité des histoires révélées par les recherches sur les trajectoires individuelles et collectives de ces personnes dans le processus qui a juridiquement mis fin à l'esclavage.

Pour reprendre la question de départ, mais en ayant désormais connaissance du protagonisme historique des femmes noires comme sujet politique, nous allons chercher à comprendre l'absence de recherches sur leur militantisme politique dans les travaux portant sur le XXème siècle.

En ce qui concerne les études s'intéressant au renforcement du mouvement ouvrier, lorsque celles-ci mentionnent la présence de Noirs, ces derniers sont représentés comme une main d'œuvre récemment libérée et immédiatement substituée par des immigrés d'origine européenne. À la fin du XIXème siècle, l'État brésilien a en effet mis en place un programme clairement raciste de construction de la nationalité, basé sur les principes de la supériorité de la race blanche et de l' « amélioration » de la population grâce à l'accueil d'étrangers considérés comme racialement supérieurs (Vainer, 1990).

D'un autre côté, la Constitution de 1891 interdisait l'immigration d'origine africaine et asiatique, bien que des Japonais aient été acceptés durant la Seconde Guerre mondiale. Ainsi, en parallèle au processus qui devait donner lieu à l'abolition de l'esclavage, émerge une politique agressive d'encouragement de l'intégration de groupes en provenance du vieux continent (PEREIRA, 2010). Cet ensemble de personnes a alors été, dans les œuvres historiographiques, identifié comme le principal groupe d'ouvriers et de militants responsables de l'introduction d'idées anarchistes, communistes et socialistes dans le pays. Au cours des années suivantes, avec la création du Parti communiste brésilien, une plus grande attention est accordée aux travailleurs du pays, même s'il s'agissait avant tout de donner de la visibilité aux militants blancs. Or, ce courant de pensée prévaut dans les recherches sur la dictature militaire jusqu'au milieu des années 1980.

Dans ce sens, pour Nacimento (2016a), les chercheurs en sciences sociales ont fabriqué, à partir de la fin du XIXème siècle, l'idée d'une inexistence d'un militantisme partidaire chez les Noirs. À l'heure actuelle, il est encore difficile pour les historiens d'admettre le rôle de ce groupe social en tant que militants dans les circuits anarchistes et

communistes. Cette logique a rendu difficile la réalisation d'analyses critiques des problèmes générés par le racisme, y compris de la proposition selon laquelle une culture politique chez les travailleurs esclaves serait impensable. Qui plus est, elle niait la présence de Noirs militants dans la première moitié du XXème siècle et le rôle d'agents de mobilisations des « véritables prolétaires ». Enfin, cette logique a favorisé la production d'une histoire unique, marquée par l'hégémonie culturelle et raciale des Blancs. Un autre point commenté dans cette recherche est l'intérêt excessif porté à la dimension de classe, tandis que la « question des femmes » et les « questions raciales » étaient relayées au second plan, ces thèmes ne faisant pas l'objet d'investigation.

Pour ce qui est des travaux sur le féminisme et son développement par vagues,[233] le discours hégémonique fixe la critique radicale à une décennie déterminée (HEMMINGS, 2009). Selon cette narrative, caractérisée par des changements linéaires, les femmes noires n'auraient commencé à jouer un rôle que dans les années 1980. Les femmes noires, indiennes, métisses, pauvres et travailleuses auraient considéré, notamment dans le contexte nord-américain, que l'agenda politique des militantes les excluait, générant alors nombre de critiques quant à la catégorie de « femme » comme figure universelle.[234] La proposition de ce nouveau débat, qui aurait émergé à la moitié des années 1980, était de dire qu'on ne pouvait parler de « la femme », car « les femmes » sont diverses, avec des identités multiples. Il n'était alors plus possible d'analyser une seule et unique condition féminine, en raison de l'existence de nombreuses différences, non seulement de classe, mais aussi régionales, générationnelles, ethniques, raciales, sexuelles, religieuses, etc. En ce sens, les femmes noires, indiennes, métisses et autres ont commencé à remettre en question la visibilité de la catégorie « femmes » et à revendiquer la « différence » – au sein de la différence – comme une question méritant d'être prise en compte.[235]

En réalité, l'intervention des femmes noires dans les mouvements sociaux a toujours été courante, y compris dans le mouvement féministe. Pour autant, en raison de l'absence de

---

[233] « Dans les récits du féminisme, il existe la notion de (…) différentes vagues. Dans la première vague (fin du XIXème et début XXème), les femmes revendiquaient des droits politiques, sociaux et économiques; dans la deuxième vague (à partir de la moitié des années 1960), elles se sont mises à exiger le droit au corps, au plaisir, et luttaient contre le patriarcat » (PEDRO, 2011, p. 271).

[234] Par exemple, la notion de travail à l'extérieur du foyer et celle de carrière, défendues par Betty Friedan dans le livre *Mística Feminina*, ne signifiaient pas une forme d' « indépendance » pour ces femmes issues des couches les plus modestes, puisqu'elles ont toujours travaillé à l'intérieur et à l'extérieur du foyer (SOIHET & PEDRO, 2007).

[235] « Le féminisme des années 1990 serait celui de la catégorie des ‹ relations de genre ›, résultant du tournant linguistique et, par là, lié au poststructuralisme et, enfin, à la critique même de cette catégorie, avec Judith Butler à sa tête » (PEDRO, 2011, p. 271).

critiques du racisme, leur représentativité n'a été acceptée et donnée à voir qu'à partir des années 1980. En ce sens, on peut supposer que la prédominance de ce discours hégémonique a eu pour effet de gommer les particularités des différentes trajectoires, en passant sous silence les multiples différences existant au sein de la pensée féministe et des luttes antiracistes. Aujourd'hui encore, les chercheurs en sciences sociales s'intéressent au rôle des femmes noires essentiellement à partir de la fin du XXème siècle.

En ce qui concerne les études portant sur les questions raciales, il arrive encore parfois que la remise en cause de la « démocratie raciale »[236] soit difficile, de même que le fait de pointer les formes de racisme existantes dans le pays. Selon une croyance généralisée, le métissage et l'harmonie entre les races « originaires » – indigène, noire et européenne – demeure l'une des « plus grandes » conquêtes politiques et sociale du Brésil. À partir de la fin de l'esclavage en 1888 et de l'instauration de la république en 1889, l'élite dominante a cherché à créer un « type ethnique national » (MUNANGA, 2004). Le métissage est, de la sorte, devenu l'élément central du nationalisme brésilien et a, par la suite, participé à la construction du mythe d'une société sans préjugé et sans discrimination raciale, au point que l'esclavage au Brésil est considéré comme le plus humain et le plus supportable (PEREIRA, 2010).

Avec l'adoption d'une culture nationale hybride, le président Getúlio Vargas (1930-1945) a pu intégrer les Noirs – pour le moins au niveau symbolique – à la nation brésilienne. L'idéologie de la « démocratie raciale », développée et diffusée par Gilberto Freyre, offrait alors au chef du gouvernement l'idée – dès lors à caractère scientifique – d'une société multiethnique. Au fil des ans, cette théorie a acquis les contours d'un idéal d'égalité d'opportunités de vie et de respect des droits civiques et politiques pour toutes les « races ». Ce principe a régi les discours raciaux jusqu'au début des années 1990. En outre, le sexisme présent dans les mouvements noirs a empêché la visibilité des femmes. En 1978, Maria Dulce Pinheiro Pinto, militante antiraciste, écrivait alors:

> Après l'Acte public (…) du Mouvement noir unifié contre la discrimination raciale, nous, les femmes, nous comprenons l'importance d'un Mouvement féminin des femmes NOIRES. En plus d'être un fait inédit, nous avons conscience que nous avons besoin de nous organiser et de structurer ce mouvement. Notre objectif est de nous situer dans une position d'égalité de droits avec les hommes de cette société, sans les laisser nous manipuler et conserver l'ancien concept selon lequel les femmes sont des êtres irréfléchis et qui ont besoin d'un appui masculin en toutes

[236] Au Brésil, à partir de la fin du XIXème siècle, a été élaborée l'idéologie d'une symétrie entre les « races ». Le métissage de la population aurait permis l'égalité de tous les citoyens. Le livre *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, publié en 1933, vantait les effets positifs du mélange entre Blancs, Noirs et Indiens dans la constitution de la société brésilienne (D'ADESKY, 2001).

> circonstances. **La Griffe des femmes noires** a pour élément primordial la conscientisation des femmes pour qu'elles ne se satisfassent pas d'une condition de soumission. Nous ne sommes pas contre « les hommes », nous voulons, au contraire, qu'ils nous respectent comme des êtres égaux, que nous ne soyons pas perçues uniquement comme des mères, des domestiques et des objets sexuels. Les femmes sont les plus discriminées, alors que, en réalité, ce sont elles qui affrontent toujours les pires situations. Ce sont elles qui, avec les hommes, font face au quotidien en travaillant à l'extérieur, en s'occupant des tâches domestiques, des enfants et même de leur compagnon. Ce n'est pas le cas des femmes blanches (bourgeoises) qui ont des employées domestiques, des nourrices, une voiture et ne travaillent pas à l'extérieur. (AFRO-LATINO-AMÉRICA, 2014, p. 63)

L'article dont est tiré l'extrait ci-dessus a été publié dans la section « Afro-Latino-América » du journal *Versus* créé en octobre 1975 et donnant lieu à des publications essentielles à la compréhension des relations entre militantes antiracistes et militants de gauche, tel que le montre Rios (2014a). Dans les grandes lignes, *Versus* était initialement un projet « visant à décrire une certaine culture de résistance née des luttes contre l'exploitation et la violence sur le continent » (TOULHOAT, 2016, p. 02). Le concepteur du tabloïd, le *gaúcho* Marcos Faerman,[237] a réalisé différents reportages (avec plusieurs types de documents: récits, discussions, lettres et extraits de journaux intimes) sur les expériences des dictatures dans les pays latino-américains. Il s'agissait, d'un côté, d'un moyen d'atteindre des lecteurs issus des milieux intellectuels et universitaires et, d'un autre côté, d'un artifice pour exposer des récits et des images opérant comme des métaphores reflétant la réalité politique brésilienne.[238] L'objectif était ainsi d'échapper à la censure contre la presse.

La censure des moyens de communication a été officiellement établie en 1967. Très vite, s'est alors installé dans le pays un climat d'intolérance politique extrême. Celui-ci se caractérisait par l'interdiction ou les modifications de divers contenus de journaux et œuvres artistiques (pièces de théâtre, films, livres et chansons), accusés de constituer un matériel subversif, ce qui pouvait être un motif d'emprisonnement, de torture et, dans certains cas, du meurtre de journalistes, d'écrivains ou d'artistes. Le contrôle étroit du système de communication a entravé, de façon pérenne, tout type de manifestation culturelle ou artistique dissidente.

---

[237] Marcos Faerman est né en 1943 à Rio Pardo, dans l'État du Rio Grande do Sul. Il a été journaliste, professeur et responsable culturel. Il a collaboré avec différents périodiques de ladite presse alternative et, au cours de sa trajectoire, il a été connu pour sa pratique du journalisme littéraire. Marcos a commencé à militer dans le mouvement étudiant du secondaire. À l'adolescence, il a intégré le Parti communiste. En 1968, il a été choisi pour intégrer la direction nationale du Parti ouvrier communiste (POC) et a travaillé au *Jornal da Tarde* à São Paulo. Marcos est décédé en 1999.

[238] Si, au départ, le journal est distribué de main en main, à partir de sa septième édition, *Versus* parvient à être édité au niveau national, grâce à la maison d'édition Abril, et atteint les 35 000 exemplaires en 1977.

Pour autant, à partir de 1964, les restrictions à la liberté ont aussi participé à l'émergence d'une presse alternative, dans laquelle était proposé un projet politique d'opposition au régime militaire et de réflexion déconstruisant les méthodes de traitement de l'information alors en vigueur – résistance contre l'autoritarisme et les médias grand public était le mot d'ordre. Selon cette perspective, différents journaux et revues indépendants comptaient des publications audacieuses et novatrices, caractérisées par la remise en question des valeurs et des pratiques de la culture dominante. En outre, ces initiatives éditoriales représentaient un espace d'articulation et d'action pour les intellectuels, les journalistes et les secteurs de gauche engagés dans la critique de l'ordre politique et des inégalités de classe. Cette presse alternative apparaissait donc comme l'un des rares moyens d'exercer une certaine liberté d'expression.

Pour Rios (2014a, p. 55), le contexte de la répressiona contraint *Versus* à revêtir un aspect original: « la culture comme expression symbolique du politique ». En ce sens, le terme « culture » était pensé comme un moyen de créer un reportage non factuel. Ainsi, le journal avait recours à des réflexions philosophiques, historiques et sociologiques, ainsi qu'à une production de textes avec une importante teneur littéraire. *Versus* s'intéressait à l'Amérique latine, notamment aux pays avec des régimes dictatoriaux. Or, d'après les analyses de Rios (Ibidem), cette orientation a nourri les arguments postérieurs des chercheurs spécialistes du périodique, affirmant que ce dernier comportait le projet d'une construction identitaire basée sur la région latino-américaine pour la construction d'un « nous ». En contrepartie, au nom de la position anti-impérialiste des intellectuels de gauche, le journal rejetait les normes venant des États-Unis.

De fait, le tabloïd, aux caractéristiques transnationales, publiait des informations sur les luttes de libération politique du moment et repérait des processus historiques communs d'oppression des peuples les plus défavorisés du continent. Les Indiens, en tant que représentants des cultures dites natives, étaient désignés comme les véritables ancêtres du territoire, soit l'agent principal du « nous » métisse et, par là, le moteur de l'unification des Amériques. Selon cette perspective, les trajectoires de diverses personnalités ayant résisté à la colonisation européenne ont été analysées dans les textes produits. D'un autre côté, les Noirs n'ont pas immédiatement bénéficié d'un traitement spécifique. Comme le révèle la recherche de Rios (Ibidem), leur mémoire – soit les rebellions d'esclaves et les noms des leaders – a été laissée de côté. Les références présentes dans le journal *Versus* concernaient uniquement les marches pour la décolonisation en Afrique. Les relations raciales étaient interrogées dans les

nations lusophones comme l'Angola, le Mozambique ou la Guinée Bissau, tandis que les journalistes n'analysaient pas leurs corrélations avec les Noirs de la société brésilienne. Toutefois, tel que l'indique Rios (Ibidem), Marcos Faerman était à la recherche d'écrivains disposés à réfléchir de manière critique au contexte national.

La proposition originale de diffusion de l'information a attiré divers professionnels originaires de journaux politico-partidaires, interdits depuis 1964, mais aussi de la presse traditionnelle (TOULHOAT, 2016, p. 05). Pour autant, les publications de *Versus* sont particulières dans la mesure où leur concepteur, Marcos Faerman, refusait la production bureaucratique et standardisée des médias grand public, tout en rejetant en même temps la proposition d'une production purement idéologique rattachée à une organisation politique spécifique. De ce fait, des journaux féministes, comme *Nós mulheres* (Nous les femmes), dialoguaient avec les auteurs de *Versus*.

La section « Afro-Latino-América » a été créée par la journaliste Neusa Maria Pereira qui, en 1977, s'est rendue au siège du journal *Versus* et a déposé un article – sous forme de manifeste – ayant pour titre « Pela Mulher Negra » (Pour les femmes noires), amorçant ainsi un projet politique de résistance au régime militaire et de dénonciation du racisme, en particulier par le biais d'une démystification de l'idéologie officielle de la démocratie raciale. Neusa Maria Pereira est née le 24 août 1948 à São Paulo. Sa mère, Maria de Lourdes Pereira, est décédée quand elle avait trois ans. Son père, fonctionnaire, est resté seul avec ses deux enfants. José Pereira était largement conscient des mécanismes de discrimination, et, dans les années 1930, la grand-mère de Neusa avait participé au Front noir brésilien. Son père l'encourageait à poursuivre sa scolarité et, une fois adulte, à obtenir un poste valorisé. En 1970, elle a été admise à la formation de journalisme de l'université pontificale catholique de São Paulo (PUC) et est devenue, en 1974, la première de sa famille à avoir un diplôme universitaire.

Elle a alors travaillé dans des journaux de la presse grand public, des institutions dans lesquelles elle a raconté avoir été victime de multiples formes de discrimination raciale et de genre. Plus tard, en 1977, elle s'est rendue au siège de *Versus* avec son article, mentionné plus haut. Neusa a décrit ainsi cet épisode:

> Un journal de tendance socialiste, un journal de littérature, un journal révolutionnaire (…) à tous les niveaux. En termes de contenu, en termes de design graphique, en termes de personnes qui donnaient des entretiens (…). Je suis alors allée là-bas un après-midi. J'avais écrit un texte sur la discrimination des femmes noires. Je suis arrivée là-bas, à *Versus*, très gênée (…) et j'ai donné ce texte à (…) l'éditeur. J'y suis retournée deux jours plus tard, et il m'a dit: « On va publier votre texte (…) ». C'est moi qui ai ouvert cette page. Quand je suis allée là-bas, que j'ai

> amené ce texte et qu'il a été accepté. C'est comme ça que j'ai commencé à fréquenter *Versus.* (PEREIRA, 2015a)

Plus tôt, Marcos Faerman avait déjà établi des relations avec d'autres écrivains noirs. L'éditeur en chef de *Versus* était un collègue de travail d'Oswaldo de Camargo.[239] Il a alors été proposé au journaliste de São Paulo un espace où écrire sur l'expérience des Noirs au Brésil. C'est à partir de cette période que des productions orientées vers les problèmes nationaux émergent.[240] Selon Rios (2014a), Oswaldo a commencé son activité chez *Versus* avec des articles sur les productions écrites des Noirs, réalisées par des associations et des entités politiques de la première moitié du XXème siècle. En même temps, le journaliste a introduit d'autres collaborateurs engagés. L'actrice et militante Thereza Santos – récemment arrivée d'Angola – est ainsi devenue membre du journal alternatif. Ils ont ensuite associé au groupe d'autres intellectuels et/ou militants politiques. *Versus* réservait également des sections à l'articulation d'idées venant des lecteurs et permettait ainsi au grand public non blanc de participer de manière active à la construction de sa ligne politique et éditoriale (TOULHOAT, 2014). En ce sens, le journal *paulista* a été marquée par deux générations d'écrivains noirs: des jeunes universitaires et un groupe de plus de quarante ans – chacun avec une expérience de militantisme politique dans des organisations noires. Neusa fréquentait déjà le CECAN, les soirées *black*, les centres de candomblé. C'est par la suite, alors âgée de 29 ans, qu'elle intègre *Versus*.

L'article présenté en 1977 a été accepté en vue de sa publication. En même temps, Neusa était invitée à participer aux activités quotidiennes du groupe. Ainsi, petit à petit, elle a commencé à fréquenter de plus en plus l'équipe de *Versus.* En début de soirée, une fois sa journée de travail de relectrice terminée, Neusa se rendait journal alternatif. Dans les locaux, l'écrivaine restait silencieuse. Selon le témoignage autobiographique publié sur le site internet

---

[239] Oswaldo de Camargo est un historien de la littérature, journaliste, poète et écrivain. Il est né à Bragança Paulista, dans l'État de São Paulo, le 24 octobre 1936. Ses parents travaillaient dans les champs de café. De ses 12 ans à ses 17 ans, Oswaldo a étudié au Séminaire Nossa Senhora da Paz, à São José do Rio Preto. Il a quitté cet établissement en 1954. Dans sa jeunesse, il a étudié le piano et l'harmonie au conservatoire Santa Cecília, à São Paulo. À ses 19 ans, il devient journaliste et, à ses 23 ans, il est relecteur de différents journaux de renom à São Paulo, ainsi qu'auteur de livres de poésie. En 1978, Oswaldo fait partie du premier numéro de *Cadernos Negros*. Dans les années 1970, il représente une référence pour les jeunes universitaires noirs organisés.

[240] Pour résumer, la ligne éditoriale de *Versus* était focalisée sur le passé, car les évènements historiques servaient de métaphore pour le présent, mais permettaient aussi de protéger le journal de l'impitoyable répression envers les publications dites subversives (de la 1ère à la 12ème édition). Par la suite, le contexte politique contemporain est devenu prédominant (de la 12ème à 24ème édition), à savoir lorsque a été lancé la rubrique « Afro-Latino-América » (1977-1979). Enfin, la ligne éditoriale a adopté un discours ouvertement politisé et a introduit des analyses des politiques locales (de la 24ème à la 34ème édition).

dédié à Marcos Faerman[241], elle « restait tranquille, observant les discussions entre collègues et les entrées et sorties des journalistes, écrivains, artistes plastiques et acteurs qui circulaient à la rédaction – des gens importants de la vie culturelle du pays » (PEREIRA, S/D). Attentive aux dynamiques du tabloïd, même si elle ne se positionnait pas directement, Neusa a créé, durant cette première phase, de solides relations avec les éditeurs. Quelque temps plus tard, Marcos l'a interrogée sur la possibilité d'avoir d'autres auteurs noirs dans la production de *Versus*. Le *gaúcho* était disposé à réserver les quatre dernières pages du journal à l'équipe que Neusa devait alors constituer. La journaliste est immédiatement allée trouver Ndacaray et Jamu. La rubrique « Afro-Latino-América » a alors été créée. Les deux premières éditions d' « Afro-Latino-América » ont été coordonnées par Oswaldo de Camargo, Neusa Maria Pereira, Jamú Minka – pseudonyme de José Carlos de Andrade – et Ndacaray Zalu Nguxi – pseudonyme d'Hamilton Cardoso.[242] Précisons que l'adoption de noms d'origine africaine était considérée comme un instrument de résistance à l'héritage occidental. Le choix d'utiliser divers qualificatifs était celui des auteurs eux-mêmes et, comme le rappelle Rios (2014a), cette pratique existait aussi, pour des raisons différentes, chez les anarchistes du XIXème siècle.

En tant que journaliste, militante antiraciste et socialiste, Neusa avait une réelle complicité professionnelle et idéologique avec les membres de *Versus*.

> Moi, je parlais pas, j'étais super timide. (…) J'ai dit: « Non ! Je dois rester ici ». Et, à ma grande surprise, un jour, ils m'ont dit: « Écoute, tu connaitrais pas un autre journaliste noir ? On aimerait faire une page. On va vous donner les quatre dernières pages du journal ». L'éditeur, il pensait que c'était le moment de faire de la place pour les Noirs dans le journal. Là, quand il m'a dit ça, qu'il aimerait nous donner quatre pages, (…) qu'ils allaient publier mon texte, ma chère, je suis sortie chercher l'équipe. Le premier que j'ai croisé, c'est Hamilton. Après, Jamu est arrivé, et on est allé faire ces satanées pages. (Pereira, 2015a)

Alors qu'elle explique le choix de *Versus* pour publier son article, Neusa souligne les innovations du périodique dans les domaines du langage, de la photographie, du graphisme et de la couverture. En ce qui concerne le langage – mentionné par Neusa comme l'âme du contenu, sans laquelle le message ne passe pas –, le périodique s'est inspiré du *New*

---

[241]Témoignage autobiographique sans date, disponible sur le site de Marcos Faerman: http://www.marcosfaerman.jor.br/8_NeusaPereira.html

[242] Hamilton Bernardes Cardoso est né le 10 juillet 1954 à Catanduva, dans l'État de São Paulo. Dès son enfance, il est allé vivre avec sa famille dans la ville de São Paulo. Il a étudié dans des écoles publiques et, plus tard, ses parents l'ont orienté vers un séminaire catholique. Il a réalisé ses études secondaires le soir dans le renommé institut Caetano de Campos. D'origine modeste, Hamilton venait d'une famille de quatre enfants. Son père était musicien dans des orchestres. Sa mère, originaire de Minas Gerais, était employée domestique. En 1974, il est devenu membre du Centre de culture et d'arts noirs (CECAN). Hamilton Cardoso avait 22 ans quand il a commencé à travailler à *Versus*. Grâce à une bourse, il a suivi un cursus de journalisme à la faculté Cásper Líbero. En 1978, Hamilton a participé à la création du Mouvement noir unifié.

Journalism étasunien, nouant de manière étroite journalisme et littérature. Si ce courant affectionne clairement l'usage de l'art littéraire dans les récits de faits, le journalisme ne se transforme pas en fiction pour autant. Selon cette proposition originale, *Versus* s'évertue plutôt à laisser de côté la structure des informations telle qu'on la trouve dans la presse grand public, basée sur le principe des « nouvelles », au profit d'un récit mythique, d'ordre politique et idéologique, par l'usage de métaphores culturelles et historiques. En ce sens, les journalistes de *Versus* ont trouvé une liberté totale en ce qui concerne les thèmes abordés dans les informations et la composition du langage et du texte, rompant alors avec les codes formels en vigueur, laissant de côté les règles eurocentrées d'objectivité et de neutralité. Neusa a décrit:

> Je me suis toujours demandé pourquoi j'avais choisi *Versus* pour exprimer mon indignation, alors qu'à ce moment-là d'autres journaux alternatifs étaient en circulation dans le pays. Ce choix s'expliquait par le fait qu'une grande partie des journalistes de *Versus* étaient du *Jornal da Tarde,*[243] une publication avant-gardiste, responsable de la plus significative transformation esthétique et de contenu qu'ait connu le journalisme brésilien, et dont j'étais une admiratrice et une lectrice assidue. (PEREIRA, S/D)

Un autre aspect important qui a poussé Neusa à choisir le journal *Versus* a été son penchant idéologique à gauche. À cette période, Marcos était déjà proche de la Ligue ouvrière[244] qui, quelques mois plus tard, a pris le nom de Convergence Socialiste. Selon Rios (2014a), en parallèle à la publication de la rubrique dirigée et écrite par des Noirs, le périodique a opéré quelques modifications, et, pour ce faire, l'éditeur en chef partageait ses responsabilités avec d'autres groupes politiques. Les membres de Convergence Socialiste exprimaient leurs opinions et leurs idées, mais menaient aussi des activités importantes au sein de *Versus*. L'organisation envisageait de construire un mouvement plus ample d'unité politique des socialistes, dans le but principal de créer un parti démocratique et pluriel pour répondre au bipartisme alors en cours à ce moment-là.

Convergence Socialiste est une organisation socialiste créée en janvier 1978. L'idée était de regrouper des individus et des groupes se revendiquant de gauche et de proposer par la suite une solution antiautoritaire aux impasses du pays. Le premier semestre de 1978, *Versus* a publié la proposition de cette entité. D'après le journal, Convergence voyait dans le

---

[243] Le *Jornal da Tarde* a été créé en 1966 à São Paulo. Lui aussi a été inspiré par l'école étasunienne du *new journalism*.

[244] La Ligue ouvrière a été créée en 1973, en Argentine, par des exilés brésiliens. L'organisation clandestine s'alignait sur la IVe Internationale trotskiste, proposée en 1938 par Léon Trotski, un intellectuel marxiste et révolutionnaire bolchévique. Cette dernière « est née dans le cadre de deux défaites historiques du prolétariat: l'émergence du stalinisme et celle des régimes fascistes » (FARIA, 2005, p. 222). Pour la Ligue, le régime militaire brésilien connaissait un processus d'essoufflement. La lutte armée était une possibilité qui posait question, tandis que l'insertion dans les canaux légaux de lutte politique était envisagée.

projet du socialisme démocratique une option au socialisme bureaucratisé, ainsi qu'au conformisme de la social-démocratie. Le premier était représenté par le Parti communiste brésilien et le second par le Parti socialiste brésilien et le Parti des travailleurs brésilien (FARIA, 2005). Tous deux estimés comme des « manipulateurs » et les véhicules d'un « racisme camouflé », il fallait alors constituer un parti de gauche étroitement associé à la classe travailleuse, mais aussi aux mouvements homosexuels, noirs, de femmes, écologistes, etc. Dans cet ordre d'idées, lors de sa convention nationale, tenue en août 1978, les thèmes suivants ont été défendus: la construction d'une société sans classe, le pouvoir politique donné aux travailleurs, la collectivisation des moyens de production et de la planification de l'économie, le retour aux libertés démocratiques, la convocation d'une assemblée nationale constituante, la mise en œuvre d'une politique externe, indépendante et anti-impérialiste, etc.[245]

Or, Neusa était intéressée par la proposition socialiste diffusée par le journal. Par la suite, elle s'est engagée dans la Convergence. La rubrique « Afro-Latino-América » était d'ailleurs un espace de recrutement important pour l'organisation socialiste.

> Quand je suis allée à *Versus*, je travaillais presque toute la journée comme relectrice, c'est-à-dire une porte d'entrée dans le journalisme grand public. L'après-midi, quand je sortais, j'allais à *Versus*. *Versus*, c'était une question idéologique, c'était une question professionnelle pour mieux apprendre à faire du journalisme en tant qu'écrivaine. Apprendre. Voir qui étaient ces socialistes, ce que je devais lire, comment je devais me comporter, qui étaient ces hommes qui parlaient de révolution. (…) Je n'étais pas satisfaite de la société dans laquelle je vivais. J'étais discriminée. Commencer dans le journalisme, ça m'a coûté, en commençant comme relectrice. J'ai été discriminée plusieurs fois dans la presse grand public. (...) Donc, ce journal [*Versus*]. Le socialisme qui proposait un changement dans la société. Qui pouvait avoir plus envie que moi de changer la société ? En tant que noire et en tant que femme. (PEREIRA, 2015a)

Versus représentait finalement une opportunité inédite pour établir une relation directe entre profession et pratique activiste. Neusa (PEREIRA, S/D) fait part de cette expérience: « La section ‹ Afro-Latino-América› (…) a ravivé la presse noire à São Paulo et a changé pour toujours ma manière de penser et de faire du journalisme. À partir de ce moment-là, j'ai vu dans le journalisme une fonction sociale, culturelle, politique et militante ». De fait, Neusa a été une actrice de la formation d'une identité noire au sein du journal alternatif – identité qui a dû s'accorder avec les questions de race et de classe. Les principes révolutionnaires ont alors été publiquement affichés et, de cette ligne directrice, a ré-émergé une pensée noire socialiste.

[245] La Convergence a compté avec l'appui de leaders syndicaux, parmi lesquels Luís Inácio da Silva, soit Lula, l'ancien président du Brésil.

Pour leur part, les dynamiques violentes de la lutte armée étaient en revanche rejetées par les journalistes de *Versus*. Selon Rios (2014a), au-delà de l'inspiration venant des mouvements étasuniens et indépendantistes africains avec des références marxistes-léninistes, les organisations revendiquant des actions d'ordre purement terroriste comme instruments d'intervention politique ont, de manière générale, été fortement réprimées au cours des années précédentes. C'était le moment d'unir les forces venant de groupes clandestins et semi-clandestins, en vue de penser à un moyen légal d'action collective de la gauche. La stratégie adoptée était alors d'élargir la citoyenneté des Noirs par le biais des voies institutionnelles et démocratiques, ensemble avec les mouvements sociaux pacifistes. Les journalistes défendaient comme alternative le langage écrit en tant que forme de protestation, ce qui était diffusé par des manifestes, des pamphlets, des revues et des périodiques. « La poésie est devenue une forme d'expression de l'indignation du mouvement noir » (RIOS, 2014a, p. 75). C'est là ce qu'exprime Neusa:

> J'ai aussi lutté par l'écriture, par mon écriture révolutionnaire. (…) La peine et l'écriture, ce sont des armes avec un grand pouvoir révolutionnaire. Tous les grands révolutionnaires écrivent. (…) Je cherchais une idéologie, à me former en tant que personne, parce que, à ce moment-là, j'étais socialiste. J'avais de la sympathie pour ce système. On aurait dit qu'avec la fin de la société de classes, je n'allais plus être discriminée. Je fais la révolution avec mon stylo. (PEREIRA, 2015a)

En tant que journaliste et femme noire, Neusa Pereira explique sa position concernant le droit de défendre ouvertement des opinions, idées et pensées:

> Avec « Afro-Latino-América », j'ai appris le sens de la liberté d'expression. J'ai appris combien c'est important pour un peuple qui, pendant très longtemps, a gardé sous silence toute sorte d'injustices, mais a retrouvé le chemin de la liberté en sauvegardant son histoire écrite dans les pages noires du journal *Versus.* (PEREIRA, S/D)

La section « Afro-Latino-América » avait pour objectif de participer à la fois à la lutte pour la démocratisation du Brésil et au militantisme politique et culturel antiraciste. La rubrique présentait donc différentes réflexions sur la reconnaissance de l'héritage africain dans la société brésilienne, ainsi que des réflexions sur l'universalité de l'oppression raciale, montrant, selon les analyses présentes dans « Afro-Latino-América », une continuité entre la période coloniale et les dynamiques contemporaines d'exploitation. Les espoirs nationaux étaient ainsi associés à un contexte politique plus large, embrassant un horizon international pour les organisations noires.

En ce qui concerne les savoirs et connaissances locales, la rubrique défendait les arts et la littérature, ainsi que différentes entités noires contemporaines. Ces organisations constituaient des noyaux de mobilisation politique, créaient des cercles de débat, de

conférences, et réalisaient ensemble des activités telles que des danses, des cercles de *capoeira*, des matchs et des tournois de football, ou encore des *terreiros* de candomblé. Parmi ces activités, on trouvait également des cours de langues africaines et européennes. De la même manière, la presse noire était largement présente dans les pages du journal. Enfin, les actes de violence connus par ce groupe social étaient dénoncés, notamment ceux commis par la police, mais aussi les discriminations raciales, surtout sur le marché du travail et dans les commerces. Par exemple, lorsque le Ier Congrès des cultures noires des Amériques a été organisé en Colombie, le périodique a dénoncé le fait que la délégation brésilienne s'était vue interdire de quitter le pays par le gouvernement.

En somme, « Afro-Latino-América » publiait des articles sur les comportements, les sensibilités et le quotidien des minorités sociales et raciales. Relativement autonome, du fait d'avoir sa propre équipe de rédaction, il représentait dans chaque numéro près de trois à quatre pages. En 1977, cette rubrique est devenue permanente, et ce jusqu'à la fermeture du journal en 1979 (TOULHOAT, 2016).

> D'un côté, la nouvelle rubrique articulait ses intérêts à la proposition générale de l'imprimé, qui défendait un journalisme engagé dans des questions transnationales, faisant de l'Amérique latine le cœur du périodique dirigé par Faerman. D'un autre côté, (...) il s'agissait vraiment d'une proposition politique engagée dans la cause noire dans les Amériques, mais aussi sur le continent africain. Le profil international de la rubrique ne se dessinait pas seulement dans la proposition générale de *Versus*, mais aussi par le type de campagne politique de ces journalistes qui, en même temps, accueillaient les thèses d'intellectuels noirs éminents, les formes et les symboles des luttes politiques nord-américaines et africaines. Et, par-dessus tout, ils ont fini par donner à voir la situation des Noirs au Brésil. (RIOS, 2014a, p. 67)

L'article de lancement de la section « Afro-Latino-América » (1977-1979), intitulé « Pela Mulher Negra » (Pour les femmes noires), écrit par la journaliste Neusa Maria Pereira, mentionne la stratégie politique qui allait ensuite être adoptée par les collaborateurs du journal. Dès les premières lignes de l'article, les idées décoloniales sont évidentes. Dans ce texte, l'auteure annonce aussi son objectif, celui d'étudier assidument l'exclusion sociale des femmes noires, ainsi que leurs histoires et leurs différentes expériences de résistance. En outre, les coordinatrices de la section ont par la suite émis une critique envers l'ordre colonial, avançant qu'une autre logique de société était réalisable. Au sujet des actions historiques des Noires, de leurs objectifs et du sens de l'action collective, Neusa écrit:

> Les femmes noires appartiennent à l'une des minorités les plus cruellement victimes des châtiments de la division de la société en classes. Il y a beaucoup de choses contre lesquelles nous, les Afro-brésiliennes, luttons pour effacer la tache originelle et sortir de la place à laquelle on nous a mises. (…) Nous recevons pour héritage la marque d'éternelles prostituées – héritage qui nous a appris à craindre notre beauté, notre corps et notre propre condition de femmes. Mais notre force est grande, même si nous savons que le chemin que nous avons à parcourir est tortueux. Nous avons

> besoin de trouver le bon remède pour cicatriser nos blessures que ces gens ont enracinées dans nos âmes. Nous luttons pour changer cette situation qui, pour le groupe social dominant, doit à tout prix être préservée. (…) La lutte est la compagne des femmes noires, et ce dès leur naissance et pour toujours. (PEREIRA, 11/06/1977. p. 22-23)

L'article fait part d'une volonté de conceptualiser les éléments révélant l'influence des Noirs dans la formation socioculturelle du pays, ainsi que de récupérer les récits de résistance et de lutte des peuples colonisés. En plaçant les Noirs dans une position naturelle d'infériorité, les violences infligées par la colonialité du pouvoir les ont éloignés de leurs perspectives cognitives et de leurs ressources et produits culturels, les obligeant à assimiler partiellement la conception eurocentrée de la connaissance. En privant ces individus de leurs identités historiques respectives, le pouvoir colonial les a enfermés dans une seule identité – les Noirs –, une identité « raciale, coloniale et négative » (QUIJANO, 2005, p. 121).

Par la suite, toute forme de participation aux prises de décision sur l'organisation sociale et politique du pays leur a été refusée. Depuis la période de l'esclavage, les Noirs, y compris ceux qui obtenaient leur liberté, ont été soumis à une impétueuse violence symbolique et concrète, puisque les traitements discriminatoires se basaient sur le principe de race. En ce sens, le principal objectif d' « Afro-Latino-América » était de dénoncer et de déconstruire les préjugés sur la supposée passivité des Noirs dans le processus de construction de la nation et, parallèlement, de se focaliser sur la garantie de la préservation de leur rationalité et de leurs savoirs concrets, enterrant ainsi la production de connaissances du paradigme dominant. En outre, des analyses sur les expériences – diverses et hétérogènes – des Noirs, leurs subjectivités et leurs histoires ont été réalisées par les Noirs eux-mêmes – initiative qui constituait une rupture avec la colonialité du savoir (LANDER, 2005).

Bien évidemment, les intellectuels et les militants de la section « Afro-Latino-América » ne définissaient pas leurs écrits comme décoloniaux. Pour autant, leurs textes s'inscrivent dans cette perspective, bien que parfois dissimulée derrière d'autres adjectifs alternatifs. Sur la première page de la section de lancement d' « Afro-Latino-América » (2014, p. 13), les coordinateurs expliquent le sens de cette dénomination:

> « Afro-Latino-América », et pas seulement « América-Latina », parce que ça définit mieux l'importance de la présence africaine dans cette partie du monde. Nos racines africaines – preuves de la vitalité et de la résistance des Noirs aux situations créées par le colonialisme – ont été évaluées avec plus de précision grâce à l'action de nouveaux courants qui émergent dans les communautés d'origine africaine. L'une des sources d'inspiration d' « Afro-Latino-América » est la presse noire qui a vécu pendant six décennies dans la société brésilienne (…). De l'intervalle allant de 1961 – année de circulation des derniers périodiques noirs – à récemment, la création culturelle d'expression noire a été suspendue. Maintenant, la question raciale réapparaît comme l'une des grandes préoccupations de l'humanité, et une part

> significative de la communauté afro-brésilienne souhaite participer au grand débat international qui définit de nouveaux modèles de coexistence raciale dans le monde entier.

Toujours sur cette première page, sous le titre « Nem almas brancas nem máscaras negras » (Ibidem), ou « Ni âmes blanches, ni masques noirs », les journalistes font référence au livre de Frantz Fanon.[246] L'article dépeint brièvement l'histoire du théâtre expérimental noir et cite des organisations de ce type, inspirées de celui-ci. En ce sens, on y trouve un entretien avec des membres de la compagnie de théâtre Evolução, formée en 1971. Les membres avaient pour ambition de rejeter les rôles systématiquement serviles attribués aux acteurs noirs et de promouvoir, en contrepartie, un art noir valorisé. On peut remarquer que l'intellectuel martiniquais et ses écrits – définis comme décoloniaux par Jules Falquet (2017) – ont largement influencé les journalistes et militants antiracistes brésiliens. En 1977, les éditeurs d' « Afro-Latino-América » avaient vraisemblablement déjà découvert, d'après Rios (2014a), les œuvres de l'auteur, soit par le biais de leurs lectures soit dans les cercles de discussion, débats, conférences et autres espaces où ses productions étaient analysées.

Au sujet de l'importance de l'apprentissage chez *Versus*, Neusa (S/D) raconte:

> Au fur et à mesure que le concept culturel et politique du journal se précisait, on comprenait le besoin d'approfondir notre conception idéologique socialiste. Pour ce faire, nous pouvions compter sur l'aide de l'équipe d'éditeurs qui nous prêtait ou nous indiquait des livres dans lesquels puiser nos idées en la matière. C'est comme ça que j'ai découvert les écrivains Samora Machel, Agostinho Neto, Steve Biko et Nelson Mandela – des figures importantes de la lutte pour l'émancipation africaine. J'ai été en contact avec la pensée du mouvement des Black Panthers et ses mentors, comme Eldridge Cleaver, Stockely Camichael, Bolby Seale, Hue Newton, Angela Daves et Malcon X. Et d'autres: Dostoiévski, Michel Foucault, Eduardo Galeano, Plinio Marcos, Glauber Rocha. Dans les festivals promus par *Versus*, j'ai connu des icônes de la musique brésilienne, comme Milton Nascimento, Clementina de Jesus, Chico Buarque de Holanda, Marieta Severo et Gilberto Gil. Il a été en contact avec des grands noms de la danse, comme Pina Bausch et Marika Gidale. C'était une époque d'effervescence culturelle et politique inoubliable.

À la fin des années 1970, le scénario politique offrait deux options de lutte collective aux membres d' « Afro-Latino-América » engagés dans Convergence Socialiste: d'un côté, le Parti des travailleurs (PT) et sa proposition institutionnalisée; de l'autre, le mouvement social noir et sa proposition non institutionnalisée, caractérisée par la formation du Mouvement unifié contre les discriminations raciales (MUCDR) puis du Mouvement noir unifié (MNU). Tous deux s'opposaient au régime imposé par les militaires.

---

[246] Frantz Omar Fanon est né le 20 juillet 1925 à Fort-de-France, en Martinique. Il a été psychiatre, philosophe et essayiste marxiste français. Fanon a lutté pour l'indépendance de l'Algérie et a écrit sur les questions liées à la psychiatrie, aux décolonisations et aux Noirs. Il est mort en 1961.

Créé en février 1980, le Parti des travailleurs, avec Lula da Silva à sa tête, était une organisation hétérogène, coordonnée par un groupe de syndicalistes en relation avec d'autres militants de la gauche brésilienne, notamment des intellectuels, artistes, catholiques influencés par la théologie de la libération, mais aussi d'anciens prisonniers politiques et des exilés. Son objectif était de rassembler les syndicats dans une seule entité et de mobiliser ainsi les voies légales réactivées avec la fin imminente de la dictature. L'orientation politique défendue par le PT était le socialisme démocratique. Créé en juillet 1978, le MNU avait aussi pour but de participer au processus de re-démocratisation, tout en envisageant l'idée de race comme un instrument de la construction d'une identité noire positive. C'était là un moyen de lutter contre les discriminations envers les Noirs et de dénoncer le mythe de la démocratie raciale.

Le MNU a eu pour leaders plusieurs personnalités noires issues de Convergence. Le mouvement s'est alors mobilisé contre l'ordre social autoritaire en vigueur et encourageait, simultanément, la dénonciation publique des problèmes liés au racisme. Au niveau politique, le mouvement noir contemporain s'est structuré dans une étroite relation avec les mouvements de gauche (KOSSLING, 2008). Pour les militants noirs, la lutte antiraciste devait rester étroitement associée à la lutte révolutionnaire socialiste. Dans cette perspective, le capitalisme était perçu comme s'alimentant du racisme et se développant avec lui. Pour faire face à ce problème, il fallait donc promouvoir la chute du système en vue d'engendrer par la suite la construction d'une nouvelle société sans inégalité. Cette nouvelle articulation visait une transformation sociale et la construction d' « une (…) société où tous participeraient réellement » (PEREIRA, 2010, p. 102). On voit alors pour la première fois apparaître le mot d'ordre: « Les Noirs au pouvoir! » (DOMINGUES, 2007b, p. 115)

Guimarães (1995, apud PEREIRA, 2010, p. 62) affirme que, « pour les Afro-brésiliens, pour ceux qui se désignent comme ‹ Noirs ›, l'antiracisme doit avant tout signifier l'admission de leur ‹ race ›, soit la perception racialisée de soi et des autres ». Domingues (2007b, p. 101-102) soulignait déjà que,

> pour le mouvement noir, la « race », et par conséquent l'identité raciale, est utilisée non seulement comme un élément de mobilisation, mais aussi comme un élément de vecteur des revendications politiques. En d'autres termes, pour le mouvement noir, la « race » est un facteur déterminant d'organisation des Noirs autour d'un projet d'action commun.

Dans la rubrique « Afro-Latino-América », on trouve les noms d'autres femmes noires, telles Maria Dulce Pinheiro Pinto ou Tânia Regina Pinto, ainsi que des figures historiques comme Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez ou Thereza Santos. Ces femmes

intellectuelles et/ou militantes ont été, entre autres, des coordinatrices des cahiers de la revue, les auteures d'articles, des reporters ou des témoins.

La présence des femmes noires dans la scène politique à partir des années 1980 est davantage reconnue que durant la période précédente. Pour autant, nombre de militantes étaient des personnes anonymes, simples et sans aucun statut politique ou économique. De ce fait, il s'est avéré difficile de trouver des sources historiques concernant leurs trajectoires individuelles, c'est pourquoi j'ai choisi de recueillir des histoires orales auprès des protagonistes et/ou de leur famille et amis – ce qui constitue ma méthode principale pour le développement de ce travail de recherche.

Dans le cadre d'une histoire du temps présent, les récits de vie constituent une source historique pertinente, dans la mesure où cette ligne historiographique s'intéresse aux singularités et à une notion plus réflexive de l'individu (LEVI, 2006). À la différence du marxisme orthodoxe et du structuralisme, ce courant, développé en France dans les années 1970, privilégie un retour à l'histoire politique et aux individus ordinaires, reconnus comme protagonistes de l'histoire pour leur expérience. En outre, les choix et les actions sont envisagés comme dynamiques. Le « tournant subjectif » correspond à l'acceptation de l'autonomie de l'individu dans la société (SARLO, 2007).

En tant que méthodologie, l'histoire orale suppose donc d'essayer de percer les pensées et réflexions des femmes noires pour reconstruire leurs parcours de vie. Dans ce cas, la mémoire est une source primordiale, telle que la définit Henry Rousso (1998, p. 16), soit comme « la présence ou le présent du passé ». Les personnes interrogées parlent toujours du passé au présent. La mémoire est donc une reconstruction ou une reconstitution du passé. On peut alors supposer que les témoignages ne sont pas en mesure de dire la vérité, puisqu'ils s'inscrivent dans une temporalité qui sépare le moment remémoré du moment rapporté. Toutefois, pour Gabriela Rosenthal (2006) et Giovanni Levi (2006), la parole individuelle est pertinente en tant que source historique, puisqu'elle transmet les vérités de la subjectivité et du témoignage. Chaque individu singularise la société dans laquelle il se trouve et la perçoit de façon propre.

Il est également essentiel de tenir compte de « qui sont les témoins, (...) quelle est leur place dans et pour l'histoire, quels usages [du récit] ils souhaitent et lequel ils refusent, (...), quelles fonctions leur ont été attribuées ou refusées ». En réalité, « chacun sait qui il est, pourquoi et à qui il parle » (VOLDMAN, 2000, p. 50-51). D'une certaine manière, on peut donc dire que les personnes interrogées filtrent leurs souvenirs, en activant seulement ceux

qui leur semblent significatifs. Si, bien évidemment, elles ne peuvent pas empêcher la manifestation de certains souvenirs, elles peuvent en revanche contrôler la façon dont ces souvenirs vont sortir de la sphère de l'intime, du privé, pour avoir leur vie propre dans la sphère publique. Se souvenir et transmettre des souvenirs ne sont pas des actes naïfs et innocents.

Qui plus est, il s'agit ici de témoignages concernant une période spécifique – celle de la dictature militaire au Brésil dans les années 1960-1970 et des affrontements politiques et idéologiques qui s'y sont produits –, faite de contestations collectives et individuelles. Dans ce cas, les témoignages ne peuvent s'exprimer de manière totalement ordinaire. De fait, les récits varient considérablement, tant dans leur forme que dans leur contenu, en fonction du contexte dans lequel ils sont mentionnés. Dans le cas de traumatismes collectifs ou individuels provoqués par des dictatures, non-dits et rejets se mettent en place. Il existe un compromis entre ce que l'individu se confie à lui-même et ce qu'il entend transmettre à l'extérieur (ROUSSO, 1998).

Enfin, le contenu des sources orales dépend largement de ce que les enquêteurs placent dans leurs questions, dialogues et relations personnelles, mais aussi de comment ils s'approprient ces récits dans l'écriture historique. Dans le cadre de son raisonnement, l'historien doit en effet être capable de prendre certaines précautions essentielles. Dans tous les cas, le problème principal n'est pas la différence entre source écrite et source orale, car chacune d'elles demande un traitement qui lui est propre. « L'écriture et les récits oraux ne sont pas des sources qui s'excluent l'une l'autre, mais qui se complètent » (FRANK, 1992, p. 114).

Au fil de cette recherche, nous avons en premier lieu constaté à quel point, au début du XXème siècle, les anarchistes et communistes du Brésil ont cherché à représenter les communautés noires, dans la mesure où leurs organisations opéraient pour conscientiser les classes les plus exploitées, soit un groupe social qui, selon Gonzalez (1983), était principalement composé de populations non blanches. En ce sens, les entités anarchistes et communistes avaient réellement intérêt à mettre en place des actions pour l'intégration des Noirs. Pour ce faire, les militants mobilisaient différents moyens: des cours d'alphabétisation, des cours professionnalisants, des formations politiques, la diffusion d'un matériel d'information, des débats et conférences, des évènements récréatifs et, en particulier, des visites régulières sur les lieux de travail et de résidence. Au niveau électoral, pour chaque élection, des candidats dépourvus d'une culture érudite et issus des couches populaires étaient

désignés. De plus, les manifestations collectives étaient avant tout conçues dans les milieux urbains les plus défavorisés.

Il faut admettre que, depuis la fin du XIXème siècle, le projet d'instaurer des structures solides avec les classes travailleuses consistait clairement à coopérer avec les communautés non blanches. Anarchistes et communistes avaient bien connaissance de la complexité raciale dans le pays, c'est pourquoi les journaux étudiés interrogeaient le potentiel subversif des Noirs. Or, cette entreprise – menée sur un territoire marqué par la main d'œuvre esclave – était perçue comme essentielle pour garantir l'instauration imminente d'un processus révolutionnaire.

En ce sens, si, d'un côté, les descendants des Africains étaient considérés comme dépourvus de tradition de lutte collective, niant totalement leur importante mobilisation dans des associations et dans la presse antiraciste, d'un autre côté, les anarchistes, afin de proposer une pensée critique, ont reconsidéré le poids de l'abolition de l'esclavage, ainsi que ses limites. Par la suite, les théoriciens ont dû penser les Noirs comme des travailleurs exploités et comme des sujets politiques. En 1923, l'intellectuel communiste Octávio Brandão a écrit sur la question raciale dans l'Internationale communiste. Si son analyse ne dénonce pas le racisme, Minervino de Oliveira a été le premier parlementaire communiste du Brésil, ainsi que le premier Noir et ouvrier à postuler à l'exécutif. Parallèlement, les femmes ont été nombre de fois qualifiées d'ouvrières, y compris lorsqu'il s'agissait de les exclure des décisions syndicales ou de les rendre responsables de la baisse des salaires des hommes. Pour autant, engagées dans des organisations et dans la presse anarchiste et communiste, les femmes défendaient la fin de toute forme de hiérarchie du pouvoir.

Dans cette thèse, j'ai présenté donc plusieurs faits qui permettent de penser le rôle des femmes noires dans les organisations anarchistes et communistes. Les grèves ouvrières de 1917-1919 – une lutte des citoyens pour les droits civiques et politiques – ont été coordonnées à partir des réseaux de solidarité des quartiers périphériques. Les leaders du Comité de défense prolétaire étaient d'ailleurs des individus proches de la population la plus défavorisée. De plus, pour les anarchistes, les instabilités et l'exploitation ne se cantonnaient pas à la sphère professionnelle. Selon cette perspective, l'organisation a inséré les prolétaires dans les circuits de résistance plus généraux et les a installés dans leurs propres lieux de travail et de résidence. Les femmes, quant à elles, ont aussi participé comme militantes et travailleuses.

Le « déficit » noir – produit en grande partie par l'historiographie qui se refuse à analyser l'aspect racial des groupes politiques ayant amorcé le mouvement social brésilien –

ne m'a malheureusement pas permis de décrire les parcours de femmes noires anarchistes. Il nous a en revanche semblé essentiel de mettre en lumière les marques de leur participation à l'organisation révolutionnaire – exercice nécessaire pour montrer aux historiens qu'il est possible de trouver des histoires de vie inédites. À la moitié des années 1940, la Fédération des femmes du Brésil (FMB) a publié plusieurs articles sur les actions menées par les femmes défavorisées dans les Comités de femmes pour la démocratie et pour les rassemblements de femmes. Ces espaces participaient de la promotion d'un climat de convivialité entre communistes et habitantes des quartiers, lesquelles s'engageaient à la fois pour la démocratie et pour de meilleures conditions de vie. Finalement, dans les années 1960-1970, le choix de femmes interviewés de devenir militante politique (même lorsque ce n'était pas exprimé de manière explicite et claire) relevait d'une tradition de lutte politique collective historiquement mise en place dans leurs lieux de résidence, de travail, socio-éducatifs et de loisirs.

J'ai montré dans cette recherche plusieurs indices nous permettant de réfléchir aux Noires leaders ou militantes de groupes de la gauche, devenues des agents importants de la mobilisation dans les zones urbaines populaires. En qualité de travailleuses et d'habitantes de ces quartiers, ainsi que de participantes assidues des organisations politiques, elles ont alors eu la tâche d'alimenter le dialogue entre partis, syndicats et associations de quartiers. En créant les comités des rassemblements de femmes à proximité de la sphère privée – soit l'espace d'intervention des femmes historiquement privilégié –, les Noires ont introduit les philosophies de gauche dans leur univers.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

AFRO-LATINO-AMÉRICA. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

AGIER, Michel. *Les mots du discours afro-brésilien en débat*. Paris : Centre de recherches sur le Brésil Contemporain, 2002.

ALMEIDA, Lady Christina de. Protagonismo e autonomia de mulheres negras, a experiência das organizações: Geledés e Criola. *Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, Florianópolis, UFSC, p. 01-11, 23 à 26 de agosto de 2010.

ALVES, Branca Moreira et al. *Espelho de Vênus*: Identidade social e sexual da mulher. Grupo CERES, São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 02, p. 78-89, 2007.

ANZALDÚA Gloria E. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 08, n. 01, p. 229-236, 2000.

_____. Como domar uma língua selvagem. Tradução Joana Plaza Pinto e Karla Cristina dos Santos. Revisão da Tradução Viviane Veras. *Cadernos de Letras da UFF*- Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, n. 39, p. 297-309, 2009.

AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre Empregadas e Patroas: reflexões sobre o feminismo em países multiraciais. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. *Rebeldia e Submissão: Estudos sobre Condição Feminina*. São Paulo: FCC/Vértice, 1989. p. 195-221

_____. A ânsia, o sino e a transversalidade na relação entre empregadas e patroas. *Cadernos Pagu* (19), Campinas, p. 323-334, 2002.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. Trajetórias militantes: do Brasil a Moçambique nas redes da esquerda internacional. *Etnográfica*, Lisboa, v. 16, n. 03, p. 461-486, outubro de 2012.

BACK, L. *A Seção Feminina do PCB no exílio: debates entre o comunismo e o feminismo (1974-1979).* 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BAIRROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria B. *O Feminismo no Brasil*: *Reflexões Teóricas e Perspectivas*. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, FFCH/UFBA, 2008. p. 139-147

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho*: *a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. In: ROMÃO, Jeruse (org). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: MEC/BID/Unesco, 2005. p. 79-93

BATISTELLA, Alessandro. A era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930-1945). *Unoesc & Ciência - ACHS*, Joaçaba, v. 06, n. 01, p. 21-34, jan./jun. 2015.

BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher negra no mercado do trabalho. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 03, n. 02, p. 479-488, 1995.

_____. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). *Psicologia social do racismo- estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia)– Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política.* 2º edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 57-99.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. Ação Afirmativa no Ensino Superior: considerações sobre a responsabilidade do Estado Brasileiro na promoção do acesso de negros à Universidade – o Sistema Jurídico Nacional. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da Silva (Orgs). *O negro na universidade*: *o direito à inclusão.* Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 51-99

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. Os movimentos estudantis na história da educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. *Eccos Rev. Cient*, São Paulo, n. 34, p. 143-159, 2014.

BITTENCOURT, Danielle Lopes. *O morro é do povo: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BOUCHER, Manuel. *Les théories de l'intégration entre universalisme et différencialisme*: *des débats sociologiques et politiques en France, analyse de textes contemporains*. Paris: L'Harmattan, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*, 8a. Edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183-191

BRASIL. *Direito à Memória e à Verdade:Comissão Especial sobre Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007a.

_____. *Catálogo: direito à memória e à verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar*. Extraído do livro-relatório: Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007b.

_____. *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos/Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. 03*. Brasília: CNV, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Leonildo S. Os Evangélicos, o Golpe e a Ditadura: O irresistível Canto das Sereias Autoritárias. In: DIAS, Zwinglio Mota (org). *Memórias ecumênicas protestantes- Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014. p. 177-193

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 03, p. 985-986, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero*, Durban, África do Sul, p. 01-05, 27-28 de agosto 2001.

_____. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados,* São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARVALHO, Jose Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição Jorge Zahar, 2005.

CEVA, Antônia, *O negro em cena: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro (1944-1968)*.2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CHADAREVIAN, Pedro. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.11, n. 20, p. 255- 283, abril de 2012.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.08, n. 16, p.179-192, 1995.

CHOTIL, Mazé Torquato. *Trabalhadores exilados*: *a saga de brasileiros forçados a partir (1964-1985)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CINTRA, André; MARQUES, Raísa. *UBES - uma rebeldia consequente: A história do movimento estudantil secundarista do Brasil*. Brasília: Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

CÓ, Maria Christina Ribeiro. Feminismo e educação popular. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria B. *O Feminismo no Brasil*: *Reflexões Teóricas e*

Perspectivas. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, FFCH/UFBA, 2008. p. 337-345

COLLINS, Patricia Hill. La construction sociale de la pensée féministe Noire. In: DORLIN, Elza. *Black feminism : anthologie du féminisme africain-américain (1975-2000)*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 135-177

CORRÊA, Marisa. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, Dossiê: Feminismo em questão, questões do feminismo, n. 16, p. 13-30, 2001.

COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Ana Alice. O feminismo "feminino" e a esquerda no Brasil. *Revista Feminismos*, Salvador, v. 02, n. 02, p. 04-13, 2014.

COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*. Natal, RN: EDUFRN, 2015.

CUBAS, Caroline Jaques. *Do hábito ao ato:vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CURTIUS, Anny Dominique. Désontologisme et réontologisme des esclaves et des marrons. In: BERNABE, Jean et al (eds). *Au visiteur lumineux. Des îles créoles aux sociétés plurielles. Mélanges offerts à Jean Benoist*. Pointe-à-Pitre: Ibis Rouge, 2000. p. 103-114

D'ADESKY, Jacques Edgard. *Racismes et antiracismes au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Sindicatos, Carisma e Poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

DE LUCA Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. 21º edição, Criciúma: Ed. do autor, 2002.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org), *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153

DEMARTINI. Zélia B. F. *Magistério primário no contexto da 1º República (Relatório de Pesquisa)*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/CERU, 1991.

DEO, Anderson. Alguns apontamentos sobre a concepção de partido em Marx. In: DEL ROIO, Marcos (org). *Marx e a Dialética da Sociedade Civil*. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2014. p. 165-187

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 28, p. 345-369, 2007a.

_____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007b.

_____. O Recinto Sagrado: Educação e Antirracismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 39, n. 138, p. 963-994, 2009. Disponível em:http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742009000300014. Acesso em 02/07/2019.

_____. "TEMPLO DE LUZ": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs). *A História da Educação dos negros no Brasil*. Niterói: Eduff, 2016. p. 517-596

_____. Minervino de Oliveira: Um negro comunista disputa a presidência do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, v. 101, p. 13-51, 2017.

DORLIN, Elsa. Black feminism Revolution! La Révolution du féminisme noir ! In : DORLIN, Elsa. *Black feminism:anthologie du féminisme africain-américain (1975-2000)*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 09-45

DOSSE, François. *Le pari biographique : Ecrire une vie*. Paris, Editions La découverte, 2005.

DUMONT, Louis. *Essais sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne.* Paris, Edition du Seuil, 1983.

DUPUIS-DÉRI, Francis. Hommes anarchistes face au féminisme: pistes de réflexion au sujet de la politique, de l'amuor et de la sexualité, Dossier: des pratiques. *Réfractions*, Paris, v. 24, p. 107-122, 2010.

ERVIN, Lorenzo Kom'boa. *Anarquismo e Revolução Negra*. São Paulo: Coletivo Editorial Sunguilar, 2015.

FALQUET, Jules. Division sexuelle du travail révolutionnaire : réflexions à partir de l'expérience salvadorienne (1970-1994). Paris, *Cahiers des Amériques Latines*, n. 40, IHEAL-CNRS, p. 109-128, 2003.

_____. Les racines féministes et lesbiennes autonomes de la proposition décoloniale d'Abya Yala. *Contretemps (*enligne), p. 01-12, 2017. Disponível em: https://www.contretemps.eu/racines-feministes-lesbiennes-autonomes-decoloniale-dabya-yala/. Acesso em 02/07/2019.

FARIA, Guilherme José Motta. As escolas de samba e os movimentos negros nos anos 1960: uma página em branco na historiografia brasileira. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 02, p. 29-46, 2014.

FARIA, Marcos Moutta de. A Experiência do Movimento Convergência Socialista. *Cad. AEL*, Campinas, v. 12, n. 22/23, p. 219-260, 2005.

FASANARO, Risomar. Maria Antônia, 68.In: FERRER, Eliete (org.).*68, a geração que queria mudar o mundo*: *relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p. 191-195.

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Memória da resistência à ditadura: Uma análise do filme Batismo de Sangue*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela Maria de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito*: *cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF, 2002a.

_____. Queremismo, trabalhadores e cultura política - soberania popular e aprendizado democrático. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 69-84, 2002b.

_____. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24. n. 47, p. 181-212, 2004.

_____. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temashistoriográficos. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (orgs.) *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p 147-181.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas*? *Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FRANK, Robert. Questions aux sources du temps présent. In: CHAUVEAU, Agnès (org). *Question a l'Histoire des Temps Presents*. Bruxelles: Ed. Complexe, 1992. p. 109-124

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu*, (8/9), Campinas, p. 319-342, 1997.

GATTAZ, André; MEIHY, José Carlos; SEAWRIGHT, Leandro (orgs). *História oral:a democracia das vozes*. São Paulo: Pontocom, 2019.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. Carnaval e festas comunistas no Rio de Janeiro (1945-1958). *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.08, n. 02, p. 239-257, 2011.

GOLDBERG, Anette Salinas. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (mimeografado).

_____. Anette Salinas. Brésiliennes en exil : de femmes migrantes à féministes étrangères. *Les cahiers du CEDREF* 8-9, p. 01-14, 2000.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

_____. (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB, São Paulo, p. 01-13, 2002.

_____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Getulismo e Trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *Da nitidez e invisibilidade:legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

GOMES SILVA, Tauana Olívia; WOLFF, Cristina Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988), *Cadernos Pagu* (55), Campinas, p. 01-33, 2019.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 09-66

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira.In: SILVA, L. A. et al. *Ciências Sociais Hoje 2- Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223-244.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan/jun), p. 69-82, 1988.

GREEN James N. "Quem é o macho que quer me matar?": Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960-1970. Tradução, *Hispanic American Historical Review*, v. 92, n. 03, p. 58-93, agosto 2012a.

GREEN James N. "Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Coletivo Nacional de Diversidade Sexual da Consulta Popular*, I Caderno de Debates, p. 03- 17, março 2012b.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Editora 34, 2002.

_____. Formações nacionais de classe e raça. *Tempo Social,* São Paulo, 28(2), p. 161-182, 2016.

GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1950)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

HAAG, Carlos. Fê-lo porque quis o quê? *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, v. 182, p. 80-85, abril de 2011.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle. *Remate de Males*, Campinas, n. 05, p. 95-119, 1985.

HELLER, M. I. *Resistência democrática*: *a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 1988.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n.01, p. 215-241, janeiro-abril 2009.

HENN, Leonardo Guedes. A *virada tática* comunista do final da década de 1920: do BOC ao *obreirismo*. *Revista Latino-Americana de História*, Edição Especial- Lugares da História do Trabalho, Porto Alegre, v. 01, n. 03, p. 287- 299, março de 2012.

HESSMANN, Dayane R. L. Mulheres Vermelhas: A escrita masculina sobre a mulher comunista durante a ditadura civil-militar brasileira (1965-1985). *Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidade, Deslocamentos*, Florianópolis, UFSC, 23 a 26 de agosto, p. 01-08, 2010.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas a reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 21-47, jan./dez. 2004.

HOGAN, Deirdre. Feminismo, classe e anarquismo. *Revolutionary Anarcha-Feminist GroupRAG*, n. 02, outono de 2007.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 03, n. 02, p. 464-478, 1995.

IUMATTI, Paulo T. *Diários políticos de Caio Prado Júnior-1945*. São Paulo: Brasiliense,1999.

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo. Diário de uma favelada*. São Paulo: Editora Francisco Alves, 1960.

JESUS, Maria Ângela de. *Ruth de Souza*: *A Estrela Negra*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004 (Coleção Aplauso).

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *A ditadura que mudou o Brasil*: *50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014. p. 97-105

KAREPOVS, Dainis. A Nação e a Juventude Comunista do Brasil. *Cad. AEL*, Campinas, v.17, n.29, p. 183-239, 2010.

_____. A Nação e a Juventude Comunista do Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História– ANPUH*, São Paulo, p. 01-57, julho 2011.

K-LANGO, Alexandre. *Mulheres Anarquistas:O resgate de uma história pouco contada*. João Pessoa: Coletivo Insubmissas, 2003.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a luta contra o racismo no Brasil. *Revista Histórica*, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, n. 14, p. 15-18, abril/maio/junho, 2004.

_____. Movimentos negros no Brasil entre 1964-1983. *Revista Perseu História, Memória e Política*, São Paulo, n. 02, ano 02, p. 28-57, 2008.

LACERDA FILHO, Mozart. *A experiência da clandestinidade política: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais*. *Perspectivas Latino-americanas*, Colección Sur Sur, Buenos Aires, Argentina: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales,2005. p. 07-24

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8a. Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 167-183

LEVILLAIN, Philippe. Les protagonistes: de la biographie. In REMOND, René (dir.). *Pour une histoire politique. P*aris: EditionduSeuil, 1996. p. 121-159

LIMA, Aruã Silva de. *Comunismo contra racismo: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *O espírito da revolta, a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Movimento Sindical Brasileiro: o caso das Confederações Nacionais de Trabalhadores (1961-1964). *História*, São Paulo, v. 36, n. 03, p. 01-23, 2017.

LUCCA-SILVEIRA. Marcos Paulo de, Intelectuais comunistas e a questão da democracia no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, 101, p. 53-89, 2017.

LUCINDO, Willian Robson Soares. A vontade também consola: a formação da esfera pública letrada de Afrodescendente e o debate sobre a educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius Fonseca; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs). *A História da Educação dos negros no Brasil*. Niterói: Eduff, 2016. p. 305-329

MACEDO, Michelle Reis de. *O movimento queremista e a democratização de 1945:trabalhadores na luta por direitos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

MACHADO, L. R. 29ª Gestão: 1967/1969 –Luis Raul Machado. In: SANTOS, Nilton (Org.). *História da UNE: depoimentos de Ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. p. 55-64

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, esfera pública e memória operária – Rio de Janeiro (1880-1920), *Rev. Hist*, São Paulo, nº 175, p. 415- 448, julho-dezembro 2016.

MAESTRI, Mário. *Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo*. Porto Alegre: CEM-RS, 1998.

MARTINS, Angela Maria Roberti. A (in)visibilidade de Maria de Lourdes Nogueira: mulher, militante, libertária. *Emecê*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 01-02, junho de 2009.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. *Radicalismo de Esquerda e Anticomunismo Radical: a União Nacional dos Estudantes entre 1945-1964*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.

_____. A ação da Juventude Comunista no movimento estudantil universitário brasileiro entre as décadas de 1920 e 1960. *VIII Congresso Internacional de História, XXII Semana de História da UNESP*, Maringá, p. 2460-2466,9 a 11 de outubro de 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Vol. 5. Campinas: Editora UNICAMP, 2002. p. 185- 212

_____. *O sindicalismo Brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 2003.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura "civil-militar"?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do Tempo Presente, *Espaço Plural*, Cascavel/PR, ano XIII, n. 27, p. 39-53, 2º Semestre 2012.

MERLINO, Tatiana. *Direito à Memória e à verdade: Luta, substantivo feminino. Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF- Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n.34, Rio de Janeiro, p. 287-324, 2008.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos Escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.

MONTEIRO, Claudia. Democracia e militância comunista no período da legalidade do PCB (1945-1947). In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da (orgs). *Ditaduras e democracias*: *estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

_____. A Luta por um partido de massas: o PCB e os Comitês Democráticos populares no Paraná (1945-1947). *VII Congresso Internacional de História, XXXV Encuentro de GeoHistoria Regional, XX Semana de História*, Maringá, p. 1683-1694, outubro de 2015.

_____. *Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)*. Curitiba: SAMP, 2017.

MORAES FILHO, Evaristo de. A Proto-História do Marxismo no Brasil. In: REIS FILHO, D. A. (Org). *História do marxismo no Brasil I– O impacto das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 15-47

MORAES, João Quartim de. *Liberalismo e Ditadura no Cone Sul*. Coleção Trajetória, Campinas: IFCH/UNICAMP, v. 07, 2001.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs). *A História da Educação dos negros no Brasil*. Niterói: Eduff, 2016. p. 95-117

MOREIRA, Nubia Regina. *Organização das feministas Negras no Brasil*. Vitória da Conquista: Edições UESB, Ciências Sociais-Sociologia, 2011.

MOTTA, Roberto. Paradigmas d'interprétation des relations raciales au Brésil. In: MATTOSO, Katia M. de Queiros et al (org). *Le noir et la culture africaine au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 2003. p. 23-41

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. *Locus:Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

_____. *As Universidades e o Rigime Militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014a.

_____. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014b. p. 29-39

MULLER, A. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese. (Doutuorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo e Centre d'Histoire SocialeduXXèmeSiècle, Université de Paris 1-Panthéon Sorbonne, Paris.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. In: FONSECA,

Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs). *A História da Educação dos negros no Brasil*. Niterói: Eduff, 2016. p. 395-413

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: *identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

_____. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n.59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016a.

_____. "Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n.72, p. 01-22, set. 2016b.

NASCIMENTO, Marcio Santos. *O Partido Comunista Brasileiro e o Governo de João Goulart (1961-1964)*. 2016. Tese. (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

NOGUEIRA, Isildinha B. O corpo da mulher negra. *Pulsional Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano XIII, n. 135, p. 40-45, 1999.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: La problématiques des lieux. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire- I. La République*. Paris: Gallimard, 1984. p. xvii-xlii

OLIVEIRA, Tiago Bernardonde. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*.2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

OLIVETTI, Livia. As Mulheres Anarquistas da Família Soares: a história de luta de uma mãe e suas quatro filhas no Rio de Janeiro da Primeira República. *Emecê*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 01-02, março de 2016.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher Negra: Afetividade e Solidão*. Salvador: Edufba, 2013.

PEDRO, Joana Maria. Trajetórias políticas em mudança: tornar-se feminista no Cone Sul. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História– ANPUH*, São Paulo, p. 01-15, julho/2001.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 01, p. 77- 98, 2005.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

_____. Lectures Brésiliennes du féminisme français et mecanismes d'identification au Brésil. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; Rolland, Denis (éd.). *L'exil brésilien en France. Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008, p. 171-277

_____. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan-jun 2011.

PEDRO, J. M.; MELO, S. C. de; OLIVEIRA, V. B. F. de. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutido com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 132-138, maio/agosto 2005.

PEREIRA, AmilcarAraujo.*"O mundo Negro", a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil, (1970-1995)*. 2010. Tese (Doutorado em História)– Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PEREIRA, Neusa Maria. O Afro Latino América que vive em Mim. *Marcos Faerman*, Sem Data. Disponível em http://marcosfaerman.s3-website-us-east-1.amazonaws.com/8_NeusaPereira.html. Acesso em 24/01/2018

PINTO, Céli Regina J. *Uma história do feminismo no Brasil.* São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina J. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. *Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 237-253, maio-agosto 2004.

PINTO, Elisabete Aparecida. *Etnicidade, Gênero e Trajetória de Vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904-1991)*. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PIRATELI, Marcos Roberto. O Manifesto do Partido Comunista e a Educação, ou como formar o revolucionário. *Acta Sci. Human Soc. Sci.,* Maringá, v. 29, n. 02, p. 195-204, 2007.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro, *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 9, n.2, p. 1054-1079, 2018.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 07-24, fev 1997.

_____. História Oral e Poder. *Mnemosine*. Rio de Janeiro, Revista eletrônica do Instituto de Psicologia da UERJ. v. 6, nº 02, p. 02-13, 2010.

PRESTES, Anita Leocádia. Os comunistas e a Constituinte de 1946 – por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946. *Estudos Ibero-Americanos,* Porto Alegre, PUCRS, v. XXXII, n. 2, p. 171-186, dezembro 2006.

PUERTAS, Ibirapuan B. N. A. Queremismo: um movimento político-popular e as suas conseqüências para a esquerda nacionalista brasileira. *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, ano 2, v. 5, p. 131-153, Dezembro 2008.

QUELER, Jefferson José."Oh! Gegê! vem nos salvar": propaganda política popular (1945-1953). *Revista Tempo*, Niterói, v. 21 n. 38, p.131-150, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e America Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*, Colección Sur Sur, Buenos Aires, Argentina: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Coleção Retratos do Brasil Negro).

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento / Justificando, 2017.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 03, p. 987-1004, setembro-dezembro, 2008.

RIDENTI, Marcelo. Que História é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. (org). *Versões e ficções: O sequestro da História*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997. p. 11-31

_____. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). *História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Vol. 5. Campinas: Editora UNICAMP, 2002. p. 213-282

_____. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). *Relatório/Comissão da Verdade do Rio*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, dezembro/2015.

RIOS, Flavia Mateus. *Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. 2014a. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21, n. 01, p. 73-96, 2014b.

RODEGHERO, Carla S. *O diabo é vermelho*: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2002.

_____. Confrontos no pós-guerra: o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. *História Hoje*, São Paulo, v. 3, n. 8, dez. 2005.

_____. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. *MÉTIS*: *história & cultura*, Caxias do Sul/RS, v. 05, n. 10, p. 179-202, jul./dez. 2006.

RODRIGUES, Edgar. *História do Movimento Anarquista no Brasil*. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (orgs). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-257

ROLLEMBERG, Denise. Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979). *XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Tucumán, SanMiguel de Tucumán, p. 01-20, 2007.

ROUQUIE, Alain (dir). *Les Partis militaires au Brésil*. Paris: Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.

ROUSSO, Henry. *La Hantise du passé, entretien avec Philippe Petit*. Paris: EditionTextuel, 1998.

ROSENTHAL Gabriele. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: AMADO Janaina; FERREIRA Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8a. Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 193-203

SALES, Jean Rodrigues. Partido Comunista do Brasil: Definições Ideológicas e Trajetória Política. In: RIDENTI Marcelo; REIS Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960*. v. 6, Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. p. 63-105

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. *E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (1963-1993)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org). *Maria Antonia: Uma Rua na Contramão*. São Paulo: Nobel Editora, 1988.

SANTOS, Rafaela Mateus Antunes dos. *O outro lado da Rua Maria Antônia: a atuação das juventudes de direita em 1960*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: REIS FILHO, D. A. (Org), *História do marxismo no Brasil I – O impacto das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 133-156

SANTOS, Tereza Josefa Cruz dos. Professores universitários negros: uma conquista e um desafio a permanecer na posição conquistada. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). *Cor e Magistério*. Rio de Janeiro/Niterói: Quartet/Eduff, 2006. p. 157- 184

SANTOS, Thereza. *Malunga Thereza Santos. A história de vida de uma guerreira*. São Carlos: Editora EdUFSCar, 2008.

SÃO PAULO (ESTADO). *Mulher negra: Dossiê sobre a discriminação racial*. Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, 1986.

SÃO PAULO (ESTADO). *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Relatório – Tomo I – Parte II: Grupos Sociais e Movimentos Perseguidos ou Atingidos Pela Ditadura. Perseguição à População e ao Movimento negro*. São Paulo: CEV- São Paulo, março 2015.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas,* Florianópolis, v. 12, n.02, p. 35-50, maio-agosto 2004.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: SENAC-Nacional, 2007

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.), *História da vida privada no Brasil, vol 4- Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 173-245

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, nº 2, p. 05- 22, Julho/dezembro 1990.

SHANNON, Deric; ROGUE, J. *Recusando esperar: Anarquismo e Interseccionalidade*, 2007, Disponível em: http://anarkismo.net/article/14923. Acesso em 16/03/2019.

SILVA, Ângela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: A Atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getulio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História – CPDOC, Rio de Janeiro.

SILVA, Carla Luciana. Anticomunismo Brasileiro: conceitos e historiografia. *Tempos Históricos*, M. C. Rondon/PR, v. 02 n. 01, p. 195-228, Mar/2000.

_____. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Geraldo da; ARAUJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In:

ROMÃO, Jeruse (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: MEC/BID/Unesco, 2005. p. 65-79

SILVA, Joana Maria Ferreira da. *Centro de Cultura e Arte Negra-Cecan*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

SILVA, Tadeu Antônio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974)*. 2006. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SIRINELLI, Jean-François. A geração.In: AMADO Janaina; FERREIRA Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8a. Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 131-139.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa Histórica das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. *Cadernos Pagu* (40), Campinas,, p. 169-195, janeiro-junho 2013.

SOUSA, Deusa Maria de. *Lágrimas e lutas : a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TEIXEIRA, Kelly Cristina. Mulheres presente! Helena Greco e o Movimento Feminino pela Anistia em Minas Gerais. 2019. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TELLES, Edward E. *O Significado da Raça na Sociedade Brasileira*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

TELES, Janaína. Os trabalhos da memória: os testemunhos dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SELIGMANN-SILVA; GINZBURG; HARDMAN (Org). *Escritas da Violência*, *Vol. 02: representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 109-119

_____. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). *História Unisinos*, Porto Alegre, v. 18, n. 03, p. 464-480, setembro/dezembro de 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 03, p. 1001-1022, setembro-dezembro, 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de.1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, maio-agosto 2017.

TOULHOAT, Mélanie. Versus, une publication indépendante brésilienneen résistance (1975-1979). Une arme politique contre les régimes militaires eten faveur de l'affirmation d'une identité "latino-afro-américaine."*Cahiers de l'Urmis,* 16, p. 01-21, juillet de 2016.

TOURTIER-BONOZZI Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO Janaina; FERREIRA Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8a. Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 233- 247

TRAPP, Rafael Petry. A sociologia negra de Eduardo de Oliveira e Oliveira. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 25, p. 194-221, março-junho de 2018.

UNE. *Comissão Nacional da Verdade União Nacional dos Estudantes*. São Paulo: União Nacional dos Estudantes, 2015.

VAINER, Carlos B. Estado e raça no Brasil, Notas exploratórias. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 103-117, 1990.

VALLE, Maria Ribeiro do. As representações da violência nos episódios estudantis de 1968. *Mediações*, Londrina, v.13, n. 01-02, p. 34-53, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial, *Revista Brasileira de Educação,* v. 13, n. 39 set/dez 2008.

_____. "Promiscuidade de cores e classes": tensões decorrentes da presença de crianças negras na história da escola pública brasileira, In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs). *A História da Educação dos negros no Brasil* . Niterói: Eduff, 2016. p. 271-305

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Idéias socialistas no Brasil através da imprensa (1902-1922). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, p. 01-17, julho 2011.

VOLDMAN, Danièle. Le témoignage dans l'histoire française du temps présent. *Bulletin de l'IHTP,* n. 75 Paris, p. 01-05, juin 2000.

WEID, Jean Marc von der. Ibiúna. In: FERRER, Eliete (org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. p. 199-221

WESCHENFELDER, Viviane I; SILVA, Mozart L. da. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. *Análise Social*, Lisboa, 227, LIII (2.º), p. 308-330, 2018.

WOLFF, Cristina. Féminisme et Lutte Armée: Um regard à partir de l'exil. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (éd.). *L'exilbrésilienen France. Histoire et imaginaire*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 159-171

ZAIDÁN, Michel. O Grande Tournant: O VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In: REIS FILHO, D. A. (Org). *História do marxismo no Brasil I– O impacto das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 89-105

Jornais

A GUERRA SOCIAL - PERIÓDICO ANARQUISTA. *Aos anarquistas no Brasil*. Rio de Janeiro, ano I, n. 18, p. 03, 27 de março de 1912.

A GUERRA SOCIAL - PERIÓDICO ANARQUISTA. *Uma "enquete" da "Guerra"- O Momento Operário- O que se tem feito, o que se faz e o que há a fazer*. Rio de Janeiro, ano I, n. 22, p. 02, 01 de maio de 1912.

A GUERRA SOCIAL- PERIÓDICO ANARQUISTA. *Causas e origens da Revolução Mexicana – O instinto da raça*. Rio de Janeiro, ano II, n. 28, p. 02, 21 de setembro 1912.

A MANHÃ. *O Conselho Nacional das Mulheres Negras*. Rio de Janeiro, n. 2695, p. 02, 12 de maio de 1950.

COSTA, Haroldo. Tribuna Estudantil: Queremos Estudar. *Quilombo*: *vida, problemas e aspirações do negro*, Rio de Janeiro, ano I, n. 01, p. 04, 09 de dezembro de 1948.

CORREIO DA MANHÃ. *Em torno de um caso complicado. A inadmissão da filha do actorProcopio no Collegio de Sion.* Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 10.476, p. 03, 27 de fevereiro de 1929.

JORNAL DE NOTÍCIAS. *Movimento Sindical. Iniciado ontem o exame do temario do Congresso Sindical dos Trabalhadores*. São Paulo, ano 01, n. 128, p. 05, 13 de setembro de 1946.

MORTIÇO, Helto. Comentários: O 13 de Maio e a Ação Direta. *A Rebelião - Semanário de propaganda socialista-anarquista - Escrito por trabalhadores e para trabalhadores*, São Paulo, ano I, n. 03, p. 01, 17 de maio de 1914.

NASCIMENTO, Maria. O Congresso Nacional de Mulheres e a regulamentação do trabalho doméstico. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, Coluna Fala a mulher, Rio de Janeiro, n.04, p. 03, julho de 1949.

NASCIMENTO, Maria. A "Fundação Leão XIII" e as favelas. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, Coluna Fala A Mulher, Rio de Janeiro, ano II, n. 05, p. 11, janeiro de 1950.

O MOMENTO FEMININO. Rio de Janeiro, Ano I, n. 15, p. 01, 31 de Outubro de 1947.

_____. *Atividades Femininas*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 15, p. 11, 31 de Outubro de 1947.

_____. *Atividades Femininas*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 21, p. 11, 12 de dezembro de 1947.

_____. *Maria Tereza – "Boneca de Pixe de 48" como decorreu o "Baile da Abolição" promovido pelo Teatro Negro – Políticos, intelectuais, diplomatas e povo na festa do Botafogo*. Rio de Janeiro, n. 41, p. 07, 11 de junho de 1948.

PEREIRA, Neusa Maria. Pela Mulher Negra. *Jornal Versus*, São Paulo, edição n. 11, p. 22, 23, junho de 1977.

QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. *Alfabetização e cultura*. Rio de Janeiro, ano I, n.01, p. 01, 09 de dezembro de 1948.

QUINTILIANO, Aylton. Comités pela liberdade da líder Maria Aragão.*Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 908, p. 03, 13 de outubro de 1951.

SILVA, Isabel. Treze de Maio – A Abolição. *A Obra – Semanário de Cultura Popular*, São Paulo, ano I, n. 02, p. 04, 13 de maio de 1920.

VIEIRA, Odete. Libertemos Maria Aragão. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 940, p. 02, 13 de dezembro de 1951.

VOZ DO POVO - Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral. *Grupo Feminino de Estudos Sociaes. Um manifesto à mulher brasileira*. Rio de Janeiro, anno I, n. 03, p. 02, 7 de fevereiro de 1920.

VOZ DO POVO- Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral. *O Comício do Centro Feminino de E. Sociaes*. Rio de Janeiro, anno I, n. 52, p. 01, 29 de março de 1920.

VOZ DO POVO- Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral.*Edição Especial*. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1921.

Entrevistas

ALAMBERT, Zuleika. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 48-69

ARAGÃO, Maria. In: MOREIRA NETO, Euclides. *Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura*. São Luís: Engenho, 2015.

AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Acervo do LEGH/UFSC. Florianópolis, Brasil, 27/11/2003. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro.

_____. Belo Horizonte, Brasil, 20/11/2014. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

BENEDITO, Vera Lúcia. São Paulo, Brasil, 07/08/2015. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. Brasília, Brasil, 03/12/2014. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

CÉLIA. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980 p. 255-261.

DE LUCA, Derlei Catarina. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva. 01/08/2015. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

FARIA, Maria Diva. São Paulo, Brasil, 14/08/2015. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

FERREIRA, Vanda Maria de Souza. Rio de Janeiro, Brasil, 12/08/2015. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

LIMA, Maria Bernadete de. Depoimento à CMV-UFSC 13: Maria Bernadete de Lima. *Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*, 2016. Disponível em https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/633. Acesso em 16/07/2018

LUCENA, Damaris de Oliveira. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 235-236

MADALENA, Arabela Pereira. São Paulo, Brasil, 09/08/2015. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

MOREIRA, Diva. São Paulo, Brasil, 14/10/2005. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/diva-moreira---depoimento-na-integra-46839. Acesso em 16/07/2019.

_____. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, AmilcarAraujo. *Histórias do movimento negro no Brasil – depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

_____. Sabará, Brasil, 17/11/2014. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

_____. Sabará, Brasil, 11/05/2017. Entrevista concedida a Kelly Teixeira.

MOREIRA, Maria Carmozita. São Paulo, Brasil, 14/08/2015. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

NAZARETH, Helenalda Resende de Souza. São Paulo, Brasil, 10/08/2015. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

OLIVEIRA, Iolanda. Niterói, Brasil, 10/08/2015a. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

OLIVEIRA, Lenny Blue de. São Paulo, Brasil, 10/08/2015b. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

OLIVEIRA, Djalma Conceição. Rio de Janeiro, Brasil, 11/08/2015c. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

PEREIRA, Neusa Maria. São Paulo, Brasil, 14/08/2015a. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

PEREIRA, Neusa das Dores. Entretien avec Neusa Das Dores Pereira et al., "Lesbianisme noir au Brésil", *Nouvelles Questions Féministes*, v. 21, n. 01, p. 110-124, 2002.

_____. Rio de Janeiro, Brasil, 12/08/2015b. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

PEREIRA, Carlos Gilberto. São Paulo, Brasil, 10/08/2015c. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

ROLAND, Edna. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA. Amilcar Araujo. *Histórias do movimento negro no Brasil – depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV, 2007.

_____. Guarulhos, Brasil, 04/11/2014. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

SANTOS, Maria do Espírito Santo Tavares dos (Santinha). Acervo do LEGH/UFSC. Florianópolis, Brasil, 14/02/2005b. Entrevista concedida a RoselaneNeckel. (2 fitas cassete)

_____. Rio de Janeiro, Brasil, 20/05/2005a. Entrevista concedida a Rachel Soihet, Érika Ferreira, Flávia Esteves e Nataraj Trinta.

_____. Rio de Janeiro, Brasil, 15/08/2015a. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

SANTOS, Gevanilda Gomes dos, São Paulo, Brasil, 08/08/2015b. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

SILVA, Maria Lúcia da. São Paulo, 07/08/2015. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

SOUZA, Margarida Maria. São Gonçalo, Brasil, 15/08/2015. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

VILELA, Elzira. São Paulo, Brasil, 06/08/2015. Entrevista concedida a Tauana Olívia Gomes Silva.

UNIVERSITE / SOCIETES
BRETAGNE \ TEMPS
LOIRE / TERRITOIRES

UNIVERSITÉ RENNES 2

Titre : Les femmes noires dans les mouvements de gauche pendant la dictature au Brésil (1964-1985)

Mots clés : femmes noires; mouvements de gauche; dictature militaire; Brésil.

Résumé : Les femmes noires brésiliennes ont participé activement aux mouvements de gauche pendant la dictature militaire au Brésil (1964-1985). Les trajectoires étudiées sont généralement le résultat de l'engagement de ce groupe social dans les organisations anarchistes et communistes depuis le début du XXe siècle. La présente thèse analyse, d'une part, les conceptions, les évaluations et les stratégies conçues par les organisations politiques concernant le sens donné à l'action des hommes et femmes noirs en tant que militants, et, d'autre part, elle analyse la diffusion des idéologies de gauche dans les espaces traditionnels de mobilisation collective des communautés afro-brésiliennes, ainsi que l'emploi de leurs idées et de leurs méthodes pour répondre aux demandes immédiates en matière d'alimentation, de logement, et de revendication des droits des travailleurs face aux gouvernements autoritaires. Ensuite, la recherche se concentre sur l'histoire de vie de neuf militantes noires engagées dans la lutte contre le régime établi après 1964: Diva Moreira, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Thereza Santos, Helenira Resende de Souza Nazareth, Lucia Maria de Souza, Dora Lúcia de Lima Bertúlio, Maria Diva de Faria, Arabela Pereira Madalena et Edna Maria Santos Roland. L'objectif est d'étudier le phénomène de l'engagement, c'est-à-dire, ses principales motivations, les conditions dans lesquelles les actions militantes ont été entreprises et, enfin, leurs expériences en tant que femmes noires actrices de mouvements opposés à la dictature.

Title : Black Women in left-wing movements during the dictatorship in Brazil (1964-1985)

Keywords : black women; left-wing movements; dictatorship; Brazil.

Abstract : Brazilian Black women actively participated in left-wing movements during the dictatorship in Brazil (1964-1985). Their trajectories are the result of the engagement of this social group in anarchist and communist organizations since the beginning of the 20th century. Therefore, the present thesis analyzes, on the one hand, the conceptions, evaluations and strategies framed by several political entities concerning the viability of the action of black men and women as activists. On the other hand, it analyzes the introduction of left-wing ideologies into the traditional spaces of collective mobilization of non-white communities, with the use of such ideas and methods to respond to immediate demands for food and housing, as well as to demand workers' rights and to confront authoritarian governments. Next, the research aims to investigate the life stories of nine black female activists engaged in the struggles against the established regime after 1964: Diva Moreira, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Thereza Santos, Helenira Resende de Souza Nazareth, Lucia Maria de Souza, Dora Lúcia de Lima Bertúlio, Maria Diva de Faria, Arabela Pereira Madalena and Edna Maria Santos Roland. The aim is to study the phenomenon of engagement it self, that is, their main motivations, the conditions under which militant actions were undertaken, and, finally, their experiences as black women belonging to resistance movements against the dictatorship.